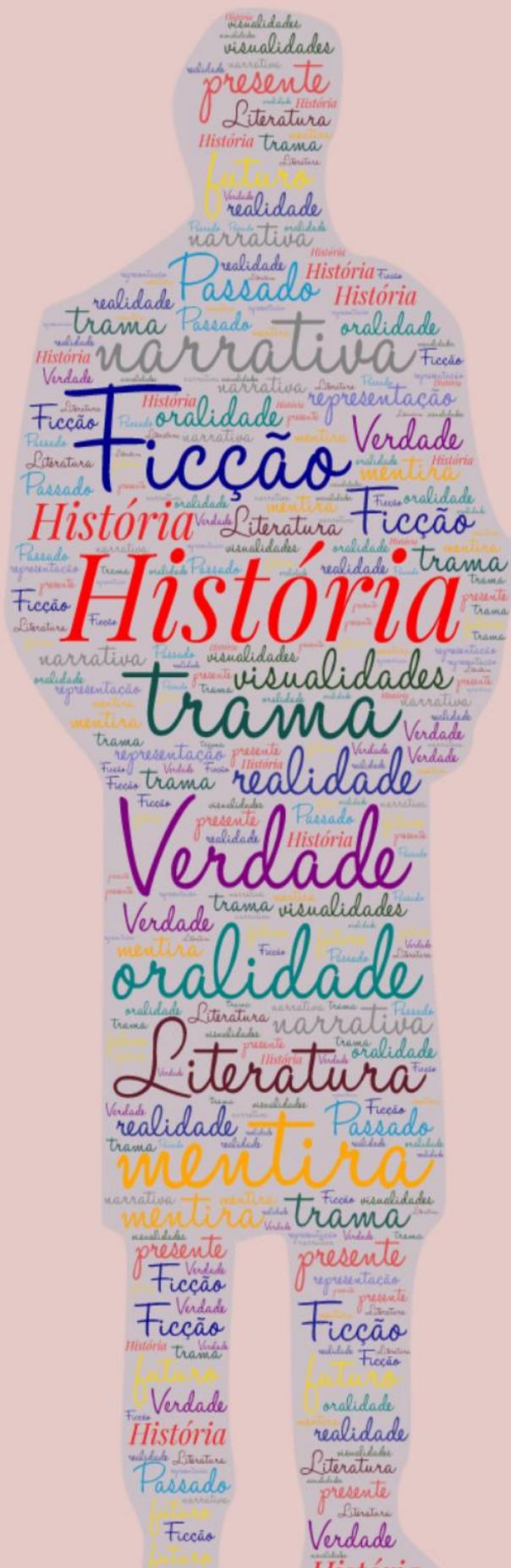




Em Perspectiva

Revista do PPGH/UFC



Dossiê

História & Ficção

ISSN: 2448-0789

v. 5 n. 1,
2019

Editor Chefe: Francisco Régis Lopes Ramos - Doutor e coordenador do PPGH/UFC

Editor responsável: Gilberto Gilvan Souza Oliveira - Doutorando do PPGH/UFC

Editores

Antonia Márcia Nogueira Pedroza
Doutoranda do PPGH/UFC

Daniel Alencar de Carvalho
Doutoranda do PPGH/UFC

Elane Cristina Rodrigues Gomes
Doutoranda do PPGH/UFC

Elynaldo Gonçalves Dantas
Doutoranda do PPGH/UFC

Thiago de Sales Silva
Doutorando do PPGH/UFC

Gabriela Fernandes de Siqueira
Doutoranda do PPGH/UFC

José Maria Almeida Neto

Doutorando do PPGH/UFC

Kamillo Karol Ribeiro e Silva
Doutorando do PPGH/UFC

Marise Magalhães Olímpio
Doutoranda do PPGH/UFC

Priscilla de Freitas Farias
Doutoranda do PPGH/UFC

Ramona Jerônimo Pinheiro
Mestranda PPGH/UFC

Valesca Rios

Mestranda do PPGH/UFC

Walter de Carvalho Braga Júnior
Doutorando do PPGH/UFC

Conselho Consultivo Nacional

Adriano Comissoli - UPF

Alessandra Regina e S. Mafra - UNICAMP

Allyson Bruno Viana - UECE

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez - URCA

Ana Karine Martins Garcia - UFC

Ana Rita Fonteles Duarte - UFC

Antonio Edmilson M. Rodrigues - PUC/UERJ

Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho - UFC

Antonio Mauricio Dias da Costa - UFPA

Arnaldo Pinto Junior - Unicamp

Beatriz Gallotti Mamigonian - UFSC

Carlos Augusto de Castro Bastos - UFPA

Carmen Margarida Oliveira Alveal - UFRN

Clovis Jucá Neto - UFC

Darlan de Oliveira Reis Junior - URCA

Dilton Maynard - UFS

Edson Hely Silva - UFPE

Eunícia Barros Fernandes - PUC-Rio

Eurípedes Antônio Funes - UFC

Francisco Egberto de Melo - URCA

Giselle Martins Venâncio – UFF

Jaison Castros Silva - IFPI

Janaina Guimarães da F. e Silva - UFPE

João Ernani Furtado Filho - UFC

Joel Carlos de Souza Andrade - UFRN

Jorge Henrique Maia Sampaio - UFC

José Evangelista Fagundes - UFRN

Kênia Sousa Rios - UFC

Luis Junior Costa Saraiva - UFPA

Marcio Couto Henrique - UFPA

Maria Emília Monteiro Porto - UFRN

Mônica da Silva Ribeiro - UFRRJ

Muirakytan Macedo -UFRN/CERES-Caicó

Raimundo Pereira Alencar Arrais - UFRN

Rodrigo Ceballos - UFCG

Simeia de Nazaré Lopes - UFPA

Tacito Thadeu Leite Rolim – UECE

Taissa Tavernad de Luca – UEPA

Tatiana Silva Poggi de Figueiredo - UFF

Coordenação da edição: Francisco Regis Lopes Ramos

Capa e diagramação: Gilberto Gilvan Souza Oliveira

Dossiê
História e Ficção

ISSN: 2448-0789
[On-line]
v. 5, n. 1
Fortaleza, 2019

Sumário // Summary

Apresentação

<i>História e Ficção</i>	05
Os editores	

Dossiê – História e Ficção

A literatura de Adelaide Carraro entre "verdade e ficção" (1963-1993)	09
Adriana Fraga Vieira	
Guimarães Rosa contra a História: a evasão do tempo em “Se eu seria personagem”.	25
Amanda Teixeira da Silva	
Imigração, parentesco e a cidade do Rio de Janeiro na virada do século XX: entre linhas de um processo crime	48
Carolina Ferreira de Figueiredo & Lucas Werlang Girardi	
Passado inútil e cruel: o tempo no romance <i>O Mulato</i> (1881), de Aluisio de Azevedo.	67
Clarissa Pesente	
A representação do feminino na comédia latina "O mercador"	87
Edinaldo Gonçalves Nunes Junior & Tito Barros Leal	
Pequena palestra com a múmia (1845): do conflito entre a ciência e a consciência da realidade do passado.	104
Edson Silva de Lima	
A autoficção como luto: a contranarrativa da Aids em Hervé Guibert (1990).	120
Guilherme da Silva Cardoso	
Anita Garibaldi: a construção de uma heroína em biografias populares (1849-1999).	146
Helen Lemos Bregantin	
Entre o lembrar e o esquecer: a ditadura civil-militar brasileira a partir da trilogia da Tortura de Heloneida Studart.	173
Ioneide Maria Piffano Brion de Souza	
A História com ficção em Alexandre Dumas: o exemplo das <i>Mémoires de Garibaldi</i> (1860).	192
Isabella Nogueira	

Merchandising social: a telenovela além do entretenimento. Jéfferson Balbino	217
Aspectos do “fazer história” e sua prática no Ceará da segunda metade do Século XIX José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira	234
A trama cruzou-se com a urdida: a ficção de José Saramago e o encontro com a história segundo Georges Duby. José Dércio Brauna	262
Os africanos que mereceram destaque na cronística da expansão portuguesa do século XV Paula Sposito Almeida	283
A literatura como forma de representação histórica: o caso do escritor norte-americano Howard Fast. Rafael Belló Klein	302
A missão abreviada do Padre Couto (1859) nas tramas do Juazeiro do Norte Encantado Roberto Viana de Oliveira Filho	326
Forja e ficção. Rodrigo Alves Ribeiro	346
"Os mortos não querem volta": sentidos e usos do passado escrito na obra de Airton Maranhão. Ruan Carlos Mendes	371
Cuba e Estados Unidos: processos migratórios (1959-2016). Uelma Alves da Silva	387
Resenha	
Os desafios de demarcar um campo: história e historiografia da saúde no Brasil. Luiz Alves Araújo Neto	400
Entrevista	
“O Brasil e a experiência da história brasileira”: uma entrevista com o Prof. Dr. Jerry Dávila. Jailson Pereira da Silva	405



Apresentação:

História e Ficção

Neste número, investigaremos as tramas a envolver ciência e ficção, história e narrativa. O fazer historiográfico passa pela arte do dizer, do criar o passado por meio das palavras, essas, criaturas e criadoras de realidades. Transformar a experiência humana do tempo em narrativa é envolvê-la em um fluxo difuso, isto é, dar vida a personagens, paisagens e cenários de um tempo que se reinscreve em tantos outros. Para além de um exercício estético, conceito por vezes mal compreendido, a relação entre história e ficção permite ao historiador um exame do seu próprio fazer, dos limites e alguns dos alcances que é dizer o tempo.

A narrativa não se reduz aos desdobramentos originários da divisão esquemática entre forma e conteúdo, texto e contexto ou escrito e oral, torna-se válido trabalhar a ficção como parte fundamental das práticas sociais historicamente localizadas. Torna-se legítimo, também, compreender a escrita da história como narrativa articulada em interação com outras disputas pelo sentido do tempo, em dimensões variadas e, por isso, não resumíveis ao ato de pensar em termos de divisões entre passado, presente e futuro. Torna-se legítimo, ainda, pensar numa história da narrativa levando-se em conta a narrativa da história como conhecimento que tem características próprias e cambiantes.

As contribuições para esse dossiê devem ter como finalidade a discussão que envolva a relação história e ficção como uma de suas problemáticas basilares, que tanto pode ser manifestar por meio de uma reflexão epistemológica, fruto de diálogos teóricos, ou de trabalhos que envolvam análises sobre documentações de narrativas, sejam elas: biografias, diários, cartas, entrevistas orais e literatura.

Dessa maneira, Adriana Fraga Vieira discutirá os vínculos entre “verdade” e ficção na literatura de Adelaide Carraro, “escritora maldita”, vista pelo regime civil-militar como esquerdista, comunista e pornógrafa, já que, em sua escritura, relatava a “verdade nua e crua” acerca da realidade social; a narrativa que trata do real, fabrica-o. Também Guilherme da Silva Cardoso objetiva problematizar a autoficção enquanto contranarrativa, a literatura como produtora de subjetividades em meio a experiência-limite da epidemia de AIDS na década de 1980 através do livro *Para o amigo que não me salvou a vida* (1990), de Hervé Guibert. Haverá



fronteiras entre as palavras e as coisas? Que é escrever a verdade? Que é servir-se da ficção em nome da verdade?

Outros autores examinaram de que maneiras uma realidade emerge através dos textos literários, forjando imagens motrizes em nossas consciências. Em “*Pequena palestra com uma múmia* (1845): do conflito entre a ciência e a consciência da realidade do passado”, Edson Silva de Lima atentou nos elementos da história nacional norte-americana que pululam no conto de Edgar Allan Poe, não como uma representação ou ilustração, mas enquanto refiguração. Também Rafael Belló se debruça sobre um escritor de língua inglesa, Howard Fast, a visar a pesquisa bibliográfica e documental assente na feitura dos seus romances, expressões dos seus ideais de liberdade e democracia, atuantes contra o racismo e o conservadorismo; seria a ficção (re)criando os episódios das guerras indígenas do Oeste norte-americano, além de insistir no presente. Helen Lemos Bregantin, por outro lado, analisa como indivíduos historicamente situados transmutam-se em heróis ou heroínas; no caso, seu estudo centra-se no trabalho escriturário que criou a personagem Anita Garibaldi. As crônicas, diários, roteiros, etc., escritas no momento da expansão portuguesa do século XV foram moldando as feições dos africanos, delineados os seus caracteres e culturas, povoados e reinos, como salienta Paula Sposito Almeida em seu artigo, no qual a força das narrativas é evocada. Mais uma vez, entre o registro documental e o prazer estético, discute-se, em “A representação do feminino na comédia latina *O Mercador*”, de Edinaldo Gonçalves e Tito Barros Leal, a representação das mulheres na comédia latina de Plauto. Nos cinco artigos, portanto, história e ficção unem-se na criação de sentidos à nossa existência.

Porém, na atribuição desses sentidos, os intelectuais revelam-nos sua concepção de tempo, ou melhor, criam as urdiduras do tempo, as engrenagens temporais a mover as estórias e as histórias. Por isso, Amanda Teixeira da Silva perscruta a “cultura anti-histórica” de Guimarães Rosa, quer dizer, sua tentativa de fugir do tempo, mistura de religião e filosofia, através do conto “Se eu seria Personagem”. Já Aluísio de Azevedo, em *O Mulato*, apresenta-nos uma outra concepção do tempo, no qual a sociedade maranhense é posta sob escrutínio, como Clarissa Pesente nos indica em seu artigo. Gilberto Freyre, por seu turno, toma as suas investigações históricas como base da seminovela *Dona Sinhá e o Filho Padre*; Rodrigo Alves Ribeiro, autor do artigo “Forja e ficção”, acorda as “tópicas narrativas” freyreanas, de modo a elucidar a constituição escriturária fundamentada no tempo. Ruan Carlos Mendes esclarece-nos



os sentidos e os usos do passado na obra de Airton Maranhão por meio da rememoração dos mortos que vagam entre os vivos. Em “A história como ficção em Alexandre Dumas”, Isabella Nogueira lida com o aspecto ficcional e histórico das *Mémoires de Garibaldi* (1860) e intenta elucidar as concepções de história do romancista.

Não somente tais questões nos intrigam neste número. De que maneiras a literatura auxilia na interpretação dos eventos históricos? Seria a literatura um documento? Que é a literatura realista? Em “Imigração, parentesco e a cidade do Rio de Janeiro na virada do século XX: entre linhas de um processo crime”, Carolina Ferreira e Lucas Werlang investigam como a documentação de um evento trágico constitui personagens e tramas, amalgama de história e ficção. Já Ioneide Maria Piffano, ao problematizar a trilogia da tortura de Heloneida Studart, interessa-se pela reflexão propiciada pela literatura, ou melhor, na possibilidade de compreendermos uma realidade – no caso, a ditadura civil-militar brasileira - através de narrativas que manejam a imaginação. Para além dos textos literários, temos o estudo de Jéfferson Balbino acerca das telenovelas de Glória Perez e Manoel Carlos; aí, veremos como os romancistas instigam discussões sociais no Brasil – e para além do entretenimento. Noutro continente, José Saramago traduziria os escritos historiográficos de ninguém menos que Georges Duby e, nesse movimento, tomaria de empréstimo a “Nouvelle Histoire” na estruturação dos seus romances seminais, como demonstra José Dercio Braúna.

Ainda na seção *Dossiê Temático*, leremos, no artigo de José de Arimatéa Vitoriano, como as fronteiras entre história e literatura, ainda indistintas, sinuosas, foram sendo assentadas através da prática do Instituto do Ceará, nesta província; os intelectuais aí reunidos arrostam contra a imaginação, instituído o “fazer história” legítimo, cientificamente válido. Os escritos, além de prescritivos, estimulam a criatividade; tal é o caso em análise no artigo “A *Missão Abreviada* do Padre Couto (1859) nas tramas do Juazeiro *encantado*”, de Roberto Viana de Oliveira Filho, que analisa a circulação e as leituras dessa obra, percebendo as tramas cotidianas e as estruturas de poder em Juazeiro do Norte por entre os leitores e as formas de ler (e ouvir) o breviário. Os conteúdos ouvidos e escritos interessam também à Uelma Alves da Silva, que aborda uma entrevista de Fidel Castro para Ignácio Ramonet, na qual as crises migratórias entre Cuba e Estados Unidos são abordadas, além da legislação existente, que também fora a base do livro *Fidel Castro: biografia a duas vozes* (2016).



Nesta edição, contamos, também, com a resenha produzida por Luis Alves sobre a obra *História da saúde no Brasil*, organizada por Luiz Teixeira, Tânia Pimenta e, Gilberto Hochman, a qual reúne uma visão geral sobre os diferentes trabalhos desenvolvidos na Fundação Oswaldo Cruz, descortinando, desse modo, uma rede de pesquisadores que têm se dedicado a produções em torno da história e da historiografia da saúde, no Brasil.

A entrevista concedida pelo brasilianista Jerry Dávila ao Prof. Jailson Pereira da Silva, ao mesmo tempo em que fecha esta edição, abre novos horizontes para refletirmos sobre o passado brasileiro e os desafios históricos e sociais pelos quais estamos passando no momento de crise da democracia brasileira. Dávila traça, ainda, os percursos de sua relação com o Brasil.

Desejamos uma boa leitura!

O(a)s editor(a)(es).



A literatura de Adelaide Carraro entre “verdade” e ficção (1963-1993).

Adriana Fraga Vieira¹

Recebido em: 17/02/2019
Aprovado em: 20/03/2019

RESUMO

No início dos anos 1960 uma jovem escritora despontou no cenário literário do país com uma obra autobiográfica que prometia aos leitores a revelação de segredos e intrigas políticas envolvendo o ex-presidente Jânio Quadros. Com o sucesso comercial da primeira publicação, adotou a fórmula que a consagrou e prosseguiu escrevendo novas histórias baseadas na “verdade nua e crua”. Entre autobiografias e romances publicou quarenta e oito livros em três décadas explorando temas conectados com a realidade social, política e econômica do país. Por explorar temas espinhosos para a época foi a primeira autora censurada pelo regime civil-militar de 1964 e a terceira com mais livros apreendidos. Mesmo relegada pela crítica literária e acusada de esquerdista, comunista e pornógrafa pelos censores e segmentos mais conservadores; sua literatura tornou-se sucesso de vendagem entre as classes populares, que consumiam esse produto cultural através de compra pelo reembolso postal. Sempre se apresentando como escritora da “verdade” e rejeitando o de escritora de ficção acabou sendo rotulada de “escritora maldita”. Este artigo discute alguns dos rótulos que marcaram essa produção literária e a relação entre realidade, “verdade” e ficção a partir do ponto de vista da escritora.

Palavras-chave: Ficção. Verdade. Literatura.

Adelaide Carraro's literature between "truth" and fiction (1963-1993)

ABSTRACT

In the early 1960s a young writer appeared in the literary scene of the country with an autobiographical work that promised readers the revelation of secrets and political intrigues involving former president Jânio Quadros. With the commercial success of the first publication, she adopted the formula that consecrated her and continued writing new stories based on the "naked truth". Between autobiographies and novels he published forty-eight books in three decades exploring themes connected with the social, political and economic reality of the country. For exploring thorny themes for the time was the first author censored by the civil-military regime of 1964 and the third with more books seized. Even relegated by literary criticism and accused of leftist, communist and pornographer by censors and more conservative segments; his literature became a selling success among the popular classes, who consumed this cultural product through purchase by postal reimbursement. Always presenting herself as a writer of "truth" and rejecting that of fiction writer was eventually labeled "damn writer." This

¹ Mestre em história cultural, Doutoranda em história vinculada ao PPGH da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: adrianavcoan@gmail.com. Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/0051031952437891>



article discusses some of the labels that marked this literary production and the relation between reality, "truth" and fiction from the point of view of the writer.

Keywords: Fiction. Truth. Literature.

1 SOBRE O RÓTULO DE “ESCRITORA MALDITA”

Adelaide Carraro tornou-se escritora em 1963² com a publicação de uma autobiografia na qual revelava pormenores dos bastidores políticos envolvendo o ex-presidente Jânio Quadros a época em que ele era governador de São Paulo na segunda metade dos anos 1950. Após se consagrar como escritora da “verdade” através de autobiografias bem ao estilo dos atuais reality shows, textos nos quais os leitores podiam se deleitar com os segredos e intrigas do mundo da política e da elite³; ela passou a dedicar-se a escrita de romances sem deixar de lado o estilo assumidamente realista, abordando a vida de pessoas ordinárias que viviam as mazelas e problemas da grande capital de São Paulo.

O contexto dessa produção literária é o da vigência do regime civil-militar que se instalou no Brasil em 1964, regime político que considerou os textos da escritora como pornográficos e imorais, censurando uma série de composições. Adelaide Carraro tornou-se uma “escritora maldita” para a crítica literária e para o poder constituído porque abordava temas que poderiam subverter a ordem social e moral desejadas.

Para a escritora o rótulo de “escritora maldita” pesava-lhe de tal forma que a fez publicar um livro com este título em 1976, surpreendendo muitos leitores ávidos por outra “história-verdade”. Isso porque no lugar de uma narrativa romanesca o livro traz uma coletânea de cartas que a escritora recebia de leitores e admiradores, desde estudantes a presidiários, padres e intelectuais, em uma flagrante tentativa de questionamento desse rótulo.

Na capa, frases avisam que “da mais alta classe aos mais humildes, lêem A.C, dos palácios aos barracões, lêem A.C” e “homens ilustres de elevada categoria, lêem A.C”. As frases acompanham uma imagem que sugere aos leitores uma reflexão sobre o lugar da escritora no panorama literário brasileiro, a balança na capa mostra Adelaide e a heterogeneidade de seus leitores, representa o deslizamento tênue que ela sofria entre a maldição e a consagração.

² A autobiografia em questão é: CARRARO, Adelaide. **Eu e o Governador**. São Paulo: L.Oren, 1963.

³ Outras autobiografias publicadas antes de escrever romances: CARRARO, Adelaide. **Falência das Elites**. São Paulo: Exposição do Livro, 1965. _____. **Eu mataria o presidente**. São Paulo: L.Oren, 1966. _____. **O Comitê**. São Paulo: L.Oren, 5ª edição, 1969.



Adelaide já usara a metáfora da balança cinco anos antes, no prefácio de “Carniça”, livro autobiográfico que publicou em 1972 em meio a escrita de outros romances, para problematizar os rótulos que lhe atribuíam:

(...) Sou Adelaide Carraro a escritora que conta a verdade. (...) Desculpe-me meus queridos, esse desabafo, e por favor, não pesem a minha moral tendo no outro prato da balança a realidade de meus livros, e também perdoem-me pelas horrorosas horas, que passaram lendo Carniça. Eu também, fiquei assim como você. Eu também senti lá dentro tudo doer (...) (CARRARO, 1972, p. 18).

A desconstrução de rótulos junto aos leitores era importante na medida em que preservava a imagem que ela sempre desejou projetar nacionalmente como “escritora da verdade”, defensora dos direitos humanos e de vários valores normativos. Se suas histórias retratavam um mundo repleto de “escuridão”, “podridão”, “carniça” e sujeira, era porque seres humanos inescrupulosos ligados à política e a alta burguesia o construíam assim.

Pretendia mostrar aos leitores das classes populares que sua moral não estava atrelada aquilo que escrevia, ao contrário, representava uma realidade que criticava e pretendia combater. A exclusão do campo literário por ser considerada obscena e demasiadamente popular não a incomodava, mas o julgamento dos seus leitores sim.

Figura 1: Capa do livro “Escritora Maldita”



Fonte: CARRARO, Adelaide. **Escritora Maldita.** São Paulo: L.Oren, 1976.



O rótulo de escritora maldita, provavelmente se liga a vários contextos, foi a primeira autora censurada e a terceira com livros mais apreendidos pelo regime militar porque escrevia temas fortes e polêmicos ligados a questões sociais, classe, moralidade e sexualidade. Por um lado, sua obra classificada pelos censores federais como pornográfica não passou despercebida de alas sociais mais conservadoras e coadunadas com os ditames do regime militar. Por outro, passou a ser ignorada pela crítica literária que, segundo Viera, manteve-se distante e silenciosa:

Seja qual for a relevância que se lhe atribua, em se tratando de uma literatura dirigida ao grande público, para quem os humores da academia (a do saber, não a de ginástica) e dos suplementos literários são, no geral, de escassa relevância ou mesmo indiferentes, certo é que a redenção dessas autoras por parte da crítica acadêmica não parece, não pareceu até aqui, estar em perspectiva. O que o investigador diligente encontra sobre elas é, mais que tudo, um gordo silêncio. Se Adelaide e Cassandra são citadas na Enciclopédia da literatura brasileira, organizada por Afrânio Coutinho, e se comparecem, como vimos, em *O que é pornografia*, de Eliane Moraes e Sandra Lapeiz, são elas o mais das vezes ignoradas, seja por antologias abrangentes como uma *História concisa da literatura brasileira*, de Alfredo Bosi, seja por estudos mais específicos, em que uma concessão à sua presença não haveria de surpreender (VIEIRA, 2010, p. 18).

Viera (2010) não acredita que o conteúdo erótico e a qualidade da escrita sejam os propulsores dessa exclusão que também afetou a escritora Cassandra Rios. Uma vez que o mercado editorial vem aceitando a publicação e consagrando inúmeros romances de forte conotação erótica, a exemplo de Gabriela do escritor Jorge Amado. Ele insinua a hipótese de que essa “miséria crítica” fundamenta-se na forte “identificação dessas obras com o popular”. Obras que se caracterizam pela “estética do excesso” nas capas a mostrar mulheres seminuas ou nos conteúdos que recorrem aos vocábulos e expressões de uso corrente no cotidiano da cultura popular (VIEIRA, 2010, p. 20-21).

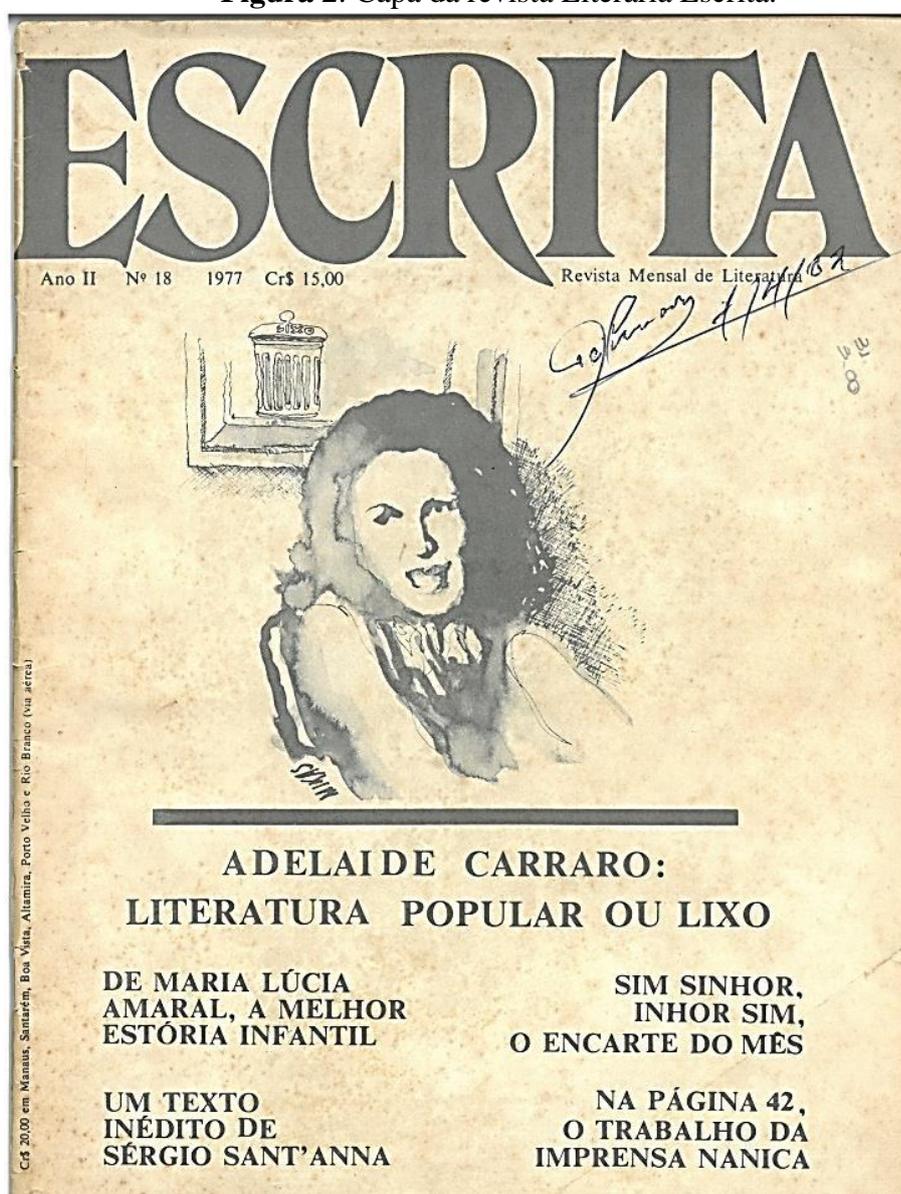
Termos, práticas e imagens que pela normatividade social burguesa dominante liga-se a uma espécie de mau gosto cultural, desprovida de valor literário, e para a qual qualquer apreciação dita científica seria mera perda de tempo. Essa foi a conclusão de Waldenyr Caldas (2001, p. 116) sobre a obra de Adelaide Carraro, cujo valor literário reside apenas no fato de ser um “(...) produto cultural de fácil acesso às camadas semiletradas da sociedade”.

O silêncio e desprezo da crítica literária sobre a obra de Adelaide pode ser subliminarmente percebido na capa da revista literária *Escrita* ao anunciar uma entrevista com a escritora, convidando leitoras/es a uma reflexão sobre o lugar dessa obra no panorama literário brasileiro.



Na capa sobressai-se a imagem de uma lata para depositar detritos na parte superior esquerda, logo acima do retrato de Adelaide Carraro; o título que acompanha a imagem usa as palavras “literatura popular” e “lixo”, em um jogo de oposição a sugerir que os leitores/as façam seu julgamento. Mas a representação sugerida pela capa nada tem de imparcial, ao contrário, revela-se tendenciosa e coadunada com a exclusão da escritora do cânone literário; a escolha pela palavra “lixo” não é inocente e aleatória nesse contexto, deve-se levar em conta que a revista em questão é voltada para o segmento literário, e, portanto, percebida como uma voz autorizada a avaliar e classificar produtos culturais diversos.

Figura 2: Capa da revista Literária Escrita.



Fonte: NADER, Wladyr. *Adelaide Carraro, uma mulher de dois milhões de exemplares vendidos*. *Escrita - revista mensal de literatura*, São Paulo, Vertente Editora Ltda., ano II, n. 18, 1977, p. 03-09.



Por ser uma literatura mais coadunada com as práticas e interesses das camadas mais pobres da população acabou banida e marginalizada da apreciação dos críticos literários. E por trazer conteúdos de forte conotação sexual e social passou a ser perseguida pela censura que vetou uma série de títulos, contribuindo na solidificação desse rótulo.

2 UMA ESCRITORA NO ESPELHO DA “VERDADE”

Escrevo sobre a verdade e não sobre ilusões. Escrevo como se fala, uma linguagem nua e crua, sem subterfúgios.
(Adelaide Carraro à Revista Pasquim, 1977)

Estória inventada é muito difícil, sei lá, acho que eu poderia escrever ficção, mas ficção é uma coisa que eu não tenho jeito pra escrever, não. Eu vou buscar o quê pra escrever? Os outros já usaram tudo (Adelaide Carraro à Revista Escrita).

Foi no início dos anos 1960 que Adelaide Carraro pensou em se tornar escritora, isso ocorreu quando entrou em uma livraria e comprou “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus. O livro baseava-se em um diário que retratava o cotidiano da autora dentro das favelas de São Paulo, foi publicado em 1960 com uma tiragem de dez mil exemplares e esgotou-se rapidamente, sendo traduzido posteriormente para treze idiomas (ARRUDA, 2015).

A narrativa realista encantou Adelaide, “li a noite toda e amanheci com uma vontade louca de ser escritora. Ali escrevi, escrevi, escrevi. Depois andei, andei, andei, atrás de um editor, mas nenhum se interessou, até que um dia um jornalista o Hélio Siqueira, que naquele tempo militava no diário da noite, ajudou (CARRARO, 1975, p. 7).

A escrita que ela buscava oferecer a algum editor registrava o cotidiano de um romance que manteve por oito meses com Jânio Quadros, um diário que também dava visibilidade ao problema dos tuberculosos pobres, com pormenores reveladores do descaso político com as instituições de saúde públicas.

Em entrevista à Ziraldo para a revista *Pasquim*, afirmou que “Quarto de Despejo”, foi “(...) um livro que ajudou a limpar as favelas. Por isso acreditei que meu livro também ajudaria os tuberculosos pobres, principalmente os ex-tuberculosos, que saem do sanatório e não têm pra onde ir, não conseguem trabalhar. Consenti no lançamento do livro pra mostrar esse problema social” (CARRARO, 1977, p. 8).

Seguindo o exemplo de Carolina publicou seu diário sob o título “Eu e o Governador”, tornando-se escritora de profissão, e procurando manter a fórmula que a consagrou



popularmente e que consiste na velha máxima de “juro dizer a verdade somente a verdade e nada mais que a verdade”; sendo assim os romances publicados afirmam-se como histórias de personagens reais que ela conheceu ou procurou conhecer na realidade da grande capital paulista.

O suposto realismo não é o que torna essa escrita singular, mas a força política da narrativa, ligada à emergência de uma ampla gama de questões e sentimentos comuns de homens e mulheres que compartilham os legados do colonialismo; e vivem de uma forma ou de outra, o contexto histórico da América Latina pós-colonial: os binarismos ligados ao gênero, à raça e a classe, as identidades negadas, das subjetividades que emergem a partir da exclusão, do não pertencimento e da desvalorização de suas práticas culturais a partir da afirmação de um discurso de “verdade”.

É dessa forma que a escritora se mostra a nós leitores, uma narradora-personagem que acompanha ao lado de outros/as personagens a busca por um pertencimento identitário, vivendo conflitos subjetivos e objetivos ligados aos discursos que encastelaram o gênero, a raça e a classe em formas binárias envolvendo as relações de poder entre homem/mulher, heterossexual/homossexual, rico/pobre, negro/branco, cidade/campo etc.

Por meio de sua história de vida busca a autorização para tomar parte das tramas romanescas como personagem conselheira, já que transitou pelos polos discursivos de cada lado - na infância e adolescência viveu a extrema pobreza na condição de órfã e na vida adulta relacionou-se com a elite e o meio político. Torna-se aos leitores e a si mesma uma “outra”; alguém que vive uma dupla perspectiva e não tem certeza de qual lugar pertence.

Ainda assim, a narrativa é escrita a partir de um conflito subjetivo contínuo dado a ver a partir de olhares lançados sobre esferas sociais que se confrontam cotidianamente nas relações sociais do dia-a-dia, uma hegemônica e outra subalterna, ainda que muitas vezes de forma silenciosa e simbólica.

Por meio da literatura a escritora se busca na experiência do “outro”, mimese da vida real transposta para o relato literário que lhe serve de espelho. A literatura é o espelho do real imaginado para si mesma na vida adulta enquanto esteve sob os cuidados estatais, funcionando como o reflexo de outras existências possíveis, caminhos que ela poderia ter trilhado por ato ou efeito da reprodução social da exclusão. Caminhos que implicam adoção de estilos de vida, modelos de conduta que ela rejeitava explicitamente, como ser prostituta, amante, traficante, viver nas favelas junto às marginalidades consideradas desviantes.



De forma implícita, porém, desejava conhecer como essa realidade que lhe impuseram discursivamente funcionava na vida objetiva. É na negação da experiência alheia que a escritora enxerga a si mesma, nesse espelho imaginário que é a literatura consegue exercitar a subjetividade sobre a vida nesses outros destinos possíveis, sem que juízos de valor parem sobre ela.

O mundo literário pode proporcionar-lhe uma existência subjetiva diferente daquela que assumiu para si, externa ao mundo real, mas profundamente imbricada com ele. Talvez por isso, nunca considerou seu trabalho como produto de ficção, abrindo espaço para dúvidas sobre se o que fazia era ou não literatura:

Essas cenas da vida de um grande número de pessoas da alta sociedade são fatos que aconteceram verdadeiramente (CARRARO, 1975, p. 7).

Leitor amigo, ao escrever este livro quero somente levar ao conhecimento do público brasileiro estarrecedora estória dos padres que se desviam do caminho certo: a igreja (CARRARO, 1975, p. 7).

Sei também que não posso decepcionar àqueles que acreditam na minha pessoa como escritora moderna, que foge da ficção e prefere retratar personagens reais, e histórias verídicas (...) (CARRARO, 1965, p. 9).

Ser uma escritora de ficção pressupõe certas habilidades que Adelaide afirmava não possuir. Para ela literatura clássica é um tipo de escrita particular onde o autor precisa “florear” o objeto, descrevê-lo em pormenores com detalhes reveladores de sentimentos e circunstâncias, a exemplo de um dos seus livros preferidos, “O retrato de Dorian Grey”, de Oscar Wilde; “eu gostaria de escrever como ele, ele pega uma cadeira e diz que a cor é nevoenta, que é toda feita de veludo, bordada com florzinhas rococós (...) ele explica uma cadeira, então você tem cinco páginas, seis páginas pra cadeira que ele descreve”.

Para Adelaide a escrita performativa é o que caracteriza a literatura clássica e que na pintura encontra seu equivalente no estilo impressionista. Ou seja, ambas são expressões artísticas que precisam de análise, interpretação, “adivinhação”:

(...) Eu acho que a literatura assim, analisando uma flor, é a literatura clássica. (...) Agora, a atual, a minha literatura é atual, é assim como você vê um livro clássico, não, um quadro de Renoir, de Gauguin, de Rafael, de Klee, sei lá, de um monte dos grandes pintores, de Rubens. Você vê um quadro, principalmente de Renoir, ele pinta então o vestido da menina de organdi, é lindo, parece um organdi de verdade, então tem aqueles desenhos na rendinha, é um espetáculo. Então parece que é uma fazenda que está na vitrine, é um quadro clássico. Você vê a menina perfeita, os dentinhos, os olhos, tudo. Depois você pega um quadro do Portinari ou, sei lá, um outro quadro assim, de impressionista, então você já vê que é assim um quadro que você ainda vai



adivinhar o que é, né? Então a literatura é assim: o livro clássico é o quadro impressionista e o livro moderno uma coisa bem diferente, porque você mostra os mínimos detalhes da coisa sem florear (NADER, 1977, p. 6-7).

Já a literatura moderna a qual vincula seu estilo, não cria subterfúgios linguísticos para distrair a compreensão do leitor para a mensagem geral, sendo mais direta e ligada à realidade social e política que pretende representar. Quando questionada acerca do seu estilo, avisa que “é denúncia, literatura de denúncia, literatura verdadeira” e por fim pondera que “(...) acho que nem é literatura o que eu escrevo (...)” (NADER, 1977, p. 7). Possivelmente a ideia de denúncia preenche a recorrente necessidade que ela sempre demonstrou de externar as suas subjetividades e sentimentos sobre as próprias experiências de vida.

Em todos os livros publicados encontramos algum grau de expressividade de si mesma, o prefácio de muitas narrativas, apesar de direcionado aos leitores, mais se assemelha a uma conversa de desabafo com um velho e conhecido amigo/a⁴.

Para Adelaide, a relação entre realidade, escrita e verdade começou ainda na infância. Estava com oito anos quando a diretora do asilo perguntou qual das meninas gostaria de escrever um diário, só Adelaide se prontificou, recebendo um caderno e um lápis para iniciar a “tarefa”. Ao finalizar o diário foi mostrá-lo à “madrinha” que lhe aplicou uma grande surra:

Apanhei porque escrevi a verdade. (...) Contei que as crianças apanhavam porque faziam xixi na cama, que não tinha pão, que aqui não tinha nada. Vinha bastante alimentação pro asilo mas a diretora pegava e distribuía, vendia aquilo. Com as fazendas que vinham ela fazia vestidos pra ela. Contava no diário umas coisas assim: “Hoje na igreja a madrinha estava com um vestido feito dos panos que deram” (CARRARO, 1977, p. 8).

Já se esboçava o estilo narrativo que a caracterizaria na idade adulta, traduzir suas significações sobre a realidade objetiva vivida para a palavra escrita, cenas protagonizadas por pessoas reais, histórias escolhidas pela exemplaridade, porque se desdobram e se repetem na vida dos moradores pobres da capital paulista.

A singularidade não interessa a escritora, o que a seduz é a repetição dos dramas e das dificuldades vividas por pessoas comuns, assim como a recorrência dos gestos e decisões políticas que alargam o fosso entre a “alta classe” e os pobres, enriquecendo grupos privilegiados e jogando a população para a marginalidade.

⁴ Ver por exemplo: *Eu Mataria o presidente* (1966), *A marca do adultério* (1982), *Falência das Elites* (1965), entre outros.



No mundo maniqueísta da autora, temáticas sociais são ingredientes que ela mistura para criar tramas romanceadas, e nelas, as relações de gênero e a sexualidade normativa ou transgressora ganham um espaço considerável.

Nas entrevistas não descreve a si mesma como a escritora típica, sentada em uma escrivaninha e redigindo a criação literária por meio de uma máquina datilográfica. Sua produção é manual e acontece em qualquer cômodo da casa, usando como suporte de escrita um caderno simples, de tipo escolar. Usa a palavra “drama” para descrever esse processo, sem detalhar que dramas a escrita subjetivamente lhe desperta.

A cada finalização envia manuscritos com cerca de 600 páginas para à editora datilografar, resultando em livros com uma média de 200 páginas datilográficas. Temporalmente o processo da escrita não segue um padrão, o livro “A adúltera” foi escrito em dois meses, enquanto que “Gente” em seis dias. Como escritora, caracterizou-se por uma escrita urgente, lançando em média um livro a cada seis meses, a partir de histórias que ela dizia recolher do cotidiano da cidade de São Paulo.

A cada lançamento a editora produzia uma tiragem entre cinco e dez mil exemplares, alguns esgotando-se rapidamente a exemplo do título de “Prostituta a primeira dama” que vendeu dez mil cópias em apenas dois dias. Em 1977, ano em que revelou esses dados em entrevista à revista Escrita, afirmou que não sabia quantos livros já havia vendido no Brasil; apenas que já ultrapassavam dois milhões de exemplares (NADER, 1977, p. 6-8).

Uma marca de vendagem que ela atingiu usando a verossimilhança para compor o que chamava de “verdade nua e crua”. Explicitando claramente a ideia de que a experiência humana contém em si uma verdade que precisa ser transposta para o relato. Reinhart Koselleck (2006), ao discutir as metáforas modernas da imparcialidade, diz que a obrigação com a veracidade dos fatos é que, desde Cícero, distingue os historiadores dos fabulistas, cuja metáfora do espelho é um indício inequívoco dessa lógica.

Assim como o espelho reproduz a imagem de forma instantânea e fiel, o historiador, imbuído de um “realismo ingênuo” cria uma composição narrativa da mesma maneira que o espelho reflete a imagem, sem deturpá-la. Para Koselleck (2006, p. 163), o problema não está no apelo da verdade em si, mas em acreditar que a verdade possa irromper de forma espontânea.

A obra de Adelaide se assemelha, neste sentido, a produção historiográfica anterior ao século XVIII apontada por Koselleck, que postulava uma neutralidade, defendendo a imparcialidade da narrativa em prol de uma verdade dada *a priori*. Ao insistir que seus livros



eram uma “estória verdade”, criava uma posição de mediadora entre o espelho e o público, sugerindo que cada história narrada havia sido tirada de um espelho, no qual ela, de forma autômata, reproduzia aos leitores o que via e escutava.

A ideia de que uma escritora possa segurar o espelho para a realidade da vida de uma personagem real também é criticada por Anne McClintock ao referir-se ao livro de Elsa Joubert, escritora branca sul africana que publicou a história de vida de Nongena, uma negra pobre que viveu o extremo da miséria moral e social nas favelas e na realidade da África do Sul nos anos 1960 e 1970.

Assim como Adelaide Carraro em relação a suas protagonistas, Elsa Joubert também se proclamou como “refletor mimético” da verdade nua e crua sobre a vida de Nongena. Para McClintock, o que se questiona não é a autenticidade da narrativa, mas a ideia de “propriedade textual individual”, se a história não é uma invenção porque a personagem aparece com nome fictício e mantém-se a margem do próprio relato? Ela defende a importância política da coautoria narrativa, onde as vozes das mulheres possam ser lidas ainda que sob nomes fictícios e a mediação de uma escritora (MCCLINTOCK, 2010, p. 445).

Também os livros de Adelaide, de acordo com ela, trazem histórias de mulheres reais com nomes fictícios a fim de proteger seus personagens do escrutínio popular. Nesse caso, concordando com McClintock (2010), a força política da narrativa é quebrada pelas vozes que se debatem sobre os aspectos relativos à autenticidade do relato e ao status da própria produção; trata-se de romance, biografia ou autobiografia? Posições literárias que desprezam as obras de Carraro como literatura.

Na opinião de Pedro de Castro Amaral Vieira (2010), o fato de Adelaide proclamar apenas a escrita da “verdade nua e crua” só declara o descompromisso da autora por uma narrativa mais “limpa”.

Ao realizar um estudo sobre as características literárias da obra adelaideana, o autor afirma que a “afirmação de uma ficção que recusa a ficção”, chamada de “realismo anti-literário” só serve para justificar um texto “pontuado de impurezas”, “(...) o texto sujo de Carraro seria, em sua imperfeição, a perfeita tradução de um mundo também repleto de fedor e sujeira” (VEIRA, 2010, p. 63).

Isso porque o texto adelaideano fere ostensivamente os padrões gramaticais da norma culta, carregado de desatenções quanto à pontuação e a ortografia. Não obstante, ainda faz uso



de palavras consideradas pela ética burguesa como vulgares, impronunciáveis, capaz de fazer corar até aos mais liberais. Sobre isso a escritora Cassandra Rios afirmou que,

Adelaide só não estudava português e não se esmerava além do argumento porque, dizia-me, o seu tempo era muito precioso e curto, o que importava era a história que ela escrevia com sua letrinha e que às vezes um amigo caridoso passava à máquina para ela. [Dizia] que era assim que ela era, natural e autêntica, reconhecia que precisava respeitar seus leitores e fazer revisões dos seus livros, mas não gostava de fazer isso e o tempo voava! Que aquela era a sua arte, natural e espontânea, como deduzi do que ponderava. (CARRARA, 1997 *Apud* Vieira, 2010, p. 63)

Reconheceu em várias entrevistas suas deficiências gramaticais, justificando que o seu tempo era engolido pelo processo de criação. Suas histórias, segundo ela, eram precedidas por pesquisas ao estilo jornalístico ou recebidas por pessoas conhecidas, para escrever a “*Marca do Adultério*” inspirou-se no diário de uma mulher cuja história conheceu em Angra dos Reis. E avisou aos leitores, “aqui vai uma coisa para vocês saberem, no meu cérebro de escritora, um pouquinho de qualquer estória que me contam vai crescendo tanto que se torna interminável” (CARRARO, 1982, p. 18-19).

A obra *O Amante da Condessa* foi resultado de seis anos de insistência junto ao protagonista para que aceitasse revelar e publicar a história, assim como “*Os amantes*” e os “*Ricos também matam*” surgiram de fatos contados a ela por dois amigos delegados. O processo de criação de “*Prostituta a primeira dama*” foi inspirado na seguinte narrativa:

Eu estava sentada em frente à minha casa lá em Campos do Jordão e vi descer pela estrada que vem do palácio uns oito carrões pretos rebrilhando ao sol que cobria a cidade. Depois meus olhos seguiram o helicóptero que eu sabia ser gente do governo. Aí eu fiquei imaginando, porque aquele palácio tão grande e que tinha custado uma verdadeira fortuna ao Estado, estava lá na colina verdejante e sem uma utilidade importante. E (...) de Campos do Jordão meu pensamento vôou para um outro palácio e a imagem da primeira dama cresceu na minha frente e meu cérebro se revolveu formando este livro (CARRARO, 1975, p. 10-11).

O livro em questão vendeu dez mil exemplares em dois dias, apesar do sucesso não ter uma segunda edição, a censura foi acionada porque “(...) deixou a esposa de um certo governador de São Paulo numa situação lamentável” (CARRARO, 1980, p. 97). Já *Submundo da Sociedade* envolveu uma atividade performativa que lhe rendeu uma prisão equivocada. Disfarçou-se de prostituta para conhecer a realidade das ruas paulistas e sem a carteirinha que lhe permitia exercer a prostituição foi levada pelo carro do tintureiro que recolhia mulheres sem documentos pelo crime de “vadiagem” (CARRARO, 1975, p. 8-10).



Por meio de histórias narradas ou vivenciadas ela desejava oferecer o realismo ao seu público leitor. Para Vieira, a crença de que é possível apreender o real e reproduzi-lo na narrativa romanesca caracteriza Adelaide como seguidora da tradição naturalista do século XIX, na qual os romancistas se esforçavam para retratar a sociedade brasileira sem idealizações ou romantismos e tendo em Machado de Assis um dos seus maiores representantes (VIEIRA, 2010, p. 69).

De todo modo, no prefácio de “Eu mataria o presidente”, encontramos o ponto de vista da autora a nos despir de sua crença em um “realismo ingênuo”:

AO MEU PÚBLICO LEITOR

Os meus livros retratam as chagas sociais de nossa Pátria, nêstes últimos decênios. Não podem ser, é claro, a reprodução fiel dos acontecimentos. Êles porém, se alicerçam na verdade histórica. Apreendo alguns fatos, fico a par de outros, através de contatos, bate-papos, no borborinho de festas, reuniões, coquetéis, etc. Depois abanco-me para escrever as minhas estórias, fundamentada nos fatos que me contam. Podem não ser verdadeiras, mas é inegável que apresentam um fundo de autenticidade, algo de verossimilhança. Minha mente leva-me por um verdadeiro labirinto, e vou gerando minhas obras, que na realidade, como já disse, significam uma explosão íntima, um choque com o passado execrando que foi, calcorreado por horas muito mais funestas que risonhas (CARRARO, 1966, p. 15-16).

Tem consciência de que ficcionaliza uma realidade imaginada, mas não considera sua criação como produto de ficção, antes uma interpretação, verdade individual alicerçada na realidade externa do cotidiano. Ainda, que o próprio passado tornou-se matéria-prima para compor as narrativas do presente, daí a dificuldade da escritora em rotular-se como narradora de ficção. Muitas das composições que ela criou a partir de uma “explosão íntima” estão relacionadas com suas experiências pessoais, as quais se entrecruzaram com a de muitas pessoas com as quais conviveu ou conheceu.

Por isso sua escrita dá visibilidade a relatos da realidade social, mas que uma vez transposta para o romance deve guardar seu status de ficção de acordo com os padrões literários vigentes. Mas ao proclamar que escrevia a “verdade nua e crua” em um texto romanceado ela negava esse enquadramento e tornava-se alvo de críticas misóginas e preconceituosas por parte dos meios literários que passaram a rejeitá-la sob rótulos pejorativos e afirmações desrespeitosas⁵.

⁵ “Adelaide Carraro queria ser que nem Hitler”. EX-12 Ribeirão Preto, 08 a 15/06/1975, ano 1, nº 2, p.12. Esse periódico usou uma frase que a escritora disse na entrevista sob um contexto bem específico. Outro exemplo é a reportagem que Escrita – revista mensal de literatura realizou com Adelaide em 1977, na capa a seguinte pergunta: “Adelaide Carraro: Escrita popular ou lixo?”.



Se o estilo literário que orientava a escrita não estava totalmente claro para a autora, o mesmo não se pode afirmar em relação ao enquadramento do seu trabalho como romance de ficção. Sobre essa questão não encontramos opiniões vacilantes, contradições ou dúvidas na postura da autora quando inquirida por entrevistadores ou críticos literários acerca da ficcionalidade de suas composições; de fato, para ela sua narrativa não era ficcional, como afirmou à Iza Freaza: “meus livros são o problema da nossa sociedade.

São reais, não são livros de sacanagem. Se você entrevistar as crianças que encontrar nas ruas de São Paulo às quatro horas da manhã achará o que botei nos meus livros”. A abordagem de uma realidade real externa é uma característica importante em seu trabalho, e junto a ela, com igual peso e voracidade, encontramos o sujeito em crise.

Em outras palavras, Adelaide não se esmerou somente em retratar a realidade social brasileira, mas trouxe à tona a consciência de homens e mulheres em seus dramas internos referentes principalmente às relações sociais, econômicas e de gênero. Mas o peso político de suas narrativas acabou suplantado pelas críticas em torno da autenticidade do relato, do estilo erótico/pornográfico e da escrita narrativa demasiadamente coloquial e em desacordo com as regras gramaticais da língua portuguesa.

Se a proposta de uma narrativa ficcional colada ao real é sedutora aos leitores então se torna para ela uma boa aposta de marketing. Possivelmente ela não ignorava a característica voyeurística do leitor de romances, sempre pronto a “espiar pelo buraco da fechadura” para bisbilhotar os acontecimentos da vida alheia. Os quais ainda podiam exercitar a imaginação tentando decifrar quais eram as personalidades políticas famosas que protagonizavam suas histórias.

A alegoria da “verdade nua e crua” cria, segundo Koselleck (2006, p. 164) uma metáfora poderosa capaz de “permitir que a verdade de uma história fale por si mesma”, e que “tomada ao pé da letra, essa exigência obriga o autor a se abster de qualquer julgamento o que acaba por reforçar a metáfora do espelho”.

É possível também, concordando com Vieira, que a autora buscasse justificar um texto “pontuado de impurezas” se ancorando na “metáfora do espelho”; evitando o próprio julgamento, mas principalmente o do público e da crítica literária, camuflando a pequena instrução intelectual que recebeu quando ainda era asilada. A metáfora do espelho transformou-se em uma poderosa arma que ela usava para se situar dentro de um mundo literário que a



rejeitava, mas também investir no apelo mercadológico da alegoria contida na “verdade nua e crua”.

Definir a literatura adelaideana a partir da oposição “verdade” e ficção constitui-se em um falso problema na medida em que consideramos as relações e intersecções entre a vida e a obra da autora; as inserções e contradições em relação à sociedade de seu tempo, a ela se opondo ou por vezes se amoldando, mas assim como sua época, também ela, Adelaide, uma mulher em constante mutação; uma criadora a confundir-se à criação, misturando personagem e mulher real, em uma complexa e singular interação dialética.

Classificá-la de escritora ficcional significaria não apenas desconsiderar todo o peso autobiográfico que ela notadamente imprimiu em todo o trabalho, como também as pesquisas que realizava para compor muitas das histórias publicadas; e ainda, negar o próprio enquadramento que Adelaide sempre realizou do seu trabalho, fugindo insistentemente de uma visão de mundo romântica para desnudar muitas das misérias e desigualdades humanas.

Sabemos, porém, que o real não pode ser apreendido em sua totalidade e transposto para a narrativa, a própria escritora considerou que ao vasculhar memórias, suas ou de outros, e as ressignificar subjetivamente, criava versões possíveis, verossímeis com a realidade que pretendia publicizar.

Abordar uma realidade externa não é mesmo que abordar a verdade sobre ela, de vez que toda narrativa é um ponto de vista sujeito a parcialidades, lacunas e deformações. Para a escritora eram narrativas nas quais suas verdades estavam impressas, constituindo-se em uma realidade distante do que ela entendia por ficção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Aline Alves. **Carolina Maria de Jesus: projeto literário e edição crítica de um romance inédito**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

CALDAS, Waldenyr. **A literatura da cultura de massa: uma análise sociológica**. São Paulo: Musa Editora, 2001.

CARRARO, Adelaide. *“Patética entrevista com Adelaide Carraro – a escritora mais controvertida do Brasil”*. Entrevista concedida à Jaguar, Ziraldo e Iza Freaza. **Revista d’o Pasquim**, Rio de Janeiro, nº 427, ano IX, 1977, s/p.



_____. “Adelaide Carraro queria ser que nem Hitler”. **EX-12** Ribeirão Preto, amo I, n. 2, 08 a 15/06/1975, s/p.

_____. A Escandalosa Adelaide Carraro, uma mulher moralista. Entrevista concedida à Fernando Portela. **Revista Stylus**, n. 73, 1980.

_____. **Eu e o governador**. São Paulo: L.Oren, 1963.

_____. **Falência das elites**. São Paulo: Exposição do Livro, 1965.

_____. **Eu mataria o presidente**. São Paulo: L.Oren, 1966.

_____. **O comitê**. São Paulo: L.Oren, 5ª edição, 1969.

_____. **O passado ainda dói**. São Paulo: L.Oren, 1970.

_____. **Carniça**. São Paulo: L.Oren, 1972.

_____. **De prostituta a primeira dama**. 3ª Ed. São Paulo: L.Oren, 1975.

_____. **O castrado**: o homem que fazia seu corpo um “comércio sexual”. São Paulo: Global Editora, 1975.

_____. **Escritora maldita**. São Paulo: L.Oren, 1976.

_____. **A marca do adultério**. São Paulo: Global Editora, 1982.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Trad. Plínio Dentzien. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

NADER, Wladir. Adelaide Carraro, uma mulher de dois milhões de exemplares vendidos. **Escrita - revista mensal de literatura**. São Paulo: Vertente Editora Ltda., ano II, n. 18, 1977, p.03-09. Entrevista concedida à Wladyr Nader.

VIEIRA, Pedro de Castro Amaral. **Meninas más, mulheres nuas**: Adelaide Carraro e Casandra Rios no panorama literário brasileiro. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2010.



Guimarães Rosa contra a História: a evasão do tempo em “Se eu seria personagem”.

Amanda Teixeira da Silva⁶

Artigo Recebido em: 29/03/2019

Artigo Aprovado em: 14/04/2019

RESUMO

O presente artigo pretende discutir a relação de Guimarães Rosa com a História. Através de estudos genéticos conduzidos graças a declarações pessoais, cartas, marginalia e, principalmente, estudos para a obra, buscou-se compreender quais autores embasaram a construção de sua ficção. Para atingir esse objetivo, foi essencial acessar, *in loco*, o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), onde encontram-se os manuscritos do autor, bem como os livros que constavam em sua biblioteca quando faleceu. Conhecido como um escritor pouco engajado e associado frequentemente a espectros políticos de direita, Guimarães Rosa afirmou, frequentemente, ser “contra a História”. Por este motivo, procurou-se, aqui, perscrutar essa suposta “cultura anti-histórica” rosiana. A partir do estudo do conto “Se eu seria Personagem”, publicado no livro “Tutaméia”, conclui-se que, em sua tentativa de “fugir do tempo”, Rosa contou com a parceria de filósofos e historiadores antigos, mas, principalmente, com autores religiosos – tanto ocidentais quanto orientais – que defendem as ideias de “destino”; “providência divina” ou “wu-wei”.

Palavras-chave: Guimarães Rosa. História. Literatura. Evasão do Tempo.

Guimarães Rosa against History: time avoidance in "Se eu seria personagem".

ABSTRACT

The present article intends to discuss the relationship of Guimarães Rosa with History. Through genetic studies conducted thanks to personal statements, letters, marginalia and, mainly, studies for the work, it was tried to understand which authors supported the construction of its fiction. To achieve this goal, it was essential to have access to the collection of the Institute of Brazilian Studies (IEB / USP), locating the author's manuscripts, as well as the books that were in his library when he died. Known as a poorly engaged writer and often associated with right-wing political specters, Guimarães Rosa has often claimed to be "against history." For this reason, an attempt was made here to examine this alleged "anti-historical" culture. From the study of the "Se eu seria personagem" tale, published in the book "Tutaméia", it was concluded that in her attempt to "flee from time", Rosa counted on the partnership of ancient philosophers and historians, but mainly with religious authors - both Western and Eastern - who espouse the ideas of "destiny"; "Divine providence" or "wu-wei."

Keywords: Guimarães Rosa. History. Literature. Evasion of Time.

⁶ Professora da Universidade Federal do Cariri – UFCA. Doutora em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri – UFCA. Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5375830834404417>. Endereço eletrônico: amanda.teixeira@ufca.edu.br.



1 INTRODUÇÃO

As relações entre História e Literatura existem desde a Antiguidade. No entanto, com o tempo, essas relações foram relegadas a segundo plano, especialmente no século XIX, quando a História se institucionalizou como ciência, e voltaram a se tornar mais fortes apenas a partir da chamada “virada linguística” (*linguistic turn*), no final do século XX. A expressão que dá nome a essa nova perspectiva historiográfica foi cunhada para nomear uma revolução no estudo das humanidades, cujos principais idealizadores deixavam de “ter como guia a referência na realidade para privilegiar a maneira como ela é verbalmente trabalhada” (LIMA, 2006, p. 27).

A literatura, até então, era tratada predominantemente – principalmente a partir do advento da Nova História – como fonte. Com o surgimento da virada linguística, o conteúdo narrativo da própria forma como se escreve a História passou a ser problematizado. Peter Burke afirma que, na década de 1990, a narrativa histórica é tema de pelo menos dois debates, o primeiro dizia que “os historiadores deveriam considerar as estruturas mais seriamente que os acontecimentos”, enquanto o segundo afirmava “que a função do historiador é contar uma história” (BURKE, 1992, p. 330).

Consolida-se então uma discussão sobre a narrativa, sobre sua presença (ou ausência) na escrita do historiador e as implicações daí advindas. Enquanto alguns defendiam a volta da narrativa, outros declaravam que ela nunca desapareceu; havia ainda quem a tratasse com desdém, não admitindo a validade de sua existência na escrita da história, e quem a compreendesse como um discurso cujo princípio de realidade não era maior que o do discurso ficcional. É preciso salientar, no entanto, que a maior querela se deu entre os seguidores dos *Annales* e os integrantes da escola narrativista norte-americana.

O presente estudo, embora dialogue com tais debates realizados nos campos da História e da Literatura, não pretende perscrutar o quanto há de ficcional na narrativa historiográfica, nem o quanto há de histórico na ficção: o objetivo, aqui, é compreender a cultura histórica de Guimarães Rosa e de que forma ela aparece em sua obra. Será desenvolvido, sobretudo, um estudo sobre o modo como Rosa enxergava a História. Não será discutida, portanto, a importância da ficção do escritor mineiro para a historiografia brasileira. Embora não fosse seu propósito, Guimarães Rosa acabou dando muito relevo em sua obra à *História* (mais



especificamente a certos aspectos da teoria e da filosofia da História), bem como a categorias caras aos historiadores, o *Tempo* e a *Memória*. É sobre tais elementos que nos debruçaremos.

2 A HISTÓRIA DE GUIMARÃES ROSA

João Guimarães Rosa nasceu em 27 de junho de 1908, na pequena Cordisburgo, cidade mineira em que passou a infância e para onde retornava durante as férias escolares da juventude. Segundo o próprio escritor, sua obra está estritamente ligada ao fato de ter nascido no sertão. Graduou-se em Medicina, mas desistiu da profissão para seguir carreira como diplomata. Foi cônsul-adjunto em Hamburgo, na Alemanha, em 1938. No país, conheceu Aracy Moebius de Carvalho, que viria a ser sua segunda esposa. Permaneceu na Alemanha até o rompimento diplomático do Brasil com aquele país durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942. Trabalhou ainda em Bogotá e Paris. Morreu em 19 de novembro de 1967, no Rio de Janeiro, três dias depois de ser agraciado com o título de “imortal” pela Academia Brasileira de Letras.

A obra de Guimarães Rosa era, então, composta por apenas cinco livros (*Estas Estórias* e *Ave, Palavra* foram organizados e publicados postumamente, em 1969 e 1970, e seu livro de poemas, considerado pelo próprio autor como uma obra menor, foi editado somente em 1997)⁷. Rosa começou a escrever tardiamente; no entanto, suas criações são temas dos mais variados estudos. É importante ressaltar que seus escritos surgiram no rastro da chamada literatura regionalista, mas se afastaram dela ao optar por temas universais e desenvolver um estilo de escrita bastante original.

A literatura rosiana se destaca pelas ousadias linguísticas; pela forte assimilação do pensar e falar popular; pela criação de neologismos e pela proposta de “libertação” da língua portuguesa. Paulo Rónai descreve, no prefácio de *Primeiras Estórias*, parte do processo de criação de Guimarães Rosa. Para ele, o escritor mineiro, apesar de ter feito sua aparição na literatura como escritor regionalista, não adotara as técnicas comuns nos regionalismo, como utilizar “linguagem” regional ao longo de todo o livro, restringi-la à fala dos personagens ou substituí-la inteiramente por uma linguagem literária e formal. Rosa teria adotado uma quarta solução, que “consistia em deixar as formas, rodeios e processos da língua popular infiltrarem

⁷ Sagarana (1946), *Corpo de Baile* (1956) – posteriormente dividido em três volumes: *Manuelzão e Miguilim*, *No Urubuquaquá, no Pinhém e Noites do Sertão* –, *Grande Sertão: Veredas* (1956), *Primeiras Estórias* (1962), *Tutaméia – Terceiras Estórias* (1967), *Estas Estórias* (1969), *Ave Palavra* (1970) e *Magma* (1997).



o estilo expositivo e as da língua elaborada embeberem a linguagem dos figurantes. (RÓNAI *apud* ROSA, 1967a, p. xiii-xix)”.

Guimarães Rosa, por sua vez, afirmou, em carta a João Condé, que amava a língua; porém, não a amava como “a mãe severa, mas como a bela amante e companheira” (ROSA, 2001b, p. 24). O autor dizia, ainda, que havia dois componentes igualmente importantes em sua relação com o idioma: o primeiro era o fato de ele considerar a língua como elemento metafísico, e o segundo se referia às singularidades filológicas do português e do espanhol, que, segundo Rosa, seriam formadas por processos de origem metafísica, “muitas coisas irracionais, muito que não se pode compreender com a razão pura” (ROSA *apud* LORENZ, 1973, p. 337).

É necessário, ainda, levar em conta outros aspectos da não-vinculação de Rosa com a corrente regionalista em voga na sua época. Para o autor, o sertão é “afirmado como matriz da criação, mas deve ser entendido como um microcosmo onde vai-se desenrolar a aventura humana” (ALMEIDA, 2006, p. 279). Seu intuito era, segundo dizia, libertar o homem do peso da temporalidade⁸. Por outro lado, ele mesmo pretendia se inserir e se confundir com o espaço que retratou em sua obra: “Eu carrego um sertão dentro de mim, e o mundo no qual eu vivo também é o sertão”⁹, disse o autor. Por esse motivo, para Walnice Nogueira Galvão, a literatura de Guimarães Rosa assinala ao mesmo tempo o apogeu e o encerramento do Regionalismo. Kathrin Rosenfield, por sua vez, defende que o autor desligou-se das reflexões sociológicas tão comuns naquele período, inaugurando um fato novo na literatura brasileira enquanto imprimia ao sertão e ao sertanejo as marcas de uma experiência metafísica: “o sertão torna-se símbolo de uma travessia capital, ao longo da qual as coisas banais do mundo tendem a “verter” para dar lugar a algo próximo da visão religiosa: uma ‘compreensão’ aquém do intelecto” (ROSENFELD, 2006, p. 49).

Existe ainda uma passagem em que o próprio escritor elucida o significado do sertão em sua obra e fala sobre a língua que optou por usar nas suas criações: “não do ponto de vista filológico e sim metafísico, no sertão fala-se a língua de Goethe, Dostoievsky e Flaubert, porque o sertão é o terreno da eternidade, da solidão” (ROSA *apud* COUTINHO, 2003, pp. 85-86).

⁸ Guimarães Rosa afirma que Günter Lorenz foi o crítico que mais lhe causou alegria, pois havia escrito a compreendido que “que em Grande Sertão havia liberado a vida, o homem (...) do peso da temporalidade” (ROSA & MEYER-CLASON, 2003, p. 42)

⁹ RODRIGUES, Ricardo. Viagens imaginárias: o sertão e as veredas de Guimarães Rosa. Rio de Janeiro: Manchete. 20 de julho de 1991, p. 37-45.



O trabalho aqui desenvolvido não pretende compreender a literatura rosiana como uma representação realista daquilo que é o sertão e dos fenômenos que lá ocorrem. Esta pesquisa tenta produzir uma perspectiva que leve em conta aquilo que a *história* que parece significar para o autor – o que leva a pensar em visões de tempo e espaço bastante diferentes daquelas que imperam no senso comum.

João Guimarães Rosa afirma que a palavra “arte” representa, para ele “um daqueles variados caminhos que levam do temporal ao eterno” e lembra que seus contos são “histórias adultas da Carochinha” (ROSA, 2001b, p. 24). A partir dessas afirmações – e da leitura dos contos e de estudos acerca da obra de Rosa – é possível afirmar que, mais que o tempo cronológico, é a eternidade que move suas “estórias”; infere-se ainda que suas narrativas pouco se preocupam com o valor de documento sobre o passado (não se pretendem “crônicas”¹⁰). O que parece permanecer acerca da relação mais profunda entre as histórias de Rosa e a História feita pelos historiadores é a necessidade de narrar e de atribuir sentido ao passado: é a partir dessas reflexões que foi desenvolvido este trabalho, que pretende pensar sobre a existência de uma “cultura histórica rosiana” (ou uma cultura “anti-histórica”).

Guimarães Rosa costumava afirmar com frequência seu desinteresse pela história e pela política. Num de seus estudos para obras, ele transcreveu a seguinte passagem de *Felicidade pela Agricultura*, de Castilho¹¹: “POLÍTICA” – Só quando deixarmos de ser políticos, principiaremos a ser bons”¹². É possível notar, no entanto, em sua biblioteca e mesmo nas entrelinhas de sua obra, numerosos aspectos destes dois campos da vida que o escritor dizia serem vãos.

Fernando Baião Viotti, em sua dissertação intitulada “Cartas de Guimarães Rosa a seus tradutores” lembra que, mesmo que os interesses mais prementes do escritor mineiro não sejam históricos, políticos ou sociais, sua obra está permeada por estes elementos e é possível “desentranhar da forma literária – às vezes mais, às vezes menos – a dimensão social representativa de um povo ou de uma época” (VIOTTI, 2007, p. 85).

¹⁰ É possível perceber esse descompromisso especialmente nas “estórias”, já que não este trabalho não leva em conta os textos que compõem *Ave, Palavra*, livro em que podem ser encontrados, além de fragmentos de diários e um grande número de poemas, algumas reflexões de Guimarães Rosa sobre eventos que marcaram seu tempo, como a Segunda Guerra Mundial e a morte de John Kennedy.

¹¹ António Feliciano de Castilho, escritor português filiado ao Romantismo.

¹² EO-018, p. 209.



O autor oferece uma fonte instigante acerca das impressões de Rosa sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil. A citação exposta a seguir consta em carta inédita do escritor à sua tradutora americana, Harriet de Onís, e versa sobre “o grande movimento cívico-militar” que livrou o Brasil de João “Goulart e seus perigosos agitadores”:

E – como a Senhora terá acompanhado pelos jornais – o grande movimento cívico-militar que nos livrou de J. Goulart e seus perigosos agitadores se desenrolava aqui. (...).

Dois coisas me confortam, imensamente, no momento. Sua esplêndida “performance” com o nosso “The Little... Donkey”. E o fato de a rebelião contra o Governo ter partido do nosso Estado de Minas Gerais, e as tropas que se arrojaram, rápidas e disciplinadas, maciçamente, contra o Rio de Janeiro, foram as de Minas: descendo das montanhas, a nossa gente do sertão, do Grande Sertão, das Backlands (ROSA *apud* VIOTTI, 2007, p. 85).

Nessa citação, Guimarães Rosa afirma, a uma autora norte-americana, estar muito satisfeito diante da tomada de poder pelos militares e mesmo orgulhoso pelo fato de a suposta rebelião ter partido do estado onde nascera, Minas Gerais¹³. Há ainda uma passagem de carta sua a Bizzarri, eu tradutor italiano, em que se refere com certo apreço ao regime militar no Brasil:

Desde sua carta, última, amiga, boa, data de 12 de março [de 1964], muita coisa houve, além do nacional movimentão. (...) no dia 3, quando maiores eram aqui a atmosfera militar e o entusiasmo patriótico, chegou-me outro telegrama deles [dos editores italianos] (...) (ROSA & BIZZARRI, 2003, pp. 148-149).

As citações acima dão a ver que o próprio Guimarães Rosa compartilhava desse “entusiasmo patriótico”. Como afirma Viotti, tais comentários do autor revelam que sua adesão ao golpe de 1964 não se dava somente por possuir compromissos protocolares junto ao Itamaraty, mas “principalmente por simpatia pessoal ao movimento (ou antipatia ao governo Jango), posicionamento à direita que lhe será cobrado em anos posteriores pela intelectualidade brasileira e até mesmo fora do Brasil” (VIOTTI, 2007, p. 86). O editorial do Jornal do Brasil publicado em 21 de novembro de 1967 (dois dias após a morte de Guimarães Rosa) dava conta dessa especificidade da obra rosiana:

Ao contrário da maioria dos grandes escritores contemporâneos, Guimarães Rosa era singularmente não-engajado. Das duas grandes fontes da filosofia ocidental –

¹³ Em 13 de março de 1964, João Goulart anuncia as reformas de base e apresenta o plano que envolvia mudanças radicais nas estruturas agrária, econômica e educacional do Brasil. Em 19 de março, a “Marcha da família com Deus pela liberdade” arrasta milhares de pessoas em protesto contra Jango pelas ruas de São Paulo. Em 31 de março de 1964, tropas de Minas Gerais e de São Paulo saem às ruas. Com vistas a evitar uma guerra civil, Jango deixa o Brasil e se exila no Uruguai.



Aristóteles e Platão – era pelo platonismo, pelo neoplatonismo, pelos místicos, pelos contemplativos. No pórtico do seu último livro, *Tutaméia*, Rosa respondeu aos que lhe cobravam engajamento dizendo que a “estória” é contra a “História”, isto é, a arte do escritor não se deve preocupar com o contingente, com as paixões do seu tempo. Deve procurar inserir-se na eternidade.¹⁴

Em entrevista ao crítico alemão Günter Lorenz, Rosa afirmou: “a política é desumana porque dá ao homem o mesmo valor que uma vírgula em uma conta. Eu não sou um homem político, justamente porque amo o homem. Deveríamos abolir a política” (ROSA *apud* LORENZ, 1973, p. 333). No “Seminário Internacional Guimarães Rosa: Cinquenta anos de *Grande Sertão: Veredas e Corpo de Baile*”, por sua vez, o crítico literário Antonio Candido lembrou uma conversa que teve com Rosa em 1966, quando o escritor mineiro lhe disse que “o problema social é um falso problema, o único problema real é saber se Deus existe” (ROSA *apud* VIOTTI, 2007, p. 111). Benedito Nunes, no mesmo seminário, recordou outra frase de Rosa acerca de suas reais preocupações: “Eu trocaria toda a minha obra por um segundo de certeza quanto à imortalidade da alma” (ROSA *apud* VIOTTI, 2007, p. 111).

Esse apelo soberanamente místico aliado a uma aparente despreocupação – ou mesmo cegueira – social se contradiz, no entanto, em textos menos conhecidos, tais como aqueles que constituem os *Diários de Caça* arquivados pelo Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP. Num deles, o narrador encontra uma menina pobre no caminho da caçada e não consegue deixar de se preocupar com sua situação econômica:

Provavelmente sonhava com um vestido novo, bordado de rendas, todo cor-de-rosa e macio como o seu corpinho inocente. Olhei para os farrapos que cobriam a carne branca e tive uma imagem súbita, fulgurante do meu país. O destino dessa criança era, na certa, nunca atingir a adolescência caso sobrevivesse às moléstias, à subnutrição e falta de higiene, vegetaria uma existência marginal, cheia de privações, pobrezinha e anônima como a flor silvestre do sertão goiano.¹⁵

O narrador do texto chega a prometer uma boneca para a menina miserável, mas a criança desconhece o significado da palavra “boneca”, fato que abala o caçador sobremaneira:

Guardei na retina os traços da menina pobre. Nunca vira uma boneca: isto não me parecia tão grave como desconhecer o sentido da palavra. Lembrei-me de minha filha, Regina, rodeada de bonecas inglesas, francesas, italianas, espanholas, alemãs, portuguesas e brasileiras. Confesso que tive vergonha.¹⁶

¹⁴ Editorial transcrito para o livro lançado pela Editora José Olympio “Em memória de João Guimarães Rosa”, que trazia depoimentos de diversas figuras públicas acerca da obra do escritor mineiro (1968, p. 155).

¹⁵ DIÁRIO DE CAÇA, I - Julho de 1957 (Cx 14, 12.5, p. 16).

¹⁶ DIÁRIO DE CAÇA, IV (Cx 14, 12.4, p. 12).



Este texto mostra, sem dúvida, um Guimarães Rosa muito mais realista que aquele geralmente estudado. Neste *Diário de Caça*, que parece guardar um misto de narrativa ficcional em germe e anotações baseadas em caçadas empreendidas pelo escritor, surge um sentimento de culpa aterrador, provavelmente comum ao próprio diplomata Guimarães Rosa que, vivendo num mundo de privilégios, se afastou das reais mazelas do Brasil, a despeito de manter seu encanto pelo saber oral perpetuado pela população pobre e iletrada do país.

Apesar dessas fissuras na forma e na temática geralmente trabalhada pelo escritor mineiro, Rosa reconhece o “pendor místico ou metafísico (...) como motor principal das suas invenções” (ROSENFELD, 2006, p. 48). Sobre este assunto, já é conhecida também a listagem do autor sobre os aspectos prioritários de sua obra, em que ele afirma: “como apreço de essência e acentuação, assim gostaria de considerá-los: a) cenário e realidade sertaneja: 1 ponto; b) enredo: 2 pontos; c) poesia: 3 pontos; d) valor metafísico-religioso: 4 pontos” (ROSA & BIZARRI, 2003, pp. 86-91).

Ainda sobre as preocupações mais íntimas de Guimarães Rosa, há um comentário exemplar de Antonio Callado acerca de algo que ocorreu quando o jornalista carioca e Guimarães Rosa passavam uma temporada em Bogotá e se desenrolou o levante civil de 1948 conhecido como “El Bogotazo” (provocado pelo assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán). Guimarães Rosa teria “desaparecido” neste período. Ao reencontrá-lo, Callado teria tecido com o escritor mineiro o seguinte diálogo:

Quando ele reapareceu, eu disse: “Puxa, Rosa! Onde é que você andou?” E ele me respondeu: “Estava todo o tempo na residência do embaixador”. A casa ficava no bairro mais chique de Bogotá, era enorme e tinha um parque imenso. “Mas você não viu o que aconteceu em Bogotá? Puxa, parecia a história de Augusto Matraga, de tanto que mataram gente... Isso aconteceu no meio da rua, o tempo todo!” Foi então que ele me disse: “Ora, Callado, o que tenho que escrever já está tudo aqui na minha cabeça. Não preciso ver coisa alguma (...)”. – “Mas Rosa, olha, eu garanto que você ficaria impressionado. Foi um espetáculo terrível... O que você fez durante todos esses dias?” Ele disse: “Eu reli o Proust”. Vejam só! (...) Ignorou a cidade que pegava fogo porque já tinha todas as guerras de que precisava dentro da cabeça¹⁷.

Para Walnice Nogueira Galvão (2008, p. 92), Rosa representa uma síntese e ao mesmo tempo uma superação de duas vertentes: como os regionalistas, volta-se para o interior do país e põe em cena personagens plebeus e “típicos”, mas, como aqueles que se dedicavam ao

¹⁷ O presente depoimento de Callado pertence à seguinte obra: CALLADO, Antonio. *3 Antônios e 1 Jobim*. Depoimentos de Antonio Callado, Antonio Candido e Tom Jobim. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p. 81-82.



romance espiritualista ou psicológico, ele se debruçou sobre assuntos metafísicos e costeou o sobrenatural, o transcendente.

Assim, Guimarães Rosa surge como um autor que vagueia entre as fronteiras. Esta característica do escritor mineiro foi imprescindível para que chamasse a atenção de pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento. Segundo Willi Bolle, embora existam inúmeros paradigmas de leitura da obra de Guimarães Rosa, as análises preponderantes se polarizaram nos últimos tempos em dois tipos de estudos: o primeiro é constituído pelas “interpretações esotéricas, mitológicas e metafísicas” (BOLLE, 2004, p. 20) e o grupo que se detém nesses temas é composto por estudiosos como Consuelo Albergaria, Francis Utéza, Kathrin H. Rosenfield e Heloísa Vilhena de Araújo. De acordo com Bolle, essas interpretações constituíram até recentemente a tendência predominante na recepção; o segundo grupo, por outro lado, se deteve em “interpretações sociológicas, históricas e políticas”. Foi inaugurado por Walnice Nogueira Galvão na década de 1970 e, a partir de 1990, suscitou novo interesse, dando origem a trabalhos como o de Heloísa Starling¹⁸ e o do próprio Willi Bolle¹⁹. No I Seminário Internacional sobre Guimarães Rosa (1998), inclusive, a mesa temática “Leituras históricas de Guimarães Rosa” provocou, segundo Bolle, um longo, intenso e polêmico debate que parece perdurar polarizando, até hoje, os estudos sobre a obra do escritor mineiro.

A presente investigação pensa nos estudiosos de ambos os grupos como “bússolas” para a realização do trabalho. Apesar do predomínio de temas esotéricos, místicos e metafísicos relacionados às duas categorias aqui abordadas, as interpretações históricas, políticas e sociológicas não são descartadas. É indispensável mencionar, no entanto, a importância do trabalho de Suzi Frankl Sperber²⁰, que é muito esclarecedor na medida em que avança a possibilidade de que as concepções de memória e tempo em Guimarães Rosa estejam intrinsecamente ligadas às leituras filosóficas, religiosas e esotéricas que influenciaram o autor. Embora Sperber não se detenha sobre a temática do tempo ou da história, graças ao seu trabalho

¹⁸ Em *Lembranças do Brasil - Teoria, política, história e ficção*, Heloísa Starling tenta apresentar, através da análise de alguns personagens de *Grande Sertão: Veredas*, dimensões do cenário político brasileiro que dificultaram a chegada do país à modernidade e à democracia.

¹⁹ Willi Bolle, em *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*, defende a tese de que “o romance de Guimarães Rosa é o mais detalhado estudo de um dos problemas cruciais do Brasil: a falta de entendimento entre a classe dominante e as classes populares, o que constitui um sério obstáculo para a verdadeira emancipação do país” (BOLLE, 2004, p. 9).

²⁰ *Caos e Cosmos: Leituras de Guimarães Rosa* é fruto de uma pesquisa de Suzi Frankl Sperber, que teve como objetivo detectar os reflexos das leituras e preocupações espirituais nos temas e nas idéias de Guimarães Rosa. Para tanto, a autora empreendeu vasta e profunda análise dos livros que compunham a biblioteca do autor e da marginalia (grifos e anotações feitas nas margens dos livros) encontrada neles.



vêm à tona características da literatura rosiana que suscitam novas interpretações de sua obra. A partir de sua análise fica evidente a urgência de considerar reflexões de Guimarães Rosa como a que segue:

Como eu, os meus livros, em essência, são “anti-intelectuais” – defendem o altíssimo primado da intuição, da revelação, da inspiração sobre o bruxulear presunçoso da inteligência reflexiva, da razão, a megera cartesiana. Quero ficar com o Tao, com os Vedas e Upanixades, com os Evangelistas e São Paulo, com Platão, com Plotino, com Bergson, com Berdiaeff – com Cristo, principalmente (ROSA & BIZZARRI, 2003, p. 90).

Partindo dessa fala de Guimarães Rosa ao seu tradutor italiano, fica evidente que seria intolerável desdenhar o peso das leituras esotéricas, religiosas e filosóficas de Guimarães Rosa, bem como sua defesa do primado poético sobre a razão e a lógica. Ver, em seus livros, apenas aspectos históricos ou sociológicos seria ignorar a aspectos explicitados por Guimarães Rosa em favor de hipóteses de pesquisa baseadas majoritariamente em aspectos pragmáticos (que, como já foi dito, não constituíam as maiores preocupações do escritor, embora frequentemente estivessem presentes em sua obra).

Cabe aqui ressaltar que o anti-intelectualismo (ou antirracionalismo) defendido por Rosa é uma característica presente no pensamento do Romantismo alemão, em que “a linguagem se rende ao ‘Sublime’, sob o signo do ‘Amor’ e da ‘Cordialidade’, que se afasta do espectro das lutas sociais” (ROMANO, 1981, p. 57). Essa “preferência pelo sensível” marcaria o pensamento conservador do século XIX. Nesse sentido, Guimarães Rosa se coaduna com Novalis e Schlegel, autores que consideravam a linguagem como um grande poema inacabado em que a humanidade representa a si mesma (Cf. ROMANO, 1981, p. 145). Roberto Romano explica, em *Conservadorismo Romântico – Origem do Totalitarismo*, que os Românticos tentaram constantemente rumar para fora da história. Para eles, “historiador” não seria aquele que “apenas reflete a temporalidade superficial e seu lugar, mas sobretudo quem atinge a camada permanente, bela, ‘em germe’, que subjaz aos meros acontecimentos” (1981, p. 157). Os acontecimentos sociais, assim como os acontecimentos físicos, se desenrolariam de forma independente da razão e da vontade humanas. Por esse motivo, os poetas se ocupariam não com a História mundial, mas com os “fenômenos mais próximos e mais insignificantes que lhes propõem em redução uma imagem do vasto mundo” (ROMANO, 1981, p. 160). Todos esses aspectos do pensamento Romântico alemão se assemelham às declarações de Guimarães Rosa



sobre a linguagem, a razão (ou “lógica”), a História e mesmo sobre o sertão, que seria, para o escritor mineiro, uma imagem reduzida do “vasto mundo”.

3 TUTAMÉIA E O *TEMPORAL* DE GUIMARÃES ROSA

A literatura rosiana incorporou características do mito, da lenda e do folclore que acabaram sendo relegadas não só pela historiografia, mas também por boa parte dos ficcionistas modernos. Os contos de Rosa parecem trazer de volta essas narrativas que ficaram bastante abandonadas nos séculos XIX e XX: as “estórias”²¹ reunidas em *Primeiras Estórias* e *Tutaméia – Terceiras Estórias* encaminham a pensar nessa direção.

Tutaméia possui quatro prefácios que versam sobre a profissão de fé do escritor. Um deles, intitulado *Aletria e Hermenêutica*, esclarece o motivo do uso do neologismo “estória” no lugar da palavra “história”. Lá, o autor explica: “A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História” (ROSA, 1967b, p. 3). Segundo Gilca Machado Seidinger, Franklin de Oliveira²² teria criticado essa abertura, afirmando que seria considerada esotérica e alienada. O autor, então, teria explicado: “[...] o ‘A estória contra a História’, / você, perjuro de Glória, / acho que não entendeu. / História, ali, é o fato passado / em reles concatenação; / não se refere ao avanço da dialética, em futuro, / na vastidão da amplidão. / Traço e abraço. João” (OLIVEIRA *apud* SEIDINGER, 2007, p. 382).

Assim, Guimarães Rosa explica que o que renega é a mera narração de acontecimentos passados em detrimento do que poderia haver de relevante no conhecimento derivado deles. Para Guimarães Rosa, a poesia se situa acima da História (ao menos acima daquela História que se guia pela lógica cartesiana e que cortou o cordão umbilical com a metafísica). O autor explica ao tradutor alemão, por exemplo, que em sua obra o plano concreto, documental, o “terra-a-terra” serve apenas como pretexto para o que realmente importa: a poesia e a metafísica: *sempre que estiver em dúvida, jogue o sentido da frase para cima, o mais alto possível. Quase em cada frase, o ‘sovrassenso’²³ é avante – solução poética ou metafísica. O*

²¹ De acordo com o *Dicionário Houaiss*, o primeiro registro do termo “estória” remete ao século XIII, enquanto sua variação, “história”, só surge no século XIV. Enquanto a “estória” se refere à “narrativa de cunho popular e tradicional”, a “história” já se vinculava a “pesquisa, informação, relato”. Deste modo, o termo cunhado por Guimarães Rosa não deve ser considerado como um neologismo derivado do inglês (“story”/“history”), mas como a retomada de um arcaísmo.

²² Jornalista e crítico literário.

²³ Sovrassenso: *sens superposé* (senso superposto). EO-018, p. 185



terra-a-terra só serve como pretexto (ROSA & MEYER-CLASON, 2003, p. 259).

A partir daqui, é possível começar a vislumbrar os motivos que levaram o autor a afirmar que suas “estórias” deveriam ser “contra a história” e mesmo contra a “História”, com “H” maiúsculo, a ciência dos historiadores. Ora, o fato de ser contra algo pressupõe o conhecimento do objeto contra o qual o sujeito se interpõe. Então, antes de conduzir uma discussão sobre o motivo de o autor se colocar contra a História, é necessário fazer a seguinte pergunta: qual era a concepção de História de João Guimarães Rosa?

Na biblioteca de Rosa é possível observar grande número de títulos sobre história da Europa, do Brasil e de Minas Gerais, mas poucos livros escritos por autores que se dedicaram à filosofia da História. No entanto, como assinalou Suzi Sperber, o autor não tinha apego aos livros e muito do que leu ficou perdido pelas bibliotecas dos lugares onde viveu. Segundo a autora, ele procurou preservar sobretudo os volumes em que havia feito anotações. Entre os títulos de História que não se referem à Europa ou a Minas Gerais foram elencados por ela, por exemplo, a biografia de Comte, além de livros²⁴ de Huizinga, Burckhardt e Saint-Simon. Encontra-se ainda *Nordeste*, de Gilberto Freyre. Guimarães Rosa, inclusive, publicou uma “Nota sobre o autor” na primeira orelha deste livro. Ao responder, durante uma entrevista à pergunta de Fernando Camacho, acerca das influências que sofreu, ele afirmou ter lido também Walter Benjamin:

Sim, mas na mesma hora que eu leio tenho de fato paixão por aquilo, gosto imenso, de maneira que entra, deve ter entrado muita coisa. Mas, ao mesmo tempo, pobre de mim, entra outra coisa, entra tanta coisa, ficando tudo misturado (...) Julio Dantas, Fernando Camacho, Walter Benjamin, Goethe, Rubem Braga, Magalhães Júnior, Machado de Assis, Eça de Queiróz. Nada é alto demais. Nem baixo demais. Tudo é aproveitável.²⁵

É importante ter em mente que “a biblioteca não era apenas repositório de ideias do autor sobre o mundo e as coisas (filosofias, religiões, mitologias e assim por diante) senão que se mostrava material básico para a elaboração de suas obras” (SPERBER, 1976, p. 116). Assim, é possível levantar a hipótese de que alguns dos teóricos lidos por Rosa podem ter influenciado

²⁴ Os livros listados são os seguintes: “BURCKHARDT, Jakob. *Brife*. Leipzig: Dietrichschen Verl, s/d.”; “SAINT-SIMON. *Mémoires Du duc de...*, pref. Louis Bertrand. Paris: Plon, 1946”; “CRESSON, André. *Auguste Comte, sa Vie, son Oeuvre - “Phisosophie”*, Paris: Puf, 1947”; “FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951”; “HUIZINGA, J. *Le Declin Du Moyan Age*. Paris: Medicis, 1946”.

²⁵ Entrevista concedida por Rosa a Fernando Camacho, no Palácio do Itamaraty, em abril de 1966. Cf. Cadernos de Literatura Brasileira. João Guimarães Rosa. Instituto Moreira Salles. São Paulo, n. 20-21, dez. 2006, p. 36.



sua escrita.

Interessante notar que Guimarães Rosa possuía livros de Huizinga e de Benjamin em suas estantes, autores que ofereciam uma visão menos intelectualizante e mais poética sobre a história. Vico também parece estar presente nas entrelinhas do texto rosiano. Deste modo, firma-se aqui a hipótese de que o autor possuía certa cultura histórica que pode, inclusive, ter influenciado seu pensamento sobre o sentido da história.

Embora Guimarães Rosa afirme não querer contar o que efetivamente aconteceu, seus personagens declaram constantemente essa necessidade. As narrativas rosianas geralmente possuem a estrutura de uma história, giram em torno da experiência do passado e seus personagens tentam se orientar mediante as representações do passar do tempo. Portanto, Rosa não se interessou em fazer trabalho semelhante ao historiador ou ao do cronista, mas percorreu bastante sobre esses sujeitos através de seus personagens. Isso não significa que a história narrada por esses personagens é a história que interessa aos historiadores, e também não quer dizer que suas temporalidades e concepções de memória sejam aquelas utilizadas por aqueles que possuem o tempo como matéria do próprio ofício.

É possível perceber nos personagens de Guimarães Rosa uma constante vontade de compreender o sentido da vida. Mesmo que os eventos ocorram de maneira aparentemente absurda, há sempre um propósito. As coisas não se dão sem explicação ou sem indícios que possibilitem ao leitor a construção de um sentido. Guimarães Rosa tenta sempre indicar as causas dos eventos, mesmo que os personagens que os sofrem não estejam conscientes. Nesse sentido, é também anti-histórico: pouco importam as ações dos sujeitos. Seu fim, seu destino é frequentemente pré-determinado. Em seu diário, o “Náutikon”, Guimarães Rosa revela:

Numa anedota (em revista alemã) descobri ontem, penso, o sentido (será uma justificação minha?) o sentido profundo da necessidade de evasão (do banal e do desarmonioso quotidiano): um camponês explica como entende a atuação do estreme como adubo: a plantinha cresce logo, por querer livrar-se do mau cheiro e do repugnante contacto...⁷⁰

Assim, num só parágrafo, o escritor fala de numerosos aspectos de sua obra, tais como o apreço pelo saber popular e pelas anedotas e, especialmente, a necessidade de evasão, a busca pela ordem do universo e a constante fuga do cotidiano. O próprio escritor afirma que se identifica com a plantinha da passagem acima: ele pretende, como ela, se livrar do “mau cheiro” e do “repugnante contato” com o mundo concreto e inconstante em que vive. Apresenta-se a



pergunta: qual seria a estratégia engendrada por Guimarães Rosa para fugir do tempo? Em carta a Vicente Ferreira da Silva datada de 21 de maio de 1958, por exemplo, ele proclama:

Desconfio que sou um individualista feroz, mas disciplinadíssimo. Com aversão ao histórico, ao político, ao sociológico. Acho que a vida neste planeta é caos, queda, desordem essencial, irremediável aqui, tudo fora de foco. Sou só RELIGIÃO – mas impossível de qualquer associação ou organização religiosa: tudo é o quente diálogo (tentativa de) com o ∞ ⁷⁵ (ROSA *apud* MONTEIRO, 2006, p. 56).

Para o escritor mineiro, “sem o fecho do eterno, vã é qualquer maravilha”⁷⁸. As passagens citadas acima correspondem à imagem que Guimarães Rosa desejava projetar sobre si mesmo: a de um homem religioso – ou místico – avesso à política e à história e desejoso de falar apenas sobre o infinito, a eternidade. As afirmações de Guimarães Rosa apresentadas aqui, no entanto, devem ser consideradas com cautela. É preciso ter em mente que a imagem que o escritor Guimarães Rosa tentou construir sobre si não é, necessariamente, o reflexo de sua personalidade ou de suas preocupações.

4. SE EU SERIA PERSONAGEM

A estória aqui investigada trata de um homem que perde a amada para o amigo, Titolívio Sérvulo. Titolívio apresenta Orlanda ao narrador do conto advertindo que a considera “feia, frívola, antipática...” (ROSA, 1967b, p. 138). Apesar disso, depois de algum tempo, o narrador enamora-se pela moça e, por ser tímido, guarda em silêncio seu amor. Eis que, coincidentemente, Titolívio (ou simplesmente “T.”) começa também a notar a presença de Orlanda com outros olhos, reparando que ela é “boa, fina, elegante” (Ibidem, p. 138). Enquanto um dos rapazes amava Orlanda, o outro, T., a queria apenas para “namorico, o ilícito” (Ibidem, p. 139). Passado o tempo, T. efetivamente se enamora pela donzela e proclama sua paixão aos quatro ventos, enquanto o amigo continua a segredar o sentimento guardado. T. ia “do mito ao fato” (ROSA, 1967b, p. 139): resolvera desposar Orlanda. O amigo continuou a observar tudo calado, pensando: “Noiva e de outro, Orlanda? Então ela não era a minha, era a de T. então” e passou a coadunar “nula raiva com esperança incógnita” (ROSA, 1967b, p. 140). O rapaz sofre bastante até que o amigo apaixonou-se repentinamente por outra mulher, “certa a de Titolívio Sérvulo, a ele de antemão destinada” (ROSA, 1967b, p. 140). E Orlanda, finalmente, por



“secretos juízos do Altíssimo”²⁶ vem ao narrador, “da vida sem idéia nem começo” (ROSA, 1967b, p. 141).

“Titólívio” é um nome que alude ao autor de *Ab urbe condita*, o historiador romano Tito Lívio (cerca de 60 a.C. – 17 d.C.), conhecido por ter tentado realizar a façanha de contar ao longo de 142 livros (dos quais apenas 35 são hoje conhecidos) a história de Roma desde a sua fundação. Interessante é notar certa peculiaridade da obra de Tito Lívio: em seu livro nono, o autor sugere circunstâncias em que Alexandre, o Grande, poderia ter sido derrotado; com isso, escreve uma história alternativa, indicando não somente o que ocorreu, mas o que poderia ter ocorrido.

É preciso atentar para o fato de o narrador apontar, desde o início do texto, para termos próprios da hierarquia militar. Já no segundo parágrafo, afirma ser “soldadesca de algum general” (ROSA, 1967b, p. 138). Posteriormente, diz que concentrava sua energia passional e pulsante, “de bom guerreiro” (ROSA, 1967b, p. 139). Mais à frente, indaga: “quanto eu não dava, alferes²⁷, para ter Orlanda?”. A partir de então passa a citar sua “arma” e o “general”: “E tugi-nem-mugi²⁸, nisso eu não tendo voto; só emoção, calada como uma baioneta²⁹. Tive-me. O general dispõe.” (ROSA, 1967b, p. 140). O narrador não poderia ir contra as tais ordens do general porque “a hora se fazia pelo deve & haver dos astros, não aliás e talvez. Tanto sabe é quem manda; e fino o mandante” (ROSA, 1967b, p. 140). Finalmente, quando se une a Orlanda, afirma que “tem-se de a algum general render continência” (ROSA, 1967b, p. 141).

Todas essas passagens estão ligadas à ideia do combate, do duelo oculto que se trava entre os dois amigos por causa de Orlanda. Cada personagem age com as estratégias e armas que lhes são próprias. Se Titólívio era “réu de grandes dotes faladores”, (ROSA, 1967b, p. 138), o narrador, por ser tímido, só pôde usar a seu favor o próprio silêncio:

Foi havendo amor. Entre mim tenho que aqui rir-me-ão, de no jogo omisso, constante timidejante, calando-me de demonstrações. Meu amor, luar da outra face, de Orlanda não ver. *Do que o da gente, vale a semente* — o que, acho, ainda não foi dito. T. sim saía-se, entreator (ROSA, 1967b, 139).

²⁶ CADERNO021, p. 22 – trecho que seria usado no conto “Se eu Seria Personagem”.

²⁷ Alferes: Termo antigo. Designa a patente de oficial abaixo de tenente (segundo-tenente). Cf. Dicionário Houaiss, 2004, p. 152.

²⁸ “Não tugi nem mugir”: ficar calado, sem dizer nada ou sem emitir qualquer som. Cf. Dicionário Houaiss, 2004, p. 2.783.

²⁹ Segundo o Dicionário Aurélio, “baioneta calada” é a que costuma estar armada na boca do fuzil, mosquetão, etc. O Dicionário Houaiss indica que é utilizada por soldados de infantaria em combates corpo a corpo.



Seria interessante pensar sobre a concepção cristã de providência e relacioná-la aos termos da hierarquia militar utilizados no conto, que evidenciam a personificação de um general que ordena e de soldados que cumprem. A crença na existência de ações realizadas graças a um “general” se assemelha àquela que deposita as esperanças nas ações da providência divina, segundo a qual Deus se encarrega dos acontecimentos, cabendo aos homens apenas aceitá-los mesmo sem entender seus motivos, pois “da vida, sabe-se: o que a ostra percebe do mar e do rochedo” (ROSA, 1967b, p. 139). No conto “Retábulo de São Nunca” também há um versículo do *Livro de Lucas* sobre esse tema: “*Servi inutiles sumus: quod debuimus fecere, fecimus*”³⁰ (ROSA, 2001a, p. 306). O narrador de “Se eu seria personagem”, por sua vez, afirma: “vou ao que me há de vir, só, próprio” (ROSA, 1967b, p. 139). Esses trechos de escritos rosianos trazem a recordação do livro de Jó (capítulo 7, versículos 1 e 2), que sustenta: “o homem vive na terra cumprindo um serviço militar, e seus dias são como o do diarista: tal e qual um escravo, ele suspira pela sombra e, como um diarista, espera pelo seu salário”.

Evidentemente, essa crença na providência divina é diametralmente oposta à noção de “sujeito histórico”. Seguindo José Carlos Reis em suas constatações sobre as modalidades de evasão do tempo, é possível afirmar que, dentre outras modalidades de fuga da temporalidade encontradas nas narrativas de Guimarães Rosa, a religiosa é a que aparece em “Se eu seria personagem”. Reis a caracteriza da seguinte maneira: [...] os eventos descontínuos expressariam a vontade de Deus, e, como presença de Deus, teriam uma continuidade, teriam sentido e seriam reais. Deus intervém (...) constantemente na história...” (REIS, 1994, p. 150). Não existem nesse conto acontecimentos que estejam desligados do sagrado: o universo ficcional do autor é totalmente sacralizado. Os eventos mais significativos são, na verdade, epifanias que levarão ao contato com o eterno.

Há neste conto, também, inequívocas relações com o Taoísmo. Desde cedo o escritor mineiro anotara em seu caderno intitulado “Religião” que:

This doctrine can easily degenerate into mere *laissez faire* and thus eventually Taoism became an easy-going fatalism, whereas the original teaching was nothing of the kind. For coupled with the doctrine of Tao is the teaching of *wu-wei*, the secret of mastering circumstances without asserting oneself against them³¹.

³⁰ O décimo versículo do capítulo 17 do livro de Lucas recomenda: “Assim também vocês: quando tiverem cumprido tudo o que lhes mandarem fazer, digam: ‘Somos empregados inúteis, fizemos o que devíamos fazer’”.

³¹ EO-017, p. 21. “Esta doutrina pode muito facilmente degenerar num mero *laissez-faire* e assim o Taoísmo eventualmente se torna um sereno fatalismo, enquanto o ensinamento original não era dessa espécie. Acoplado à doutrina do Tao está o ensinamento do *wu-wei*, o segredo de dominar as circunstâncias sem afirmar-se contra elas”. Tradução nossa. No caderno de Guimarães Rosa não consta a autoria dessa passagem. Em pesquisa pela



Segundo Francis Utéza³², pesquisador que estudou a influência das tradições esotéricas do Oriente e do Ocidente em *Grande Sertão: Veredas*, o taoísmo defende que “o homem, elemento do Todo que o engloba, só tem poder (...) na medida em que as suas ações acompanham o movimento do universo, ou seja, quando se integram no Tao” (UTÉZA, 1994, p. 43). É importante deixar claro que o *wu wei* não é apenas uma omissão perante a vida, mas uma prática consciente, é a “fecunda inação”, uma condição de repouso que não é jamais atingida sem esforço.

Guimarães Rosa, em um de seus cadernos, definiu o autor do *Tao Te Ching* como “o-mais-que-filósofo Lao Tsé”³³. No discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, afirmou que “desde cedo, apenas, também (...) aprendera que ‘o sábio fia-se menos da solércia e ciências humanas que das operações do Tao’” (ROSA *apud* ROSA, V. 1999, p.493). É necessário conhecer, portanto, ao menos o capítulo 73 do *Tao Te ching* ou *Livro do caminho perfeito*, que aconselha *que os homens sigam o seu curso*:

A coragem impelida pela inquietação conduz à morte. A coragem contida e cautelosa conduz à vida. Dessas duas coragens uma é benéfica, a outra maléfica. Por quê? Por que algumas coisas são chamadas pelo Céu e outras rejeitadas? O sábio tudo observa com prudência e dificilmente toma uma atitude enérgica. O mandamento do caminho do Céu é de não intervir positivamente. Vencer sem lutar. Obedecer sem ordenar. Fazer vir sem apelar. Convencer sem falar. A teia do Céu é infinita. Suas malhas são largas e ninguém delas escapa (LAO TSÉ, 2008, p. 137).

A coragem contida, a “energia de bom guerreiro” acumulada não é covardia, mas sabedoria: “En el no hacer nada, nada queda por hacer”.³⁴ Esse trecho do *Livro do Caminho Perfeito* indica a possibilidade de haver no conto aqui analisado um guerreiro que consegue praticar o *wu wei*. Na transcrição de Guimarães Rosa do verbete “Lao Tzé” da Enciclopédia Britânica, o escritor mineiro destaca que o ensinamento do alquimista chinês no capítulo LXIII seria “not to act from any personal motive, to conduct affairs without feelings: the trouble of

internet, no entanto, é possível constatar que o texto foi retirado de “WATTS, W. *The Spirit of Zen: a way of life, work, and art in the far east*. New York: Grove Press, 1958, p.36-37”.

³² Francis Utéza menciona a presença do *Wu-Wei* em GSV (na batalha das Veredas Mortas). Cf. Cadernos de Literatura Brasileira. *João Guimarães Rosa*. Instituto Moreira Salles. São Paulo, n. 20-21, dez. 2006, p. 249-54.

³³ EO-015, p. 47.

³⁴ EO-015, p. 47.



them, to taste without being aware of the flavor, to account the great as small and small as great, to recompense injury with kindness”.³⁵

A conduta do protagonista do conto parece ser estritamente guiada por esses ensinamentos. O narrador aqui estudado integra o grupo de personagens rosianas descritas por Liporaci “como espiritualmente mais avançadas, aquelas que se portam com resignação e fé diante daquilo que a providência lhes reserva” (LIPORACI, 2008, p. 50).

Existem nos enredos rosianos diversas tradições e crenças dissolvidas. Heloísa Vilhena de Araújo já mencionou essa peculiaridade da obra de Rosa em seu estudo intitulado *O Espelho*, que busca encontrar nos contos de *Primeiras Estórias* “certo helenismo cristianizado ou em via de cristianização” (ARAÚJO, 1998, p. 13). O próprio Guimarães Rosa, por outro lado, nunca afirmou seguir somente uma tradição: “Posso bem ser cristão de confissão sertanista, mas também pode ser que eu seja taoísta à maneira de Cordisburgo, ou um pagão crente à la Tolstói” (ROSA *apud* LORENZ, 1973, p. 349).

Guimarães Rosa grifou, em seus estudos para obras, uma passagem de Ouspensky³⁶ que dizia o seguinte: “All our life is based on this illusion. We always think that we are doing when, in reality, we are not doing anything – everything happens³⁷” (OUSPENSKY *apud* DI AXOX, 2009, p. 47). O escritor mineiro repetiu essa ideia em carta ao tradutor alemão em que afirma que em sua *Weltanschauung*³⁸, “as coisas ‘acontecem’, ninguém ‘faz’ nada, só pensa que faz” (ROSA & MEYER-CLASON, 2003, p. 242).

Deve-se notar na narrativa aqui analisada certa referência à influência dos planetas (indicada mais acima, quando o narrador se refere ao “deve & haver” dos astros). Ela faz recordar que é indispensável levar em conta a importância conferida por Guimarães Rosa ao pensamento de Ruysbroeck³⁹. Seria útil sublinhar, por exemplo, o que Rosa afirma em carta a Paulo Dantas:

³⁵ EO-018, p. 189. “Não agir por nenhum motivo pessoal, conduzir os negócios sem sentimentos: o problema deles, experimentar sem ser consciente do sabor, contar o grande como o pequeno e o pequeno como grande, recompensar injúrias com delicadeza”.

³⁶ Matemático, escritor, jornalista e místico russo que viveu entre 1878 e 1947. Dedicou-se a pesquisar a existência de uma quarta dimensão.

³⁷ Tradução nossa: “Toda a nossa vida é baseada nessa ilusão. Nós sempre pensamos que estamos fazendo quando, na verdade, não estamos fazendo coisa alguma – tudo acontece”. A informação acerca deste grifo vem de Chiara di Axox (2009, p. 47), autora de dissertação sobre o misticismo na vida e na obra de Guimarães Rosa.

³⁸ Termo que significa “visão do mundo”, em alemão.

³⁹ Jan van Ruysbroeck é um místico belga que viveu entre o final do século XIII e meados do século XIV. Foi ordenado sacerdote em 1317 e, aos cinquenta anos, retirou-se para a floresta e passou a viver como ermitão. Criou um mosteiro e uma comunidade em torno do local, onde era procurado por aqueles que buscavam orientação



Acredito que Krishnamurti seja a segunda encarnação de Cristo. Estudo muito as doutrinas. A sabedoria oriental me fascina. Não foi à toa aquelas epígrafes de Plotino ou Ruysbroeck, o Admirável para meu Corpo de Baile. São um complemento de minha obra. Sou um contemplativo fascinado pelo Grande Mistério, pelo *O anel ou a pedra brilhante* (ROSA *apud* DI AXOX, 2009, p. 30).

O escritor mineiro admirava o místico flamengo e chegou a incluir epígrafes de Ruysbroeck como complementos de seu *Corpo de Baile*⁴⁰. Segundo Ruysbroeck, “os planetas regem e governam a vida sensível nos animais e nos homens” (ARAUJO, 1996, p. 386). Mais: o autor belga defende que todos possuem uma vida eterna, “razoável”, que foi dada por Deus, e uma vida mortal, que está submetida à influência do curso dos planetas (que agem sobre os homens obedecendo a ordens divinas):

Compreendem, agora, quem são os filhos segundo a natureza? São todos aqueles que estão submetidos aos elementos e permanecem sob a influência do curso dos céus e dos planetas; mas os filhos que nasceram de Deus dominam a natureza e estão livres destas influências dos céus e dos planetas, e todas as coisas lhe estão submissas (RUYSBROECK *apud* ARAUJO, 1999, p. 389).

O privilégio de não ser regido pelos astros é dado apenas àqueles que conseguem se afastar da vida terrena, os nascidos de Deus, ou seja, os iniciados. Não é o caso do protagonista de “Se eu seria personagem”, cujas atitudes parecem, no entanto, incluir conhecimentos tanto da filosofia oriental (taoísmo) quanto da tradição cristã, com fortes influências romanas.

É preciso salientar, no entanto, que constam no texto de Rosa diversas referências não apenas à eternidade, mas ao tempo. Ana Carolina Pinto indica: “Titolívio passa a ser chamado apenas pela inicial de seu nome, T. É pertinente lembrar que a mesma letra T usada para referir-se ao personagem Titolívio também é empregada para designar o tempo”. (PINTO, 2009, s/n). Figuram no conto, ainda, múltiplos e tenebrosos calendários e relógios, que lembram a terrível proximidade do casamento de Titolívio e Orlanda. O narrador explica que prefere esperar a agir, pois acredita ser “destinatário de algum amor” e sabe que “o tempo é que é a matéria do entendimento” (ROSA, 1967b, p. 139). Assegura que T., pensando no casamento, se sentia

espiritual. Em 1908, Ruysbroeck foi beatificado pela Igreja Católica. Escreveu, dentre outras obras, *O Adorno das Bodas Espirituais*, *O Espelho da Salvação Eterna* e *O Livro dos Sete Claustros*. Sperber encontrou na biblioteca de Guimarães Rosa quase todos os livros do eremita; o escritor mineiro usou vários trechos de *O Anel ou a Pedra Brilhante* (obra também escrita por Ruysbroeck) nas epígrafes de *Corpo de Baile*.

⁴⁰ Heloísa De Vilhena Araújo descobriu certa chave de leitura de “Corpo de Baile” que indicava que cada um dos sete contos da obra correspondia a um planeta. É importante lembrar que a tradição clássica definia o Sol, Júpiter, Marte, Mercúrio, Vênus, Saturno e a Lua como planetas. Além disso, “segundo a concepção dos antigos, os sete planetas giram em torno da Terra” (Araújo, 1992, p. 12), produzindo assim uma música (como defendia Pitágoras) e dançando como se o universo fosse um balé. Talvez por isso a obra leve o título “Corpo de Baile”.



“regozijado com o relógio” (ROSA, 1967b, p. 140). Afirma que sofria ao pensar em “Orlanda e uma data – o tempo, *t*?” (ROSA, 1967b, p. 140). Certamente “*t*” ainda era uma interrogação: será que o tempo faria de Orlanda a esposa de “T”? Ou seria ela a mulher “de antemão destinada” (ROSA, 1967b, p. 140) ao narrador?

O homem que vê a mulher desejada se casar com outro é um tema recorrente na obra rosiana, embora pareça não haver nenhum estudo que aborde este *leitmotiv* de pelo menos três contos de Rosa: “Retábulo de São Nunca”, “Páramo⁴¹” e “Se eu seria personagem”. Apenas em “Se eu seria personagem” a desgraça se reverte para que o narrador possa desposar a amada. Em “Retábulo de São Nunca”, Reisaugusto perde o amor de Ricarda Rolandina, que resolve se unir em matrimônio a Dr. Soande. Em “Páramo”, o triste evento parece ter acontecido numa encarnação anterior do protagonista. Neste conto, inclusive, aparece exatamente a mesma ameaça do “tempo *t*” (ROSA, 2001a, p. 281). Tanto em “Retábulo de São Nunca” quanto em “Páramo”, as mulheres enamoradas se vestem de preto, talvez numa alusão ao luto pelo amor perdido⁴².

“Se eu seria personagem” é o único dos três contos que, além de apresentar um final exitoso, conta com um protagonista que consegue se sentir resignado diante das desgraças e se entregar às forças do destino, da fortuna ou da providência divina. Em “Páramo”, o acontecimento parece ter deixado marcas profundas no homem que narra a história e em “Retábulo de São Nunca” não fica claro o sentimento rapaz que perde a amada. Somente o amigo de Titolívio Sérvulo tem uma atitude sábia, como indica o *Tao te ching*, e observa o desenrolar dos acontecimentos sem intervir.

4 CONCLUSÃO

É possível observar neste conto de Guimarães Rosa um modo religioso de evasão do tempo, de consolação perante o terror do finito. O escritor mineiro demonstra, em “Se eu seria personagem”, uma noção que a historiografia romana de Políbio já apresentava: aquela que afirma ser necessário aprender a suportar o que a sorte traz. Collingwood assevera que o

⁴¹ Ambos publicados postumamente em “Estas Estórias”.

⁴² Num esboço de conto inédito que pode ser encontrado no arquivo do IEB, Rosa escreveu: “(...) Lembrava por vezes, de que, em seu casamento, Maria Moura estivera vestida de preto, e de uma beleza em que ele não pudera reparar bastante, no momento, ficando ela assim quase desconhecida”. (CX 14, 11, p. 2)



conceito *sorte* “assume grande importância dentro dessa concepção de história, dando-lhe um novo elemento de determinismo” (COLLINGWOOD, s/d, p. 50). No entanto, a tradição romana não é a única a figurar no conto, já que “a historiografia medieval (...) é – em certo sentido – uma continuação da historiografia helenística e romana” (COLLINGWOOD, s/d, p. 73). Acrescente-se a isso a influência do Taoísmo sobre a obra do autor mineiro. Assim, Guimarães Rosa empreende neste conto uma reafirmação do eterno e do divino e, para isso, apresenta nas entrelinhas de seu texto ideias de pensadores antigos, medievais e orientais que, como ele, tentaram fugir ao peso da temporalidade.

O autor valoriza o respeito que o romano antigo nutre pelas fatalidades regidas pela Roda da Fortuna, bem como a transposição dessa crença para o pensamento cristão da Idade Média. Aprecia também o saber milenar do taoísmo, a cosmogonia do místico flamengo Ruysbroeck, os textos do matemático russo Ouspensky e a ação da providência divina que perpassa os livros da *Bíblia Sagrada*. A impressão que se segue à leitura e análise deste conto é a de que o escritor procurou dialogar outros autores que procuravam caminhos para fugir ao “terror do tempo” e que concordariam com as críticas que Rosa faz à relevância dada pelos estudiosos de meados do século XX à ação humana em detrimento das imposições inexoráveis do destino, das Moiras, da Fortuna ou de Deus.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *Da visão realista à visão mitopoética: o sertão como microcosmo*. **Anais do Congresso Nacional do Cinquentenário de Grande Sertão**: Veredas & Corpo de Baile, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, Faculdade de Letras UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ARAUJO, Heloísa Vilhena de. *A Raiz da Alma*. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. **O espelho**: contribuição ao estudo de Guimarães Rosa. São Paulo: Mandarin, 1998.

_____. **O roteiro de Deus**: dois ensaios sobre Guimarães Rosa. São Paulo: Mandarin, 1996.

BIZARRI, Edoardo. *J. G. Rosa: correspondência com seu tradutor italiano*. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 2003.

BOLLE, Willi. **Grandesertão.br**: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Livraria Duas Cidades: Editora 34, 2004.



BURKE, Peter. *A História dos acontecimentos e o renascimento da narrativa*. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CADERNOS de Literatura Brasileira. **João Guimarães Rosa**. Instituto Moreira Salles. São Paulo, n. 20-21, dez. 2006.

CALLADO, Antonio. **3 Antônios e 1 Jobim**. Depoimentos de Antonio Callado, Antonio Candido e Tom Jobim. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

COLLINGWOOD, George. **A ideia de história**. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

DI AXOX, Chiara de Oliveira Carvalho Casagrande. **Sob o Tapatrava de Guimarães Rosa: o misticismo na vida e na obra de Joãozito**. 2009. 115 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica dório de Janeiro, 2009.

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA. **Em memória de João Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

LAO TSÉ. **Tao té ching: o livro do caminho perfeito**. São Paulo: Editora Pensamento, 2008.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIPORACI, Vanessa Chiconeli. **A Providência nos interstícios das histórias rosianas**. 2008. 104 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). São Paulo: Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2008.

MEYER-CLASON, Curt. **J. G. Rosa: correspondência com seu tradutor alemão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Editora da UFMG, 2003.

REIS, José Carlos. **Tempo, história e evasão**. Campinas: Papyrus, 1994.

RODRIGUES, Ricardo. **Viagens imaginárias: o sertão e as veredas de Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: Manchete. 20 de julho de 1991, p. 37-45.

ROMANO, Roberto. **Conservadorismo romântico — origem do totalitarismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROSA, João Guimarães. **Estas estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001a.

_____. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1967a.

_____. **Tutaméia - Terceiras estórias**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1967b.

_____. **Sagarana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001b.



ROSA, Vilma Guimarães. **Relembamentos: João Guimarães Rosa, meu pai.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ROSENFELD, Kathrin. **Desenveredando Rosa: a obra de J. G. Rosa e outros ensaios rosianos.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

SEIDINGER, Gilca. A “*vastidão da amplidão*” ou *Estória e História em Guimarães Rosa.* **Estudos Lingüísticos**, XXXVI, n. 3, setembro-dezembro, 2007, p. 378-384.

SPERBER, Suzi Frankl. **Caos e cosmos: leituras de Guimarães Rosa.** Duas Cidades: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

STARLING, Heloísa. **Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande sertão veredas.** Rio de Janeiro, Revan/Ucam/Iuperj, 1999.

UTÉZA, Francis. **JGR: metafísica do Grande Sertão.** São Paulo: Edusp, 1994.

VIOTTI, Fernando Baião. **Encenação do sujeito e indeterminação do mundo: um estudo das cartas de Guimarães Rosa e seus tradutores.** 2007. 189 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

WATTS, W. **The Spirit of Zen: a way of life, work, and art in the far east.** New York: Grove Press, 1958.



Imigração, parentesco e a cidade do Rio de Janeiro na virada do século XX: entre linhas de um processo crime.

Carolina Ferreira de Figueiredo⁴³
Lucas Werlang Girardi⁴⁴

Recebido em: 30/03/2019
Aprovado em: 14/04/2019

RESUMO

O artigo se propõe a construir uma narrativa histórica baseada em indícios coletados em um processo crime e recortes de jornais do início do período republicano no Brasil, resultantes de um crime ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. A partir destas fontes, teceu-se um breve percurso de um irmão e uma irmã de ascendência árabe, assim como de alguns personagens próximos aos mesmos, sujeitos ordinários, que geralmente estariam ausentes das fontes históricas, mas que foram notados momentaneamente graças ao evento trágico. A remontagem dos fatos que teriam se sucedido em uma fazenda de Sapopemba levanta questões que permeiam a narrativa, como a imigração e instalação de comunidades árabes no Brasil, e a construção do espaço urbano no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. Os aspectos próprios de uma narrativa como esta também propiciam a reflexão sobre a escrita da história em sua relação com a literatura e a ficção.

Palavras-chave: Processo crime. Narrativas de crime. Cidade do Rio de Janeiro.

**Immigration, kinship and the city of Rio de Janeiro at the turn of the 20th century:
between lines of a criminal process.**

ABSTRACT

The article proposes to construct a historical narrative based on evidences collected in a criminal process and newspaper clippings of the beginning of the republican period in Brazil, resulting from a crime occurred in the city of Rio de Janeiro. From these sources, a brief trajectory was built about a brother and sister of Arab descent, as well as of some characters close to them, ordinary subjects, who would generally be absent from historical sources, but who were momentarily noticed due the tragic event. The reassembly of the events that would have happened in a Sapopemba farm raises questions that permeate the narrative, such as the immigration and installation of Arab communities in Brazil, and the construction of the urban space of Rio de Janeiro from the end of the 19th century to the beginning of the 20th century. The proper aspects of a narrative like the one analysed also propitiate the reflection on the writing of history in its relation with literature and fiction.

Keywords: Criminal process. Crime narratives. City of Rio de Janeiro.

⁴³ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8232598263921215>. Endereço eletrônico: carolina.ferreirafigueiredo@gmail.com.

⁴⁴ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8345195797971094>. Endereço eletrônico: lucaswgirardi@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO

A vista da estação Belém, um rapaz de respiração ofegante e passos cambaleantes logo chegaria ao destino pelo qual, de forma pouco planejada, esperava escapar dos acontecimentos do dia anterior. Mesmo com a disposição física de sua juventude, aos 17 anos de idade, Miguel Jorge estava cansado de correr e embrenhar-se em matos para fugir. Mas a estação estava logo à frente, e lá tomaria o trem para a capital de São Paulo e provavelmente seria esquecido por lá.

A alguns pontos de distância da estação que habitualmente utilizaria, a de Sapopemba, a estação Belém pareceu uma boa opção para que não fosse surpreendido por conhecidos, afinal, as notícias costumam correr mais rápido que as pessoas. Suas expectativas, porém, foram frustradas, pois antes do trem que o levaria para longe, chegariam as forças que o levariam ao depoimento⁴⁵.

Este é um prelúdio de uma possível narrativa acerca dos desdobramentos de um crime ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 1899. Antes de nos debruçarmos sobre esta Rio de Janeiro recém republicana, revelada nas páginas do processo crime pesquisado, é necessário realizar algumas considerações sobre a relação entre história, narrativa e ficção, tendo na centralidade dessa discussão, o documento criminal como fonte.

O tema da narrativa sempre ocupou as discussões historiográficas, já que se trata da própria escrita da história. A tensão entre história e ficção, entre o verdadeiro e o falso, a que pode ser remetida ao pensamento da antiguidade grega⁴⁶, revela suas permanências e transformações ao longo da produção historiográfica, tratada especificamente a partir do século XIX, quando a história se tornou uma disciplina. Com relação à produção da narrativa para se tratar de um problema histórico, podem-se elencar duas questões diferentes, porém correlatas: a primeira delas diz respeito ao limiar entre a interpretação histórica e a própria narrativa, dando

⁴⁵ Narrativa produzida a partir do processo crime n. 12656 (Caixa 1225/RG 11865) do Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Pesquisa realizada em julho de 2018.

⁴⁶ Por exemplo, ao tratar de temas como história, retórica, sofisma e representação. Ver mais em trabalhos como F.R. Ankersmit (2012), Michel Meyer (1993), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).



ou não espaço para incluir elementos tidos como parte da imaginação a partir da análise documental, ou seja, o limite e a legitimidade historiográfica entre produzir uma “história” e não uma “ficção”. E a segunda dimensão trata da forma como a própria historiografia lidou com a ideia de eventos, ou melhor, em sua relação com o fato e a estrutura. O objetivo do artigo não é, propriamente, realizar uma discussão historiográfica aprofundada sobre o assunto, mas de ambientar as tensões sob as quais as narrativas têm sido interpretadas pelos pesquisadores. Segundo o historiador Lawrence Stone (1979), a narrativa se tornou negativa no período do pós-guerra, sendo considerada como algo superficial, de escopo raso (p. 3). Na época em que o historiador escrevia, o mesmo já observava uma mudança em parte da historiografia no sentido de voltar-se para a narrativa, o que pode ser observado nessas últimas décadas, junto ao movimento historiográfico de crescimento da área da história cultural e da abordagem de novos sujeitos, marginais⁴⁷.

A narrativa pode servir como ferramenta de pesquisa, inclusive metodológica, nesse sentido, para criar uma tessitura mais sensível e aproximada de sujeitos invisíveis e suas práticas, nem sempre sobreviventes de um registro detalhado. Nesse sentido, a micro-história mostrou-se uma abordagem frutífera enquanto resposta a questionamentos acerca da história e seu estatuto científico. Obras como “O queijo e os vermes” (2006), de Carlo Ginzburg, “O retorno de Martin Guerre” (1987), de Natalie Zemon Davis, e “A Herança Imaterial” (2000), de Giovanni Levi, apresentam pesquisas com narrativas de tons literários, mas rigorosamente amparadas nas fontes.

O historiador Carlo Ginzburg produziu diversas obras abordando as discussões produzidas pelo enfoque da crítica literária e o “linguistic turn”: entre história, narrativa e ficção, situando-se ao lado da história enquanto campo ligado à busca de um relato verdadeiro, baseado em fontes. Em seu livro “O fio e os rastros”, o historiador elabora sobre a relação ambígua da escrita da história e a verdade, segundo ele “[...] o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo” (GINZBURG, 2007, p. 14).

⁴⁷ Ver mais em: Peter Burke (2008) e Roger Chartier (1988).



Todo fio da narrativa histórica se guia pelos rastros deixados pelos sujeitos, ainda que se possa elaborar versões acerca de um mesmo fato histórico. Mas esta é uma característica que Ginzburg também evoca, desta vez em “Relações de força: história, retórica, prova”, pois:

As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo (GINZBURG, 2002, p. 44).

A história, ao se voltar para o passado, deve se basear em fontes, e enquanto escrita, deve tornar-se uma narrativa, devendo preencher as possíveis lacunas não evidenciadas pela pesquisa. Estas peculiaridades tornariam a história, de acordo com Paul Veyne (2008) em sua obra “Como se escrever a história”, em um “romance real”. Por fim, retomando o pensamento de Lawrence Stone, a investigação “... [d]o que se passava na cabeça das pessoas do passado, e como era viver naqueles tempos, questões estas que reconduzem inevitavelmente ao uso da narrativa” (STONE, 1979, p. 13).

Pesquisar a história do crime, em especial ao exercício feito neste artigo, que é tratar de um processo crime para compreender aspectos da sociedade carioca em fins do século XIX, dialoga com o uso da narrativa para tratar de sujeitos completamente marginais à sociedade da época, que vieram à luz devido ao crime, “o poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante (...)” (FOUCAULT, 2003, p. 206).

O uso de documentações como os processos crimes é ressaltado por Carlo Ginzburg (1989), como uma forma de acessar “dados às vezes imprevisíveis (...) que são o que temos de mais aproximado aos inquiridos in loco de um antropólogo moderno” (GINZBURG, 1979, p. 173). A descrição e os dados existentes no processo crime analisado, adicionadas aos poucos pela justiça, nos dá pistas sobre as territorialidades e espacialidades de uma cidade em formação, bem como os sujeitos que haviam nela, neste caso em especial, de migrantes de gerações diferentes.

Ao tratar de um evento da Europa pré-industrial, Robert Darnton (1988, (p. 106)) sugere que a nossa distância do tempo e as nossas percepções do evento – mesmo que incompreensões – sejam pontos de partida para a análise histórica, e ainda, como um exercício antropológico de olhar o passado como o “outro”.

Orientando-se pela perspectiva de Darnton (1988), a documentação criminal e outras documentações tratadas neste artigo, como os jornais, ajudam na compreensão de como a



sociedade brasileira pensava sobre crime, punição, e também as suas pessoas, revelando o cotidiano. Além disso, o próprio registro do crime produz um sentido na sociedade.

Como afirma Marcos Bretas (2012, p 9), em sua acepção clássica seria tornar as histórias exemplares, criar delimitações do vilão, do arquétipo da maldade. Ainda segundo o historiador, no século XIX toma-se uma tendência de olhar o crime não só em seu sentido moral, mas como força de explicar racionalmente a natureza do ser humano: “O pensamento científico constrói um novo lugar para o crime, legitimando-o como foco para o olhar; vê-lo é compreender o funcionamento do homem, [da] biologia e da sociedade” (BRETAS, 2012, p. 9). Estes e outros elementos podem ser visualizados na própria produção do documento.

Partindo desta breve incursão sobre elementos da escrita da história e do uso da documentação criminal, esta pesquisa propõe-se a utilizar da narrativa como exercício de escrita e de compreensão histórica. Através dos rastros, desvela-se a trajetória destes indivíduos, ou ao menos uma variante que as fontes permitiram elaborar.

2 O CRIME E SEUS DESDOBRAMENTOS NA IMPRENSA

O dia anterior ao crime era 18 de maio de 1899, uma quinta-feira, e para todos parecia um dia rotineiro na fazenda Sapopemba, na Freguesia do Irajá. Miguel Jorge, como já havia feito muitas outras vezes, foi visitar Emilia, sua irmã mais velha, onde passou a realizar alguns trabalhos menores na roça. As tarefas deste dia em questão serviriam como uma forma de concentração, distração ou mesmo momentos para tomar coragem para seu próximo passo. Como rotina em dias que o rapaz visitava, os irmãos sentaram-se juntos à mesa no horário do almoço, preparado pela jovem, mas sem a presença do habitual companheiro da mesma, Elias Abrahão.

Assim como os dois irmãos, Elias era um árabe que migrou para o Rio de Janeiro, tinha 24 anos de idade e trabalhava como negociante. Por necessidade do ofício, ele tinha de viajar com alguma frequência para o centro da capital, deixando para Emilia os cuidados da residência. Miguel Jorge sabia destas reiteradas viagens, e ele frequentava a casa com frequência o suficiente para saber que aquela quinta-feira seria um daqueles dias em que Elias estaria ausente.

Encerrado o almoço, sem café ou pinga para enfrentar o dia, Miguel Jorge decide seguir em frente com o motivo que o levou para lá: já havia ao menos cinco meses em que Emilia



tinha se mudado para ficar ao lado de Elias Abrahão, tinham juntado suas vidas para que todos os moradores das cercanias pudessem saber e comentar, e até a barriga da irmã já estava crescendo. Miguel ficou sabendo por alguns que Elias não só havia emigrado de sua terra natal sozinho, como teria deixado por lá a sua esposa. Boatos.

Ora, Emilia tratava-se então de uma amasiada, nos termos da época, que emprenhou, sem laços oficiais, tendo o homem uma outra, a primeira, em outras terras. Ali, para o garoto, constituir-se-ia uma situação comprometedora para a honra de sua família e comunidade, motivos que, para si, o absolveriam de seu ato.

O sol já estava alto no céu, era hora de tomar atitude, antes que os irmãos não estivessem mais sozinhos. Após levantarem-se da mesa, e encaminhando-se para a porta da frente, Miguel não esperou mais, sacou de seu revólver e disparou contra sua própria irmã.

Dois disparos não apenas fratricidas, mas também contra seu futuro sobrinho. Mirando diretamente para onde o fruto daquela relação reprovável se desenvolvia, o feto era como um símbolo de sua insatisfação, e ao mesmo tempo a justificação para seu intento. O primeiro projétil atingiu pouco abaixo das costelas, do lado direito do corpo, e o outro encontrou a barriga, logo abaixo do umbigo⁴⁸.

Efetuados os disparos, Miguel pensou pouco, e temeroso das consequências, fugiu do lugar, correu para os matos próximos, pensando em desaparecer da região.

A pouca distância do local do crime, os disparos puderam ser ouvidos, assim como os gritos que os seguiram. Próximos dali estavam alguns empregados de Elias Abrahão, Damião Xavier da Silva e Tertuliano da Silva Cardoso, assim como a moradora recém-chegada na região, Alexandrina Maria da Silva, que correram em direção à casa, onde encontraram Emilia banhada em sangue. Em dolorosa agonia, a moça mostrou seus ferimentos e revelou aos que ali estavam que o autor do dolo era seu próprio irmão.

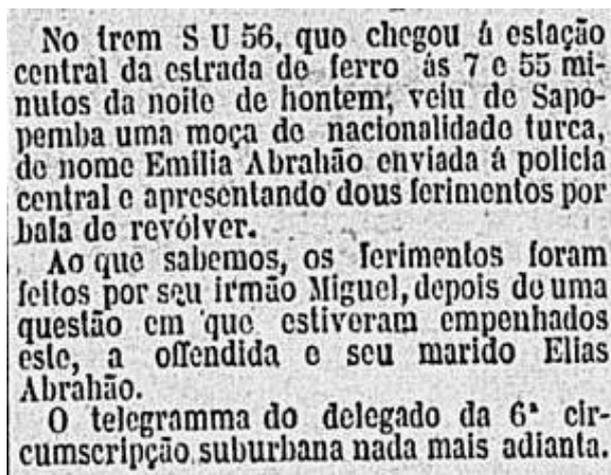
À uma e meia da tarde, voltando de seus trabalhos na capital, Elias Abrahão chegava à estação de sua residência, lugar em que foi imediatamente avisado dos acontecimentos sucedidos na fazenda. Direccionando-se ao lugar, o árabe encontrou Emilia junto de seus empregados, e a mesma, com dificuldade, lhe contou de seus ferimentos e daquele que os havia cometido. Enfraquecida, porém viva, a jovem foi levada para o trem, e de lá para a estação central do Rio de Janeiro, sendo direcionada para a polícia central e enfermaria do Hospital

⁴⁸ A área de impacto dos disparos foi indicada na autópsia realizada em Emilia, presente no processo crime analisado, fólios 11v e 12r.

Santa Casa de Misericórdia, por volta das oito da noite.

O jornal Gazeta de Notícias faz referência ao fato, quando da chegada de Emillia, junto a um breve resumo do que teria acontecido:

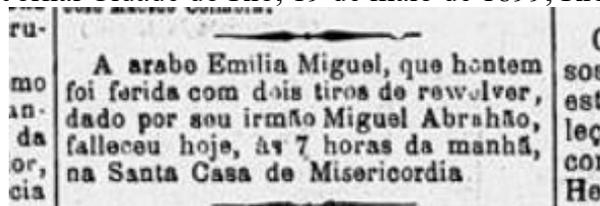
Figura 1 – Jornal Gazeta de Notícias, 19 de maio de 1899, Rio de Janeiro.



Fonte: Jornal Gazeta de Notícias, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O periódico noticia Emilia com o sobrenome do parceiro, Abrahão, identificando-a como de nacionalidade turca, termo que vai variar no próprio processo crime, ora árabe, ora turca. A morte de Emilia Miguel ocorreu na manhã do dia seguinte, aproximadamente às sete horas, levando alguns impressos a notificar dos acontecimentos nos dias que se seguiram.

Figura 2 – Jornal Cidade do Rio, 19 de maio de 1899, Rio de Janeiro



Fonte: Jornal Cidade do Rio, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Passando o caso para as mãos dos delegados Doutor Luiz de A. Aragão Bulcão e João Martins Carvalho de Andrade, e detido o principal suspeito do crime - encontrado na estação Belém -, iniciou-se o processo de inquirição e testemunho, assim como a autópsia do cadáver de Emilia.



Nos autos do processo está o interrogatório de Miguel Jorge, assim como o de Helena Dyjiran⁴⁹, identificada como árabe, viúva de quarenta anos e mãe da vítima e do infrator. Estão registradas algumas testemunhas, entre as quais está Elias Abrahão, Tertuliano da Silva Cardoso, Damião Xavier da Silva e Alexandrina Maria da Silva, que relataram histórias fundamentalmente idênticas, descrevendo o que viram, ouviram e como agiram no dia e local do crime:

Perguntado se quando a turca Emilia foi ferida por seu irmão Miguel Jorge, respondeu que andava na roça perto da casa ouviu dois tiros e alguns gritos [...] encontrou a turca Emilia caída e banhada em sangue junto a porta de casa e seu irmão Miguel que momentos antes [⁵⁰] correr em direção a estrada. Perguntado se sabe que foi ele o acusado, o autor dos ferimentos em sua irmã Emilia, respondeu que sim e a própria turca Emilia disse a ele e seu companheiro de trabalho que foi que foi ferida por dois tiros de revólver que lhe foi disparado o seu irmão Miguel que ia fugindo nesta ocasião⁵¹.

Ainda que a mãe, Helena, tenha revelado em seu depoimento que os dois irmãos se viam com frequência, na sua opinião, não mantinham um bom relacionamento. As outras testemunhas, como as já citadas Tertuliano, Damião e Alexandrina, não detalham sobre o relacionamento dos dois, apenas falaram pequenas descrições da ‘índole’ do rapaz: “*achava-se bastante calmo [...] não manifestou intenção alguma [...] nunca o viu embriagado*”⁵².

A revelação do motivo do crime veio da apuração e detalhamento que obtiveram de Miguel Jorge, que confessou o assassinato: “*Interrogado sobre se deu os tiros com intenção de matá-la, respondeu que sim, por estar a sua irmã amasiada com um homem casado*”⁵³. A trama, e o drama de um irmão que não aceitava a situação, e não gostava muito de Elias, fez desabrochar a narrativa de alguns jornais dos dias seguintes, escancarando o enredo sensacionalista.

⁴⁹ Não foi possível obter certeza da grafia deste sobrenome a partir da transcrição.

⁵⁰ Espaço de uma ou duas palavras cuja transcrição é incerta.

⁵¹ Depoimento da 2ª testemunha do processo crime, Tertuliano da Silva Cardoso, fólios 6v e 7r. Transcrição realizada de forma livre.

⁵² Depoimento da 2ª testemunha do processo crime, Tertuliano da Silva Cardoso, fólio 7r.

⁵³ Interrogatório de Miguel Jorge, fólio 5r.

Figura 3 – Jornal Gazeta de Notícias, 20 de maio de 1899, Rio de Janeiro.

ASSASSINATO

Teve, como era do esperar, fatal desfecho a scena de sangue que se passou ante-hontem em Sapopemba, pertencente á 6ª circumscripção urbana.

A victima, Emilia Miguel, de nacionalidade arabe e 25 annos presumiveis, falleceu hontem ás 7 horas da manhã, em um dos leitos da 24ª enfermaria do hospital de Misericordia.

O seu cadaver foi removido para o deposito do hospital, sendo ahi autopsiado pelo Dr. Thomaz Coelho, medico legista, que verificou a existencia de tres ferimentos de bala, sendo um no hypocondrio dextro, outro na região hypogastrica e o ultimo no braço direito, no terço superior. Este interessava todos os tecidos molles e o humerus, com fractura comminativa do respectivo osso, e do hypocondrio era penetrante, interessando o intestino delgado em diversas partes, o utero, que se achava cheio por um feto do cinco mezes presumiveis de vida intra-uterina e do sexo masculino.

Causa mortis: peritonite traumatica.

Fonte: Jornal Gazeta de Notícias, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 4 – Jornal O Paiz, 22 de maio de 1899, Rio de Janeiro

IRMÃO FACINORA

Estava refugiado em Belém o turco Miguel Jorge, que a 18 do corrente assassinou com tres tiros de revólver a sua irmã Emilia Miguel, no sítio em que ella vivia, no Realengo, com Elias Abrahão.

Para capturar o criminoso o delegado da 6ª circumscripção suburbana fez seguir alguns auxiliares seus, acompanhados de varios turcos moradores na localidade e que, revoltados com o barbaro crime do seu patricio Miguel, conseguiram afinal descobri-lo.

Preso pelo subdelegado de Vassouras, foi o criminoso, no sabbado ultimo, enviado para aquella circumscripção, onde confessou o crime ao delegado, dizendo tel-o commettido por não querer sua irmã Emilia deixar a companhia de Elias Abrahão, com quem vivia amasiada, apesar de ter elle a verdadeira mulher em sua terra natal.

Miguel foi ante-hontem recolhido á Detenção.

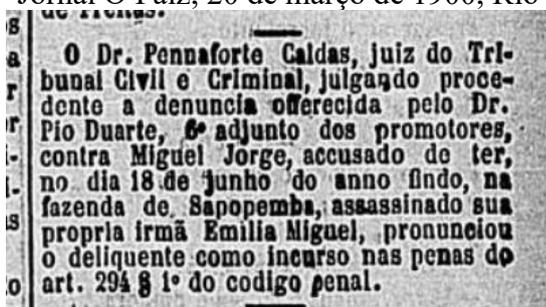
Fonte: Jornal O Paiz, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Enquanto o Jornal Gazeta de Notícias ressaltou o trágico desfecho do assassinato, tendo publicado a descrição científica da morte, o Jornal Paiz ressalta, já no título, a barbaridade do crime, e continua a notícia, centrada na figura do criminoso, que fugira mas fora capturado, e

por fim, anunciava sua culpa.

A coleta de testemunhos sucedeu até o ano seguinte, aos 28 de fevereiro de 1900, e ao encerramento do inquérito policial, seguiu a denúncia no mês seguinte pelo Ministério Público contra o acusado, Miguel Jorge. A denúncia seria admitida pelo juiz, para que se pudesse, então, iniciar o julgamento. Miguel poderia ser julgado e condenado para o cárcere entre doze a trinta anos, como colocado no artigo 294, parágrafo 1º, do código penal de 1890. O Jornal O Paiz, em março de 1900, noticiou o desenlace:

Figura 5 – Jornal O Paiz, 20 de março de 1900, Rio de Janeiro



Fonte: Jornal O Paiz, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Há aqui um desfecho parcial, em que se aceita a denúncia do crime para julgar Miguel Jorge. Porém, o caso evidencia uma série de reflexões relevantes para tratar-se nas páginas a seguir, e que precederão o relato do encerramento do processo, que se daria somente em meados do século XX.

O processo crime analisado permite a reflexão sobre a natureza do crime em si. O acontecimento está dado, não é exatamente um mistério, sua natureza é potencialmente uma questão moral, verbalizada pelo próprio criminoso, já que as testemunhas ouvidas não ressaltam esse detalhe tão enfaticamente. Uma vez que o crime mobiliza questões da moral, o ato em si nos dá pistas para o entendimento do funcionamento da sociedade, ou mais especificamente, para aquele grupo, naquele espaço e tempo circunscrito.

Além de relações de gênero, outras questões, como imigração e a geografia da cidade do Rio de Janeiro são suscitadas ao longo do processo, e que serão brevemente discutidas a seguir.



3 CENÁRIOS DE UM CRIME: IMIGRAÇÃO E A CIDADE

Estes sujeitos simples, marginais e estrangeiros, em certa medida, ganharam uma sobrevida histórica pelo crime. Teriam Emilia e Miguel ganhado algumas menções nos jornais cariocas caso vivessem ordinariamente como todos os outros? A violência é corriqueira, mas o crime singularizou a vida desses indivíduos imigrantes, com laços consanguíneos, e que de modo tão abrupto entraram nas páginas dos jornais, e tão breve saíram da memória do povo, as chamadas existências-relâmpagos abordadas por Michel Foucault (2003). Mas os jornais narraram sua perspectiva: Emilia, vítima de um ato bárbaro, e Miguel, um jovem malfeitor – facínora, nas palavras do jornal O Paiz.

O reacionamento destas histórias através dos processos crimes permite acessar espacialidades, modos de vida e culturas de sujeitos e grupos, de modo a contribuir para a polifonia que é a construção da cidade, com destaque especial para o Rio de Janeiro entre o final do século XIX e o início do século XX. Através do crime, é possível compreender uma sociedade por dentro, como por exemplo, a construção da cidade com imigrantes e sujeitos diversos.

A primeira onda de imigração dita árabe para o Brasil ocorreu no final do século XIX, a partir de 1870, segundo Claude Hajjar, em seu livro *Imigração árabe: 100 anos de reflexão* (1985, p. 23). Seguindo com Ana Maria Mauad, que apresenta uma reflexão familiar e historiográfica sobre a imigração árabe em um livro organizado por Ângela de Castro nos anos 2000, a partir de 1890, estima-se a chegada de 73.690 imigrantes sírio-libaneses, muitas vezes chamados de turcos (MAUAD, 2000, p. 105).

Relacionando estes dados com o processo crime, os sujeitos aqui investigados são jovens, e possivelmente provenientes dessa imigração para os trópicos, apesar de não haver qualquer informação nesse sentido na documentação. Ressalta-se que Helena, mãe dos irmãos, era viúva, o que poderia indicar um falecimento do marido na viagem ao Brasil, ou depois de um tempo já em solo brasileiro.

Nesse cenário, inclusive, Emilia e Miguel podem ter nascido já no Brasil, portanto, Helena teria que estar no Brasil há pelo menos vinte e quatro anos desde a data do crime em 1899, isto é, cerca do ano de 1875. Possíveis hipóteses, já que nada no processo crime pode nos indicar essas informações com exatidão. Outro elemento que pode ser levado em conta é que Emilia e Miguel, bem como Helena, não sabiam ler nem escrever, o que pode ser explicado



pela baixa alfabetização do período, mas também pela possibilidade de só escreverem e/ou lerem em árabe, por exemplo.

Já amplamente abordado pela historiografia, ressalta-se o uso das terminologias do ‘turco’ e do ‘árabe’, ou mais especificamente, do ‘sírio-libanês’. Nota-se, ao longo do processo crime, o uso dos dois primeiros termos, sem padrão específico. Esse uso generalista e estereotipado também é explicado por Mauad (2000), que afirma que no período estudado, as fronteiras entre os países da Síria e do Líbano não estavam completamente definidas, em grande medida, pela região pertencer ao Império Turco-Otomano, domínio que se estendeu até 1920.

De acordo com Maria Lúcia Mott (2000), até o ano de 1892, todos os imigrantes sírios e libaneses recebiam passaportes expedidos pelo Império Turco-Otomano, contribuindo ainda mais para a mistura dos termos ‘árabe e turco’, e impossibilitando uma contagem precisa do contingente de pessoas de cada região/país. Muitos emigravam em busca de melhores condições de vida, mas também para fugir da opressão otomana, principalmente pela diferença de religião (p. 181). Nesse sentido, de acordo com Hajjar, do contingente de imigração árabe para o Brasil, 85% eram católicos, procurando um espaço com mais paz religiosa, e possivelmente, de prosperidade econômica.

Os primeiros imigrantes, ao chegarem no porto do Rio de Janeiro, estabeleceram redes familiares e de parentesco, e passaram a se dedicar a algo que não era seu ofício na sua terra natal: o comércio. Mott, tratando de uma pesquisa realizada por Jorge Safady (1972) sobre a cidade do Rio de Janeiro, ressalta o pioneirismo dos irmãos Zacarias ao chegar na cidade, em 1874 (2000, p. 181).

Lá, os imigrantes se agruparam na rua da Alfândega, já que “essa rua central do Rio de Janeiro tornou-se um centro comercial importante (...) Um grande contingente da população por ela trafegava, atraindo assim a massa dos novos imigrantes italianos, portugueses e árabes que nela se dedicavam ao comércio ambulante” (HAJJAR, 1985, p. 117). Cabe ressaltar que não foi somente no Rio de Janeiro que se procedeu esse padrão de formação de comunidade. Nas cidades como São Paulo, e mesmo menores, como Florianópolis, os árabes da primeira ‘onda’ migratória se dedicaram ao comércio, abrindo lojas e comércios nos centros das cidades, além de exercerem a mascateagem, prática de venda de objetos diversos de porta em porta⁵⁴.

Curiosa então é a diferença desse cenário com os sujeitos do processo crime. A família

⁵⁴ Ver, por exemplo, Marcia Maria Cabreira (2001) e Bruno Bortoli et al. (2010).



Jorge não vivia na região central da cidade, nem vivia do comércio. Moravam em uma fazenda em Sapopemba, numa região mais interiorana do município, portanto, que tinha ligação por trem ao intenso comércio carioca, mas parecem que viviam de trabalhos na roça, ou no caso de Emilia, casada com Elias.

Exatamente Elias pode ser nosso ponto de relação com o comércio, já que nos depoimentos coletados afirma-se que Elias Abrahão era negociante e que estava voltando do capital justamente quando ocorreu o assassinato de Emilia. Poderia ser Elias uma espécie de mascate, que vendia mercadoria de porta em porta, ou um comerciante que trazia produtos da região central da capital para Sapopemba? E nesse sentido, qual era a extensão da rede da comunidade árabe do Rio de Janeiro?

Outro ponto interessante de investigação a partir do processo crime são as espacialidades construídas e mapeadas para analisarmos a formação da cidade do Rio de Janeiro. O local onde vivia Emilia e Elias, e onde trabalhavam na roça Miguel, Tertuliano, Xavier e Alexandrina, foi localizado no processo como Fazenda Sapopemba, na freguesia do Irajá, que segundo o recenseamento de 1890, contava com uma população de aproximadamente 13.126 habitantes⁵⁵, e historicamente uma região constituída por engenhos, e mais tarde, lavouras de cana-de-açúcar (PEDROZA, 2008)⁵⁶. Hoje um espaço que fica entre Realengo e a Vila Militar, Sapopemba tem importância que remonta ao período colonial.

A região fora ocupada pelo Engenho Sapopemba, fundado por Gaspar da Costa, em 1612. O Barão de Mauá (1813-1899) passou a explorar as terras de Sapopemba, sendo mais tarde vendido o espaço da fazenda para Conde Sebastião do Pinho (1859-1916)⁵⁷.

Sabe-se que a partir de 1908, a Fazenda foi arrematada pelo Banco do Brasil, devido a dívidas do Conde, passando-a para o Ministério da Guerra, que por sua vez, deu origem a áreas militares⁵⁸. Nesse sentido, compreende-se que, possivelmente, os sujeitos que trabalhavam e viviam na Fazenda Sapopemba tinham como proprietário o Conde, um pouco antes da

⁵⁵ Arquivo “Synopsis do recenseamento de 31 de dezembro de 1890”, disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso: 28/03/2019.

⁵⁶ A historiadora Manoela Pedroza (2008) discute a relação da terra e a transmissão de propriedades na freguesia do Irajá, porém em um período anterior – 1740 a 1856, mas que cabe aqui como referência acerca do mapeamento deste “sertão” carioca.

⁵⁷ Segundo Laurentino Gomes (2013), Sebastião de Pinho recebeu seu título de Conde no ano de 1891. Sebastião de Pinho, ainda segundo o autor, teria enriquecido com a política de encilhamento, o que lhe comprou o título de conde e possivelmente casas e fazendas (p. 229-230).

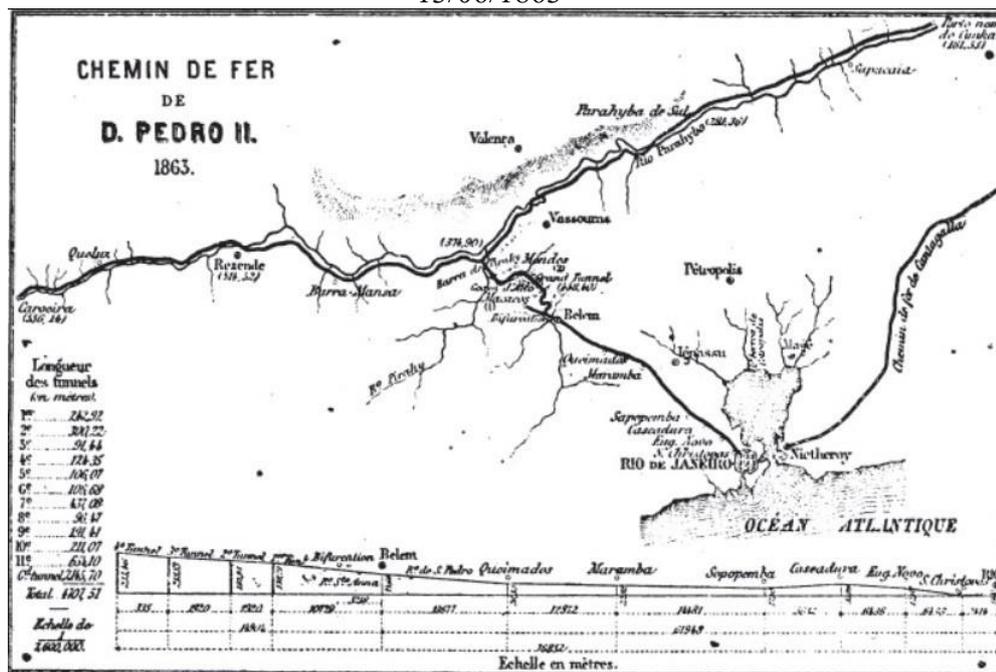
⁵⁸ Informações retiradas a partir de endereço eletrônico sobre os bairros da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.monumentosorio.com.br/base/bairros/088.htm>>. Acesso: 28/03/2019.

desintegração do espaço.

Parte do cenário dos fins do século XIX é remontada pelo processo crime através do veículo ferroviário. A Estrada de Ferro Dom Pedro II – a depois denominada Estrada de Ferro Central do Brasil, foi criada em 1855, por contrato do Monarca com Edward Price, engenheiro britânico.

O projeto mestre tinha como objetivo a construção de um ramo principal, com a conexão entre o Rio de Janeiro e a estação de Belém em Japeri, na então Província do Rio de Janeiro, que teria conexões com todas as regiões do Brasil através de linhas a serem construídas. Este primeiro trecho foi entregue em 1858⁵⁹. A imagem abaixo mostra as linhas ferroviárias, sendo possível visualizar Belém e Sapopemba, futuras Japeri e Deodoro:

Figura 6 – Ilustração para o Journal Universal Hebdomadaire, Volume 41, nº 1.059, 13/06/1863



Fonte: Journal Universal Hebdomadaire.

Esta ilustração retoma o início desta trama, no qual o acusado Miguel Jorge teria percorrido um longo caminho, de Sapopemba à estação de Belém, logo após desferir dois tiros em sua irmã. Para o rapaz, naquele dado momento, seguir a malha ferroviária para uma estação

⁵⁹ Estas informações e outros detalhamentos sobre a construção das linhas ferroviárias podem ser acessados no livro de Helio Rodriguez (2004).



mais afastada teria sido a melhor opção para sua fuga, destinando-se para longe de sua residência e possivelmente de sua última parente viva. Novamente, os indícios abandonam a urdidura para as hipóteses, afinal, não se sabe se havia planos por parte de Miguel, se abandonaria Sapopemba e sua mãe para sempre ou se esperaria o caso se esvaír para retornar.

A denúncia e a própria confissão de Miguel Jorge quanto ao crime dificultariam qualquer defesa para o réu, e o desfecho para o episódio poderia ter apenas um destino plausível. Porém, o registro do processo crime não segue adiante com qualquer informação sobre o juízo de Miguel, assim como os jornais, que noticiariam pela última vez os insignificantes personagens em nota já evidenciada – na Figura 5 – sobre a admissão da denúncia pelo juiz.

A última pista que se pode coletar do processo está em seu fôlio de encerramento que, em letra diversa de qualquer outro escrivão que antes registrara o inquérito, apresenta uma nota do dia 04 de novembro do ano de 1921, informando que a ação penal prescrevera, mais de duas décadas após a denúncia, a última ação conhecida por parte da justiça. Tem-se então que algo teria ocorrido para que o julgamento nunca tenha tomado lugar, deixando em aberto o destino de Miguel Jorge.

Por pleno exercício hipotético, podem-se averiguar algumas informações dentro dos autos do processo crime em questão. Em um primeiro momento, sabe-se que o acusado foi detido quando de sua fuga, próximo à estação de Belém. Porém, há uma informação que se apresenta em apenas um dos testemunhos, o de Albim de Santana Rosa⁶⁰, que relata ter o réu obtido um habeas corpus. No caso deste fato estar acurado, isto significa que Miguel Jorge teria aguardado o fim de seu julgamento em liberdade.

Ora, como mencionado, o julgamento nunca chegou a ocorrer, sendo a ação penal prescrita duas décadas depois, o que levanta a questão: teria o réu fugido, desta vez com sucesso, e desaparecido da vista de todos para sempre? Até onde se tem informação, Miguel poderia até mesmo ter morrido. Estas questões, porém, não terão solução, e nem a trama qualquer desfecho, pois estes indivíduos seriam novamente esquecidos pelas fontes oficiais e suas experiências legadas às suposições.

⁶⁰ Depoimento de Albim de Santana Rosa em 10 de outubro de 1899. Fôlio 31r.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do artigo centrou-se em um exercício de narrativa histórica, baseada em uma documentação que permitiu reconstituir um crime fratricida, em que um sujeito de família de imigrantes árabes assassina sua irmã, e confessa tê-lo feito por motivos possivelmente relacionados aos costumes, ou, neste caso, a transgressão dos mesmos.

O processo crime revela-se uma fonte valiosa para o estudo destes indivíduos sem destaque no cotidiano ou em documentação oficial, pois sua escrita desenvolve personagens, descreve características importantes e detalha fatos como observados por cada um dos participantes do processo.

A análise permite a percepção dos mecanismos de dominação e controle exercidos por parte do Estado e, com a inclusão de fragmentos retirados de jornais do período – que enriquecem a narrativa –, observa-se a forma como estas pessoas eram tratadas e utilizadas pela imprensa.

A urdidura proposta demonstra que este evento não é apenas uma crônica ou história insignificante, ela permite o aprofundamento em questões transversais, como a própria construção do espaço urbano carioca e a situação da comunidade árabe, composta de diversas ondas migratórias.

Com efeito, impõe-se um duplo processo, se esta narrativa de nível cotidiano, envolvendo personagens normalmente marginalizados pelas fontes, possibilita o estudo de temas que a atravessam, ela também só pode ser construída através da compreensão e análise destas mesmas temáticas. Pode-se afirmar que o fio da narrativa histórica encontra-se em território fronteiro ao da ficção, mas sua fundamentação nas fontes e na pesquisa nunca a permitirá ultrapassá-lo.

REFERÊNCIAS

ANKERSMIT, F.R. **A escrita da história**. A natureza da representação histórica. Londrina: EDUEL, 2012.

ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. **Estrada de ferro de D. Pedro II, 1863**. [Fonte: L'Illustration: journal universal hebdomadaire, Volume 41, nº 1.059, 13/06/1863 - Domínio Público]. FGV – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <



<https://atlas.fgv.br/marcos/expansao-economica/mapas/sao-paulo-e-rio-na-fase-da-cafeicultura-escravista>>. Acesso: 27/03/2019.

BAIRROS DA CIDADE. **Bairros de cidade**: primeiro catálogo online dos monumentos do Rio de Janeiro. Disponível em:
<<http://www.monumentosdorio.com.br/base/bairros/088.htm>>. Acesso: 28/03/2019.

BORTOLI, Bruno; FIGUEIREDO, Carolina F.; LISBOA, Catarina; LUNARDI, Thamirys, M. **De Camponeses à Comerciantes**: Reflexões sobre a Imigração Árabe em Florianópolis (1990-2010). In: Florianópolis no Tempo Presente. Editora da UDESC e DIOESC, 2010.

BRASIL. **Arquivo “Synopsis do recenseamento de 31 de dezembro de 1890”**. disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso: 28/03/2019.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro, DF, out. 1890. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm>, Acesso: 06 de set. 2018.

BRETAS, Marcos Luiz. *Valente mas muito considerado*: a memória do crime. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CABREIRA, Marcia Maria. *Cultura e identidade em São Paulo*: a imigração síria e libanesa. **EccoS Rev. Cient.**, UNINOVE, São Paulo, n. 1, v. 3, 2001. pp. 93-103.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos** e outros episódios da História Cultural Francesa. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANCISCO, J. C. B. **Sírios e Libaneses no Rio de Janeiro**: Memória Coletiva & Escolhas Individuais. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro para a Pós-Graduação em Memória Social. 2005.

FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, pp. 203-222.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

_____. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



- _____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro e (org.). **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- GOMES, Laurentino. **1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil.** São Paulo: Globo, 2013.
- HAJJAR, Claude Fahd, **Imigração árabe: 100 anos de reflexão.** São Paulo: Ícone, 1985.
- SEM TÍTULO. **Jornal Cidade do Rio.** Edição de 19 de maio de 1899. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- SEM TÍTULO. **Jornal Gazeta de Notícias.** Edição de 19 de maio de 1899. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- ASSASSINATO. **Jornal Gazeta de Notícias.** Edição de 20 de maio de 1899. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- SEM TÍTULO. **Jornal O Paiz.** Edição de 20 de março de 1900. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- IRMÃO FACÍNORA. **Jornal O Paiz.** Edição de 22 de maio de 1899. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- MEYER, Michel. **Questões de retórica: linguagem, razão e sedução.** Lisboa: 70, 1998 (1993).
- MOTT, Maria Lúcia. **Imigração árabe: um certo oriente no Brasil.** In: IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. IBGE: 2000.
- MUAD, Ana Maria. *Donos de um certo olhar: trajetória familiar e imigração libanesa no Rio de Janeiro.* In: GOMES, Ângela de Castro e (org.). **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. pp. 104-138.
- PEDROZA, Manoela. *Transmissão de terras e direitos de propriedade desiguais nas freguesias de Irajá e Campo Grande (Rio de Janeiro, 1740-1856).* **Revista de História** 160 (1º semestre de 2009), 323-362.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA. Lucie. **Tratado de argumentação.** A nova retórica. Terceira Parte. As técnicas argumentativas. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MUSEU DA JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. **Processo Crime.** Caixa: 1225 / RG: 11865 / Cód: 12656.
- RODRÍGUEZ, Hélio Suêvo. **A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro: o resgate de sua memória.** Rio de Janeiro: Sociedade de Pesquisa para Memória do Trem, 2004.



STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **Past & Present**, nº85, nov. 1979, pp. 3-24. Tradução de Denise Bottmann.

VEYNE, Paul M. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.



Passado inútil e cruel: o tempo no romance *O Mulato* (1881), de Aluísio Azevedo.

Clarissa Pesente⁶¹

Recebido em: 31/03/2019

Aceito em: 25/05/2019

RESUMO

O romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, é publicado em 1881, apresentando uma imagem bastante desfavorável da província do Maranhão daquele tempo. O presente artigo analisa como uma concepção específica de tempo é construída ao longo da narrativa e mobilizada numa crítica a determinados setores da sociedade maranhense.

Palavras-chave: *O Mulato*. Aluísio Azevedo. Tempo.

Passé inutile et cruel: le temps dans le roman *O Mulato* (1881), d'Aluísio Azevedo.

RESUMÉ

Le roman *O Mulato*, d'Aluísio Azevedo, est publié en 1881 et présente une image très défavorable de la province de Maranhão de cette époque. Le présent article analyse comment une conception spécifique du temps est construite au long du récit et mobilisée dans une critique de certains secteurs de la société du Maranhão.

Mots-clés: *O Mulato*. Aluísio Azevedo. Temps.

⁶¹ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: clarissapesente@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3399737282710526>.



1 INTRODUÇÃO

Aluísio Azevedo publicava, em 1881, pela tipografia do jornal maranhense *O País*, o romance naturalista *O Mulato*. O enredo se desenvolve em torno da personagem de Raimundo, que, após ter passado praticamente toda a sua vida em Portugal, se vê diante da necessidade de retornar à sua província natal, São Luís, para resolver assuntos de herança. Raimundo desconhecia suas origens: do pai, sabia apenas que este era um homem de posses que morrera ainda em sua infância; da mãe, nada sabia. É somente próximo ao desfecho que lhe é revelado que ele era filho de umas das escravas de seu pai e de que, portanto, carregava a pecha de mulato.

A única referência familiar de Raimundo era um tio, Manoel, que o receberia no Maranhão. Quando chega a São Luís, Raimundo causa certa agitação entre os provincianos: todos faziam comentários em relação à sua aparência, especulavam sobre quem ele seria e inventavam uma série de histórias a seu respeito. “E assim ia Raimundo, sendo inconscientemente o alvo de mil comentários, juízos temerários e estúpidas conjecturas” (AZEVEDO, 1881, p. 139).

Além de ociosa e fofoqueira, a província também se mostra preconceituosa. Tendo sido informado de que todos eram muito hospitaleiros, Raimundo estranhava que as pessoas parecessem tão constrangidas em sua presença e que ninguém o convidasse para os bailes. Só quando descobre que era filho de uma escrava, que era “forro à pia”, que a personagem entende o motivo de tal tratamento.

Isso que forneceu assunto para gordas palestras nas portas de botica, isso que foi comentado em toda província, desde a sala mais pretensiosa, até a quitanda mais reles, isso que fechou muitas portas a Raimundo e criou-lhe inimizades (AZEVEDO, 1881, p. 135).

O caráter da província vai sendo desenvolvido e demonstrado por meio da atuação de uma série de personagens – em sua grande maioria, parentes e amigos de Manoel. Temos Maria Bárbara, uma senhora que, apesar de extremamente religiosa e supersticiosa, não via problema em possuir escravos e maltratá-los; Ana Rosa, uma moça volúvel, enfermiça e tola, por nunca ter deixado a província; Diogo, um cônego que se aproveita de sua posição na Igreja para manipular as demais personagens de maneira a alcançar seus escusos interesses.



Essas personagens orbitam e atuam sobre a trama central, que é a relação de amor que se desenvolve entre Raimundo e a prima Ana Rosa, filha de Manoel, e a impossibilidade de o casamento dos dois ser aceito pela família da moça e pela sociedade maranhense, em função da condição de mulato do rapaz. Após uma tentativa malsucedida de fuga do casal, Raimundo é morto a mando de Diogo, cônego do local e conselheiro de Manoel.

Tanto o conteúdo do romance quanto sua divulgação parecem estar associados ao envolvimento de Aluísio Azevedo com a imprensa do Maranhão. Azevedo contribuía com crônicas para o jornal *O Pensador* – desde sua fundação, em 1880 –, participando ativamente do programa anticlerical⁶² a que o jornal se propunha. Esse programa fora exposto no artigo de abertura do jornal – que se intitulava “órgão dos interesses da sociedade moderna” – nos seguintes termos:

Nosso programa é extenso como o pode ser a esfera do pensamento humano. Pensamos, e pensar é fazer o bem, porque pensar é ser livre, e ser livre é ser bom. Pensar é o contrário de crer. A Igreja crê, e nós pensamos. A Igreja crê, porque sonha a escravidão universal. Nós pensamos porque sonhamos a liberdade da espécie humana. Vós, padres de Roma credes, porque explorais a mina da credulidade. Nós pensamos porque queremos devassar os mundos em que existem os gérmenes dessas grandes ideias que se chamam direito, justiça e liberdade. Vós quereis ser úteis a vós mesmos: nós procuramos sê-lo aos nossos concidadãos. Tal é o programa do Pensador: pensar e só pensar. Pensar é rasgar os horizontes do porvir (AZEVEDO, 1881, p. 2)

Em suas crônicas, Aluísio Azevedo posiciona-se abertamente contra as instituições que, segundo ele, eram responsáveis pelo atraso moral, intelectual, e artístico da província: a Igreja, a monarquia e a escravatura. Somente a abolição dessas instituições poderia colocar o Maranhão e o próprio país nos trilhos da civilização. Por meio de suas críticas a algumas obras – glossários, romances, peças de teatro – que circulavam no Maranhão, temos também acesso a algumas das concepções do romancista acerca da arte e de sua função social.

A palavra escrita que antigamente era um instrumento de poetas lamuriosos e de novelistas piegas e imorais, serve hoje para demonstrar um fato, desenvolver uma tese, discutir um fenômeno. O escritor tem obrigação de ser consciencioso, breve, preciso, porque já não escreve para mostrar seu estilo e sim para expor seu modo de pensar sobre qualquer objeto, sobre qualquer questão, sobre qualquer indivíduo.

O próprio romance, tão fútil até aqui, quando hoje não se propõe discutir uma tese, demonstrar um fato, bater um preconceito, analisar um artigo do código, ou fazer qualquer coisa séria e útil, embora esteja ele bem escrito, há de passar despercebido e cair por fim no artigo das nulidades (AZEVEDO, 1880, p. 4).

⁶² Para um panorama da contenda entre Aluísio Azevedo e os clérigos do Maranhão por meio da imprensa, consultar: MONTELLO, Josué. *Aluísio Azevedo e a polêmica d'O Mulato*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.



Em crônica de novembro de 1881, ao falar do compositor e músico francês Offenbach, que havia morrido no mês anterior, Aluísio Azevedo elogia sua capacidade de expor as instituições bolorentas ao ridículo, de pôr “o velho mundo em trajes menores”, de satirizar “os padres, os nobres, os burgueses, os preceptores, os pedantes, os mitológicos, a ciência acadêmica, os poltrões do exército e toda a metafísica das letras, da ciência e das artes antigas” (AZEVEDO, 1880, p. 4).

Pode-se dizer que *O Mulato* participa de uma intenção de pôr o Maranhão “em trajes menores”, de expor a hipocrisia e a imoralidade que, segundo a obra, eram características dessa província. Azevedo fez questão de deixar claro que seu romance fazia alusão a situações e pessoas reais, tanto por meio da epígrafe do romance – “Eu conto o caso como foi...” (AZEVEDO, 1881, p. 3) – quanto da afirmação de que o grande vilão da narrativa, o cônego Diogo, correspondia ao Monsenhor João Mourão, figura conhecida no Maranhão (MOTELLO, 1975, p. 27-28).

Além de afirmar que pessoas reais eram encontradas no interior do romance, Aluísio Azevedo leva sua personagem principal, o mulato Raimundo, para a realidade exterior, tornando menos nítidas as fronteiras entre realidade e ficção. Próximo à publicação do livro, como parte de sua divulgação, *O Pensador* veicula a seguinte notícia: “Acha-se entre nós o Doutor Raimundo José da Silva, distinto advogado que partilha de nossas ideias e propõe-se a bater os abusos da Igreja – Consta-nos que há certo mistério da vinda desse cavalheiro” (SOROR POMPADOUR, 1881, p. 3).

Desde o trabalho de Josué Montello, que analisa toda a contenda que se formara na imprensa entre Aluísio Azevedo e os clérigos maranhenses, não é novidade interpretar a narrativa de *O Mulato* a partir da consideração de que ela representava uma crítica direta, por meio de recursos ficcionais, aos setores tradicionais daquela sociedade.

O que o presente trabalho procura não é insistir nesse caráter de crítica da obra, mas enriquecer a interpretação dessa crítica a partir da análise do elemento do tempo. O artigo também se insere nos esforços dos historiadores em dialogar com o domínio da literatura, considerando que as narrativas ficcionais levantam questões caras à História – como a própria questão da temporalidade –, por mais que os discursos historiográfico e literário tenham suas especificidades e recorram de maneira diferente aos expedientes narrativos.



Foi notado, ao longo do processo de análise, que a concepção de tempo apresentada no romance, escrito em fins do século XIX, dialogava com uma noção muito específica de temporalidade forjada no seio da experiência moderna ocidental.

Assim, antes de analisar como tempo é concebido e estruturado na narrativa de *O Mulato* – aliás, com vistas a enriquecer essa análise – vamos recorrer a uma reflexão acerca dessa experiência, em especial a partir dos estudos de Reinhart Koselleck e de seu conceito de tempo histórico.

2 TEMPO E MODERNIDADE

De repente (de fato é assim que as coisas acontecem), chegaram os ímpios, os blasfemadores: os modernos que haviam derrubado o altar dos deuses antigos. E eis que essa simples palavra, moderno, passou a ter um valor inusitado: fórmula mágica que conjurava a força do passado (HAZARD, 2015, p. 45).

Os estudos de Reinhart Koselleck são de grande auxílio para a compreensão desse fenômeno da modernidade que, segundo Paul Hazard (2015), autor do trecho com o qual abrimos essa seção, configurava uma *crise da consciência europeia*. Koselleck (2006) considera o tempo não em sua dimensão externa, objetiva e imperiosa, mas também como uma estrutura interna à própria experiência humana, o que abre caminho para a apreensão e o estudo de diferentes concepções de tempo – e de passado, presente e futuro – que se desenvolveram ao longo da história.

Um conceito central construído por Koselleck (2006) é o de *tempo histórico*, definido como a articulação entre as categorias de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*⁶³. A primeira categoria diz respeito ao passado incorporado ao presente, aquilo que é rememorado como passado. Já a segunda faz alusão àquilo que se espera ou se prevê para o futuro: aquilo que *ainda* não pode ser visto, mas que *já* pode ser contemplado no horizonte.

O autor concebe essas categorias como instrumentos antropológicos – universais, anteriores às experiências sociais – de apreensão do mundo e da temporalidade. Essas categorias permeariam tanto a história concreta dos homens, no sentido em que orientam a maneira pela qual pensam e agem, quanto a maneira de entendê-la. Nas palavras do autor, “As condições da

⁶³ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, trad. de W. P. Maas e C. A. Pereira, Rio de Janeiro, Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.



possibilidade da história são, ao mesmo tempo, as condições de seu conhecimento” (KOSELLECK, 2006, p. 308).

Por mais que *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* sejam categorias antropológicas, a articulação entre elas seria histórica, variando no tempo e no espaço. Segundo as observações de Koselleck, um modelo de articulação advindo da Antiguidade se conservaria praticamente ileso até o século XVIII. Neste modelo, as duas categorias estariam muito próximas, quase sobrepostas, com as expectativas futuras sendo limitadas pelas experiências já adquiridas.

O tempo na Antiguidade era então entendido como um *continuum*. A ideia de constância da natureza humana – ligada à de imutabilidade dos valores morais – permitia que as experiências adquiridas no passado oferecem ensinamentos considerados válidos para instruir as ações no presente. É nesse sentido que a história, considerada *mestra da vida*, tinha como função oferecer um conjunto de casos exemplares, um repertório de experiências passadas ao qual os homens do presente pudessem recorrer.

Na posterior tradição cristã, a antiga circularidade daria lugar a uma noção de tempo linear, que organizaria a história dos homens em função dos desígnios divinos e a orientaria para o Juízo Final. Essa mudança, porém, não seria suficiente para romper com a ideia de repetição da vida terrena, em especial porque a linearidade cristã lançava toda a expectativa de mudança para o porvir divino, para o mundo pós-apocalíptico.

Esse princípio da história como fonte de proveito teria atravessado os séculos, se manifestando até na literatura de prognósticos políticos que se desenvolveu nas cortes europeias do século XVII. Koselleck (2006, p. 32) observa que, por mais que o cálculo político tivesse se despojado dos antigos julgamentos morais e de que a ideia do porvir já tivesse se despedido de sua dimensão divina, cabendo aos homens o planejamento do futuro, este século ainda não ultrapassaria o “horizonte da experiência calculável”. A própria ideia de cálculo racional supunha que a experiência fosse um guia ainda válido, implicava, nas palavras do autor, “um diagnóstico capaz de inscrever o passado no futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 36).

O quadro começaria a se alterar significativamente a partir da segunda metade do século XVIII, com o surgimento de um novo modo de articular experiência e expectativa e de uma nova concepção de história. No modelo antigo, estabelecia-se paralelos entre as situações presentes e as passadas, com vistas a buscar os ensinamentos na tradição. Na modernidade, entende-se os acontecimentos passados como únicos, singulares, não passíveis de repetição.



Sendo a história considerada não mais como repetição, mas como um processo – que parte de um lugar distinto do lugar aonde se vai chegar –, a ação humana deixava de ser limitada pela constância das experiências passadas e a possibilidade de mudança para o futuro passava a ser, então, concebível. Koselleck (2006) aponta a aceleração das mudanças sociais como um fator primordial para que o futuro se libertasse da eterna repetição do passado.

A vivência de experiências inéditas – como as proporcionadas pelas novidades técnicas e científicas e pelas agitações políticas que tomavam corpo no século XVIII – fazia com o que passado não desse mais conta de instruir a ação humana e criava a expectativa de mudanças ainda mais rápidas e significativas para o futuro. Essa desvinculação entre passado e futuro – ou, nos termos do autor, de afastamento entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* – teria sido uma condição para o desenvolvimento da ideia de progresso do século XVIII.

Afirmar que nenhuma experiência anterior pode servir de objeção contra a natureza diferente de futuro torna-se quase uma lei. O futuro será diferente do passado, vale dizer, melhor. Todo o esforço de Kant como filósofo da história esteve voltado para ordenar as objeções da experiência contra isso, de forma a confirmar a expectativa do progresso (KOSELLECK, 2006, p. 315).

Para Koselleck, a abertura de um novo horizonte de expectativa possibilitou a formação de uma ideia de progresso terreno, com a ideia de uma perfeição divina anunciada pelas profecias cedendo lugar a uma ideia de aperfeiçoamento possível conduzido pelos próprios homens. Essa noção de progresso, conforme notado pelo autor, deu um novo sentido não só às expectativas, mas também às experiências passadas. Os grupos sociais puderam, a partir da lógica de um progresso humano único e universal, ser posicionados numa linha temporal que ia do menor grau de desenvolvimento técnico, moral e intelectual até o maior. Assim, mesmo grupos contemporâneos entre si podiam ser posicionados em tempos diferentes, como se um deles não estivesse conseguindo acompanhar a esteira do progresso.

Partindo, em grande parte, das análises de Koselleck (2006), o historiador François Hartog nota que os homens deixam de ser orientar pelo passado e passam a se orientar para o futuro, a retirar dele suas lições e explorar suas possibilidades. A ideia de que a história é um processo que leva ao progresso da humanidade não apenas separa o passado e o futuro, mas os coloca em oposição, criando um choque entre o velho e o novo. Conforme notado por Hartog (2014, p. 137), na modernidade, “o passado é, por princípio ou por posição, ultrapassado”.



Um último ponto a ser tratado é o de que, conforme apontado por Koselleck (2006, p. 31), “o homem passou a viver na modernidade, estando ao mesmo tempo consciente de estar vivendo nela”. As mudanças técnicas, políticas e sociais não estavam confinadas aos anseios e antecipações dos homens, mas adquiriam “um rígido teor de realidade”.

Com essas discussões sobre a concepção de tempo da modernidade em mente, voltemos à narrativa de *O Mulato*. Conforme percebido por Ricardo Benzaquen de Araújo⁶⁴, o romance realista brasileiro do século XIX apresenta traços constituintes dessa concepção, tais como a noção de história como processo e a orientação pelo e para o futuro. Vejamos se e como esses traços aparecem sob a pena de Aluísio Azevedo.

3 O TEMPO NA NARRATIVA: A TRINDADE FILOSÓFICA

Por esse tempo, os três surgiam na rua, formando cada um mais vivo contraste dos outros – Manoel com seu tipo pesado e chato do comércio; o cônego com a sua batina lustrosa, suas meias de seda escarlate, e o seu pé apertadinho no sapato de polimento; Raimundo com suas roupas parisienses, a bengala inquieta, o seu exposição da Bahia nos queixos. Formavam uma respeitável trindade filosófica, na qual o cônego representava a teologia, Manoel a metafísica e Raimundo a filosofia positivista. O que bem examinado, era a mais prodigiosa aliança que se pode fantasiar —o governo do papado, o monárquico e o republicano (AZEVEDO, 1881, p. 136-137).

Como conferido no trecho, Aluísio Azevedo esquematiza três das principais personagens de sua trama numa trindade filosófica⁶⁵, constituída por teologia, metafísica e positivismo. Dada a sua composição, a trindade do romance parece ter sido inspirada na *lei geral do desenvolvimento do espírito humano*, de Auguste Comte, de quem o romancista era declarado e entusiasmado admirador⁶⁶.

⁶⁴ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *História e narrativa*. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org). **Ler e escrever para contar**. Documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

⁶⁵ A ideia da trindade filosófica está presente em crônica⁶⁵ posterior à publicação de *O Mulato*, que apresenta o Imperador Dom Pedro II como representante da metafísica, em função de este ser o chefe do regime monárquico. A monarquia, na visão de Aluísio Azevedo, seria eminentemente metafísica devido à concepção de que o rei era predestinado ao trono e de que suas ações eram guiadas pela inspiração divina. Na mesma crônica, Azevedo se posiciona a favor do regime republicano, do positivismo e de uma concepção mundana de política, livre das influências celestiais. Cf. AZEVEDO, Aluísio. Crônica. *O Pensador*, p. 4, 10 jun. 1881.

⁶⁶ Aluísio Azevedo chega a declarar que Comte era “a individualidade mais acentuada do nosso século, o maior benemérito da humanidade, depois de Cristo, a ciência feita homem ou o homem feito ciência, [...]” (Cf. AZEVEDO, Aluísio. Crônica. *O Pensador*, Maranhão, 10 nov. 1880) – e muitas de suas crônicas tratam de temas como educação e arte tomando partido de princípios que considerava positivistas.



Essa lei era fundamentada na noção de que, ao longo da história humana, cada ramo do conhecimento teria passado – e continuaria a passar – invariavelmente por três estados: “estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo” (COMTE, 1978, p. 3).

Cada estado representa, na formulação comtiana, um sistema geral de concepções sobre o conjunto de fenômenos, uma maneira de pensar sobre eles. O estado inicial, o teológico, corresponderia à investigação das causas primeiras e últimas dos fenômenos, orientando-se para conhecimentos absolutos e oferecendo explicações baseadas na intervenção de agentes sobrenaturais.

O estado metafísico seria uma simples modificação do primeiro, com a substituição das explicações sobrenaturais por fundamentos abstratos, definindo entidades inerentes aos seres como a causa dos fenômenos.

Por fim, chegando ao estado positivo, o homem, reconhecendo a impossibilidade de alcançar conhecimentos absolutos, abandonaria a busca pelas causas primeiras e se preocuparia apenas em estabelecer a relação entre os fenômenos – suas “leis efetivas” – por meio do raciocínio e da observação dos fatos. Esses estados, no esquema de Comte, seriam necessariamente consecutivos: sem o anterior, o posterior não teria condições de se desenvolver.

Percebe-se pois, graças a esse conjunto de considerações, que, se a filosofia positiva é o verdadeiro estado definitivo da inteligência humana, aquele para o qual sempre tendeu progressivamente, não deixou de precisar, no início e durante uma longa série de séculos, quer como método, quer como doutrina provisória, da filosofia teológica; filosofia cujo caráter é ser espontânea e, por isso mesmo, a única possível na origem, a única também capaz de oferecer a nosso espírito nascente o devido interesse. É hoje muito fácil perceber que, para passar da filosofia provisória para a filosofia definitiva, o espírito humano necessita naturalmente adotar, como filosofia transitória, os métodos e as doutrinas metafísicos (COMTE, 1978, p. 6).

O trecho deixa claro que, por mais que os três estados sejam necessários, os dois primeiros só têm sua existência justificada à medida em que contribuem para a formação do terceiro, “o estado definitivo da inteligência humana” (AZEVEDO, 1881, p. 5). Os “sublimes mistérios” (AZEVEDO, 1881, p. 6) dos estados anteriores são considerados incompatíveis com a razão. A *lei geral* de Comte apresenta, assim, uma concepção teleológica e linear do conhecimento humano. A passagem do tempo é um fator imprescindível para que espírito chegue ao seu estado definitivo.



Na trindade de Aluísio Azevedo, vemos os três estados de Comte caminhando juntos na cidade de São Luís. O seu primeiro elemento é a personagem de Manoel, representante da metafísica. Diferente do proposto por Comte, o elemento apresentado pelo romance como constituinte da metafísica é o da crença na influência divina sobre a ação humana, o da crença “no diabo, na infalibilidade do Papa e na influência misteriosa dos planetas sobre a política do país” (AZEVEDO, 1881, p. 276).

Apesar de designar personagens diferentes à representação da teologia e da metafísica na trindade, a narrativa não estabelece uma fronteira evidente entre esses dois domínios. Mais do que em diferenciar teologia e metafísica, a narrativa se preocupa em opô-las à filosofia positivista.

A personagem de Manoel, que representa a metafísica é, de fato, um homem supersticioso, que acredita na influência divina sobre os acontecimentos humanos. Porém, esse não é o seu traço mais característico: não é a superstição que orienta suas ações ao longo da trama, mas sim seu “espírito de especular com tudo” (AZEVEDO, 1881, p. 26). Cada decisão de Manoel é movida por interesses pecuniários e pela necessidade de manter as aparências perante a sociedade de maneira que esses interesses fossem protegidos.

A própria decisão de receber Raimundo em sua casa e de cercá-lo de cortesias fora movida por seu interesse nos negócios do sobrinho. Já a recusa da mãe da filha a Raimundo é mais devida à questão das aparências do que à do dinheiro. Raimundo vivia em ótimas condições, mas o fato de ser mulato poderia trazer problemas para a família: “Vê o senhor?! – não é por mim! Mas é pela sociedade! É pelos descendentes! É por tudo mais! – A família de minha mulher é muito escrupulosa a esse respeito, e como ela é todo o Maranhão!” (AZEVEDO, 1881, p. 322).

Chegando ao segundo elemento da trindade, temos o cônego Diogo, representante do clero maranhense e de seu poder de influência sobre a sociedade. Em toda a sua trajetória, Diogo se aproveita da estima social e da confiança inspiradas pelo ofício de clérigo para alcançar seus escusos objetivos. Diogo cometia assassinatos, se envolvia com mulheres casadas e abusava sexualmente de moças na igreja, mas, como a província confiava cegamente nas autoridades religiosas, ele continuava “a pastorear tranquilamente o seu rebanho, sempre tido na conta de homem de muita santidade e virtudes teológicas” (AZEVEDO, 1881, p. 60).

A eloquência e a mentira são dois componentes marcantes da personalidade do cônego. A missa conduzida por Diogo é apresentada como um grande espetáculo teatral, construído para



impressionar a plateia e arrebatá-los seus sentidos. Sendo a missa um espetáculo, a Igreja é o teatro, o sacristão é o contrarregista, a batina é o figurino e Diogo é o ator principal.

E ele, entre uma nuvem espessa de incenso, como um deus de magia, e todo paramentado de lantejoulas e galões, como um saltimbanco de feira, fez a sua entrada solene, lançando um olhar curioso e rápido para a plateia, com a cara cheia desse sorriso de ator velho, que leva na fisionomia o desembaraço dos grandes sucessos (AZEVEDO, 1881, p. 216-217).

A descrição da confissão de Ana Rosa, que ocorre na ocasião da mesma missa, nos dá a dimensão do efeito do espetáculo sobre aqueles que o assistiam. Diogo havia insistido que a moça se confessasse numa tentativa de descobrir se ela e Raimundo estavam tramando algo e para tentar dissuadi-la de seguir com o romance.

O cônego Diogo calculara bem, calculara como lobo velho da religião – o *mise en scene* da missa, o perfume enervante do incenso, o estômago em jejum, o mistério dos latins, a observância respeitosa do cerimonial, o esplendor dos altares, as luzes sinistramente amarelas dos círios, a imponência de sua rica toilette e a sentimentalidade do órgão, haveriam de afetar sobremaneira o ânimo altaneiro da afilhada e dispô-lo para a confissão (AZEVEDO, 1881, p. 419).

O terceiro e último elemento da trindade, Raimundo, representa o positivismo. A filosofia positivista de Auguste Comte já vinha sendo mobilizada por alguns setores da sociedade brasileira desse momento na crítica à ordem imperial e à escravidão e na defesa da secularização do Estado e de suas instâncias⁶⁷. A personagem de Raimundo – que, assim como Aluísio Azevedo, era leitor de Comte – encarna o ideal do jovem positivista, racional, promotor da ciência e das artes. Sua intenção era viver na Corte do Rio de Janeiro, onde constituiria família, estabeleceria sua banca de advocacia, abriria um jornal democrata e levaria, enfim, “uma vida de trabalho sossegado e metódico” (AZEVEDO, 1881, p. 54).

Por meio de uma longa conversa com Manoel, temos acesso às principais convicções de Raimundo. A primeira questão tratada na conversa é a da religião e da caridade modernas. Para Raimundo, mais útil que servir a Deus seria servir à humanidade. O tempo gasto com as rezas e devoções seria melhor utilizado, segundo ele, caso fosse empregado no estudo da natureza, na expansão de negócios que empregassem pessoas, na divulgação de boas ideias – por meio da fundação de escolas ou jornais – e na educação dos filhos com base nas ciências positivas.

⁶⁷ Para uma análise das ideias e manifestações ligadas ao positivismo no Brasil, consultar ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.



Ora diga-me cá uma coisa!... o que acha o senhor mais louvável – servir a Deus, que segundo dizem é todo poderoso e não precisa consequentemente dos meus fracos préstimos, ou servir uma parte desprovida da humanidade, que não tem o prestígio da parte forte e precisa de alguém que se desvele por ela? Não lhe parece mais leal e desinteressada a segunda hipótese? (AZEVEDO, 1881, p. 264-265).

Vemos, nesse trecho, como a questão da utilidade aparece ligada ao valor do desinteresse. Raimundo chega a afirmar que a ação não é válida caso orientada por interesse próprio, como a obtenção de algum título nobiliárquico. São esses – utilidade e desinteresse – os valores que, combinados, diferenciariam essa caridade verdadeira dos positivistas da caridade hipócrita e interesseira dos padres.

Se aplicarmos a lógica da lei formulada por Comte à trindade do romance, temos Diogo, Manoel e Raimundo como representantes dos três estágios consecutivos do conhecimento humano. Raimundo representaria, assim, o estágio mais avançado, o mais compatível com os novos tempos da razão. A interpretação da imagem da trindade como indicativa de uma noção do tempo linear e progressivo se insere na consideração de uma concepção mais ampla do tempo que é estruturada no interior da narrativa. Passemos ao exame dessa concepção.

4 O TEMPO

Ao longo de toda a narrativa, nos são apresentadas pelo narrador – ou pela própria personagem de Raimundo, em vagas lembranças de sua infância – as transformações pelas quais o Maranhão passara nas décadas precedentes. A chegada do vapor, que tornara as viagens mais rápidas; o desaparecimento das caravanas de ciganos que antes tomavam a região do Rosário: essas simples observações vão construindo a impressão de que o Maranhão não era mais o mesmo e que de muitos dos hábitos existentes na província eram vestígios de um passado que teimava em resistir à passagem do tempo. Vejamos como o narrador descreve a casa das Sarmentos, senhoras muito estimadas na província.

Era uma casa velha, um desses antigos sobrados do Maranhão, cuja espécie vai desaparecendo todos os dias. Edifício de cor duvidosa, com cinquenta palmos de alto e outro tanto de largo, barra de *blacverniz*, mostrando a calça em vários pontos, cinco janelas de peito, enfileiradas sobre quatro portas lisas e um portão central, pesado, batente de cantaria. Uma cimalha quebrada e suja, com uma fileira de telhas desiguais, cujas falhas davam-lhe o aspecto de um resto de dentadura.

Era um vestígio dos jesuítas — construção dos tempos coloniais, quando o material estava a mão e se arrancavam, sem responsabilidade, das matas e das pedreiras as opulentas madeiras e as belas pedras, com que levantavam-se, em terrenos aforados,



paredes de uma braça de largura e degraus e portas de pau santo (AZEVEDO, 1881, p. 326).

Tal como no trecho exposto, o passado tende a ser apresentado como o tempo da irresponsabilidade e da inutilidade, como o tempo de uma opulência de gosto duvidoso. Nos demais pontos em que o narrador se refere a hábitos e tradições que iam desaparecendo – e esses não são raros – sua postura não é de nostalgia nem de lamento. Quando Raimundo se recorda, por exemplo, que D. Maria Bárbara usava os dentes em forma triangular quando ele era criança, o narrador prontamente nos indica que isso era algo que “barbaramente faziam antes as senhoras no Maranhão e ainda hoje usam as mulatas” (AZEVEDO, 1881, p. 84). D. Quitéria, a falecida mulher do pai de Raimundo, é apresentada da seguinte maneira:

Se existisse hoje conheceria já o banco dos réus, mas naqueles tempos sem responsabilidade, em que o escravo era uma mercadoria portuguesa, que só servia para fartar a ganancia dos traficantes em prejuízo do Brasil, ela, como muitas senhoras brasileiras dessa época, era impudicamente na sua fazenda – o acusador, o juiz e o carrasco (AZEVEDO, 1881, p. 55-56).

Boa parte das personagens do Maranhão – em especial, as senhoras mais velhas – se apega aos costumes do passado e se queixa da chegada dos “novos tempos”. Em mais de uma ocasião, D. Maria Bárbara – “devota e absurda, como o geral das velhas brasileiras” (AZEVEDO, 1881, p. 321) – se lastima que os mulatos tivessem passado a estudar, participar dos debates políticos e frequentar a casa de brancos: “— eles hoje em dia são todos assim!... dás-lhes o pé e eles tomam a mão!... Já não conhecem o seu lugar! Tratantes! Ah meu tempo!” (AZEVEDO, 1881, p. 350-351). Outra novidade condenada por Bárbara é a falta de fé e religiosidade, o que seria responsável, segundo ela, por uma série de males.

— Meu caro senhor! Hoje já não se acredita em coisa alguma! Por isso é que os tempos estão como estão — cheios de febres, de bexigas, de tísicas e de paralisias, que nem os próprios doutores sabem o que aquilo é — diz que é beribéri ou não sei o que! Mas o que eu afianço é que nunca vi em dias da minha vida semelhante moléstia, e que o tal como chama está matando de repente, como obra do sujo! Credo! — Até parece castigo! Deus me perdoe! Isto vae tudo, mas é caminhando para uma república! Há de dar-lhes uma, que os faça ficar de dente arreganhado! Pois se já não há católicos apostólicos romanos! Já poucos são os que rezam e que sejam tementes a Deus!... Hoje... Deus me perdoe!... (AZEVEDO, 1881, p. 129-130).

D. Amância Souza, amiga da família, é mais um caso de aversão às novidades. Nas palavras do narrador, D. Amância “detestava o progresso” (AZEVEDO, 1881, p. 90), se posicionando contra as inovações técnicas que, segundo ela, estariam deteriorando os costumes.



A máquina de costura estaria facilitando muito o trabalho das moças e deixando-as com tempo suficiente para se envolverem com “indecências”, enquanto a iluminação a gás poupava os escravos do trabalho de acender os candeeiros e os tornava preguiçosos e desavergonhados. A significância do trecho para a questão aqui trabalhada torna pertinente a longa citação:

No seu tempo, gritava ela às vezes com azedume — as meninas tinham sua tarefa de costura para tantas horas! E haviam de pôr para ali o trabalho; se o acabavam mais cedo do que o prazo marcado...? Iam descansar? — Boas! Desmanchavam, minha senhora! Desmanchavam, para fazer de novo! — E hoje?!... Perguntava com as mãos nas cadeiras — Hoje é o machavilismo da máquina de costura! Dá-se uma tarefa grande e é só — *zuc-zuc-zuc!* E está pronto o serviço! E daí vai a sirigaita pôr-se de leitura nos jornais, tomar conta do romance ou então para a indecência do piano — Filha sua! Jurava — não havia de aprender o tal instrumento, porque si as desavergonhadas queriam tocar era para melhor estar de conversa com os namorados, sem que os outros desconfiassem.

Falava mal da iluminação a gás:

— Dantes os escravos tinham o que fazer, dizia — depois do jantar iam todos aprontar e acender os candeeiros — limpá-los, deitar azeite novo e colocá-los em seu lugar — E hoje?! — é chegar o palitinho de fogo à bruxaria do bico de gás e... caia-se na pândega! — Já não há tarefa! Já não há cativoiro! É por isso que eles andam tão desavergonhados!... Chicote! Chicote! Até dizer basta! É do que eles precisam! Dizia ela essa noite à sogra de Manoel — Tivesse eu muitos! Que lhe juro pela benção de minha madrinha lhes havia de tirar sangue do lombo! (AZEVEDO, 1881, p. 90-91).

Há, ainda, o caso de Freitas, que, se não chega a reclamar do presente, demonstra bastante apreço pelas tradições passadas. Como Freitas tenta, em todas as ocasiões, impressionar Raimundo com os grandes feitos do Maranhão, não é possível determinar se os seus elogios ao passado eram sinceros ou se eram um subterfúgio para convencer o jovem da superioridade maranhense. Autêntica ou estratégica, o fato é que imagem do passado da província construída pela personagem é bastante favorável. Na ocasião da festa de S. João organizada por Bárbara — “antigo costume ainda do tempo” (AZEVEDO, 1881, p. 171) de seu falecido marido — Freitas faz o seguinte comentário para Raimundo:

— Hoje já não se faz nada, a vista do que se fez! Dizia — Bons regabofes, tivemos no tempo do coronel, em que se faziam trezenas de S. João! E era dançar para aí toda a noite, sem descansar! Meu amigo — e era uma brincadeirinha que rendia seguramente meio mês de verdadeira folia!

E com um ar misterioso, como quem vai fazer uma revelação de grande importância — Quer que lhe diga?!... As moças de hoje não valem as velhas daquele tempo! (AZEVEDO, 1881, p. 223).

As personagens mais jovens acabam conjugando traços antigos e novos. Ana Rosa, por exemplo, por mais que seja uma jovem supersticiosa e afeita aos delírios românticos, não concorda com os castigos e o tratamento cruel que a avó dispensava aos escravos. Eufrásia,



amiga de Ana Rosa, apesar de apresentar trejeitos e afetações provincianas, sai em defesa de Raimundo quando as senhoras comentavam sobre sua cor, dizendo que “apesar de tudo o que se dizia nesse Maranhão velho, Raimundo era um cavalheiro distinto” (AZEVEDO, 1881, p. 354) e um bom partido, o que deixa D. Amância escandalizada.

Raimundo é a única personagem que apresenta uma postura francamente crítica em relação ao passado e ao que ele representa. Começamos pela questão da moradia no Maranhão. Depois de algum tempo hospedado na casa de Manoel, Raimundo não consegue mais conviver com as crueldades de Maria Bárbara infligia aos escravos e pede para que o tio lhe arranjasse “uma casinha mobiliada e um criado” (AZEVEDO, 1881, p. 142), ao que o tio responde: “— O doutor pensa que está na Europa ou no Rio?!... pois então casinhas mobiliadas e com criado é lá cousa que se encontre por cá?!...” (AZEVEDO, 1881, p. 142-143).

Quando Raimundo visita a imponente casa das Sarmentos, na ocasião de um velório, sente-se incomodado pelo ar insalubre devido ao “antigo costume maranhense de fechar toda a casa quando nela morre alguém” (AZEVEDO, 1881, p. 237).

Os costumes maranhenses são entendidos por Raimundo como resquícios de uma realidade antiga que deveria ser modificada pela construção de novos valores. Na ocasião de uma longa conversa com Manoel, Raimundo fala sobre a necessidade de educar as moças maranhenses de maneira a torná-las capazes “de educar homens úteis, sadios e bons, e não paspalhões, tolos, raquíticos, e religiosos, como temos tido até hoje” (AZEVEDO, 1881, p. 269).

Na mesma ocasião, quando passa a dissertar sobre a condições de vida dos escravos, Raimundo diz que, em sua época, graças aos estudos científicos, “o homem já não é um mistério” (AZEVEDO, 1881, p. 277). Mais à frente, Raimundo reflete da seguinte maneira sobre a questão da escravidão:

E lembrar-se ele que ainda hoje havia escravos, ainda havia surras, ainda havia assassinos nas fazendas e nas capitais! Lembrar-se que ainda havia cativos, porque alguns fazendeiros, apalavrados com os vigários da freguesia, batizavam os ingênuos como nascidos antes da lei do ventre livre (AZEVEDO, 1881, p. 362).

Por falar em lei do ventre livre, Raimundo tinha fé que a nova geração que surgiria a partir dela seria responsável por derrubar as antigas instituições de poder, por “devorar” a antiga geração.



- Quando do ventre livre rebentar uma nova geração de párias, mulatos, livres, inteligentes e repudiados pela velha sociedade dos brancos, quando vierem esses leões – então segure-se bem o governo no seu trono, porque essa geração há de devorá-lo! E será bem feito! (AZEVEDO, 1881, p. 282).

Onde iria parar a metafísica de nossa constituição, se não fosse a ignorância e o misticismo do povo? Creia, senhor Manoel, que, no dia que o povo conhecer seus direitos e seu valor, baqueia com todas as instituições católicas e absurdas, mas por enquanto... (AZEVEDO, 1881, p. 276).

O romancista soube explorar certa dualidade na relação da personagem de Raimundo com o passado. A princípio, Raimundo tinha seus olhos e expectativas inequivocamente voltados para o futuro. Sua intenção era liquidar seus negócios na província o mais rápido possível e seguir para a Corte, onde estaria livre para viver “para o futuro e para a humanidade” (AZEVEDO, 1881, p. 52). A lógica que orientava Raimundo para o futuro era a de que este estava aberto para a sua atuação, enquanto o passado não podia ser tocado ou modificado pelos esforços humanos.

Nunca pensou bem em sua vida e em seus antepassados – para ele estava tudo no futuro.

- O passado, dizia – era um cadáver completamente estéril – não se transformava – extinguiu-se; o futuro, sim – era a vida, a utilidade (AZEVEDO, 1881, p. 51).

A despeito de todo o desprezo pelo passado, a necessidade de ir ao Maranhão despertou em Raimundo certa curiosidade por sua história. A personagem tenta constantemente fugir do desejo de conhecer suas origens – “A história que fosse para o diabo!” (AZEVEDO, 1881, p. 52)–, mas acaba sempre formulando conjecturas a respeito de sua família e seu nascimento e chega a demonstrar interesse por recuperar os laços familiares perdidos. Os trechos a seguir demonstram muito claramente o conflito entre passado e futuro – entre elucidar sua história ou seguir com seu trabalho – pelo qual passava Raimundo.

—E sua mãe?... Quem seria? Alguma senhora culpada e receosa de mostrar sua vergonha; seria bonita? Bem educada?... Raimundo se perdia nestas conjecturas, mau grado seu desprendimento pelo passado, e sentia uma atração irresistível arrastá-lo fatalmente para a pátria —Talvez viesse a descobrir o fio do enigma! e quem sabe? — ter uma família!... Como isso lhe seria agradável! A ele, que sempre vivera só e sem uma afeição legítima e duradoura (AZEVEDO, 1881, p. 52).

[...] E com isto lembravam-lhe outras coisas, como por exemplo o macassá muito cheiroso com que Mariana lhe perfumava todas as manhãs o cabelo, porém de tudo o que melhor se recordava era dos lampiões feios com que iluminavam a cidade do Maranhão. Ainda não havia gás, nem querosene — às ave-marias vinha um preto — era o acendedor — desatava a corrente, abria o lampião, despejava-lhe um pouco de aguarás misturada com álcool, acendia-o, guindava-o para seu lugar e seguia adiante —Que mau cheiro não havia nos cantos dos lampiões,
— Oh! O Maranhão devia ser horrível! — Uma cidadezinha cínica! Contudo Raimundo queria lá ir — sentia atrações para essa pátria... e demais, desde que se



emancipara, seus interesses materiais reclamavam essa viagem —Tenho lá meu tio, irei para casa dele... (AZEVEDO, 1881, p. 84-85).

O momento em que Raimundo se depara com a sepultura sem epitáfio de seu pai é representado de maneira forte o sentimento de vazio da personagem pela falta de um passado sólido. É ainda nesse momento que Raimundo parece tomar consciência quanto à impossibilidade de recuperar esse passado, de voltar no tempo para desfrutar do seio familiar da qual ele fora tão cedo retirado.

Raimundo chegou-se silenciosamente da sepultura, descobriu-se e procurou ler na carneira alguma coisa, que lhe falasse do pai — nada! O tempo havia apagado da pedra o nome do morto, como apagara-o da memória dos homens. Ali só havia uma pedra carunchosa, negra — deixara de ser uma tabuleta, era uma tampa! Raimundo sentiu pesar-lhe dentro, como uma barra de chumbo, todo o mistério de sua vida; parecia sentir sobre si, uma outra pedra silenciosa e negra — compreendia que o seu passado era também uma sepultura sem epitáfio (AZEVEDO, 1881, p. 312).

A relação da personagem de Raimundo com o tempo será determinante na condução da personagem e no desfecho da trama. Se Raimundo tivesse se desprendido de seu passado e seguido rapidamente para a Corte – o lugar do futuro –, os acontecimentos se sucederiam de maneira diferente. Quanto mais se alonga sua estadia na província – o lugar do passado – percebemos que a personagem acaba se afastando de suas qualidades iniciais: de diligente e saudável, Raimundo se torna ocioso e acaba adoecendo.

Por fim, é assassinado a mando de um cônego, o representante do estágio teológico e de uma instituição reiteradamente apresentada como ultrapassada e bolorenta pela narrativa. A impressão deixada pelo romance, pelo total esquecimento da morte de Raimundo por parte da sociedade de São Luís e da própria Ana Rosa, é a de que a província continuaria resistindo às mudanças trazidas pelo tempo.

A concepção de tempo que Aluísio Azevedo apresenta em suas crônicas é semelhante à construída ao longo da narrativa de seu romance. Como cronista, lamentava que a província do Maranhão ainda estivesse vivendo “na decadência do século passado” (AZEVEDO, 1880, p. 3-4) em todos os seus aspectos: moral, religioso, alimentar, educacional, político. Tal como Raimundo, Aluísio Azevedo parecia ter fé na inevitabilidade do progresso e no poder da nova geração de conduzi-lo.

Não são raras as suas comemorações e elogios na imprensa quando alguma instituição ou publicação se opunha à obscuridade do passado. É da seguinte maneira que o cronista se posiciona na ocasião da abertura de um jornal batizado sugestivamente de *O Futuro*:



No primeiro número já mostra o denodo com que se atira à luta – veem-se cintilar de vez em quando o dardo da ciência e o estilete do espírito – ora se nos afigura uma avalanche terrível, que se precipita contra os vultos petrificados do passado; ora nos quer parecer um simples moço, ágil e temerário, que, com o sorriso nos lábios, desfibra peito a peito, as entranhas do mundo velho com a ponta de sua bengala. É mais um gladiador que salta na arena – é uma probabilidade de menos para os inimigos da luz (LINHO, 1881, p. 2).

É como se o dever do homem fosse romper com o passado e viver o presente de maneira a acelerar a chegada do futuro melhor, do progresso. Além disso, é possível notar certo universalismo, já que as diferentes sociedades são entendidas, nessas crônicas, como regidas pelas mesmas leis, sendo passíveis de comparação pelos mesmos princípios e de serem posicionadas numa mesma escala de progresso. Para Azevedo, a sociedade francesa era a mais desenvolvida e, portanto, deveria servir de modelo para a brasileira: “é preciso como ela caminhar firme e resoluta para diante e subir com pé seguro os degraus escorregadiços do progresso” (AZEVEDO, 1880, p. 3-4).

Em todos os tempos e em todos os lugares, sujeitos aos progressos da inteligência, o respeito mútuo de ideias e crenças, a correlação das classes e a reciprocidade dos direitos do homem constituíram uma necessidade inquestionável para o bom equilíbrio das camadas sociais.

Afastar-se deste princípio é cometer um ataque brutal ao que há de mais justo e de mais sagrado no mundo – a inviolabilidade do indivíduo, é retroceder séculos e séculos, é desprezar a melhor lei da humanidade – o direito natural; [...], é enfim abdicar de todos os foros do homem civilizado para descer ao estado inconsciente e egoísta dos brutos, dos mongololos, dos tupinambás, que comem seus semelhantes como nós comemos os bois (AZEVEDO, 1980, p. 4).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trama que se desenvolve em *O Mulato*, passado e futuro não significam apenas *o que passou* e *o que está por vir*, mas adquirem características e representam valores. O passado é o tempo da inutilidade, da irresponsabilidade e da superstição. O futuro é o tempo do progresso, da utilidade e do verdadeiro conhecimento.

Por meio de uma concepção específica do tempo, que espera por um futuro próspero, livre das experiências passadas, Aluísio Azevedo construiu uma narrativa que apresentava o Maranhão – pelo menos aquele *Maranhão velho*, escravocrata e religioso – como fadado a desaparecer com a chegada do progresso. A impressão deixada pelo romance é de que esse desaparecimento seria inevitável e de que as atitudes provincianas seriam, por mais que os



maranhenses se apegassem a elas, vencidas pelas novas ideias. As senhoras, os padres, os velhos e ricos comerciantes aparecem, para recuperar uma imagem de Koselleck, como uma espécie de *kathecon*⁶⁸, uma contenção do futuro, que seria iminentemente derrubada pelas novas e saudáveis gerações.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. História e narrativa. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org). **Ler e escrever para contar**. Documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. Maranhão: *Typ. do Paiz*, 1881.

_____. Crônica. **O Pensador**, Maranhão, p. 2, 10 set. 1881.

_____. Crônica. **O Pensador**, Maranhão, p. 4, 10 nov. 1880.

_____. Crônica. **O Pensador**, Maranhão, p. 4, 20 out. 1880.

_____. Crônica. **O Pensador**, Maranhão, p. 4, 30 jan. 1881.

_____. Crônica. **O Pensador**, p. 4, 10 jun. 1881.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. In: COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências no tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HAZARD, Paul. **A crise da consciência europeia, 1680-1715**. Trad. de M. F. O. Coutto, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. de W. P. Maas e C. A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

MONTELLO, Josué. **Aluísio Azevedo e a polêmica d'O Mulato**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

⁶⁸ Cf. KOSELLECK, op. cit., p. 37.



LHINHO (pseudônimo de Aluísio Azevedo). *Os jornais. Pacotilha*, Maranhão, p. 2, 17 jun. 1881.

SOROR POMPADOUR (pseudônimo de Aluísio Azevedo). *Echos da Rua. O Pensador*, Maranhão, p. 3, 10 mar. 1881.



A representação do feminino na comédia latina *O Mercador*.

Edinaldo Gonçalves Nunes Junior⁶⁹
Tito Barros Leal⁷⁰

Recebido em: 31/03/2019
Aceito em: 10/04/2019

RESUMO

O presente artigo busca discutir a representação do feminino em Roma nos sécs. III e II a.C. Para tal, fez-se necessário uma breve abordagem acerca dos mecanismos de dominação masculina discutidos pelo sociólogo Pierre Bourdieu, bem como de alguns conceitos desenvolvidos pelo filósofo Michel Foucault – ambos imprescindíveis para este estudo. Propomo-nos também à luz da Teoria da Representação analisar a comédia latina *O Mercador*, de Plauto, e demonstrar as intencionalidades presentes na aludida comédia.

Palavras-chave: Discurso. Representação do Feminino. *O Mercador*.

The representation of feminine in latin comedy “The Merchant”

ABSTRACT

The present article seeks to discuss the representation of the feminine in Rome in the 3rd and 2nd centuries BC. For this, it was necessary a brief approach on the mechanisms of male domination discussed by the sociologist Pierre Bourdieu, as well as some concepts developed by the philosopher Michel Foucault - both essential for this study. We also propose in the light

⁶⁹ Graduando do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, membro do Grupo de Estudos em Residualidade Antigo-Medieval – GERAM (Disponível em: <https://geram-uva.wixsite.com/geram>) e integrante do Programa de Educação Tutorial – PET do curso de História da UVA. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6870321952542282>. Correio eletrônico: jr.legionario@gmail.com.

⁷⁰ Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (CE). É Doutor em História (Especialidade de História e Cultura do Brasil) pela Universidade de Lisboa (2014), Mestre em Filosofia (Ética) pela Universidade Estadual do Ceará (2009), Especialista em Estudos Clássicos (2005), Bacharel e Licenciado em História (2003), estes três pela Universidade Federal do Ceará. Atua principalmente nas disciplinas de *História Antiga e Pesquisa em História* e tem se dedicado a investigar a correlação entre História e Literatura e a especificidade da *Epistemologia da História*. É Tutor do Programa de Educação Tutorial — PET História UVA e Coordenador do Núcleo de Estudos e Documentação Histórica — NEDHIS/UVA. É líder do Grupo de Estudos em Residualidade Antigo-Medieval — GERAM (Disponível em: <https://geram-uva.wixsite.com/geram>). Integra a Rede Proprietas, hoje INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, projeto internacional: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (Disponível em: www.proprietas.com.br). Foi Presidente da Associação Nacional de História, Seção Ceará — ANPUH-CE (2016-2018) e, atualmente, é Vice-Presidente da Associação Nacional de História — ANPUH-Brasil (2019-2021). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1886044779483892>. Correio eletrônico: tito_barros@uvant.br; titobarrosleal78@gmail.com.



of the Theory of Representation to analyze the Latin comedy *The Merchant* of Plautus and demonstrate the intentionalities present in the aforementioned comedy.

Keywords: Speech. Representation of the Feminine. The Merchant.

1 PREÂMBULO

A atuação submissa e apática das mulheres retratada na História começa a ser contestada, a partir do século XX. Pensadores como o filósofo Michael Foucault contribuíram de forma notável para o avanço desses estudos. Propomo-nos neste trabalho a discutir a natureza de algumas contribuições de ordem teórica que possibilitaram uma nova perspectiva crítica em relação à construção do conhecimento histórico. E, a partir desses conceitos, pesquisas e teorias analisar a representação das mulheres em Roma sécs. III e II a.C. Para tal, sob a cintilação da Teoria da Representação, analisaremos a comédia latina *O Mercador*, de Plauto, com o fito de compreender os tipos femininos representados na obra, bem como a natureza dos discursos de dominação masculina presentes na peça.

Primeiramente, realizaremos uma apresentação sucinta das origens da Comédia Latina e seus pilares essenciais. Em seguida, iniciaremos uma discussão teórica acerca de alguns conceitos primordiais para o desenvolvimento da nossa abordagem e, por fim, analisaremos os tipos femininos presentes na aludida comédia.

2 A COMÉDIA LATINA E O MERCADOR DE PLAUTO

A *Comedia Palliata* (comédia latina) teve suas raízes na *véa κωμωδία* (comédia nova grega), estilo que se fez muito popular no mundo latino a partir do século III a. C. (CORREIA, 2007, p. 10). Aspectos formais próprios do mundo helênico foram cristalizados e se realizaram como resíduos literários no texto dos autores romanos, tanto assim que elementos daquela tipologia literária:

perduraram na comédia latina: maridos, esposas, filhos, escravos, o parasita, o soldado, a cortesã. A comédia de Plauto foi influenciada pela Comédia Nova grega e teve como modelos principais as comédias de Menandro, Dífilo e Filêmon os mais renomados representantes desta modalidade (CORREIA, 2007, p. 13)



Nesta perspectiva, os elementos próprios da vida cotidiana, herança da comédia nova grega, marcava o diferencial desta prática literária de outras também representadas por ocasião dos *LudiScaenici*⁷¹. Corriqueiramente, pai e filho entravam em conflito rivalizando o amor por uma mesma jovem, geralmente, uma escrava-cortesã.

Na esteira da *Poética* aristotélica, Correia afirma que “a tragédia e a comédia são formas de mimese, que diferem quanto ao objeto de imitação: a tragédia procura imitar homens superiores e a comédia busca imitar os homens inferiores” (CORREIA, 2007, p. 12). Ainda segundo Correia (2007, p. 13) seria o erro ou o engano os responsáveis pela motivação do riso. Concordamos com Correia (2007) que a *comedia palliata* se fez herdeira direta da comédia nova grega no tocante à sua função educativa. Ridicularizando o erro a comedia enfatizava um tipo específico de comportamento adequado a ser seguido em sociedade, ou seja, o comportamento que não seria motivo de desdenho. É, portanto, continuidade da máxima verificável em um monóstico do século IV a. C, assinado por Menandro, principal autor da comédia nova grega, no qual pudemos ler simplesmente: “*Βλέπων πεπαίδευμ’ εἰςτάτων ἄλλων κακά* (aprendi observando os males alheios).

As palavras de Menandro, certamente repercutiram na literatura de Plauto que, polindo a ideia acima exposta, fixava nos *Persas* (540 s.) “te de allisquamalios de te suaviust” (é melhor que aprendas com os outros do que os outros contigo).

Tendo destacado alguns dos principais elementos da Comédia Latina, passemos a *O Mercador*, uma das primeiras comédias de Titus Maccius Plautus (c. 254 – 184). Segundo Correia (2007, p. 6) “mesmo adaptando obras gregas, [Plauto] foi considerado o autor que mais criatividade e originalidade demonstrou nas obras apresentadas nos festivais”.

No prólogo d’*O Mercador*, Plauto explicita que seu texto é uma adaptação da comédia grega *Emporos*, escrita por Filêmon. A peça está dividida em cinco atos. O tema central versa sobre a paixão de dois homens, o velho Demifão (pai) e o jovem Carino (filho), pela mesma mulher.

Em uma de suas viagens, Carino apaixona-se loucamente por uma belíssima jovem, a escrava Pasicompsa (o nome da escrava é uma latinização de vocábulo grego cuja tradução seria *toda enfeitada*). Ele compra a jovem com o objetivo de continuar se relacionando às

⁷¹ A tradução literal para *LudiScaenici* é *jogos de encenação*. A experiência das comédias nos festivais públicos do período republicano se inicia por volta de 240 a. C. e figurará como parte dessas celebrações cívicas até a morte de Terêncio, em 159.



escondidas com a ela. Quando Carino retorna, Demifão descobre a presença de Pasicompsa na embarcação de seu filho e, de pronto, perde-se de amor com a beleza da jovem e a deseja como amante. Daí em diante as mentiras tomarão conta da trama.

Carino diz para seu pai que havia comprado a jovem para ser escrava de sua mãe. Por sua vez, Demifão desaprova a atitude do filho e afirma que irá vendê-la para um amigo. O desejo do pai prevalece.

Demifão suplica para que seu vizinho Lisímaco, por hora, esconda a jovem Pasicompsa em sua casa. A partir desse momento, uma série de desventuras surge na trama. A mulher de Lisímaco, Doripa, ao ver a bela Pasicompsa em sua casa, imagina de imediato que seu marido lhe está traindo e o ameaça abandonar. E eis que a casa de Lisímaco se torna um espaço de caos até que a natureza dos fatos venha a ser esclarecida. O velho Demifão vê-se ridicularizado e arrependido, tornando-se motivo de riso e tudo isso, por causa da paixão incontrolável por uma escrava, uma mulher.

A trama inicial da peça, portanto, move-se em torno de Pasicompsa. Apesar disso, são muito poucas as falas femininas na obra.

Guardemos isso.

3 A VERDADE, O PODER E A DOMINAÇÃO MASCULINA

Entre guerras e alianças, mortes e nascimentos, verdades e mentiras a raça humana constrói sua história. Todavia, qual a razão, qual o motor que nos impulsiona? Seria a busca pela verdade? Há alguma explicação mítica, filosófica, histórica ou física capaz de alcançá-la? Ou seria a verdade um devaneio assombroso? *Vitam impedere vero*⁷² (Juvenal 4, 91).

Foram inúmeros os pensadores mobilizados por essas questões. Entre eles destacamos o filósofo francês Michael Foucault (1926-1984). Roger Chartier (2002), em *A beira da falésia*, afirma que o próprio Foucault, ao fazer uma classificação retrospectiva de sua obra, entendia ter sido “sempre guiado, não pela questão do poder, não por aquela do sujeito, mas pela história dos ‘jogos de verdade’” (CHARTIER, 2002, p. 195). Destarte, o fio condutor do pensamento de Foucault orbita em torno da historicidade dos estatutos de verdade que

⁷² Em livre tradução: Arriscar a vida pela verdade



validam os entendimentos acerca da loucura, da sexualidade, do poder, do conhecimento, da ética etc.

Para Chartier (2002), Foucault compreendia três ontologias históricas com as quais a verdade se relacionava:

o conhecimento, o poder, a ética. Cada um desses domínios de discursos e de práticas coloca em jogo, à sua maneira, as formas do “dizer a verdade”, as regras de produção e de validação dos “discursos verídicos”.

Assim, o que devia ser a última etapa da pesquisa, o entrelaçamento entre a questão da história da verdade e aquela da subjetivação torna-se para Foucault a trama fundamental de seu percurso intelectual. A questão dos jogos de verdade fornecia a chave que permitia ler sua obra da maneira mais englobante, mais coerente (CHARTIER, 2002, p. 197-198).

Para Foucault (2014) a verdade deixou de ser algo transcendental ao homem, ela foi despida de sua inumanidade. Tornou-se um discurso que por sua vez era capaz de validar as mais diversas práticas, domínios e discursos. Para Foucault (2014, p. 17) a “vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte de uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão, é como que um poder de coerção”.

A verdade é um discurso.

Orabem, se para Foucault (2014, p. 10) a verdade é um discurso, vejamos os apontamentos do filósofo fixados n’*A ordem do discurso*:

não simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; é visto que – isto a história não cessa de ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Foucault ao elencar os princípios elementares do discurso nos afirma que ele deve ser visto com uma “violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (FOUCAULT, 2014, p. 50). Nota-se que o discurso é possuído pelo desejo de se apoderar de algo. A violência do discurso universal nega a singularidade da vida, da história, do sujeito etc.

A violência do discurso é validada pela “sabatina da verdade”. Concordando com esse ponto de vista, Paul Veyne (2014, p. 169) esclarece que o discurso “comanda, reprime, persuade, organiza”, é, pois, uma singularidade:



A cada época, os contemporâneos estão, portanto, tão encerrados em discursos como em aquários falsamente transparentes, e ignoram que aquários são esses e até mesmo o fato de que há um. As falsas generalidades e os discursos variam ao longo do tempo; mas a cada época eles passam por verdadeiros. De modo que a verdade se reduz a um *dizer verdadeiro*, a falar de maneira conforme ao que se admite ser verdadeiro e que fará sorrir um século mais tarde.

A originalidade da busca foucaultiana está em trabalhar a verdade no tempo [...] (VEYNE, 2014, p. 25)

Cada época produz o seu “dizer verdadeiro”, ou seja, devemos ter ciência de que cada momento é dotado de seu “modelo de verdade” apenas os discursos que se enquadram nesse modelo possuem a legitimidade da ordem vigente. O discurso dito verdadeiro é, portanto, o discurso convincente, persuasivo. Para Veyne (2014, p. 49), a filosofia proposta por Foucault nos permite aferir que “tudo o que acreditamos saber se limita a despeito de nós, não vemos os limites e até mesmo ignoramos que eles existam. Num automóvel, quando à noite, o *homo viator* não poder ver nada além do alcance dos faróis”.

Estamos fadados aos limites dos nossos horizontes.

Eis o fato: a verdade não existe, mas a despeito da sua inexistência, construímos o nosso existir baseados na crença do seu alcance.

Para Veyne (2014), o poder e o saber podem trabalhar mutuamente em plena sintonia. A princípio, o saber é ingênuo, desinteressado e livre de poder. Quando operam juntos é necessário analisar, caso a caso, suas relações e os caminhos que os entrelaçam. Segundo o historiador, do ponto de vista foucaultiano o poder deve ser definido como:

a capacidade de conduzir não fisicamente os comportamentos alheios, de fazer as pessoas andarem sem colocar os pés e pernas delas na posição adequada. É a coisa mais cotidiana e mais partilhada; há poder na família, entre dois amantes, [...] nas ruas de mão única. Milhões de pequenos poderes formam a trama da sociedade, cujo liço é formado pelos indivíduos. [...] Há liberdade em toda parte, uma vez que há poder em toda parte: constata-se que alguns se insurgem enquanto outros se deixam levar.

Em parte alguma podemos escapar às relações de poder: em compensação, sempre podemos, e em todo parte, modificá-las; pois o poder é uma relação bilateral; ele faz par com a obediência, que somos livres (sim, livres) para conceder com mais ou menos resistência (VEYNE, 2014, p. 167-168)

Podemos compreender, portanto, o poder como uma entidade fragmentada presente no cotidiano de cada indivíduo. A majestade do poder está na sua banalidade, na sua presença fragmentária. O poder é onipresente em nossa sociedade, é estabelecido por meio de uma relação bilateral com a obediência. Assim, não devemos compreendê-lo como sendo algo estático, pois os indivíduos podem exercer uma resistência a sua aceitação, ou seja, podem



romper os laços da obediência. Foucault entende que o sujeito é dotado de liberdade e, assim sendo, possui a capacidade de escapar às relações de poder.

A liberdade do sujeito é o que possibilita o dinamismo dos poderes. As relações de dominação só existem enquanto houver obediência. O sujeito é capaz de deliberar de aceitar ou não a dominação. É importante frisar que tais deliberações limitam-se sempre as concepções de mundo que sua época permite. Na medida em que essas perspectivas mudam novos horizontes de possibilidades surgem, por isso que todos os discursos de poder, de verdade, de dominação devem ser vistos como eventos singulares na história da humanidade. Não há possibilidade de repetição. Todas as situações são únicas. E, portanto, devem ser analisadas como tal.

Na perspectiva foucaultiana da dominação, o sujeito tem a capacidade de deliberar e seguir na contramão do poder (desobedecer), provavelmente, sua conduta irá adquirir um caráter marginal e transgressora nos olhos daquela sociedade, tendo em vista que não se adéqua aos padrões, às normas, aos comportamentos esperados.

Sobre a questão, resta-nos ressaltar as formas de dominação relacionadas à sexualidade e, para tal, assumimos o pensamento de Pierre Bourdieu (2017) estampado nas páginas do livro *A dominação masculina*, no qual o sociólogo nos apresenta alguns dos mecanismos historicamente utilizados para criar um fosso divisor entre o homem e a mulher. Segundo Bourdieu:

a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas” como se diz por vezes para falar do que *é normal, natural, a ponto de ser inevitável*: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas [...], em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas, de percepção, de pensamento e de ação [...] (BOURDIEU, 2017, p. 21) (grifo nosso)

Para Bourdieu, a sustentação necessária para a manutenção da diferenciação dos comportamentos e *habitus* desejáveis do homem e da mulher é lograda por meio do discurso que os associa a uma ordem de caráter natural, portanto, válida por si só, inquestionável.

Dessa forma, “a força da ordem masculina [...] dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra” (BOURDIEU, 2017, p. 22). Ironicamente, há nessa tentativa de negação de discurso — ou de neutralidade discursiva ou, ainda, de naturalidade do discurso —, uma real parcialidade que difunde a ideia da não necessidade de afirmação masculina.



Bourdieu (2017) denuncia em sua obra a arbitrariedade presente no discurso de dominação masculina que, tendenciosamente, criou um universo de discursos e práticas que distanciam os sexos. A ponte de ligação entre ambos é construída pelas características antagônicas atribuídas aos sexos. O sexo masculino exerce o papel de dominador enquanto o feminino o de dominada. Historicamente, associam-se ao universo masculino conceitos, como: direito, dominador, oficial, público, alto, luz, fora, etc. Em contra partida, associa-se ao feminino: dominado, baixo, noite, natureza, dentro, torto etc. Essa violência simbólica da dominação masculina:

encontra assim reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia *universalmente* concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente compartilhados impõem-se a cada agente como transcendentais (BOURDIEU, 2017, p. 54)

Haveria, segundo Bourdieu (2017, p. 144-145), um “monopólio da definição legítima das práticas e dos discursos sexuais — campo religioso, campo jurídico, campo burocrático — e capazes de impor essa definição nas práticas, sobretudo através das famílias”. Bourdieu (2017, p. 145) compreende, na senda de Foucault, que os discursos de dominação masculina são “estruturas históricas, altamente diferenciadas, nascidas de um espaço social por sua vez altamente diferenciado, e que se reproduzem através da aprendizagem ligada à experiência que os agentes têm das estruturas desses espaços”.

O discurso de dominação masculina se difunde de forma fragmentada na sociedade — na religião, no campo jurídico etc. — exercendo, pois, uma relação de poder com os sujeitos que aos poucos constroem uma aura de verdade em torno desse discurso. Tal obediência os leva a crer que a dominação masculina é algo transcendental ao homem. Devemos, pois, nos aventurar na contramão desse tipo de pensamento, comumente difundido pelo *sensu* comum, e, assim, compreender que todo discurso é forjado pelo homem, portanto, é dotado de historicidade.

A partir do centro teórico acima referido, voltemos os olhos ao *O Mercador*. Tomemos a narrativa da peça plautiana como um discurso dotado de intencionalidades, uma representação de dada realidade. Em especial, busquemos analisar as representações do



feminino presentes na obra. Nossa intenção é refletir sobre a prática discursiva do autor e, para tanto, será preciso analisar o contexto da obra.

4 HISTÓRIA E MULHER ROMANA

Limitaremos nossas observações à participação da mulher na vida romana entre os sécs. III e II a.C., período da produção plautiana.

As reflexões de Michael Foucault possibilitaram um novo olhar sobre o passado. Ana Maria Colling, em *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*, fala da importância do pensamento do filósofo francês:

Michel Foucault revolucionou a vida das mulheres, ou pelo menos a sua história. Ao mostrar em suas obras que os objetos históricos são meramente construções discursivas, Foucault libertou as mulheres da sua natureza, permitindo que pudessem tomar para si sua história. Nos mostrou que tudo aquilo que invocamos do passado passa por um intrincado jogo de relações de poder e saber que instituem verdades. Apesar de pouco falar do feminino, ao historicizar os objetos de pesquisa, Foucault ofereceu às historiadoras de gênero, ferramentas para questionar, levantar suspeitas sobre o eterno feminino. Falar de uma mulher era falar de todas mulheres, todas igualmente presas nas tramas da identidade, da natureza e da representação (COLLING, 2014, p. 34)

Novas ferramentas foram integradas ao fazer historiográfico e possibilitaram o alargamento do horizonte de compreensão da História, o que contribuiu para um redimensionamento dos estudos em torno das mulheres, redefinindo os discursos de identidade que tendiam a criar uma homogeneidade inferior e estereotipada. O próprio senso de eterna feminilidade foi colocado sob suspeita.

Assim, a História assumiu, radicalmente, sua condição de construção humana e se assumiu como um produto da subjetividade. No clássico *História e Verdade*, Adam Schaff (1983, p. 282) se questiona sobre a influência/contribuição da subjetividade no fazer história e até que ponto essa dimensão empobrece a objetividade do conhecimento de Clio. Schaff se propõe a refletir acerca do assunto em busca de uma saída para tal o problema. Lemos:

A objetividade dita pura é uma ficção; o fator subjetivo é introduzido no conhecimento histórico pelo próprio fato da existência do sujeito que conhece. Em contrapartida, há duas subjetividades: a “boa”, ou seja, aquela que provém da essência do conhecimento como relação subjetivo-objetiva e do papel ativo do sujeito no processo cognitivo; a “má”, ou seja, a subjetividade de deformação do conhecimento por causa de fatores tais como o interesse, a parcialidade, etc. A “objetividade”, é a distância entre a boa e a



má subjetividade, e não a eliminação total da subjetividade. (SCHAFF, 1983, p. 282) (grifo nosso)

Schaff evidencia que não há objetividade pura na produção do conhecimento histórico. Tal objetividade, não é nada mais que mera ficção. No entanto, ele propõe uma produção de conhecimento pautada na “ética”. O historiador no seu métier deve a todo custo se distanciar da *má subjetividade*, ou seja, da subjetividade que deforma deliberadamente o conhecimento, molda-o à sua vontade.

A obra da historiadora francesa Michelle Perrot contribuiu muito para elucidação da participação das mulheres na história. O livro *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros* reúne uma seleta de textos da historiadora que nos leva a refletir sobre a arbitrariedade de uma História protagonizada quase que exclusivamente pelos homens.

Segundo ela, desconsiderar o aspecto fragmentário do poder e sua presença no cotidiano é excluir do foco do discurso histórico a importância da mulher (PERROT, 2017, p. 197). Ainda segundo a historiadora, são as relações de poder moldam a história e, portanto, seria arbitrário desconsiderá-las em seu aspecto mais amplo:

As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo de palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivale a “influências” difusas e periféricas, em que as mulheres têm sua grande parcela [...] Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes (PERROT, 2017, p. 177).

Para Colling, as práticas e discursos androcêntricos remontam à antiguidade clássica. Em Roma, a justificação e legitimação da inferioridade feminina se devam por meio do discurso jurídico:

com os romanos, em seu código legal, é legitimada a discriminação feminina, através da instituição jurídica do *paterfamilias*, que atribuía ao homem todo o poder: sobre a mulher, os filhos, os servos e os escravos. O Direito transforma-se, na civilização romana, em um instrumento de perpetuação dessa assimetria, legitimando a inferioridade da posição social da mulher (COLLING, 2014, p. 23).

Ricardo César Lira, ao analisar a perspectiva histórica da família, nos ajuda a compreender a instituição jurídica do *paterfamilias* presente no direito romano, segundo ele:

Na família romana, o *paterfamilias*, com relação aos cognados e agnados, era o chefe absoluto, era o sacerdote incumbido de officiar a veneração dos *penates*, deuses domésticos. Era o chefe do grupo familiar, exercente do poder marital, com direitos absolutos sobre a mulher, que remanesca *in loco filiae*. Dispunha de poderes também



absolutos sobre os filhos, com direito de vida e morte sobre eles, *jus vitae necisque* [...] Só o *pater familias* tinha patrimônio (LIRA, 1999, p. 82-83)

A partir dessas abordagens e dos conceitos e teorias discutidos, podemos compreender que a instituição jurídica romana girava em torno de um discurso androcêntrico que buscava legitimar a superioridade masculina na mesma medida em que representava a mulher como um sujeito de “natureza” inferior.

Na sociedade romana, o direito deve ser compreendido como um discurso de propósitos notadamente patriarcais que almejava, acima de tudo, a manutenção da dominação masculina. Colling (2014, p. 23) afirma que a natureza androcêntrica desses discursos nos força a “tentar recuperar a presença da mulher na história, [...] [por meio da] construção de um novo mapa, de uma nova metáfora, desconfiando das categorias dadas como universais”.

Concordando com Colling, Lourdes Conde Feitosa afirma que a desconfiança das categorias dadas como universais cria um leque de novas perspectivas históricas. Segundo ela, “a noção generalizante de imposição masculina não pode dar respostas satisfatórias à diversidade de comportamentos e situações históricas. Essa observação é particularmente significativa para a análise do mundo romano” (FEITOSA, 2008, p. 125).

Em relação à ideia de poder absoluto do *pater familias*, Feitosa (2008, p. 127) afirma não haver um consenso entre as fontes literárias e jurídicas. Ela nos informa ainda que “a própria caracterização da casa romana como um espaço privado, destinado ao descanso e restrito à convivência familiar, agora é discutida sob um ponto de vista arqueológico”.

Por fim, tais informações nos indicam que, no mínimo, a suposta apatia e total submissão das mulheres romanas fundamentam-se em discursos androcêntricos, bem como no desconhecimento das próprias estruturas familiares do mundo romano. Faz-se necessário, pois, um estudo acerca desses aspectos ainda difusos assim como uma postura crítica em relação à representação das mulheres. Se considerarmos, por exemplo, que a casa romana é um ambiente de forte influência naquela sociedade e, portanto, não apenas restrito ao convívio familiar o discurso da mulher limitada ao privado e sem influências vai ao chão.

Lido à luz da teoria da Representação, *O mercador* parece ser fonte fértil para aprofundar o debate acerca das relações de dominação masculina presentes na representação do cotidiano da mulher romana.

5 A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO EM O MERCADOR



Os discursos de dominação masculina estavam também presentes na comédia latina. Havia na representação dos tipos femininos um profundo interesse masculino.

Para construirmos os alicerces teóricos da premissa trazidos no parágrafo anterior faz-se necessário a aplicação da Teoria da Representação no universo social romano. Primordialmente, é fundamental conceituar o que é uma representação para, à posteriori, discutirmos alguns aspectos dos tipos femininos representados na comédia latina *O Mercador*.

Para Chartier (2002) onde há representação, inexoravelmente, há também ausência, uma vez que não devemos atribuir ao reflexo à importância do refletido. A imagem representativa corresponde, pois, a uma construção discursiva. A natureza dessa construção não é dotada de imparcialidade/neutralidade, tendo em vista que seus construtores possuem afetos parciais, interesses, vontade de potência, etc.

Segundo Chartier (1990, p. 17), para que possamos determinar e articular as relações que indivíduos ou grupos mantêm com o mundo social é preciso compreender que:

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

Para Chartier (2002, p. 174) “os artifícios [da representação] podem ser dos mais hábeis, e os ‘golpes’ muito certos”. Encenação após encenação, a *comedia palliata* reafirmou seu discurso tornando motivo de risos o comportamento que não se enquadrava nos padrões daquela sociedade. A eficácia de tal discurso “depende da percepção e do julgamento de seus destinatários, da adesão ou da distância ante mecanismos de apresentação e de persuasão postos em ação” (CHARTIER, 2002, p. 178). Quanto maior a capacidade persuasiva, maior a relação de dominação, maior a relação de obediência perante os dominados.

As reflexões de Chartier (2002) nos ajudam a compreender que todo processo de representação é dotado de interesses, quais sejam: coerência, identidade, poder, etc. A partir desses conceitos, bem como das abordagens teóricas e conceituais já discutidos neste trabalho (principalmente as relacionadas aos mecanismos de dominação masculina), passamos a discutir



os três tipos femininos presentes na comédia *O Mercador*: a) a meretriz, Pasicompsa; b) a matrona, Doripa; e c) a ancião, Sira.

As personagens femininas representadas na obra-fonte em foco “não representam papéis de grande relevância para a comédia, principalmente em suas ações. É o que ocorre, de maneira geral, na maioria das comédias plautinas.” (CORREIA, 2007, p. 41). Entretanto, o silêncio da voz feminina não pode ser visto como um ato ingênuo do autor. A limitação das personagens femininas denuncia, outrossim, uma marca androcêntrica dominante na sociedade romana dos tempos do autor.

Na obra *O Mercador*, por tanto, o feminino vocifera em silêncio.

Como vimos, por meio da representação cria-se um reflexo da realidade que no instante que representa também substitui. Acreditamos que a mudez das mulheres na obra plautiana representa, de fato, um discurso de dominação masculina contrário à contestação do *status quo*.

A personagem feminina com maior participação na trama é Sira, a escrava conselheira de Doripa, mulher de Lisímaco. Ela foi a primeira a ver Pasicompsa na casa de sua ama e logo concluiu que a jovem era uma *meretrix* e que sua ama estaria sendo traída. No IV ato da peça, Sira faz severas críticas às condições da mulher na sociedade:

Por Castor, as pobres mulheres vivem sob uma lei dura e muito mais injusta do que os homens. Pois, se um marido, às escondidas de sua esposa, mantém uma prostituta, se a esposa descobre isso, o homem fica impune; uma esposa, se sai fora do lar às escondidas do marido, torna-se para o marido motivo para terminar o casamento. Oxalá que a lei fosse a mesma para a esposa e o marido, pois a esposa que é boa se contenta com um único marido; por que um homem não se contentaria com uma só esposa? Por Cástor, se os homens fossem castigados da mesma forma, se algum mantivesse uma prostituta, às escondidas da esposa, da mesma forma que elas são repudiadas se cometem a falta, mais maridos estariam sem cônjuge do que as esposas agora. (PLAUTO, 2007, p. 103-104)

Plauto utiliza Sira para fazer uma crítica às desigualdades sofridas pelas mulheres. Além disso, a desconstrução de uma personagem masculina como Demifão, pode nos levar a pensar que a peça contesta a realidade social vigente. Tal hipótese, entretanto, não se realiza numa leitura atenta do texto. Como já afirmamos, aliás, a desconstrução do rotineiro e a ênfase no inusitado são recursos típicos do gênero cômico.

Apesar do silêncio das personagens femininas na peça, podemos, a partir do sonho do *paterfamilias* Demifão, notar que ele tem um profundo receio de confrontar sua esposa.



Tanto assim que tenta, a todo custo, esconder Pasicompsa. Outro temor presente no sonho está justamente relacionado ao fato dele se apaixonar pela escrava.

Se não vejamos:

Demifão De formas estranhas, os deuses brincam com os homens, e com estranhos exemplos lhes mandam sonhos durante o sono. Por exemplo, na noite passada, eu me revirei bastante durante o sono e fiquei atormentado. Sonhei que comprei uma bela cabra. Para que ela não fizesse mal à cabra que eu já tinha em casa, nem brigas sem, se ambas estivessem num mesmo lugar, pensei, depois que a comprei, em confiá-la à guarda de um macaco. Esse macaco, pouco depois, se aproxima de mim, fica praguendo e causa grande confusão. Diz ele que com a chegada daquela cabra, por culpa dela, ocorreram sem moderação reclamações e danos; fala que a cabra que lhe foi dada para guardar comeu o dote de sua esposa. Pareceu-me espantoso que uma só cabra tenha comido o dote da esposa do macaco. O macaco insiste que isso aconteceu e finalmente responde: se eu não me apressasse em afastá-la, ele a levaria para dentro de minha casa, para minha esposa. E, por Hércules, no mesmo instante pareceu-me que eu me apaixonara por ela, porém não tinha a quem confiar a cabra; Além do mais, que poderia fazer? Desgraçado, morria de preocupação. Nesse momento, pareceu se aproximar de mim um bode. Começa por anunciar-me que tomou a cabra do macaco e se põe a zombar de mim; (PLAUTO, 2007, p. 63)

No excerto do sonho de Demifão acima apresentado é possível notar que o discurso literário não está em alinhamento como discurso jurídico dado que a figura do *paterfamilias* mostra-se temeroso diante da resistência feminina presente em sua casa e, posteriormente, demonstra-se completamente vulnerável aos encantos da bela Pasicompsa. A existência de uma personagem com as características de Demifão nos faz refletir sobre as tensões que existiam naquela sociedade.

Acreditamos que o discurso jurídico do *paterfamilias* cria uma representação do homem que não condiz com a complexidade social romana. A partir da análise da peça, notamos que as *materfamilias* não necessariamente se submetiam as limitações jurídicas do androcentrismo romano.

Ao criar a Demifão, Plauto busca representar o modelo de homem indesejável e ao fazer isso, pela via cômica, reitera o discurso androcêntrico. A necessidade dessa ordem discursiva denuncia justamente as tensões e os embates presentes na sociedade romana dos sécs. III e II a.C. Não bastava existir um discurso jurídico regulamentador da dominação, ao fim e ao cabo a sociedade sempre cria outras estratégias mais próximas da realidade popular para se legitimar. Ao que parece, criando modelos inusuais e ridículos, a comédia plautiana contribuía para reforçar modelos desejáveis de homens e de mulheres.



A despeito das poucas cenas e dos silêncios de Doripa e Pasicompsa, entendemos que ambas cumprem importante papel como produtos de uma representação cujo intuito primordial era definir os atributos desejáveis para a *materfamilias* e as características pertinentes à *meretrix*.

No diálogo de Carino e Demifão fica evidente que as representações de *materfamilias* e *meretrix* são antagônicas, uma não pode está se quer na presença da outra:

Demifão Aos poucos, eu o sensibilizo. Mas, esqueci de dizer: ela [*meretrix*] não poderá seguir sua mãe [*materfamilias*], de forma bastante honesta, como uma acompanhante nem eu permitirei.

Carino Mas, por quê?

Demifão Porque seria um escândalo essa bela mulher acompanhar uma mãe de família; quando andasse pelas ruas, todos a contemplariam, moveriam a cabeça, piscariam os olhos, assobiarão, beliscariam; os homens a chamarão e seriam desagradáveis; eles cantariam diante da porta: pichariam com carvão versos elegíacos. E, como agora os homens são maledicentes, acusariam a mim e a minha mulher, dizendo que exploramos a prostituição. Para quê isso?

Carino Por Hércules, você falou bem, concordo com você. Mas que se fará com ela agora?(PLAUTO, 2007, p. 72-73)

No diálogo fica evidente o discurso associativo entre a beleza a prostituição. Ou seja, a beleza não era um atributo fundamental da *materfamilias*, ao contrário, a característica não deveria faltar à *meretrix* ideal. É evidente a arbitrariedade presente nessas generalizações cujo fim último não seria outro além da construção de padrões estéticos e comportamentais da mulher. Em Plauto temos o discurso dominante masculino buscando criar os tipos de mulheres que iriam satisfazer os seus desejos no ambiente familiar, na rua etc.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os princípios historiográficos, sociológicos, filosóficos e literários discutidos no presente trabalho, nos propiciaram expor as arbitrariedades presentes nas representações femininas, em especial, em Roma sécs. III e II a.C. Sabe-se pouco acerca da participação da mulher na antiguidade clássica, defendemos a hipótese de que a apatia atribuída à mulher não se realizam no cotidiano, dado que de forma deliberada diversos discursos de dominação masculina forjaram uma representação de mulher apática e submissa.



A mulher teve por muito tempo sua participação na História silenciada e deformada. A partir da Teoria da Representação, das reflexões de Michael Foucault, dos conceitos de dominação de Pierre Bourdieu, bem como das contribuições de historiadoras como Michelle Perrot e Ana Maria Colling, discutimos os diferentes aspectos da dominação masculina que nos ajudaram a entender a violência potencial dos discursos. Com o fito de compreender a representação do feminino em Roma sécs. III e II a.C. restringimos este estudo à representação do feminino na comédia plautiana *O Mercador*, aferindo que as mulheres na aludida comédia foram deliberadamente silenciadas. E quando retratadas, foram representadas por tipos femininos que visavam, acima de tudo, delimitar o universo de atuação e escolhas femininas.

Na Roma Republicana, tanto o discurso cômico, como o discurso jurídico, limitaram a importância da mulher, mas essa limitação, de forma alguma, pode ser vista como uma representação fidedigna da realidade.

REFERÊNCIAS

PLAUTO. **O mercador**. Tradução: Damares Barbosa Correia. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Os paradigmas revolucionários**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2017.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos, Porto Alegre, Ed. Universidade, 2002.

_____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino da história. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

CORREIA, Damares Barbosa. **O Mercador de Plauto**: história e tradução. 120p. (Dissertação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

FEITOSA, Lourdes Conde. *Gênero e sexualidade no mundo romano*: a antiguidade em nossos dias, **História: Questões & Debates**, n. 48/49, p. 119-135, Editora UFPR, 2008.



FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Repensando o direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro. 8ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. Trad. Maria Paulo Duarte. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.



Pequena palestra com uma múmia (1845): do conflito entre a ciência e a consciência da realidade do passado⁷³

Edson Silva de Lima⁷⁴

Recebido em: 30/12/2018

Aceito em: 16/01/2019

RESUMO

Nesse artigo, atentamos em perceber de que maneira os *elementos* da história nacional norte-americana aparecem no *Somme word with a mummy* (1845) do poeta e contista, Edgar Allan Poe, sem que a pretensão seja fazer o mapeamento de uma identificação referencialista. A intenção aqui é perceber a leitura possível de seu conto fantástico como refiguração da história norte-americana oitocentista, sem tê-la como partícula central de seu trabalho. De modo que procuramos, portanto, fugir do desejo de “reduzir certos textos a funções representativas, ilustrativas ou sintomáticas” (LACAPRA, 1983, p. 24). Centramo-nos na dimensão referencial do texto ficcional, aproximando assim a história norte-americana como tema fulcral para literatura fantástica poeana. Nesse sentido, nos preocupamos em demonstrar os caminhos narrativos que endossam nosso prognóstico de que, a literatura fantástica, não está diretamente subordinada à imaginação que o lastro referencial, que a compõe, está diretamente intervindo na composição ficcional e, assim, há a concepção de outro mundo que não o mundo das coisas.

Palavras-chave: ficção. História. Imaginação.

Somme word with a mummy (1845): from the conflict between science and the awareness of the reality of the past.

ABSTRACT

In this article we try to understand how the elements of American national history appear in the poem and storyteller Edgar Allan Poe's *Somme word with a mummy* (1845) without the pretension of mapping a referentialist identification. The intention here is to perceive the possible reading of his fantastic tale as a refiguration of nineteenth-century American history, without having it as the central particle of his work. So we try to avoid the desire to "reduce certain texts to representative, illustrative or symptomatic functions" (LACAPRA, 1983, p. 24). We focus on the referential dimension of the fictional text, thus approaching American history as the central theme for fantastic poeana literature. In this sense, we are concerned with demonstrating the narrative paths that endorse our prognosis, that fantastic literature is not directly subordinated to the imagination, that the referential ballast that composes it is directly intervening in the fictional composition and, thus, there is the conception of another world than the world of things.

Keywords: fiction-story-imagination

⁷³ Artigo baseado no capítulo primeiro da minha dissertação de mestrado defendida em 2017 no Programa de Pós-graduação em História – UNIRIO.

⁷⁴ Doutorando em história pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; mestre em história pela UNIRIO; bolsista CAPES. edson_hist@yahoo.com.br. <http://lattes.cnpq.br/8450776305584305>



1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem a intenção de, por meio de um estudo de caso, exercitar a aproximação entre história e ficção, procurando, nesse sentido, perceber pontos de interlocução e nexos culturais. Para isso, elegemos o poeta, escritor, crítico literário, Edgar Allan Poe (1809-1849), especificamente seu conto fantástico *Somme word with a mummy* (1845) com o propósito de compreender de que maneira os *elementos* da história nacional norte-americana aparecem neste conto, sem que a pretensão seja fazer o mapeamento de uma identificação referencialista.

A intenção aqui é perceber a leitura possível de seu conto fantástico como refiguração da história norte-americana oitocentista, sem tê-la como partícula central de seu trabalho. De modo que procuramos, portanto, fugir do desejo de “reduzir certos textos a funções representativas, ilustrativas ou sintomáticas” (LACAPRA, 1983, p. 24). Centramo-nos na dimensão referencial do texto ficcional, aproximando assim a história norte-americana como tema fulcral para literatura fantástica poeana. Nesse sentido, nos preocupamos em demonstrar os caminhos narrativos que endossam nosso prognóstico, de que a literatura fantástica não está diretamente subordinada à imaginação, que o lastro referencial que a compõe está diretamente intervindo na composição ficcional e, assim, há a concepção de outro mundo que não o mundo das coisas.

Com efeito, nos interessa os desvios da imaginação. Dessa maneira, percorremos um território fronteiro que teria nos limites do irreal a capacidade de apontar a existência da ordem sobrenatural que não se opõe à do real, mas antes, se mostra como uma expansão dos sonhos no mundo sensível. Sendo assim, podemos afirmar que a arte poeana se articulou com a afirmação de que “a arte não exige nem uma participação brutal com a realidade, nem uma adesão intelectual como a verdade” (CAMARI, 2014, p. 48).

Edgar Allan Poe, em seu conto *Pequena palestra com uma múmia*, de 1845 publicado na *American Review* desenredou fios interessantes para começarmos a discutir algumas questões centrais sobre a história norte-americana. De modo que não faremos uma descrição extensiva, mas sim introdutória e, a partir de então, verticalizaremos nossas discussões.



Em termos gerais, a narrativa fala de um grupo de cientistas norte-americanos liderados pelo Dr. Ponnonner. Apresentando, inicialmente, a banalidade da vida, o corriqueiro e o comum; ambientando o leitor na rotina e na trivialidade do narrador-testemunha⁷⁵ que disse: “o banquete da noite anterior mexera-me com os nervos. Estava com uma terrível dor de cabeça e sentia-me desesperadamente sonolento” (POE, 2008, p. 2). Essas primeiras sentenças demonstram o quanto de genérico e ordinário pode ser a vida de qualquer pessoa, retirando o status que possa preencher o imaginário social sobre a vida dos cientistas do século XIX, cheia de descobertas e novidades, acentuando que um dos pontos centrais desse conto seria, exatamente, condenar os exageros autossuficientes da ciência que buscava “reconhecimento de sua intelectualidade e supremacia sobre os demais” (BELLIN, 2010, p. 186).

Ainda na trama, durante a noite o narrador-testemunha recebe um chamado do Sr. Ponnonner que, ansioso, o convoca para que junto com outros colegas possam examinar uma múmia que conseguira com o diretor do Museu da Cidade; estava contente e animado com essa conquista. O que se sucede a seguir é uma descrição do estado do “sarcófago” e o debulhar do mesmo. O sr. Gliddon “não teve dificuldade em interpretar os caracteres puramente fonéticos, representando a palavra *Allamistakeo*” (POE, 2008, p. 31) que em inglês significa “tudo um erro” incluindo um “o” no final. Segundo Greicy Bellin, “o nome da múmia é bastante sugestivo, pois simboliza o papel que ela exercerá ao longo da narrativa: o de mostrar aos pesquisadores que tudo o que eles acreditam não passa de um equívoco” (BELLIN, 2010, p. 187).

Depois de desnudada a múmia, há um espanto quanto à sua conservação e à técnica de embalsamamento. Isso aponta para certo desconcerto com aquilo que os cientistas -especialistas se ancoravam; a confiança em seu conhecimento científico que o permitiriam saber de forma holística vários aspectos de outras culturas.

Rasgando o papiro, encontramos a carne em excelente estado de conservação, sem nenhum odor perceptível. A cor era avermelhada. A pele rija, macia e lustrosa. Os dentes e os cabelos achavam-se em boas condições. Os olhos (assim parecia) tinham sido removidos e substituídos por outros, de vidro, que eram muito belos e

⁷⁵ “O narrador-testemunha se envolve nos fatos, mas se encontra em posição periférica, tendo autoridade e ao mesmo tempo, o afastamento e a objetividade necessários para narrar; isso o diferencia do narrador protagonista, que faz com que todos os eventos girem em torno dele mesmo”. BELLIN, Greicy. “*Pequena conversa com uma múmia*”: a faceta humorística de Edgar Allan Poe. **Rev. Letra**, Curitiba, n.82. p. 179-192, 2010.



maravilhosamente vívidos, exceto quanto à fixidez demasiado acentuada do olhar. As unhas das mãos exibiam brilhante dourado (POE, 2008, p. 32).

Em seguida, com a hora já avançada, iniciam uma série de testes, começando com uma bateria a induzir cargas elétricas no artefato. Essa experiência é bastante marcante, pois, mais uma vez, Poe desloca os homens da ciência de seu lugar objetivo e de autocontrole do objeto e da vida.

Moral e fisicamente, figurativa e literalmente, o efeito foi elétrico. Em primeiro lugar, o cadáver abriu os olhos e piscou com muita rapidez por vários minutos, como faz o Sr. Barnes na pantomima; em segundo lugar, espirrou; em terceiro, sentou-se, em quarto, brandiu o punho diante da face do Dr. Ponnonner, em quinto, voltando-se para os Srs. Gliddon e Buckingham, dirigiu-se a eles, no mais puro egípcio (POE, 2008, p. 34).

Pasmados com as reações e, por conseguinte com a “ressurreição da múmia”, se escondem ao ouvir seu discurso ridicularizador que não mede esforços para reclamar seu corpo violado. Disse ela com avidez,

Devo dizer-vos cavalheiros, que estou tão surpreso quão mortificado pelo vosso procedimento. Do doutor Ponnonner, nada de melhor se poderia esperar. É um pobre toleirão que nada sabe de nada. Lamento-o e perdo-o. Mas vós, senhor Gliddon e Silk, vós que viajastes pelo Egito e lá residistes, a ponto de se poder crer que lá houvésseis estado desde o berço – vós digo eu, que tanto vivestes entre nós, a ponto de falardes o egípcio tão bem, penso, como escreveis vossa língua materna – vós a quem sempre fui levado a considerar como amigo fiel das múmias – realmente, esperava de vós conduta mais cavalheiresca (POE, 2008, p. 34-35).

Esse discurso de abertura do debate tem itens bastante importantes quanto à complexidade argumentativa do conto, entre elas, a consciência da personagem mortificada, agora viva, que conhecia bem os doutores que passaram um bom tempo pesquisando e residindo no Egito. Isso denota que, de alguma forma, o passado olha para o presente que, pendente, entra e sai de seus portões. É bastante curioso perceber que o passado não é apenas observado, mas observador e traz consigo dados, comentários e considerações quanto ao exame desses intrusos que a todo tempo incorrem seus caminhos. O passado não é um lugar imóvel de consulta e aprendizado, mas dinâmico e plástico, sujeito e ator na vida e na história.

Daí em diante, a narrativa toma efetiva abertura para o fantástico e para o satírico vinculada a expressão “qualidade nativa” que “significa que a obra humorística [e fantástica] é considerada nacional, ou seja, intrinsecamente vinculada ao contexto em que foi produzida”



(SILVA, 2007, p. 49). Isso aparece de imediato a partir de um caloroso debate entre os cientistas (sujeito) e a múmia (objeto).

Me parece, no entanto, que uma relação de pergunta e resposta começa a ser estabelecida entre os personagens que disputam a qualidade dos valores sociais de suas respectivas sociedades. A sociedade norte-americana do século XIX representada pelos membros da comunidade científica “representantes de todas as ideologias exageradas que consideram o presente melhor que o passado” (SILVA, 2007, p.147); enquanto a múmia representante ávida de seu tempo e, consciente da realidade que a circunda, personifica “os valores e ideologias de sua comunidade” (SILVA, 2007, p. 147) refinada. Eles falam sobre diversos temas tendo como cerne a superação dos antigos (passado) pelos modernos (presente). Entre os temas podemos elencar eixos centrais: Economia (manufatura e estradas de ferro) política (democracia) cultura (arquitetura, funeral e poços artesanais) ciência (microscópio e forças mecânicas) e metafísica (História, verdade e progresso).

Desse modo, a relação sujeito e objeto seriam colocados em cheque por Edgar Allan Poe quando “humaniza” a múmia, retirando-a de seu lugar de objeto, quebrando com isso a relação científica, que estava estabelecida pelos doutores. Vejamos nesse trecho: “observou-se então que o conde (esse era ou parecia ser, o título de Allmistakeo) teve um leve tremor, sem dúvida de frio” (SILVA, 2007, p.37).

Não é de se esperar que os Senhores Doutores fossem atingidos por essa experiência que lhe fizesse algum mal ou bem, digamos que seja o bem da autorreflexão que produziu o seguinte pensamento: “Talvez, a verdadeira razão deva ser procurada no espírito deste nosso tempo, que procede totalmente de acordo com a regra dos contrários, hoje usualmente admitida como solução de tudo quanto respeito a paradoxos e impossibilidades” (POE, 2008, 35).

Continuamente, no debate com a múmia os cientistas articulam argumentos que evidenciam seu orgulho quanto à superação daquilo é antigo e, portanto, passado. Fica, pois claro que os temas apresentados e já mencionados anteriormente, são portfólios que endossam a argumentação dos doutores à múmia Allmistakeo. Denota-se, de alguma forma, a angústia de ultrapassar seu passado colonial de raízes “britânicas”, embora com recorte específico na independência, em relação a metrópole, já que no período colonial estaria a gênese da nação norte-americana (GRABO, 2000, p. 36).

Nesse tocante, questionar essa “gênese” é fundamental. A complexidade composta por uma formação colonial altamente assistemática em relação ao processo colonial ibérico



sistemático, a pluralidade de credos e crenças e a resistência, senão o medo da perda da autonomia político-religiosa local; nos apontam uma fragmentação contínua em todo processo de independência norte-americana (NICHOLAS, 1999).

Alguns historiadores acentuam, inclusive, que a própria ideia de “antibritanismo” deve ser vista com cuidado, pois não teria sido uma realidade efetiva e holística. Se colocarmos uma linha divisória entre o norte e o sul do território “nacional”, veremos que os colonos do sul tinham uma relação “saudável” com sua metrópole, afinal de contas sua economia era marcada pelo comércio externo de Tabaco, sendo que a ruptura total com a Inglaterra poderia também significar um terrível golpe a sua estrutura econômica (BAILY, 1955). Além disso, segundo Leandro Karnal, os interesses acirravam essa “fronteira”; “os colonos do Sul queriam o domínio do Mississippi; os do Norte, o domínio do comércio de peles e a posse dos bancos pesqueiros da Terra Nova” (KARNAL, 2013, p. 72). É preciso assinalar também que o tema da independência não era um consenso no Norte, existindo grupos contraditórios a essa ideia, como evidencia Bernard Bailyn (2001, p. 40) em seu texto *Duas Revoluções* (1998). Segundo ele, os americanos conheciam bem a ideia de poder centralizado, e isso acarretava uma grande ressalva quanto à perda de privilégios e autorrepresentação.

Assim sendo os cientistas do conto procuravam acentuar o reconhecimento de sua intelectualidade e supremacia, ratificando sua autorreferencialidade como superação dos vestígios da metrópole. De certa forma, essa lógica científica estava em consonância com o método filosófico dos norte-americanos do século XIX. Alexis de Tocqueville (1998 p. 3) explica isso como um “espaço individual da razão” americana, mostrando que, aos norte-americanos,

escapar do espírito de sistemas, do jugo dos costumes, das máximas familiares, das opiniões de classe e, até certo ponto, dos preconceitos nacionais; não tomar a tradição mais que como uma informação e os fatos presentes como um estudo útil para fazer de outro modo e melhor; procurar por si mesmo e em si mesmo a razão das coisas, tender ao resultado sem se deixar acorrentar ao meio e visar o fundo através da forma: são estes os traços principais que caracterizam o que chamarei de método filosófico americano.

A múmia, para Greicy Bellin (2010, p. 186), retrata “um ser ancestral, portador de uma verdade desconhecida pelos cientistas e também uma denunciadora da sua ignorância”. Isso



demonstra o quanto que a “tradição”⁷⁶ ainda teria a contribuir para construção do mundo moderno e, nesse sentido, a tessitura social se distende incorporando outros e novos fios. Mostrando, por conseguinte, outra chave importante na compreensão do mundo moderno, a contradição, em que segundo Hans Robert Jauss (1996), o novo realçaria o antigo e este sobreviveria ao novo. Uma relação paradoxal e contraditória ao mesmo tempo (o paradigma da modernidade); evidenciando nesse tocante a relação tradição e modernidade. De imediato vemos uma relação entre a experiência estética e a experiência histórica, indicando os nódulos que de alguma maneira predispõe as rupturas e continuidades na dinâmica social norte-americana.

Em contraposição, o Dr. Ponnonner e seus colegas, “membros da comunidade científica consideravam que tudo o que há de melhor está no presente e não no passado” (POE, 2008, p. 187). Em um argumento muito interessante o Sr. Silk Buckingham faz a seguinte contribuição:

a longa duração da vida humana no seu tempo, assim como a prática ocasional de vivê-la, como o senhor explicou, a prestações, deve ter acentuado fortemente, na verdade, a tendência para o desenvolvimento geral e a acumulação do saber. Presumo, por isso, que devemos atribuir a marcada inferioridade dos antigos em todos os ramos da ciência, quando comparados aos modernos e, mais especialmente, aos ianques, inteiramente à solidez mais considerável do crânio egípcio (POE, 2008, p. 42-43).

Incomodada, a figura do sr. Allamistakeo questiona: “confesso novamente – retrucou o conde com muita suavidade – que encontro certa dificuldade em compreendê-lo; por obséquio, a que ramos de ciência alude o senhor?” (POE, 2008, p. 43). A resposta foi instantânea e quase coletiva, de modo a detalharem “prolixamente as suposições da frenologia e as maravilhas do magnetismo animal” (POE, 2008, p. 43).

A sátira poeana está em uma crítica a mentalidade pragmática norte-americana que teria como centro fundamental depreciar a tradição, em favor da superioridade da ciência, e da ideia das descobertas de controle e utilidade da natureza; de modo a colocar em cheque os avanços científicos que a múmia disse terem seu tempo alavancado (SILVA, 2007, p. 148). Me parece que os doutores percorrem o caminho da autoafirmação, em que de alguma forma

⁷⁶ Deve ser lido aqui, sobretudo, como modelo de civilização. cf. STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização: ensaios*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



reconhecessem as descobertas do passado, mas de modo algum podem ser comparativamente tão importantes quanto as invenções modernas, portanto, do presente.

Isso posto, a questão da modernidade nos Estados Unidos aparece contendo certas peculiaridades e, entre elas não há como negar algumas “chaves universais” que abrem possibilidades ao mundo, sobretudo, no que se refere ao conhecimento científico, em seus diversos espaços de atuação e aplicação. Tornando-se um elemento característico do projeto político nortista industrial que se distancia do projeto sulista arraigado em hábitos e costumes “tradicionais” como a escravidão e o latifúndio. O mundo oitocentista se mostrava, portanto, atrelado ao que René Remond (1976) indicou ser um espaço fértil em revoluções de diversos matizes. O Conde Allamistakeo naquele momento teve uma resposta bastante afiada nesse sentido, quando disse “que Grandes Movimentos eram coisas terrivelmente comuns em seu tempo e, quanto ao Progresso, havia sido a certa altura um completo aborrecimento, mas que não chegou jamais a progredir” (POE, 2008, p. 45).

A modernidade como transformação e perversão se apresenta, portanto, como vigência do profano; atravessada pelo personagem que transbordará as fronteiras e limites do mundo moderno, a múmia. De modo que, enquanto experiência do tempo/espço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e dos perigos da vida elas são encobertos pela ambiguidade da modernidade, que se expandem e se fecha como a respiração, inspirando e expirando em ritmos circunstanciais⁷⁷.

Liderado pela modernização, couberam às descobertas tecnológicas a responsabilidade pelo acentuado aumento do volume e do valor das trocas internacionais no século XIX, uma vez que tenham sido de suma importância para o progresso a contar da estrutura férrea financiada na Europa e nos EUA pelo capital privado em que operavam as máquinas a vapor. A comunicação também sofreu mudanças significativas, além das descobertas química e elétrica. Podemos, portanto, acrescentar ao argumento de dupla revolução do historiador inglês Eric Hobsbawn (2007) uma terceira revolução, esquecida em favor da revolução francesa: A

⁷⁷ Ver: JAUSS, Hans Robert. *Apêndice*. (Sobre o capítulo “A modernidade”, em Fragmentos sobre Baudelaire, de Walter Benjamin.) In: OLINTO, Heindrun Krieger. (org.). **Histórias de literatura**: as novas teorias alemãs. São Paulo: Ática, 1996.



revolução americana que tem consigo chaves importantes, entre elas a autonomia e a democracia baseada no princípio isonômico da liberdade⁷⁸.

Desse modo, os cientistas não perdiam seu vigor, enalteciam seu tempo, seus costumes e sua política, como aparece nesse trecho: “[...] falamos então da grande beleza e da importância da democracia, e muito nos esforçamos para despertar no conde uma compreensão cabal das vantagens de que gozávamos em viver num país onde havia sufrágio *ad libitum*⁷⁹ e nenhum rei” (POE, 2008, p. 45).

A democracia aparece como elemento central da fundação da nação norte-americana, e é, portanto, preciso assinalar que está estritamente relacionada a noção de liberdade. Em vista disso, a experiência moderna estaria de alguma forma atrelada e incorporada ao *ethos* democrático. Robert Darnton, explica que esse *ethos* democrático não pode ser visto como “o rastro de uma partícula radioativa no sangue”, portanto, passível de ser rastreada e localizada, por isso, não estaria sujeito a mapeamentos universais. Isso quer dizer que se trata de um processo em constante movimento. A exemplo disso, Darnton e Duhamel (2001, p. 14) afirmam que Thomas Jefferson acreditava que uma geração não poderia se impor a outra encontrando uma possível solução na rescisão da Constituição de quinze em quinze ou de vinte em vinte anos. Segundo eles, julgamos conhecer a democracia pelo que ela foi, sendo isso um equívoco, já que não se trata de um fenômeno estável, “a democracia inscreve-se na história” (DARNTON; DUHAMEL, 2001, p. 13), por isso possui dinâmica, versatilidade e, por conseguinte, instabilidade.

Mapear alguns pontos comuns às democracias existentes, sendo eles raízes bem fincadas no solo político e social demonstra o que há de compatível e compartilhado no *ethos* democrático. Em todos os sistemas democráticos, dizem eles, os elementos compartilhados são: “o governo do povo pelo próprio povo ou por seus representantes livremente eleitos; os direitos do homem; limites constitucionais que restringem o exercício do poder governamental” (DARNTON; DUHAMEL, 2001, p. 14). Nesse tocante, Alexis de Tocqueville⁸⁰, a partir da

⁷⁸ Ver: GREENE, Jack P. and POLE, J.R. *A companion to the American Revolution*. Oxford, UK, Blackwell PublishersInc: 2000.

⁷⁹ Ad libitum é uma expressão latina que significa "à vontade", "a bel-prazer".

⁸⁰ O terceiro capítulo dessa dissertação tem como discussão central as aproximações e se possível de mapear, a leitura de Edgar Allan Poe da obra “A Democracia na América” de Alexis de Tocqueville, portanto, aqui indicamos um ponto fundamental que será desenredado posteriormente.



discussão da liberdade e da igualdade procurou explicar o desenvolvimento sociopolítico de diversos países da Europa comparativamente ao que seria o centro de seu estudo, os Estados Unidos, mostrando que o avanço progressivo da igualdade seria um fator providente de aspectos universais, do mesmo modo que, escapa cotidianamente, ao controle humano⁸¹, corroborando de certa forma com o que Darnton e Duhamel argumentaram. Ainda nessa cadeia de debates, o sr. Conde *Allamistakeo* não recebeu essa notícia de bom grado. Segundo o narrador, ele “não pareceu muito satisfeito”. E retrucou:

Quando acabamos, disse ele que, fazia muitíssimo tempo, ocorrera algo bem semelhante. Treze províncias egípcias haviam de súbito resolvido tornar-se livres e dar um magnífico exemplo ao resto da humanidade (...) Durante algum tempo, as coisas correram muitíssimo bem, somente que seu costume de jactar-se era prodigioso. A coisa acabou, porém, com a consolidação dos treze estados com mais de quinze ou vinte outros, no mais odioso e insuportável despotismo de que jamais se ouviu falar na superfície da terra.

Essa resposta do sr. *Allamistakeo* é bastante representativa, na medida em que cria um quadro de rejeição às demarcações políticas que deram ao território americano seu manancial formador. Nesse personagem, Edgar Allan Poe dá voz ao medo e a incerteza que estava presente no cotidiano colonial. A ideia de uma política democrática tinha consigo maus ares. Foi somente com Andrew Jackson (1829-1837) que a própria ideia de democracia tomou uma sustentação “territorialista”, centrada no *homem comum* (BURSTEIN, 2003). Segundo Charles Baudelaire (2003, p. 124), “não devemos, portanto, admirar-se de que os escritores americanos, ao mesmo tempo em que reconhecendo a sua [a de Edgar Poe] potencialidade singular como poeta e contista, tenham sempre minimizado seu valor crítico”, justamente porque ele acentuava seu desconforto para com essa dinâmica plural, que sobrepujava, inclusive, o projeto sulista aristocrático.

Nesse tocante, os argumentos da múmia, me parecem não apenas demonstrar um certo conhecimento quanto a teorias discutidas, mostrando o equívoco da pré noção de sua ignorância, mas também, golpeou as ideologias progressistas que desvalorizavam a tradição endossadas em seus inquiridores.

Enquanto aristocrata sulista⁸², Edgar Allan Poe, não se mostrava tão otimista quando aos princípios fortemente arraigados em uma democracia que concedesse direitos amplos a

⁸¹ Ver: TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América. Leis e Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁸² Segundo Luciana Romano Fontes, em seu artigo *A ideologia sulista representada pelas personagens em ... E o vento levou, o cavalheiro sulista*, se comporta como o esperado para o homem daquela região, ou seja, é



todos os “americanos”. De modo que o reformismo religioso abolicionista de Charles G. Finney (1792-1875) também não era visto com bons olhos, pois propunha uma reforma individual e, por conseguinte, religiosa; mas queria também junto com os reformadores religiosos do qual fazia parte, uma reforma social e política que os colocassem em certo nível de “perfeição cristã”, “atacando os pecados coletivos” como o tráfico de bebidas alcoólicas, a guerra, a escravatura, e combatendo até o governo” (FERNANDES; MORAES *Apud.* KARNAL, 2013, p. 119). Esse *Second Great Awakening* (1790-1840)⁸³ atravessou os Estados Unidos e quase toda da vida de Edgar Poe. A ideia de uma unidade no sentido político universal, não parecia ser algo aprazível para ele.

Além disso, a literatura de Poe floresceu no sul, região considerada atrasada em relação ao norte, devido a uma economia baseada no latifúndio e na escravidão. Poe afirmava que o estilo de Emerson era obscuro demais, além de se opor ao conservadorismo de poetas como Henry Wadsworth Longfellow e de criticar as ideias abolicionistas e reformistas que os poemas de Emerson veiculavam (BELLIN, 2010, p. 183).

Isso posto, o que aparece aqui são dois rios de correntes contrárias, que se chocam com frequência. Se por um lado, começa-se a rascunhar o tema da identidade nacional composta na tentativa de unificação do território, e, por conseguinte, harmonizar os certames entre norte e sul, por outro, verifica-se um aprofundamento do mito do Cavalheiro do sul, que segundo Spiller (1967, p. 71), “pode não ter muita base nos fatos econômicos da história sulista, mas por volta de 1830, quando Poe começou a escrever, ele já se cristalizara como imagem literária de uma sociedade empenhada na defesa de uma estrutura social e cultural aristocrática”.

Essa afirmação reforça e respalda uma inclinação em que “o mundo externo com seus habitantes transforma-se num mero sistema de símbolos para invenção de sua mente” (SPYLER, 1967, p. 76), ou seja, a narrativa não está preocupada com sua carga referencial, mas

extremamente honrado, belo, aristocrata, modelo de estabilidade e sofisticação; sabe beber, jogar e apostar como qualquer homem da região. Disponível em, http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCL/projeto_todasasletras/inicie/LucianaRFontes.pdf> consultado em 29/01/16.

⁸³ Foi a segunda onda de *revival church* ocorrido nos Estados Unidos da América e consistia na salvação pessoal renovada, que se experimentava em reuniões de reavivamento da fé. Essa manifestação teve desdobramentos significativos na política e na sociedade, reagindo “contra os antigos políticos da aristocracia tradicional e valorização de figuras como Andrews Jackson”, colocava em cheque o projeto iluminista e o princípio de “mundo mecânico”, valorizando a emoção e a intuição e decretando a vitória dos sentimentos sobre o intelecto; representada nas eleições de Jackson x Adams. cf. SMITH, Timothy L. *Revivalis mand social reform. American Protestantism on the Eve of the Civil War.* New York, Abingdon Press. 1957.



em tecer considerações à maneira como o novo mundo foi experimentado pelo autor, bem como, sua posição frente a ele. Desse modo, o narrador encerra o conto absolutamente cético, e em um tom tanto herético quanto auspicioso com a seguinte asserção:

A verdade é que estou absolutamente farto desta vida e do século XIX em geral. Estou convencido de que tudo vai mal. Além disso, anseio por saber quem será presidente em 2045. Portanto, tão logo acabe de barbear-me e de engolir uma xícara de café, irei à casa de Ponnonner fazer-me embalsamar por uns duzentos anos (POE, 2008, p. 47).

Ademais, Edgar Allan Poe abre diversos caminhos à verificação de elementos nacionais, seja para a crítica social de certo otimismo progressista tendo como centro a rejeição à tradição, seja para chamar atenção de seus críticos mostrando que é preciso se aprofundar no seu trabalho para não continuarem perdidos, e ainda para constar a fragilidade dos exageros do século XIX, “mostrando que o passado pode ser uma chave para se interpretar o presente” (BELLIN, 2010, p. 185). Esses nódulos presentes no conto evidenciam um equívoco já mencionado, de que sua literatura ficcional não disporia de uma relação com sua realidade social.

Podemos afirmar, portanto, que Edgar Allan Poe ocupava uma posição singular no *establishment* literário de seu tempo. Entre os muitos grupos que se formavam direta ou indiretamente no território norte americano, os **Transcendentalistas de Concord** que tinham Ralph Waldo Emerson, Henry David Thoreau e Margareth Fuller como alguns de seus membros mais ilustres exerciam influência significativa na vida intelectual americana, expondo suas ideias e princípios por meio da revista *The Dial* (1840-1929). Edgar Poe negava sua aproximação com esse grupo por suas discordâncias pautadas, sobretudo na ênfase do individualismo, na afirmação do valor da pessoa comum e sua linhagem liberal. No entanto, sua carreira literária permitiu aproximações interessantes. Depois de perder um dos muitos concursos de contos que participava teve a sorte de conhecer o novelista e político whig John Pendleton Kennedy (1795-1870), que durante algum tempo, além de seu leitor também acumulou o ofício de ser seu mentor.

Durante algum tempo fez parte do *Tales of the Folio Club* (1832-1836), segundo Benjamin Fisher esse foi “um grupo de pretensiosos literatos, que seguiram uma ceia repleta de álcool amplo lendo críticas de areia de seu próprio esforço em ficção”⁸⁴ [tradução minha]; depois do fracasso de muitas tentativas de publicar um volume com seus contos, ele se afastou

⁸⁴ “a group of pretentious litterateurs, who followed a supper replete with ample alcohol by reading sand critiques of their own endeavor in fiction”. FISHER, Benjamin F. “Poe and the Gothic Tradition”. In: HAYES, Kevin J. **The Cambridge Companion to Edgar Allan Poe**. Cambridge University Press. 2002, p. 72-91.



do grupo, deixando um trabalho completo intitulado *Tales of the Folio Club. Eleven Tales of the Arabesque*⁸⁵.

Arrisco inclusive, a incorporar ao seu *hall* de alcunhas, o conceito de *Outsider*⁸⁶. Isso se torna notório quando lemos as divergências de opiniões entre seus contemporâneos, de modo geral excessivamente negativas. Alguns críticos tributam essa visão de certa forma forjada nas considerações póstumas de Rufus Griswold, “Tennyson o achava um gênio, e Emerson acreditava que ele era um homem da selva. Henry James pensava que o fascínio em relação a obra de Poe refletia um estado primitivo de consciência” (SPILLER *Apud* BELLIN, 2010, p. 183).

Sandra Tomc elege alguns comentários de contemporâneos de Poe que nos darão a dimensão da dificuldade que ele tinha de se relacionar com *mainstream* que o cercava, vejamos: para Nathaniel Parker Willis, “Sr. Poe escreveu com exigente dificuldade, e num estilo muito acima do nível popular para ser bem pago”; George R. Graham concorda dizendo que “uma grande organização mental, como a de Poe - a grande tensão e tom de seus Nuncas primorosamente amarrados ... eram totalmente inadequados para os empurrões rudes e a competição feroz do comércio”; e Henry Beck Hirst disse “Poe nunca foi um servidor do tempo , e como um crítico que não podia, e não iria mentir . Como uma consequência , ele fez inimigos , - como vermes comedores de sujeira nos currais da literatura ... Mas seu número era legião - e ele era apenas um” [Tradução minha]⁸⁷.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desses comentários podemos traçar três possibilidades: a) seus hábitos literários composicionais não estava na benesse de agradar o paladar do leitor popular; b) seu contínuo

⁸⁵ Ver: HAMMOND, Alexander. *Edgar Allan Poe's Tales of the Folio Club: The evolution of a Lost book. Poe at work: seven textual studies* (1978), p. 13-43.

⁸⁶ Na língua inglesa, o termo *outsiders*, quer dizer: os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. ELIAS, Norbert. Ensaio teórico sobre as relações *estabelecidos-outsiders*. In: *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 2000.

⁸⁷ “Mr. Poe wrote with fastidious difficulty, and in a style too much above the popular level to be well paid”; George R. Graham agreed “[T]he very organization of mind such as that of Poe – the very tension and tone of his exquisitely strung nevers...utterly unfitted him for the rude jostling and fierce competition of trade”; and Henry Beck Hirst said “Poe was no time server, and as a critic he could not, and would not lie. [A]s a consequence, He made enemies, - like carping muck-worms in the barnyards, of literature ... But their number was legion – and He was only one”. Ver: TOMC, Sandra "M. “Poe and his circle”. In: HAYES, Kevin J. *The Cambridge Companion to Edgar Allan Poe*. Cambridge University Press. 2002, p. 21.



estado de autoflagelo o indisponha para competição no mercado editorial e c) por fim, sua postura radical de não fazer concessões quanto a severidade de suas críticas a escritores de influência política rapidamente o colocaram em situação de *persona non grata*. Esses fatores foram substanciais para exclusão de Edgar Allan Poe do *establishment* literário de seu tempo.

Segundo Sandra Tomc, “a alma perturbada de Poe, responsável nessas explicações por sua alienação da corrente literária e dominante principal”, continua a ser um dispositivo explicativo poderoso nas avaliações modernas de sua vida profissional e obras” [Tradução minha]⁸⁸” (TOMC, 2002, p. 21); essa postura quando a sua condição *outcast*, produzia uma inadequação quanto à cultura de cortejamento e, inevitavelmente limitava sua atuação no mundo das elites letradas norte-americana.

Dessa forma, um título como ‘autor importante na compreensão da conformação da identidade nacional’, seria arbitrário, mas deixaria em suspenso, seu fascínio pela forma de vida sulista, onde ele foi criado e passou grande parte de sua infância, e, na contramão daquilo que deveria delinear os caminhos de uma circunscrição universal não homogênea de nação, nele teria certa particularidade incitada pelas franjas que enfeitavam seu ambiente-origem. De maneira que o crítico Spiller (1967, p. 70) assevera que,

Poe, sendo um artista introspectivo e de propósito bem definidos, pode ser considerado pouco norte-americano somente por ter ido mais longe do que Fenimore Cooper, distanciando-se das circunstâncias que condicionavam a sua criação literária e refugiando-se no reino da imaginação, em que todos os artistas são relacionados uns com os outros (SPYLER, 1967, p. 70).

As camadas em que penetramos nos levaram a enxergar um poeta que não se encerrou em aspectos estritamente psicologizante que subordinassem sua obra a tópicos relativos a uma vida desregrada e leviana. De maneira que nos preocupamos em ouvir outras vozes presentes em seus contos fantásticos, e assim, ampliamos nosso espectro interpretativo para que essas múltiplas vozes não cantassem em uníssono, mas que falassem das curvas, das sinuosidades e seus meandros. Permitindo-nos, portanto, concordar com a afirmação de Luiz Costa Lima quando afirma que, “a mimesis artística não é *imitatio*, mas uma *correspondência confrontativa* com os valores da sociedade que a engendrou, e que, portanto, é inapropriado tomá-la como um “retrato” de algo pré-existente” (LIMA, 2006, p. 216).

⁸⁸ “Poe’s “disturbed soul”, responsible in these accounts for his alienation from a mainstream literary and “social world”, remains a powerful explanatory device in modern assessments of his professional life and works”.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKIMIN, Martha. **Ficções**: entre o prelúdio de um engano e a construção de modelos de realidades. In VERSIANI, Daniela Beccacia e OLINTO, Heindrun Krieger (Orgs). *Cenários construtivistas: temas e problemas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

BAILYN, Bernard. *The New England Merchants in the Seventeenth Century*. Harvard University Press, 1955.

_____. “Duas Revoluções”. In: DARNTON; DUHAMEL, et al. **Democracia**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001, 22-40.

BAUDELAIRE, Charles Pierre. **Ensaio sobre Edgar Allan Poe**. (Trad. Lúcia Santana Martins). São Paulo: Ícone editora, 2003.

BELLIN, Greicy. “Pequena conversa com uma múmia”: a faceta humorística de Edgar Allan Poe. **Rev. Letra**, Curitiba, n. 82. p. 179-192, 2010.

BURSTEIN, Andrew. **The Passion of Andrew Jackson**. New York: Alfred A. Knopf, 2003.

CHKLOVSKI, Victor. *A arte como procedimento*. In: TOLEDO, Dionísio de (org.). **Teoria da literatura: formalistas russos**. Porto Alegre: Globo, 1973.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 77, p. 73-89, 2007.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ELIAS, Norbert. Ensaio teórico sobre as relações *estabelecidos-outsiders*. In: **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 2000.

FERNANDES & MORAES. *Os EUA no Século XIX*. In: KARNAL, Leandro (org). **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2013.

FISHER, Benjamin F. *Poe and the Gothic Tradition*. In: HAYES, Kevin J. **The Cambridge Companion to Edgar Allan Poe**. Cambridge University Press. 2002.

GALLAGHER, Catherine. *Ficção*. In: MORETTI, Franco (org.) **A cultura do romance**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

GREENE, Jack P. and POLE, J.R. **A companion to the American Revolution**. Oxford, UK: Blackwell Publishers Inc, 2000.



GRABO, Norman S. *The Culture effects of the Revolution*. In: GREENE, Jack P. and POLE, J.R. **A companion to the American Revolution**. Oxford, UK: Blackwell Publishers Inc, 2000, 22-45.

JAUSS, Hans Robert. *O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, aisthesis e katharsis*. In: **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Hans Robert Jauss. et al. trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KARNAL, Leandro (org). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2013.

LACAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In: PALTÍ, Elias José. **Giro linguístico e história intelectual**. Buenos Aires: Universidade Nacional, 1983.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NICHOLAS, Canny. *Writing Atlantic History; or, Reconfiguring the History of Colonial British America*. **Journal of American History**, 1999, p. 1093-1114.

SILVA, Ana Maria Zanonida. **Humor e sátira: a outra face de Edgar Allan Poe**. 2007. 178 f. Tese (doutorado). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2007.

SPILLER, Robert E. **O ciclo da literatura norte-americana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1967.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TOMC, Sandra M. *Poe and his circle*. In: HAYES, Kevin J. **The Cambridge Companion to Edgar Allan Poe**. Cambridge: University Press, 2002, s/p.



A autoficção como luto: a contranarrativa da AIDS em Hervé Guibert (1990).

Guilherme da Silva Cardoso⁸⁹

Recebido em: 31/03/2019

Aceito em: 15/04/2019

RESUMO

A partir das obras finais do escritor francês Hervé Guibert (1990), este trabalho objetiva estabelecer a *autoficção* enquanto uma contranarrativa de uma experiência-limite, no caso, a epidemia de aids que se inicia na década de 1980. A compreendendo para além de suas possibilidades enquanto gênero literário, mas também como uma *prática* autoficcional, a elaboração desse trauma socialmente marginalizado esbarra nas limitações das escritas (auto)biográficas, e assim, pela subversão dos valores referentes à esse modelo, a autoficção manifesta-se como uma escrita estratégica que visa atravessar tais barreiras. Frente a uma experiência com tamanho poder de (des)subjetivação, possuindo temporalidades que lhe são próprias, pontuo uma aproximação com a consolidada literatura de testemunho, cujas releituras do impacto da *Shoah* ajudam a pensar a dificuldade da narração do trauma da aids e do luto irrealizado. O livro *Para o amigo que não me salvou a vida* (1990), assim, pode ser pensado como a produção de uma contranarrativa da morte decorrente por aids de Muzil, personagem associado ao filósofo Michel Foucault, colidindo com uma construção biográfica oficial baseada nos silêncios e não-ditos que encobriram a enfermidade em suas décadas iniciais, oferecendo, em resposta, a narração de uma subjetividade contemporânea e produzida historicamente.

Palavras-chave: AIDS. Autoficção. Contranarrativa.

Autofiction as a griev: the counternarrative of AIDS in Hervé Guibert (1990)

ABSTRACT

Based on the final works of the french writer Hervé Guibert (1990), this paper aims to establish the *autofiction* as a counter-narrative of a limit-experience, in this case, the AIDS epidemic that began in the 1980s. Understanding the possibilities as a literary genre, but also as a self-made *practice*, the elaboration of this socially marginalized trauma runs counter to the limitations of (auto) biographical writings, and thus, by subversion of the values referring to this model, autofiction manifests itself as a strategic writing that aims to cross such barriers. Faced with an experience with such a power of (dis) subjectivation, possessing temporalities that are peculiar to it, I point out an approximation with the consolidated literature of testimony, whose re-readings of the impact of the *Shoah* helps to think the difficulty of narration of the AIDS trauma and mourning unrealized. The book *To the friend who did not save my life* (1990), thus, can be a production of a counter-narrative of death due to the AIDS of Muzil, a character associated with the philosopher Michel Foucault, colliding with an official biographical construction based

⁸⁹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de Teoria e Historiografia, orientado pelo Prof. Dr. Fernando Nicolazzi. Licenciado em História pela mesma universidade. Bolsista CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1098170710384492> E-mail: guilherme.sscardoso@gmail.com



on the silences and unsaid stories that covered up the illness in its initial decades, offering, in response, the narration of a contemporary and historically produced subjectivity.

Keywords: AIDS. Autofiction. Conter-narrative.

1 ALÉM DE SÍSIFO E NARCISO: O “JOVEM ESCRITOR” E A AUTOFIÇÃO

Em uma entrevista à época do lançamento de *História da sexualidade I: A vontade de saber* (1977), Michel Foucault percebeu o que chamou de um “movimento”, caminhando contra os inúmeros discursos que reivindicavam “mais verdade no sexo”, existentes “há séculos”. Um movimento que ao fabricar outras formas de relações, amores e intensidades, estaria produzindo um sussurro “anti-sexo”, e sacudindo a rede secular que transforma o sexo em um segredo universal. Questionado se existiriam sinais para esse diagnóstico, responde: “Um jovem escritor, Hervé Guibert, tinha escrito contos para crianças: nenhum editor aceitou.

Ele escreve então outro texto, por sinal surpreendente e de aparência muito “*sexo*”. Esta era a condição para se fazer ouvir e ser editado.” Ele continua: “Hervé começa logo com o pior e o extremo - ‘*Vocês querem que se fale dele, muito bem, em frente: vocês ouvirão o que nunca ouviram*’ - e com o infame material ele constrói corpos, miragens, castelos, fusões, ternuras” (FOUCAULT, 2017, p. 349-352).

Apesar do evidente reconhecimento, essa declaração de Foucault foi uma das poucas manifestações públicas sobre o “jovem escritor”, com o qual compartilhou anos de intensa amizade, até 1984, com a morte do filósofo. Ao mesmo tempo, se ele poucas vezes mencionou Guibert publicamente, parte do êxito que o escritor teve em sua carreira deve-se justamente a escrever sobre seu influente amigo – porém, fazendo uso dos recursos de uma determinada modalidade de ficção, dissimulando personagens em sua narrativa, e intencionalmente confundindo espaços e temporalidades.

O escritor, nascido em 1955, tornou-se assim, um dos principais nomes da intelectualidade francesa dedicada a falar e escrever sobre a epidemia de HIV/aids⁹⁰, tema recorrente na produção literária ocidental nas duas primeiras décadas da epidemia. Ciente de

⁹⁰ Utilizaremos a grafia da enfermidade em letras minúsculas, devido à sua absorção pela língua portuguesa como verbete inspirado na sigla inglesa (AIDS), reconhecido pelo Dicionário Houaiss e pela Academia Brasileira de Letras após a reforma ortográfica de 2009. A utilização da palavra nessa grafia é, também, demanda de setores ativistas, tendo assim um uso político visando diminuir o alarmismo da sigla em letras maiúsculas. Será preservada, porém, a grafia utilizada pelos autores citados.



sua soropositividade desde 1988, faleceu três anos depois, decorrente de uma tentativa de suicídio, já com a saúde fragilizada.

Também fotógrafo e jornalista, Guibert publicou seu primeiro livro no mesmo ano que *A vontade de saber* fora lançado, e sua produção faz parte dos desdobramentos da literatura contemporânea, evidenciando as transformações e provocações que emergem a partir de maio de 1968.

Assim, seu projeto literário é marcado por dois fatores: a intertextualidade delineada com outros campos, como a fotografia, o cinema e as ciências humanas; e através das inúmeras maneiras de inscrever a si mesmo no texto, em uma cáustica interpretação da realidade. Produzindo uma escrita que se apropria do íntimo de experiências pessoais suas e de terceiros, as reelaborando ficcionalmente, demonstrou os limites tanto do chamado “Novo romance” como dos “biografismos”⁹¹, naquele momento tão em voga na França.

Nas brechas dessa produção, incluiu os temas de sua preferência: a relação sexualidade/morte, as vivências e margens do círculo intelectual, e principalmente, a escrita do corpo - temas que levaram Hervé Guibert a ser lembrado pelo crítico literário Edmund White como “Marquês de Sade em jeans” (BESSA, 2002, p. 152).

Na intertextualidade que o estabelece como sujeito e objeto de sua ficção, mas também reagindo a um meio ansioso em estabelecer fronteiras, um de seus biógrafos concebe um “novo gênero literário” (BOULÉ, 1999, p. 3), a *tanatografia existencial*, efeito da dificuldade de situá-lo em alguma escola⁹².

Sendo mais um representante das diversas escritas de si, por outro lado, a sua ficcionalização do “fato bruto” aliada à corrosiva honestidade sobre um contexto tão cruel como a epidemia da HIV/aids, projeta outras maneiras de escrever sobre a enfermidade e também, de vivenciá-la:

Tive aids por três meses. Mais exatamente, acreditei por três meses estar condenado por essa doença mortal. (...) Mas, ao fim de três meses, uma chance extraordinária me fez acreditar, e me deu quase a certeza, de que poderia escapar dessa doença que todo o mundo ainda dava por incurável. (...) não confessei a ninguém, salvo aqueles poucos amigos, que eu iria escapar, e que seria, por essa chance extraordinária, um dos primeiros sobreviventes no mundo desta doença inexorável. (...) Isso se vê nos olhos? A preocupação não é tanto manter um olhar humano, mas em adquirir um olhar

⁹¹“narrativas que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual a partir de diversos enfoques (autobiografias, memórias, testemunhos), da literatura escolar e das biografias propriamente ditas”. Cf.: AURELL, 2014.

⁹² Traduções minhas.



humano demais, como dos prisioneiros de *Noite e neblina*, o documentário sobre o campo de concentração (GUIBERT, 1990, p. 9)⁹³.

Em 1990, o escritor lançou seu livro mais conhecido, *Para o amigo que não me salvou a vida* (*À l'ami qui ne m'a pas sauvé la vie*), obra concebida como “autobiográfica”, na qual narra não somente sua dramática experiência com a aids, mas também a de seus amigos, entre eles, o próprio Michel Foucault, falecido em decorrência da enfermidade, ficcionalizado como o personagem “Muzil”. Junto de suas obras seguintes, *Protocolo da compaixão*, e os póstumos *O homem do chapéu vermelho* e *Cytomegalovirus*, Guibert produz uma série de narrativas sobre o processo do adoecimento, que chamaram mais atenção pelas polêmicas envolvidas do que pela sua reconhecida habilidade de escrita, irrompendo em meio às narrativas melodramáticas e “folhetinescas” sobre a enfermidade, que tratavam toda aquela questão pelo viés da penalização.

Não existem “segredos” ou pudores nas exposições do narrador Hervé, bem como nas de seus próximos, em geral, pessoas conhecidas, em trânsito nos círculos da academia, jornalismo, cinema, e claro, literatura⁹⁴. Publicado logo após a biografia de Foucault por Didier Eribon (1990), o relato do narrador sobre Muzil roubou a cena e, inclusive, o próprio “pacto de veracidade” da biografia oficial, sendo assim recebido sob aparência de um “segredo revelado”.

Na trama, o narrador confessa seus sentimentos com a morte do amigo, um importante intelectual, antes de também descobrir-se portador de HIV. O *amigo* do título, o personagem “Bill”, trata-se de um financiador como tantos do contexto, que se lança nas empreitadas farmacológicas de pesquisas nebulosas em busca de uma vacina ou medicamento contra a aids, fazendo o narrador acreditar que participaria dos testes de um remédio em fase de produção. Após a esperança de cura ser destruída, escreve, como veremos, uma *contranarrativa* dos eventos. A linguagem e o detalhamento causaram polêmicas, especialmente no que tange à sexualidade dos personagens envolvidos, especialmente Muzil – porém, foram também seu êxito e um dos impulsos das críticas positivas.

A já mencionada corrosiva honestidade de *Para o amigo...* despertou reações de inúmeros espectros justamente pelo caráter biográfico, algo de “desvelado”, mesmo que produzido nas ferramentas do romance e da ficção.

⁹³ Traduções minhas.

⁹⁴ Dentre outros personagens ficcionalizados, estão o companheiro de Foucault, Daniel Defert (Stéphane), a atriz francesa Isabelle Adjani (Marine), na época, grande amiga de Guibert, e também o ator Thierry Jouno (Jules), companheiro do escritor.



Contudo, não existe a busca de um sentido propriamente dito, tampouco o ímpeto de uma trama linear e exemplar, moldes de narrativas autobiográficas que, em maior ou menor nível, ao longo das décadas buscaram refletir e reconstituir uma imagem completa e autocentrada, conferindo unidade e propósito ao indivíduo, lhe traduzindo em uma narrativa - do Emile de Rousseau a Michel Onfray e Rita Lee.

A intenção dessa pesquisa é refletir sobre o contexto da experiência-limite da aids, um acontecimento contemporâneo, bem como o modo como essas vivências integram-se na elaboração do trauma em suas narrativas, mapeando subjetividades que não encontram identificação em convencionais narrativas de si. A imagem “completa” e linear da biografia clássica e seu indivíduo moderno, corresponde a outras subjetividades, diferentes das contemporâneas de Hervé Guibert.

O choque da epidemia iniciada em 1981, com sua fantasmagórica e silenciosa aura de paranoia e punição a diversos grupos, deu-se não somente pelo aspecto fulminante e violento do processo de adoecimento, no testemunho diário das mortes, mas também, pensando no caráter *abjeto*⁹⁵ daquelas vidas, na ausência do reconhecimento social das perdas, e na impossibilidade do luto - etapas fundamentais em uma possível elaboração e superação do trauma.

Da mesma forma que Adorno refletiu sobre a impossibilidade de escrever poemas depois de Auschwitz (ADORNO, 1973, p. 362), poderia a autobiografia, com seus moldes de interpretação, narrar e mensurar a realidade da experiência-limite da epidemia naquele contexto, contemplando seu potencial (des)subjetivante? Por isso, é determinante o que Márcio Seligmann-Silva (2000, p. 85) aponta: “a representação extremamente realista é possível: a questão é saber se ela é desejável e com que voz ela deve se dar”.

Por isso, entendemos a escrita de Guibert no espectro da *autoficção*, concebida aqui como gênero literário e também como prática, no sentido de dar conta da escrita desse sujeito depois da revisão de sua base racional iluminista. Elaborado inicialmente pelo crítico e escritor francês Serge Doubrovsky com o romance *Fils* (1977), o termo inicialmente visava ocupar, literalmente, a lacuna nos pactos autobiográficos do teórico Phillipe Lejeune, propostos anteriormente. Trata-se de um gênero/prática que para além de um “borramento” entre as fronteiras do fictício e do biográfico, tem sua base e projeção justamente nesses espaços.

⁹⁵ Cf. BUTLER, Judith. *Corpos que pesam*: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.



Indissociável das concepções da psicanálise sobre as subjetividades, Doubrovsky (1980, p. 87) estabeleceu a autoficção como “a ficção que eu decidi, como escritor, dar a mim mesmo e de mim mesmo, incorporando, no sentido pleno do termo, a experiência de análise, *não somente na temática, mas também na produção do texto*” – porém, como bem lembra o teórico ao pontuar que pode ter inventado o conceito, mas não a *prática*. Enquanto um modo de ascese, as *ficções de si* tiveram grande papel na história da escrita⁹⁶, correspondendo a seus respectivos regimes de historicidade e de verdade ao longo do tempo. Mas a autocrítica, autocriação e o questionamento que busca a autoficção em seu gesto de rejeição ao essencialismo, refere-se a um tempo mais contemporâneo, assim como a outros sujeitos.

A professora Diana Klinger (2012) percebe a autoficção como um dos fenômenos contemporâneos da literatura ocidental, em formas narrativas que devem considerar não somente como lemos o conteúdo das páginas, mas também, a vida daquele/a que escreve: quem é esse/a autor/a cuja obra se consome em paralelo de suas experiências numa sociedade com tamanho potencial de circulação de informação?

É produzida uma nova perspectiva de identificação com o *outro*, a partir da autoexposição do/a autor/a: essa figura, no entanto, não se trata da imagem “sacralizada” do autor, tal como sustentada pelos projetos tradicionais, pois nessas novas narrativas ocorre um “deslocamento”, especialmente no que tange ao *questionamento* da identidade (grifo nosso) (KLINGER, 2012, p. 48).

Em meio à profusão de produções a partir da década de 1990 que se identificam como autoficção, bem como nas tantas definições sobre como se dividem, pouco fica do “auto” nas extensões do termo - mas seria equivocado lhe estabelecer como um “fenômeno da moda”, ou reduzi-lo ao “discurso ficcional” como pontuam alguns teóricos⁹⁷. Cada *narrativa de si* posiciona-se de diferentes maneiras na exaltação de si mesmo, na autoindagação, na restauração da memória coletiva: assim, pensamos a autoficção correspondendo a subjetividades que se performam e operam tanto dentro do texto ficcional quanto fora dele, na “vida mesma” (KLINGER, 2012). Em diálogo com a filósofa Judith Butler, Klinger estabelece a autoficção a partir da noção de *performance*, na “encenação das situações autobiográficas”, que exhibe um

⁹⁶ Cf. FOUCAULT, M. A escrita de si. In: **Ditos e escritos: Ética, sexualidade, política**. v. 5, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

⁹⁷ Cf. LACARME, J. *Autoficção: um mau gênero?*; GASPARINI, P. *Autoficção é o nome de quê?* In: NORONHA, J (org.) **Ensaaios sobre a autoficção**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, p. 189-240.



sujeito performado, um *processo em construção* na exposição radical de si mesmo, mais baseado na experiência da vivência (*Erlebnis*) do que na *Erfahrung* do autor/personagem. Portanto, é correto afirmar que na autoficção, aquilo que refere-se ao autobiográfico não deve ser observado pela “adequação aos fatos”, mas sob a “ilusão da presença, do acesso ao lugar de emanção da voz”, como estabelece Klinger referenciando a professora argentina Leonor Arfuch (2010) (KLINGER, 2012, p. 50).

Trata-se de uma narrativa entre os signos de Sísifo e Narciso (MARTINS, 2014): permanece o impulso da autocontemplação e o *contar-se* individual, inclusive, incrementado com as formas de (auto) comunicação do tempo presente. Porém, não se trata de uma “autocontemplação passiva”, mas de uma depuração e elaboração da própria sina, permeada pela infeliz condição de uma busca permanente pelo sentido, pelos fins, tal e qual Sísifo e sua pedra.

Essa adequada metáfora não seria possível sem o individualismo burguês, esse espaço da subjetividade moderna, que permanece na autoficção, “invenção” contemporânea em diálogo com o narcisismo da sociedade midiática (KLINGER, 2012, p. 40), ao mesmo tempo que lhe produz uma reflexão crítica sobre esse fenômeno.

O mito de Sísifo, como demonstra Martins em sua tese (2014) marca a autoficção pela conflitante relação com o ato criativo, bem como o produto de sua escrita que verte de sua experiência pessoal, o que no caso de Guibert, adquire traços ainda mais sensíveis pelo adoecimento em si, mas também pelo seu contingente controverso.

Para além de “uma literatura do tempo presente”, envolvida pelas questões éticas e tecnológicas do nosso tempo, ou mesmo uma “variante pós-moderna” da autobiografia, a autoficção tem com esse gênero em comum as ambiguidades de seus pactos de leitura, porém despertando diferentes anseios em relação ao autor e a latência de sua verdade. Concebo tais gêneros a partir dos “horizontes de expectativa” que geram – expressão cara à historiografia, mas também na reflexão de Arfuch (2010).

Portanto, a intenção do/a autor/a da autoficção é determinante para sua compreensão enquanto gênero/prática, visando não necessariamente uma “confusão” no que aconteceu, mas uma escrita sobre o que *poderia* ter acontecido. Essa atribuição, própria da ficção e por muito tempo, mal encarada na historiografia afastando o subjetivo da reflexão, não nega a existência da subjetividade na modernidade ou idade média, como demonstra o trabalho essencial de Costa Lima (2007).



Para o professor, é a introdução do “eu referencial” que impulsiona a ficção do mundo experimentado (enquanto um mundo possível), a tornando múltipla, e portanto, incoerente ao pensamento moderno racionalizado, especialmente após Descartes e os *Discursos sobre o método* (1637): “a verdade é relativizada; e se o *eu* é enganador, aquela se torna incerta” (LIMA, 2007, p. 38).

É esse *eu* referencial que separa autobiografia e ficção, pois se na primeira, a escrita é o suporte, na segunda é a fonte de experiências que tenta narrar, sendo o núcleo da expectativa da obra. Assim, quando Costa Lima pontua que o limite do ficcionista não é a verdade, mas suas possibilidades, partindo daquilo que preenche o imaginário que constitui seu trabalho (LIMA, 2007), podemos relacionar à relevância do processo da escrita conforme Doubrovsky, ao “incorporar a experiência da análise” em sua produção – uma verdade em processo e condicionante, não necessariamente em favor da razão, mas sim, a desacreditando enquanto valor totalizante e intemporal.

Nesse sentido, apresenta-se o sujeito do conhecimento (especialmente histórico) que na modernidade mantém o privilégio do empírico e verificável, levando esses atributos às escritas de si. Por outro lado, sob o signo do ficcional e da psicanálise lacaniana, apresenta-se um “sujeito fraturado”, nas palavras de Costa Lima (2007), sem posição a priori definida, sendo “variável e raramente harmônico”, ao invés do exemplar, “central e solar” (LIMA, 199, p. 23), cujo ato de criação é sempre uma confirmação.

O acesso à imaginação proposto pela ficção (enquanto oposto ao discurso (auto)biográfico) é o gesto a ser *controlado* nos movimentos da subjetividade, pois é a imaginação que permite ao “eu” irrealizar-se como sujeito passível de ser narrado, realizando uma proposta de sentido (LIMA, 2007, 452).

Tais transformações foram essenciais na concepção e sucesso do modelo da razão ocidental, e como vimos, na autoficção existe um processo que não existe em único sentido, mas de diversos – assim como as “fraturas” do sujeito de Costa Lima (2007) tratam de *uma* posição do sujeito.

Tal concepção não exclui, evidentemente, a realidade material e histórica, mas sim, a exigência da documentalidade (LIMA, 2007) que dita as empreitadas biográficas, e também a historiografia, como se o imaginário ainda não fornecesse informação o suficiente sobre o passado.



Portanto, sendo o imaginário e a *vivência* privilegiados no questionamento da razão e do empírico enquanto principais condicionantes para essas subjetividades, existe em paralelo esse momento de incerteza do projeto biográfico “canônico”, de crise de representação – aquela vida exemplar torna-se mais uma de muitas vidas, “divergentes e sobrepostas” (ARFUCH, 2010, p. 41). *Uma* entre muitas histórias e que instigam não o ímpeto à veracidade, mas ao “efeito de real”, efeito esse tanto de “resultado” como “sensação”.

Recusando a essencialidade e afirmando sua incompletude (suas “fraturas”), abre-se um espaço para identificações múltiplas, bem como de novas tensões com a alteridade, segundo a análise de Leonor Arfuch. Percebendo a subjetividade como (auto)criação, a dimensão narrativa torna-se parte constituinte mais do que um simples “devir dos relatos”, mas uma “*necessidade* de subjetivação e identificação, uma busca consequente daquilo outro que permita articular, ainda que temporariamente, uma imagem de auto-reconhecimento” (*Idem*, p. 41) (grifo meu).

Por isso, a escolha do gênero/prática autoficcional para pensar a escrita como uma elaboração de si no trauma, na catástrofe: frente a uma experiência-limite com tamanho potencial de (des)subjetivação, como escrever quem se pensa ser? As práticas autobiográficas, que correspondem a outras experiências e subjetividades, podem descrever o luto irrealizado?

Em Hervé Guibert, a orientação pela escrita autoficcional a fim de narrar essa experiência segue a vasta quantidade de enunciados da “epidemia discursiva”⁹⁸ que envolve a aids e pessoas soropositivas naquele momento. Além disso, sua emergência é um estímulo à reflexão sobre os gêneros literários, seus códigos, e, especialmente, sobre os *limites* da literatura.

Se a *ficção de si* é prática recorrente no processo mimético desde a antiguidade, conforme algumas análises⁹⁹, a experiência-limite da aids deve ser narrada considerando a espiral metafórica que a uma experiência tão traumática, em indivíduos que habitam tempos bem diferentes do que os de Luciano de Samósata.

À medida que integram o movimento de questionamento dos princípios da unicidade e linearidade racional, a potência dessa espiral metafórica, sua carga de violência, também faz com que se abandonem as noções de uma enfermidade individual, marcando gerações de homens gays como um todo, entre outros “grupos de risco”, uma fria conceituação à luz da

⁹⁸ Cf. BESSA, M. S. **Histórias positivas**: a literatura (des)construindo a aids. Rio de Janeiro: Record, 1997.

⁹⁹ Jacques Lecarme (2014) e Vincent Colonna (2004), por exemplo. Percebe-se, nessa afirmação, a *mimesis* enquanto uma *experiência histórica*, conforme a pesquisa de Luiz Costa Lima (Cf. 2007, p.80-81).



discriminação que cindiu a sociedade entre “saudáveis” e “doentes”, esses, por sua vez, caracterizados entre “inocentes” e “culpados”, na infame “fábula dos 4H”¹⁰⁰.

Assim, nesse contexto condenatório que se estende, concebemos a escrita de si como uma possibilidade (junto com a fotografia e artes plásticas, por exemplo) de *outras* imagens para além da aids regida pelos discursos hegemônicos e essencializantes, outros reconhecimentos, projetando-se para além das cercas da “condenação em comum” naquele fenômeno sem julgamento. Falar da própria doença, segundo a historiadora Eliza Vianna (2014, p. 34), não é somente “produzir uma confissão pública, saciando uma curiosidade midiática”: sendo um escritor, *escrever* essa vivência parece ser a única saída possível, incorporando tal informação na vida.

Certamente, pela condição narcísica dessas novas formas de narrar o vivido, elevam-se vaidades no incontornável caráter confessional dessa literatura, porém, para o narrador Hervé, escrever é não somente questionar as barreiras que controlam a ficção, mas ter algum *domínio* sobre sua própria doença:

Eu senti então, era inédito, uma espécie de visão, vertigem, que me dava plenos poderes, que me delegava essas transcrições ignóbeis e as legitimava ao me anunciar, então era isso que chamam de premonição, um pressentimento poderoso, que eu estava plenamente autorizado pois não era tanto a agonia do meu amigo que eu estava descrevendo, mas a agonia que me esperava e seria idêntica, de agora em diante uma certeza que, além da amizade, estávamos ligados por um destino tanatológico comum (GUIBERT, 1990, p. 106-107).

A importância de reivindicar esse domínio na narrativa advém de uma forte noção da literatura enquanto uma *prática* que tem, portanto, alguma eficácia culturalmente (LINK, 2002, p. 103), afetando nossa maneira de se imaginar, e se experienciar. Vianna percebe no texto de Guibert um “processo de empoderamento na elaboração do próprio morrer” (VIANA, 2014, p. 96), apropriando-se das estruturas que mantêm a morte sob tutela, nessa tentativa de domínio pelo texto.

Nesse sentido, no que se refere às escritas de si enquanto “artes da existência”, Foucault (2014, p. 16) percebe que retomam certa autonomia individual perdida no tempo, fazendo a

¹⁰⁰ Como aponta Cardoso (2018, p. 232), um mito tecido pelos “equivocos” (sic) da epidemiologia, reunindo nessa adjetivação aqueles “exclusivamente” propensos à infecção: homossexuais, usuários de heroína, hemofílicos e haitianos. Sobre cada grupo incide-se universos metafóricos inteiros, que se isolam, se entrelaçam, se colidem. Cf. CARDOSO, Guilherme da Silva. *Pela noite dos dragões*: Caio Fernando Abreu e a escrita do tempo na experiência da aids. **Temporalidades**, Belo Horizonte: Edição 27, v. 10, n. 1, mai/ago, 2018.



vida portadora de determinados valores estéticos – um dos pressupostos de Guibert em seu projeto, especialmente enquanto testemunha a epidemia.

Esse domínio pela escrita deve ser entendido não somente como um gesto do autoficcional, mas como uma estratégia para falar da aids, implicando o indivíduo a encarar um contexto envolto pela solidão e a morte (NASCIMENTO, 2007). Trata-se de uma escrita que, relembrando Certeau (2011, p. 42), ao falar da morte, também a nega e a desafia, e mesmo evidentemente não “ressuscitando” ninguém, a história, assim como a literatura, abre um espaço de troca entre os vivos.

Dessa maneira, diante do “excesso de realidade” da experiência traumática, a escrita transforma-se numa estratégia visando superação, realizando um gesto de aproximação com as literaturas de testemunho, onde se pretende uma libertação da cena traumática, a partir de um mergulho na linguagem – essa *vigia da angústia* (CERTEAU, 2011, p. 42).

Defendo a obra de Guibert como a escrita de um generalizado e dramático processo de adoecimento de um grupo, escapando da figura essencializada do doente, o sujeito “aidético” (*sic passim*). Assim como contar um passado é um movimento de subjetivação que também afirma a identidade de um grupo, *lembrar* é uma maneira de transformar a vivência em experiência, e se possível, também em uma forma de despedida, permitindo um trabalho de luto (RAGO, 2018, p. 2014).

Visto enquanto uma necessidade psicológica nas pesquisas que seguiram o caminho de Freud (CANDIDO, 2011, p. 6), o enlutamento constitui-se por etapas que, no contexto da soropositividade nas décadas de 1980-90, foram impedidas pela imposição dos diversos não-ditos sociais, somado à falta de reconhecimento daquelas vidas, num movimento centrípeto de silenciamento, devolvido ao narrador quando reflete sobre o segredo de sua doença: “(...) a confissão tem algo de atroz: dizer que alguém estava doente apenas creditava a doença, tornando-se real com todas as forças destrutivas do crédito que lhe é dado. Além disso, foi o primeiro passo na separação que deveria conduzir ao luto” (GUIBERT, 1990, p. 175).

Da mesma forma, manter sempre a morte de Muzil na lembrança é um ato de lembrar e falar de alguém, de sua morte silenciada e coberta de significados que escapam à materialidade biológica da enfermidade, perpetuando o não-dito e o “velamento”, produzindo uma imagem do falecido que, por fim, lança-se como oficial.

Apesar da leitura voraz e sensacionalista que quase esvaziou de significado as obras de Guibert, não é lembrado que o tom dedicado aos personagens associados a Michel Foucault ao



longo de sua carreira literária é sempre pautado não apenas pela profunda admiração e no lamento de sua ausência.

Essa confissão que o narrador cita é a materialização daquela condição: falar (confessar) que está enfermo quebra o doloroso silêncio, ao passo que é também a “entrega” do corpo, literalmente, às instâncias que regulavam, hegemonicamente, os discursos sobre a aids.

Apesar de provocar essa impressão do falar enquanto ato que torna a enfermidade *real*, entre o conflito interior e a incoerência do raciocínio, é a confissão que movimenta aquilo que nos é desconhecido na simbolização de seus níveis e ruídos, conforme a reflexão de Certeau (2011, p. 339) sobre Freud. Essa “separação” que conduz ao luto, imaginada pelo narrador Hervé, é de fato narrável?

Por isso, reitero a interrogação de Seligmann-Silva mencionada anteriormente: a representação realista evidentemente é possível, mas questão é: será ela *desejável*? Para refletirmos adequadamente, devemos antes tentar compreender a espiral metafórica da enfermidade, que se inscreve em um tempo marcado por diversas assincronias entre o *cronos* e o *kairós*, reconfigurando a espessura e a sensibilidade do tempo.

2 UMA EXPERIÊNCIA “PROBLEMÁTICA”

Para a França, no mesmo contexto de Guibert, o estudo de Michael Pollak, (1989) *Os Homossexuais e a aids: sociologia de uma epidemia* (Les Homosexuels et la sida) significou um urgente mapeamento da aids, dedicando-se não somente aos homens soropositivos, mas também em uma tentativa de cartografia da homossexualidade masculina no final dos anos 1980. Compreende-se um grupo social, como bem lembra em outro texto, evitado nas “memórias enquadradas” do pós-guerra, silenciados na historiografia justamente pela naturalização de sua opressão (POLLAK, 1989, p. 11).

Uma extensa pesquisa que, entre 1985 e 1987, debruçou-se sobre mais de 3.500 respostas colhidas através da revista gay *Gai Pied Hebdo*, somando-se a trezentos relatos de outros homossexuais, levando em conta os recortes que condicionam a aquisição da revista.

A investigação conduz, na segunda parte, a uma análise dos discursos públicos, destacando a trajetória das tensões entre os campos da imprensa, medicina e política “para chegar à configuração presente das relações entre esses campos distintos e as tomadas de posição e medidas de saúde pública delas decorrentes” (POLLAK, 1990, p. 117).



No que foi reunido por Pollak, os relatos transformam-se em pequenas autobiografias onde se cruzam o medo, o estigma, a desinformação, mas sobretudo a névoa do não-dito que esconde a questão, e a solidão - sentimento movido tanto pela falta de reconhecimento social como pela dimensão do trauma.

Mais do que letal, a atmosfera de paranoia e terror configurou a aids como uma doença *desumanizadora*, como demonstra Ricardo Alves (2015) em sua dissertação sobre as múltiplas nuances das tanatografias (narrativas sobre o morrer) da enfermidade no universo da fotografia. Através do tempo e da luta dos setores ativistas, felizmente a relação com a enfermidade mudou, não apenas com o desenvolvimento dos antirretrovirais, mas também por voltar-se à prevenção, educação, saúde coletiva, em suma, uma maior atenção (por pouco que ainda seja) aos direitos humanos, visando prevenção, bem estar e acessibilidade de tratamento.

Não há modo de compreender a “desmistificação” da aids/HIV sem considerar a mudança de paradigmas por uma saúde coletiva de qualidade, que no Brasil, encontra-se em sério risco com o governo de ultradireita de Jair Bolsonaro, acompanhado de um legislativo também conservador.

Assim, na expressão de Nascimento (2005, p. 163), a experiência que é o adoecer torna-se “problemática” não pelo componente subjetivo de uma trajetória só individual, mas por ser também social, em processos de definição construídos intersubjetivamente, produzindo enunciados e imagens que se apresentam como uma síntese de diferentes percepções e abordagens, em tensões e disputas entre público/privado serão correntes em toda a história da enfermidade.

Tais enunciados constituíram o sujeito “aidético”, essa composição pejorativa que surge baseada pela “interpretação” não apenas de seu *modus vivendi*, mas de seu corpo e de seu rosto. Inspirado pela reflexão de Foucault sobre o sujeito homossexual, Marcelo Bessa (1997, p. 109) aponta que essa nova personagem, o “aidético”, também tem um passado, uma história, uma psicologia e, ainda, uma face e um corpo definidos.

Estabelecidas as relações de poder nessa interdição primária que é a morte, e por conseguinte, desenvolvendo-se meios de controle social tornando a sobrevivência um *valor*, a “moderna cultura da morte” readaptou o espaço urbano concedido a seus mortos: Thanatos deslocou-se das guerras, fome e antigas pestes, para o horror à putrefação e decomposição dos corpos (MARCELINO, 2016), voltou-se tanto para o oculto, como para as “novas” enfermidades, mais pelo seus contingentes metafóricos do que virais.



Esse “não-ser por excelência” e instigador de tantos mistérios que é o fenômeno da morte, encontra uma cena perfeita no imaginário sobre a aids e o corpo enfermo, que convertem-se em desafios ao valor que é *viver*, na suposta decomposição desse corpo que ocorre ainda em vida.

O indivíduo “aidético” representaria então um paradoxo: por um lado, é alguém que se encaminha para uma lenta e degradante morte, mas está vivo, mesmo que lhe contradigam em enunciados sobre seu corpo e sua sexualidade. Por outro, sua morte civil já foi decretada anteriormente, seja na exclusão a partir do horror ao corpo desse *outro* “não-saudável” ou pela retirada de sua complexidade e de sua agência (*Handeln*), isso é, a base da capacidade de decisão sobre seu próprio futuro (GUMBRECHT, 2015).

Em outra característica das metáforas da peste, as origens encontram-se no “não-nós”, que conecta o imaginário da doença e o do estrangeiro, implicando em um julgamento psicológico que a distingue de outras doenças, que carregam consigo outras linhas, um “outro *outro*”, como o câncer, a tuberculose, a lepra, a varíola, e mais recentemente, o ebola e o zika vírus com suas narrativas mais alarmistas do que informativas sobre a África subsaariana e a América Latina.

Seguindo sua fundamental reflexão, Susan Sontag (2007, p. 115) aponta, ainda, o medo que emerge e impõe a aids como uma experiência de “puro presente”, alterando as noções criadoras do futuro, em uma relação com o passado que não pode ser ignorada: “é toda uma cadeia, uma cadeia de transmissão, vinda do passado”, que, como ela escreve, soma-se às visões de futuro catastrófico que envolvem a progressão da sociedade ocidental.

A aids, com sua “retórica fim-do-mundo” e discursos de sobrevivência da nação e da sociedade civilizada, insere-se nos diversos “fins” do século XX (fim da história, morte do autor, crise da representação, *ad nauseam*), por isso é justamente seu encadeamento numa temporalidade linear um dos elementos que resgata o imaginário da peste, levando a uma contemplação estoica da catástrofe, entorpecendo a consciência.

Assim, o “aidético”, com a retirada de sua agência, mesmo que inserido em um fenômeno “lógico” (a enfermidade como mais uma epidemia *na* e *da* história) torna-se uma aporia da concepção linear do tempo *cronos*, na linearidade dos eventos, a partir de seu tempo interior (*kairós*) descontinuado e fragmentado.

Tentando dar conta dessa pluralidade, *Para o amigo que não me salvou a vida* tem a narrativa dividida em dois períodos: o primeiro, relatando e buscando certo alívio após o



falecimento de Muzil, e o segundo, no “luto de si mesmo” do narrador, através das vivências daquela enfermidade, até decidir instrumentalizá-la em seu projeto artístico.

Mas, em especial, o livro em si existe no sentido de preencher a profunda solidão que se abate, na ausência dos procedimentos do luto – pelo seu amigo, por aqueles ainda vivos, e de si: “(...) começo um novo livro para ter um companheiro, um interlocutor, alguém com quem comer e dormir, com quem ter sonhos e pesadelos, o único amigo atualmente suportável” (GUIBERT, 1990, p. 12). O livro que surge para preencher a solidão nasce de uma prática igualmente solitária: a escrita.

Conforme Alberti (1991), é a partir desse solitário e íntimo gesto, que se percebe na criação literária a dimensão do indivíduo, dicotômica à dimensão da sociedade; ao mesmo tempo, o indivíduo é o seu limite, seja aquele que cria, ou aquele que lê. Na escrita que analisamos aqui, o autor-narrador é aquele que, ao contrário dos profissionais da saúde e pesquisadores, constrói uma imagem da doença a partir da experiência própria.

Esta condição implica em ser tomado por um “sentimento de urgência” inteiramente desconhecido pelos outros, e assim, o enfermo é aquele que vive a inexorabilidade de seu mal, mais do que isso, no caso do sujeito “aidético”, é aquele que experimenta a sensação de assumir pouco a pouco a “imagem da doença” (NASCIEMENTO, 2005, p. 163). A elaboração dessa imagem é uma das bases da literatura da aids, reapropriada na pluralidade de estilos e técnicas, sendo também ao que a escrita de Guibert mais se dedicou.

3 O LUTO NAS PALAVRAS: UMA CONTRANARRATIVA

Entre o conflito interior e a incoerência do raciocínio, a confissão costura o desconhecido, como mencionado, porém permanece em suspenso o potencial de “verdade” de tal relato. É a forma da *ficção* que “representa a cicatriz da ferida inicial” naquilo que ela tem de verdadeiro, que se diz somente na ilusão – no efeito do real. Referenciando Freud, Michel de Certeau (2011, p. 341) destaca a hipótese otimista do pretense “gosto” pela verdade que reside no intelecto humano, o que na verdade, é um anseio mais próximo de nossos desejos.

Nosso “instinto de mentira” fala mais alto, e nesse trabalho, ganha-se tempo ao jogar o “jogo-da-mentira”, pois é quando efetua-se o movimento do *ficício* (entendido como oposto do verificável) ao *ficcional* (a construção, o possível). A “ferida” que a cicatriz dá forma na ficção



é também a raiz etimológica do “trauma” enquanto um conceito, também um modo de ver a história.

Como aponta Seligmann-Silva (2005, p. 63), o desenvolvimento da teoria do trauma nasce da *necessidade histórica*, no contexto de uma humanidade que habita um “século pós-catástrofes” – o que não deve levar a acreditar que essas possam estar superadas “estar no tempo pós-catástrofe significa habitar essas catástrofes”.

Na dificuldade de encontrar palavras para narrar o trauma, a literatura surge desde o início da enfermidade como o maior espaço da “epidemia discursiva” aberto a outras versões sobre a aids, especialmente em resposta ao discurso médico, jornalístico e governamental, cercados de seculares “verdades”.

Porém, trata-se de um espaço que entra em choque com a dificuldade de ordenar o ocorrido em palavras, uma condição do traumático. Mas a literatura, enquanto um produto intelectual, não transmite seus testemunhos apenas na materialidade do seu suporte, pois “seu testemunho está inscrito na própria linguagem, no uso que se faz dela” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 76). Na literatura que aqui observamos, “pós-catastrófica”, não é diferente.

Nossa intenção é uma aproximação da autoficção com a literatura de testemunho a partir das reflexões de Seligmann-Silva (2005), nos casos europeus a partir da experiência-limite da *Shoah*. Justamente por levar em conta as complexidades que envolvem o evento traumático, essas literaturas demonstram a intraduzibilidade entre o conceito do testemunho (*zeugnis*) e de *testimonio*, esse observado na produção da América Latina, condicionando tais categorias a partir de seus contextos.

Tendo em mente a natureza única e intransferível dessa experiência, o professor visa, assim, *expandir* as lições extraídas da leitura da *Shoah*, aplicando-as à *leitura* da nossa realidade, na tentativa de atravessar o paradoxo da experiência catastrófica, que não se deixa apanhar por “formas simples de narrativa” (SELIGMANN-SILVA, 2000).

Apesar do teor testemunhal inerente à literatura como um todo, o testemunho, em si, não deve ser confundido com a autobiografia nem com a historiografia, pois apresenta, por sua vez, um outro caminho, que se junta à disciplina histórica no conhecimento sobre o passado. Apresentando outros modos de se relacionar com as noções de tempo linear, parte de um determinado *presente* para elaboração do testemunho (SELIGMANN-SILVA, 2000).

No caso de Hervé Guibert, o presente dessincronizado das noções de tempo linear, contornado pela descontinuidade, caracterizou toda sua obra, e especialmente, no *stimmung* da



aids. Em mais de uma passagem, a reação ao fenômeno da epidemia é traduzido não necessariamente na mencionada “contemplação estoica”, mas também com certo “encanto” pelo narrador, que, aliado ao espírito narcísico do gênero, foi combustível nas polêmicas advindas de seu livro.

Já ciente da “traição” do “amigo” do título, que o impedia ao tratamento e o condenando à morte considerada certa, ele escreve:

(Decidi) ir até o final dessa lógica romanesca, que me hipnotiza mais do que qualquer ideia de sobrevivência. Sim, posso escrevê-lo, e não há dúvida de que é loucura minha (...); não vou desistir do meu livro para preservar a minha vida, eis o que será mais difícil de acreditar e compreender. Antes de ver o canalha em Bill, vejo um personagem de ouro (GUIBERT, 1990, p. 274).

Essa “manipulação” da situação, exercendo um domínio de si que parte da escrita, flerta com a aparência de “loucura” daquela situação – algo que continua em suas obras posteriores, especialmente *Protocolo da compaixão*, onde, seguindo um traço comparativo já iniciado em *Para o amigo* faz diversas aproximações com o holocausto, como quando menciona o “corpo descarnado” que reencontra todas as manhãs na “tela panorâmica auschwitziana” que é o espelho do banheiro (GUIBERT, 1991, p. 18).

Assim, enquanto componentes da recepção, a “discordância e desconforto” (BESSA, 2002, p. 205) também participam da *concepção* daquela narrativa, desde sua origem, pois não há como escrever de outro jeito sobre aquelas perdas, especialmente a de Muzil e a sua própria. Emerge-se um sentimento trágico que se abate desde antes do próprio diagnóstico, definido pelo narrador como o tempo de uma *era*, conduzindo a narrativa ao passado recente daquela relação com a enfermidade, tentando dar conta de sua apreensão, que se revela, naturalmente, oscilante em seu movimento.

Naquele momento, compreendi que a infelicidade havia caído sobre nós, que estávamos inaugurando uma ativa *era da infelicidade*, da qual não estávamos perto de escapar. (...) Senti uma imensa pena imensa de nós mesmos. O que mais dava medo foi me preparar para a condenação, Jules ainda tinha a esperança de que nossos testes, ou talvez os dele, se revelassem negativos (GUIBERT, 1990, p. 155).

Jules, num momento em que não acreditava que estávamos infectados, me disse que a aids era uma doença maravilhosa. E é verdade que eu descobria algo de suave e deslumbrante em sua atrocidade, certamente era uma doença inexorável, mas não era um raio, era uma doença em etapas, uma escada muito longa que levava certamente até a morte, mas cada degrau representando um aprendizado inigualável, era uma doença que dava à morte o *tempo de viver*, (...) E a infelicidade, uma vez que nós estávamos mergulhados nela, era muito mais habitável do que seu pressentimento, muito menos cruel e definitivo do que qualquer um poderia imaginar. (...) a aids,



fixando um tempo determinado para nossas vidas, seis anos de soropositividade, mais dois anos na melhor das hipóteses com o AZT, ou alguns meses sem, nos tornava homens plenamente conscientes de nossas vidas, nos libertando de nossa ignorância. Se Bill, com sua vacina, questionasse minha condenação, me recolocaria no estado de ignorância anterior (GUIBERT, 1990, p. 192-193) (grifo meu).

Tais escolhas narrativas que operam pelas chaves da descontinuidade e da oscilação tornam-se mais compreensíveis quando repensamos a escrita do “trágico” a partir das transformações ocorridas na literatura, seguido da tentativa de apreender o século XX e o *habitar* o presente. Sendo esse último estudado e diagnosticado por diversos teóricos nas possibilidades de sua figuração, também apresenta os sintomas da dessincronia e da fragmentação naquilo que concebemos como o tempo linear – o que é interessante quando lembramos das metáforas fotográfica e artísticas que permeiam toda a esfera de sua produção, simbolizando outras maneiras de *capturar* o presente.

Esse tempo da doença que lhe retira agência (*Handeln*), provocando, através das suas fases e enunciados, uma reelaboração da espessura da vivência (entendido como a experiência passada) e também daquilo que significaria o futuro.

Junto da Estética, em seu repensar as artes e a literatura, são as representações da *Shoah*, que aproximam a teoria literária da historiografia, englobando conceitos da psicanálise e assim, dando ao evento traumático sua forma de aporia – não só do conhecimento histórico, mas também ético e estético.

Na esteira da reflexão literária e testemunhal sobre a *Shoah*, podemos assim pensar essa (auto)ficcional literatura da aids, também como um espaço de possibilidade para a reflexão e elaboração da pessoa que testemunha, pois como demonstra Seligmann-Silva (2005, p. 84), já existe uma produção teórica que concebe as “testemunhas secundárias”, um conceito mais próximo da história oral do que de seu uso jurídico.

Penso o autor/narrador Guibert pela noção de *superstes*, remetente ao “mártir” grego: a testemunha enquanto sobrevivente de uma catástrofe, a partir do elemento *subjetivo* do trauma (o narrador) e a dimensão *objetiva* dessa catástrofe, sua materialidade (o autor).

Os níveis da construção literal, as imagens fragmentadas, marcam a memória do traumatizado, devendo conduzir a algum local de reparação, o que no caso do narrador torna-se impossível, pois não há espaço para tal. Consequentemente, o livro e a narrativa surgem, para suprir essa ausência. Imagens constantemente evocadas e interpretadas, passando por diversos momentos nas memórias, das gargalhadas de Muzil em 1983 ao ouvir sobre um



“câncer que só matava homossexuais” (GUIBERT, 1990, p. 14) até o impacto do narrador de encarar o corpo do amigo morto.

Da mesma forma, o narrador percebe a enorme perda intelectual ao mundo seguida daquela morte, guardando por algumas horas que fosse, o segredo que ia embora com Muzil, prevendo as tentativas de ocultar a enfermidade e assistindo as discussões sobre o que poderia e não poderia ser dito sobre seu falecimento – já prevendo empreitada biográfica como inevitável.

De fato, ao concebermos o personagem como análogo ao filósofo, as grafias da vida de Foucault foram alguns dos motes editoriais dos anos 1990, e, de certa maneira, permanecem¹⁰¹. Sem contar textos menores com a mesma pulsão biográfica, como o ensaio de Paul Veyne (1998), Foucault foi objeto de diversas biografias, com maior ou menor qualidade literária e rigor de pesquisa – citando só três exemplos, as empreitadas de Didier Eribon (1991), James Miller e David Macey, ambos de 1993, são algumas das mais conhecidas. Mas nenhum causou tanta polêmica como o *affair* Muzil.

De qualquer forma, o ponto é que Muzil é um personagem desenvolvido a partir de dois caminhos percorridos pela lembrança: do “roubo” de sua vida pela aids; e da necessidade do registro de sua vida, sua obra e o que fosse possível de tudo que lhe remetesse: *lembrar* para não *esquecer*. A escrita dessa vida tenta, a todo momento, captar e dimensionar essa estima pessoal que, quase como uma benesse, é compartilhado com uma sociedade ávida por consumir não mais a vida e o legado do autor da “história dos comportamentos”, mas sua morte.

Na infelicidade necessária para que o livro existisse¹⁰², o roubo daquelas vidas, naquele círculo, foi seu propulsor narrativo. Lembrar, como oposição ao esquecer, torna-se um registro pessoal, mas que pode ser compartilhado com outros, que não conheceram Muzil, demonstrando a complexidade e o alcance daquela perda. Assim, na certeza da morte que desfigura o olhar dos passantes com o “rosto fervendo em seu pranto” o transformando assim, no *Grito*, de Edvard Munch, o expressionismo substitui as palavras e desenha um presente que entendemos como “disforme”.

¹⁰¹ É interessante perceber a relativamente alta produção acadêmica que discute, a partir de “vida & obra” a trajetória de Foucault, especialmente nas áreas de filosofia e estudos literários. Um exercício que se destaca são as “cartas” que Daniel Link lhe escreve, num belo gesto de homenagem intelectual. Cf. LINK (2002).

¹⁰² Meu livro condenado, o qual iniciei no outono de 1987, ignorando tudo ou fingindo ignorar (...) o livro que pedi a Jules que destruísse (...) Era necessário que a infelicidade caísse em nós, era necessário, que horror, para que meu livro visse o dia.” (GUIBERT, 1990, p.235-236)



Da mesma forma, após ver o corpo, compartilha com o leitor uma lembrança que dimensiona, ao mesmo tempo, a “historicização imediata”¹⁰³ da morte daquele intelectual, como a profundidade de sua perda, legando a uma canção a tentativa de transmitir do que estava sentindo¹⁰⁴.

O ímpeto de registrar aquela existência surge no sentido de criar uma memória pessoal para “guardar a lembrança”, vencendo o “tormento da ausência”. A pedido do companheiro de Muzil para que produzisse um documento oficial para os pesquisadores, enquadrando aquele indivíduo, o narrador fotografa tudo que fosse relativo ao seu amigo pela casa, antes de ser coberta por “novas desordens”, e ao confessar ter guardado para si as fotografias, declara: “não era um pacto de esquecimento, mas um ato de eternidade selado pela imagem” (GUIBERT, 1990, p. 124-125).

Tal sucessão de eventos faz parte do entendimento do narcísico do gênero autoficcional, no impulso de criar uma “contranarrativa”, opondo-se à narrativa biográfica “oficial” planejada pelo companheiro e, principalmente, pela irmã de Muzil que, mergulhada na imposição do não-dito, não pretendia tornar públicas as condições da sua morte, desejando arrancar a página no registro onde podia-se ler “causa da morte: Aids” (*Idem*, p. 115), num *velamento* que entra em rota de colisão com a obra intelectual legada pelo personagem.

Escrevendo sobre os discursos nacionalistas - mas em especial opondo-se às “estáveis certezas” da História - Homi Bhabha (1998) pensa a contranarrativa como aquela que, ao continuamente evocar e rasurar as fronteiras totalizadoras (reais e conceituais), perturba as manobras ideológicas das identidades essencializadas em outras narrativas, “canônicas”, também impactando a suposta “unidade”, marcada internamente pelas disputas entre diversos grupos.

No contexto de impedimento íntimo e social da realização do luto, se despertam conflitos entre esses grupos no processo: da morte de *um* amigo ao “genocídio americano” (BHABHA, 1998, p. 252), trata-se de uma trajetória que evoca desespero, alegria, culpa, criatividade, entre tantos outros atributos julgados contraditórios entre si. O radical encontro

¹⁰³ Cf. HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p.188.

¹⁰⁴ “(...) ‘ele está mesmo morto? Eu não queria a resposta, saí correndo. Desci a ponte de Austerlitz cantando de cor a canção de Françoise Hardy que Etienne Daho me ensinara: ‘E seu eu for embora antes de você, me diga que estarei lá. (...) o ar será apenas vento, como o esquecimento’. Voava pela [ponte], detentor de um segredo que mudaria a face do mundo, Naquela noite, no noticiário, Christine Ockrent, sua queridinha, devolvia a Muzil seu riso iluminado.” (GUIBERT, 1990, p.113-114.)



dessa ausência que nada consegue cobrir é parte do processo de enlutamento - porém, a necessária dimensão coletiva e pública desse *lembrar* é roubada, como menciona Ana Costa (2018).

Podemos assim, entender a escrita que se inicia com *Para o amigo* como uma tentativa de levar a público essa dimensão, na confissão que se transforma o testemunho. Criando uma narrativa que se pretende desvelada, o narrador abrange uma ausência cercada pelo silêncio decorrente da vergonha, culpa e sentimento de desproteção social, na tentativa de “dar conta” dessa morte, pois a impossibilidade do dizer mantém o evento imerso no registro traumático.

Da mesma forma, ao lembrar de Certeau (2011, p. 109) quando pontua que a escrita desempenha um rito de sepultamento, exorcizando a morte e a integrando no discurso, utiliza-se da narratividade como um meio de situar o lugar não apenas dos mortos, mas também dos vivos. Nesse sentido, o livro serve como contranarrativa da *causa mortis* de Muzil, emergindo como um “instrumento de justiça” - a favor não somente do luto, mas também para si, ao expor a traição de Bill, ao escrever sobre uma “condenação” que será também a sua.

Da mesma maneira que outros escritores também narraram sobre se enxergar nessa linha de impacto antes mesmo da infecção pelo HIV¹⁰⁵, o narrador de *Para o amigo* também se inclui nessa cadeia que atravessa gerações, fazendo parte de sua “performance” como escritor de si.

A culpa que lhe acomete, assim, não é decorrente de estar vivo (algo verificado em outras situações traumáticas da história), devido à morte naquele contexto ser uma questão de tempo, mas sim, por outras maneiras, na impressão do *domínio* de seu adoecer, e especialmente com a irresistível capacidade de escrever aquelas vidas e episódios, o que lhe desperta diversas emoções e o inclui na rede de intrigas que tanto fortalece sua narrativa:

Essa atividade diária me aliviava e me enojava, eu sabia que Muzil teria muitos problemas se soubesse que eu relatava tudo como um espião, como um adversário, todas essas pequenas ações degradantes, em meu diário, que talvez fosse destinado, era o mais abominável, a sobreviver a ele, e a testemunhar uma verdade que ele teria desejado apagar na periferia de sua vida para deixar apenas as bordas polidas, em torno do diamante negro, brilhante e impenetrável, bem fechado em seus segredos, o que provavelmente se tornaria sua biografia, um verdadeiro enigma já cheio de imprecisões (...) A memória dá um salto sem dúvida e não quero me referir a esse diário para me poupar hoje, cinco anos depois, da tristeza que, como em sua origem, o restitui maliciosamente (GUIBERT, 1990, p. 103-104).

¹⁰⁵ Cf. Cardoso (2018) e Alves (2015).



Referenciando Klinger (2012, p. 47), mais do que uma tendência contemporânea, o gênero e a prática da autoficção, como aqui incluímos *Para o amigo* deve ser entendida como um gesto de “espetáculo”, não dependendo somente de suas qualidades estéticas do texto. Assim, o debate sobre as questões éticas do biografar, com suas condicionantes, deve ser estimulado e posto em evidência, mas não é nosso foco.

A prática autoficcional, como “terapêutica” foi amplamente discutida na tese de Anna Faedrich Martins (2014), envolvida em dramas e traumas pessoais, abarcando diversas opiniões de escritores e escritoras de autoficção. Contudo, quando situamos um trauma da humanidade, e com uma literatura de testemunho tão consolidada enquanto campo, devem ser considerados os critérios metodológicos nas aproximações, e se por um lado não devemos cair na ilusão biográfica de chamar Muzil de Michel tão rapidamente, devemos cuidar para não diagnosticar antes de refletir.

Não é necessário um novo pacto de leitura, pois as contradições e ambiguidades são coerentes com o gênero autoficcional, com o autor e com a própria experiência traumática, mas deve-se considerar os riscos das aproximações. Ao deixar o leitor ciente do poder e alcance daquelas palavras, o narrador está mais do que assumindo um risco, está ele mesmo fazendo o gesto de contar um segredo, pois o leitor é partícipe da elaboração daquele luto, ao receber aquela tanatografia e decifrá-la. Mais do que isso, está refletindo e criticando a si mesmo, uma análise compensatória de todo o silêncio que lhe sufoca.

Não esqueçamos: o livro que se escreve é seu único companheiro, ao mesmo tempo, como não há resposta e contra-resposta, na urgência que lhe envolve. Essa autorreflexão é a única ferramenta se pensarmos a obra também como o jogo da cartada final, como afirma o próprio escritor: “minha experiência, talvez seja: quando eu desaparecer, terei dito tudo” (GUIBERT *Apud* BOULÉ, 1999, p.295).

Assim, não há como situar sob um único prisma esse luto depurado na escrita, pois o processo do adoecimento é fulminante e, ao mesmo tempo, lento - lhe provocando fascínio, e visões de um futuro, fazendo o narrador conceber a si mesmo de outras formas que até então não conhecia. Expõe, assim, o seu “pensamento inconfessável”, relativo ao prazer com seu sofrimento e o de seu companheiro Jules, fazendo parte da irrupção da morte num evento exemplar¹⁰⁶ que confere seriedade à vida, algo que sempre lhe chamou atenção desde a infância.

¹⁰⁶ Sontag faz essa aproximação com “A Peste” de Camus (2007, p.123). É interessante o fato da escritora observar que essa concepção “contemplativa” da tragédia afasta as ideias de culpa e condenação.



Sabendo que partilhar isso seria impossível e “obsceno”, o narrador, após relatar o fascínio pelo tãatos que norteou sua vida, confessa que a morte agora tinha outras aparências: “a morte me parecia horrivelmente bela, terrivelmente atroz, e então lhe tomei horror, guardei a caveira do estudante de medicina, fugi dos cemitérios como da peste (...) não precisava mais de seu decoro, mas de uma maior intimidade com ela” (GUIBERT, 1990, p. 159). A morte pode ter guiado seu projeto como *leitmotiv*, mas foi escrevendo sobre o fascínio por essa tragédia, e o seu luto, que Guibert também traduziu seu amor pela vida.

Como um evento que desperta empatia e solidariedade para além das gerações, não é preciso passar por um evento catastrófico para reconhecer sua contingência traumática (SELIGMANN-SILVA, 2000): uma empatia que junta-se à pesquisa histórica, especialmente por aqueles que ao sentirem as reverberações, buscam compreendê-lo para além da materialidade dos ocorridos.

Nesses desdobramentos das teorias freudianas sobre o trauma, temos uma compreensão da complexidade da temporalidade do evento traumático e suas construções recíprocas do passado e do presente – e dentre essas construções, as escritas de si, ao longo das suas diversas apreensões no tempo.

Na preciosa e necessária linguagem cotidiana, os vocábulos foram se alterando, dando lugar a outras subjetividades. Emerge o/a “soropositivo/a”, com outras expectativas e possibilidades, uma das mudanças conquistadas após grandes lutas que os setores ativistas entraram durante a década de 80, contra a imprensa que por anos vulgarizou e publicizou o termo condenatório “aidético” (BESSA, 2002, p. 71). Essa, uma subjetivação que permanece, quase intocada em sua discriminação, mesmo que desacreditada, sendo esse sujeito e sua história, indissociáveis desse trauma.

Assim, tais vivências são relidas (*perlaboradas*) em uma narrativa que rejeita a falsa noção de objetivar o real em uma escrita que muito bem nem ser desejada, justamente pelo seu teor “realista”. Guibert traz a partir de *Para o amigo que não me salvou a vida* um entendimento daquele adoecimento que, ao flertar com a morte e com o estoico “sublime”, mergulha em cada detalhe do seu adoecimento na intenção não somente para torná-lo “vivenciável”, mas também para comunicá-lo (VIANA, 2014, p. 71).

O relato da perda do amigo Muzil e a narração de seu martírio *superstes* de si mesmo, fazem da escrita um espaço de *resgate* do corpo, analisando-o e elaborando-o, sabendo que não pode mais existir senão dentro de outro corpo: o do texto, um resgate somente possível devido



ao potencial ficcional dessa empreitada, produzindo o tom que se quer transmitir, nas possibilidades de criação e de resistência abertas pela ficção (ERNANDES, 2015). É esse domínio na escrita de si que, na experiência-limite, garante agência, em outras percepções do *estar doente*.

A autoficção, assim, surge na esteira daquele “terceiro continente”, mencionado por Ivan Jablonka (2017, p. 17), “espaços híbridos e extraterritoriais”, cuja cartografia ainda está longe de distinguir e aqui, pontuamos que talvez tal momento de distinção, não venha, pois é justamente a *busca* que lhe pauta.

Assim, encontram-se com a busca por justiça e memória com o passado, inscrevendo o verdadeiro em formas renovadas, relendo o impacto do trágico e do trauma em imagens que talvez traduzam mais precisamente, quando for necessário. Justamente por essa cartografia estar longe de acabar, que devemos explorar as capacidades desse gênero, pois entre Sísifo e Narciso, talvez tenhamos muito mais possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. **Negative dialectics**. Tradução: E.B Ashton, London/New York: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1973.

ALBERTI, Verena. *Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991.

ALVES, Ricardo Henrique Ayres. **Tanatografias da aids nas artes visuais: o corpo enfermo diante da morte e da fotografia**. 230f., Dissertação de mestrado de Artes Visuais - História, Teoria e Crítica de arte. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

AURELL, Jaime. *Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel*. **História**, São Paulo, v.33, n.1, 2014.

BESSA, Marcelo S.. **Histórias positivas: a literatura (des)construindo a aids**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. **Os perigosos - autobiografias e aids**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila; Eliana Lourenço da Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.



BOULÉ, Jean-Pierre. **Hervé Guibert**: voices os the self. Trad. J. Fletcher. Liverpool: Liverpool University Press, 1999.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam*: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CÂNDIDO, Artur Mamed. **O enlutamento por suicídio: elementos de compreensão na clínica**. 114f. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e Cultura. Brasília: UnB, 2011.

CARDOSO, Guilherme da Silva. *Pela noite dos dragões*: Caio Fernando Abreu e a escrita do tempo na experiência da aids. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, mai/ago., 2018, p. 226-223.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COSTA, Ana. *Memória e testemunho*. In: Clínicas do Testemunho RS e SC (orgs.) **Por que uma clínica do testemunho?** Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018.

DOUBROVSKY, Serge. Autobiographie/Vérité/Psychanalyse. **Esprit Créateur**, v. 20, n.3, Autobiography in 20th-Century French Literature (Fall 1980), pp. 87-97.

FERNANDES, Guilherme. *Nas entrelinhas do corpo*: a elaboração da AIDS em À l'ami qui ne m'a pas sauvé la vie, de Hervé Guibert, e "Cartas para além do muro", de Caio Fernando Abreu. **Revista Non plus**, n. 8, São Paulo, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A escrita de si*. In: **Ditos e escritos**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. *Não ao sexo rei*. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GASPARINI, Philippe. Autoficção é o nome de quê? In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.) **Ensaio sobre a autoficção**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

GUIBERT, Hervé. *À l'ami quis ne m'a pas sauvé la vie*. Paris: Gallimard, 1990.

_____. **Le protocole compassionnel**. Paris: Galimard, 1991.

GUMBRECH, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

JABLONKA, Ivan. **Escritas de si, escritas do outro**: o retorno do autor e a virada etnográfica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.



LACARME, Jacques. *Autoficção: um mau gênero?* In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.) **Ensaio sobre a autoficção**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

LIMA, Luiz Costa. **Vida e mimesis**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. O controle do imaginário. In: **Trilogia do controle**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

LINK, Daniel. **Como se lê e outras intervenções críticas**. Chapecó: Argos, 2002.

MARCELINO, Douglas Attila. *Morte, historiografia, historicidade: sobre as formas do poder e do imaginário*. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 18, n. 33, p. 147, jul.-dez., 2016.

MARTINS, Anna Faedrich. **Autoficções: do conceito teórico à prática na literatura brasileira contemporânea**. 251 f. (Tese de doutorado em Teoria da Literatura). Porto Alegre: PUC-RS, 2014.

NASCIMENTO, Dilene. *Narrativa autobiográfica: a experiência do adoecimento por aids*. **Mneme – Revista de Humanidades**, UFRN, v. 07. n. 17, ago-set, 2005.

_____. A construção de si: a narrativa em torno da experiência da aids. **Revista de História Regional**, UEPG, v.3, n.2, Inverno 1998.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

_____. **Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia**. São Paulo: Estação Liberdade. 1990.

RAGO, Margareth. *Autobiografia, gênero e escrita de si: Nos bastidores da pesquisa*. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.) **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Trauma, testemunho e literatura. In: **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, M. (orgs.). **Catástrofe e representação: ensaios**. São Paulo: Escuta, 2000.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VIANNA, Eliza da Silva. **“Alguma coisa aconteceu comigo”**: a experiência soropositiva nas obras de Caio Fernando Abreu e Hervé Guibert (1988 – 1996). 114 f. (Dissertação de mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2014.



Anita Garibaldi:

a construção de uma heroína em biografias populares (1849-1999)

Helen Lemos Bregantin¹⁰⁷

Recebido em: 31/03/2019

Aceito em: 26/04/2019

RESUMO

O presente trabalho descreve os caminhos em que a personagem histórica Anita Garibaldi percorreu se transformando em heroína, desde sua morte no ano de 1849 até o ano de 1999. O recorte percorre dois séculos, mas a visão de Anita como heroína demorou a se manifestar, percebendo-se mudanças significativas a partir de meados do século XX. O período transita pela República, a imigração dos italianos até as comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil, qual é lançada a biografia de Paulo Markun, “Anita Garibaldi-uma heroína brasileira” (1999). Também foram analisados documentos e outras biografias que colaboram para analisar o contexto, a origem da fonte e enfim, o processo de transformação da brasileira em heroína, como declarações de militares que lutaram do lado oposto ao casal Garibaldi, onde vangloriavam Anita e sua coragem já no século XIX. Jornais como o “Correio Mercantil” do Rio de Janeiro, “A Federação” de Porto Alegre e “Diário da Tarde” de Curitiba puderam contribuir não apenas com declarações de personas, mas com obras de teatro sobre Anita, lembranças de décadas e centenários de morte e memorandos em prol da mulher qual ela estava presente.

Palavras-chave: Anita Garibaldi. Biografias. Popular.

Anita Garibaldi: the construction of a heroine in popular biographies (1849-1999)

ABSTRACT

The present work describes the ways in which the historical personage Anita Garibaldi went through transforming into heroine, from her death in the year 1849 to the year 1999. The cut goes through two centuries, but the vision of Anita as a heroine was slow to manifest, perceiving significant changes from the mid-twentieth century. The period passes through the Republic, the immigration of the Italians until the commemorations of the 500 years of discovery of Brazil, which launches the biography of Paulo Markun, "Anita Garibaldi - a Brazilian heroine" (1999). In addition to the biographies that contemplate different moments of the journey to be traversed in search of Anita - heroine, documents that collaborate to analyze the context, the origin of the source and, finally, the transformation process of the Brazilian heroine. Military statements were found that fought on the opposite side of the Garibaldi couple, where they boasted of Anita and her courage as early as the 19th century. Newspapers such as the "Correio Mercantil" in Rio de Janeiro, "The Federation" in Porto Alegre and "Diário da Tarde" in Curitiba were able to contribute not only to statements by people, but also to plays about Anita, memories of decades and centenarians of death and memos for the woman she was present.

Keywords: Anita Garibaldi. Biographies. Popular.

¹⁰⁷ Mestre em História Sociocultural pela Universidade Paulista (UNESP-Franca),
https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=DD662979B2068E834978CD4FF22E68CD# ;
helenbregantin@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

Ana Maria de Jesus Ribeiro (1821-1849), brasileira de Santa Catarina, foi uma personagem que, apesar de figurar em livros de história como personagem de destaque, para muitos, não teve uma importância relevante nos desdobramentos ou, mesmo, no desfecho da Revolução Farroupilha,¹⁰⁸ evento histórico ao qual, não obstante, seu nome permaneceu vinculado. Embora tenha permanecido na memória de muitos como uma mulher excepcional, Anita surge, quase sempre, a reboque das imagens produzidas sobre seu marido, o italiano Giuseppe Garibaldi (1807-1882).

A reputada “heroína de dois mundos”, expressão geralmente usada para designar o marido - Giuseppe Garibaldi o herói de dois mundos -, ficou conhecida ao mesmo tempo como uma mulher de origem algo duvidosa, zelosa esposa, hábil amazona e guerreira, que acompanhou o italiano unificador da Itália e herói da Farroupilha até que teve o cadáver encontrado em uma cova rasa na distante Europa.

Mesmo a historiografia especializada nos estudos sobre o conflito civil que marcou a Província do Rio Grande do Sul no século XIX dedicou, via de regra, exíguo material à brasileira, cuja imagem construída até os dias atuais vale-se, em grande medida, de relatos orais, notícias de jornal e do trabalho diletante de alguns poucos e empenhados jornalistas.

Diante de tais silêncios e informações por vezes díspares e contraditórias aos olhos do presente, este trabalho busca estudar o processo de construção da imagem de Anita Garibaldi por meio da análise de notícias de periódicos e biografias produzidas desde o Oitocentos.

Nas últimas décadas, diversos historiadores encarregaram-se de defender o estudo biográfico como um meio eficaz para a compreensão da psicologia histórica, da mentalidade ou até mesmo dos detalhes, que, em diferentes escalas, foram constitutivos de uma época. A título de exemplo, é possível mencionar como importantes para as discussões sobre as relações entre as trajetórias de vida e a compreensão de uma época estudiosos como: Lucien Febvre, Georges Duby, Giovanni Levi, François Dosse, Jacques Le Goff e Fernand Braudel. O presente estudo, valendo-se das reflexões desses autores busca mapear as construções produzidas nos

¹⁰⁸ Afirmação do escritor Gianni Carta, que conclui a participação de Anita Garibaldi apenas como guerrilheira, não tomando decisões entre os homens a frente na Revolução Farroupilha. Mesmo assim, o autor não desqualifica a bravura de Anita em nenhum momento de seu discurso.



últimos dois séculos a respeito de Anita Garibaldi, lançando mão de uma noção cara à escrita histórica: o fazer biográfico.

A partir das mudanças no ofício do historiador advindas da chamada “Nova História”, a biografia também recebeu novos traçado e visibilidade. Em lugar da narrativa linear dos eventos de uma vida, a escrita biográfica passou a propor questionamentos sobre as interações entre o indivíduo e sua época.

A partir das reflexões de Fernand Braudel, procurou-se ultrapassar o evento e o indivíduo com o objetivo de distinguirem-se as diferentes forças que contribuíram com a construção de uma história fortemente crítica ao papel dos heróis. Assim, uma analogia entre o tempo dos indivíduos e das civilizações deve ser preservada: crescimento, declínio, criação e morte, destino..., e a história dos indivíduos, para ele, de pífia capacidade explicativa, passava a dialogar com a história da média e da longa duração.

A partir de uma perspectiva que vê a escala na história de uma maneira um tanto diversa daquela professada por Braudel, Giovanni Levi assevera que a biografia tem sido utilizada por historiadores de forma ambígua, pois continua a ocupar o centro das preocupações desses estudiosos ao mesmo tempo em que é usada de forma a mostrar uma irredutibilidade dos indivíduos ao sistema social.

As biografias tendem a ser narrativas, assim como a história de alguma forma tende à literatura e, com isso, as biografias históricas buscam reconstituir, na visão de Levi, as superfícies sociais e suas pluralidades de esferas racionais sobre as quais o indivíduo age, e não operar de forma linear como ocorre nas narrativas temporalmente encadeadas que buscam descrever os eventos componentes da trajetória de vida de uma pessoa.

Desta forma, ao lado de biografias históricas inspiradoras como a que Lucien Febvre produziu sobre Matinho Lutero e Georges Duby Guilherme Marechal, ao nosso ver, as reflexões propostas por Giovanni Levi contribuíram com ferramentas metodológicas úteis para a compreensão, por exemplo, do heroísmo atribuído à Anita Garibaldi, assim como auxiliaram no trabalho de mapeamento e pesquisa direcionada nos textos, por nós analisados, que colaboraram com a construção da personagem, de forma a permitir uma percepção mais detida das diferenças entre a cultura e a mentalidade do homem e da mulher inseridos no século XIX e dos escritores que de Anita se ocuparam no século XX.

Como se vê, mesmo em estudos produzidos a partir de diferentes concepções teórico-metodológicas pudemos colher referências importantes para o estudo aqui empreendido. Em



particular, na obra São Luís: biografia, Jacques Le Goff nos apresenta um monarca santo que, na opinião do medievalista francês, é o personagem central da cristandade do século XIII.

Le Goff revela pontos a serem observados na construção de uma biografia extremamente relevantes, tais como o uso de um arsenal documental vasto, no caso de sua obra, que vai desde a oralidade até as hagiografias, propondo assim o que chamou de uma biografia total, a qual aspira mesmo a longa duração de Braudel e fia-se na crítica das fontes produzidas a partir de uma história problema.

Assim, retomar a escrita histórica acadêmica, ou seja, com rigor metodológico histórico, pela narrativa, que por si acaba por ser leve e lúdica, parece ser um caminho adequado, pois, desta forma, consegue-se evitar as biografias narcisistas, os folhetins de gosto duvidoso que começaram a alcançar, na visão do estudioso, grande patamar de popularidade.

François Dosse, crítico da chamada terceira geração dos Annales, também contribuiu para o conteúdo metodológico deste trabalho, em especial, com a obra “O desafio biográfico: escrever uma vida”, que proporciona um estudo do gênero biografias, segundo ele, redescoberto pelos historiadores a partir dos anos 80. O autor tenta resgatar uma visão histórica de biografias escritas ao longo do tempo (inclusive a biografia de tipo heróico), observando concepções na forma das escritas apresentadas.

Desta maneira, Dosse constrói uma divisão metodológica das biografias, a qual foi de grande valia para nortear o mapeamento das biografias produzidas sobre Anita. Na mesma direção de trabalhos não necessariamente convergentes em suas opções teórico-metodológicas, o livro Três vezes Zumbi: a construção de um herói brasileiro, de Jean Marcel Carvalho França e Ricardo Alexandre Ferreira, constituiu parte do arcabouço aqui usado para compreender a construção de Anita Garibaldi ao longo dos séculos XIX e XX, pois a obra sobre a construção do líder guerreiro de Palmares transporta o leitor por três séculos, analisando documentos de diferentes naturezas, o que nos ajudou a mapear também as construções da heroína de dois mundos.

Compõem o principal corpus documental investigado na pesquisa “As memórias de Garibaldi”, escritas por Alexandre Dumas, ainda no século XIX; a biografia de Anita produzida por Wolfgang Rau, intitulada “Anita Garibaldi, o perfil de uma heroína brasileira”, dos anos 70 do século XX; a obra de Paulo Markun “Anita Garibaldi, uma heroína brasileira”, lançada para as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil; e, como uma fonte complementar, a narrativa de Julio Sierra, “Guerrillera en America del Sur”, de 2003.



Tais biografias tiveram significativo impacto na construção da condição de heroína à qual passou-se, paulatinamente, a associar a imagem de Anita Garibaldi, muito, acredita-se, por tratarem-se de textos que enunciam como suas bases documentos históricos reconhecidos como importantes até mesmo pelos pesquisadores especializados.

Além das biografias, documentos como jornais do final do século XIX serão analisados com intuito de demonstrar o processo de construção da imagem heroica de Anita em momentos mais próximos de sua vida. Tal processo começa a ficar evidente, por exemplo, em uma declaração do Almirante Frederico Mariath¹⁰⁹, quando menciona Anita em publicação no Jornal Mercantil do Rio de Janeiro, dando créditos à sua coragem e bravura, referindo-se, com detalhes, a um confronto ocorrido na cidade de Laguna por ocasião da Farroupilha. Portanto, serão obras analisadas neste estudo fontes de época e biografias históricas com o objetivo de mapear o longo e lento processo de edificação da imagem de Anita Garibaldi.

De posse do mapeamento de tais referências, lançamos mão de alguns questionamentos que nortearam a elaboração do presente estudo. Como Anita passou a exercer fascínio sobre um grande número de leitores? Por que, embora existam várias obras a respeito de Anita, sua vida privada permaneceu envolta em mistérios e polêmicas? Como e a partir de quando a imagem de Anita foi ligada à de uma heroína?

Ao analisar o processo de heroicização de Anita Garibaldi desde sua morte, em 1849, até o ano de 1999 a partir de biografias, jornais e dos estudos produzidos pela historiografia especializada, o primeiro capítulo inicia a análise com os diferentes relatos que, ainda no Oitocentos, foram produzidos sobre a vida e a morte de Anita.

A seguir, investigamos a autobiografia - na verdade, redigida por Alexandre Dumas - de Giuseppe Garibaldi, marido de Anita por dez anos, na qual algumas páginas foram dedicadas à edificação da zelosa esposa, as quais também são reputadas como o início do que aqui estamos nomeando como processo de heroicização de Anita.

2 A DESCOBERTA DE ANITA

Alexandre Dumas (1802-1870), o conhecido escritor francês que no século XIX escreveu “Os três mosqueteiros” e “O conde de Monte Cristo”, publicou, em 1860, as

¹⁰⁹ Frederico Mariath, comandante militar em Santa Catarina, liderou a frota imperial na retomada de Laguna durante a Revolução Farroupilha, derrotando a Giuseppe Garibaldi.



“Memórias de Garibaldi”. Autor de romances e novelas, Dumas sempre foi conhecido por realizar pesquisas historicamente bem fundamentadas e abordar temas sociais a partir de um forte viés anticlerical e antimonarquista (NOGUEIRA, 2014).

Na obra que aqui nos interessa, produzida nos tempos em que Garibaldi militava nos conflitos que culminaram com a unificação italiana, consta ter Dumas, tanto quanto possível, se atido às palavras ditadas pelo próprio italiano. O livro acabou sendo a principal referência sobre Anita na época, uma vez que durante o Oitocentos a mulher passou despercebida pela pena dos historiadores após a sua morte e quando viva foi vista pela sociedade brasileira apenas como a companheira de Garibaldi, a esposa que acompanhou um aventureiro em uma revolução contra o Império do Brasil.

O marido a descreveu para Dumas como a deusa Palas, como a Anita intrépida, mãe exemplar e de grande sabedoria, relato que teria dado início à construção da imagem da Anita heroína. Com estas características, a memória sobre Anita e sua personalidade começava a ser moldada de forma mítica e grandiloquente.

Estas memórias discorrem sobre Anita como mais um elemento constitutivo da imagem do herói da Unificação Italiana. Ali ela assumiu o papel de esposa terna e dedicada, uma imagem que atravessaria o Atlântico na direção da América Sul e ajudaria na composição das primeiras visões sobre a brasileira no século XIX e no início do XX. A esposa Anita é referida inúmeras vezes em suas batalhas com imensa bravura.

Embora no período, como já afirmamos, a obra de Dumas tenha permanecido solitária nas referências à companheira de Garibaldi, restaram no Brasil alguns relatos esparsos sobre ela que permitem ao historiador investigar mais detidamente a imagem que se construiu de Anita no Oitocentos.

Na visão deixada por Garibaldi, companheiro de uma década, nascia a Anita heroína, mas e em outros registros do período? Jornais editados no século XIX são úteis na tentativa de responder tal questionamento, pois trazem descrições de personagens importantes que lutaram durante a Revolução Farroupilha e, dentre elas, referências sobre a coragem de Anita em batalhas.

Algumas edições de meados do XIX do Correio Mercantil narram as façanhas de Garibaldi (e claro, ao seu lado estava Anita) em batalhas em prol dos farrapos e da Unificação Italiana. Os periódicos do início do século XX são igualmente úteis, porque não representam um claro rompimento com a imagem de Anita construída na centúria anterior.



2.1 ÀS MEMÓRIAS DE GARIBALDI (1860)

Os primeiros documentos de que se tem notícias com referências ao nome de Anita Garibaldi tratam-se de folhas um tanto funestas. Poucos dias após a morte de Anita, em agosto de 1849, seu nome estava estampado em periódicos devido às circunstâncias em que seu cadáver foi encontrado nos pântanos de Ravena na Itália.

As primeiras páginas ocupadas foram as policiais. O delegado provincial da polícia de Ravena escreveu, entre referendos ao Comissário de Bolonha, atas bem detalhadas do suposto crime que acabava de identificar: a morte de Anita Garibaldi. De início, o delegado A. Lovatelli não soube informar a identidade do corpo, mas com alguma investigação nos arredores da primeira tumba de Anita e na fazenda onde faleceu, pôde nomear o cadáver como a “mulher que seguia Garibaldi”, em suas palavras, como se apresentará no relatório encaminhado ao monsenhor G. Bedini, comissário pontifício extraordinário de Bolonha:

Ravena, 12 de agosto de 1849.
Excelência Reverendíssima:

Sexta-feira passada, 10 do corrente, por algumas crianças que brincavam em certos pastos da propriedade Guiccioli, em Mandriole, na distância de cerca de uma milha do Porto de Primaro [...] foi achada aflorando da terra uma mão humana. Recebida a notícia, a Cúria se fez presente no lugar, onde foi observada a referida mão e parte do correspondente antebraço, que estavam danificados por animais e pela putrefação. Removida a areia, que ali era da altura de cerca de um metro, descobriu-se um cadáver de uma mulher da altura de cerca de um metro e dois terços, de aparente idade de trinta a trinta e cinco anos, um tanto incerta. Os cabelos, já destacados da cútis e espalhados na areia eram de coloração escura e talhados “a la puritana”.

Foi observado ter olhos protusos e metade da língua protusa entre os dentes, além da traqueia rota e um sinal circular no pescoço, sinais inequívocos de estrangulamento sofrido. Nenhuma outra lesão foi observada na periferia de seu corpo: foi observado faltarem-lhe dois dentes molares na mandíbula superior, do lado esquerdo, e outro dente molar na parte direita da mandíbula inferior.

Seccionado o cadáver, verificou-se achar-se a mulher grávida de um feto de cerca de seis meses. Estava vestida de camisa de cambraia branca, de sotana semelhante, de “bournus” igual, de cambraia, fundo furta-cor floreado em branco, descalça nas pernas e pés, sem nenhum ornamento na dita, no pescoço ou nas orelhas, se bem que furadas.

Os pés mostravam ser de pessoa de trato e não do campo, por não ter as plantas calosas. Dentro da aglomeração de pessoas acorridas a Mandriole [...] ninguém soube reconhecer o cadáver em decomposição, que no caso não apresenta a cor natural.

Não se pensou em transportar o cadáver a lugar mais populoso, para reconhecimento, por motivo de grande mau cheiro, razão porque foi enterrada logo, até mesmo para proteção da saúde pública.

Tudo isso conduz a crer fosse o cadáver da mulher que seguia Garibaldi, já pelas notícias que se tinha desde o seu desembarque naquelas paragens, já pelo estado de



gravidez. Até agora, é obscuro como tenha vindo essa mulher até este sítio, e como tenha sido vitimada. Estão em andamento as necessárias indagações e inquérito, cujos resultados me apressarei a submeter a V. Revma., na oportunidade.

Com perfeita estima e profundo respeito, tenho a honra de repetir-me

Devotadíssimo servidor

A. Lovatelli, delegado (RAU, 1975 *Apud* CURATALO, 1932, p.50-54)

Os estudiosos da trajetória de Anita não localizaram um relato mais detalhado de suas feições em documentos oficiais ou em relatos dos contemporâneos no século XIX. A única exceção foi a descrição feita pelo militar alemão Gustavo von Hoffstetter, um militar de alto escalão conhecido de Giuseppe Garibaldi, que descreveu Anita como aparente amazona, de primeiro olhar, como uma mulher de atributos físicos fortes e ao mesmo tempo delicados, tendo uma tez escura, olhos ardentes e másculo peito. Se apresentava com um semblante melancólico, mas tinha uma personalidade simples e vivaz (MARKUN, Paulo *apud* BELLUZI, 199, p. 24).

Assim, a descrição do cadáver, nas condições mencionadas, passou a funcionar como uma espécie de ponto de partida para a imaginação de um semblante da personagem. Até os primeiros trinta anos do século XX foi esta imagem, apresentada pelo delegado Lovatelli, a principal referência sobre Anita, quando o filho do casal, Ricciotti Garibaldi, reconhece num retrato da mãe, pintado no Uruguai, como o verdadeiro rosto da mulher que lhe deu a vida, ainda que, quando da morte de Anita, o caçula tivesse apenas três anos de idade. Essa pintura se encontra no Museu do Risorgimento em Milão, com a assinatura e dizeres de validação da imagem feitas por Ricciotti (MARKUN, 199, p. 25).

Nenhuma imagem de Anita, desta forma, ficou mais conhecida no século XIX do que aquela produzida pelo delegado Lovatelli. Em pouco tempo, a mulher de Garibaldi esteve entre os assuntos mais anunciados no mês de agosto de 1849 na ainda não unificada Itália. Isso devido ao que foi concluído de início na investigação do corpo de mulher encontrado na areia. A notícia era de que a vítima fora assassinada e Garibaldi o mentor do crime. Com isso, notificações para a captura de Garibaldi e seus companheiros foram disseminadas por todo o território. No folheto, todo o ocorrido desde o achado no pântano em Ravena até a periculosidade de Garibaldi estavam detalhadamente descritos (MARKUN, 1999, p. 18)¹¹⁰.

Após a necropsia, o corpo foi encaminhado para o enterro em um túmulo no cemitério de uma pequena igreja. Dez anos mais tarde, em 1859, o cadáver fora subtraído da sepultura

¹¹⁰ MARKUN, Paulo, in BÓRIS, Ivan; MILANI, Mino: Anita Garibaldi: vita e morte di Ana Maria de Jesus. Milão: Camunia, 1999, p. 18



por homens que apoiavam Garibaldi em sua política libertária. Diziam eles que, com os movimentos revolucionários que emergiam, era preciso guardar os restos mortais de Anita em sítio seguro, uma vez que temiam haver uma profanação da memória da mulher de Garibaldi (*Idem*, p. 18).

O fato citado torna-se relevante quando pensado no ambiente italiano às vésperas do retorno de Garibaldi do exílio, considerando que o general tencionava retomar as batalhas pela revolução que teve que adiar por dez anos, quando saiu da península em fuga após a morte da esposa.

O nome de Anita ainda era lembrado pelos libertários que outrora empunhavam espadas na revolução, mesmo estando seus restos mortais quase escondidos em uma tumba singela de uma pequena igreja.

Quando Giuseppe Garibaldi foi reaver os restos mortais de sua esposa, em um cortejo por ele encabeçado, erguendo a urna funerária, ao longo do caminho que seguiu em direção ao Palácio do Governo, não eram apenas ossos de sua mulher que mostrava a todos, mas a imagem de Anita afirmada, que começava a ser vista e mencionada como heroína na Itália, algo que demoraria um pouco em sua terra natal (*Ibidem*, p. 352).

No jornal “Correio Mercantil” do Rio de Janeiro, de 29/11 e 02/12 de 1860, o almirante Frederico Mariath, responsável pela retomada de Laguna pelos imperiais em 1839, descreve a bravura de seus antagonistas, após ter lido o “folhetim” de Alexandre Dumas quando o mesmo jornal publicou as “Memórias de Garibaldi”:

Garibaldi, seja dito em abono da verdade, desenvolveu nessa ocasião uma coragem digna de inveja. Não devo deixar despercebido o projeto que, Garibaldi diz, formara, de ir ele incendiar a esquadra imperial e isso quando já estava derrotado. Foi muito feliz em não obter para isso concessão de seu general. Se tal coisa empreendesse, talvez não lhe restasse tempo de escapar-se em um pequeno bote com sua heroína (*Ibidem*, p. 159).

O almirante Mariath se tornou uma testemunha ocular importante, pois, presenciou Anita em ação, podendo avaliar seus atos de bravura e conotar a mulher de Garibaldi, como não poderia deixar de ser, mais uma vez no século XIX, como heroína.

Frederico Mariath achou que as “Memórias de Garibaldi” mereciam retificações no que tangia ao seu sucesso na batalha da retomada de Laguna, alegando que, por esquecimento do próprio adversário na época, algumas afirmações não procediam. Ao final, as tais retificações não passavam de meros números das embarcações em combate de ambos os lados. Ainda assim,



manteve-se bastante equilibrado em sua declaração no artigo, o mais notável foi a honestidade que dispensou ao casal Garibaldi, referindo-se ao que chamou de “bravura antagônica” (RAU, 1975, p. 156-157).

Para Wolfgang Rau (1975, p. 157), principal biógrafo de Anita, escreveu, as frases do almirante para o jornal soaram sarcásticas e mesquinhas. Mesmo partindo das impressões de Rau, o fato é que um importante indivíduo presente em um momento histórico ofereceu seu testemunho em um jornal de grande circulação, enfatizando a palavra heroína para adjetivar uma mulher no século XIX¹¹¹. Fosse sarcasmo ou não, estava lançado o pensamento.

Após 20 anos do término da Revolução Farroupilha, o Coronel Antônio de Melo Albuquerque, conhecido como o Melo Manso, enviou uma correspondência ao amigo marechal

Leite de Castro, na qual mencionava Anita e sua prisão pelo mesmo coronel em Curitiba. Esta carta é transcrita pela pesquisadora Yvonne Capuano em palestra proferida no “Seminário Internacional 170 anos da Revolução Farroupilha” em 16 de setembro de 2005:

Quando o combate tornou-se mais renhido, via-se que era Anita quem mais animava os soldados do seu marido a serem valentes. Os meus oficiais, especialmente os que estavam na retaguarda, me referiram que era a combatente com a espada em punho e com seus lindos cabelos flutuantes que mais se expunha às nossas balas; que mais trabalhava pela vitória de seu marido, tendo por vezes posto em dúvida a sorte de minhas forças... Ainda agora, apesar da passagem de vinte anos, quando me recordo pasmoso heroísmo, dos seus cruéis sofrimentos, das suas angústias, sinto ensoberbecer-me, por haver sido Anita minha gloriosa prisioneira, o mais honroso título da minha longa vida e o principal enfeite da minha fé de ofício (CAPUANO, 2007, p. 172-173).

Nada há de espantoso no relato, uma vez que no Brasil, desde o período colonial, era comum ler relatos de inimigos valorosos produzidos por seus adversários. Quanto maior o inimigo, mais importante a vitória. Tal foi o caso, por exemplo, de algumas narrativas feitas a respeito do Quilombo de Palmares e de Zumbi tanto por seus inimigos vindos da Holanda quanto de portugueses e brasileiros que se lançaram contra o refúgio negro da Serra da Barriga¹¹².

Analisando o Jornal “Correio Mercantil” de 1860 que expôs diariamente capítulos do novo livro de Alexandre Dumas intitulado “Memórias de Garibaldi”, denota-se que de imediato chamou muita atenção, principalmente dos militares que lutaram frente a frente com a figura

¹¹¹ Informações teórico-históricas sobre a mulher no século XIX serão explicadas brevemente mais adiante

¹¹² Cf.: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho & FERREIRA, Ricardo Alexandre. Três vezes Zumbi: a construção de um herói brasileiro. São Paulo: Três Estrelas, 2012.



italiana, alguns anos antes, como se percebeu a partir da narrativa do almirante Frederico Mariath que se sentiu no dever de corrigir levianos fatos numéricos nas memórias falhas de Garibaldi.

A autobiografia de Garibaldi molda o estereótipo de uma heroína - como aqui já mencionado - de uma deusa de Palas em pleno XIX, fazendo com que a imagem de Anita continuasse viva apesar de sua morte, algo que o general Garibaldi procurou manter durante toda sua vida. Garibaldi desenvolve os eventos de lutas, combates, entre outros, de forma intimista, com detalhes que inserem o leitor na batalha, mas quando menciona Anita em seus relatos, não poupa elogios e palavras de orgulho e admiração. A comparação com a deusa Palas (Garibaldi se refere acima ao batismo de fogo de Anita, o qual Paulo Markun conta em sua obra com maior riqueza de detalhes, e que será utilizado o excerto para se denotar a comparação com a Deusa de Palas), um dos nomes de Atena, não era fortuita, pois tratava-se da protetora grega da guerra.

Ao passo que eu realizava meu trabalho de destruição, Anita efetuava a sua obra de salvamento. Mas de que modo, bom Deus! De maneira a fazer-me estremecer! Na missão de transportar as armas até a orla e no seu retorno à embarcação, ela talvez tenha realizado vinte vezes o trajeto...Ela, porém, de pé sobre a popa, no cruzamento dos tiros, surgia ereta, calma e altaneira como uma estátua de Palas, recoberta pela sombra da mão que Deus naquelas horas pousava sobre mim (DUMAS, 2009, p. 99).

Giuseppe Garibaldi fala de Anita em suas memórias com tanto fervor quanto o próprio Wolfgang Rau, mas com relatos, em certos momentos, de culpabilidade pelo desfecho infortúnio de sua esposa. Em suas páginas, Garibaldi se preocupa em contar o quanto Anita era intrépida, e narra seu primeiro encontro com sua companheira de uma década de maneira cinematográfica:

Dada a ordem de desembarque, tomei o caminho da casa sobre a qual havia já algum tempo fixara-se toda a minha atenção. O meu coração disparava, mas também encerrava malgrado a sua comoção, uma dessas resoluções que jamais esmorecem. Um homem convidou-me a entrar. Virgem criatura, tu serás minha!, foi o que disse ao ter a jovem diante de mim. E com tais palavras eu forjava uma aliança que somente a morte haveria de romper. Eu encontrara um tesouro interdito... (DUMAS, 2009, p. 91).

Além das menções avulsas discorrendo sobre suas memórias, Garibaldi dedica um capítulo completo à sua esposa. Neste capítulo, já em momentos derradeiros no Rio Grande do



Sul, o corsário¹¹³ nos conta sobre o nascimento de seu primeiro filho com Anita. A partir do evento, Garibaldi glorifica a mãe deste filho demonstrando quantas privações e perigos essa mulher enfrentou corajosamente e, ainda assim, cumpriu seu papel de mulher honrosa ao companheiro. Mulher e mãe, mas também um soldado intrépido, segundo o marido (DUMAS, 2009).

Garibaldi, em alguns momentos, engrandece a companheira a patamares muito maiores que aqueles utilizados para descreve-lo, como quando narra a segunda fuga da mulher, com o filho recém-nascido nos braços. Neste momento, o local onde guardavam estadia foi atacado por uma tropa imperial comandada pelo General Moringue.

Sublime em sua coragem em face do perigo, ela ainda se engrandecia (fosse isso possível!) diante da adversidade. Assim, frente a frente com aquele estado-maior assombrado com a sua bravura- mas que não tivera o escrúpulo de dissimular à vista de uma mulher a sua empáfia de vitoriosos -, ela repeliu com uma áspera e orgulhosa altivez alguns termos que pareciam-lhe exalar o desprezo pelos republicanos vencidos. Anita combateu tão energicamente com as palavras quanto o fizera com as armas (DUMAS, 2009, p. 118-124).

A segunda fuga de Anita é descrita pelos seus principais biógrafos como algo impressionante, tornando-se um evento tão magistral e ao mesmo tempo emblemático que o monumento/sepulcro erguido para homenagear e servir de última morada para os restos mortais de Anita representa esta imagem: a heroína montada em um cavalo em pelo segurando o filho nos braços.

Anita, no seu décimo segundo dia posterior ao seu parto, sob uma inclemente tempestade, montada em seu cavalo, andrajosa, com o seu pobre filho de través sobre a sela, vira-se forçada a buscar refúgio na mata. No rancho, então, não encontrei nem Anita nem a boa gente que lhe dera albergue. Localizei-os, porém, na orela de um capão, onde andava o inimigo e se tinham ainda alguma coisa a temer (DUMAS, 2000, p. 124).

Alexandre Dumas na versão ditada por Garibaldi deste episódio menciona Anita como heroína:

Ela aproxima-se do local principal de combate quando cerca de vinte cavaleiros inimigos, passaram a atacar os nossos soldados encarregados do transporte. Excelente amazona e montada num admirável ginete, Anita poderia ter disparado e escapado àqueles cavalarianos; porém, o seu peito de mulher encerrava um coração de heroína (DUMAS, 2000, p. 120).

¹¹³ Garibaldi recebe sua carta de corso de Bento Gonçalves, antes de fazer parte da Revolução Farrroupilha.



Descrevendo a providencial presença de Anita em momentos importantes nas batalhas, Garibaldi denota os pensamentos subjogados por seu comportamento durante as lutas, mostrando ser uma verdadeira heroína capaz de estar a seu lado e ainda se firmar como mulher desejada e dedicada.

Submetendo-se a contragosto ao papel de simples espectadora do combate, e temendo que viesse a faltar cartuchos aos soldados, ela provia o abastecimento das nossas munições. O fogo que éramos obrigados a fazer permitia de fato supor que, se estas não fossem repostas, em pouco tempo achariam-se esgotadas (DUMAS, 2000, p. 119-120).

Apenas de início, Garibaldi menciona sua companheira como mãe, tendo esse gesto com o intuito de engrandecer Anita, que ainda combatendo, como um soldado, de forma grandiosa, consegue lhe proporcionar uma grande alegria de um filho. No decorrer do capítulo, ele descreve batalhas árduas com os soldados imperiais e coloca Anita em luta, mas sempre sublinhando os seus feitos. São os primeiros relatos para a História das ações da companheira no século, conotando o posto de heroína.

(...) Excelente amazona e montada em um admirável ginete, Anita poderia ter disparado e escapado àqueles cavalarianos; porém, o seu peito de mulher encerrava um coração de heroína. Em lugar de fugir, ela tratou de exortar os nossos soldados a defenderem-se achando-se de súbito rodeada pelos imperiais (...). Ela cravou as esporas no ventre de seu cavalo e, arrojando-se vigorosamente, avançou por entre os inimigos, não recebendo senão uma bala, que transpassou o seu chapéu, alteando-lhe os cabelos, mas sem roçar-lhe o crânio (DUMAS, 2000, p. 120).

Observando a descrição acima, imagina-se uma cena saída de um filme épico, com intuito de entreter e aguçar a imaginação, ou como Garibaldi sem dúvidas intencionava quando procurou Alexandre Dumas, o reconhecimento como herói, considerando que sua esposa não poderia ser apartada desta intenção.

Não há registros sobre Anita na documentação farroupilha conhecida, sendo as memórias de Garibaldi a primeira fonte a mencioná-la como heroína. As biografias de Anita se tornam melhor documentadas quando da sua união com Garibaldi, sendo encontrados registros de casamento, batismos, relatos orais e claro, as memórias.¹¹⁴ Entretanto, a imagem de Anita tem uma mácula que ainda perdura.

¹¹⁴ Ver: SOUTO, Cíntia Vieira. “Anita Garibaldi, heroína, mas virtuosa”. História, gênero e trajetórias biográficas, ST. 42. Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Disponível: < http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/C/Cintia_Souto_42.pdf >



2.1.1 Anita na História

A partir do século XX, a elaboração da imagem de Anita abandona o terreno do registro policial e da construção da imagem do marido e companheiro de batalhas para assumir um caráter mais individualizado na pena de pesquisadores que passaram a se interessar pela trajetória da, então, já controversa personagem. Principalmente no início do período, a tônica das investigações é marcada por uma certa valorização de princípios republicanos muito ligados à promoção do sentimento nacional. Compreender como a imagem construída no Oitocentos é modificada a partir da virada do século constitui o objetivo principal do capítulo.

Para tanto, são analisadas biografias e outros documentos que auxiliam na compreensão do processo de transformação da imagem de Anita em obras que se sucederam ao longo de décadas, algumas, norteadas por diferentes contextos políticos e sociais atravessados pelo país. As biografias aqui tomadas como fontes principais foram selecionadas de acordo com critérios que variam da possibilidade de acesso aos textos originais até a presença e a importância que assumiram como fontes de dados para os estudos que a elas se seguiram ao longo do século, empreendidos por historiadores de profissão, jornalistas e outros interessados em Anita Garibaldi e na Revolução Farroupilha.

Com o advento da Proclamação da República, a Revolução Farroupilha, vista como uma efeméride, foi reconsiderada pela então nova política brasileira como um evento cuja rememoração era bastante conveniente aos projetos intentados pelos grupos políticos que assumiram o poder no país.

Os movimentos republicanos, sobretudo aqueles que se desenvolveram a partir do fim do Segundo Reinado, se direcionaram para uma propaganda nacionalista, visando a promoção e o estabelecimento do regime, diante de um povo tido como dotado de pouco sentimento de pertença ao país e mesmo visto pelas elites como desprovido de identidade nacional.

Os conceitos de nação, nacionalismo e, conseqüentemente, de identidade nacional, foram se construindo na Europa com maior efervescência no século XIX. O historiador Eric Hobsbawn configura nacionalismo como algo fundamental para a sustentação de uma unidade política nacional. Para ele, a nação não vem antes do Estado e do nacionalismo, e sim, o corpo de Estado, e o nacionalismo para a sustentar a unidade ou o corpo é que geram a nação e não o oposto



Seguindo a proposta do Estado, o Partido Republicano Rio-Grandense, que se apresentava como seguidor dos ideais farroupilhas, traz à luz a Revolução Farroupilha que agora se integra aos planos republicanos. Nas décadas finais do XIX, jornais republicanos como “A Federação” ou mesmo livros como “A História da República Rio-grandense” (1881) de Joaquim Francisco de Assis Brasil, apresentam os primeiros estudos sobre a revolução.

No dia 20 de agosto de 1912, o jornal “A Federação” apresenta em primeira página os 4 atos de uma ópera intitulada “Annita Garibaldi” composta pelo maestro Francisco Braga. O periódico oferece ao leitor além de um breve resumo dos atos musicais uma biografia sobre Anita, onde se deixa claro ser uma cópia do que havia sido publicado em outro jornal, “O Correio da manhã”. O jornal deixa explícito que os brasileiros não dão o devido valor a heroína, assim como a Itália já o faz, e esperam que esta publicação possa elucidar seu valor:

Foram os episódios desse drama militar em grande parte ocorrido no Brasil, e os lances da tragédia amorosa cujo epílogo teve lugar em Ravenna, junto a uma floresta de pinheiros, que Osorio Duque Estrada fixou em um libreto de uma opera a que acabou de dar vida a inspiração musical do nosso glorioso maestro Francisco Braga. Ao passo que no Brazil nada se fez ainda para testemunhar a gratidão nacional à sua heroína, já em Ravenna em Nice dois monumentos foram levantados à memória de Annita Garibaldi (A FEDERAÇÃO, 1912, s/p).

Neste mesmo período, a imigração italiana se acentuava no Rio Grande do Sul, com claras intenções do Estado positivista de “branquear” a população brasileira. Após a abolição da escravatura, em 1888, e com o fim da monarquia no ano seguinte, essa imigração se torna cada vez maior, o que resultava em uma maior influência econômica e política dos imigrantes italianos na região (SOUTO, 2007). Diante de tal situação, o governo precisava estabelecer um elo com os imigrantes italianos.

Giuseppe Garibaldi passou a condição de coadjuvante da Revolução Farroupilha a herói. Agora, como instrumento de propaganda política, o processo de edificação do mito do italiano fica evidente. Tanto que o jornal republicano do município de Caxias do Sul publica uma imagem na qual Garibaldi figura ao lado de Bento Gonçalves, ambos segurando uma coroa de flores com os dizeres “A união faz a força”. Logo abaixo da foto, estava a figura do então governador Borges de Medeiros, com intenção nítida de propaganda política (CONSTANTINO, 1984).



De fato, Garibaldi não somente é lembrado como herói da Revolução Farroupilha, mas também do mundo. A propaganda política do governo brasileiro perante Garibaldi foi efetiva, se estendendo até meados da Segunda Guerra Mundial.

Em 1898, Borges de Medeiros assume o governo do Rio Grande do Sul e deixa clara as intenções de reativar a imigração italiana, desenvolvendo economicamente a região colonial, ordenando a abertura de estradas e a construção de escolas, favorecendo a ocupação de novas terras pelos italianos. Em 1900, a colônia mais antiga, Conde d'Eu é emancipada e passa a ser o município de Garibaldi (*Idem*, 1984).

No ano de 1883, fora aberto o trecho inicial da rua Garibaldi, na cidade de Porto Alegre, e em 1907, no centenário de nascimento do herói, a Praça da Concórdia recebe o nome do general, além de um monumento erguido com fundos de uma campanha gremista liderada por expoentes italianos. Garibaldi naquele momento é o revolucionário farroupilha, e Anita já vem aparecendo na sua companhia, como mãe corajosa e mulher guerreira (*Ibidem*, 1984).

Para se comemorar o cinquentenário de colonização no Rio Grande do Sul, é lançado, em 1925, um álbum que recebeu financiamento do Governo italiano e foi publicado pela Editora Globo, cujo proprietário era o italiano Bertaso. O álbum apresenta, logo nas primeiras páginas, mensagens de Benito Mussolini, então ministro do Exterior do Reino d'Itália, o qual desenvolvia uma intensa ação diplomática com governos externos, principalmente o Brasil, buscando associar e atrair imigrantes que ascendiam socialmente (*Idem*, 1984).

Mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, a historiografia de Garibaldi continua tendo grande importância no Rio Grande do Sul, especialmente. A declaração de guerra ao Eixo em 1942 não estremece a relação com os italianos no país e, ao final de 1946, estava assinada a Declaração de Amizade e Cooperação entre Brasil e Itália, considerando, então, a guerra um acidente de percurso (*Ibidem*, 1984).

Elíbio Júnior expõe o processo de construção de Anita Garibaldi também na década de 1940, e demonstra como a personagem ganha força nos discursos interativos entre Brasil e Itália na região sul do país, recordando uma “época gloriosa em que italianos, gaúchos e lagunenses lutaram pelo ideal de liberdade, igualdade e justiça” (ELÍBIO JÚNIOR, 2000, p. 98).

No jornal Correio do Sul de 1940, durante a II Guerra Mundial e antes do Brasil fazer parte da mesma, acaba por destacar:

Guardadas as naturais reservas impostas ao Brasil pela honesta e patriótica política de neutralidade, assegurada sem tergiversações pelo Chefe da Nação os nossos círculos



de pensamento não escondem a simpatia com que focalizam o redentor papel das aguerridas legiões fascistas, na frente – guerra para banir em retirada a nefasta influência britânica nos destinos balcânicos.

Duas grandes raças, sem dúvida a brasileira e a italiana, como elementos altamente representativos da inteligência latina, se identificaram secularmente nos mesmos anseios e nas idênticas e legítimas reivindicações.

Se abirmos as páginas cheias de luz da nossa História, aí encontraremos a bravura italiana, do lado da leonina bravura dos brasileiros, nas lutas farroupilhas pela nossa libertação, admirável ciclo na nossa formação de onde se elevou a dominadora figura de Anita Garibaldi a bela brasileirinha de Santa Catarina, nascida às margens rústicas e azuladas do velho cantante Tubarão, eternizada na gratidão emotiva da gente itálica, em um monumento que em Roma se ergueu da serena grandeza do Palatino.

O fascismo é o superior sentido da unidade e de coesão!!! Ave, Itália!!! (ELÍBIO JÚNIOR, 2000, p. 28-29).

Em título com letras garrafais: Uma heroína injustiçada –um pouco da História de Anita Garibaldi, a destemida guerreira dos dois mundos...de como se deturpam fatos históricos escritos para estudantes, o jornal “O Correio da Manhã”, em 06 de maio de 1941, se indigna com o descaso e a falta de veracidade na história de Anita.

Para tanto, a publicação dedica um espaço de meia página para recontar a sua biografia de quando a heroína ainda permanecia no sul do país, e para alertar aos professores sobre o que ensinam às crianças brasileiras, devendo refutar toda “monstruosidade” acerca do nome da heroína mártir.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, as abordagens acerca do casal Garibaldi se tornam recorrentes, e toda a trajetória do italiano diante de uma Revolução perdida e com ideais que já não eram mais os próprios, é descrita com entusiasmo pelos membros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Dante de Laytano, que sendo filho de italianos e membro do instituto, enaltece o idealismo Garibaldino, destacando a travessia dos lanchões por terra feita pelo então capitão Garibaldi (ELÍBIO JÚNIOR, 2000).

A biografia de Boiteux, intitulada “Annita Garibaldi”, se torna importante por ser a primeira a documentar algo que tenha acontecido na vida de Anita antes de Garibaldi. Pelos motivos já expostos, ela não estava muito longe do segundo marido. Como afirmou a historiadora Cíntia Vieira Souto, a república foi importante para a disseminação da imagem de Anita, seja esta de heroína ou não, mas não teve o mesmo papel dos italianos no Brasil, que seguramente disseminaram a imagem de heroína ao lado de Garibaldi (SOUTO, 2006). Mesmo que esta obra seja de difícil acesso atualmente, “Annita Garibaldi” marca a trajetória do comandante Boiteux como membro-sócio eleito em 1944 no IHGB. De sua lavra, na instituição,



também foram produzidos, dentre outros títulos, biografias do Almirante Barroso e do Marquês de Tamandaré, mas foi sobre Anita sua biografia mais inusitada.¹¹⁵

Os biógrafos que se debruçaram sobre a vida de Anita Garibaldi, no período que se estendeu entre o final do século XIX até as primeiras décadas do XX, não ultrapassam as barreiras do desejado pela República: uma Anita virtuosa, esposa devotada, que “fez do seu coração a sua espada de combate”, como assim disse Ignez Sabino no começo da instauração da República em sua biografia, já mencionada no primeiro capítulo deste estudo (ELÍBIO JÚNIOR, 200, p. 151-152).

O abandono de Anita foi contado pelos historiadores da época a partir do relato de Garibaldi em suas memórias, escrita por Alexandre Dumas. Ele avistou a mulher na praia de dentro de seu barco e foi à terra para procura-la a encontrando na casa de um conhecido. Em suas memórias, é visível o quanto se sente culpado em assumir seu romance com uma mulher casada, outras biografias, na mesma direção, se esforçaram em continuar romaneando o encontro (SOUTO, 2006).

Ficamos os dois estáticos e silenciosos, olhando-nos reciprocamente como duas pessoas que não estão se vendo pela primeira vez, que identificaram na fisionomia do outro qualquer coisa que desperta uma reminiscência.

Saudei-a finalmente e lhe disse: “Tu devi ser mia”...Tinha encontrado um tesouro proibido, mas um tesouro de grande valor!!! Se houve culpa, foi inteiramente minha. E...houve culpa sim! Sim! Se uniam dois corações com amor intenso e se destruíam a existência de um inocente! Ela está morta, eu infeliz, e ele, vingado. Sim, vingado! (DUMAS, 2000, p. 54-55).

Cíntia Vieira Souto também alerta para o fato de que os relatos orais eram pouco confiáveis, tendo em vista ser pouco provável alguém que conviveu com o casal Garibaldi no Oitocentos ainda estivesse vivo em meados da década de 30 do século XX. O problema é que o relato oral constituía o conjunto de fontes mais recorrentemente descrito nas biografias até o momento, além, é claro, de constituírem discursos apazíveis ao governo (SOUTO, 2006).

Dentre os autores que revelam ter Anita sido casada antes de conhecer Garibaldi estão o próprio Henrique Boiteux e Valentim Valente, autor de “Anita Garibaldi: heroína por amor” (1949), mas que advogam em sua causa, defendendo que o tal “inocente”, o primeiro marido de Anita, teria desaparecido sem aviso prévio (*Idem*, 2006).

¹¹⁵ Ver: IHGB. <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/HBoiteux.html>. Acesso em 15/03/2018.



Lindolfo Collor, em “Garibaldi e a guerra dos farrapos”, de 1938, defende que a mulher foi abandonada quando Manuel Duarte (o marido) decidiu seguir o exército imperial e lutar contra os farroupilhas. Entretanto, Gerson Brasil em “Garibaldi e Anita: guerreiros do liberalismo”, de 1971, defende que o marido havia falecido, sem dar muitas explicações de como aconteceu o fato (*Ibidem*, 2006).

A partir destas versões acumuladas ao longo das primeiras décadas do século XX, as biografias de Wolfgang Rau (1975) e de Walter Zumblick (1980) descrevem a mesma versão de Lindolfo Collor, mas é Rau quem coloca Manuel Duarte como marido desidioso, abandonando Anita à própria sorte (*Ibidem*, 2006).

Entre tantas biografias, sem nenhum consenso e com muitas fontes tidas como pouco confiáveis, acredita-se que, de um modo ou de outro, as construções de Anita, até meados do século XX, teriam um único propósito: o de desenvolver o projeto de nação ao qual o governo se propunha, usando da imagem de Anita, construindo-a a partir dos moldes de amor à pátria e heroísmo, valores que ajudariam a propagar a ideia de identidade nacional entendida como a mais correta para o período.

Walter Zumblick difere das obras mencionadas por retratar Anita Garibaldi por meio de ilustrações advindas do próprio irmão, Willy Zumblick, ambos catarinenses. O trabalho dos irmãos se inicia em meados dos anos 50 do século XX, mas a primeira publicação data de 1980, com patrocínio da Prefeitura da cidade de Tubarão (MACHADO, 2012). A obra dos irmãos torna-se importante como fonte por colocar de maneira mais palpável os atos heroicos de Anita, por ela mesma, ou seja, sem a presença irrefutável do marido Garibaldi. Mesmo que o livro tenha sido idealizado por iniciativa dos irmãos, o interesse político foi evidente. Entretanto, as ilustrações não se preocupam em defender ou esconder algum fato “vergonhoso” da vida de Anita, mas simplesmente, exaltar os seus feitos.

Walter Carlos Zumblick e Willy Alfredo Zumblick nasceram na cidade de Tubarão em 1908 e 1913 respectivamente. Walter, também exercia o ofício de historiador dentre várias outras atividades. Além das ilustrações com a parceira de seu irmão Willy que era artista plástico, também escreveu uma biografia com a mesma personagem, de nome “Aninha do Bentão” (1980), que traça o perfil sentimental e épico de Anita (*Idem*, 2012). Tanto a biografia quanto as ilustrações demonstram a catarinense heroicamente, até mesmo de forma individual, nem sempre acompanhada do marido Garibaldi, contendo muitos parâmetros históricos, e sem temer alguma indisposição por isso.



Walter Zumblick apesar de historiador, não identifica nos livros as fontes em que se baseia para descrever a história de Anita e também a do estado de Santa Catarina. Ele pretende fornecer um manual para jovens estudantes que contasse a vida de uma conterrânea com feitos tão valorosos, sendo ela um exemplo de mulher, de mãe e de cidadã (*Ibidem*, 2012). O autor deixa brechas de seu amadorismo como historiador, pois, não apresenta suportes metodológicos históricos, transformando sua obra em romance, quase ficção. Entretanto, é uma obra com um marco e com uma intenção, o que torna importante para a composição do presente estudo, podendo também ser aberto o debate sobre a distinção entre narrativa histórica e narrativa literária. “É a partir da década de 1980, e, portanto, logo após a publicação de seu romance, que os debates sobre essa distinção começam a aparecer” (*Ibidem*, 2012, p. 57).

Quanto a Willy Zumblick, é ainda mais difícil saber onde ele se baseou para pintar os seus quadros sobre Anita, imaginando que a inspiração partisse do próprio livro *Aninha do Bentão*.

Em *Aninha do Bentão*, Walter traça duas representações diferentes para Anita Garibaldi. A primeira, antes de conhecer Garibaldi, a menina-moça Ana Maria de Jesus Ribeiro ou *Aninha do Bentão* como era conhecida em Laguna; e a segunda, sedenta por um amor verdadeiro e sem medo de buscar a felicidade, a mulher-soldado que se veste com roupas masculinas e ousada a ponto de pegar em armas para ficar ao lado de seu grande amor (*Ibidem*, 2012, p. 58).

Nas ilustrações de Willy a partir do momento em que se junta a Garibaldi, Anita é retratada como a mulher-soldado, enfermeira (que colaborou como tal enquanto esteve no Uruguai), mãe devota, amante incondicional de seu amado, realmente sendo tudo isso (MACHADO, 2012).

Sobre as representações de Anita feitas pelos artistas em geral, Walter diz que:

Mentiram artisticamente quantos – quase uma dezena – tentaram fixar na tela ou no bronze as feições de Ana Maria de Jesus Ribeiro. (...) Os retratos e os monumentos de Ana Maria, carentes quase todos eles de um original, caminharam pela estrada da dedução que parecia lógica. (...) Mulher-soldado ou mulher-marinheira metida com assombro, nos perigos dos entreveros sanguinolentos, teria, por certo, uma feição que seria aquela que o heroísmo inspirou. (...). Nela, mais que o figurino do guerreiro respingado de sangue, sobrou a mulher meiga que lutou, isso sim, por um outro ideal que foi o seu amor. (...). Num ponto, entretanto, acertaram retratistas e escultores. Todos eles fixaram aquele ar de tristeza que foi companhia durante toda a sua vida (ZUMBlick, 2012, p. 59).

Com a narrativa dos irmãos Zumblick, é possível perceber a imagem que se pretendeu transmitir aos moradores do sul do país, principalmente, é possível perceber como elemento de



interesse a heroicidade de Anita. Walter afirma sobre o que foi retratado seria “a rigor, mais que uma guerreira, estava no comportamento de Ana Maria de Jesus, isso sim, aquela ternura da amante ofuscada pelo clarão que inundava a bela estampa do homem que morava em Garibaldi” (*Idem*, p. 36). A personagem não foi apenas composta de maneira heroica. Toda a sua vida ganha ares de romance épico, que articula a noção, um tanto clichê, de “amor e guerra”, tornando o casal mais agradável para os leitores, sendo estes cativados pelo orgulho patriótico e pelo enredo novelístico.

A guerra “foi um cenário ocasional na vida da nossa heroína. (...) Ana de Jesus lutou por amor e nunca pelo ódio”. (...) Ana Maria de Jesus Ribeiro, que não temia morrer lutando, tinha pavor do linguajar e das falas em surdina dos moradores da rua do Rincão (*Ibidem*, p. 43).

De acordo com os irmãos, escritores e biógrafos, de uma forma geral, que os antecederam, tentaram obscurecer e diluir os feitos de coragem de Anita, considerando o que já foi mencionado sobre a mácula em sua vida, ou seja, ter sido casada antes de conhecer e conviver com Garibaldi. Zumblick explica que já é o momento de restituir as honras que lhe faltaram como mulher vigorosa que lutou como um soldado seguindo o amor por um homem igualmente valoroso, até sua morte na Itália (*Ibidem*, p. 46).

Buscando demonstrar Anita como heroína e mulher dedicada, nas ilustrações de Willy Zumblick ela aparece como a mulher-soldado, vestida com roupas masculinas e empunhando armas. Na próxima página está a amante obstinada à procura de seu amor ou a mulher carinhosa cuidando dos feridos em guerra ou dos filhos. Ainda no mesmo livro pode se ler: “Quando grávida pela primeira vez, Anita “desafivelou do cinto a sua espada de tantos combates. O soldado tornara a ser mulher. Um tanto afastada das correrias, dos entreveros, remendava ela velhos trapos com os quais tentaria agasalhar o filho que iria nascer” (*Ibidem*, 2012, p. 51).

Walter Zumblick defendia a catarinense na mancha mais obscura em sua vida, quando diz que ela, cansada de viver amasiada com Garibaldi, o que aos olhos da sociedade era algo inconcebível para uma heroína brasileira, tão logo se casa ao chegar no Uruguai: “Dentre as modestas aspirações sempre em pauta, mas, poucas vezes atendidas, a realização do seu casamento foi, sem dúvida, o ponto máximo no rosário dos desejos tão justos de Anita” (*Ibidem*, p. 67-68).

Entre gravuras de crayon e pinturas a óleo, estão descritos em ordem cronológica os momentos derradeiros dos 10 anos em companhia de Garibaldi, até sua morte:



Já na Europa “Anita está presente em vários combates. Nessa ocasião havia cortado o cabelo e usava um traje masculino e mais o tradicional chapéu de abas largas enfeitado com uma pluma”.³⁸ Em uma fuga acompanhando Garibaldi, Anita adoece e morre. Morria sem uma palavra de amargura, sem um gesto de revolta, sem uma imprecisão. Era a Aninha do Bentão, a Anita Garibaldi que iniciava o seu caminho para o país dos espíritos, para o reino dos glorificados, cujo roteiro áspero e ingrato foi vencido com dores, com desenganos, com canseiras e desilusões (*Ibidem*, p. 78).

Com estes trechos do livro de Walter Zumblick (2012) e analisando as ilustrações de Willy Zumblick expostas no Museu Willian Zumblick na cidade de Tubarão/SC e de acervo particular em posse de familiares, percebe-se todo um esforço em reforçar a ideia da “Heroína dos Dois Mundos”, título que conquista por seus feitos como mãe dedicada, pecadora, guerreira, “mas que se redimiou através de tantos sofrimentos e lutas, e por fim, o retrato da mulher que lutou por amor” (MACHADO, 2012, p. 63).

Segundo Karla Machado, deve-se ponderar as representações de Anita no âmbito da construção do processo histórico, e seus possíveis e intencionais usos, “articulando a construção discursiva da representatividade com a construção social dos discursos que a envolvem” (*Ibidem*, p. 63).

Acompanhando a análise de obras que construíram a imagem heroica de Anita Garibaldi está a biografia de Wolfgang Rau, que no ano de 1975 publica “Anita Garibaldi – perfil de uma heroína brasileira”, tornando-se obra referência para estudos sobre o assunto.

2.1.1.1.1 Biografia Wolfgang Rau – Anita Garibaldi: o perfil de uma heroína brasileira (1975)

O escritor suíço, naturalizado brasileiro e radicado em Santa Catarina, Wolfgang Ludwig Rau, foi, em primeiro plano, um grande defensor de Anita. Em seu livro biográfico, o pesquisador revela uma pesquisa de anos em favor de construir a imagem de Anita como heroína do Brasil, ao seu ver, até então injustiçada e julgada. O autor também teve uma importante contribuição para que se confirmasse a nacionalidade de Anita e seu local de nascimento, visto que não foram encontrados registros preservados sobre o tema.

Rau era arquiteto de formação, mas tomado pelo declarado amor e dedicando uma vida inteira à Anita, escreve um capítulo de seu livro de particular interesse para esta dissertação, intitulado “Quando a mulher se torna heroína”, no qual, como não poderia ser diferente, procura convencer o leitor, de mil maneiras, porque enfim Anita deve ser considerada uma heroína:



Praticou feitos guerreiros de fama imorredoura: sofreu privações e dores que lhe poderiam valer o emblema de mártir. Mulher exemplar do homem a quem amou e mãe carinhosa, combatente diante de encarniçados inimigos, sempre lutando ao lado de seu companheiro e marido, o imortal José Garibaldi (RAU, 1975, p. 165).

Após a publicação do estudo “Anita Garibaldi: perfil de uma heroína brasileira”, muitas outras obras sobre a heroína vieram ao longo do século XX. Mas é curioso asseverar que o estudo de Rau sempre serviu de ponto de partida para os que a ele se seguiram. É fato que Rau deixa seus juízos encontrarem grande espaço no estudo, mas, ainda assim, sua obra continua a despertar grande interesse nos historiadores, pois a mesma conta com documentação relevante para estudos propostos pelos especialistas.

Rau busca, de várias formas, convencer o leitor de que Anita é digna de ser considerada uma heroína, mesmo não oferecendo detalhes históricos dos eventos que demonstrassem tal afirmação. A obra é a mais completa até 1975, em plena ditadura militar, contando com o prefácio de Oswaldo Rodrigues Cabral, historiador e político catarinense, o qual também foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

3 BIOGRAFIAS POPULARES

Nesta parte final da dissertação, continuamos a analisar a construção da imagem de Anita que se seguiu à obra de Wolfgang Rau, sem perder de vista a historiografia pertinente ao período. No capítulo, serão apresentadas comemorações, eventos, publicações em jornais que ratificaram a heroicização de Anita, e biografias em muito tributárias dos documentos publicados por Rau, como acontece na obra do jornalista Paulo Markun (1999) “Anita Garibaldi: uma heroína brasileira”.

A biografia de Paulo Markun é apresentada na comemoração dos quinhentos anos de Descobrimento do Brasil, e 150 anos da morte de Anita Garibaldi. O produto final é repleto de fatos históricos, e obviamente, profunda pesquisa histórica. Com um caminhar detalhista, o romance histórico apresenta vasta iconografia ao longo das páginas, narrando a história de Anita por meio da história oral, de epístolas, mapas entre outros, remontando, assim, da infância até a morte da heroína. Também expõe eventos que colaboraram para transformar a imagem de Anita, como quando descreve o cortejo fúnebre do último enterro da esposa de Garibaldi,



realizado por iniciativa de Benito Mussolini, em 1932, na Itália. Mussolini também esteve de corpo presente no cortejo, em Roma (MARKUN, 1999).

Markun, como jornalista e escritor competente e reconhecido entre seus pares, constrói uma narrativa que busca, por meio de várias estratégias narrativas, convencer o leitor de que se trata, ao contrário do livro apaixonado de Rau, de uma história imparcial, detalhando fugas, lutas e feitos históricos em ambos os continentes pelos quais o casal Garibaldi transitara.

O autor tece a construção de Anita como heroína de dois mundos, assim como outros autores fizeram, mas com um domínio superior, em particular, na capacidade de construir contextos históricos abrangentes que conferem sentido mais crível às ações da biografada. Markun organizou documentos históricos e analisou a obra de Rau, entre outras, recontando a história de Anita a partir de sua icônica morte.

Desta forma, a biografia se torna mais atrativa aos leitores transformando a ordem cronológica em um artifício para a literatura histórica. Nada ali havia de inovação estilística, mas começar a contar a vida pela morte não deixava de ser curioso para o universo de leitores não especializados que compunham o alvo de seu livro.

Após realizar ao longo da dissertação um mapeamento das mais significativas biografias produzidas, direta ou indiretamente, sobre Anita é importante, ao final deste capítulo, visualizar algumas sobre a Anita que surgiram após ano de 1999. O interesse deste estudo é demonstrar a forma romanceada ou narcisista como um personagem é construído, só para recordarmos aqui algumas das implicações manifestadas por Jacques Le Goff que, não obstante, também estiveram presentes na construção da imagem de Anita Garibaldi.

O livro conta, com riqueza de detalhes, momentos históricos os quais estavam inseridos os Garibaldi, narrando até a morte de Giuseppe Garibaldi. Também expõe o cortejo fúnebre do último enterro de Anita, realizado pelo regime fascista de Mussolini, em 1932. O prefácio desta obra fica a cargo do sociólogo e ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que expõe a importância da redescoberta desses personagens históricos nos 500 anos do Brasil:

Concluo retomando a questão da oportunidade de trabalhos como o de Markun. Lembrei que os 500 anos convidam à redescoberta de figuras que fizeram história. Parece-me importante que os nomes escolhidos possam estimular a reflexão sobre os desafios do presente. A saga dos Garibaldi é um bom exemplo (MARKUN, 2009, p. 78).

Markun narra os momentos heroicos protagonizados por Anita de forma quase imparcial, detalhando fugas, lutas e feitos históricos em ambos continentes por qual passou,



tecendo a construção de Anita como heroína de dois mundos. O autor narra a primeira fuga de Anita, oito dias após ter sido capturada pelos imperiais em uma batalha na região de Curitiba de forma célebre:

Meio montada, meio nadando, cruzou o rio e seguiu galopando pela noite escura, usando uma espécie de poncho branco do marido, que encontrara numa casa do caminho. Assim vestida e com seus cabelos negros despenteados pelo vento, acabou por espantar os que buscavam fugitivos, que a confundiram com uma aparição. Dois dias depois chegou a uma cabana onde havia ficado com Garibaldi e que estava vazia. Conseguiu abrigo na casa de duas solteironas, que a receberam com temor: estava como homem, de poncho e chapéu. As velhinhas só mudaram a atitude quando ela ergueu a roupa e provou que era mulher. Acabou encontrando Garibaldi perto de Lages, oito dias depois da separação. E quando o coronel Teixeira Nunes perguntou como ela havia chegado até ali, Anita respondeu singelamente: “vim vindo, coronel. Vim vindo...” (MARKUN, 1999, p. 171).

4 CONCLUSÃO

O intuito deste artigo, para além do mapeamento de notícias de jornal produzidas nos finais do Oitocentos e no início da centúria seguinte, e das biografias produzidas ao longo do século XX a respeito de Ana Maria de Jesus Ribeiro foi acompanhar alguns dos principais momentos do processo de construção da imagem heroica de Anita Garibaldi, desde sua morte, em 1849, até a publicação da biografia de Paulo Markun, em 1999, colocando a mão fontes não analisadas até então, assim como inovação em sua abordagem, saindo do curso da História linear.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. *Prefácio*. In: Markun, Paulo. **Anita Garibaldi**: o perfil de uma heroína brasileira. Ed. Edeme, 1975.

CAPUANO, Yvonne. **Anita e Giuseppe Garibaldi na Revolução Farroupilha**. In: “Sonhos de liberdade: o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita”. Org. DE BARROS FILHO, Omar L.; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia. Porto Alegre, pp. 172-173, 2007.

CARTA, Gianni. **Garibaldi na América do Sul**: o mito do gaúcho. Ed. Boitempo, São Paulo, 1ª Ed, 2013.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Memória, mito e identidade: farroupilhas e italianos no Rio grande do Sul*. In: DE BONI, Luís A. & Costa, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias/ Correio Riograndense,



1984.

DUMAS, Alexandre. **Memórias de Garibaldi**. Ed. L&PM Pocket, 2000.

Jornal **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro. Publicações de 14/07/1849; 29/07/1849; 31/07/1849; 07/08/1849; 14/08/1860; 29/11/1860 e 02/12/1860.

Jornal **A Federação**, Porto Alegre. Publicações de 20/09/1885; 20/08/1912; 06/09/1935; 25/09/1935; 28/09/1935; 20/05/1936; 20/10/1951; 25/01/1952.

Jornal **O diário da tarde**, Curitiba. Publicações de 06/05/1941; 20/07/1944; 04/08/1949; 21/12/1949.

Jornal **O Estado de São Paulo**, São Paulo. Publicações de 25/04/1999; 10/08/1999; 13/09/1999.

MACHADO, Míran Karla. *Anita retratada pelos irmãos Zumblick*. **Revista Santa Catarina em História** - Florianópolis – UFSC, Vol.6, n.1, 2012.

MARTINS, Ana Luíza; DELUCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. Editora Contexto, Ed.1 2008.

MARKUN, Paulo. **Anita Garibaldi, uma heroína brasileira**. Ed. Senac, 5ª edição, 1999.

NOGUEIRA, Isabella. **Alexandre Dumas e Giuseppe Garibaldi: a construção de um herói?** Disponível em <
[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(118\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(118).pdf)> Acesso em 20/08/2017.

RAU, Wolfgang Ludwig. **Anita Garibaldi – O perfil de uma heroína brasileira**. Ed. Edeme, 1975.

REZENDE, Daniela Leandro. **Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda**. Revista Pensamento Plural. Pelotas, 07-27, julho-dezembro de 2015.

RIBEIRO, Fernanda Aparecida. **Anita Garibaldi coberta por histórias**. Ed. Unesp, 2011.
_____. **As Histórias de Anita Garibaldi**. Revista Alere – Programa de pós-graduação em estudos literários, v. 4, n. 4, 2011.

RIBEIRO, José Alcides. **Correio Mercantil do Rio de Janeiro: Modos Jornalísticos e Literários de Composição**. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Computação, pp. 5-9, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Correio Mercantil: gêneros jornalísticos, literários e muito mais...** Revista USP, São Paulo, n.65, pp. 131-147, março/maio 2005.



ROCHA, André Pereira. **A escrita biográfica em “São Luís: biografia” de Jacques Le Goff.** Caderno de resumos & Anais do 2o. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. EdUFOP, Ouro Preto, 2008.

SANTOS, Georgina Silva dos. **São Luís:** o retorno da historiografia francesa à biografia. Revista Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 6, n. 11, pp. 261-26, 2001.

SANT’ANA, Elma. **Os Garibaldi como símbolo de integração entre a América do Sul e a Europa Mediterrânea.** In: Sonhos de liberdade: o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita. Laser Press Comunicação, Porto Alegre, pp.175-180, 2007.

SOUTO, Cíntia Vieira. Revista História, vol.2 ,n.7, Abril/Maio/Junho 2008.

_____. **Anita Garibaldi:** heroína, mais virtuosa. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos. Florianópolis, UFSC, 2006. In.
<http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/C/Cintia_Souto_42.pdf> Acesso em 15.jun.2016.

_____. Cíntia Vieira; BISCHOFF, Álvaro. **Garibaldi e a Revolução Farroupilha.** In: Sonhos de liberdade: o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita. Laser Press Comunicação, Porto Alegre, 2007.

SOUTO, Cíntia Vieira. *Anita Garibaldi, heroína, mas virtuosa.* **História, gênero e trajetórias biográficas**, ST. 42. Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Disponível:<http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/C/Cintia_Souto_42.pdf>

ZUMBLICK, Walter. **Aninha do Bentão.** Prefeitura de Tubarão/Ioesc, Tubarão, 1980.



Entre o lembrar e o esquecer: a ditadura civil-militar brasileira a partir da trilogia da tortura de Heloneida Studart.

Ioneide Maria Piffano Brion de Souza¹¹⁶

Recebido em: 03/01/2019

Aceito em: 22/01/2019

RESUMO

A literatura teve um papel importante entre as artes de resistência tanto no diagnóstico da violência e da experiência social sob o autoritarismo, quanto no exame das contradições e impasses dos intelectuais de esquerda que se opunham ao regime. Este artigo objetiva refletir sobre a relação entre história e literatura. A escolha da temática do artigo se deu não porque a literatura imitou a realidade nos livros, mas porque, em muitos casos, só a reflexão propiciada pela ficção, pela imaginação ou pela memória poderia dar conta de compreender uma realidade política, cultural e social tão multifacetada e complexa. Assim, busca-se compreender de que maneira a narrativa literária, quando colocada em diálogo com pesquisas acadêmicas recentes, contribuem para uma compreensão desse período da história brasileira. Exemplificamos essa ideia com uma breve análise da Trilogia da Tortura de Heloneida Studart.

Palavras-chave: Memória. Literatura. Regimes Autoritários.

Between remembering and forgetting: the brazilian civil-military dictatorship from the trilogy of torture of Heloneida Studart

RESUMEN

La literatura tuvo un papel importante entre las artes de resistencia tanto en el diagnóstico de la violencia y de la experiencia social bajo el autoritarismo, como en el examen de las contradicciones e impasses de los intelectuales de izquierda que se oponían al régimen. Este artículo objetiva reflexionar sobre la relación entre historia y literatura. La elección de la temática del artículo se dio no porque la literatura imitó la realidad en los libros, sino porque, en muchos casos, sólo la reflexión propiciada por la ficción, por la imaginación o por la memoria podría dar cuenta de comprender una realidad política, cultural y social tan multifacética y compleja. Así, se busca comprender de qué manera la narrativa literaria, cuando se pone en diálogo con investigaciones académicas recientes, contribuyen a una comprensión de ese período de la historia brasileña. Exemplificamos esa idea con un breve análisis de la Trilogía de la Tortura de Heloneida Studart.

Keywords: La Memoria. La Literatura. Regímenes Autoritarios.

¹¹⁶ Doutoranda da programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Especialista em Docência e Gestão do Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá, Graduada em História e Habilitada em Patrimônio Histórico pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES, e-mail: ioneide.piffano@gmail.com, endereço do CV: <http://lattes.cnpq.br/9956503122105927>.



1 MEMÓRIA E HISTÓRIA

Uma sociedade num dado tempo de sua história, segundo Arlette Ferge (2011, p. 19), tem de fato um poder considerável sobre a expressão do sofrimento dos seus. Esse sofrimento se exprime de tal forma que pode tanto repugnar quanto seduzir, gerar modos de assistência, sentimentos de compaixão ou simplesmente ser suprimido. Nas palavras de Bruno Groppo (2001, p. 31),

qualquer sociedade confrontada com um passado trágico e difícil de assumir desenvolve mecanismos de inibição, esforçando-se por esquecer os acontecimentos e as experiências cuja evocação provoca sofrimento e ameaça sua identidade, sua autoestima ou seu equilíbrio. Voluntária ou involuntariamente, tenta arrancá-los de sua memória. Amiúde o logra, mas somente por um certo tempo, mais ou menos longo, depois do qual o passado suprimido volta à superfície.

Vieira (2014, p. 72) salienta que "com as mudanças sociais e/ou geracionais no transcurso do tempo, observam-se *fases ou ciclos de memória social*, em que se alternam períodos mais quietos e mais agitados, conforme fatores externos ou especificamente nacionais reativem os debates".

Entretanto, continua a pesquisadora, ainda que essas "guerras de memória" estejam orientadas em direção ao futuro, a memória das vítimas ocupa um lugar especial nessa disputa uma vez que é a única totalmente interessada no estabelecimento da verdade, impulsionando a sociedade a olhar o passado de frente, querendo evitar que ele se repita e propondo criar políticas de memória e processos de reconstrução de sentidos, que significam, inclusive, dinâmicas de ressemantização da linguagem a respeito de termos que, ao longo do tempo, passaram a designar conteúdos distintos, por grupos distintos (como "revolução", "democracia", "nação", etc.).

Em função disso, a memória tem se apresentado no quadro das preocupações contemporâneas como uma de suas principais temáticas. A emergência dessas preocupações constantes com as questões da memória são sintomas do fenômeno que Andreas Huyssen (2000, p. 9) chamou de "inflação da memória".

De acordo com o autor, vivemos uma época em que se inverteu o grande paradigma que havia vigorado do Renascimento ao Modernismo, no qual as expectativas se voltavam para o futuro, e agora o passado-presente de um mundo sem expectativas do futuro se expressa, entre



outros fatores, por uma compulsão pelo arquivo, pela monumentalização do passado e pela busca incessante de registro da memória (HUYSSSEN, 2000).

A inflação da memória, discutida por Huyssen, também é afetada por uma desigualdade na produção da memória no que se refere aos objetos rememorados. Paul Ricoeur (2007) demonstra que essa desigualdade na produção da memória coletiva é muitas vezes afetada pelos “traumatismos da memória” em relação a determinados acontecimentos históricos, de modo que o historiador da memória deve estar pronto a lidar com os recalques e retornos de recalques. O recalque pode se expressar através do silêncio relativo a um acontecimento vergonhoso ou traumático da memória nacional, mas o retorno do recalque pode, em contrapartida, produzir um excesso de memória.

O passado chega ao presente de maneiras diversas e a relação que mantemos com esse determinado passado, que ainda nos invade e que também o invadimos, faz com que as experiências de vida desempenhem no atual quadro um papel importante no processo de rememoração. Elas são um ponto de partida para as lembranças, para a memória. Desta maneira, segundo Leroi-Gourhan (1964, p. 68) a matéria memorável seria composta pelo tríplice problema do tempo, do espaço e do homem.

O que nos obriga a compreender que memória não pode ser associada a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, mas deve ser considerada como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o Ser Social a cada instante. A memória é, portanto, uma instância criativa, uma forma de produção simbólica, que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos.

Por isso, Primo Levi (2016) nos alerta para o fato de embora as lembranças serem um instrumento maravilhoso, elas podem ser e são falazes. "As recordações que jazem em nós não estão inscritas na pedra; não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam ou mesmo aumentam, incorporando elementos estranhos" (LEVI, 2016, p. 17). Servindo a vontades políticas e culturais. Desta maneira, as recordações não seguem uma linearidade, mas se constitui de um vaivém, como acontece numa conversa mareada por idas e vindas.

Corroborando com o pensamento acima, Pierre Nora, apresenta a memória como uma vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações



sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1984, p.XIX).

Izquierdo (2002, p.16) compreende a memória como “[...] um mecanismo que tem sempre algo de misterioso por trás, algo que diz respeito a quem somos. Nossa individualidade existe porque temos memória. São nossas memórias que irão nos guiar e nos darão suporte para as reflexões sobre o que somos e de como seremos”. O nosso passado contribui para que possamos continuar a caminhada. Contribui também para que façamos alguns ajustes sobre nossas impressões sobre a realidade que nos cerca.

Os trabalhos atuais sobre memória como nos mostra Pollak (1989) rompem com o discurso histórico que constrói uma memória oficial, muitas vezes linear e com início e fim bem delimitados. Esses trabalhos trazem para a historiografia as lembranças dos marginalizados e dos excluídos; as fraturas do tecido social; o passado nem sempre glorioso ou belo de uma nação ou grupo.

Para o autor, a memória nacional uniformizou lembranças exercendo uma função opressora em relação às experiências lembradas pelas pessoas e grupos muitas vezes em uma tentativa de esquecer os traumas e seguir em frente. Tais lembranças, consideradas “memórias subterrâneas”, trazem à tona conflitos entre as memórias emergentes e as memórias estabelecidas, essas organizadoras de uma pretensa ordem social (POLLAK, 1989).

Para os países do cone sul que viveram a experiência da repressão e do terrorismo de Estado, as memórias subterrâneas tem sido responsáveis por trazer uma história que demonstra forte insatisfação com um passado que se tentou apagar, esquecer. As palavras de João Batista Figueiredo ao enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei para a concessão de anistia aos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar¹¹⁷ brasileira deixa claro a memória que se pretendeu construir do período autoritário: "eu não quero perdão porque perdão pressupõe arrependimento [...]. Eu apenas quero que haja esquecimento recíproco" (MONTEIRO, 2009).

¹¹⁷ Como ressalta Daniel Aarão Reis Filho (2005), bem como Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014), com o passar do tempo, principalmente a partir da década de 1980, construiu-se uma memória demonizada da ditadura, que isentava toda a população e as instituições da sociedade civil de qualquer apoio ao golpe de 1964 e ao regime que se seguiu. Fixou-se a interpretação de que o país foi reprimido por um regime ditatorial como uma força estranha e externa. Assim como foi difundida a ideia de que a ditadura foi fruto apenas da conspiração de militares. Sobressaiu, portanto, a tese de que a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo e que era preciso exorcizar este passado, como se setores da sociedade não tivessem tido nunca identificação com o regime (REIS FILHO, 2005, p. 9). Contudo, Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg, vem procurando enfatizar o papel desempenhado por setores civis no contexto do golpe de 1964 e na sustentação do regime que se seguiu. Daí, o uso do termo civil-militar.



Se a memória "oficial" forçava o esquecimento, também forçava uma mal-estar sobre falar ou não do passado, lembrar ou esquecer, rememorar ou seguir adiante. A própria lei da anistia possuía temporalidades distintas quando observado sua aplicabilidade nos grupos que dela se beneficiaram: enquanto os condenados por crimes contra a segurança nacional tinham suas condenações e penas passadas suspensas, os militares tinha para o futuro uma expectativa de perdão de responsabilidades penais futuras.

Renato Lemos (2002, p.289) lembra que a anistia política consagrada na tradição política brasileira expressa duas tradições: a conciliação como meio para a manutenção dos interesses das classes dominantes e a “contra-revolução preventiva” como estratégia de combate às crises.

Nesse sentido, para Lemos as políticas de conciliação teriam como objetivo principal pôr fim às contradições entre os grupos dominantes e garantir a ordem. Com base nesta linha interpretativa, a anistia de 1979 é entendida como uma grande transação entre setores moderados do regime civil-militar e da oposição.

Uma transação que, como parte de uma série de transformações buscadas desde 1973 por lideranças civis e militares do governo, pretendia alcançar o abrandamento da legislação repressiva e a ampliação do leque de opções partidárias. Desse modo, estaria sendo preparado pelo governo um processo de transição que garantiria a incorporação de algumas forças políticas sem que houvesse o descarte da tutela militar (LEMOS, 2002, p. 293).

Então a Lei da Anistia, aprovada em 28 de agosto de 1979, excluiu os condenados pela prática de “crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” e incluiu os acusados de “crimes conexos” – ou seja, os militares ou agentes a serviço do regime civil-militar, que tivessem torturado, assassinado, participado do desaparecimento de pessoas seriam beneficiados pela Lei. Desse modo, à Lei da Anistia passou a ser atribuída um suposto caráter de reciprocidade. Por isso, fala-se que a Anistia brasileira foi injusta porque ocultou, mascarou e deixou impune os culpados pelas torturas e pelos assassinados.

Segundo Lemos (2002, p. 296):

No Brasil. o “espírito de reconciliação” que norteou este caráter recíproco contribuiu também para que fossem anistiados eticamente todos os que sustentaram a violenta ditadura brasileira. Muitos deles são, hoje, pilares da democracia brasileira, atuando em posições políticas destacadas. (...) Exercem essa continuidade dando as mãos a antigos adversários. É o “espírito de reconciliação” que permite a tranqüila convivência no poder entre antigos expoentes da ditadura militar e “subversivos” dos anos 60. (...) Foi igualmente o “espírito de reconciliação” que obstou a apuração de



crimes de tortura e assassinato praticados por membros dos serviços de segurança e acobertados pelos governos militares.

Esse tipo de transição constituir-se-ia, portanto, em uma estratégia de sobrevivência de diversos setores das classes dominantes. Tratava-se de evitar que a situação de crise política evoluísse no sentido da contestação revolucionária da ordem social. A continuidade da velha na nova ordem é viabilizada pelas salvaguardas embutidas no pacto de transição estabelecido entre os setores moderados do quadro político, entre as quais a natureza restrita e recíproca da anistia.

A ditadura civil-militar brasileira chegava ao fim, mas não sem deixar para trás marcas na sociedade. Marcas e cicatrizes que não puderam ser apagadas, mas que, para o estabelecimento de uma nova ordem democrática, necessitavam de algum tratamento.

Segundo Norberto Bobbio (2004, 21), a consolidação de um sistema democrático e o estabelecimento da paz em qualquer sociedade estão intimamente ligados ao reconhecimento dos direitos fundamentais dos cidadãos por parte do Estado.

Contudo, no caso do Brasil essa justiça de transição¹¹⁸ foi morosa devido a própria dubiedade da lei da Anistia que forçava o esquecimento e negava a necessidade de reconhecimento dos fatos (CATELA, 2000, p.294).

Sendo assim, pautando-me em Ricoeur é possível dizer que a Anistia brasileira buscou promover o esquecimento de um passado declarado proibido. Para o autor a proximidade entre anistia e amnésia "aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que [...] na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação (RICOEUR, 2007, p. 460).

A Anistia de 1979 teve por extensão a promoção do esquecimento, que é o oposto do trabalho da memória. Contra esse esquecimento Ricoeur (2007) opõe o esquecimento ativo aquele que para o autor apenas ocorre quando há a punição dos responsáveis e o perdão da vítima. Contudo, no Brasil a anistia ao assumir-se como amnésia não permitiu o cultivo da memória política. Também não possibilitou que o país enfrentasse seu passado. O vácuo da justiça criou no país uma geração de desmemoriados.

¹¹⁸ A justiça de transição pode ser entendida como um conjunto de mecanismos hábeis para tratar o legado da violência de regimes autoritários. Teria como elementos centrais: a verdade e a memória (a necessidade de que os fatos sejam conhecidos); a reparação (o dever que o Estado tem de indenizar aqueles que foram politicamente perseguidos); o restabelecimento pleno do preceito de justiça e do devido processo legal (direito de responsabilizar aqueles que romperam a legalidade e perpetraram crimes contra a humanidade); e a reforma das instituições (o dever do Estado de vocacionar as instituições, principalmente os órgãos de segurança, para a vida democrática).



Nora (1993, p. 13) ao abordar os lugares de memória na França afirma que esses "nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres". Nora ainda amplia esse debate ao colocar que a palavra lugar deve combinar três sentidos: material, simbólico e funcional.

No Brasil ao se privilegiar o esquecimento, tanto a memória individual quanto a coletiva ficaram privadas da necessária crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida do passado traumático. Soma-se a este fato a instituição, quase nacional, de uma ideia de vitimização que pressupõe um sofrimento passivo, o que pode resultar segundo Beatriz de Moraes Vieira (2014, p. 70), "na errônea percepção de anulação das escolhas políticas assumidas". Com isso, aqueles que sentiram o autoritarismo da ditadura civil-militar de perto costumam ser acusados de se vitimizarem ao que muitas dessas pessoas respondem negativamente pois consideram que suas opções ou as de seus familiares foram escolhas políticas, logo conscientes e racionais, e suas consequências são por eles assumidas como frutos amargos dos caminhos seguidos.

Com isso, apagou-se da memória oficial as memórias divergentes que foram condenadas a uma realidade marginal ou clandestina (FIGUEIREDO, 2017, p. 32). Assim, segundo Caroline Bauer (2017, p. 17-18):

o controle sobre a informação e sobre o que seria tornado conhecimento contribuiu para a conformação de determinada memória social, onde alguns fatos foram inscritos e outros não, permanecendo circunscritos a pequenos grupos ou privatizados enquanto memórias impossíveis de serem enunciadas.

Desta maneira, a dor, o trauma e as lacunas surgidas com a violência do autoritarismo no Brasil necessitou, constantemente, serem justificadas, embasadas e escondidas. Não parecia para a época propício para uma nação que tentava se tornar moderna e cidadã cultivar a dor, e principalmente, exteriorizá-la. Nos termos da historiadora Arlette Farge (2001, p. 19), "a dor significa, e a maneira como a sociedade a capta ou a recusa é extremamente importante. [...] a emoção, a dor, a infelicidade, são sentimentos que a história deve também interpretar".

Faz-se necessário estabelecer as conexões entre a experiência histórica e a experiência traumática, entre o sofrimento individual e a vida social, econômica e política, buscando desvendar os modos e meandros pelos quais os processos históricos geram dores, silêncios,



recalques, reatualizações traumáticas (retorno do recalcado), lutos coletivos e possíveis superações, e, sobretudo, como isto se manifesta ou não na(s) cultura(s) do país.

Aprender a memória que adveio do sofrimento e que se buscou calar é responder a preocupação de reintroduzir existências e singularidades nos discursos sobre o autoritarismo nos países do cone sul. É, como ressalta Farge (2011, p. 16-17), também

entrar através das palavras numa das moradas vivas da história, lá onde as palavras formam fraturas num espaço social [...] marcam um lugar fronteiro onde vemos a sociedade regulamentar, afrontar o que lhe sobrevém [...] a fratura que a dor formou é também um laço social, e os indivíduos o gerem de diversas maneiras.

E no caso brasileiro geriram visando dar continuidade a existências interrompidas, visando seguir em frente e preocupando-se mais em manter a ordem do que em se aplicar a justiça. Queria se fazer crer que o esquecimento trazido pelos anos apaziguaria a dor e o sofrimento. Desta maneira, estabeleceu-se no país um encravamento entre a violência, o sofrimento e o poder público em que a ação judiciária, sobretudo após a anistia, poderia ser entendida como perpetuadora de uma violência. A violência do poder público acabou se desdobrando ao logo dos anos seguintes em ações políticas, entre as quais o ato de escrever romances sobre as atrocidades do período ditatorial, passaram a criticar, revelar e interagir com um passado indigesto.

Assim, a Trilogia da Tortura de Heloneida Studart nos permite ler o período partindo das falas individuais dos personagens compreendendo sua função ao mesmo tempo em que interroga e coloca em xeque aqueles que possuíam autoridade para infligir ou reprimir a violência sobre um todo.

Os livros querem evidenciar como a memória sobre o período era confusa. Para isso, destacam a dificuldade de se compreender e definir o que se vivia e sofria, de resto comum para quem estava imerso em seu momento histórico, tornava-se particularmente densa perante os disfarces ideológicos dos governos militares, as artimanhas jurídicas e eleitorais, os discursos invertidos (como defender os Atos Institucionais que suprimiam direitos políticos em nome da “democracia”), além dos prazerosos efeitos imediatos do “milagre econômico” (cuja crise se desdobrou posteriormente por duas décadas, senão até hoje), e de uma certa incapacidade, por parte de setores menos intelectualizados e politizados da população, de sequer imaginar o horror que se passava nos “porões” da ditadura.

Para Vieira (2014, p. 75)



era como se a sociedade brasileira se recusasse a se ver cindida e a perder sua inocência – tão decantada, por exemplo, na poética de Chico Buarque, que a condensa nos versos da canção “João e Maria”: “no tempo da maldade/acho a gente nem/tinha nascido”... O jogo de luzes e sombras em que se misturavam intencionalidade política e ingerências estruturais socioeconômicas (a roda viva que leva tudo pra lá, para manter o tom e o compositor), escolhas conscientes e inconscientes, opções racionalistas e “irracionalistas”, sadismos e inocências, certamente provocava confusão e não facilitava uma percepção social aguda e precisa da experiência histórica em curso.

2 HISTÓRIA E LITERATURA

É buscando reparar a injustiça histórica dos regimes autoritários que o encontro da história com a literatura tem permitido reparar a violação dos direitos humanos, que não cessaram com o fim da prática de atos ilícitos pelos governos autoritários, mas que se perpetuaram na promoção da impunidade e na irresolutividade dos casos de tortura, desaparecimento e morte. De acordo com Ricouer “contando histórias os homens articulam sua experiência do tempo, orientam-se no caos das modalidades potenciais do desenvolvimento, marcam com enredo e desenlaces o curso muito complicado das ações reais” (RICOEUR, 1978).

A compreensão de que a Literatura é uma manifestação cultural, portanto, uma forma de registro do movimento do homem na sua historicidade permitiu que o historiador a assumisse como espaço de pesquisa para trabalhar os períodos autoritários. A forma e o conteúdo literário devem ser tomados como elementos indissociáveis em cuja unidade reside não apenas a singularidade das obras, como também a singular forma de representar a história que cada uma delas apresenta.

Entende-se que a integridade da obra não permite adotar visões dissociadas as quais pretendem que o valor de uma obra esteja, predominantemente, em seu conteúdo ou em sua forma. Segundo Cândido (2006, p. 13),

Só podemos entender [a obra] fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatos externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo.

Sendo assim, há uma crescente confluência entre História e Literatura que tem possibilitado “*pensar a história como literatura e a literatura como história*” (PESAVENTO, 1999: 86). A forma historiográfica e a forma ficcional são “apenas formas de apropriação e



construção da realidade, modalidades de discurso que devem ser situadas no mundo real e que possuem por objeto o homem” (CUNHA, 2007, p. 40). Para Cunha o objetivo da ficção não é estipular verdades. Se o faz por um instrumental historiográfico, por exemplo, é apenas de forma a auxiliá-la em sua explicação.

Assim sendo, são “instrumentos auxiliares ao entendimento da realidade”, isto é, “ferramentas com que nos aproximamos da sucessão e da coexistência das sucessões” (LIMA, 2006, p. 274). O autor continua explicando que

o ficcional, portanto, implica uma dissipação tanto de uma legislação generalizada, (ele não reflete uma verdade de ordem geral) quanto da expressão do eu (não reflete tampouco os valores do escritor). Nele, o eu se torna móvel, ou seja, sem se fixar em um ponto, assume diversas nucleações, sem dúvida, contudo, possibilitadas pelo ponto que o autor empírico ocupa. (...) Assim, tal dissipação do eu não o torna inexistente, como se escrever ficção fosse anular seus próprios valores, normas de conduta e sentimentos. A imaginação permite ao eu irrealizar-se enquanto sujeito, para que se realize em uma proposta de sentido. (...) Pela ficção, o poeta se inventa possibilidades, sabendo-se não confundido com nenhuma delas; possibilidades contudo que não inventariam sem uma motivação biográfica (LIMA, 2006, p. 275-6).

No entanto, a literatura não se apresenta como veículo que transporta, via narrativa, os eventos e idéias de determinado tempo e/ou lugar. Pode, sim, desenvolver-se como uma modalidade para se rever, através da ficcionalidade, momentos determinados da história factual, que serão resgatados por meio da verossimilhança. O seu estatuto privilegia, e tem comprometimento, com procedimentos de ordem estritamente estética, a qual é igualmente determinada pela função poética da linguagem de que se vale.

Ao apresentar a realidade no texto o ardil literário cria esquemas persuasivos de interpretação dos processos sociais que apresentam uma realidade, aquela “vista” pelo seu autor. Não podemos negar que a produção literária de um autor se encaixe em um âmbito social, em determinado local e época e que demonstre, ainda que parcialmente, a sociedade em que vive. Contudo, o que predomina é a leitura e a memória do mundo feita por quem escreve (BAUMGARTEN, 1993, p.93-94).

Sandra Pesavento complementa esse raciocínio ao observar que o historiador deve estar preparado para ver na Literatura "a representação que ela comporta (...) o que nela se resgata é a re-apresentação do mundo que comporta a forma narrativa” (1995, p. 117). Por meio da ficção, propicia a reflexão crítica acerca da vida social, política, dentre outras; resgata a memória e a refunde com a imaginação; denuncia os costumes; traz a dúvida e questiona a realidade, até



mesmo, subvertendo-a. Ler romances, significa preencher determinadas lacunas da experiência de vida.

Silviano Santiago (1989, p. 14) compreende que as ficções escritas em conjunturas como a ditadura civil-militar no Brasil teriam aberto “campo para uma crítica radical e fulminante de toda forma de autoritarismo. Então, usar a literatura como mecanismo de compreensão desse momento é, para dialogar com Renato Franco (2003, p. 356), considerá-la como uma forma de resistência, entendendo “uma dimensão ética, enquanto manifestação de indignação radical diante do horror”.

No Brasil, que viveu sua vida política no século 20 sob o comando e constante ataque e intervenção de militares, e onde a democracia era a exceção, não a regra, é através dos romances que se opuseram a esses regimes que hoje podemos abordar o cotidiano de medo daqueles tempos.

A ficção escrita durante os regimes autoritários, como bem analisado por Eurídice Figueiredo (2017, p. 44), ao se pautar pelo viés da subjetividade, tentou apresentar as experiências fraturadas pela violência do vivido. Para a autora, "só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura e pela humilhação, [...] só numa dimensão ficcional é possível entrever nas dobras da história os interditos" (FIGUEIREDO, 2017, p.43-44). Desta forma, a literatura não é sinônimo de fantasia e imaginação, mas é antes uma estratégia ordenadora da linguagem a fim de criar uma narrativa compreensível. Rancière (2009, p.57-58) pontua que a literatura estabeleceu formas de conexão entre os fatos apresentados e formas de inteligibilidade que tornaram fluídas as fronteiras entre a razão dos fatos e a razão da ficção. Para contar o trauma é preciso reinventá-lo através da ficção almejando exprimir as incongruências e as ironias do comportamento autoritário.

Sendo assim, a literatura se ancora ao real, mas não necessariamente o representa. A partir do momento em que o foco se encontra no mundo interior dos personagens, os dramas narrados, muitas vezes relacionados diretamente ao momento histórico em que vivem, e seus efeitos para os personagens, são muito mais importantes que os acontecimentos propriamente ditos. Ademais, se por um lado, as memórias narradas são individuais, por outro, são reflexos da memória coletiva.

Através da leitura, problematiza-se a memória socialmente construída e, dessa forma, a ficção coloca-se a favor do social. Segundo Compagnon (2009, p. 47) "a literatura é o único



meio de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no tempo e no espaço, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos de nós" criando identidades a partir do encontro com a alteridade.

Os livros que compõem a Trilogia da Tortura de Heloneida Studart justamente querem recriar o ambiente de tensão e horror provocando ao mesmo tempo identificação e repulsa por parte do leitor. Por isso, podem ser compreendidos como uma literatura de testemunho. Essa, conceituada a partir dos relatos de sobreviventes dos campos de concentração nazistas, se articula como uma tensão entre a necessidade de narrar a experiência da barbárie e a percepção da insuficiência da linguagem diante do horror.

Com isso, redimensiona a relação entre literatura e realidade, objetivando salientar o caráter traumático de toda experiência narrada. Na Trilogia a escritura e morte se reencontram, mas agora no sentido oposto, ou seja, não mais da morte como estando na base da linguagem, mas sim na medida em que o texto deve manter a memória, a presença dos mortos e dar um túmulo a eles. Pode-se dizer que o texto de testemunho é também um acerto de contas com os que aqui já não estão e uma libertação para os que ficaram.

Nesse sentido, tanto a memória quanto a literatura de testemunho podem ser encaradas como uma arte de leitura de cicatrizes. Pensar sobre a literatura de testemunho, então, implica repensar a nossa visão da História porque aquele que testemunha se relaciona de um modo excepcional com a linguagem uma vez que se desfaz dos lacres dessa que tentavam encobrir o indizível que a sustenta. Os romances foram escritos em diferentes momentos da ditadura civil-militar brasileira o que faz com que eles tenham formas distintas de apresentar a temática e trabalhar com a memória.

No entanto, seus enredos, antecedendo em muito a própria historiografia, já questionam o papel da escrita como detentora de memória de períodos traumáticos, tratam do papel fundamental de setores da sociedade civil para o implante do golpe, questionam os conceitos de golpe ou revolução e ainda levantam questões sobre a anulação da participação das mulheres na resistência contra a opressão. A Trilogia é composta pelos seguintes livros: O Pardal é um Pássaro Azul (1975), O estandarte da Agonia (1981) e O torturador em Romaria (1986).



3 OS LIVROS

O Pardal é um Pássaro Azul é uma mistura de um romance reportagem com uma literatura fantástica de onde nasce um romance cuja pretensão é contar a conversão do artista, do intelectual e do escritor, em militante revolucionário e a necessidade desse se manter intelectualizado. Contudo, a ditadura civil-militar aparece no romance de forma alegórica.

A construção alegórica da História no romance encerra possibilidades de fundar outras figuras de sentido. Para Benjamin (1984), a alegoria é, enquanto escrita, compreendida pela sua convencionalidade de signos, capaz de expressar algo diferente daquilo que representa.

Dizendo o outro, a obra literária manifesta uma abertura vedada à historiografia oficial, de maneira que, agora retomada, a alegoria é vista como um objeto de interpretação. Considera-se, assim, que o recurso alegórico no livro é aquele discurso que faz entender outro, em que uma linguagem oculta outra. Percebemos a sutileza da autora para burlar a censura em várias passagens como:

– Que é que você está lendo? Perguntou [a mãe]. – Ah, é uma história aí de estripador... Tem brumas, gerânios, ferro de lareira, mordomos. Nada a ver conosco”. Ou ainda na passagem: “– Por que você está chorando, moça? [pergunta uma criança à Marina]. Eu estou chorando? Ultimamente as lágrimas me descem pelo rosto e não as sinto mais (STUDART, 1975, s/p).

Já os outros dois romances, O Estandarte da Agonia e O Torturador em Romaria, foram publicados após a promulgação da lei da anistia e, ao mesmo tempo, que denunciam os horrores do período ditatorial com realce para o ‘realismo’ dando conta de uma “verdade humana” singular desejando mimetizar os comportamentos humanos, de retratar todo o tipo de experiências, também foram silenciados em suas denúncias por tratarem de temas (os desaparecidos políticos e os torturadores) sob os quais parava um pacto nacional de esquecer para poder continuar vivendo. A indistinção que se cristalizou entre anistia e amnésia relegou as atrocidades cometidas durante os vinte anos da ditadura civil-militar, em nome do desenvolvimento nacional, aos interesses do esquecimento, e ao futuro incerto, sua dura e necessária memória.

Nas obras da década de 1980 ficam registradas a denúncia dessas atrocidades cometidas pelos agentes do governo. Uma denúncia sem meias palavras na qual se percebe como a relação homem-mulher interferiu entre os que foram presos e os que ficaram “em liberdade”; as relações familiares; as estratégias desenvolvidas para resistir às ditaduras; a maneira como as



torturas, repressões, prisões, desaparecimentos, marcaram a vida cotidiana de várias pessoas inclusive de algumas que não tinham envolvimento direto com a militância política.

Para ilustrar vejamos algumas passagens:

quebraram na porrada doutor [...] Argemiro sentiu um odor de sangue e medo que vinha da vida paralela, a vida onde circulavam os lobisomens [...] viu os cotos dos dedos de onde as unhas haviam sido arrancadas. -Não estou doente, mas tenho um amigo baleado num apartamento perto daqui.

Estavam armados e agarraram Luís. Ele resistira. [...] O sangue lhe escorria no canto da boca [...] os quatro homens o arrastaram para um carro comum [...] riram e ligaram o motor. Antes de sair, luís lançara fora sua blusa de linha, com um único bolso, no qual guardava os documentos.

Tentei botar um anúncio no principal matutino com um retrato dele e aquele título procura-se. Mas não sei o que há com a imprensa. Recusaram [...] de um tempo pra cá temos muito cuidado com esse tipo de anúncio (STUDART, 1981, p.25, 46, 48.)

Ou ainda,

Na tortura, ela se comportou como um cordeiro: gemia sem nunca gritar. Cortei-lhe a orelha direita com uma tesoura; caiu sobre o meu sapato como uma borboleta disforme. Achei que deveria alargar-lhe os olhinhos amendoados com uma gilete.

Eu, Maria Yamasaki [...] acuso o desaparecimento da minha filha Masuko, 18 anos, universitária [...] que se encontra em cova desconhecida e endereço não sabido, depois de torturada até a morte pelas Forças de Segurança.

Que é que tem? Você não cegou o advogado depois de deixá-lo no pau de arara? (STUDART, 1986, p.5-8).

A ficção da trilogia se ancora ao real, mas não necessariamente o representa. A partir do momento em que o foco se encontra no mundo interior dos personagens, os dramas narrados, muitas vezes relacionados diretamente ao momento histórico em que vivem, e seus efeitos para os personagens, são muito mais importantes que os acontecimentos propriamente ditos. Ademais, se por um lado, as memórias narradas são individuais, por outro, são reflexos da memória coletiva. Através da leitura dos romances, problematiza-se a memória socialmente construída e, dessa forma, a ficção coloca-se a favor do social.

Pautando em Vecchi e Dalcastagnè (2014, p. 12), observamos que a literatura que emerge dos livros da Trilogia pode ser compreendida como um campo privilegiado a partir do qual se pode “praticar uma política do nome próprio em relação ao passado, em que a violência não se eufemiza nos disfarces linguísticos e pode declinar-se em todas as forças que a constituem”. Heloneida não exclui o bárbaro; ela ficcionaliza.



O outro, o inimigo, é um objeto privilegiado de representação do qual se deve imaginar sua dimensão interior, sua verdade secreta, seus modos de ser. O bárbaro é uma sinédoque do real. Em seus traços físicos se leem as dimensões e características da realidade que o determina.

A meu ver o universo ficcional heloneidiano elaborou a apreensão de um mundo possível. Ao romper com a linearidade narrativa, da mesma forma que ao abandonar a concepção totalizante e lógica do mundo, a autora buscou apresentar uma síntese entre ruptura e tradição, entre fragmentação e criação de uma coerência para momento histórico incoerente. Heloneida empenhou-se em oferecer uma ilusão de verdade absoluta ao leitor.

Entretanto, é notório que a sua representação do passado ditatorial do Brasil mostra apenas uma parte do que foi, ou seja, uma aparência da realidade factual. O que é uma característica da literatura, que “participa da vida, mas não é a vida. Está ao mesmo tempo dentro e fora dela.

Nesse sentido, a ficção assumiria o papel de expressão das incongruências e das ironias dos regimes autoritários. Ela descortinaria aspectos e elementos importantes da estrutura social do passado que, para o caso brasileiro, em decorrência das dificuldades de acesso a muitos dos documentos do período, como bem ressaltado por Eurídice Figueiredo (2017, p. 29), viria a cumprir o papel de uma espécie de “suplemento aos arquivos”, ampliando as possibilidades para uma reflexão mais refinada sobre um passado que se tentou silenciar. Como poderia o sobrevivente retomar a vida no mundo, ressignificá-la, retomar os vínculos e os laços que alicerçam uma vida corriqueira em um mundo que se tornou, repentina e inexplicavelmente, do ponto de vista subjetivo, inteiramente estranhado?

Pautando-me em Ginzburg (2007, p. 43), ousou dizer que a memória da ditadura civil-militar brasileira,

se impõe como um problema fundamental (...) em um país em que as heranças conservadoras são monumentais, e as dificuldades para esclarecer o passado são consolidadas e reforçadas, o papel de escritores, cineastas, músicos, artistas plásticos, atores e dançarinos pode corresponder a uma necessidade histórica. Enquanto instituições e arquivos ainda encerram mistérios fundamentais sobre o passado recente, o pensamento criativo pode procurar modos de mediar o contato da sociedade consigo mesma, trazendo consciência responsável a respeito do que ocorreu.

Desta maneira, os romances de Heloneida tem, a seu modo, revisitado acontecimentos históricos e extraído-lhes novos significados de modo que eles não permaneçam no esquecimento. Conforme destacado por Márcio Seligmann-Silva (2003, p.17), neste



movimento reflexivo, os discursos historiográficos e os literários, ainda que mantenham suas fronteiras e particularidades, podem ser mobilizados de forma articulada para uma compreensão mais complexa sobre o passado traumático.

A Trilogia contribui para a escrita do passado de repressão do Brasil por trazer em suas páginas o cotidiano que, em diferentes circunstâncias, deixou de ser considerado pela compreensão histórica e acabou registrado nas páginas das ficções. Por exemplo, as crises pessoais, os conflitos emocionais, as decisões individuais tomadas ao acaso ou no calor da hora e cuja repercussão atuou num coletivo amplo e até definidor de reivindicação social ou política. O registro que aparece nos romances sobre as práticas cotidianas ocorridas durante a ditadura civil-militar pode servir como importante instrumento de análise do período ditatorial porque busca trazer à tona o cotidiano de pessoas comuns que viveram os horrores da ditadura. Com isso, rompem com uma memória consolidada desse período ao dar voz aqueles que, sobretudo após anistia, tentou-se silenciar: a militância não armada, a família dos presos e desaparecidos políticos e o próprio agente da tortura.

Heloneida ao trabalhar com a memória em seus romances enfatiza o constante conflito existente entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, e para isso é necessário estarmos atentos para que possamos perceber até que ponto o passado interfere no presente e como o presente resgata o passado, ou em qual momento certas lembranças farão com que seja dada ênfase a este ou aquele aspecto. A este respeito Pollak (1989, p. 13) declara:

[...] Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos.

No entanto, a memória, especificamente no caso dos países que passaram por regimes de exceção, pode ser motivo de disputa entre várias organizações, sejam estas de esquerda ou de direita. O que sobrevive é uma “escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 2013, p. 485). Ao buscar legitimar a autoridade da ordem e do poder, dá-se margem para a manipulação da memória: “tudo o que constitui a fragilidade da identidade revela assim oportunidade de manipulação da memória, principalmente por via ideológica” (RICOEUR, 2007, p. 455).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, Historiadores e a Comissão Nacional da verdade. São Paulo: Paco, 2017.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Literatura e história: o entrecruzamento de discursos*. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CATELA, Ludmila da Silva. “Em nome da pacificação nacional: anistias, pontos finais e indultos no cone sul”. In: D’Araújo, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Democracia e forças armadas no cone sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CUNHA, Karla Pereira. **Gabriel Garcia Márquez e Octávio Paz: a questão da identidade ibero-americana em Cien Años de Soledad e El Laberinto de La soledad**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FRANCO, Renato. *Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70*. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003, p. 355-374.

GINZBURG, Jaime. *Memória da ditadura em Caio Fernando Abreu e Luís Fernando Veríssimo*. **O Eixo e a Roda**, São Paulo, v. 15, p. 43-54, 2007.

GROPPO, Bruno. *Traumatismo de la memoria e impossibilidad del olvido em los países del Cono Sur*. In: GROppo, B.; FLIER, P. (Org). **La impossibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay**. La Plata: Al Margen, 2001. pp.19-42.



HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1989.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

LEMOS, Renato. *Anistia e crise política no Brasil pós-1964*. **Topoi**, Rio de Janeiro, no 5, 2002.

LEROI-GOURHAN, A. **Le geste et la parole**, 2 vol. Paris: A. Michel, 1964-1965 Lisboa: Edições 70, 1981-83.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MONTEIRO, Tânia Venturini. *O grande mentor da anistia foi Figueiredo*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 agosto de 2009. Disponível em: <https://goo.gl/JRxz6q>. Acessado em: 30 jan 2014.

NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux*. In: GERON, Charles-Robert. (org). **Le lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (século XIX e XX)*. **Revista anos 90**, Porto Alegre, n. 4, dezembro, p. 115-127, 1995.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: editora 34, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

RICOEUR, Paul. **Les temps et les filosofies**. Paris: s/e, 1978.

_____. **A memória, a História, o Esquecimento**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SANTIAGO, Silviano. *Prosa literária atual no Brasil*. In: SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**: ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.



STUDART, Heloneida. **O pardal é um pássaro azul**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

_____. **O estandarte da agonia**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

_____. **O Torturador em Romaria**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

VECCHI, Roberto; DALCASTAGNÉ, Regina. *Apresentação. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Literatura e Ditadura*. n. 43, Brasília, jan/jun, 2014. Disponível em: Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10748>. Acesso em 25/01/2017.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. *Nuances e Perplexidades*: observações históricas e historiográficas sobre o período ditatorial (anos 1960-80) e seus desdobramentos. **Revista Maracanan**, n. 11, dez 2014, p. 68-78.



A história com ficção em Alexandre Dumas: o exemplo das *Mémoires de Garibaldi* (1860).

Isabella Nogueira¹¹⁹

Recebido em: 31/03/2019

Aceito em: 27/04/2019

RESUMO

O artigo propõe um estudo introdutório sobre a concepção de História em Alexandre Dumas e entre os românticos, nesse sentido o problema é: são as *Mémoires de Garibaldi*, publicadas em 1860 na cidade de Paris por Alexandre Dumas, uma fonte possível para o conhecimento da História? Como lidar com a relação de seu aspecto ficcional e histórico? A nossa análise se constituirá a partir do ponto de vista do autor, Alexandre Dumas. O interesse nas *Mémoires de Garibaldi* se dá pela sua estrutura particular de publicação.

Palavras-chave: Giuseppe Garibaldi. Alexandre Dumas. História. Ficção.

The history with fiction in Alexandre Dumas: the example of the *Mémoires de Garibaldi* (1860).

ABSTRACT

The article wants to propose an introductory study on the conception of History in Alexandre Dumas and among the romantics, in this sense the problem is: are the *Mémoires de Garibaldi*, published in 1860 in the city of Paris by Alexandre Dumas, a possible source for the knowledge of Story? How to deal with the relation of its fictional and historical aspect? Our analysis will be constituted from the point of view of the author, Alexandre Dumas. The interest in the *Mémoires de Garibaldi* is due to its particular structure of publication.

Keywords: Giuseppe Garibaldi. Alexandre Dumas. History. Fiction.

¹¹⁹ Doutoranda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre pela Universidade Federal de Goiás (UFG - 2018) e licenciada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO - 2015) em História. Bolsista CAPES. E-mail: granataisabellan@gmail.com. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3412909210231285>



1 INTRODUÇÃO

Então, quando o historiador pegar a caneta para escrever essa maravilhosa epopeia ele ficará feliz de encontrar, apesar da sua realidade, em uma testemunha quase ocular, fatos pitorescos.

Alexandre Dumas, *Les Garibaldiens*.

Ao colocar como objetivo o estudo da produção da obra *Mémoires de Garibaldi* durante o mestrado foi inevitável não pensarmos nas palavras de Roger Chartier¹²⁰ quando este nos fala sobre representações e práticas. Por onde inicia-se a pensar a materialidade da obra que por meio dessas noções complementares torna-se produtora de um discurso, o trabalho histórico instaura-se além da textualidade das memórias de Garibaldi.

Por exemplo, em um livro que é um objeto bem conhecido pela nossa sociedade, “para sua produção, são movimentadas determinadas práticas culturais e também representações, sem contar que o próprio livro, depois de produzido, irá difundir novas representações e contribuir para a produção de novas práticas” (BARROS, 2003, p. 160).

Com isso queremos refletir sobre sujeitos produtores e receptores de cultura que a produzem e transmitem. Nesse sentido é através a ideia do historiador francês que chegamos a querer realizar uma análise em direção a história. O que se pensava por História? A que ponto essa obra aproxima-se com essa prática?

Quando se fala que as *Mémoires de Garibaldi* foram comentadas e publicadas por Alexandre Dumas em 1860 na cidade de Paris, de imediato associamos essa obra a literatura e pensamos em seu mundo ficcional. Contudo, durante muito tempo as memórias publicadas pelo literato foram utilizadas como única fonte histórica, levando ao esquecimento as memórias autobiográficas de Garibaldi sem a interferência de Dumas. Vemos isso também em autores recentes como nas biografias de Garibaldi escritas por Scirocco (2011) ou Milza (2013). Isso reforça-se quando ao ler a obra encontram-se claras evidências da escrita do literato. Esse artigo

¹²⁰ Sobre essa questão, ver: CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988. Ver também: CHARTIER, Roger. **Cardenio entre Cervantes e Shakespeare**: História de uma peça. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012. Com o objetivo de entender a autoria de uma peça perdida, Roger Chartier desenvolve um trabalho em que, utilizando-se das ideias de suas categorias de prática e representação, explicita as convenções no interior das quais a obra pode ter sido produzida e compartilhada.



desenvolve-se sobre um aspecto identificado durante a pesquisa de mestrado,¹²¹ onde o objetivo foi questionar e refletir sobre o processo de produção desta obra e que será melhor analisado durante o doutorado, sendo esse artigo uma introdução aos estudos sobre ficção e história. Hoje as memórias apresentadas por Dumas não são desconsideradas como fonte, porém são analisadas com outro olhar. Michel de Certeau (2011) já nos advertia sobre a dimensão artística do trabalho do historiador:

Ao colocar a escrita como uma das três partes da operação historiográfica, Certeau indica a relevância que esta possui no ofício do historiador. A importância deste ato não se limita apenas ao conteúdo que esta traz em si, mas também à forma de sua produção, pois por meio desta podemos compreender qual seu contexto de produção e qual o lugar social que seu autor ocupa. No processo de gerar um produto, Certeau já indica a presença da dimensão artística no trabalho do historiador, mostrando que nesta operação o aspecto ficcional está inserido. Ao propor um papel criador no ofício do historiador, associado com um método de pesquisa documental, o autor mostra a História como um misto entre ciência e arte (ALMEIDA, 2016, p. 210).

Aspecto este que não se distancia da produção de pensamento no século XIX. Podemos afirmar que o debate sobre cientificismo, realidade e ficção, era bem acalorado entre as várias disciplinas em gestação. No prefácio da obra *Mémoires de Garibaldi*, Dumas fez uma panorâmica dos acontecimentos passados, começando a narrativa com a seguinte frase: “Todas as coisas do presente têm sua raiz no passado; portanto é impossível começar qualquer narrativa, quer seja a história de um homem ou aquela de um acontecimento, sem dar uma olhada no passado”.¹²² Além disso, seu objetivo era publicar memórias, as quais fazem “parte das escrituras do eu” e “devem ser entendidas como a narrativa de uma vida em relação à história de seu tempo” (MENDES, 2007, p. 43).

O contato do homem com o tempo e com o espaço modifica-se durante o período moderno. A História, que estava tornando-se disciplina, é reinterpretada pelo movimento romântico, “o discurso histórico sofre mudança revolucionária. Deixa de ser meramente descritivo e repetitivo para se tornar basicamente tanto interpretativo quanto formativo, genético. É a história que produz a civilização. Mas não a História, e sim as histórias”. A sua

¹²¹ NOGUEIRA, Isabella. **Um conúbio intrigante na construção do herói romântico**: Os caminhos da produção das *Mémoires de Garibaldi* (1860), de Alexandre Dumas. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018 In: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8478>

¹²² “Toute chose présente a sa racine dans le passé; il est donc impossible de commencer un récit quelconque, que ce récit soit l’histoire d’un homme ou celle d’un événement, sans jeter un regard sur le passé” (DUMAS, Alexandre. **Mémoires de Garibaldi par Alexandre Dumas**. Bruxelles: Meline Cans et C. 1860g. Disponível em: Biblioteca nacional do Rio de Janeiro / Real Gabinete (impresso), v. 1, p. 1.



fonte não é a ação isolada do homem, mas deste em relação ao mundo em que vive, procura-se um indivíduo “fantasioso, imprevisível, de alta complexidade psicológica, centrado na sua imaginação e sensibilidade, gênio intuitivo investido de missão por lance do destino ou impulso inerente à sua personalidade”. Esse é o herói romântico que vive entre a vontade social e aquela pessoal (GUINSBURG, 2010).

No final do século XVIII teve início uma nova visão sobre o tempo, ou melhor, uma consciência sobre ele. A noção de continuidade dos tempos começa a fazer parte da preocupação de artistas e estudiosos. Essa nova noção levou ao caminho da reflexão sobre os tempos e suas interfaces, como também sua influência na organização das sociedades.

Koselleck (2006) nos diz que foi exatamente durante o período moderno que as categorias espaço de experiência¹²³ e horizonte de expectativa¹²⁴ adquiriram uma qualidade historicamente nova.

A descoberta de um novo horizonte de expectativa e de um novo espaço de experiência fez com que se cunhasse o conceito de progresso:

O conceito de “progresso” só foi criado no final do século XVIII, quando se procurou reunir grande número de novas experiências dos três séculos anteriores. O conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progresso setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida cotidiana e que antes não existiam (KOSELLECK, 2006, p. 317).

Esse progresso universal era guiado pela ideia de aperfeiçoamento (*perfectionnement*), principalmente presente na França. A partir de então, a história era vista como um contínuo processo de aperfeiçoamento e, para tanto, seria necessário também planejá-lo e colocá-lo em prática. Esse planejamento recobria toda a ação do homem dos processos políticos, econômicos ou culturais. A revolução, por exemplo, antes vista como um processo de retorno ao antigo, durante o início do século XIX, passou a ser vista como uma ruptura, ruptura que levaria a um novo tempo.

¹²³ “Tem sentido se dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referências a um antes e um depois. Não existe uma experiência cronologicamente mensurável – embora possa ser datada conforme aquilo que lhe deu origem –, porque a cada momento ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros”. (KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 311)

¹²⁴ “Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, por ela não pode ser experimentada.” (KOSELLECK, Op. Cit., p. 311)



Quando falamos em progresso costumamos associá-lo ao futuro, contudo, podemos dizer que não foi somente o futuro que preocupou a sociedade da época. Ao contrário, ao longo do século XIX surgiu uma tentativa de opor-se a esse progresso iluminista criticando a ideia de “leis universais” ou “liberdade em geral”. Aliás, era necessário o estudo dos homens concretos e particulares, conhecer e compreender sua história, ideia que posteriormente foi incorporada ao “progresso” (REIS, 2002).

A principal consequência da Revolução Francesa, durante o século XIX, foi uma mudança profunda na percepção do tempo, que levou à “redescoberta da história”. Este complexo evento revelou a história em duas direções: do presente ao passado, do presente ao futuro. A história foi redescoberta seja como produção do futuro, seja como reconstrução do passado. O revolucionário tempo burguês, acelerado em direção ao futuro, utópico, confiante na Razão e na capacidade dos homens de fazerem a história encontrou a resistência de um tempo aristocrático, desacelerado, retrospectivo, reflexivo, meditativo, contemplativo, que desconfiava da Razão e suspeitava dos seus pretensos portadores e parteiros do futuro (REIS, 2002, p. 2).

Silva (2009), em seu texto *Do utopismo iluminista ao (anti)utopismo romântico: a crítica romântica da razão utópica*, apresentou-nos um homem dividido, desde a Revolução Francesa, entre um agente potencial e um nada. Pelo fato de viver em situações fluidas e não mais concretas, o indivíduo romântico vê dentro de si um revolucionário e um burguês que não pode acomodar-se, sob o risco de desabar no tédio da vida.

Foi entre passado, presente e futuro que a filosofia histórica romântica orientou-se. Definir o que foi é praticamente impossível porque, mais do que um movimento em si, foi uma esfera que envolveu muitos aspectos do período, uma forma de crítica do modo de ver-se e viver o cotidiano. É uma junção entre consciência do tempo e consciência do eu, que mais tarde ajudou a pensar a história como um processo vinculado ao homem e não mais à natureza, o moderno conceito de história.¹²⁵

Contudo, podemos nos utilizar das palavras de Silva, ao argumentar que:

O romantismo significou a revolta do individual contra o todo e a esfera estética foi erigida como o principal sistema na sociedade com a função de refletir e apresentar esta revolta do indivíduo contra o todo, seja este pensado como um modelo, um arquétipo, uma cidade ideal ou uma utopia “perfeita” (SILVA, 2009, p. 308).

Mendes (2007), quando nos falou do romantismo, aproximou-o de um interesse muito grande, a História como passado. Silva, ao contrário, nos falou de um interesse que foi se

¹²⁵ “Tornou-se possível compreender a história como um processo, desencadeado por forças imanentes não mais derivadas de determinações naturais e, com isso, não mais explicável, de forma suficiente, a partir de relações causais” (KOSELLECK, op. cit., p. 132).



tornando cada vez mais forte pelo futuro, e, por último, Saliba (2003) nos convidou a ser um pouco mais cautelosos, dizendo que não podemos definir o romantismo por uma categoria do tempo, e sim pela relação que se começou a pensar. No entanto, Reis (2002) apresenta a tese de que o homem desse período tinha de escolher entre um lado ou outro, como exposto: ou ele era um revolucionário ou um conservador. Na verdade, encontramos várias discussões muito acaloradas na Europa, durante o século XIX, de teses da filosofia e da história (REIS, 2002).

Quando o caminho pouco satisfazia o sentimento do homem, segundo Saliba (2003), era o momento em que ele saía à procura de outro caminho. Essa procura, quando não mais se satisfazia com o passado, o levava em direção ao futuro, nesse caso à utopia. A necessidade era estabelecer seu lugar no mundo, ansiava por um tempo no qual finalmente poderia ver realizarem-se os ideais humanos de felicidade, bondade e perfectibilidade.

Quando a utopia não mais era espacial e ocorreu sua temporalização, no final do século XVIII, Koselleck (2013) argumentou que o caminho buscado era o da perfeição. Entretanto, com o passar dos anos, essa utopia, vista como o caminho da felicidade, foi tornando-se cada vez mais uma utopia com tendência negativa, segundo o mesmo autor. Ou seja, começou-se a perceber que a utopia de um mundo perfeito não era possível, porque levaria ao controle da vida de cada indivíduo. O final não era mais feliz. Tornando-se assim uma distopia.

Para Silva (2009), a utopia é uma distopia por ser impossível ao mundo atingir a perfeição e a felicidade para todos, já que isso levaria a um controle da vida, a um movimento totalitário. Isso foi percebido pelos românticos que, por isso, tanto combateram a utopia clássica iluminista. O autor, explicando melhor esse cenário de criação utópica, nos disse que temos, por um lado, uma “febre utópica no século XIX” e, pelo outro, um combate ferrenho a ela e que efetivamente levou a uma criação de distopias.

É importante que entendamos essa busca do “nenhum lugar”¹²⁶ porque nos mostra o momento de transição que o homem estava vivendo: uma consciência de si no espaço e no tempo. Desse modo, ainda não se sabia o que era esse espaço e tempo e por isso a intensa busca. Esse conhecimento chegou até nós principalmente por meio de obras literárias, biográficas e

¹²⁶ “A utopia, mesmo se sofreu um processo de temporalização, não deixou de apresentar seu lado espacial, até porque inicialmente esse era o caminho que ela seguia. Mercier, com a obra *O ano 2440* (1770), nos apresenta um novo lugar, distante não só de forma espacial, mas também temporalmente. Uma utopia distante de qualquer comprovação”. (KOSELLECK, 2014, p. 121-138).



autobiográficas. Temos, por exemplo, Musset (MUSSET, 1971 *Apud* SALIBA, 2003, p. 26), que nos disse:

O século presente, que separa o passado do futuro, sem ser nem um nem outro e se parecendo com ambos ao mesmo tempo, e no qual, a cada passo dado, não se sabe se marcha sobre uma semente ou sobre uma ruína [...] toda a doença do século presente provém de duas feridas: tudo o que era deixa de ser, tudo o que será não é ainda. Não busqueis fora daí o segredo dos nossos males.

Saliba (2003, p. 316-317) vai dizer que existe, além de uma temporalização da utopia, uma estetização desta, que, dependendo da modalidade que elege, leva a uma distopia. Trata-se, no período romântico, de um grito de “libertação das amarras da razão iluminista. Realizar a utopia significa poetizar o mundo”. O lema seria “a imaginação no poder”. É um movimento que ataca a utopia clássica, como também a incorpora em sua nova forma.

Os românticos que combatem a utopia clássica da razão iluminista buscam o que eles chamam de criticidade. O crítico intervém “como um agente de romantização do mundo, de conexão entre o real e o ideal”. A utopia por esse ato da crítica só poderia ser “pensada de modo plural, aberto, efêmero”. “O mundo e sua obra é constantemente recriado pelo ato crítico” (SALIBA, 2003, p. 317).

A escrita e a obra tornam-se peças fundamentais para esse processo crítico que quer questionar o cotidiano e por meio disso denunciar e recriar. Esse ato, contudo, não levou só à formação de utopias, mas, como vimos antes, também a uma busca da história.

Identificamos que as *Mémoires de Garibaldi* estão inseridas na prática de se pensar a história, essa prática pode ser pensada por dois aspectos, uma negando que textos de memórias, biografias e autobiografias se aproximem do que é história assim como argumenta José Leão de Alencar Junior:

Na segunda metade do século XIX, a História passa a se autoconsiderar como “ciência autêntica”, movida que estava pelas ideias positivistas e pelas pretensões de conquistar sua autonomia frente à literatura. Sua transformação em ciência transformou a literatura em um pesadelo, que punha sob ameaça o corte epistemológico proposto. A separação deveria ser ao máximo demarcada, para que as solicitações do saber não fossem sufocadas pela demanda das produções estéticas. Poetas como Schiller e Lamartine permitiam-se escrever história, num período em que Barante e Thierry eram influenciados pela novela de Walter Scott e de Chateaubriand. Como observa Linda Orr, Balzac considerou sua “história dos costumes sociais” bastante superior às “secas e entediadas nomenclaturas de fatos chamadas de Histórias”. Os leitores de Alexandre Dumas poderiam ser considerados historiadores em potencial, a quem só faltaria entregar-se ao prazer mais puro e à cor verdadeira (ALENCAR, 1996, p. 58).



E outra que se aproxima da análise de Stephen Bann (1994), em que propõe analisar as produções da época como a busca de um outro “idioma histórico”, ou seja, “um modelo historiográfico que solicitava recursos estilísticos e reservas de força criativa”.

É no bojo desta fermentação de novas visões do passado que o autor identifica o aparecimento de uma nova espécie de museu histórico promovido, dentre outros, pelos “antiquarii” Bryan Fausset e Du Sommerard. Os objetos “históricos”, que eram reunidos apenas com base na contiguidade cronológica, passaram a ser dispostos de maneira a produzir a recriação de um ambiente historicamente “autêntico” (p. ex. o quarto de um palácio da renascença). O significado desta nova forma de coleção era justamente proporcionar o irresistível senso de uma imediata e autêntica experiência do passado. Ao visitante do museu era dada a ilusão de reviver o passado, como se o passado tivesse voltado à vida para ser diretamente vivenciado. Este processo de recuperação histórica e arqueológica empreendido pelos antiquários foi marcado por um forte caráter afetivo, fomentando o mito da historiografia romântica de que o passado poderia ser “ressuscitado”. O meticuloso registro do detalhe também não escapou à pena de poetas e romancistas, incidindo diretamente na produção de narrativas pitorescas e dramáticas. O efeito ornamental das descrições no texto parecem indicar que a possibilidade de “visualizar o passado” deixava de ser uma questão de representação visual apoiada no uso de iluminuras, vinhetas e gravuras, passando a ser predominantemente mediada pela palavra impressa. Os borrões de tinta do poeta Victor Hugo, representando castelos, brasões e paisagens também são analisados por Stephen Bann como elementos que possibilitam a reconstrução de sua imaginação histórica. De qualquer maneira, este fascínio pela autenticidade, ainda que travestido de uma fantasia da materialização de um passado imaginário, ilustrava o prestígio das fontes e dos fatos na construção das narrativas ficcionais e históricas (BANN, 1994, p. 56).

A obra *Mémoires de Garibaldi: traduits sur le manuscrit original par Alexandre Dumas* foi um trabalho singular empreendido por Alexandre Dumas e Giuseppe Garibaldi no ano de 1860 entre a França e a Itália, tendo sido publicado em Paris. Sua singularidade reside na impossibilidade de um exato posicionamento da obra em um gênero de escrita. De imediato, pode-se pensar que é um livro de memórias, ou uma autobiografia ou uma biografia, no entanto, não se encontra em sua textualidade e em seu mecanismo de produção apenas um gênero. O título leva ao engano. É nessa particularidade que começamos a entrever o campo da história e que História é essa para Dumas?

O interesse pela história passou por todas as obras de Dumas, das novelas, aos romances e biografias. Nunca deixou de juntar história e literatura, que deram fruto aos seus romances históricos, tão famosos, que não muito tarde se tornariam romances históricos folhetim. Na obra que é de nosso interesse Dumas escreveu: “Todas as coisas do presente têm sua raiz no passado;



portanto é impossível começar qualquer narrativa, quer seja a história de um homem ou aquela de um acontecimento, sem dar uma olhada no passado”.¹²⁷

O interesse pela veracidade conduziu homens como Dumas que se considerava e provavelmente era considerado como “homem de letras”, a pensar sobre seu tempo e não apenas. Dumas não categorizou seu trabalho como menos importante daquele de um historiador. Aliás, a verdade para ele estava na ficção. Isso porque, a ficção, era capaz de trazer nuances que o historiador, muitas vezes, segundo ele, não era capaz pela sua escrita rígida. As nuances mesmo que fictícias traziam um sentido dos ares do tempo (MENDES, 2004).

Entre o final do ano de 1859 e o de 1860, Garibaldi ocupou-se da segunda fase da redação de suas memórias. No início do ano, o general escreveu sobre o período entre sua chegada à Itália, 1848, e o início de 1860, ao passo que, no final de 1860, escreveu principalmente sobre a campanha militar conhecida como *Lo sbarco dei Mille*.

Nesse momento encontramos a primeira versão das memórias comentadas e publicadas por Alexandre Dumas, o qual se dedicava as atividades de imprensa entre França e Itália. A partir do dia 30 de maio de 1860 até o dia 5 de setembro do mesmo ano, as memórias foram publicadas no jornal *Le Siècle* (BUDILLON, 2010).

O *Le Siècle*, jornal monárquico e liberal, foi divulgado e criado por Armand Dutacq em 1836 como concorrente do jornal *La Presse*, de Émile de Girardin. Foi este último que teve a ideia de criar o *feuilleton-roman* como era chamado a princípio. Girardin percebeu “na época de consolidação da burguesia, o interesse em democratizar o jornal, a chamada *grande presse*, e não mais privilegiar só os que podiam pagar por caras assinaturas”, assim para aumentar o público leitor era necessário barateá-lo – a publicidade inglesa ajudou nesse intento – e suavizar as matérias para torná-lo mais acessível (MEYER, 1996).

Torna-se tão importante esse espaço da liberdade e da recreação que, ao lançarem depois da revolução burguesa de 1830 as bases da moderna revolução jornalística, Émile de Girardin e seu ex-sócio e pirateador, Dutacq, logo perceberam as vantagens financeiras que dele tirariam. Deram ao *feuilleton* o lugar de honra do jornal (*Idem*, p. 90).

¹²⁷ “Toute chose présente a sa racine dans le passé; il est donc impossible de commencer un récit quelconque, que ce récit soit l’histoire d’un homme ou celle d’un événement, sans jeter un regard sur le passé” (DUMAS, Alexandre. *Mémoires de Garibaldi*. Paris: Michel Lévy Frères, Libraires – Éditeurs, 1860a. v. 1-2, p. 1 Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/008644020> Acesso em: 20 fev. 2016)



O folhetim, que de início foi criticado pela alta sociedade, os quais consideraram que com narrativas vazias o espaço no jornal foi mal utilizado, com o tempo teve seu significado modificado. Se, no início, folhetim significava simplesmente rodapé, nos anos trinta passou a ser considerado quase que um sinônimo de entretenimento, sem deixar de ocupar o rodapé da folha. Foi o espaço para promover a ficção, que foi promovida através do romance. Em 1848, após uma profunda crise, ocorreu uma ressurreição do folhetim, só que desta vez não mais com o mesmo clima. O romance-folhetim tinha que concorrer com outro modo de ficção – promovido por alguns jornais como a *Revue de Paris* – trata-se do *fait divers*. Esse modo de ficção era “o relato romanceado do cotidiano real” (*Ibidem*, p. 94).

Dumas obteve um enorme sucesso com o romance folhetim. *O capitão Paulo* e o folhetim de Eugène Sue¹²⁸ foram os que deram a forma definitiva à produção folhetinesca.

Alexandre Dumas, já então consagrado romancista e, principalmente, dramaturgo – autor, entre outros, do célebre drama romântico *Anthony* –, observa, desconfiado, a novidade. Só vai aceitar publicar picadinho de romance em 1838. É o *Capitaine Paul*, e com essa obra está definitivamente lançado, na sua glória, o romance-folhetim. (...) Dumas descobre o essencial da técnica de folhetim: mergulha o leitor *in media res*, diálogos vivos, personagens tipificadas, e tem senso do corte de capítulo. Não é de se espantar que a boa forma folhetinesca tenha nascido das mãos de um homem de teatro. A relação do folhetim com o melodrama que domina então, ao mesmo tempo que o drama romântico, é estreita. (...) O enredo [do Capitão Paulo] se desenvolve com uma série de *coups de théâtre*. Nasce assim o folhetim, e o resultado concreto foi, para o jornal, um aumento de 5 mil assinaturas suplementares em três meses. (...) A partir de então, não se trata mais, para o romance-folhetim, de trazer ao jornal o prestígio da ficção em troca da força de penetração deste, mas, pelo contrário, é o romance que vai devorar seu veículo. Este passa a viver em função do romance (MEYER, op. cit., p. 60-61).

Aqui se encontra um ponto a destacar sobre a publicação das memórias de Garibaldi no jornal *Le Siècle*, trata-se da sua posição nas folhas do jornal. Budillon, como outros autores, afirmou que as memórias de Garibaldi foram publicadas em folhetim, no entanto, pode-se observar que não foi exatamente isso que ocorreu. Quando Dumas pensou em publicar a história de Garibaldi no *Le Siècle* o fez como *faits divers*. Podemos afirmar isso, sem muitas delongas, só observando a colocação das memórias nas folhas do jornal; elas estão na seção *Variétés* e

¹²⁸ Nasceu em Paris em 26 de janeiro de 1804. “Menos conhecido que Alexandre Dumas, Eugène Sue representa a vertente contemporânea, “realista”, do folhetim. Inicia-se com um sucesso retumbante, de alcance internacional, o que constitui um fenômeno literário ainda não de todo estudado: em 19 de junho de 1842, no muito conservador (e não será esse o menor dos paradoxos) *Journal des Débats* sai o primeiro capítulo de *Les Mystères de Paris*” (MEYER, op. cit., p.69)



não na de *Feuilleton*. Nesse sentido Dumas estaria fazendo um relato romanceado do cotidiano e não propriamente um romance histórico como era de costume. Com isso não queremos dizer que os *faits divers* não seguissem uma linha de raciocínio parecida com a do romance-folhetim. No entanto, a proposta era fazer dos *faits divers* um substituto da narrativa folhetinesca, que estava no ano de 1848 em crise. Aquela porção de verdade que era necessária estar no folhetim agora se voltava para o presente através do *faits divers*.

Parece que essa mudança passou despercebida aos olhos de muitos, como se pode observar no comentário do jornal *Les Coulisses*, na seção *Echos de Paris*. No dia 14 de junho de 1860, foi publicado o seguinte comentário:

Em consolação, não me atreveria a aconselhar à Senhora Coste a leitura do *Siècle*. – As memórias de Garibaldi (por Alexandre Dumas) não são o que prometem. – Elas são ou muito reais ou muito prováveis. Sem gastos aparentes de invenção. Nenhum traço da imaginação que criou os Mosqueteiros. Realmente parece que ouvimos Garibaldi falando; reconhecemos em suas memórias o estilo de sua proclamação. Alexandre Dumas está com ar de ter realmente se contentado com o papel de tradutor. Ele não se mostra. Ele permanece no fundo, nos bastidores, – com uma modéstia que prova que ele é capaz de todas as proezas. (...) Eu não sei portanto, – do ponto de vista do sucesso, – até que ponto as *Mémoires de Garibaldi* tem razão em não ser as *Mémoires d'Alexandre Dumas*. Vejamos, Senhora Coste, qual autor prefere, Alexandre Dumas ou Garibaldi? Se for franca, a senhora admitirá que Garibaldi interessa-lhe um pouco – de tempos em tempos, – em fatos diversos, – mas que Alexandre Dumas é bem mais divertido. – Não será nunca Garibaldi quem poderá dissipar vossa melancolia¹²⁹.

A partir de 1848 e para competir novamente com o espaço *faits divers*, os criadores do folhetim não deixaram de utilizar-se a seu modo de algumas artimanhas daquele. Dumas, que era acostumado ao primeiro sistema narrativo, acabou desenvolvendo nas memórias de Garibaldi uma fusão entre essas duas formas de escrita. Dessa vez não precisara tirar de sua imaginação o herói.

¹²⁹ “En fait de consolation, je n’oserais conseiller à madame Coste la lecture du *Siècle*. – Les *Mémoires de Garibaldi* (par Alexandre Dumas) n’ont pas encore out l’irtérêt qu’ils promettent. – Ils sont trop vrais ou trop vraisemblables. Pas de dépense apparente d’invention. Nulle trace de cette imagination qui a crée tant de Mousquetaires. Il semble qu’on entende vraiment Garibaldi parler; on reconnaît, dans ses *Mémoires*, le style de ses proclamations. Alexandre Dumas a l’air de se contenter pour tout de bon du rôle de traducteur. Il ne se montre pas. Il reste à l’arrière-plan, dans la coulisse, – avec une modestie qui prouve qu’il est capable de tous les tours de force. (...) Je ne sais pourtant pas, – au point de vue du succès, – jusqu’à quel point les *Mémoires de Garibaldi* ont raison de ne pas être les *Mémoires d’Alexandre Dumas*. Voyons, madame Coste. Quel auteur préférez-vous, d’Alexandre Dumas ou de Garibaldi? Si vous êtes franche, vous avouerez que Garibaldi vous intéresse un peu, – de temps en temps, – aux faits divers, – mais qu’Alexandre Dumas est bien plus amusant, – Ce ne sera jamais Garibaldi qui pourra dissiper votre mélancolie. (ROUSSEAU, Jean. *Échos de Paris. Les Coulisses*. n.436, 14 de junho de 1860, p.2)



Entre o folhetim e o *faits divers* que tinham por base a ideia de retratar o real, outro mecanismo utilizado por Dumas nas memórias de Garibaldi foi aquele de trazer cenas do teatro, que no jornal foram divididas em pequenos capítulos e diálogos contínuos entre os personagens. Esses diálogos tinham por objetivo retratar o real e autenticá-lo com vozes diferentes daquela de Dumas. Os pequenos capítulos são divididos de acordo com temas que dão uma continuidade cronológica.

Assim analisando os capítulos, os diálogos e a colocação das memórias na página do jornal identificaram-se quatro temas de vertente romântica: o herói entre o amor e a morte e o real. Levando em consideração o comentário do jornal *Les Coulisses*, pensamos que o último ponto foi alcançado pelo literato de acordo com as práticas da época, ainda que isso não tenha agradado completamente o público. O que se entendia por real?

Quando começou sua narrativa com as palavras “Je suis né à Nice” pelo capítulo *Mes parents* [Meus pais], Dumas já estava entregando ao personagem, aos olhos do literato, uma forma de real. Expor as palavras de Garibaldi demonstraria ao público leitor uma autenticidade daquela narrativa. Garibaldi teria que falar com o leitor, mas sem interferência de Dumas. A posição do escrito no jornal era para mostrar ao leitor o objetivo do texto¹³⁰. No entanto, Dumas esteve presente na obra, fazendo um exercício não estranho para as ideias de sua época.

Segundo Manzoni (op. cit., p. 181),¹³¹ a originalidade do autor reside na habilidade de colocar no texto as palavras de sua personagem, de propor um novo olhar sobre coisas já ditas. Berchet foi além e defendeu que é de alta erudição acrescentar discussões que não são do autor. Essas discussões são analisadas pela imaginação, à qual cada escritor acrescenta um pouco de suas obras as de outrem pelas quais geralmente apaixonam-se¹³².

¹³⁰ Ver : DUMAS, Alexandre. Mémoires de Joseph Garibaldi: Mon iniciacion. **Le Siècle**, ano 25, n.9186, 02 de junho de 1860f.

¹³¹ Alessandro Manzoni, escritor romântico de família nobre italiana, nasceu na cidade de Milão em 1785. Preocupava-se com as coisas culturais da nação e apesar de não ter participado ativamente da unificação o autor foi referência para o *Risorgimento*. Ficou famoso pelo seu livro *I promessi sposi* [Os noivos]. (MANZONI, Alessandro. Cartas sobre o Romantismo a Cesare D’Azeglio. In: PALMA, Anna; CHIARINI, Ana Maria; TEIXEIRA, Maria Juliana G. (Org.). **O romantismo europeu**: antologia bilíngue. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

¹³² “Giovanni Berchet, nascido em Milão no ano de 1783, poeta e romancista, publicou, em 1816, um importante manifesto sobre o Romantismo italiano, *Sul “Cacciatore feroce” e sulla “Eleonora” di G. A. Burger: Lettera semisséria di Grisostomo al suo figliuolo*, no qual defende ardentemente o Romantismo. Esse manifesto foi escrito durante uma calorosa discussão que ocorria no ambiente intelectual italiano após a publicação de dois artigos de Mme. de Stael. Berchet não foi só um escritor, em 1848 participou ativamente da insurreição de Milão, provavelmente lutou ao lado de Garibaldi. Ele fala em limites e tendências do movimento romântico italiano por comentários críticos e conselhos paternos em relação à literatura e aos debates que estava suscitando. Trata-se de uma carta que o personagem Grisóstomo (em grego: “boca de ouro”) manda a seu filho que está interno em um



Conforme Berchet (2013, p. 43) a bricolagem – referindo-se aqui não somente à reutilização do seu próprio texto, mas daquele de outros autores –, torna-se uma ferramenta importante para mostrar a originalidade do autor. A interpretação desses textos pode variar, o que faria com que o uso de escritos de outro autor fosse algo inédito. Pensa-se que provavelmente nunca ninguém havia interpretado aquele texto daquela forma.

Neste sentido o papel do escritor romântico, nas palavras de Hugo, não consiste em responder, tampouco em edificar sistemas, “porque Deus nos livre dos sistemas”, mas verificasse um fato: “somos historiadores e não críticos. Que este fato agrade ou não pouco importa! Ele existe” (HUGO, 2007, p. 20). Queriam os escritores a revolução das ideias e para isso era preciso apreender o real não através do plano das ideias, mas dos acontecimentos; queriam mostrar o cotidiano e questionar a individualidade, a sociedade. Não se podia falar da sociedade só por meio da imaginação, era necessário que se atentasse a assuntos verossímeis. Berchet aconselha:

Se o argumento lhe for oferecido por uma história escrita ou tradição que afirme “tal fato aconteceu assim”, e você sentir que em geral é visto assim, então, não fique atormentando seu cérebro por temor à inverossimilhança, já que você não tem saída. Porém, na escolha, recomenda-se que se atenha com mais gosto aos temas extraídos da história, não aos ideais. Também não confie muito naquelas tradições que nunca ultrapassarão as fronteiras de um único município, pois, nesse caso, sua fama seria apenas municipal, do que eu não gostaria que você se contentasse (BERCHET, op. cit., p. 75).

Essas elaborações deveriam chegar para toda a população, que, com sua aprovação ou desaprovação, compunha o texto. Era comum na época leitores mandarem cartas aos escritores sugerindo-lhes enredos ou comentando sobre algum livro que leram. A importância dada ao autor durante o século XIX, bem como a sua consagração, dava-se pelo nível de verdade que ele representava. Em seu livro *La Lecture et la vie: les usages do roman au temps de Balzac*, Judith Lyon-Caen apresenta-nos os casos de Balzac e Sue, em que a adesão dos leitores ao projeto realista dos romances pode ser compreendida de duas formas: primeiro, tentavam estender, corrigir e influenciar o romance, processo feito muitas vezes por meios epistolares; segundo, utilizavam o esquema romântico para descrever o real, apropriando-se de palavras e situações

colégio e na qual também reforça ideias já lançadas por Vico e Foscolo.” (BERCHET, Giovanni. Cartas semisséria de Grisóstomo a seu filho. In: PALMA, Anna; CHIARINI, Ana Maria; TEIXEIRA, Maria Juliana G. (Org.). **O romantismo europeu**: antologia bilíngue. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 43.)



expostas em um romance para seu próprio mundo e, logo, “tratam a ficção como um instrumento pertinente de desvelamento da realidade social” (LYON-CAEN, 2006, p. 146).

O autor, por sua vez, apropriava-se de histórias sociais, às quais ele dava um toque de estilo social e pessoal. Era importante para o autor, como também para o escritor, a proliferação de “eus” ao mesmo tempo em que se queria definir o próprio “eu”. O colaborador, nesse sentido, ajudava não só materialmente o autor, mas também lhe possibilitava recorrer a mais visões possíveis, aplicáveis à composição da obra no social.

A preocupação era ligar a “afirmação do indivíduo” com o “conhecimento da Natureza”, natureza esta que não era mitológica nem imitável, preocupações que determinaram “o nível da experiência incorporada à literatura, e trouxe à luz, no conjunto da vida social, o estado da arte e a situação do poeta (e do artista), que nos são familiares até os dias de hoje”. Natureza aqui refere-se as matérias primas que compõem o mundo. O natural não é mais algo distante a compreensão do homem, este último age e interfere nela (NUNES, 2008).

O real através desse papel do escritor romântico tinha que ser trazido com todas suas nuances, para Victor Hugo este se insere entre o grotesco e o sublime, instâncias em que o herói posiciona-se e que o escritor deve ter habilidade em mostrar. O herói veste-se assim de drama, de comédia, de lírico e de epopeia assim como a Natureza, na qual o homem age livremente e como ela mostra-se instável; não se trata de vencer ou perder, trata-se de enfrentar essas instabilidades, de ter coragem e, conseqüentemente, poder. O escritor também era visto como herói, a sua luta efetuava-se pela escrita, uma poderosa arma.

A obra por eles publicada começa com um prefácio escrito por Dumas¹³³, no qual ele fala de seu interesse em situar historicamente a autobiografia de Garibaldi – o literato faz uma panorâmica dos acontecimentos entre 1820 e 1836, o ano de exílio do general. Ali ele nos conta como a casa Savoia, os austríacos, os Bourbon, a maçonaria e a carbonária¹³⁴ dirigiram as lutas por território na península itálica. Ao mesmo tempo, trata da ascensão dos ideais de Giuseppe Mazzini.

¹³³ Como já indicamos, antes de ir à Itália Dumas assinou um contrato com a editora, segundo o qual ela publicaria seus textos em primeira mão.

¹³⁴ Sociedade secreta revolucionária que tinha por base valores patrióticos e liberais e que se definia como anticlerical. Foi fundada em 1810 na Itália. (MILZA, op. cit.)



Para completar esse prefácio, Dumas utilizou-se da obra *Storia d'Italia* de Giuseppe La Farina.¹³⁵ Fazer isso significava para o literato provar para seus leitores a autenticidade do que escrevia, a história era um ótimo veículo para apresentar o real. Dumas começou a interessar-se por ela através os romances históricos de Walter Scott¹³⁶. Apreciou de imediato suas narrativas, porém, ainda continuava, para Dumas, uma leitura muito pesada para retratar a realidade, criticar o presente e propor um futuro. Assim ele disse:

As qualidades de Walter Scott não são exatamente qualidades dramáticas; admirável na descrição dos modos, dos costumes e caracteres, Walter Scott é completamente inábil para dar vida às paixões. Com costumes e caracteres, podem-se fazer comédias, contudo são necessárias paixões para criar os dramas. [...] entretanto, meu trabalho com Scott não foi inútil, apesar de infrutífero; só se conhece a estrutura de um homem quando se examina cadáveres; só se conhece o gênio de um autor analisando sua obra. A análise de Walter Scott me fez compreender o romance sob um ponto de vista diferente do que encaramos em nosso país. A mesma fidelidade na descrição dos costumes e dos caracteres, com um diálogo mais vivo e com paixões mais reais, parece-me ser o que nos convém (MENDES, 2004, p. 68).

Crítica que, ao contrário, fazia dele um escritor muito superficial aos grandes particulares históricos. “Amava a História; não a respeitava. ‘Que é a História?’ – dizia. – Um prego no qual penduro meus romances” (MAUROIS, op. cit., p. 172). Foi essa ideia de superficialidade que circulava sobre a narrativa de Dumas e que ele respondeu fervorosamente em seus *Causeries*. Defendendo-se, dizia:

Lamartine é um sonhador. Hugo é um pensador; eu sou um vulgarizador. O que há de sutil demais no sonho de um, sutileza que, por vezes, impede que se o aprove; o que há de profundo demais na mente do outro, profundidade que impede que se o compreenda, disso apodero-me eu, vulgarizador; eu dou um corpo ao sonho de um, dou clareza ao pensamento do outro. E eu sirvo ao público essa dupla refeição, que, da mão do primeiro, o teria mal alimentado, porque leve demais; da mão do segundo, teria lhe causado uma indigestão, porque muito pesada; e temperada e apresentada com a minha, dá para quase todos os estômagos, dos mais fracos aos mais fortes¹³⁷.

¹³⁵ Giuseppe La Farina, foi um político italiano que esteve ao lado de Garibaldi durante a campanha *I Mille*, ajudou nas questões organizacionais de governo. Foi acusado de participar da ditadura de Garibaldi, e é responsabilizado por muitas mortes inocentes. (BRICE, Catherine. *Monarchie, État et nation en Italie durant le Risorgimento (1831-1870)*. *Revue d'histoire du XIXe siècle*, n° 44, 2012. Disponível em: <https://rh19.revues.org/4237>. Acesso em: 18 jun. 2017)

¹³⁶ Walter Scott, escritor literário que obteve em vida mais sucesso do que qualquer outro escritor, apresentou uma nova forma de poesia e poema. Naquelas cidadezinhas medievais da Escócia expunha suas narrativas que, por sua forte autenticidade com a realidade, encantava e prendia o leitor. “A arte de Scott não tem nada em comum com o medievalismo artificial, puramente literário, dos pré-românticos. Os seus romances baseiam-se em documentação cuidadosa, e os maiores dentre eles, em documentação oral, ainda viva”. No entanto, suas narrativas apreciavam o aspecto pitoresco do passado como exemplo para o futuro, o que fazia com que se distanciasse do classicismo e calcasse os passos de uma romanização da História. (MAUROIS, op. cit., p.172.)

¹³⁷ “Lamartine est un rêveur; Hugo est un penseur; moi, je suis un vulgarisateur. Ce qu’il y a de trop subtil dans le rêve de l’un, subtilité qui empêche parfois qu’on ne l’approuve; ce qu’il y a de trop profond dans la pensée de l’autre, profondeur qui empêche parfois qu’on ne la comprenne, je m’en empare, moi, vulgarisateur; je donne un



Após ter dito isso Dumas explica, através uma metáfora, que devemos imaginar uma fazenda em que três amigos se associam para torná-la melhor. Desses amigos um prepara a terra, o outro cultiva e o terceiro recolhe. Dumas continuou dizendo que é ele aquele que prepara a terra – considerando ser o trabalho mais pesado; e, além disso, é aquele que recolhe o que “fica no ar” distribuindo depois para as galinhas. Por isso, segundo Dumas as galinhas correm ao seu encontro quando fala “Grandes e pequenos, venham, venham, venham!”. Segundo o literato ele entra no espírito do leitor e espalha a inteligência para a grande massa, coisas que Hugo e Lamartine não conseguem fazer, apesar de serem de mais alto nível intelectual. Nesse sentido Dumas disse dar vida a História e a Literatura achando o justo equilíbrio entre realidade e ficção (DUMAS, 2012).

Concordamos com as colocações de Mendes apresentadas em seu texto “A História na visão de Alexandre Dumas”, quando ela nos diz que na crítica que Dumas fez a Scott, que acima citamos, é possível verificar a técnica de romance histórico do literato, que é:

Buscar a fidelidade de representação dos hábitos, costumes e do espírito da época tratada e usar diálogos mais ágeis e paixões mais reais. Uma fala do personagem Eugène (o poeta romântico) no drama romântico *Antony* pode servir para ilustrar a perspectiva dumasiana de uso da História como recurso dramático: “A História nos lega os fatos, que nos pertencem por direito de herança, são incontestáveis e estão à disposição do poeta: ele exuma os homens de antigamente, revesteos com seus costumes, reascende as suas paixões, que ele aumenta ou diminui tendo em vista o ponto a que deseja levar o drama” (MENDES, 2004, p. 72).

Dumas (2012) disse tornar-se um historiador a partir do momento em que não é mais ele quem fala, não são mais seus sentimentos que contam e sim aqueles dos que compõem a história. Do herói ele quer falar para todos, intelectuais e não intelectuais. Entregar a voz aos outros autores foi para Dumas (2012) uma tarefa importante, como também ser crítico dos acontecimentos da história através da voz do narrador, o qual passeia pelas cenas entre passado e presente criando uma cumplicidade com o leitor. Diz não querer apenas deixar seu personagem falar, era importante entender o que, quando e para quem falava, fazendo com que ele ressurgisse da História. Para tornar essa história acessível ao grande público era importante

corps au rêve de l'un, je donne de la clarté à la pensée de l'autre ; et je sers au public ce double mets, qui, de la main du premier, l'eût mal nourri, comme trop léger ; de la main du second, lui eût causé une indigestion, comme trop lourd ; et qui, assaisonné et présenté de la mienne, va à peu près à tous les estomacs, aux plus faibles comme aux plus robustez” (DUMAS, 2012. p. 7).



criar o drama. Era nesse momento que Dumas não respeitava a História. Para torná-la mais interessante ele recriava personagens, acontecimentos e diálogos sem se ater às fontes.

Seguindo o fluxo e as necessidades internas da narrativa em busca de um efeito dramático, sacrifica a verdade cronológica e, às vezes, a verossimilhança. Aproxima acontecimentos afastados no tempo, faz seus heróis cumprirem em um ano o que só teria sido possível em dois ou três. Não se interessa em seguir fielmente os detalhes da História; interessa-lhe capturar o espírito, penetrar na vida quotidiana de uma época, recriando para seus leitores os acontecimentos passados e as impressões que estes causaram nas personagens que viveram realmente ou que foram criadas. (...) Os romances históricos de Alexandre Dumas foram construídos com o apoio de documentos, responsáveis pelo fornecimento dos fatos e datas. Mas não lhe interessa repetir a narrativa dos acontecimentos históricos, discutir as questões que suscitam ou mesmo o sentido que os move. Interessa a Dumas ressuscitar poeticamente os seres humanos que fizeram parte desses acontecimentos. À medida que a narrativa é tecida, percebe-se que a História tem a função de fornecer um motivo para o romance, que o enredo histórico é complementado por outras pequenas narrativas, criando uma atmosfera que passa por uma descrição de época. Por exemplo, no início de *La reine Margot*, a luta política entre católicos e protestantes aparece de forma impessoal, como a narração de acontecimentos históricos; aos poucos, com o desenrolar das intrigas, já não são mais protestantes e católicos que divergem: Dumas consegue lhes dar contornos, dotando-os de um nome, caráter, emoções e sentimentos, fazendo com que essas características se sobreponham à historicidade dos fatos. Nessa medida, o leitor passa a ser levado pelo fio do romance e não pela verossimilhança da História. (...) (MENDES, 2004, p. 77).

Contudo, o início e fim da história são conhecidos pelos leitores, a curiosidade deste último se direciona à forma como isso ocorreu e que vem narrada. Dumas disse sobre sua escrita:

Quando escrevo um romance ou quando construo um drama me submeto, naturalmente, as exigências do século dentro do qual meu tema se realiza. Os lugares, os homens, os acontecimentos me são impostos pela inexorável pontualidade da topografia, da genealogia e das datas; é necessário que a linguagem, o traje ou mesmo a aparência dos meus personagens estejam em harmonia com as ideias que fizemos da época que tento pintar. Minha imaginação, às presas com a realidade, semelhante a um homem que visita as ruínas de um monumento destruído, é forçada a pisar nos escombros, a seguir os corredores, a curvar-se sob as passagens secretas, para reencontrar, pouco a pouco, a planta do prédio na época em que havia vida nele, quando a alegria o invadia de cantos e de risos, quando a dor havia eco por seus soluços e por seus gritos. No meio de todas essas pesquisas, de todas essas investigações, de todas essas necessidades, a palavra desaparece. O eu torna-se de Chastelin de Commynes, de Saulx-Tavannes, de Montluc, de Estoil, de Tellemant, de Reaux e de Saint Simon. [...] Parei de ser ator neste grande romance da minha própria vida, neste grande drama de meus próprios sentimentos; eu me tornei um cronista, um analista, um historiador; estou ensinando aos meus contemporâneos os eventos dos últimos dias, as impressões que esses eventos produziram sobre os personagens que realmente viveram ou que criei com minha fantasia; mas as impressões que os eventos do dia-a-dia, esses eventos terríveis que agitaram a terra debaixo de nossos pés, que escureceram o céu sobre nossas cabeças, mas as impressões que esses eventos produziram em mim não me é permitido dizer. As amizades de Edward III, o ódio contra Louis XI, os caprichos de Charles IX, as



paixões de Henri IV, as fraquezas de Louis XIII, os amores de Louis XIV, eu contei tudo. Mas das amizades que consolam meu coração, dos ódios que agrediram meu espírito, dos caprichos que nasceram da minha imaginação, das minhas paixões, das minhas fraquezas, dos meus amores, não ousou falar. Eu deixo meus leitores conhecerem um herói que existiu a mil anos e eu permaneço desconhecido para ele. Eu gosto de exigir dele o ódio ou o amor pelos meus personagens e permaneço indiferente para ele¹³⁸.

Dumas continuou a narrativa dizendo que ele gostaria de ser algo a mais para o leitor do que um bom narrador preso em suas fantasias, ele gostaria de ser vivo e palpável, um melhor amigo que não precisa de apresentações quando chega em sua casa ou em seu castelo. De falar do que se passa, de refletir sobre os acontecimentos e de fazer chegar a todos essa reflexão.

As *Mémoires de Garibaldi* distanciam-se, em alguns aspectos, dos romances históricos de Dumas, fazendo da obra uma realidade romanceada, e não um autêntico romance. Podemos dizer isso após a leitura das memórias de 1888, pois verificamos que nas de 1860 não há a presença de personagens da imaginação do literato e a cronologia dos acontecimentos é mantida. Além disso, as memórias de 1860 distanciam-se das escolhas temporais dos romances de Dumas (2012), que ocorrem, geralmente, entre o período medieval e o moderno.

A escolha temporal aproximou a obra ao discurso jornalístico do literato, que dele se ocupava desde 1830, contudo, não é com a narrativa em primeira pessoa (Dumas) que desenvolve as memórias. O escritor argumentava que sua voz não estava presente e que quando se manifestava o fazia como historiador, porém, a dramatização do texto é evidente e ele fez

¹³⁸ “Quand j’écris un roman, ou quand je bâtis un drame, je subis tout naturellement les exigences du siècle dans lequel mon sujet s’accomplit; les lieux, les hommes, les événements me sont imposés par l’inexorable ponctualité de la topographie, de la généalogie et des dates; il faut que le langage, le costume, l’al lure même de mes personnages, soient en harmonie avec les idées qu’on s’est faites de l’époque que j’essaie de peindre. Mon imagination, aux prises avec la réalité, pareille à un homme qui visite les ruines d’un monument détruit, est forcée d’enjamber par dessus les décombres, de suivre les corridors, de se courber sous les poternes, pour retrouver, ou à peu près, le plan de l’édifice, à l’époque où la vie l’habitait, où la joie l’emplissait de chants et de rires, où la douleur y demandait un écho pour ses sanglots et pour ses cris. Au milieu de toutes ces recherches, de toutes ces investigations, de toutes ces nécessités, le mot disparaît; je deviens un composé de Froissart, de Monstrelet, de Chastelin de Commines, de Saulx-Tavannes, de Montluc, de l’Estoile, de Tallemant des Réaux et de Saint-Simon. (...)je cesse d’être acteur dans ce grand roman de ma propre vie, dans ce grand drame de mes propres sensations; je deviens chroniqueur, annaliste, historien ; j’apprends à mes contemporains les événements des jours écoulés, les impressions que ces événements ont produites sur les personnages qui ont vécu réellement ou que j’ai créés avec ma fantaisie ; mais des impressions que les événements de tous les jours, ces événements terribles qui secouent la terre sous nos pieds, qui assombrissent le ciel sur nos têtes, des impressions que ces événements ont produites sur moi, il m’est défendu de rien dire. Amitiés d’Édouard III, haines de Louis XI, caprices de Charles IX, passions de Henri IV, faiblesse de Louis XIII, amours de Louis XIV, je raconte tout. Mais des amitiés qui consolent mon cœur, des haines qui aigrissent mon esprit, des caprices qui naissent dans mon imagination; mais de mes passions, de mes faiblesses, de mes amours, je n’ose parler. Je fais connaître à mes lecteurs un héros qui a existé il y a mille ans, et moi je lui reste inconnu; je lui fais aimer ou haïr à mon gré les personnages pour lesquels il me plaît d’exiger de lui sa haine ou son amour, et moi je lui demeure indifférent” (DUMAS, 2012, p.752-753) (Jornal n.20, 1 de agosto 1849).



das memórias de Garibaldi o mesmo que Mendes nos diz ter feito com a obra *Le vicomte de Bragaleone*. Dumas entregou vida aos personagens, dividiu a história em pequenas cenas e as movimentou com vivos diálogos.

Uma boa maneira de compreender a técnica romanesca de Dumas é comparar o texto do qual partiu a idéia e o romance folhetim criado por ele, como, por exemplo, o folhetim *Le vicomte de Bragaleone*, baseado no livro *Mémoires*, de Madame de La Fayette. Esta conta, sem diálogos, a história dos primeiros amores de Louis XIV, sua ruptura com Marie Mancini, seu reencontro com Louise de La Vallière, a morte de Mazarin e a desgraça de Fouquet. A narrativa é curta e sóbria, o drama está no interior dos acontecimentos e a narradora se exime de imaginar as cenas nas quais não estava presente. Dumas toma este arcabouço e, ao contrário de Madame de La Fayette, escreve cada cena indicada como uma cena teatral, com *coups de théâtre*, efeitos de surpresa, violência ou cômicos. Cada personagem adquire expressão – um pouco caricatural – que lhe dá vivacidade e cria a ilusão de real (MENDES, 2004, p. 70).

Por ter visão da História, para Dumas foi importante inserir Garibaldi no contexto das lutas, no “espírito da época” – o que significava não só situar o leitor no tempo, mas mostrar-lhe a coerência e a autenticidade da narrativa. Em dois momentos no prefácio, o literato falou de Garibaldi. A primeira vez foi quando apresentou as várias fases da vida do general – ocasião em que era inevitável falar do Piemonte. Depois Dumas explicou a necessidade que um homem de sua época tinha em defender sua terra, envolvido pelas ideias nacionalistas. Garibaldi também expressou mesmo conceito na edição de 1888. Quando voltou a Nice, no ano de 1848, ele o fez sob o perigo de morte. Ainda não tinham tirado seu nome da lista de condenados. Foi necessário um encontro com o então Rei Carlo Alberto (OLIVIA, 2013) e sua disponibilidade ao serviço da corte para combater os austríacos para que Garibaldi não acabasse morto aquele ano (MILZA, op. cit., p. 148).

O segundo momento em que Dumas fala de Garibaldi é na parte final do texto, na qual escreve: Havia então, em Nice, um jovem que via correr todo aquele sangue, fazendo a si mesmo o juramento de dedicar sua vida ao culto dessa liberdade, pela qual caíam tantos mártires. Esse, jovem, então com vinte e seis anos, era Giuseppe Garibaldi¹³⁹.

Entre as *Mémoires de Garibaldi* (1860) e as *Memorie Autobiografiche* (1888)¹⁴⁰ há vinte e oito anos de intervalo ao passo que com a edição inglesa de Dwight (1859) há vinte e

¹³⁹ “Il y avait alors, à Nice, un jeune homme qui regardait couler tout e sang, em se faisant à lui-même le serment de consacrer as vie au culte de cette liberte, pour laquelle tombaient tant de martyrs. Ce jeune homme, alors age de vingt-six ans, était Joseph Garibaldi” (DUMAS, 1860a, v.I, p. 26).

¹⁴⁰ Durante o mestrado foram estudadas essas outras duas edições. Através dessa comparação foi possível perceber como a presença de Dumas era fortemente presente na edição publicada por ele. GARIBALDI, Giuseppe. **Memorie Autobiografiche**. Firenze: G. Barbera, 1888. Disponível em: <https://archive.org/details/memorieautobiogr00gari> Acesso em: 20 fev. 2016.



nove. Estuda-las possibilitou perceber a fragilidade das produções de escrita do eu e biográficas fazendo-nos pensar na ilusão sugerida por Bourdieu (1996, p. 185):

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.

Nesse sentido o autor argumenta que a necessidade de atribuir uma lógica a tudo cria um sentido artificial para a vida. Concordamos nas colocações do autor sobre a coerência que sempre buscamos em uma biografia, autobiografia ou memória, discordamos na atribuição radical de que há nesse gênero de escrita um sentido “artificial da vida”, Ao contrário, Levi supera a consideração de uma biografia como artificialismo e utiliza-se do argumento de “a existência de outra pessoa em nós mesmos, sob forma do inconsciente” (LEVI, 1996, p. 173).

Conforme o mesmo autor, a ilusão supera-se quando buscamos reconstruir a superfície social do indivíduo. No nosso caso partimos do material, do livro, acabando no personagem já que por sua singularidade a obra supera uma discussão de ordem só biográfica ou da escrita de si. Contudo ao colocarmos as memórias de 1888 identificamos também a construção de um personagem, de um homem célebre em seu tempo, fato que influenciou na produção do livro.

Garibaldi escrevia e sempre entregava seu manuscrito a quem o desejasse. Na edição das memórias de 1860 publicadas por Dumas, o entusiasmo mostra-se com mais veemência, ao passo que na de 1888 não há tanta ênfase. Quando Garibaldi nos fala do ano de 1860, descreve-se como um homem cansado. A estrutura textual apresentada pelo literato, que identificamos por exemplo nas obras que aqui citamos, como o caso de *Antony* ou *O conde de Monte Cristo*, sublinhava a força do protagonista.

A constante proclamação por parte de Dumas de que aquelas memórias tinham tido a participação de várias mentes leva-nos a pensar no contexto romântico em que não só Dumas encontrava-se como também Garibaldi. Mais havia participação ao projeto, mais este se tornava real, palpável e autêntico, ou seja, História. Além disso, foi essa busca de uma história real que levou Dumas até o general.

O herói não precisava mais ser buscado na imaginação, ele estava ali, presente. O herói nesse sentido não possuía somente as características do que era um herói na antiguidade, aqui fala-se principalmente de um homem que tem consciência de seu tempo e de suas ações e que



supera, vence e modifica a natureza, que, como ele, é instável. Como que um só órgão gerenciado por uma força divina.

Dumas não se distanciou da concepção de história da sua época, propondo assim, de acordo com Bann, um novo idioma histórico. Não considerava seu trabalho menos importante por conter nele a ficção. Encontramos um trabalho interdisciplinar entre os tempos da Literatura e os tempos da História. Utilizando-nos mais uma vez das colocações de Albuquerque podemos dizer que a ficção faz parte do discurso histórico o que não o faz menos científico ou importante. Há na História uma metodologia¹⁴¹ que não nos possibilita transitar com tanta tranquilidade, assim como Dumas, entre os tempos da História e da Literatura, porém fazemos de obras como as *Mémoires de Garibaldi* uma fonte útil para a nossa invenção¹⁴² da História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da História. Bauru: Edusc, 2007.

ALENCAR, José Leão. *História com ficção: a confecção narrativa da história e da literatura.* **Rev. de Letras**, v. 18 – n. 1 - jan/jun 1996.

ALMEIDA, Renata Geraissati C. de. *Os limites entre a história e a ficção.* In: **Hist. Historiogr.** Ouro Preto, n. 22, dezembro, 2016. p. 202-213.

BANN, Stephen. **As invenções da história.** Ensaios sobre a representação do passado. Tradução Flávia Villas-Boas. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

BARROS, José D'Assunção. *História Cultural: Um panorama teórico e historiográfico.* **Dossiê justiça no Antigo Regime: Texto de História.** v.11, n.1/2, 2003. p.145-171.

Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5925/4901> Acesso em: 16 set. 2017

BERCHET, Giovanni. *Cartas semisséria de Grisóstomo a seu filho.* In: PALMA, Anna; CHIARINI, Ana Maria; TEIXEIRA, Maria Juliana G. (Org.). **O romantismo europeu: antologia bilíngue.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

¹⁴¹ “Não podemos escrever a História sem documentos, nem sem as ferramentas que a cultura historiográfica nos proporciona, inclusive os conceitos (ALBUQUERQUE, Op. Cit. p.32).

¹⁴² “O uso do termo invenção remete para uma abordagem do evento histórico que enfatiza a descontinuidade, a ruptura, a diferença, a singularidade, o caráter subjetivo da produção histórica (ALBUQUERQUE, Op. Cit. p. 20).



BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.

BUDILLON, Pascale Puma. *Giuseppe Garibaldi, quelles vies, quelles Mèmoires?* In: GUILLAUME, Marche; VINCENT, Broqua (Org.). **L'épuisement du biographique?** Newcastle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2010. p. 55-66

CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

_____. **A História cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

_____. **Cardenio entre Cervantes e Shakespear:** história de uma peça. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise:** entre ciência e ficção. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DUMAS, Alexandre. **Mémoires de Garibaldi**. Paris: Michel Lévy Frères, Libraires – Éditeurs, 1860. v. 1-2, p. 1 Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/008644020> Acesso em: 20 fev. 2016

_____. **Antony:** drame en cinq actes, em prose. Paris: Auguste Auffray Éditeur, 1831. Disponível em:

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9668196n.r=Antony%20drame%20en%20cinq%20actes%2C%20em%20prose?rk=21459;2> Acesso em: 20 fev. 2016

_____. *Come io ho conosciuto Giuseppe Garibaldi*. **L'Indipendente**, anno 1, n. 2, p. 1, 12 ottobre 1860b. Disponível em:

http://www.internetculturale.it/opencms/opencms/it/ricerca_metamag.jsp?instance=mag&semplice=semplice&semplice.y=0&_meta_issued=1860&semplice.x=0&q=1%27indipendente+&pag=1 Acesso em: 20 fev. 2016

_____. *Come io ho conosciuto Giuseppe Garibaldi*. **L'Indipendente**, anno 1, n. 3, p. 1-2, 13 ottobre 1860c. Disponível em:

http://www.internetculturale.it/opencms/opencms/it/ricerca_metamag.jsp?instance=mag&semplice=semplice&semplice.y=0&_meta_issued=1860&semplice.x=0&q=1%27indipendente+&pag=1 Acesso em: 20 fev. 2016

_____. *Come io ho conosciuto Giuseppe Garibaldi*. **L'Indipendente**, anno 1, n. 4, p. 1, 15 ottobre 1860d. Disponível em:

http://www.internetculturale.it/opencms/opencms/it/ricerca_metamag.jsp?instance=mag&semplice=semplice&semplice.y=0&_meta_issued=1860&semplice.x=0&q=1%27indipendente+&pag=1 Acesso em: 20 fev. 2016



_____. *Crítica: Garibaldi e la stampa. L'Indipendente*, anno 1, n. 4, p. 5, 11 ottobre 1860e. Disponível em:

http://www.internetculturale.it/opencms/opencms/it/ricerca_metamag.jsp?instance=mag&semplice=semplice&semplice.y=0&meta_issued=1860&semplice.x=0&q=1%27indipendente+&pag=1 Acessado em: 20 fev. 2016

_____. *Mémoires de Joseph Garibaldi: Mon iniciacion. Le Siècle*, ano 25, n.9186, 02 de junho de 1860f. Disponível em:

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32868136g/date&rk=21459;2> Acesso em: 20 fev. 2016

_____. *Mémoires de Garibaldi par Alexandre Dumas*. Bruxelles: Meline Cans et C. 1860g. Disponível em: Biblioteca nacional do Rio de Janeiro / Real Gabinete (impresso)

_____. *Les garibaldiens*. Montréal: Le Joyeux Roger, 2011. Disponível em:

<http://www.alexandredumasetcompagnie.com/images/1.pdf/LesGaribaldiens.PDF> Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. *Les Garibaldiens: révolution de Sicile et de Naples*. Paris: Michel Lévy frères, 1868. Disponível em: <https://archive.org/details/lesgaribaldiens01dumagoog> Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. *Le Mois (1848-1850)*. Montréal: Éditions Le Joyeux Roger, 2016. Disponível em: <http://www.alexandredumasetcompagnie.com/images/1.pdf/LeMois-2eAnnee.PDF> Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. *Montevideo ou une Nouvelle Troie*. Montréal: Éditions Le Joyeux Roger, 2013. Disponível em: <http://www.alexandredumasetcompagnie.com/images/1.pdf/Montevideo.PDF> Acesso em: 10 set. 2016.

_____. *O Conde de Monte Cristo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DWIGHT, Theodore. *The life of general Garibaldi*: written by himself. New York: A. S. Barnes and Burr, 1859. Disponível em:

<https://catalog.hathitrust.org/Record/011207498?type%5B%5D=all&lookfor%5B%5D=the%20life%20of%20garibaldi%20&filter%5B%5D=authorStr%3ADwight%2C%20Theodore%2C%201866&ft=> Acesso em: 10 set. 2016.

GARIBALDI, Giuseppe. *Memorie Autobiografiche*. Firenze: G. Barbera, 1888. Disponível em: <https://archive.org/details/memorieautobiogr00gari> Acesso em: 20 fev. 2016.

GUINSBURG, Jacob. *Romantismo, historicismo e história*. In: GUINSBURG, Jacob. (Org.) *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p 20-54.

HUGO, Victor. *Do grotesco e do sublime*: tradução do prefácio de Cromwell. Tradução e notas de Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.



_____. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

L.A. Les Mémoires de Garibaldi. **Figaro**. Ano 7, n.573. 12 de agosto de 1860. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2699173.r=m%C3%A9moires%20de%20garibaldi%20par%20Alexandre%20Dumas?rk=42918;4> Acesso em: 12 set. 2016.

LYON-CAEN, Judith. *Vérité romanesque et réalité sociale*. In: LYON-CAEN, Judith. **La lecture et la vie:** les usages du roman au temps de Balzac. Paris: Tallandier, 2006.

MANZONI, Alessandro. *Cartas sobre o Romantismo a Cesare D'Azeglio*. In: PALMA, Anna; CHIARINI, Ana Maria; TEIXEIRA, Maria Juliana G. (Org.). **O romantismo europeu:** antologia bilíngue. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MAOUROIS, André. **Os três Dumas**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1959.

MENDES, Maria L. D. *A história na visão de Alexandre Dumas*. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 67-79, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alea/v6n1/a06v06n1.pdf> Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. *A voz do escritor romântico:* as mémoires de Alexandre Dumas. **Revista Travessia: Educação, Cultura, Linguagem e Arte** (Unioeste), Florianópolis, ed. 03, p. 1-2, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/viewFile/3006/2354> Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. **No limiar da história e da memória:** um estudo da Mês Mémoires de Alexandre Dumas. USP: Departamento de letras. 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-01112007-143905/pt-br.php> Acesso em: 20 fev. 2016.

MEYER, Marlyse. **Folhetim:** uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MENDES, Maria L. D. **No limiar da história e da memória:** um estudo da Mes Mémoires de Alexandre Dumas. USP: Departamento de letras, 2007

MILZA, Pierre. **Garibaldi**. Milano: Longanesi, 2013.

NUNES, Benedito. *A visão romântica*. In: GUINSBURG, Jacob (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 20-64.

NOGUEIRA, Isabella. **Um conúbio intrigante na construção do herói romântico:** Os caminhos da produção das *Mémoires de Garibaldi* (1860), de Alexandre Dumas. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018 In: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8478>

OLIVA, Gianni. **I Savoia:** novecento anni di una dinastia. Milano: Mondadori Editore, 2013.



REIS, José C. O historicismo: a redescoberta da História. **Revista Locus**, Juiz de Fora, v. 1,n. 1, p. 1-19, 2002. Disponível em: <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2437>
Acesso em: 20 dez. 2015.

SALIBA, Elias T. **As utopias românticas**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SILVA, Márcio S. *Do utopismo iluminista ao (anti) utopismo romântico: a crítica romântica da razão utópica*. **Morus**, Campinas, n. 6, p. 308, 2009.

SCIROCCO, Alfonso. **Garibaldi: battaglie, amori, ideali di um cittadino del mondo**. Bari: Economica Editori Laterza e Figli, 2011.



Merchandising social: a telenovela além do entretenimento

Jéfferson Balbino¹⁴³

Recebido em: 28/12/2018

Aceito em: 07/03/2019

RESUMO

A telenovela é uma importante expressão da cultura brasileira que ocupa um grande espaço na vida da sociedade. Diante disso, é necessário analisar qual o papel que esse produto audiovisual voltado para o entretenimento ocupa na esfera social, verificando as relações que se estabelecem entre os dois meios: o real e o fictício. Para isso vamos avaliar, sobretudo, a obra de dois novelistas brasileiros: Glória Perez e Manoel Carlos haja vista que são os roteiristas de televisão que mais recorrem ao chamado “merchandising social” em suas telenovelas e com isso, ainda, observaremos qual a contribuição que tanto os novelistas quanto a própria teledramaturgia brasileira oferecem instigando – e contribuindo – nas discussões de problemas sociais existentes na realidade da sociedade brasileira. Para tal intento, utilizaremos os estudos de Marcio Ruiz Schiavo (2002), cientista em comunicação social e, também, do historiador Jéfferson Balbino (2013).

Palavras-chave: Teledramaturgia. Sociedade. Merchandising Social.

Social merchandising: the soap ópera beyond the entertainment

ABSTRACT

The soap ópera is an important expression of brazilian culture, occupying a large space in the life of society. In view of this, it is necessary to analyze the role that this audiovisual product focused on entertainment occupies in the social sphere, verifying the relations that are established between the two media: the real and the fictitious. In order to do so, we will evaluate, in particular, the work of two brazilian novelists: Glória Perez and Manoel Carlos, since it is the television writers who make the most of the so-called "social merchandising" in their telenovelas. Both the novelists and the brazilian teledramaturgy itself offer instigating - and contributing - to the discussions of social problems existing in the reality of brazilian society. For that purpose, we will use the studies of Marcio Ruiz Schiavo (2002), scientist in social communication and, also, the historian Jéfferson Balbino (2013).

Keywords: Teledramaturgy. Society. Social Merchandising.

¹⁴³ Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis). Licenciado em História e em Letras/Literatura pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP/Jacarezinho). Autor dos livros *Teledramaturgia: o espelho da sociedade brasileira* e *Operários da Arte*. Professor de Ciências Humanas do Instituto Federal do Paraná (IFPR/Jacarezinho). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5077934013308136>. E-mail: jefferson.lourenco@ifpr.edu.br.



1 INTRODUÇÃO

Quando se lembram de uma novela minha, não lembram – em primeiro lugar – de uma cena cômica. Não. Do que as pessoas lembram é de como temas da novela foram importantes para a sociedade. Isso, para mim, vale mais do que mil salários.

Manoel Carlos

A telenovela brasileira é uma das mais potentes ferramentas culturais existentes no Brasil, pois está intrinsecamente arraigada na sociedade brasileira. Essa forma de expressão cultural é tão grande que já ultrapassou os limites geográficos e, conseqüentemente, levou para outras sociedades os hábitos e costumes de nosso povo haja vista que as tramas brasileiras são comercializadas através de exportações para diversas emissoras de televisão do mundo. Sendo assim, no que se refere à teledramaturgia pode-se afirmar que o Brasil alcançou – com êxito – o reconhecimento internacional, pois centenas de telenovelas produzidas em nosso país foram comercializadas¹⁴⁴ em absolutamente todos os continentes do globo terrestre como, por exemplo, as telenovelas: *Avenida Brasil* (132 países), *Caminho das Índias* (118 países), *A Vida da Gente* (113 países), *Da Cor do Pecado* (104 países), *Escrava Isaura* (104 países) e *O Clone* (101 países).

Embora há outros países que cultivam o hábito de produzir e exibir telenovelas, tais como Argentina, Cuba, Turquia, Portugal e México, o que difere a telenovela brasileira das outras telenovelas produzidas mundo a fora é, justamente, a questão social que é – quase – um elemento obrigatório nos enredos das tramas produzidas no Brasil.

Sobre esse assunto, Ortiz diz o seguinte:

É interessante observar que no Brasil a telenovela foi escolhida como o produto por excelência da atividade televisiva. Contrariamente aos Estados Unidos, onde a *soap opera* seguiu na televisão o esquema do rádio, se dirigindo a um público feminino durante o horário da tarde, a novela se transformou entre nós num produto *prime-time*, e para ela convergiam todas as atenções (de melhoria do padrão de qualidade e dos investimentos) [...]. Não deixa de ser importante sublinhar que a popularidade da telenovela e, por conseguinte sua exploração comercial, vai redimensionar a lógica da produção das empresas, implicando no desaparecimento de gêneros dramáticos que marcaram a década de 1950 (ORTIZ, 2001, p. 145).

Portanto, nos Estados Unidos a *soap opera* não têm o mesmo êxito que a telenovela brasileira conquistou uma vez que, diferentemente do que ocorre no Brasil, não é amplamente

¹⁴⁴ Informações obtidas em: <http://bastidoresdainformacao.com.br/saiba-o-ranking-das-novelas-da-globo-mais-vendidas-para-exterior/>. Acesso em 28 dez. 2018.



exportada para outros países e ainda não lidera de maneira absoluta a audiência da grade de programação da TV americana. Além do que não trazem temas sociais incorporados ao enredo da trama.

Posto isto, fica perceptível que as telenovelas brasileiras vão sempre além do entretenimento, pois não se limitam apenas em trazer a representação de um romance, mas, também, representar os problemas da vida real. Sendo assim, o próprio público espera dos novelistas essa vertente social nos enredos das telenovelas o que faz dos telespectadores brasileiros um público exigente, afinal não espera apenas o entretenimento, algo natural de um produto mercadológico, mas também espera algo social, sobretudo, porque apesar de ser um produto que visa um retorno comercial é, ainda, um produto de grande alcance social, pois é consumida por todas as esferas da sociedade.

A respeito desse assunto, a antropóloga e socióloga Esther Hamburger avança nos estudos da telenovela como elemento sociocultural e, conseqüentemente, como fonte de pesquisa acadêmica, ao abordar que a telenovela brasileira possui verossimilhança, pois procura representar uma realidade ficcionada, ou seja, uma ficção pautada em algo real. A contribuição de Hamburger é inegável, pois ao estabelecer a telenovela como uma esfera pública uma vez que contempla uma construção de identidade nacional, algo – até então – visto como impossível em um produto de cultura de mídia.

Antes de uma telenovela ser produzida por determinada emissora de televisão, os roteiristas de teledramaturgia, no Brasil, têm por hábito escreverem as sinopses de suas obras e, desde a década de 1990, estes profissionais vêm dedicando um espaço na sinopse da narrativa para discutir os problemas presentes na sociedade e, assim, ocasionar um sentido de reflexão nos telespectadores que irão acompanhar a telenovela: o chamado *merchandising social*,¹⁴⁵ torna-se um elemento singular nas produções de teledramaturgia da TV Globo, sobretudo, as tramas produzidas para os horários das 21 horas.

Para discutir a questão social presente na teledramaturgia brasileira elegemos para análise a obra de dois consagrados novelistas brasileiros: Glória Perez e Manoel Carlos, afinal,

¹⁴⁵ A terminologia *merchandising social* é utilizada para se referir às campanhas sociais abordadas no contexto de uma telenovela. É como se fosse uma publicidade social – e sem fins lucrativos – para conscientizar o público para um determinado problema social. Para Ricki (2010) o conceito “sistematiza a inserção desse conteúdo conceitual e educativo nas tramas”.



ambos possuem uma forte relevância no meio social uma vez que criam tramas que discute e mobiliza os telespectadores.

No entanto, antes de nos aprofundarmos na inserção do *merchandising social* nos enredos das telenovelas brasileira e, conseqüentemente, das obras assinadas pelos novelistas supracitados existe a necessidade de esmiuçarmos o que consiste em si essa terminologia ‘merchandising social’.

2 O TERMO ‘MERCHANDISING SOCIAL’

Num país em desenvolvimento como o Brasil que, infelizmente, ainda é palco para inúmeras desigualdades sociais, a telenovela se torna em nossa sociedade uma ferramenta sociocultural, ou seja, como dito anteriormente, consegue ir além de um mero produto mercadológico. E isso, em parte, é possível, uma vez que as telenovelas brasileiras, como frisado há pouco, traz em seus enredos folhetinescos, discussões sociais.

Acerca desse fato, Ortiz esclarece, em 1989, que:

Devido às especificidades do campo cultural brasileiro, esta discussão sobre o divertimento assume outras tonalidades. Em vários autores encontraremos a presença de preocupações que visam proteger a novela de uma possível crítica de seu poder “alienador”; nesse sentido procura-se pensar esse gênero dramático como um veículo de mensagens que ultrapassem o mero entretenimento. Mesmo nesse polo de divertimento, pode-se observar uma busca de interlocução com uma crítica velada, digamos de caráter erudito e politizada (ORTIZ, 1989, p. 160).

Constata-se, portanto, que a telenovela brasileira narra as questões sociais em seu enredo e a partir disso essas obras midiáticas não apenas revelam seu próprio contexto de produção como também as demandas da sociedade daquele período em que são produzidas uma vez que os roteiristas procuram buscar o que a sociedade quer falar e/ou então o que quer ouvir. Um exemplo de tal constatação se dá a partir da telenovela *Explode Coração*, produzida e exibida pela TV Globo, em 1995. A autora Glória Perez ao perceber o aumento no número de crianças desaparecidas no país trouxe esse fato para dentro de sua narrativa criando uma situação ficcional na qual uma criança é desaparecida e assim mostrou a aflição que diversas mães em situação semelhante vivenciavam. Inclusive, a pedido da novelista, a TV Globo inseriu nos capítulos imagens reais de menores desaparecidos e o telefone para quem tivesse informações. Ou seja, a ficção serviu a realidade, pois algumas crianças foram localizadas com a ação televisiva. (DICIONÁRIO DA TV GLOBO, 2003).



É, justamente, para promover uma espécie de serviço social que os novelistas procuram aproximar seus enredos o mais perto possível da realidade, uma vez que também é função e responsabilidade social da telenovela brasileira.

A palavra *merchandising* é de origem inglesa cuja tradução significa, sobretudo, comercializar. Para Nunes, *merchandising*:

[...] é o processo mais elementar e funcional para colocar o produto certo, no lugar certo, na quantidade certa, ao preço certo e no tempo certo. Enquanto marketing é o mercado, *merchandising* é a mercadoria andando, em movimentação dentro do mercado. No Brasil a ideia de *merchandising*, além de se relacionar à promoção do produto nos pontos de venda, também assumiu a conotação da propaganda inserida em programas de televisão, filmes e shows, entre outras formas de lazer e entretenimento. Neste contexto, as telenovelas constituem os mais adequados e eficazes suportes ao desenvolvimento de ações de *merchandising* televisivo. (NUNES, 1989, p.148).

Portanto, a terminologia *merchandising social* é utilizada para se referir às campanhas sociais abordadas no contexto de uma telenovela. É como se fosse uma publicidade social – sem fins lucrativos – para conscientizar o público para um determinado problema presente na sociedade como, por exemplo: homossexualidade, alcoolismo, câncer de mama, doação e transplante de medula óssea, HIV, sexo e gravidez na adolescência, entre outros.

A prática do *merchandising social* é utilizada com maior frequência nas telenovelas brasileiras, embora haja registros de pequenas inserções sociais em telenovelas mexicanas, porém, de maneira discreta como, por exemplo, na telenovela mexicana *Meu Coração é Teu*¹⁴⁶, (Mi Corazón es Tuyo), escrita por Alejandro Pohlenz e Marcia del Río, com produção executiva de Juan Osório, produzida e exibida pelo canal de televisão mexicano Televisa, em 2014, e exibida no Brasil pelo SBT, em 2016. A telenovela em questão apresentava dentre suas tramas paralelas a personagem Jenny (Fabiola Campomanes), que num determinado momento da trama descobre ser portadora do vírus HPV (Papiloma Vírus Humano), que resultaria num diagnóstico de câncer de colo de útero que, aliás, é também muito comum entre as mulheres brasileiras. Até então não havia registro de nenhuma telenovela mexicana transmitida no Brasil que discutisse através de seu enredo ficcional, temas tão relevantes para a sociedade como foi o caso de *Meu Coração é Teu*. Todavia, conforme já mencionado anteriormente, as ações de *merchandising social* são exibidas de maneira discreta nas telenovelas mexicanas,

¹⁴⁶ Informações sobre a telenovela obtidas no site Blastingnews. Disponível em: <http://br.blastingnews.com/tv-famosos/2016/05/meu-coracao-e-teu-uma-novela-mexicana-diferente-das-demais-00917227.html>. Acesso em 28 dez. 2018.



diferentemente, de como acontece com as telenovelas brasileiras que fazem esse tipo de representação de uma maneira mais abrangente.

No Brasil, o uso de campanhas sociais nas telenovelas começou há muito tempo, muito antes dessa nomenclatura existir. Quando ocorreu o chamado ‘abrasileiramento’ nos enredos das telenovelas brasileiras, sobretudo, a partir da trama *Beto Rockefeller*, produzida e exibida pela TV Tupi, em 1969, às telenovelas brasileiras foram abordando cada vez mais em seu enredo a realidade e, conseqüentemente, os problemas da sociedade.

Não obstante:

O merchandising social assume um papel importantíssimo na formação de cidadãos, quando se propõe a tratar dos mais variados temas de forma lúdica, buscando a representação da existência de seres humanos conscientes livres e responsáveis. Além disso, contribui para construção de um novo olhar a respeito dos temas abordados, gerando assim novos posicionamentos, questionamentos, tirando proveito daquilo que lhe é oferecido. O conhecimento dos benefícios do poder da mídia e da relação das produções midiáticas com a formação moral e ética dos cidadãos pode favorecer a construção de uma sociedade mais consciente das realidades alheias, que compreendam a realidade com uma visão mais crítica. Nessa perspectiva, a forma como se dá a inserção do tema alcoolismo entre outras temáticas sociais influencia e trata esses assuntos de maneira a se constituir como instrumento eficaz para a disseminação de novas condutas. Diante disso, o merchandising social pode favorecer a inserção de temas tidos por alvo de preconceito dos indivíduos, de forma a mudar comportamentos, ideias e pré-concepções que geram efeitos na vida em sociedade. Hábitos, valores, crenças, costumes e experiências sociais como alvo de transformação da sociedade de forma responsável, favorecendo assim a formação de pessoas mais críticas e conscientes (RICKLI, 2010, p. 573).

Assim, é de extrema importância à utilização do *merchandising social* nos enredos das telenovelas, sobretudo, pelo fato de estarmos inseridos numa sociedade desigual na qual muitas vezes o salário mínimo é a fonte predominante de renda de milhares de famílias Brasil a fora e por essa razão muitas pessoas não possui outro acesso à cultura e à informação a não ser através da televisão/telenovela.

3 O PERCURSO DA TELEDRAMATURGIA BRASILEIRA

Esse recurso social nas telenovelas brasileiras não se deu de maneira repentina e muito menos logo no início que esse gênero televisivo surgiu no Brasil. Para evidenciar a incidência tardia do *merchandising social* iremos recuperar a trajetória da teledramaturgia brasileira.



No dia 21 de dezembro de 1951, a TV Tupi de São Paulo começou a transmitir a que seria à primeira telenovela brasileira: *Sua Vida me Pertence*. A trama era transmitida ao vivo, pois não havia a possibilidade de gravação uma vez que não existia o vídeo-tape.

A telenovela era exibida somente duas vezes por semana com capítulos duravam cerca de quinze a vinte minutos. Na época, os cenários das telenovelas eram simples, porém, já procuravam representar com verossimilhança as casas da época.

Nesse período, já haviam críticas a esse tipo de produção, geralmente, oriundas da classe conservadora e intelectual da sociedade e, ainda, havia uma parcela da classe artística que menosprezava a telenovela, pois a considerava uma arte menor.

Com a criação do vídeo-tape e, também, a partir da necessidade de manter os telespectadores por mais tempo diante de um aparelho de televisão às telenovelas passaram a ter sua veiculação diária.

Há de se ressaltar que as primeiras telenovelas eram inspiradas e/ou baseadas em textos importados da América Latina e apresentavam um enredo folhetinesco onde haviam histórias de amores impossíveis, vilões perversos, tramas ambientadas em castelos, países fictícios, ou seja, completamente distante da realidade ‘tupiniquim’.

Foi a partir do sucesso de *Beto Rockefeller* que era uma trama ambientada na atualidade e que mostrava os problemas reais do público que a teledramaturgia brasileira procurou inspiração na própria realidade para narrar às estórias de amor, ódio e vingança. Portanto, a narrativa de autoria de Bráulio Pedroso inovou o jeito de produzir teledramaturgia no Brasil.

Em entrevista ao livro *Operários da Arte*, o ator Luís Gustavo que protagonizou a referida telenovela, comenta como surgiu a ideia de criar uma telenovela realista – em parceria com o novelista Cassiano Gabus Mendes – como foi a trama *Beto Rockefeller*:

[...] era aniversário de uma moça muito bonita chamada Letícia, nunca mais esqueço, e estávamos esperando o Hélio Souto chegar [...] daí de repente chega na festa um cara muito simpático que cumprimentava todas as pessoas como se fossem velhas conhecidas dele, saiu lá fora da boate com a menina, e quando fomos saber o cara era um bicão ninguém o conhecia. E daí falei pro Cassiano: “Vamos fazer uma novela com um cara desse e deixa eu fazer esse cara (risos)”. Daí o Cassiano gostou da ideia e começamos a escolher ali mesmo o nome da novela [...]. (BALBINO, 2018, p. 290-291).

Ainda, sobre a telenovela *Beto Rockefeller*, o ator afirma que:

Era uma novela que tinha uma espinha dorsal muito boa, graças a essa engenharia que o Bráulio fez, era capítulos fantásticos que nunca vi igual, às vezes, via rubrica que dizia: “Tatá (meu apelido) improvisa 3 minutos com assuntos do dia”, ou seja, era



uma novela muito verdade, muito realista, muito jornalística. E era por isso que uma vez por mês a gente tinha que ir pra Brasília e ir pra sala do General Wilson Aguiar que era chefe da Censura e que muitas vezes cuspiam na nossa cara e xingava a gente dizendo que tinha ocorrências do Brasil inteiro querendo imitar o vagabundo do Beto Rockfeller (risos). Sabe Jéfferson, foi engraçado quando vi esse Wilson Aguiar trabalhando lá na Globo, ele morreu, recentemente, mas antes disso trabalhou no Departamento de Memória da Globo e tive que reencontrá-lo, pra você ver como o mundo dá muitas voltas. Depois fiz algumas outras novelas boas na Tupi, foi a minha melhor fase profissional, porém, depois com a falência da Tupi a maioria dos meus colegas demandaram para Globo, menos eu, pois meu Beto Rockfeller foi tão marcante para o público que o Boni não me chamava. Eu implorei emprego pro Boni na Globo que me disse que não poderia me chamar porque eu era a cara da TV Tupi através desse personagem que fiz, o Cinema não me chamava, o Teatro muito menos, daí fiquei 2 anos sem emprego [...]. (BALBINO, 2018, p. 290-291).

Portanto, foi a partir da telenovela *Beto Rockfeller*, produzida e exibida pela TV Tupi, que os enredos televisivos ganharam à brasilidade e verossimilhança. E com isso o estilo dramalhão herdado dos cubanos, mexicanos e argentinos foi sendo substituído por um estilo próprio que aproximava os dilemas das personagens aos conflitos da vida de quem assiste.

Foi inspirada no sucesso da telenovela de Bráulio Pedroso que a TV Globo deixou de produzir suas tramas fantasiosas rompendo com o estilo do dramalhão capa-e-espada. E para isso a emissora carioca demitiu a novelista cubana Glória Magadan até então a toda poderosa do setor de teledramaturgia da TV Globo e convocou a novelista brasileira Janete Clair para escrever *Véu de Noiva* (1970) que foi a primeira telenovela, da TV Globo, a imprimir o estilo realista e bem brasileiro à narrativa.

É, justamente, essa questão social que está arraigada na telenovela brasileira que a torna inconfundível diante das outras produções de teledramaturgia feita por outros países. Ainda, na obra *Operários da Arte* (2018), o ator Antônio Fagundes fez uma menção explicativa acerca da telenovela brasileira:

A novela brasileira no exterior, na Venezuela, por exemplo, ela é chamada de ‘telenovela de ruptura’, que na tradução seria: novela de protesto. Isso porque a teledramaturgia brasileira seja talvez a única do mundo que coloca problemas políticos e sociais constantemente nos seus capítulos, agora com as series americanas a coisa está mudando um pouquinho e eles estão começando a fazer isso também, mas até pouco tempo atrás o Brasil era o único que colocava na sua teledramaturgia questões políticas e sociais, e isso fez com que a nossa novela fosse reconhecida no mundo inteiro (BALBINO, 2018, p. 52).

Portanto, a questão social é algo intrínseco na estrutura novelística da teledramaturgia produzida – e exibida – no Brasil. E, talvez, a incidência desse artefato justifica o sucesso das nossas telenovelas tanto aqui no país quanto nos países que são transmitidas.



4 O UNIVERSO DRAMATURGICO DE GLÓRIA PEREZ E A INSERÇÃO DO ‘MERCHANDISING SOCIAL’ EM SUAS OBRAS

Como já vimos, na história da teledramaturgia brasileira há dois romancistas que se destacam dos demais por contribuir socialmente com suas obras, são eles: Glória Perez e Manoel Carlos. Ambos trazem os temas sociais para o centro de suas telenovelas dando imensuráveis destaques.

A romancista Glória Perez é acreana, graduada em Direito e Filosofia pela Universidade de Brasília e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Começou a carreira de autora de telenovelas na TV Globo ao colaborar com a romancista Janete Clair no texto de *Eu Prometo*. Devido a problemas de saúde e, posteriormente, o falecimento da autora Janete Clair coube à Glória Perez assumir a autoria da trama. Após essa primeira experiência como romancista à autora foi convidada pela direção da TV Globo a ter um contrato com a emissora e a partir daí foi convocada para assinar outras telenovelas como autora titular e assim trilhou sua carreira de romancista.

Entre os trabalhos de maior relevância da romancista estão: a minissérie *Desejo* (1990) que retratava a história de Anna de Assis e Euclides da Cunha; a telenovela *Barriga de Aluguel* (1990) que discutia – pela primeira vez na teledramaturgia – a inseminação artificial; a telenovela *De Corpo e Alma* (1992) que abordava – de maneira inédita na teledramaturgia – à questão da doação de órgãos e transplante de coração; a telenovela *Explode Coração* (1995) que discutia as tradições e costumes da comunidade cigana, à chegada da Internet no Brasil e o desaparecimento de crianças e adolescentes. *Explode Coração* promoveu uma campanha que inseria fotos de crianças reais que estavam desaparecidas e com isso cerca de 60 crianças e adolescentes foram encontrados (MEMÓRIA GLOBO). A romancista Glória Perez ainda escreveu o *remake* da telenovela *Pecado Capital* (1998) que retratava o cotidiano do subúrbio do Rio de Janeiro e ainda focava na ética e moral através do protagonista Carlão que encontrava uma mala cheia de dinheiro – proveniente de um assalto – em seu táxi e a partir daí vive um dilema ético durante toda a narrativa.

Outra telenovela marcante que Glória Perez escreveu foi *O Clone* (2001) a trama – exportada para 91 países – foi a responsável por levar para casa dos telespectadores importantes questões sociais ao abordar em seu enredo os seguintes temas: clonagem humana, islamismo e



dependência química o que rendeu à novelista vários prêmios por promover uma campanha social contra o tráfico de drogas, dentre eles, o FBI e a DEA (Drug Enforcement Administration) que são os principais órgãos norte-americanos de combate ao tráfico de drogas. Em *América* (2005) a novelista abordou a imigração ilegal, a diversidade cultural, a cleptomania e o homossexualismo masculino. Na minissérie *Amazônia – De Galvez a Chico Mendes* (2007), a autora buscou retratar a conquista do território acreano e assim abordou acontecimentos dos últimos cem anos da História do Brasil.

Em 2009, Glória Perez escreveu a telenovela *Caminho das Índias* (2009) trazendo como foco a cultura indígena o que lhe rendeu o *Emmy* de Melhor Telenovela do Mundo do ano de 2009. Na telenovela *Salve Jorge* (2012) a novelista retratou no enredo temas polêmicos como: o tráfico internacional de mulheres “e criou uma ação socioeducativa para combater o tráfico de pessoas relacionado a sexo, trabalho doméstico e adoção ilegal”, como afirma o Portal Memória Globo.

Na década de 1980, a novelista Glória Perez escreveu a telenovela *Carmem* (1987) na, hoje extinta, TV Manchete e a referida autora polemizou ao inserir no contexto da trama um assunto até então nunca explorado na teledramaturgia: a AIDS.

Na obra *A Seguir, Cenas dos Próximos Capítulos*, a novelista explica o motivo pelo qual procurou trazer um assunto tão polêmico numa época em que o preconceito em torno dos portadores dessa doença era algo gritante:

Na época, havia um preconceito muito grande em relação ao tema. As pessoas falavam da AIDS como uma doença de homossexuais, uma espécie de ‘castigo de Deus’. O preconceito original ia puxando outros: os homossexuais eram pessoas ‘anormais’, gente de ‘vida desregrada’, por isso eram atingidos. Um dia, conversando sobre essas ideias correntes com o Guilherme Pereira, que era maquiador da novela, resolvi fazer a campanha. E para começar batendo forte no preconceito fazendo através de uma mulher, e não de um homem. A personagem, dona Rosimar (Thereza Amayo), era uma dona de casa, bem casada, mãe de filhos, que levava uma vida toda certinha, mas contraia a AIDS através de uma transfusão de sangue. E começava a sofrer o isolamento, a rejeição que sofriam, na época, os portadores do vírus: parentes e vizinhos passaram a evitá-la, a ter medo de chegar perto dela, de tocá-la, de beber no mesmo copo, de comer no mesmo prato. Era voz corrente que a AIDS podia ser transmitida assim, por todos esses meios. Dona Rosimar acaba indo procurar o Bentinho. Ele foi o porta-voz da campanha. Ia à casa dos vizinhos da dona Rosimar explicar o que era a AIDS e como ela era transmitida. No bojo dessa campanha, falávamos também das precárias condições das transfusões de sangue no Brasil. E o trabalho foi muito bem sucedido. Recebemos cartas bonitas de gente que dizia ter ido dar um abraço num amigo soropositivo por causa da novela. Eu me orgulho de ter feito essa campanha e, principalmente, de o Bentinho ter sido porta-voz dela (BERNARDO & LOPES, 2009, p. 123).



A novelista, também, afirma que para abordar um tema social em uma de suas telenovelas ela procura escolher um assunto que tenha alcance e que provoca debates país a fora. E que esse debate resulta “*em benefícios concretos para a sociedade ou para o grupo social a que o tema se refere*” (BERNARDO & LOPES, 2009, P. 125). Como, por exemplo, aconteceu quando abordou a dependência química na telenovela *O Clone*:

Em *O Clone*, falei dos dependentes químicos, criando uma personagem que vivia esse drama e o núcleo familiar que sofria as consequências de sua dependência química. Até então, como a maioria das pessoas, eu conhecia os dependentes químicos através dos relatos da polícia, dos psicólogos, dos terapeutas. E o que me interessava era saber como eles próprios enxergavam sua condição. Minhas campanhas partem do princípio de que é preciso dar voz as pessoas que não estão encontrando espaço para se expressar, e deixar que elas próprias se apresentem ao público, sem intermediários. Se vou falar de um determinado assunto, pergunto para aquele grupo que vai ser focado na novela: o que é que vocês gostariam de dizer aos outros? O que vocês querem que as pessoas saibam sobre vocês? Os dependentes químicos foram unânimes: “Nós não somos mau caráter. Somos pessoas doentes. É o que queremos dizer”. Foi isso o que a campanha mostrou. Mas não é o ‘merchandising social’ que determina o sucesso de uma novela. Você pode escrever uma novela maravilhosa sem nada disso (BERNARDO & LOPES, 2009, p. 125).

Como se pode observar, Glória Perez procura inserir sempre uma temática sociocultural em suas telenovelas de maneira que faça a sociedade brasileira a refletir sobre aquele assunto em questão.

A autora afirma ainda que:

[...] Em um país como o nosso, onde as instituições são tão frágeis, costuma-se cobrar das novelas o que se tem a cobrar das instituições: que elas eduquem, por exemplo. Novela é diversão, entretenimento. Só isso. Entre nós, elas acabam tendo uma importância muito maior, porque as alternativas de diversão não estão ao alcance da maior parte do público. São caras, se você tomar como base o salário mínimo do país. Grande parte da nossa população não tem acesso aos livros porque é analfabeta ou porque o livro custa caro demais. Então, a novela acaba sendo o romance, o teatro, o cinema dessas pessoas. Se você tem a consciência disso, você pensa: ‘Bom, vamos dar um pouco mais do que é preciso sem quebrar a fantasia da história’ (BERNARDO & LOPES, 2009, p. 125).

Em entrevista concedida ao portal de entretenimento *No Mundo dos Famosos* (2012) a novelista fez a seguinte explicação sobre a maneira que contribui socialmente através de suas telenovelas:

Penso que contribui com algumas histórias e personagens que ficaram na memória e no imaginário popular. E inovei trazendo o jornalismo para a ficção, o mundo real para o ficcional, com os depoimentos de pessoas reais que se ligavam organicamente à trama; e também quando investi em tramas que abordavam graves problemas sociais como doação de órgãos, crianças desaparecidas, doenças mentais, dependência química, etc. Esse tipo de abordagem acabou resultando em consequências práticas, e



daí surgiu essa ideia de "merchandising social", que hoje está institucionalizado na teledramaturgia brasileira. (NO MUNDO DOS FAMOSOS, 2012, site).

Em *De Corpo e Alma* a novelista Glória Perez impressionou a crítica e o público ao abordar o transplante de coração. Na semana de estreia da telenovela o INCOR (Instituto do Coração) registrou nove (9) doações de órgãos para transplantes (BERNARDO & LOPES, 2009, p. 135).

No caso da telenovela *De Corpo e Alma* a novelista esclareceu a maneira como ocorre a inserção do *merchandising social*:

Eu trabalho assim: quando vejo algo interessante, corro atrás dos desdobramentos psicológicos daquela situação. Como a possibilidade de viver com o coração de alguém. Apesar de saber que o coração é só um músculo, ele é o depositário, no senso comum, das emoções. Então, é claro que um transplante cria um conflito psicológico muito grande. Fui ver de perto essa situação. No INCOR, visitei várias pessoas que estavam esperando o transplante. Acompanhei dramas muito pungentes, porque as pessoas vivem em contagem regressiva. Cada dia que passa é um dia a menos a ser vivido. Elas sabem que vão durar de seis a sete meses se não receberem um coração. E ele ainda precisa ser compatível. O que eu queria saber era por que os médicos proibiam que o transplantado conhecesse a família do doador. Acontece que todo transplantado entra num barato de que algo mudou dentro dele. De que, após o transplante, passa a ser habitado por sentimentos que não são seus. E, geralmente, isso muda a vida do transplantado. Ou eles se separam, largam o emprego, alguma mudança grande na vida eles fazem. Você vai desdobrando essas informações e imaginando como é viver nessas circunstâncias. No caso do transplantado, ele não chegou perto da morte. Ele morreu. Literalmente. O coração dele foi arrancado e jogado no lixo. Então, eles entram numa obsessão. Encontrar o doador é como saber mais sobre si próprio, é como uma psicanálise, um autoconhecimento. É por isso que os médicos proibem o encontro com a família do doador. Por que se corre o risco de acontecer um conflito enorme de identidade. Eu conheci pessoas que tinham encontrado a família do doador e, no caso, chegavam a chamar a mãe do doador de mãe, enquanto ela o chamava de filho. Num desses encontros com transplantados, perguntei a um deles se não tinha medo de entrar na sala de cirurgia e não voltar de lá. Ele virou para mim e disse: 'Só tenho um medo: sou corintiano e tenho medo de acordar são-paulino'. Já imaginou? (risos) (BERNARDO & LOPES, 2009, p. 135).

Sendo assim, a novelista faz um minucioso trabalho de pesquisa para inserir temas de relevância social nas telenovelas que escreve.

5 O UNIVERSO DRAMATURGICO DE MANOEL CARLOS E A INSERÇÃO DO 'MERCHANDISING SOCIAL' EM SUAS OBRAS

O autor Manoel Carlos Gonçalves de Almeida é paulistano, é considerado pioneiro da televisão brasileira. Foi ator e diretor em programas da extinta TV Tupi e, também, na TV Record.



Na teledramaturgia da TV Globo, o novelista escreveu: *Maria, Maria* (1978), *A Sucessora* (1978) que foram telenovelas oriundas de obras literárias; *Baila Comigo* (1981); *Sol de Verão* (1982); *Felicidade* (1991); *História de Amor* (1995) que narrou os dramas da gravidez na adolescência, o machismo exacerbado, a esterilidade feminina, o câncer de mama e as dificuldades e preconceitos vivenciados por pessoas cadeirantes; *Por Amor* (1997) que foi uma telenovela que mostrava a realidade da classe média carioca. A trama, ainda, retratava o alcoolismo masculino na terceira idade, o preconceito racial e o bissexualismo masculino.

Laços de Família (2000) que discutiu a violência urbana, a prostituição feminina, a leucemia e o drama das pessoas que esperam por um transplante de medula óssea; *Mulheres Apaixonadas* (2003) onde o autor abordou – de maneira inédita na teledramaturgia – o maltrato aos idosos, o alcoolismo feminino e a agressão contra as mulheres; *Páginas da Vida* (2006) que foi uma trama que abordava a Síndrome de Down, a adoção e a realidade dos portadores do vírus HIV.

Viver a Vida (2009) que retratava a questão do preconceito racial, o drama dos tetraplégicos e o drama das pessoas que enfrentam a *drunkorexia*; e *Em Família* (2014) onde o autor utilizou novamente o alcoolismo com uma das temáticas sociais para narrar sua história Manoel Carlos, afirma que: *O alcoolismo é um tema com o qual sempre me preocupei, pois é um vício de droga lícita. Qualquer pessoa compra, qualquer pessoa bebe* (BERNARDO & LOPES, 2009, p. 190).

Também, no livro *A Seguir, Cenas do Próximo Capítulo*, Manoel Carlos firmou que no exterior também há espaço para a inserção do merchandising social nas telenovelas produzidas, ou seja, já não é mais algo recorrente apenas nas telenovelas brasileiras. Em relação a isso, o autor alegou:

Em tudo que escrevi para o exterior coloquei cenas de ‘merchandising social’ e eles gravaram e exibiram sem contestação, sequer qualquer comentário a respeito. Então, podem não ter incorporado o hábito nas novelas que continuam escrevendo por lá, mas as minhas não tiveram nenhum problema. (BERNARDO & LOPES, 2009, p. 190).

Portanto, é possível afirmar que a telenovela brasileira – no quesito ‘merchandising social’ – está num patamar mais elevado do que os outros países que produzem telenovelas.

Entre 2000 e 2001, o novelista Manoel Carlos escreveu a telenovela *Laços de Família* que foi a trama do autor que mais se mobilizou socialmente uma vez que trazia o merchandising social como elemento chave para narrar sua história. A trama contava o drama da personagem



Camila (Carolina Dieckmann), filha da protagonista Helena (Vera Fischer) que ao descobrir ser portadora de leucemia trava uma luta para conseguir realizar o transplante de medula óssea que é a única alternativa de cura.

Através dessa personagem o novelista explorou a realidade daqueles que sofrem com esse tipo de doença. Em *Laços de Família* foi mostrado o estágio inicial da leucemia, o estado emocional e psicológico de quem enfrenta esse mal, os efeitos colaterais do tratamento quimioterápico e, ainda, o drama vivenciado pelas pessoas que esperam na fila do transplante e todos os dilemas enfrentados para conseguir um doador compatível.

Graças à abordagem na telenovela e, conseqüentemente, durante o período que *Laços de Família* esteve no ar houve um grande aumento no número de doadores de sangue, de órgãos e, sobretudo, de medula óssea e foi denominado pela Imprensa como “efeito Camila”. Manoel Carlos, explicou que esse efeito, infelizmente, é temporário, mas que é gratificante para ele ver o seu público exercer a generosidade:

Eu não abro mão e embutir na minha novela temas e comportamentos que possam motivar o público, levando-o a exercer a generosidade. Obviamente, quando a novela acaba, esse exercício vai minguando até sumir, mas o que consegue durante aqueles oito meses de novela no ar já tem um grande significado e, é gratificante. (BERNARDO & LOPES, 2009, p. 192).

O roteirista ainda afirma que a teledramaturgia deve servir de ferramenta para tratar de temas sociais, pois isso contribui para as pessoas e o país melhorarem:

Longe de mim achar que novela é tão somente entretenimento. Seria dar pouco valor a um trabalho que me consome tanto tempo e exige tanto sacrifício. Imagine se eu me perdoaria de incluir cenas de merchandising comercial, para ganhar alguns reais, e deixar de contribuir para uma bela campanha humanitária: doação de medula, síndrome de Down, câncer de mama, alcoolismo, violência doméstica, preconceito racial, maus-tratos a idosos. Eu me encho de orgulho e de alegria de saber que contribuo para que, de alguma maneira, as pessoas e o país melhorem. (BERNARDO & LOPES, 2009, p. 192).

O novelista também alega que: [...] *Não contribui para que qualquer pessoa se tornasse pior vendo uma novela minha. Não me propus a educar, nem acho que a novela tenha essa missão, mas tenho certeza também de que não deseduquei ninguém* (BERNARDO & LOPES, 2009, p. 192).

Em entrevista ao site *No Mundo dos Famosos* (2011), o novelista Manoel Carlos esclarece como surgiu à inspiração para abordar a leucemia no enredo de *Laços de Família*:



Fiz a escolha assim que li que o INCA estava com muitas dificuldades para fazer crescer seu banco de medulas. Faltavam doadores. Foi quando eu deparei com a expressão “transplante de medula”. Pedi à minha pesquisadora que procurasse saber o que as pessoas entendiam por “transplante” e a resposta foi clara, claríssima: as pessoas pensavam que esse transplante era como o de fígado, rim ou mesmo coração. Abria-se o corpo e tirava-se de dentro a medula. Concluí que esse equívoco, essa má interpretação, é que impedia o comparecimento de doadores. Quando a novela abordou o tema e explicou direitinho, e essa informação veio acompanhada de cenas de muita emoção, pronto: formaram-se filas intermináveis de doadores em todo o Brasil (NO MUNDO DOS FAMOSOS, 2011, site).

Em 2003, devido à telenovela *Mulheres Apaixonadas*, também de autoria de Manoel Carlos, abordar o maltrato aos idosos, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Idoso. Ainda em entrevista ao site *No Mundo dos Famosos* (2011) o novelista Manoel Carlos (2011) alegou:

Minha alegria, ao escrever novelas, está exatamente nesse trabalho de pautar decisões, inclusive as do Congresso Nacional. Não foi apenas o Estatuto do Idoso, mas também o da violência doméstica, o do alcoolismo, assim como a compreensão da síndrome de Down, etc., etc. Isso é que me interessa. Quando se lembram de uma novela minha, não lembram – em primeiro lugar – de uma cena cômica. Não. Do que as pessoas lembram é de como temas da novela foram importantes para a sociedade. Isso, para mim, vale mais do que mil salários. (NO MUNDO DOS FAMOSOS, 2011, site).

É mais do que óbvio que a função da telenovela é levar fantasia, porém, ao mesclar fantasia com temas sociais a telenovela está contribuindo culturalmente e, sobretudo, socialmente. Sendo assim é imprescindível o uso do *merchandising social* nos enredos das telenovelas, pois com isso a telenovela estará acrescentando um conteúdo importante na vida de seu telespectador.

6 CONCLUSÃO

A telenovela brasileira sempre terá um espaço cativo em nossa sociedade, pois é um dos maiores fenômenos de cultura de massas na contemporaneidade. Por isso procuramos focar nessa pesquisa a abordagem social que esse produto mercadológico pode oferecer.

Foram inúmeros os temas polêmicos e/ou sociais que os novelistas abordaram na teledramaturgia brasileira e com toda certeza foram a partir dessas inserções que a mentalidade da sociedade brasileira evoluiu.

Embora Glória Perez e Manoel Carlos sejam os novelistas mais adeptos do *merchandising social*, existem muitos outros profissionais que recorrem a essa fonte para



escreverem suas obras. Pois, os romancistas brasileiros sempre encontram um modo de inserir algum tema social – mesmo que de maneira discreta – em suas telenovelas.

Portanto, pode-se afirmar que o *merchandising social* é de uma importância transcendental na história da teledramaturgia brasileira, pois faz a telenovela exercer uma função que vai além do mero entretenimento, exercendo uma função sociocultural e, conseqüentemente, assim promover nos telespectadores muito mais que informação, mas também uma reflexão humanitária do contexto social do qual todos nós estamos inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBINO, Jéfferson. **Teledramaturgia: o espelho da sociedade brasileira**. São Paulo: Giostri Editora, 2016.

BALBINO, Jéfferson. **Operários da arte**. Rio de Janeiro: Birrumba, 2018.

BALBINO, Jéfferson. *O merchandising social na telenovela brasileira*. **Anais do XIII Congresso de Educação do Norte Pioneiro** – Jacarezinho/PR, UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná – Centro de Ciências Humanas e da Educação e Centro de Letras, Comunicação e Artes, 2013.

BERNARDO, André; LOPES, Cintia. **A seguir, cenas do próximo capítulo**. São Paulo: Panda Books, 2009.

HAMBURGER, Esther. **O Brasil antenado: a sociedade da novela**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

NO MUNDO DOS FAMOSOS. **Entrevista especial com Manoel Carlos**. Disponível em: http://ee.famosos.zip.net/arch2011-02-13_2011-02-19.html. Acessado em 30 de junho de 2018.

NO MUNDO DOS FAMOSOS. **Entrevista especial com Glória Perez**. Disponível em: http://ee.famosos.zip.net/arch2012-10-21_2012-10-27.html. Acessado em 30 de junho de 2018.

ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. **Telenovela: história e Produção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ORTIZ, Renato. BORELLI, Silvia Helena Simões. RAMOS, José Mário Ortiz. **A moderna tradição brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. 5ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RICKLI, Andressa Deflon. *Merchandising Social: ferramenta sócio-educativa na Telenovela*. In: **Anais da VI Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e I Conferência Sul-Americana**



de Mídia Cidadã, Pato Branco/PR. 2010. UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste, 2010.

SCHIAVO, Marcio Ruiz. **Merchandising Social**: uma estratégia de sócio-educação para grandes audiências. Tese de Livre-Docência. Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 1995.

SCHIAVO, Marcio Ruiz. *Dez anos de merchandising social*. **Anais do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Brasília, UnB, set, 2006.

SCHIAVO, Marcio Ruiz. *Merchandising social: as telenovelas e a construção da cidadania*. **Anais do XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação**, Salvador - BA, set, 2002.



Aspectos do “fazer história” e sua prática no Ceará da segunda metade do século XIX.

José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira¹⁴⁷

Recebido em: 31/03/2019

Aceito em: 11/05/2019

RESUMO

Partimos do pressuposto que o ato que redonda no gesto de “fazer história” é mediatizado por técnicas próprias de produção, organizadas conforme os aspectos inerentes a um lugar e a um tempo específicos. Em função desse lugar, métodos são instaurados, interesses delineados e as propostas se organizam. E o tempo a ser aludido aqui é aquele que transcorre ao longo da segunda metade do século XIX, período que presenciou o “nascimento” da historiografia cearense, como define José Honório Rodrigues, e que terá com a fundação do Instituto do Ceará, em 1887, a consolidação de uma fase de “amadurecimento” e de contínua e sistemática pesquisa histórica. E diante desse cenário, do “nascimento” ao “amadurecimento”, um considerável caminho se fez percorrer, no qual as fronteiras entre literatura e história, que ainda não se viam claramente estabelecidas, foram sendo definidas, definição esta que teve na instituição histórica erigida em 1887 um papel conformador e autorizador. Toda essa dinâmica compunha a cultura histórica que se vivenciava nesse período, uma cultura dinâmica, em construção e com constantes ressignificações. Sendo assim, o que nos propomos ao longo do presente texto é enveredar por esse caminho decorrido, buscando perceber os atores inseridos e atuantes no contexto dessa cultura histórica, em que as relações do presente com o passado, e o resultante direto disso, qual seja, o próprio gesto de se escrever a história, se fazem continuamente em discussão. E mesmo diante de opiniões e posturas diversas, de caminhos múltiplos, o trajeto percorrido levará sempre ao mesmo lugar, tendo em vista que a escrita (da história) coloca outra coisa que não ela mesma, a saber, a realidade à qual se refere.

Palavras-chave: “Fazer história”. História e método. Prática histórica.

Aspects of the "making history" and its practice in Ceará in the second half of the 19th century.

ABSTRACT

We start from the previous condition that the act resulting in the gesture of “making history” is mediated by its own productional techniques, organized according to the inherent aspects of a specific place and time. Depending on this place, methods are established, delineated interests and proposals are organized. And the time to be alluded here is that which occurs during the second half of the nineteenth century, a period that witnessed the "birth" of the historiography of Ceará, as defined by José Honório Rodrigues, and which will have with the foundation of the Instituto do Ceará in 1887, the consolidation of a phase of "maturing" and of continuous and systematic historical research. And in the face of this juncture, from "birth" to "maturing",

¹⁴⁷ Licenciado e Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor assistente na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus da cidade de São Raimundo Nonato. Doutorando do PPGH da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Correio eletrônico: ari_vitoriano@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2770190271723053>.



a considerable path was taken, in which the boundaries between literature and history, which were not yet clearly established, were defined, something that was made in the historical institution erected in 1887 like a shaping and authorizing condition. All this dynamic constituted the historical culture that was lived in this period, a dynamic culture, under construction and with constant re-significances. Thus, what we propose throughout the present text is to follow this path, seeking to perceive the actors inserted and acting in the context of this historical culture, in which the present and past relations, and the direct result of it, that is, the gesture of writing history, are constantly being discussed. And even in the face of diverse opinions and postures, of multiple paths, the trail traveled will always lead to the same place, since the writing (of history) poses something other than itself, namely the reality to which it refers.

Keywords: “Making history”. History and method. Historical practice.

1 O MÉTODO É O CAMINHO, O CAMINHO COMO MÉTODO

O caminho, e não o lugar, é a condição primordial do ser, ou melhor, do tornar-se (INGOLD, 2015, p. 38).

Considera Michel de Certeau que o “fazer história” refere-se a “uma prática” (CERTEAU, 2013, p. 64). Segundo tal historiador francês esse procedimento de “feitura” é perpassado pela condição inerente à produção historiográfica de se fazer mediatizar por técnicas próprias em seu processo de elaboração. Isso nos remete à condição suscitada de que “se é verdade que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, isso ocorre, inicialmente, por causa de suas técnicas de produção” (*Idem*, p. 65).

Estando, portanto, a organização da história relacionada a um lugar e a um tempo determinados, e enfatizando a perspectiva que recai, em específico, sobre o lugar, temos que é em sua função que se “instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (*Idem*, p. 47). Diante disso, podemos rematar que a história enquanto ciência “está intrinsecamente ligada a procedimentos metódicos institucionalizados” (RUSEN, 2015, p. 29). Sendo assim, seria em função de tal institucionalização que os métodos são instaurados e os procedimentos determinados.

Todavia, em concomitância aos aspectos correlatos ao lugar e ao tempo, havemos ainda de nos interessar, de acordo com o que vai disposto na epígrafe que abre esse tópico, pelos traços do “caminho” percorrido em dita empresa, pela consecução desse “fazer história”, no que tange o que caracteriza esse “tornar-se” história a partir da percepção de como tal prática foi delineada e estabelecida, considerando-se o processo de instauração de seus métodos, como também de seus inerentes procedimentos. E tal estabelecimento ocorre no contexto de uma



cultura histórica no qual se sobressai, no que se refere às letras de um modo geral, justamente a escrita da história, considerando-se a observação de José Honório Rodrigues acerca do Ceará de meados do século XIX, de que “a principal vocação literária de côm local é a representada pela historiografia” (RODRIGUES, 1956, p. 177).

A indicação feita acima por Rodrigues acerca da proeminência que incidiria sobre a historiografia no âmbito literário cearense pode ser depreendida ao alocarmos dito destaque ao contexto descrito por Dolor Barreira, que em obra dedicada à história da literatura cearense aponta que “os materiais para uma história das letras do Ceará foram sempre e continuam a ser lastimavelmente exíguos” (BARREIRA, 1987, p. 17). Tal lamentação¹⁴⁸, porém, não recairia sobre a produção da história, pois, se “a evolução das letras no Ceará se fez, quase sempre, preponderantemente, em torno das associações, academias ou grêmios literários” (BARREIRA, 1987, p. 59), teve a historiografia uma condição de continuidade que outros ramos vocacionais ligados à literatura local não puderam dispor.

Ao chegarmos a esse ponto, aludamos ao fato de que no século XIX ainda não se distinguia, ou simplesmente não havia a necessidade de se diferenciar claramente literatura de história, pois ambas compunham o abrangente domínio das denominadas “letras”. Assim, a título de exemplo, é que temos elencado o nome de Francisco Adolfo de Varnhagen em obra de José Verissimo dedicada à literatura brasileira, sendo o renomado historiador incluído no capítulo intitulado “os próceres do romantismo”, no qual nomes como Manuel de Araújo Porto Alegre e Joaquim Manuel de Macedo também são abordados.

No entanto, sobre o Visconde de Porto Seguro, para que não parem questões sobre a especificidade do lugar por ele ocupado dentre esses próceres românticos, assinala-se que “é pela sua obra de historiador e de erudito que Varnhagen merece, e tem, um distinto lugar na história da nossa literatura” (VERISSIMO, 1998, p. 244).

O aspecto abrangente daquilo que poderia ser compreendido enquanto “literatura”, em cujo âmbito de atuação exerce sua ação o “erudito”, é também observado por Dolor Barreira, que no seu estudo sobre a literatura cearense acima mencionado, faz alusão ao acima referido José Veríssimo, ao observar esse que:

¹⁴⁸ Sobre essa questão de lamentos, Barreira não está sozinho, visto que na esfera nacional observa-se que “as nossas letras, entre outras muitas lacunas, mostram bem claramente a grande falha causada pela ausencia de trabalhos históricos”. In: ROMERO, Sylvio. **Introdução à Historia da Litteratura Brasileira**. 1º volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, p. 3.



Já em 1842, escrevia Pereira da Silva, no seu *Parnaso Brasileiro*: a literatura é o desenvolvimento das forças intelectuais todas de um povo; é o complexo de suas luzes e civilização; é a expressão do grau de ciências que ele possui; é a reunião de tudo quanto exprimem a imaginação e o raciocínio pela linguagem e pelos escritos (SILVA, 1842 apud VERÍSSIMO, 1906 apud BARREIRA, 1987, p. 20).

Partindo-se, portanto, desse pressuposto de que as fronteiras entre literatura e história ainda não se encontravam plenamente estabelecidas, pois tanto uma como outra achavam-se inseridas no contexto que se configurava com o pretendido desenvolvimento das forças intelectuais que era buscado no alentado complexo de uma almejada luminescente civilização, tampouco de modo determinante e restritivo pode ser tida a referência acima ao termo “ciências”, pois tal significação não reduz o espectro amplo do campo da literatura a um recinto que poderia ser ocupado apenas pelas manifestações de aspecto científico, como por exemplo, a história, visto que, de modo ainda por demais abrangente, “a palavra de ordem que invadiu a vida intelectual da metade do século XIX em diante foi ciência” (VARGAS, 1990, p. 26).

Seja como for, e mesmo após a secção que posteriormente ocorrerá entre literatura e história, é inegável a influência daquela vertente das letras na seara da historiografia, pois mesmo seu específico tipo de escrita, ligado a procedimentos metódicos institucionalizados, haverá de ser considerado como “uma atividade que se realiza na tessitura de uma tradição literária” (GAY, 1990, p. 26).

E dita tradição se faz perceptível no próprio estilo em que se escreve a história, pois “é a literatura que, se não estipula, ao menos influencia fortemente os critérios culturalmente dominantes do ‘bem’ narrar” (RUSEN, 2015, p. 191). Além disso, objective-se que “no essencial, é com os modos de pensar da teoria literária que a historiografia, como forma específica de narrar histórias, é analisada e tornada inteligível” (*Idem*, p. 191-192).

Dessa maneira, na cidade de Fortaleza das últimas décadas do século XIX e diante daquilo que reunia expressões de imaginação e raciocínio através da linguagem e dos escritos, período que presenciou o “aparecimento dos numerosos movimentos intelectuais no Ceará, surgidos à sombra de academias, gabinetes de leitura e sociedades literárias” (TINHORÃO, 2006, p. 21), ressalte-se que todo esse cenário haveria de coexistir, porém, com um aspecto da realidade nacional deveras adverso às letras, aspecto esse exposto pelo seguinte questionamento de Sylvio Romero: “no meio de tudo isso, quem entre nós escreve e quem entre nós lê?” (ROMERO, 1888, p. 116).

Já no tocante à vivência cearense, anote-se a seguinte observação:



Ajunte-se a tudo isso a nossa incurável falta de instrução, ontem como ainda hoje, a dificuldade e retardamento das nossas comunicações com qualquer centro de cultura, nos tempos de maior florescimento espiritual, a ausência de editores e de leitores para o que entre nós se escreve, sendo, assim, o meio social lastimável desestimulante; e isso tudo concorreria, inelutavelmente, a ocasionar penúria na nossa vida intelectual e escassez na nossa produção literária (BARREIRA, 1987, p. 54).

Contudo, mesmo com esse cenário pouco animador acerca da realidade vivenciada em Fortaleza no período aqui focado e diante dessa constatação de que aquilo que se apresentava, ao menos em teoria, era um panorama nada ou insuficientemente adequado ao florescer das letras, o que se constatou, pode-se afirmar que paradoxalmente, foi que:

“Todavia, o que se nota no Ceará é precisamente o contrário [do cenário pouco propício descrito na citação acima]: quanto possível – e dada a relatividade das coisas – a nossa vida espiritual tem sido intensa e fecunda e tem sido surpreendentemente fecunda e intensa a nossa atividade nas letras (*Idem*, p. 54).

Sendo assim, talvez essa fecunda intensidade que recaia sobre a atividade das letras no Ceará, intensidade que se via obrigada, contudo, a existir em um meio social com poucas condições e insuficientes possibilidades, redundando disso em diminutas contingências práticas ao perdurável progredir de tal iniciativa, acabou forçando tal cenário a refrear paulatinamente essa mesma intensidade, ofuscando, por fim, a cintilação faiscante que se originaria das tais mencionadas “luzes da civilização”.

E se podemos considerar que “o meio social não é estimulante” (ROMERO, 1888, p. 120), havemos de buscar compreender tanto esse desestímulo como o meio social em que tal falta de incitamento ocorreu, na perspectiva mesma indicada por Michel de Certeau (2013, p. 4), de que “enquanto falam *da* história, estão sempre situados *na* história”, tendo em vista que, se o brilho era quase sempre efêmero, dada a relatividade das coisas vigentes, interessa-nos seguir tanto a “trajetória” de tal brilho, desde sua deflagração, passando por seu ápice, até seu declinar, como também essa “relatividade” intensa e fecunda de todas as coisas encadeadas nesse caminho.

E buscando compreender tal contexto, ponderemos que a fugacidade das associações formadas no Ceará tenha sido um dos fatores que contribuiu de modo determinante para aquilo que aponta Barreira acerca da exiguidade dos estudos sobre a literatura entre nós.

Ainda sobre tal discussão, citemos o Barão de Studart, que ao tratar da fundação, em 1872, da Academia Francesa (*Idem*, p. 4), que segundo ele “reuniu os talentos mais promissores da época” (STUDART, 1924, p. 292), dentre os quais figuravam nomes como o de Rocha



Lima, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior e Thomaz Pompeu Filho, vem lastimar-se por haver “de ser ephemero, entretanto, o esforço daquella brilhante pleiade” (*Idem*, p. 293). E o principal motivo de tal efemeridade seriam “as circunstancias peculiares ao meio cearense [que] não permitem o esforço continuado” (*Idebem*).

Studart, porém, não se aprofunda na análise sobre quais seriam essas “circunstâncias peculiares” ao meio cearense que não permitiriam o prosseguir desses esforços intelectuais. Destarte, sigamos pelo caminho insinuado, destacando a avaliação do Barão de que “o incremento litterario, a pujança do desenvolvimento do meio cearense, senão o vigoroso engenho de seus filhos” ocorreu longe do berço natal. Exemplifica o autor tal assertiva indicando que “José de Alencar já era uma gloria das letras, enquanto na Provincia raros ainda eram os signaes de vida litteraria” (STUDART, op. cit., p. 292).

Consideremos, então, que os sinais de tal vida literária lá estavam. Todavia, se no mundo narrativo “as coisas não existem, elas ocorrem” (INGOLD, 2015, p. 236), talvez resida aí a questão, pois é mais difícil captar sinais daquilo que foi efêmero, do que observar os indícios deixados por algo que teve sua existência plasmada de maneira consistente.

Diante disso, e em conformidade ao já indicado anteriormente, essa característica de exiguidade não se aplicaria indistinta e amplamente a todas as vertentes das letras no Ceará, pois excetuar-se-ia a esse panorama a história e sua prática narrativa, como podemos perceber no seguinte relato, que alude que “um bom destino tem acompanhado essa sociedade, pois, única entre todas as associações litterarias e scientificas do Ceará, conseguiu vencer trinta e seis annos de atividade útil” (STUDART, op. cit., p. 294).

Tal sociedade perene, que contava com mais de trinta anos ininterruptos de atuação na década de 1920 (atuação contínua que se prolonga até os dias atuais), trata-se do Instituto do Ceará, cuja fundação ocorre em 1887 e sobre o qual nos deteremos mais adiante.

E retomando os termos de José Honório Rodrigues acerca da significação da historiografia no âmbito literário local de meados do século XIX, assinalamos que a “década de 1850 a 1860 marca o encontro do Ceará com a sua própria história”, ocorrendo justamente nesse período “o nascimento da historiografia cearense” (RODRIGUES, 1956, p. 177).

Assim, são destacados nomes como o do senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e de Tristão de Alencar Araripe, este cognominado como o “primeiro historiador cearense”¹⁴⁹,

¹⁴⁹ “História da Província do Ceará”, de autoria de Tristão de Alencar Araripe e editada originalmente em 1867, é a obra inaugural da historiografia cearense, sendo a “primeira reconstituição sistemática da história do Ceará”.



ressaltado como “o fundador da historiografia cearense, focalizada esta em termos verdadeiramente científicos” (MONTENEGRO, 1998, p. 39).

Além do senador Pompeu e Alencar Araripe, dois outros nomes são mencionados nesse primeiro momento como pertencentes à geração primordial de historiadores cearenses¹⁵⁰: João Brígido e Pedro Théberge, cabendo aos quatro a dignificação de precursores da escrita da história no Ceará¹⁵¹.

Contudo, é com a fundação do Instituto do Ceará, dessa mencionada associação literária e científica que conseguiu atingir seguidos anos de atividade útil, desse lugar específico voltado ao estudo da história e da geografia, que se confere a “maioridade aos estudos históricos” (*Idem*, p. 188) por essas terras. De acordo mais uma vez com Rodrigues, “a historiografia cearense inicia então a sua fase de amadurecimento, de contínua e sistemática pesquisa local” (*Ibidem*).

Com o Instituto, portanto, teríamos conformada a mencionada institucionalização anteriormente mencionada, com seus métodos instaurados e seus respectivos procedimentos determinados, ou como se queira, enquanto uma operação focalizada em termos verdadeiramente científicos. Em conformidade a isso, dita agremiação “se torna o lugar privilegiado da produção historiográfica entre nós” (MONTENEGRO, 2003, p. 36).

Diante disso, prossigamos pelo caminho que nos direciona ao lugar, visto que este indicado já está, para perceber aspectos do engendramento relativo a esse “tornar-se” história. Mas tal caminho não caracteriza-se por ser unívoco nem tampouco sua trajetória é percorrida sem algum sobressalto, tendo em vista que nomes de relevo na conformação dessa historiografia que se estabelecia, tal qual o citado João Brígido, como também o membro fundador do Instituto do Ceará, João Baptista Perdigão de Oliveira, nos indicam que o mencionado encontro do Ceará com sua história foi sendo constituído de forma gradual.

Dessa maneira, temos Perdigão de Oliveira (1887, p. 3) reverberando a opinião que fôra emitida por João Brígido, ao salientar aquele, em conformidade com este, que o que se escrevia era “tudo disperso, sem methodo, nem systema”.

Ver: MONTENEGRO, João Alfredo. **A Historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, p. 39.

¹⁵⁰ José Honório Rodrigues (op. cit., p. 186) observa que “a esta primeira geração de historiadores vai suceder outra, cêrca de vinte anos depois”. E tal segunda geração será representada pelos historiadores albergados do Instituto do Ceará.

¹⁵¹ Cf. *Ibid.*, p. 179-186.



E de tanto nos remetermos ao caminho, recordemos que foi através dele que percorremos a trajetória que nos conduziu às portas do Instituto, lugar esse que conferiu à escrita da história cearense sua condição de “maioridade”. Mas o que ressaltamos desse caminho é sua condição de nos produzir outras impressões, do alcance do “mundo das letras”, que incluía a própria história, até o campo árido onde Clio lançou suas sementes, que, contra muitos prognósticos e evidências, deu azo tal terreno ao florescer de uma frondosa árvore, cuja fronde era o Instituto. E nele chegando, evoquemos a condição, dita no primeiro parágrafo desse texto, de que a produção historiográfica se faz mediatizar por técnicas próprias.

Dessa maneira, isso tudo nos conduz ao método, o agente “mediatizador” desse processo, aquele que condiciona a história aos procedimentos institucionalizados que ela requer. Diante disso, constatamos que ambos, caminho e método, se comprazem e perfazem o mesmo impulso, afinal, o método é o caminho, e o que trilhamos foi o caminho como método:

Método significa, literalmente, “caminho”. Trata-se do caminho de uma pergunta a uma resposta. É o caminho da pesquisa, que obtém saber histórico mediante procedimentos regrados. São essas regras procedimentais que conferem a esse saber a pretensão específica da validade quanto à controlabilidade racional e à plausibilidade intersubjetiva (OLIVEIRA, 2001, p. 89).

Portanto, se a “maioridade” dos estudos históricos no Ceará, conforme destaca José Honório Rodrigues, vai ser outorgada pelo Instituto do Ceará, então é sobre tal instituição que agora recairá nossa atenção, pois foi com esse lugar de produção que se passou a adotar, como visto até aqui no presente texto, procedimentos regrados na feitura da escrita da história em terras cearenses, em uma perspectiva que “exigiu uma regulamentação dos atributos e funcionalidades do conhecimento histórico” (*Idem*, p. 89) no que concerne à prática relativa ao fazer história.

2 O LUGAR AUTORIZADOR E SUA FUNÇÃO

Este “remetimento” designa o lugar autorizador, o referente de uma força organizada, no interior e em função da qual a análise tem lugar (CERTEAU, 2013, p. XXIII).

Em março de 1887 um grupo de intelectuais cearenses, ou se preferirmos outra dignificação, “um pugilo de homens de letras e de ciência” (AZEVEDO, 1993, p. 5), reuniu-se em um dos salões da Biblioteca Pública da cidade de Fortaleza imbuído de um determinado propósito. Tais sujeitos, conforme disposto na ata que ali se lavrou, “resolveram fundar uma



sociedade sob o título – *Instituto do Ceará* – com o fim de fazer conhecida a história e a geographia da Província e de concorrer para a propagação das letras e sciencias da Província” (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1887, p. 6).

Dentre tais intelectuais, apresentados reiteradas vezes sob a denominação nobilitante de “homens de letras” (STUDART, 1896, p. 353), podem ser destacados os nomes do desembargador Paulino Nogueira (que viria a ser o primeiro presidente da instituição), Guilherme Studart (agraciado posteriormente com a insígnia de Barão), Antônio Bezerra de Menezes, Joakim Catunda, Juvenal Galeno e Perdigão de Oliveira, perfazendo um total de doze membros¹⁵², conforme “as exigências de um preceito regulamentar” (SOUZA, 1937, p. 11) que de princípio determinou tal número. Diante disso, pode-se reputar que:

Eram, pois, êsses vultos que passariam a ser os primeiros e esforçados obreiros do progresso das lêtras cearenses, destinados como estavam, por êsse meio, a tirar da ignorância, que até então perdurava, a história natal. Eram êles que, fincando o marco inicial da existência dêsse utilíssimo grêmio, viriam, em futuro não remoto, contribuir, nêsse particular, para o engrandecimento do bêrço nativo (*Idem*, p. 37).

Sob tais termos, percebe-se que esses “homens de letras” se esforçaram na obra subsumida ao progresso intelectual que almejava tirar a história cearense do estágio de ignorância no qual indicava-se que ela, até aquele momento, se encontraria. Sendo, pois, tais homens os primeiros no âmbito local das letras¹⁵³ a trilhar o caminho que engrandeceria o berço nativo a partir da supressão da ignorância que se afirmava prevalecer, podemos depreender questões essenciais que recaiam sobre a história e as expectativas criadas acerca de sua “missão” e sobre, parafraseando Certeau, como se portavam “os historiadores na sociedade” (CERTEAU, op. cit., p. 59).

Ao se atribuir à história (enquanto ciência) a condição de sanar o problema sobre a falta de conhecimento da história local e esperar dessa ciência a resolução de tal desfavorável circunstância, percebe-se que ao se pretender o progresso através das letras denotava-se a condição inerente de que “uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o

¹⁵² Além dos seis integrantes já indicados, perfizeram o cômputo dos doze membros fundadores os seguintes nomes: Padre João Augusto da Frota, Antônio Augusto de Vasconcelos, Júlio César da Fonseca, José Sombra, Virgílio Brígido e Virgílio Augusto de Moraes.

¹⁵³ Ressalte-se que dez anos antes da fundação do Instituto do Ceará, em 1877, fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico Cearense, sendo que, conforme assinala o Barão de Studart, “essa associação não foi adiante, morrendo logo ao nascer”. In: STUDART, 1896, p. 234. Assim sendo, por essa condição “natimorta” do Instituto de 1877, pode-se considerar que seu congênere de 1887, o Instituto do Ceará, abrigou os primeiros e esforçados obreiros nessa labuta histórica. Sobre essa instituição de 1877, Cf. NOBRE, Geraldo. O Instituto de 1877: achegas históricas. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo CXI, 1997.



tipo de discurso” (*Idem*, p. 59). E a época que testemunhou o surgimento do Instituto coincide com um período em que, “no plano cultural, uma série de acontecimentos vinham indicar o advento de um novo panorama social” (TINHORÃO, 2006, p. 64).

Dessa forma, dito panorama seria assim resumido:

Desde 1887, quando se fundou o Clube Literário, até 1894 (ano da última notícia que dá conta da sua sobrevivência), foram criados em Fortaleza o Instituto do Ceará (4 de março de 87), a Escola Militar (1º de maio de 89), a Padaria Espiritual (30 de maio de 92), a Academia Cearense de Letras (15 de agosto de 94) e o Centro Literário (27 de setembro de 94) (*Idem*, p. 64).

Instigados pelo advento dessas agremiações, como de tantas outras que surgiram antes e depois daquele período, os segmentos letrados da sociedade fortalezense nesses últimos decênios do século XIX vivenciaram aquela série de acontecimentos enquanto uma perspectiva auspiciosa que se apresentava a partir do âmbito intelectual e de suas correlacionadas instituições. Dessa forma, podemos perceber que o solo donde brotou o Instituto do Ceará se mostrava propício a tal desenvolvimento, com o qual (e pelo qual) se fizeram acompanhar os anseios e iniciativas que recaiam sobre a maneira como se encarava e escrevia a história local. Ou seja, possibilitou-se a essa diferente condição social alterar tanto o modo de se abordar e trabalhar a história, como conseqüentemente o tipo de discurso que dela provém.

E se podemos ponderar que “todo conhecimento histórico depende do ponto de vista de seus sujeitos no contexto discursivo da cultura histórica de seu tempo” (RÜSEN, 2015, p. 75), indiquemos que “não se pode compreender o tipo de pensamento histórico que é especificamente científico sem considerar a sua inserção no contexto da cultura histórica de seu tempo” (*Idem*, p. 74). Acerca dessa situação, nos dá uma explanação um integrante do Instituto, que à época do depoimento citado logo adiante, ocupava sua presidência. Assevera-nos, assim, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil¹⁵⁴ seu intento de sempre buscar “referir os acontecimentos a seu tempo, collocal-os no ambiente proprio” (BRASIL, 124, p. 581).

Ainda referindo-nos a Thomaz Pompeu, o filho, e tendo em mente a perspectiva sobre o ponto de vista dos sujeitos, que no contexto da cultura histórica de seu tempo imprimem ao

¹⁵⁴ Convém esclarecer a condição homônima que recaia sobre o nome de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, pois aquele apresentado por José Honório Rodrigues como um dos precursores da historiografia cearense trata-se do Senador do Império, nascido em 1818 e falecido em 1877. Já este que se menciona aqui, e que presidiu o Instituto do Ceará entre 1908 e 1929, era filho daquele, tendo nascido em 1852, sendo seu passamento em 1929. Este, em algumas publicações, vem identificado como “Thomaz Pompeu Filho”, tal qual disposto na citação de Studart, incluída no presente texto, acerca dos fundadores da Academia Francesa, ocorrida em 1872.



aspecto discursivo do conhecimento histórico suas marcas específicas, como, também, a própria inserção do pensamento histórico essencialmente científico no contexto que o valida, trazemos o seguinte relato, a fim de abordar esses mencionados pontos:

Presidente dêsse sodalício por espaço de vinte e um anos, não se cansava de solicitar a atenção de seus pares para o que importava antes de tudo ao progresso e a grandeza da terra comum. “Nossa missão, dizia êle, não se circunscreverá ao olhar estéril e saudoso do passado, às lamentações mais ou menos patéticas ou unguidas de devoção cristã pelos que se foram; mas em galgar as fontes do saber, em derrocar a rocha da rotina por onde há de correr a linfa clara da investigação, da análise, até atingirmos às culminâncias da riqueza e da civilização (SOUZA, 1952, p. 320).

O discurso que preconizava o intento de atingir as “culminâncias da riqueza e da civilização”, atuando na busca por incrementar o “progresso e a grandeza da terra”, além do desígnio de “alargar as fontes do saber”, coaduna-se bem ao contexto daquela cultura histórica, como já abordado no tópico anterior, vivenciada durante as décadas derradeiras do século XIX. Seria, portanto, no Instituto do Ceará, o mencionado sodalício presidido por Pompeu Filho, que o passado não seria mais considerado através e a partir de uma perspectiva estéril, pois “as próprias condições econômicas e geográficas em que nasceu e cresceu a historiografia cearense impediram-na de esterilizar-se na mera compilação dos seus fatos superficiais” (RODRIGUES, 1956, p. 188).

E mesmo com essas ditas condições econômicas e sociais nas quais a historiografia cearense nasceu e se desenvolveu, percorrendo a trajetória que a levou a atingir sua decantada maioria, fato destacável diante dessa situação é que em tal “lugar historiográfico”, no contexto designativo que noz conduz ao Instituto do Ceará enquanto esse lugar autorizador das práticas referentes ao fazer história, se sobressai justamente essa referida sociedade histórica, que dentre outros tantos fatores, marcou-se por sua consistente existência, por estabelecer-se como esse lugar que “prosseguiu na sua faina iluminadora das consciências” (AZEVEDO, 1993, p. 6).

Assim, ao retomarmos à condição de destaque dada ao Instituto no que concerne sua perenidade, condição essa talvez obtida por não haver dito grêmio se dedicado apenas a produzir meras compilações superficiais dos fatos, podemos verificar na observação suscitada pelo Barão de Studart acerca do meio conformado por aquela cultura histórica, que o período aqui assinalado se depara com o surgimento de marcantes associações culturais, mas que em



virtude de uma peculiaridade que seria inerente ao Ceará, verifica-se que toda essa pujança não tardaria em refluir. Dessa forma, observa o Barão que:

Como se vê, foi um período aureo para as letras. Obedecendo, porem, ao ritmo da vida cearense, o movimento começou a decrescer, desapareceram a Padaria e o Centro, A Academia principiou a reunir-se com intermitência, e daí por diante raras foram as manifestações literárias (STUDART, 1924, p. 295).

E no que concerne à cultura histórica do período correlato à fundação do Instituto, no que tange ao “contexto social em que se faz história” (RÜSEN, 2015, p. 218), enfatizamos a especificidade de que referida história era feita “em uma terra onde bem pouco numerosos são os que lêem e onde tão pouca importancia se liga aos homens de sciencia” (BRITO, 1896, p. 138). Como se pode perceber, na Fortaleza dos derradeiros anos do século XIX, enquanto no plano cultural era possível vislumbrar esse decantado ambiente favorável que indicava o surgimento de um novo panorama social, havia de se conviver nessa mesma cidade com a realidade de que dito panorama ainda se via restrito ao estrito âmbito intelectual que então era fomentado na cidade.

Talvez a questão suscitada acima sobre a pouca importância dispensada pela população cidadina aos homens de ciências, denominação essa que pode ser ampliada para abarcar o sentido também dispensando àqueles ditos como “homens de letras”, possa explicar a necessidade de recorrentemente se mencionar a “missão” que caberia ao Instituto, que seria a de tornar conhecidas a história e geografia da então Província, iniciativa que acabaria “concorrendo, de tal modo, para a propagação de suas letras e ciências” (SOUSA, 1937, p. 11).

Assim, temos que ao se difundir o conhecimento sobre a história e a geografia, de modo correlato, se estaria a propagar as letras e ciências, visto imbuir-se e participar o conhecimento daquelas ciências, de modo coesivo, na “ereção d’esse grande monumento social – a litteratura de um povo” (CARVALHO, 1899, p. 170).

Portanto, para se enfatizar isso que estamos a tratar sobre os aspectos relacionados ao contexto discursivo da cultura histórica daquele tempo, citemos mais uma vez a figura do Barão de Studart, dignificado dessa maneira por Capistrano de Abreu: “dos socios do Instituto nem um se avanta ao Dr. Studart em dedicação á historia do torrão natal” (ABREU, 1899, p. 23). Mas a proeminência do Barão ia além do círculo específico do Instituto do Ceará e de seus sócios, pois de “todos os superiores homens de letras do Ceará, o Dr. Guilherme Studart



avantaja-se pela tenacidade com que collabora em todas as manifestações da intelligencia nesta terra” (CARVALHO, op. cit., p. 172).

Diante disso, e levando-se em conta o observado anteriormente no presente texto por Rüsen, de que o pensamento histórico científico não pode ser entendido enquanto alheio ao contexto de sua contemporânea cultura histórica, ressaltamos a condição que coloca em destaque esse mesmo “avantajado” (termo utilizado acima tanto por Capistrano como por Carvalho) “homem de letras do Ceará”, que em tal sentido vai ser compreendido em sua denotação mais ampla, mas que, afinal, ou melhor expressando-nos, mas que em primeiro lugar, era um homem dedicado à história. Pois, sobre Studart, homem de letras e ciência, pode-se afirmar que “é um historiador, eis o maior elogio que se lhe pode fazer” (*Idem*, p. 173).

Dessa forma, possibilita-se que se depreenda que:

A cultura histórica também pode ser definida como quinta-essência das histórias, nas quais e pelas quais se efetua a vida de uma sociedade. Ela é determinada pelos produtores, receptores e mediadores da formação histórica de sentido, pelos modos de sua representação e pelos meios e pelas instituições de sua mediação (RÜSEN, 2014, p. 101-102).

Assim sendo, e no que concerne a tal citada mediação, mediação esta levada a termo em referido contexto, previamente mencionado, podemos considerar que “pode-se conceber o papel da ciência da história, na vida cultural de seu tempo, como uma forma do humanismo institucionalizado” (RÜSEN, 2015, p. 243).

Dito humanismo, tal forma de agir relativa à humanidade, e por conseguinte à própria história, no sentido aqui defendido por Rüsen, verte-se na acepção de que “a cultura histórica está sempre movida pelas lutas pelo poder” (RÜSEN, 2015, p. 244), mesmo que esse poder seja pretendido e praticado no âmbito das letras e ciências, na devida consideração que torna possível se afirmar que “o Instituto há fornecido à cultura cearense o mais útil e luminoso contributo” (AZEVEDO, 1993, p. 29). E se o poder “forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2014, p. 45), como enfatiza Michel Foucault, podemos bem ter uma devida noção acerca do que aqui está sendo tratado e daquilo que estaria indicando o advento desse novo panorama social.

Feitas essas ponderações e retornando àquilo que fora mencionado em outras partes do texto, temos asseverada uma perspectiva que denota ao Instituto do Ceará a iniciativa decisiva que alçara os estudos históricos em nosso meio a um novo patamar, à sua decantada “maioridade”. E se cabe à história “a articulação entre o ato que propõe e a sociedade que



reflete” (CERTEAU, 2013, p. 38), o que vemos refletida nessa pretensão interposta à ciência histórica é algo alusivo e extensivo a um anseio que recaia sobre a conformação da cambiante sociedade de Fortaleza em fins do século XIX, pois o panorama de então nos remete a uma realidade que prescreve que:

Da mesma forma em que cresceu a população, aceleraram-se as atividades comerciais e o processo de urbanização em Fortaleza. Acompanhando esse processo, os sujeitos que faziam uso dos instrumentos letrados intensificaram suas atividades intelectuais, identificadas com o desenvolvimento da cidade (CARDOSO, 2000, p. 50).

Se havia, portanto, uma “ideia de progresso que pairava sobre a cidade e os cidadãos” (*Idem*, p. 50), a tal perspectiva podemos depreender a citada articulação entre a história e aquela sociedade que serviu de palco ao surgimento do Instituto do Ceará. Assim sendo, a mencionada “maioridade” condicionava-se bem àquela realidade que via suas atividades intelectuais em pleno desenvolvimento. Estando, pois, até então a história local envolta nessa reiterada ignorância, teríamos com o estabelecimento de um sodalício voltado aos estudos históricos o esforço crucial para sua devida propagação.

De tal forma, os fundadores do Instituto, “participantes de uma burguesia local emergente, colocaram-se a tarefa da construção de uma tradição no tempo e no espaço que legitimasse o lugar social de onde falavam” (OLIVEIRA, 2000, p. 281). E esse lugar social ganhava corporeidade justamente com a fundação desse espaço legitimador, dessa sociedade que se colocava como função a ação de debruçar-se sobre a história e a geografia locais. Lembrando-nos daquilo exposto anteriormente por Certeau, teríamos, assim, a instauração de um lugar no qual se estabeleceriam métodos e procedimentos e onde seria delineada toda uma topografia de interesses, deslindando-se daí a condição de que “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência” (CERTEAU, 2013, p. 48). E dito sistema, por sua vez, depende de um lugar autorizador.

E toda essa topografia de interesses e de referências é delineada nos estatutos dessa nascente instituição, que, retomando quase em sua integralidade aquilo que fora disposto em sua ata de fundação, assevera no primeiro parágrafo do artigo primeiro que “o Instituto do Ceará tem por fim tornar conhecidas a historia e a geographia da Provincia e concorrer para o desenvolvimento das letras e sciencias” (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1887, p. 9). Tal referencial, ligando o tornar conhecidas a história e a geografia ao desenvolvimento das



letras e ciências, como vimos, torna-se um indicativo recorrente em se tratando das análises feitas acerca do Instituto, como também da cultura histórica instaurada naquela época.

Observe-se, contudo, que apesar da ênfase dada à geografia, que tanto na ata de fundação como nos estatutos da nascente associação tinha seu nome grafado em destaque junto à história, o Instituto do Ceará, dito histórico, geográfico e antropológico, tinha na história seu principal foco de atuação. Tal predileção se enfatiza através do ofício datado de 21 de abril de 1887 direcionado ao então Presidente da Província.

Esse documento traz como assunto a solicitação do corpo diretivo do Instituto que, alegando não possuir ainda a nova sociedade um local próprio para funcionar regularmente, demanda junto ao governo provincial a cessão do lado oriental da Biblioteca Pública, que, estando sem uso, serviria de local para seu funcionamento. Com o assentimento oficial que posteriormente se dará, em tal local vai se instalar aquela “plêiade”. Assim, eis o teor do mencionado ofício:

O Instituto do Ceará, fundado modestamente nesta capital em 4 de março deste anno com o decidido intuito de estudar principalmente a historia da Província, não tem podido até agora obter um predio em que possa funcionar regularmente, em consequencia das suas condições financeiras, que ainda são precárias (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1887, p. 73).

Dedicado, conforme enfatizado, a estudar principalmente à história da Província, visando torná-la conhecida, o Instituto do Ceará, que se inseria “no rol das entidades similares no país, entregues a investigações seguindo o perfil do I.H.G.B” (MONTENEGRO, 2003, p. 36), configurava-se “como o espaço privilegiado da construção da história cearense” (OLIVEIRA, 2001, p. 35).

Assim, a entidade nacional, que desempenhou papel fundamental na constituição dos estudos históricos no Brasil, “tanto no que diz respeito à produção de um conhecimento construído de acordo com regras consideradas científicas, quanto do ponto de vista de um projeto pedagógico destinado a fazer conhecer o passado comum da nação e despertar o patriotismo em seus cidadãos” (FERREIRA, 2013, p. 9), influenciava diretamente a atitude do seu congêneres cearense na medida em que essa associação inseria-se na “tentativa de construção de uma história local, bem como a busca pela fundação de uma memória da população e de um nacionalismo que deveriam ligar os cidadãos à terra” (*Idem*, p. 9).

Portanto, partindo-se da condição de que “coube ao Instituto Histórico Brasileiro e aos Institutos Históricos estaduais e aos seus membros iniciar a pesquisa histórica e lançar os



fundamentos de um sistema de investigação” (RODRIGUES, 1978, p. 41), o que nos concerne, direcionando-nos ao arremate do presente texto, é vislumbrar alguns aspectos desses ditos fundamentos, dessas técnicas de produção que compunham aludido sistema de investigação.

Todavia, o que vamos especificamente ressaltar doravante é a condição das coisas, que por não necessariamente existirem, mas ocorrerem, aconteciam numa realidade que fazia com que um membro fundador do Instituto, logo na edição inaugural de sua revista, afirme que essa terra, “que conta um passado de quasi trezentos annos e tem não pequeno numero de filhos dilectos e de grande saber, não tem ainda sua historia escripta!” (OLIVEIRA, 1877, p. 103).

Poder-se-ia, assim, conjecturar que a observação acima suscitada por Perdigão de Oliveira, que coloca em destaque esse passado que possuiria o Ceará, sem ainda, contudo, apresentar essa terra uma história escrita, seria uma questão a ser sanada com a fundação dessa instituição, desse lugar privilegiado dedicado à história. Porém, outro depoimento contundente é o do já mencionado Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, o filho do senador Pompeu, que de forma enfática assevera que “a historia, tal como tem sido escripta, não passa de biographias em torno das quaes se aggrupam acontecimentos políticos ou administrativos de pouca relevancia para o estudo da evolução dos povos” (BRASIL, 1889, p. 11). A questão está posta, assim, tanto entre o que se deve escrever, como, ainda, em relação ao modo de como se deve escrever.

Enfim, o aspecto importante aqui, diante dessas duas observações, não é ressaltar sobremaneira o “lugar” em si, esse lugar autorizador e produtor, por mais que se reconheça a condição “de autoridade” proveniente dessa posição, observando-se que esses comentários suscitados são dali procedentes, posto que tanto Pompeu como Perdigão de Oliveira, enquanto integrantes desse espaço, do Instituto do Ceará, e divulgando suas ideias por meio de sua revista especializada, certamente tinham uma exata noção de sua localização.

Diante disso, sugerimos lançar nosso olhar, também, aos “produtos” ali fabricados, no exato sentido do seguinte questionamento apontado por Certeau: “quando a história se torna, para o prático, o próprio objeto de sua reflexão, pode ele inverter o processo de compreensão que refere um produto a um lugar?” (CERTEAU, 2013, p. 46).

3 SOBRE O QUE SE QUER E NÃO SE QUER SABER

É difícil, contudo, negar que só se pode saber algo, quando se sabe o que se quer saber (RÜSEN, 2015, p. 77).



Sendo possível, pois, se saber algo apenas quando se sabe o que se almeja saber, e diante de tudo aquilo que se tem exposto no presente texto acerca da disseminada noção de “maioridade” inerente aos estudos históricos que teria sido alcançada a partir do Instituto do Ceará, começemos esse derradeiro tópico enfatizando o posicionamento de uma figura que destaca que sabia bem o que não queria, ou dito de outra forma, que sabia não almejar saber aquilo que se praticava enquanto saber histórico. Trata-se dita figura do já mencionado Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, o filho, que no discurso proferido quando de sua posse como integrante pleno do Instituto, faz a seguinte observação:

Não sou apologista do que entre nós se entende por *historia*, e nem compreendo que para o apresto ordinario da vida, para a lucta que incessantemente o homem trava para subsistir, seja-lhe necessario vergar a memoria ao peso de factos mal delineados pelo affastamento em que estão do presente, e de medíocre importancia para seu proceder ordinário (BRASIL, 1889, p. 111).

Constando do discurso de um novo sócio efetivo que naquele momento ascendia a uma instituição dedicada principalmente ao estudo da história, podem ser ressaltados trechos onde ressaltam-se questões como a opinião daquele neófito de que “os estudos históricos valem menos para hygiene intellectual e bem dos povos do que a demographia” (*Idem*, p. 112) ou então seu juízo constatando que “não é o passado longinquo que iremos pedir licções; é na observação e nas experiencias dos nossos contemporâneos que precisamos aprender” (*Ibidem*, p. 112).

Portanto, a assunção desse novo membro do Instituto demonstra, conforme a recepção feita pelo seu orador, saber ele exatamente aquilo que cabia a esse lugar no que concerne ao “fazer história” e suas práticas. Dessa maneira, sucintamente responde-lhe o orador: “á parte divergencias de criterio na apreciação das cousas, o ‘Instituto do Ceará’ acaba de ter uma victoria” (*Ibidem* p. 117).

Essa diferença de critério sobre a avaliação das coisas poderia ser considerada como uma divergência de método, pois enquanto Thomaz Pompeu prefere não buscar no passado as lições que poderiam servir de parâmetro ao presente, sendo para ele a demografia uma ciência mais relevante, “cujas revelações são verdadeiros ensinamentos para os Estados e para o individuo” (*Ibidem*, p. 112), temos que “para se entender, porém, um evento passado enquanto algo propriamente ‘histórico’ é necessário recuperar no presente o distanciamento temporal do passado” (RÜSEN, 2015, p. 45).



E acerca da importância do passado, desse distanciamento que, do presente, deve-se ater e ter para com ele, no desiderato de tê-lo enquanto realidade que se considere histórica, mencionemos outro integrante do Instituto, o também já aludido João Baptista Perdigão de Oliveira, esse um membro fundador, que observa o seguinte ponto:

Entretanto é certo que um povo, que não sabe sua vida íntima, que desconhece a história de seu passado, e não sabe dizer d'onde provem, que não póde contar suas glórias, nem a amargura de sua tristeza, que tem conjuntamente no pó dos arquivos a virtude e os vícios sem poder apresentar aquella á admiração e este á animadversão de todos, esse povo não póde pretender os fóros de civilizado (OLIVEIRA, 1887, p. 104).

A perspectiva suscitada acima, acerca do povo que pretende alcançar os foros de civilizado, coaduna-se com o que já fôra citado no presente sobre o programa pedagógico de caráter histórico, difundido a partir do IHGB e assimilado pelos congêneres locais, que visava tornar o passado conhecido, com a intenção de homenageá-lo.

Sendo assim, vemos que para Thomaz Pompeu, na relação existente entre passado e presente, este torna-se mais importante que aquele, pois não seria para lá que deveríamos nos remeter no afã de lições pedir. Por sua vez, Perdigão de Oliveira, que reconhecia que a “História do Ceará acha-se ainda em estado de elaboração” (OLIVEIRA, 1889, p. 25), coloca o passado como imprescindível para o desenvolvimento de um povo.

Cabe ressaltar que Perdigão de Oliveira vai ser caracterizado por Studart como “um estudioso da história patria, um escavador do passado, um pesquisador das cousas d’antanho” (STUDART, 1929, p. 6). Já Thomaz Pompeu, definindo-se no sentido de que “procurei tirar de meus estudos o que julguei útil e proveitoso á terra natal” (BRASIL, 1929, p. 53), não alocava a história, como vimos, dentre as vertentes do conhecimento mais capacitadas a apresentar algo proveitoso ou útil.

Teríamos aqui, portanto, uma clara divergência entre dois intelectuais com atuação direta no Instituto do Ceará, dentre outras agremiações da época, no que concerne suas visões sobre a história? Ou, indo além dessa primeira percepção, não seriam aventadas, justamente por tal diferença, concepções que, ao final, complementar-se-iam no bojo daquela ciência que ainda se via em estado de elaboração, vivenciando as fases de tal amadurecimento?

Tais questionamentos nos levam à perspectiva sobre o passado e a ação, que do presente objetiva perceber um acontecimento enquanto tipicamente histórico através do afastamento temporal que se faz desse tempo pretérito, na exata consideração que “o passado já passou, e a



história é o que os historiadores fazem com ele quando põem mãos à obra” (JENKINS, 2013, p. 25). Assim, temos com Thomaz Pompeu seu critério específico de apreciação das coisas. Para ele, “a natureza, que amorteceu a impressão e transmuda as sociedades, parece ter criado entre o homem actual e as eras mortas uma barreira invensível, forçando-o a pensar e a curar mais do presente e do futuro que de épocas distantes, perdidas no passado” (BRASIL, 1889, p. 112).

Contudo, destaquemos que não basta ter ocorrido, ou seja, não é suficiente apenas “ser passado” para que determinado evento se torne histórico, pois se “a historia é o passado mais ou menos longinquo, é a sensação que se transformou, a lembrança que se vai apagando da memoria” (*Idem*, p. 112), sendo tal apagamento provocado justamente pelo passar do tempo que muda as sensações presentes e obscurece aquilo que a memória mantinha resguardada como lembrança, há sempre de se constatar e considerar que “o passado passou. Ele já passou, e os historiadores só conseguem trazê-lo de volta mediado por veículos muito diferentes” (JENKINS, 2013, p. 25).

Essa diferença de critério na análise do saber histórico que vai ser apresentada por Thomaz Pompeu é assim resumida por um contemporâneo seu: “idéa original do illustre escritor é a que é por ele sustentada em relação á historia” (*Idem*, p. 25). Ideia original, ressaltando divergências de critério, que pode ser melhor compreendida ao contextualizarmos a visão de mundo que carregava aquele homem de letras.

Dessa maneira, temos que:

Como se vê, o que prevalece sempre é o lado pratico, o espirito positivo. Ao que deduz das proprias palavras do Dr. Thomaz Pompeu, que devemos ter sempre em consideração na religião, na sciencia, na philosophia, na historia, em tudo, é antes de qualquer outra cousa, o interesse real na sociedade, as necessidades praticas da vida. [...] Como quer que seja, porém, não é da origem das cousas, nem tão pouco da simples investigação do passado nos limites da historia propriamente dita, que devem occupar-se os espíritos práticos (*Ibidem*, p. 25).

No que tange o espírito positivista mencionado acima, o próprio Thomaz Pompeu assinala que “fôramos, talvez, os pioneiros das doutrinas positivistas e da philosophia evolucionista no norte do Brazil” (BRASIL, 1929, p. 51). Deixando de lado os aspectos relativos a tal pioneirismo¹⁵⁵, pois aqui nosso propósito é outro, ressaltemos a observação que

¹⁵⁵ Sobre esse mencionado engajamento com o positivismo, Cf. LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 109-124. No capítulo II da terceira parte, intitulado “o



caracteriza Pompeu como um “espírito prático”, derivando-se daí sua recorrente predileção e inclinação pelos interesses “reais” da sociedade, interesses estes que podemos considerar como aqueles mais prementes e visíveis no presente mesmo em que se vivenciava aquela realidade. Assim sendo, compreende-se que para esse intelectual a história, que por condição intrínseca a si tem o passado como força motriz, merecia dele consideração menor àquela dignificada à demografia ou à geografia. E isso no âmbito de uma associação que dispunha a história na diletta condição de filha preferida.

Mas antes de ser conotado como alguém que refutava intransigentemente a história, consideremos que diante daquela perspectiva própria ligada ao “fazer história”, naquela conjuntura percebida no contexto de um ente ainda em formação, lógica aqui aplicada tanto ao Instituto do Ceará como à labuta historiográfica em solo cearense, Thomaz Pompeu agia direcionando sua atenção e força àquilo que ele julgava ser de maior utilidade para aquela sociedade.

E conjecturemos que, mesmo relutando em dar o devido crédito, mesmo pensando saber o que não queria saber e fazer no que concerne ao saber histórico que se estabelecia, ao abordar uma obra de autoria de Pompeu, Studart assinala que em tal trabalho ele “historiou as epidemias, seus surtos e devastações” (STUDART, 1929, p. 29). Talvez pelo linguajar próprio ao Barão, denodado historiador, tenha-se aplicado por ele o verbo “historiar”. Mas é Studart que novamente vem indicar a seguinte prática adotada pelo relutante (ou se preferirmos, original) intelectual:

Em 1888 pesquisando os documentos estatísticos da Província, entre os quaes os assentos eclesiásticos de baptisados, casamentos e obitos, compoz uma extensa monographia sobre a “População do Ceará”, trabalho que lhe deu entrada no Instituto do Ceará (*Idem*, p. 28).

Toda essa deambulação sobre a postura de Thomaz Pompeu frente ao saber histórico (ou seria mais pertinente referir-nos a um saber historiográfico?) nos enseja considerar que “a especificidade da história e o caráter científico do pensamento sobre ela, estão longe de ser claros” (RÜSEN, 2015, p. 32). E pelo que vem sendo demonstrado nas linhas que aqui seguem seu curso, acreditamos que, sobretudo nesse período de conformação desse ansiado saber, dita clareza, no sentido de univocidade, seria uma característica ainda longe de ser alcançada.

positivismo no Ceará”, temos em destaque a já mencionada Academia Francesa, da qual ativamente Thomaz Pompeu tomou parte.



E se, afinal, “as coisas não são classificadas como fatos, ou tabulados como dados, mas narradas como histórias” (INGOLD, 2015, p. 227), é sobre tal prática, essa que é referida pelo “fazer história”, que havemos de prestar atenção, pois não basta a mera classificação das coisas para que eles se atinem ao labor historiográfico, como não é o suficiente que tais fatos sejam pretéritos, que estejam no passado. Algo mais é requerido:

Em sua pura facticidade, todavia, ele [o evento] ainda não é histórico. Isso só ocorre quando o evento é colocado em conexão temporal com outros eventos para ser interpretado enquanto uma ocorrência que faz sentido – isto é, quando pode ser inserido, interpretativamente, em uma representação do processo temporal (RÜSEN, op. cit., p. 44).

Sobre a perspectiva dessa conexão temporal, retornemos a Perdigão de Oliveira, quando de sua lamentação pela condição apresentada pelo Ceará, que em quase trezentos anos de passado, ainda não apresentar sua “historia escripta!” (OLIVEIRA, 1887, p. 103). Sendo, dessa maneira, o passado aquilo que deveria ser narrado, nos deparamos com a ambiguidade, essa “não clareza” que se faz presente na aplicação e no significado do próprio termo “história”, pois o que o autor acima conclama é que o Ceará venha a ter sua história, finalmente, disposta de maneira escrita. Ou dito de outra forma, que se realize a historicização da história da então província cearense, que essa seja disposta em forma narrativa devidamente mediatizada pelas técnicas inerentes a seu processo de elaboração.

Para percebermos aquilo que aqui denominamos de ambiguidade no que se refere ao termo “história”, citemos Michel de Certeau, que caracteriza bem a dupla perspectiva que se faz valer com dito termo: “a história oscila, então, entre dois polos. Por um lado, remete a uma prática, logo, a uma realidade; por outro, é um discurso fechado, o texto que organiza e encerra um modo de inteligibilidade” (CERTEAU, 2013, p. 6).

Assim sendo, o texto que encerra em si e organiza tal inteligibilidade originar-se-ia a partir de uma prática, de uma realidade passada. No caso aqui retratado, uma realidade que já somava quase três séculos. Seguindo em suas ponderações, salienta Perdigão de Oliveira que o “Ceará, que ordinariamente se avantajava a suas irmãs na escala do progresso, tem entretanto quasi tres séculos de sua vida sepultados em seus despresados arquivos!...” (OLIVEIRA, 1887, p. 104). A importância dada ao viés pedagógico da história fica por demais evidente no trecho que se segue:

Quantos feitos illustres, quem sabe, permanecem ignorados?, quantas infamias, quiçá, occultam-se tambem nas densas trevas do silencio, sem que possam ser condemnadas



com a brasa da maldição para exemplo e edificação das gerações porvindouras e do presente? (*Idem*, p. 104).

Diante da preocupação externada acima, de se ter uma história escrita para o Ceará, sob pena do esquecimento impedir o reconhecimento de grandes feitos, como ainda dos feitos não lisonjeiros ficarem impunes diante do tribunal da história, que teria uma suposta proeminência de jogá-los à brasa da maldição, ressaltamos o seguinte traço: “o que a história deseja em última análise explicar e compreender são os homens” (RICOUER, 1968, p. 31). Explicar e compreender, para não ignorar e silenciar, como ainda exaltar, conduzir ao desenvolvimento e tornar o povo civilizado, como se pode vislumbrar nas várias perspectivas suscitadas anteriormente.

Tal questão acerca dos trezentos anos de história que o Ceará já contava ao final do século XIX nos remete a uma constatação consensual entre os historiadores daquela época, que fazem menção ao início do processo colonizador nas terras cearenses, fato esse que ocorre nos primeiros anos do século XVII, como o início de tal período de três séculos. Autores como Capistrano de Abreu, por exemplo, salientam que as iniciativas de Pero Coelho, Francisco Pinto, Luiz Figueira e Martim Soares Moreno, entre 1603 e 1610, concorreram para inserir o Ceará na história. Assim, é da relação “entre o tempo distante e o tempo presente vivaz, enquanto contexto abrangente da história” (RÜSEN, 2015, p. 46), que podemos situar essa constatação acerca dos mencionados trezentos anos de história.

Ainda sobre Soares Moreno, Capistrano de Abreu (1899, p. 252) vai designá-lo como “o fundador do Ceará”, observando que “ignora-se o anno exacto do estabelecimento de Martim Soares Moreno; o de 1610, que em geral se dá, é aproximadamente certo”. Sendo assim, sob essa perspectiva, a história no Ceará começaria com o estabelecimento do citado personagem histórico por essas plagas.

Por mais que historiadores tragam a informação de que “com quanto cuidado havia sido visitada a costa do Ceará de maneira que, antes do fim do século XV, ela era perfeitamente conhecida” (ARARIPE, 2002, p. 37), não restam questões acerca daquele que merece a primazia: “o primeiro território reconhecido e assenhorado pela gente portuguesa foi o terreno circunvizinho do estabelecimento de Martim Soares na embocadura do rio Ceará” (*Idem*, p. 38).

Assinala Paul Ricoeur que, “no plano narrativo, o acontecimento é o que, ao acontecer, faz a ação avançar” (RICOUER, 2007, p. 255). Todavia, no caso aqui em questão, o estabelecimento de P. e Soares Moreno no Ceará não somente tem o poder de fazer avançar a



história, mas sim, e antes mesmo de se considerar qualquer espécie de avanço, de fundá-la. E acerca da importância atribuída ao acontecimento, volvamos a Thomaz Pompeu (1924, p. 585-586), que sobre essa temática lançou pertinentes comentários:

Mas que é um acontecimento? Será um facto qualquer? Não, é um facto notavel. Como julga o historiador que um facto é ou não notavel? Julga-o arbitrariamente, segundo seu gosto e seu character, a sua idéia como artista. Um facto é coisa infinitamente complexa. O historiador apresenta-lo-á na sua complexidade? Isto é impossível. Ele o representará despido de todas as particularidades que o constituem, consequentemente truncado, mutilado, diferente do que fôra.

Dessa maneira, à parte as considerações sobre a arbitrariedade que recairia sobre o historiador quando de seu julgamento do passado, valorizando não o “fato qualquer” mas sim o “notável”¹⁵⁶, resultando disso em algo deveras pessoal ao caráter e ideia de cada “artista”, o que vemos é uma perspectiva de Pompeu que se aproxima daquilo que enfatiza Rüsen, de que “tomado sozinho, porém, tal acontecimento pretérito ainda não é história. Para tanto, é necessário inseri-lo em uma perspectiva temporal, na qual aparece conectado com o presente e com o futuro, de modo a possuir sentido e significado” (RÜSEN, 2015, p. 114).

E sendo “difícil, senão impossível é ao historiador volver ao passado para conhecer, pormenorizar e discernir, na complexidade dos factos, o estado animico da quadra narrada” (BRASIL, 1924, p. 585) e além de tal dificuldade, há de se considerar que “sem o enquadramento em um modelo interpretativo (temporalmente perspectivado), as informações e as explicações do acontecimento passado ainda não são históricas” (RÜSEN, 2015, p. 80), percebemos que “na história ‘objetiva’, o ‘real’ nunca é mais do que um significado não formulado” (BARTHES, 1988, p. 156). Ou, dito de outra forma, de um significado que ainda não se formulou.

E como o discurso histórico “não acompanha o real, não faz mais do que significá-lo, repetindo continuamente *aconteceu*, sem que essa asserção possa ser jamais outra coisa que não o reverso significado de toda a narração histórica” (*Idem*, p. 156), bem podemos inferir que ao indicar o mencionado passado de quase trezentos anos, Perdigão de Oliveira coloca-se na condição de, identificado o “real”, esse passado que aconteceu, intentar significá-lo, porquanto “o prestígio do aconteceu tem uma importância e uma amplitude verdadeiramente histórica” (*Ibidem*, p. 156).

¹⁵⁶ RÜSEN (2015, p. 139), inclusive, corrobora com tal assertiva, quando enfatiza que “só se aborda o que interessa, o que é tido por importante”.



E tudo isso nos conduz ao gesto de criar, significando:

O acontecimento efetivo ganha, com a imaginação do narrar, uma significância que (ainda) não possui em seu puro acontecer. Para que um possível distinguir (artificialmente) da facticidade do acontecimento esse ganho de significado do narrado, é necessário recorrer ao *conceito de ficção* (RÜSEN, op. cit., p. 194).

Dessa forma, e sob tais condições, é que teríamos, por fim, escrita a história acerca do passado de quase trezentos anos que o Ceará contava. Seria dessa maneira, portanto, que o passado mais ou menos longínquo, que corre o constante risco de se ver obliterado pelo passar do tempo e o conseqüente apagamento das lembranças, teria condições, nesse processo, de tornar presente o passado do narrado, pois “a narrativa histórica se caracteriza, por conseguinte, por dar ao passado um segundo presente” (*Idem*, p. 1996).

E tal “presentificação” do passado, contida no narrar historiográfico, com seus procedimentos específicos, se dá mediante a elaboração de uma ficção, pois o que se narra não é mais o passado em si, mas uma criação, organizada em preceitos próprios e regrados.

Assim, temos que “como o narrar jamais se satisfaz com uma mera reprodução do acontecido – nem poderia satisfazer-se, em sentido estrito, pois o acontecido nunca pode ser narrado integralmente – ele contém sempre uma dose de ficção” (*Ibidem*, p. 195).

4 CONCLUSÃO

Se há de se estabelecer, no presente, o distanciamento temporal do passado que possibilite enquadrar qualquer acontecimento pretérito enquanto algo determinado e propriamente histórico, estamos, assim, a tratar de procedimentos de “feitura”, moldados a partir de técnicas específicas de produção e de métodos que se conformam pela e para a história. Percorrendo esse caminho enquanto método, passando pelo devido lugar autorizador e indo questionar o que se sabe e aquilo que não se quer saber, fechemos esse texto com Thomaz Pompeu, que assinala que “consciente ou não, a historia passa então por uma especie do *capitis diminutio*. Os factos se não apresentam nitidos na variedade e complexidade dos pormenores que os explicam e completam” (BRASIL, 1924, p. 585).

Cabe, portanto, ao historiador, no seu próprio presente, observar o passado e dele, vendo a variedade e complexidade dos pormenores ali contidos, “fazer história”, pois tanto o observador como o que é observado são considerados nessa correlação, visto que “o ponto de



partida está, por conseguinte, no presente, e o passado ‘e-volui’ dele para tornar-se a evolução em direção a ele” (RÜSEN, 2015, p. 159). Assim sendo, bem cabe lançar a questão: “a linguagem não tem ela como regra implicar, embora colocando-a como outra que não ela mesma, a realidade da qual fala?” (CERTEAU, 2013, p. 5). Thomaz Pompeu e Perdigão de Oliveira, podemos acreditar, assentiriam em tal questionamento. Mesmo que por caminhos e modos diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. Sobre uma história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XIII, 1899.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará**: desde os tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002.

AZEVEDO, Rubens de. **Os 40 da casa do Barão**: primeiro centenário do Instituto do Ceará. Brasília: Senado Federal, 1993.

BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. 1º tomo. 2. ed. Fortaleza: IOCE, 1987.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 156.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. Discurso proferido pelo sr. dr. Thomaz Pompeu na sessão de 12 de março de 1889 por ocasião de sua posse se socio effectivo. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, tomo III, 1889.

_____. Discurso pronunciado pelo Dr. Thomaz Pompeu na sessão solemne do Instituto a 26 de agosto de 1924. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo especial, 1924.

_____. Ao responder ao dr. Antonio Augusto de Vasconcelos. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1929.

BRITO, Raimundo de Farias. Homens do Ceará: biografia de Thomaz Pompeu. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo I, 1896.

CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses**: literatura, imprensa e política. 2000. 265 f. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARVALHO, J. Rodrigues de. O Ceará Litterario: n’estes ultimos dez annos. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo IV, 1899.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.



FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

MENESCAL, Ana Alice Miranda. Comemorações, memórias e documentos: uma hermenêutica da ideologia nacionalista na Revista do Instituto do Ceará do ano de 1903. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Santa Vitória do Palmar, RS, v. 4, n.7, 2012.

MONTENEGRO, João Alfredo. **A Historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

_____. **Historiografia do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

NOBRE, Geraldo. O Instituto de 1877: achegas históricas. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo CXI, 1997.

OLIVEIRA, Almir Leal de. História, tradição e patriotismo: os significados das comemorações do tricentenário do Ceará. **Projeto História**. São Paulo, v. 20, 2000.

_____. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará**: memória, representações e pensamento social (1887-1914). 2001. 280 f. Tese (doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. A primeira villa da Província: notas para a história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo I, 1887.

_____. A primeira Freguezia da Provincia. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo II, 1888.

_____. O resumo chronologico para a Historia do Ceará pelo senr. Major João Brígido dos Santos: ligeira apreciação. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, tomo III, 1889.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Cópia dos officios trocados entre a Presidencia da Provincia e o Instituto. Fortaleza, tomo I, 1887.



_____. Estatutos do Instituto do Ceará. Fortaleza, tomo I, 1887.

_____. Sessão em 4 de março de 1887. Fortaleza, tomo I, 1887.

RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, José Honório. Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LXX, 1956.

_____. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

ROMERO, Sylvio. **Historia da Litteratura Brasileira**. Tomo I. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888.

_____. **Introdução à Historia da Litteratura Brasileira**. 1º volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

SOUSA, Eusébio de. **Meio século de existência**: subsídio para a história do Instituto do Ceará, 1887-1937. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1937.

SOUSA, José Bonifácio de. O centenário de Tomás Pompeu de Sousa Brasil. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LXVI, 1952.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Datas e factos para a história do Ceará**. Tomo II. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

_____. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Typographia Minerva, 1924.

_____. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e João Baptista Perdigão de Oliveira. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, tomo especial, 1929.

_____. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil: notas sobre sua vida. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, tomo especial, 1929.

TINHORÃO, José Ramos. **A província e o naturalismo**. Fortaleza: NUDOC, UFC; Museu do Ceará; Arquivo Público do Estado do Ceará; Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

VARGAS, Suzana. Breve introdução explicativa ao ideário crítico da época. In: VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 1998.



VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 1998.



A trama cruzou-se com a urdidura: a ficção de José Saramago e o encontro com a história segundo Georges Duby.

José Dércio Braúna¹⁵⁷

Recebido em: 08/03/2019

Aceito em: 30/04/2019

RESUMO

Tendo declarado que sem Georges Duby e sem a “Nouvelle Histoire” não teria escrito romances centrais em sua obra romanesca, o encontro do escritor português José Saramago com o pensamento e a escrita dessa historiografia deu-se, todavia, por meio de uma faceta pouco conhecida do Nobel de Literatura de 1998, a de tradutor. Foi por meio dessa atividade que, em finais dos anos de 1970, José Saramago estabeleceu primeiros contatos com o fazer historiográfico que o marcou de modo profundo. Este texto busca dar a ler alguns elementos desse encontro, alguns modos como a trama da ficção de José Saramago cruzaram-se com a urdidura da história segundo Georges Duby.

Palavras-chave: José Saramago. Georges Duby. Historiografia.

The plot crossed with the urdidure: the fiction of José Saramago and the meeting with the history by Georges Duby.

ABSTRACT

Having declared that without Georges Duby and without the “Nouvelle Histoire” he would not have written central novels in his romanesque work, the meeting of the portuguese writer José Saramago with the thought and the writing of this historiography happened, however, through a little facet known by the Nobel Literature Prize of 1998, the one of translator. It was through this activity that, in the late 1970s, José Saramago established his first contacts with the historiographic making that marked him profoundly. This text seeks to give read some elements of this encounter, some ways as the plot of the fiction of José Saramago crossed with the warp of the story according to Georges Duby.

Key-words: José Saramago. Georges Duby. Historiography.

¹⁵⁷ Doutorando em História Social no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Email: derciobrauna@bol.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1795426651523862>.



1 PRIMEIROS FIOS

No dia 15 de fevereiro de 1979 acabou-se de imprimir nas oficinas gráficas da Livraria Bertrand, na freguesia portuguesa de Venda Nova (Amadora), a quantidade de um mil, seiscentos e sessenta exemplares de uma obra de ficção, sendo estes exemplares numerados de 1 a 1560, e uma sua centena numerados de I a C, não destinados ao mercado e rubricados pelos autores. *Poética dos cinco sentidos*, eis a obra. São seus autores, em conformidade com a ordem de disposição dos *sentidos* nas páginas: Maria Velho da Costa (“A vista”), José Saramago (“O ouvido”), Augusto Abelaira (“O olfato”), Nuno Bragança (“O gosto”), Ana Hatherly (“O tacto”) e Isabel da Nóbrega (“A sexta”).

O exemplar de nº 1520 da obra, que aqui o tenho em mãos, em um breve texto de abertura, informa-me que *Poética dos cinco sentidos* traz a percepção de seis escritores portugueses a quem se pediu que “vivessem e dissessem, cada um sua, a aventura de viajar pelo belo e misterioso universo da licorne”. *La dame à la licorne*, eis o fio urdidor da obra em questão. Um conjunto de seis tapeçarias, que se crê serem obra datada de fins do século XV ou princípios do XVI, e tidas como um dos grandes trabalhos da tapeçaria medieval em toda a Europa, e assim nominadas (*La dame à la licorne*) no século XIX. “Diz-se que no seu conjunto representam uma alegoria dos cinco sentidos”, sendo “a sexta” tapeçaria (“À mon seul désir” – Ao meu único desejo) uma alegoria do amor ou da compreensão. Informa-me ainda o texto diante de mim que muito se ignora acerca da composição destas tapeçarias, “a começar pelo nome de quem as compôs e desenhou”, também quem as encomendou. Há conjecturas, mas não certezas, todavia, “não é isso importante”, diz o texto, essas são “questões de pequena ou grande história, que hão-de averiguar-se ou não”, importa mais pensar nos “quantos milhares de pessoas [que] terão até hoje visto ‘La dame à la licorne’, desde que, no ano de 1882, entrou no Museu de Cluny, em Paris”. Assim sendo, a ideia da obra é, como dito, que seis escritores digam de suas experiências frente aos mistérios de *A dama e o unicórnio* (HATHERLY et. al., 1979, p. 9).

Tomando em análise a contribuição de José Saramago à obra – “O ouvido” –, cotejando-a a seu texto introdutório, o que se pode perceber é que o Nobel de Literatura de 1998 deu importância ao revés ao entendimento aí expressado. Se muito se ignora das tapeçarias, “a começar pelo nome de quem as compôs e desenhou”, sendo ciente da impossibilidade de dizer isso de que não ficou registro (porque não há vestígios, porque são buracos sem remendo



possível no tecido do tempo), todavia Saramago optou justamente por escrever sobre a feitura, sobre os árduos trabalhos de quem, ainda que inominados, legaram algo ao tempo. Se a história não lhes registrou os nomes, isso só mais justifica dedicar-lhes uma escrita que, ao menos, lhes dignifica o fruto de seus esforços no passado. Para Saramago, como o leio, tão importante quanto se pensar nos milhares de pessoas que vão ao Museu de Cluny apreciarem *A dama e o unicórnio* é o exercício da ficção em buscar “extrair a produção artística do imaginário, ao mesmo tempo que do museu, e colocá-la na vida” do tempo passado que a concebeu (o que for possível dele escriturar), aqui pensando com Georges Duby e sua análise sobre a arte medieval (DUBY, 1993, p. 9).

Como dito, a edição da obra foi em 1979. No ano anterior, publicou-se em Portugal a tradução de *Le temps des cathédrales*, de Duby. A assinar a tradução da obra, José Saramago. Ao que tudo leva a crer, tratou-se do primeiro encontro de Saramago com a escrita e o pensamento desse historiador – desse “homem dos Annales” – que tanto o marcará (CARAVELA, 2012). A ponto de, em declaração dada ao jornalista brasileiro José Castello, em abril de 1989, dizer que “o trabalho do Georges Duby me influencia muito mais, hoje, do que a obra de qualquer romancista” (CASTELLO, 1989); e a lamentar, com imenso pesar, quando da morte de Duby, a 03 de dezembro de 1996, cujo registro ficou assente num dos volumes de seus diários, os *Cadernos de Lanzarote*:

Morreu George [sic] Duby. Ficaram de luto os historiadores de todo o mundo, mas sem dúvida também alguns romancistas. Este português, por exemplo. Posso mesmo dizer que sem Duby e a “Nouvelle Histoire” talvez o *Memorial do Convento* e a *História do Cerco de Lisboa* não existissem... (SARAMAGO, 1999, p. 262).

Memorial do convento, obra que principiou a difusão da arte ficcional de Saramago mundo a fora; *História do cerco de Lisboa*, obra em que as *fronteiras* entre literatura e história são problematizadas desde a primeira linha: por que não teriam elas existido sem Duby, a Nova História e os homens dos Annales? O que a concepção de história aí fabricada trouxe ao fazer ficcional de Saramago? Trata-se de um interessante tema a ser refletido.

Mas essas são obras dos anos de 1980 (1982 e 1989, respectivamente), um tempo em que o interesse de Saramago pela história já era notório, comentado e já até estudado. Todavia esse seu interesse não principia aí, na escrita desses êxitos literários. Trata-se de uma problemática que vem de antes, e que teve no encontro com Duby e os Annales, via ofício de tradução, um lugar para elaboração de novos olhares e inquietações do ficcionista Saramago

ante a matéria histórica. Questões de *ferramentas*, de *como fazer*, de *como operar* com os vestígios escritos do passado. Não se trata de colocar a questão em termos de que foi Duby e a Nova História que deram a Saramago, em exclusivo, o seu modo de refletir sobre a história, mas de pensar como esse modo de fazer história lhe trouxe contato com *mecanismos*, *ferramentas*, com *modos de fazer* de que ele se valeu em seu fazer ficcional.

Assim, nessa escrita sobre uma tapeçaria medieval, sobre uma alegoria dos sentidos, como Saramago pensará, sentirá e escreverá sobre o sentido que escolheu, o ouvido? Como fará sua urdidura escritural? Um urdir em que, aliando-se a sua cosmovisão marxista do mundo (que nunca abandonará), entendo insinuar-se também fios do proceder e do pensar de Georges Duby. Não por acaso um historiador que fez questão de estabelecer uma distinção: “entre o marxismo enquanto reflexão sobre a história e o marxismo ao serviço de um sistema político”, o que lhe deu, segundo sua avaliação, “uma grande liberdade”: a de fazer dos postulados marxistas “um utensílio de análise, entre outros” e não um “dogma intangível” (DUBY; LARDEREAU, 1989, p. 99-100); uma perspectiva que, como percebo, muito agradou a Saramago.

2 ESCUTAR O “MOVER DE FORMIGOS” QUE FAZ A HISTÓRIA

Figura 1: *La dame à la licorne / A dama e o unicórnio* – O ouvido (Museu de Cluny, Paris).



Fonte: Reprodução a partir de: HATHERLY et. al., 1979, p. 23.



Em sua ficção sobre a alegoria do ouvido, Saramago principia por indagações sobre qual seria “o primeiro som, aquele de que todos os outros virão a nascer”. Algo a que uma observação da tapeçaria levaria a considerar como sendo “o da corrente de ar que nos foles do órgão se introduz”. Mas logo a seguir temos aquilo que será, ao longo do texto, como que uma espécie de fio a ir urdindo as várias hipóteses pensadas pelo autor; temos um “talvez não”. Saramago então pondera que o primeiro som há de ser “o da respiração necessária para que a donzela aia faça o tão pouco esforço de levantar o punho do fole”. Assim sendo, nesse princípio de seu texto, Saramago então consente que “esse, ou este, ou ambos [o respirar da donzela e a corrente de ar nos foles] porque mutuamente se requerem, são o primeiro som” (SARAMAGO, 1979, p. 21).

Mas, como disse, há um fio a urdir toda a concepção do texto, um “talvez não” que vai tecendo uma compreensão mais profunda do que a tapeçaria dá a ver; um “talvez não” que, em relação à hipótese exposta antes, vai fazendo o texto avançar num aprofundamento reflexivo. Assim é que, após esse acatamento do que seria o primeiro som – requerimento mútuo de um respirar humano e um trânsito de ar por um instrumento –, Saramago principia um seu exercício humanizador da obra de arte que tem a descrever.

E aqui vejo urdirem-se fios desta sua escrita com fios de outra, pouco antes lida e traduzida: a de Duby. Como leio a poética deste olhar sobre uma tapeçaria a alegorizar o sentido da audição, vislumbro marcas do modo como Duby concebeu o seu trabalho sobre as grandes obras de arte cujas análises constituem *O tempo das catedrais*. Para Duby,

é difícil – e quase sempre vão – falar das obras de arte, que são feitas para serem vistas. [...] Restava-me tentar *reconstituir em redor* delas o conjunto cultural que lhes dá plena significação. Os três ensaios que escrevi pretendem extrair a produção artística do imaginário, ao mesmo tempo que do museu, e colocá-la na vida. Não a nossa, mas a dos homens que sonharam esses objectos e foram os primeiros a admirá-los. Estes livros falam portanto da Idade Média, em geral. (DUBY, 1993, p. 9) (Grifo meu)¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Ao registrar “os três ensaios que escrevi” e “estes livros”, Duby refere-se ao fato de *Les temps des cathédrales* haver tido, inicialmente, uma edição nesse formato (de três álbuns), tendo sido uma encomenda do editor suíço Albert Skira, que os publicou entre 1966 e 1967. A edição no formato de volume único somente ocorreu em 1976 (edição francesa, das edições Gallimard). Os três álbuns, no formato original, eram: “A adolescência da cristandade ocidental, 980-1140”, “A Europa das catedrais, 1140-1280” e “Fundamentos de um novo humanismo, 1280-1420”. Sobre o projeto, ver: DUBY, 1993a, p. 93-102.



“Reconstituir em redor”, eis o princípio de Duby. Historiador sensível que era, sabia que, para uma época como a Idade Média a que dedicou seus estudos, a possibilidade de deixar registros que tenham sobrevivido até o seu tempo de trabalho (segunda metade do século XX) é privilégio de poucos. Nesse sentido, sabe ele que seu trabalho, em *O tempo das catedrais*, é um “esforço de explicação” incidente sobre obras de arte criadas “na proximidade do poder e no universo estrito da alta cultura”, sabe que “essas formas foram praticamente as únicas que duraram até nós”. E o foram justamente por fatores relacionados a essa proximidade do poder, desde sua criação até sua conservação no tempo; sabe Duby que, “uma vez que a criação artística é sempre governada pelas forças sociais dominantes, a invenção situa-se quase por inteiro entre o que foi modelado para a glória de Deus, para o serviço dos príncipes e para o prazer dos ricos.” E o que fazer ante essa certeza de que “partir das obras-primas é um percurso obrigatório”, dado que quase somente elas “duraram até nós”? Para Duby, essa constatação não se constitui em impedimento. Não é nem mesmo um “mau percurso”. Para ele, a questão reside em uma condição: a de “nunca perder de vista o que as rodeia [essas obras-primas] nem a diversidade obscura, fecunda, sobre que elas pairam” (DUBY, 1993, p. 9).

Como podemos ler, eis aí mais uma vez reafirmado seu princípio (assim o designarei) de “reconstituir em redor”. É assim procedendo que se poderá então tecer um fio a enlaçar as grandes obras de arte àquilo sobre que elas “pairam”. Amarrar o suposto inefável da criação ao “húmus da história” (DUBY, 1993, p. 9 e p. 72). Não obstante a beleza e o encanto ante esses “objetos excepcionais”, nos quais ganharam forma a “sensibilidade pessoal do artista”, suas “intervenções imprevisíveis”, “sua livre inspiração, em suma” – algo “irredutível a qualquer explicação”, portanto –, para Duby, todavia, havia que separar esse elemento intrínseco do fazer artístico de “todo o resto”, do “fundo geral” que é “o meio social e cultural” do qual “se apoderam tanto os pequenos mestres quanto os grandes criadores”. Foi esse o seu trabalho em *O tempo das catedrais* (DUBY, 1993a, p. 95).

E Duby segue seu *princípio* desde sua linha primeira. *O tempo das catedrais* principia justamente com uma escrita que nos dá a ver o “mundo selvagem” que criou as obras-primas de que ele se ocupará no livro. Diz da paisagem e da ação dos homens sobre ela:

Pouquíssimos homens – solidões que para o ocidente, para o norte, para o leste se estendem, se tornam imensas e acabam por cobrir tudo – maninhos, brejos, rios vagabundos, e as charnecas, as matas de corte, os pastos, todas as formas degradadas da floresta que os fogos das brenhas e as sementeiras furtivas dos queimadores de bosques deixam atrás de si – aqui e além clareiras, um solo conquistado desta vez,



mas apenas meio domado; sulcos ligeiros, irrisórios, traçados numa terra indócil por alfaías de madeira arrastadas por magros bois;

diz das moradas e dos abrigos dessa gente rústica e dos bichos que criam (que muitas vezes não guardam grandes diferenças); diz dos ofícios dessas gentes (“vinheteiros, tecelões, ferreiros, os artesãos domésticos”), quase todos exercidos sob o poder de senhores. Eis, pois, no traço de Georges Duby, o mundo sobre o qual pairam as grandes obras-primas da arte medieval: “tal é o ocidente do ano mil. Rústico, aparece, diante de Bizâncio, diante de Córdova, pobríssimo e desamparado. Um mundo selvagem. Um mundo cercado pela fome.” Olhada apenas em sua aura, a arte desse tempo não deixa suspeitar que “o século XI, para os povos da Europa Ocidental, foi o momento duma lenta emersão fora da barbárie” (DUBY, 1993, p. 13-14).

Espiado este quadro traçado por Duby, voltemos olhos ao tramado de *A dama e o unicórnio*. Espiando tal obra para dela dizer seu sentir, disse eu que Saramago havia principiado por indagar sobre “o primeiro som” que a alegórica tapeçaria incitou-o a pensar (o do respirar da dama imbricado à corrente de ar passando pelos foles), mas partindo daí para um exercício humanizador. E tal como o proceder de Duby, o de Saramago foi justamente o de “reconstituir em redor”. Para além da imagem dada a ver, Saramago quis perscrutar a mão humana (as tantas delas) que foram necessárias para a urdidura de *A dama e o unicórnio*. Saramago quis atar a aura da grande obra de arte ao “mover de formigos” (para usar expressão sua) que a permitiu existir.

Um proceder em que se alia, saliento, a sua cosmovisão marxista de mundo (saber quem fez, quem urdiu) e os modos de fazer (as ferramentas historiográficas, assim digamos) encontradas em Duby. Não se pode esquecer que, além de Duby, Saramago traduziu outras obras historiográficas, ou de caráter histórico e sociológico, concebidas sob um viés marxista da história nas quais não identificou o refinamento reflexivo e a expressividade de escrita tal como encontrado em Duby. Livros que traduziu porque os editores assim o queriam, e porque precisava ganhar o pão. “Como comer era necessário”, então “fechava os olhos e fazia o trabalho.” Um trabalho no qual tinha de ler “livros políticos, livros que tinham a ver com os países de Leste muito chatos, sensaborões e com muitos lugares comuns ideológicos. Mas o editor queria e eu precisava.”¹⁵⁹ Então fazia o seu trabalho, traduzia (SILVA, 2009, p. 269).

¹⁵⁹ Dentro dessa temática aludida, Saramago traduziu obras como: *Sobre a ditadura do proletariado*, de Étienne Balibar (Moraes Editores, 1977), *Destinos pessoais e estrutura de classe*, de Daniel Bertaux (Moraes Editores, 1978), *O sistema de organização e gestão socialista: análise crítica das teorias capitalistas de gestão*, de Germain Gvichiani (Moraes Editores, 1977); de Todor Jivkov, traduziu *O Partido Comunista na sociedade socialista*



Para Saramago, trata-se de uma questão que perpassa a diferença entre *dizer* e *sugerir*, entre a forma e a quantidade do dizer, o que traz implicações na relação que, pelo ato leitor, se estabelece entre as intencionalidades do autor e a inteligência do leitor. Em seu entender, a percepção dessa questão poderia ser pensada a partir de uma frase que Engels registrou numa carta-resposta a uma jovem escritora que lhe pediu aconselhamentos, na qual escrevera que “quanto menos se notar a ideologia melhor”. Ocorre que, pondera Saramago,

grande parte dos escritores politicamente empenhados nas ideias socialistas ou comunistas, ou coisa que o valha, não leram esta frase ou se a leram não lhe deram importância nenhuma e em muitos casos, designadamente no chamado realismo socialista – onde também há grandes obras –, a ideologia nota-se de uma forma e quantidade que não é necessária.

“É muito transparente?”, pergunta o interlocutor de Saramago – o jornalista João Céu e Silva – na (longa) entrevista em que fala dessas questões. “É demasiado óbvio”, responde-lhe, complementando que:

é tão óbvio que dá vontade de dizer: “Não faças isso. Não digas, sugere”. A questão tem de estar lá, no poder de sugestão que a história tenha, que permita ao leitor ir mais além do que aquilo que parece estar dito, porque naquilo que está escrito há implícito uma quantidade de coisas a que o leitor, que é inteligente, é capaz de chegar por sua própria conta (SILVA, 2009, p. 53).

Para exemplificar o seu proceder nesse tocante, Saramago remete a seu romance *Levantado do chão*, às cenas da narrativa da tortura e morte do personagem Germano Santos Vidigal¹⁶⁰. Para Saramago, há momentos em que é preciso *dizer*, ser explícito, como na detenção de Germano, quando é levado à prisão de Caxias, em Lisboa; essa informação o leitor carecerá de tê-la, de modo explícito. Todavia, há momentos em que, por se tratar de uma obra

(Estampa, 1979), *Trabalho e economia, progresso e bem-estar* (Estampa, 1980), *A unidade popular na luta pelo socialismo* (Estampa, 1976); de Jean Michel Palmier, *Lenine, a arte e a revolução* (Moraes Editores, 1976); de Ivan Pramov, *A agricultura búlgara na etapa actual* (Estampa, 1976). Não se pode aqui afirmar, claro está, que sejam esses os (ou alguns dos) livros políticos “muito chatos, sensaborões e com muitos lugares comuns ideológicos” aludidos por Saramago; trata-se, sim, de uma amostra de livros (pois que há outros mais) por ele traduzidos e que “tinham a ver com os países de Leste”. Para relação das traduções feitas por Saramago, ver: COSTA (1997, p. 363-367); FERRAZ (2012, p. 325-328); FLORES (1998).

¹⁶⁰ Germano Santos Vidigal (1910-1945), foi operário da construção civil, dirigente sindical, responsável local pelo Partido Comunista Português (PCP) em Montemor-o-Novo, em 1945. Foi preso e torturado até a morte, em 28 de maio de 1945, pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). À sua memória, e também à de José Adelino dos Santos (também membro do PCP, morto com um tiro, quando em uma manifestação grevista, junto ao prédio da Câmara municipal de Montemor-o-Novo, em 23 de junho de 1958) é dedicado *Levantado do chão*. Observe-se que, na primeira edição, de 1980, havia outros nomes na dedicatória (de gentes de Lavre, onde Saramago realizou suas pesquisas), que foram suprimidos em edições subsequentes.



de ficção, não poderia ele dizer tudo, mas apenas *sugerir*, confiando à inteligência do leitor as conjecturas necessárias e à sua sensibilidade a identificação pretendida com a dor e o sofrimento do preso torturado e morto. Para tal *sugestão*, por se tratar de obra de ficção, recorreu a ferramentas que só a ficção poderia oferecer: relatar a tortura e morte de Germano Santos Vidigal pelo olhar das formigas que carreiravam pelo chão e paredes da cela – “mas só à passagem”, pois afinal têm elas “suas obrigações, horários a cumprir, já muito fazem quando levantam a cabeça como os cães e firmam a fraca vista para se certificarem se o homem caído é o mesmo ou se se introduziu na história alguma variante” (SARAMAGO, 2013, p. 184). As formigas vão e vêm, do formigueiro à cela. De passagem, espiam. Por se tratar de uma prática da ditadura estadonovista portuguesa (1926-1974), efetuada sob as sombras das masmorras das prisões, como poderia tudo isto ser *dito* de forma clara e excessiva? Seria óbvio demais. Se a realidade foi obscura, cabe à ficção que a deseje tratar a invenção de ferramentas que possibilitem *sugerir* a obscuridade dessa realidade passada.

Germano Santos Vidigal foi torturado e morto. “Já levaram o corpo.” Sobre o fato da história, muito será dito. Porém, de sua verdade (afora os torturadores, por óbvio), só as formigas são sabedoras. E “sobre estes casos [a tortura e morte de Germano e muitos outros, tantos!] não-de pesar o silêncio até que as formigas tomem o dom da palavra e digam a verdade, toda a verdade e só a verdade.” Só elas foram testemunhas de que a declaração firmada pelo senhor doutor e delegado de saúde (de seu nome Romano), de que o preso Germano Santos Vidigal havia se enforcado, não corresponde à verdade. Só elas podem indagar-lhe sobre sua declaração, *técnica*, de que “se alguém tem um arame enrolado duas vezes no seu próprio pescoço, com uma ponta presa no prego acima da cabeça, e se o arame está tenso por causa do peso mesmo que parcial do corpo, trata-se, sem dúvida nenhuma, tecnicamente, de enforcamento”. Só elas podem, diante de tal aferição profissional, *técnica*, questionar ao senhor doutor “se não viu o corpo do homem, se não viu os vergões, as nódoas negras, o aparelho genital rebentado, o sangue”. Só elas, as formigas, podem testemunhar o que ninguém testemunhou. Mas, como se sabe, as formigas ainda não tomaram o dom da palavra (SARAMAGO, 2013, p. 183-192). Trata-se aqui, neste caso de ficção, assim como no caso da historiografia de que se falava, do *como* se faz, da habilidade no manejo das ferramentas de escrita, e não apenas do *que* (ficcionalizar ou historiografar). Trata-se de *sugerir* (insinuar) mais do *dizer* (em excesso).



Isto dito, tornemos às linhas de escrita de “O ouvido”. Em que Saramago começou por escrever sobre “a ponta-de-prata que traçou todas as figuras do cartão” (a mão que desenhou); começou por lembrar que “muito antes da tapeçaria houve um primeiro som, este da ponta-de-prata vincando o desenho”; uma mão que depois do desenho pousará a ponta-de-prata e passará ao trabalho com as cores, “para que o cartão apareça enfim na sua glória de vermelhos e azuis de chumbo”.

Depois será o tempo de descerem “os rebanhos da montanha”, dia em que se “hão-de desprender do corpo das ovelhas os flocos espessos e crespos da lã” (a mão que tosquiou). E bem pode que não muito longe dali, quiçá “do outro lado das árvores”, estejam a balançar flores de linho em seus caules e que em breve serão derrubados – “entrará o gadanho no linho ou a foicinha” (a mão que ceifará) –, para que, tempo adiante, se possam juntar “estas fibras e estes pêlos”.

Mas ainda antes desta união do animal e do vegetal, haverá que se ouvir “o bater da espadela na cortiça, surdo bater” que faz com que “os fios do linho nasçam do envolvimento dos tomentos” (a mão que bateu, separou os fios).

E feito todo esse material, obra do labor de tantos homens e mulheres, como se leu, haverá outro rumor, um que “mais profundamente fez estremecer a terra desde sempre: o passo do homem.” E Saramago o imagina: vindo por margens de rios, entre sombras de árvores, cruzando charnecas e colinas, pisando a lama fétida das cidades e o alagado de campos naturais até chegar à porta de “casas ruidosas, onde há gaiolas de madeiras erguidas no ar, com prumos e varas que a cada pancada abanam. São os teares.” É aqui que então se unirá linho e lã, que o cartão com o desenho concebido pelo debuxador, em todo o seu esplendor de cores, ganhará sua trama pela arte do tecelão. “Passa as pontas dos dedos pela urdidura, avalia a tensão dos fios. As madeiras rangem quando se mexe.” São os sons do ofício de tecer.

Mas esse, por certo, houve de ser um trabalho de muitos dias. Que terá feito o tecelão nos intervalos do trabalho? Pergunta despicienda? Não para quem procede *restituindo em redor*, porque imagina esse pedaço do viver do tecelão como parte do tramado da própria obra:

Nos intervalos do trabalho, o tecelão não pode esquecer a tapeçaria. Já se embriagou, já se bateu em rixa, e um dia foi ao campo só para se deitar debaixo duma árvore e dormir sem sonhar, e quando acordou viu que uma mulher se estendera ao seu lado, e aconteceu. Esse foi o dia em que fez todo o rosto da aia da donzela que com a mão direita levanta o punho do fole [...]. E numa outra vez viu saírem para a caça



cavalgadas e matilhas, e voltarem com animais mortos que escorriam sangue sobre a garupa das mulas ou pendurados de varas que servos transportavam ao ombro. Esse foi, provavelmente, o dia do lobo.

Na imaginação de Saramago, para a nascença da tapeçaria, “a trama cruzou-se com a urdidura” – uma ordinária necessidade instrumental no ofício de tecer, como se sabe. Mas este dizer pode, indo-se mais além (tornando-o metáfora), ser tomado no sentido de que o viver do tecelão cruzou-se com a obra de seu ofício, que a ordinariedade da experiência passada é também ela fio constituinte da obra-prima de arte que, no tempo presente, encanta e enternece olhos num museu parisiense. A vida é fio da obra, a urdidura de ambas é que se constitui no som essencial. O atento olho observador de Saramago sobre a alegoria da audição, ao se fazer escritura, propõe ao leitor que veja “em redor”, que atente ao ausente que aí se trama: o “mover de formigos”, o mundo cotidiano do viver das gentes que não deixaram registros de suas existências, mas sem o qual, não obstante, não haveria obra qualquer. Para Saramago, todo o sentido da alegoria está em verdade aí: no que não pode ser visto porque não deixou registro. Daí o socorrer-se da imaginação-pensadora. Porque “forçoso é juntar tudo quanto apareceu disperso, ressuscitar, reunir o que é material ao que com outros nomes também o é, e, pensando, encontrar o meio de chegar a uma coisa só”, a uma trama que também faça ver o que é ausente: a mão humana que a concebeu. É “sempre a respiração”, sempre o humano, escreveu Saramago. Para ele, e em suma, “é destas simples coisas que se fazem as tapeçarias” (SARAMAGO, 1979, p. 21-26).

“Simples coisas” que, para serem percebidas, carecem do trabalho de “reconstituir em redor” para que, ante a obra-prima magnificamente exposta no museu, se perceba do mundo social sobre que ela “paira” e que a concebeu num tempo passado. Escusado será dizer que estou aqui a pensar com Georges Duby.

3 LEVANTAR UMA ESCRITA DO CHÃO (OU LAVRAR O COMO DIZER)

E foi também por esses finais dos anos de 1970 que Saramago começou a escrita do que veio a ser seu primeiro êxito literário, o romance *Levantado do chão* (1980)¹⁶¹. Assim, temos que o principiar desse romance, tido como um marco de passagem na sua obra – uma “prova de exame”, no entender de um crítico, a escrever logo a seguir a sua publicação

¹⁶¹ O romance recebeu o Prêmio Cidade de Lisboa (1980).



(PACHECO, 1980) –, foi contemporâneo do contato com a história feita por DUBY em *O tempo das catedrais* e mais outros “homens dos Annales”. Falemos, pois, dessa “outra gente, [...] solta e miúda”, que faz multiplicar o latifúndio (SARAMAGO, 2013, p. 12).

“Um livro ‘levantado do chão’”, foi esse o título escolhido para encimar uma entrevista concedida por José Saramago ao jornalista Ernesto Sampaio, publicada no semanário *Diário de Lisboa* (nº 707, de 8 a 14 de março de 1980), um pouco depois do lançamento de *Levantado do chão*, ocorrido em 22 de fevereiro desse 1980, na Casa do Alentejo, em Lisboa. O título alude ao processo de concepção e escrita do livro, a seu caráter de demorada construção, que, depois da limpeza do chão, teve de ser erguido a partir de um primeiro alicerce até sua arquitetura final, num longo processo de aprendizado do autor sobre como levantar no papel uma escrita que fizesse ressoar uma voz própria. Houve uma demorada busca pelo *como* no parto do *que* foi dito nas linhas desse romance.

E tudo começou no “‘verão quente’ de 75”, “naqueles difíceis dias, que foram longas semanas e meses”, escreve Saramago num prefácio a um texto que só mais adiante explicitarei. A expressão – “verão quente” – consagrou-se como modo de dizer de uma “ampla vaga de assaltos a sedes de partidos e sindicatos que varreu quase todo o Norte de Portugal”, a partir de 13 de julho de 1975, iniciado em Rio Maior, município de Santarém. Nos meses de julho e agosto, contabilizaram-se mais de 80 ataques a sedes do Partido Comunista Português (PCP), de sindicatos e outros partidos “de forte vocação revolucionária”. Nesse “verão quente”, “produziram-se tensos cercos de várias horas e tiroteios com militantes comunistas”. Nos casos de “assaltos vitoriosos”, deu-se a “tomada da sede e a defenestração dos documentos, da propaganda e do mobiliário” dos locais tomados. “Para culminar a acção, retirava-se do mastro a bandeira vermelha com a foice e o martelo e, por fim, celebrava-se a façanha com a queima purificadora de todo o material ‘comunista’.” A “densidade” dessas atividades foi tal que os serviços de inteligência das Forças Armadas a elas se referiram como se tratando da “criação de verdadeiras zonas de poder reaccionário”, zonas essas onde “o poder irradiado de Lisboa não conseguia chegar”. A partir destas ações no norte, desencadearam-se movimentos de âmbito nacional que levaram ao questionamento do governo de Vasco Gonçalves. O tempo era “quente” ao ponto de se temer por uma guerra civil “entre o Portugal do Sul e o do Norte, o da ‘revolução’ e o da ‘reacção’” (CEREZALES, 2003, p. 1127-1128).

Foi neste tempo “quente” que, em Lisboa, Saramago participou de encontros de um certo Movimento Unitário de Trabalhadores Intelectuais, que se reunia no teatro Vasco Santana.



Num desses encontros, a memória de Saramago, trinta e cinco anos depois (estejamos sempre atentos a esse tempo gastado), na escrita do prefácio ao livro referido mas ainda não explicitado, registra o acaso de um homem, um advogado, de seu nome Bernardino Barba Pires, haver pedido a palavra e declarado que ali vinha fazer um pedido: livros.

Colaboro profissionalmente com a Cooperativa de Consumo Vento de Leste e a Unidade Colectiva de Produção Boa Esperança, ambas do Lavre, no concelho de Monte Mor-o-Novo. Sendo os senhores trabalhadores intelectuais, pessoas de leitura, com livros em casa, pensei que talvez estivessem dispostos a oferecer alguns desses livros para que comecemos a formar uma biblioteca, que é coisa que não existe em Lavre.

Em sendo palavras filhas de uma memória de trinta e cinco anos, há de ser certo que tais palavras, uma a uma ajuntada e todas elas reunidas não tenham sido ditas neste exato encadear que acima ficou expresso. A memória, bem se sabe, tem suas artes e artimanhas. De todo modo, se não foram exatamente ditas como ficaram escritas acima, importa o que quiseram expressar: um homem, numa reunião de intelectuais, pedia livros para a implantação de uma biblioteca num lugar rural de Portugal em meados de 1975.

E foi uma intervenção “aplaudidíssima”, registrou Saramago (sua memória). Todavia, em pouco resultou. Ao cabo de alguns dias, registra ter sido a única pessoa das presentes ao ato do pedido que “meteu na mala do carro umas quantas dezenas de livros cuidadosamente escolhidos em atenção às decerto limitadas luzes dos seus destinatários” e dirigiu-se a Lavre. Diz tê-lo feito num final de semana. Que lá chegando encontrou o senhor advogado Bernardino. Que também ali se encontrava uma jovem estudante liceal, de nome Maria João Morgado. Ela “viria a converter-se na mais sólida ponte entre a vila do Lavre e a Rua da Esperança, onde eu então residia.” Uma ponte que terá haver com o livro ainda não explicitado que leva em sua porta de entrada o prefácio que ora ando a citar. Mas ainda não é hora de aqui registrar o título e o nome autoral que leva. Que se aguarde ainda uns parágrafos.

E cumprida a sua missão, Saramago retorna a Lisboa, a sua rotina no jornal *Diário de Notícias*, onde então trabalhava. Mas não o mesmo que fora. Se a esse tempo era ele ainda autor de “uns quantos poemas e umas quantas crónicas, obra limpa sem dúvida”, todavia, a partir daquela ida a Lavre, foi o tempo de lhe começar na cabeça “a dar voltas a uma ideia ambiciosa, nada menos, imagine-se, que uma história sobre o campo e quem lá trabalha e malvive.”



Mas *como* contá-la? Por primeiro, veio-lhe a ideia de situar sua história numa quinta (a “Cruz da Légua”), em Santarém, onde certa feita foi com seu tio acompanhar a venda de porcos. O que há de ter impressionado ao moço Saramago nessa terra-grande do norte? (Essa mesma do desencadear do “verão quente” de 1975, não nos esqueçamos.) Disto não sabemos, não ficaram registros, não sobreviveram vestígios com que hoje contar o que ali se passara. E ponderando que não lhe permitiriam andar por ali a escrever sobre trabalhadores, ventilou então a possibilidade de falar de sua aldeia, a Azinhaga, e “a sua gente popular que era a minha [de Saramago] gente, os latifundiários da terra, os Veigas, os Coimbras, os Serrões de Faria, que dariam panos para mangas”. Mas também a ideia não vingou, “reteve-me uma espécie de pudor que ainda hoje nem a mim próprio sou capaz de explicar”, escreveu.

E enquanto as ideias lhe davam voltas à cabeça, veio mais um desdobrar do “verão quente”: o caso do “saneamento dos 24” (demissão de jornalistas) no jornal *Diário de Notícias*, episódio ocorrido em 25 de novembro de 1975, e do qual decorreu sua demissão do jornal.¹⁶² E que fez Saramago? “Engoli a desfeita e em pouco tempo tinha tomado duas decisões”: não procuraria emprego e saber se poderia ir e ficar em Lavre para trabalhar no livro “que pensava escrever”. Disseram sim. Saramago foi. No princípio de março de 1976 já lá estava “instalado”. Ficou a viver, juntamente com outras “famílias necessitadas”, numa casa de um “fugido latifundiário da terra”. Levou cadernos para notas, equipamentos para gravação, máquina para fotografar, e ouvidos para ouvir, diz ele. Fazia as refeições na casa de uma família dali próxima, os Besugas. Seu “plano” era conhecer a vila e os arredores, “enfim, pôr a mão em cima das coisas como me habituei a dizer”. Conversou com muitos, alguns cujos nomes registra. Um desses, João Domingos Serra.

E é então aqui altura de chamar à escrita Maria João Morgado (como antes foi dito que se faria), a jovem que estava em Lavre no dia da entrega dos livros por Saramago quando de sua primeira ida ali. É ela a certa feita dizer a ele, em palavras da memória deste (lembremos sempre): “E está aí o João Serra, de quem se diz que escreveu a sua vida, nunca vi, mas deve ser certo.” Ante tal anúncio, “imagina-se o meu [de Saramago] alvoroço, um camponês escritor”. “Uns apontamentos, não?”, teria perguntado à jovem Maria João Morgado. Não, não era. Confirmou isto no dia seguinte ao ir à casa do dito senhor João Domingos Serra. Que aí

¹⁶² De modo sumário, tratou-se da demissão de jornalistas, havendo-se acusado Saramago de ter responsabilidade no caso. Para sua versão sobre o episódio (uma das mais circunstanciadas), ver MENDES (2011, p. 23-26); também em SILVA (2009, p. 54-56).

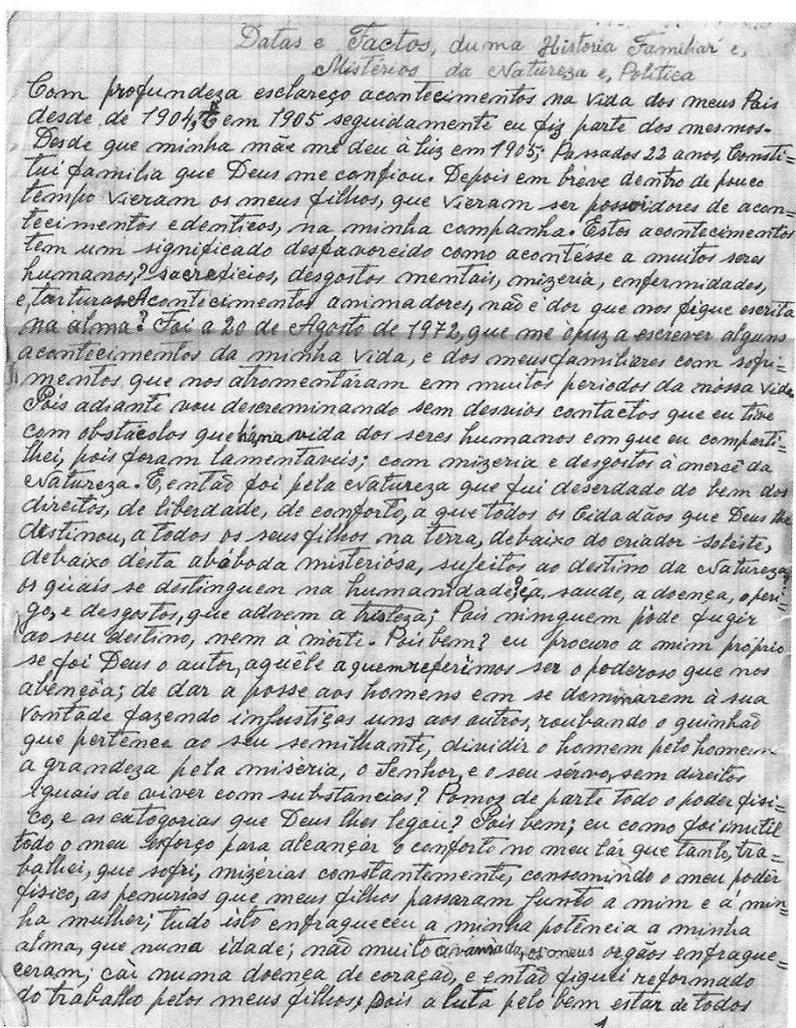
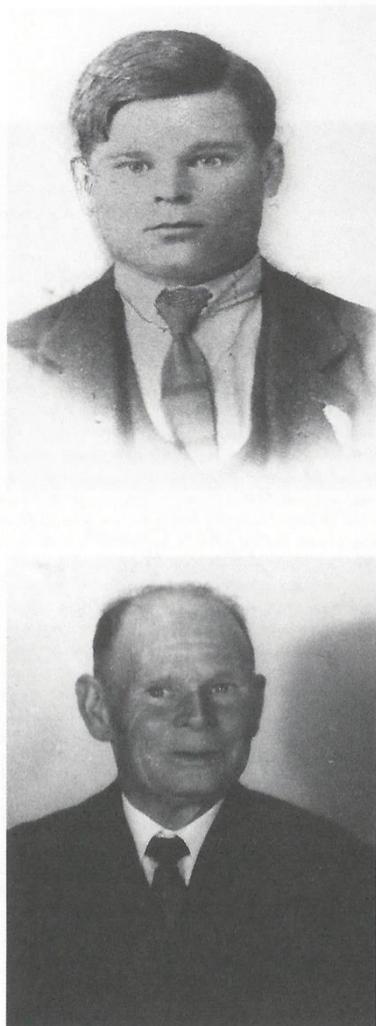


não estava, pois que se encontrava hospitalizado. Ficou para algum tempo depois o contato com a escrita da história de vida desse camponês alentejano. Mas não foi tanta a demora. Apenas “uns quantos dias depois, recebia das mãos do próprio João Domingos Serra o fruto de seu labor.” E mal pode se conter Saramago:

Com o caderno debaixo do braço corri para o meu refúgio e pus-me a ler, com a ideia de ir copiando à mão as passagens mais interessantes, mas rapidamente compreendi que nenhuma só daquelas palavras poderia perder-se. Não terminei a leitura. Meti uma folha de papel na máquina e comecei a trasladar, com todos os seus pontos e vírgulas, incluindo algum erro de ortografia, o escrito de João Serra. Tinha enfim livro. Ainda tive de esperar três anos para que a história amadurecesse na minha cabeça, mas o *Levantado do Chão* começou por ser escrito nesse dia, quando contraí uma dívida que nunca poderei pagar.

Uma família do Alentejo, é assim que foi intitulado, ao ser editado, o livro da vida de João Domingos Serra – o manuscrito da narrativa intitula-se “Datas e Factos, duma História Familiar e, Mistérios da Natureza e, Política”. Uma edição da Fundação José Saramago, de fevereiro de 2010, que leva à sua porta de entrada este prefácio que andou aqui a ser citado (SARAMAGO, 2010, p. 7-13).

Figura 2: Fotografias de João Domingos Serra e página do original de seu *Datas e Factos, duma História Familiar e, Mistérios da natureza e, Política.*



Fonte: SERRA (2010, p. 23-24).

É nesse livro que temos confessada essa dívida da história inventada de Domingos Mau-Tempo e Sara da Conceição e suas gentes em *Levantado do chão* para com a história de vida segundo o contar de João Domingos Serra. É nele que vamos ler linhas da história de vida desse camponês, mas também da história de Portugal, escrita sob um outro viés. A história de um homem popular que soube olhar em redor de si e de seu tempo e por em palavras seu entendimento.

Considerando-se o tempo que em Portugal se vivia – de contrarrevolução, de aparas aos ideários revolucionários do 25 de abril de 1974 –, cabe aqui o exercício imaginativo e



reflexivo de como a leitura da história de vida de um camponês, escrita de próprio punho, fez inquietar, “tremar de comoção” (SAMPAIO, 1980, p. 6), a um escritor que buscava então escrever a sua ficção sobre essa gente da qual João Domingos Serra era parte.

Mas a essa comovente história de João Domingos Serra juntaram-se outros tantos registros. Ao voltar de Lavre, Saramago diz haver trazido consigo “uma montanha de apontamentos, notas, registros vários, gravações, documentos. Não seria difícil fazer disso um livro. Bastaria arrumar um pouco”. Mas residia aí o fundamental: não se tratava de apenas “arrumar um pouco”. Havia a certa decisão de escrever um romance.

“Mas que romance? Modelos, se eu os quisesse tomar, não faltavam, e ilustres.” Sendo já, nesse 1976, um homem com duas décadas de afazeres ligados à escrita (em editora, em jornais), não lhe havia de ser difícil “assentar os pés nas pegadas marcadas pelos colegas já provados pela crítica, seguir o itinerário”, os caminhos já traçados e consolidados pelo Neo-realismo.¹⁶³ Mas não era esse seu intento. Penso aqui que a Saramago incomodava a possibilidade de que sua escrita pudesse ser tomada como um *falar em nome* daquela gente; penso que sua inquietude passou pela decisão de que sua escrita não poderia ser uma qualquer espécie que fosse de representação (no sentido de *retrato fiel* do real). É como leio, a exemplo, sua declaração de haver rejeitado “sem piedade qualquer tentação de transcrição fonética” do falar popular que ouvira no Lavre. Neste seu proceder, leio o imperativo ético pessoal de não *falar em nome de* (SAMPAIO, 1980, p. 6). O caminho que buscava, o *como dizer* o viver dessa gente teria de ser inventado, dado que não havia modelos prontos tal como desejado.

De março de 1976 a fevereiro de 1980: esse é o tempo que vai da primeira visita de Saramago a Lavre, à Unidade de Produção Cooperativa Boa Esperança, até o lançamento de *Levantado do chão*. Temos aí praticamente quatro anos, sendo dois de maturação sobre o que fazer, sobre como pegar em todo o material que reunira; só em 04 de abril de 1978 é que começa a escrita, terminada em 25 de julho de 1979 (AGUILERA, 2008, p. 84). Em verdade, “o livro foi escrito, por assim dizer, em dois períodos: o primeiro de dois dias, para as quatro páginas

¹⁶³ Segundo Carlos Reis, “em termos genéricos, o Neo-Realismo português constitui um movimento literário desenvolvido entre finais dos anos 30 e finais dos anos 50 do século XX, num contexto particular: vivia-se então o tempo histórico-político do *salazarismo*, ao mesmo tempo que o Neo-Realismo se colocava sob o signo ideológico e cultural do *marxismo*”. Buscava a expressão literária por meio de uma “linguagem artística comprometida e anti-esteticista”. Também foi designado por outros termos, como “realismo sociológico, realismo humanista e novo humanismo” (REIS, 2005, p. 13-36).



iniciais; o segundo de alguns meses [cinco, segundo Fernando Gómez Aguilera] para o resto. Entre esses dois períodos tão desiguais, decorreu muito tempo.” (SAMPAIO, 1980, p. 6)

Tempo em que traduziu para ganhar o pão, como sabemos; tempo em que, pelos indícios, teve então contato com a escrita e o pensamento da Nova História, e, de modo muito especial, de Georges Duby, um historiador praticante do princípio de “reconstituir em redor” – esse que faz juntar numa mesma trama a invenção e a vivência.

4 IMAGINEMOS QUE... (DERRADEIRAS CONSIDERAÇÕES)

“Não estaria muito longe deste sentimento, suponho eu, o grande George [sic] Duby”. Assim colocada, amputada de seu antes e de seu depois, bem se poderá pensar que a frase capturada entre as garras que as aspas são tenha sido presa agarrada à escrita de algum historiador, com boa probabilidade de ser um dedicado aos ditos tempos medievos, para os quais os trabalhos de Georges Duby muito contribuíram. Mas não. O “eu” que supõe um “sentimento” ao “grande George [sic] Duby” não é um oficiante da história, mas da ficção. Quem supõe algo a Duby é Saramago.

Mas que “sentimento” foi o suposto? Em relação a que? Que ele o diga:

Um historiador como Max Gallo começou a escrever romances para equilibrar pela Ficção a insatisfação que lhe causava o que considerava uma impotência real para expressar na História o Passado inteiro. Foi buscar às possibilidades da Ficção, à imaginação, à elaboração sobre um tecido histórico definido, o que sentira faltar-lhe como historiador: a complementaridade duma realidade.

A ficção como modo de escrita que traz complementaridade à escrita da história, dada sua impossibilidade de “expressar na História o Passado inteiro”: eis o “sentimento” a que se refere Saramago.

Mas a frase com que aqui se principiou a escrita, dada a amputação sofrida, deixou ficar ainda uma ponta solta. Já sabemos a que sentimento ela alude. “Não estaria muito longe deste sentimento, suponho eu, o grande George [sic] Duby”. Mas em relação a que sentimento não estaria muito longe? Em relação a que pensamento, que prática, que ideia de Georges Duby? Para responder a tal indagação e, assim, complementar o entendimento da proposição, há que aqui então trazer a derradeira parte amputada ao raciocínio de Saramago. E é ele o seguinte:

Não estaria muito longe deste sentimento, suponho eu, o grande George [sic] Duby quando, na primeira linha de um dos seus livros, escreveu: *Imaginemos que...*



Precisamente aquele imaginar que antes havia sido considerado pecado mortal pelos historiadores positivistas e seus continuadores de diferentes tendências.

Imaginação como ferramenta de uso pelo historiador, como possibilidade de complementaridade da realidade passada registrada na escrita da história: eis, pois, desamputada, a argumentação/suposição de Saramago em relação ao trabalho de Georges Duby (SARAMAGO, 2000).

Não obstante o acautelador “suponho eu”, penso que seja fundamental a uma melhor compreensão de tal argumentação irmos àquele que suposto foi, senhor Duby:

Imaginemos. É o que os historiadores sempre se vêm obrigados a fazer. Seu papel é o de recolher vestígios, os traços deixados pelos homens do passado, de estabelecer, de criticar escrupulosamente um testemunho. Esses traços, contudo, principalmente aqueles deixados pelos pobres, pelo cotidiano da vida, são tênues, descontínuos. Para tempos muito remotos, como o de que tratamos aqui, eles são raríssimos. Sobre eles podemos construir uma armadura, que no entanto é muito frágil. Entre esses poucos esteios permanece aberta a incerteza. A Europa do ano mil, portanto, é preciso imaginá-la (DUBY, 1988, p. 1).

Essas são as palavras primeiras de Duby em *A Europa na Idade Média*; foi o “imaginemos” aí escriturado que despertou a atenção de Saramago. A imaginação que, via de regra, é posta para bem além da fronteira da história, em Duby e seu fazer historiográfico ela é pensada sob outra ótica; em Duby, temos a imaginação como constituinte da realidade: “estou convencido de que o imaginário tem tanta *realidade* como o material”; “o vestígio de um sonho não é menos ‘real’ que o de um passo” (DUBY; LARDREAU, 1989, p. 38).

Como no caso da referência acima, em relação à “Europa do ano mil” (a *realidade* de estudo de Duby nessa obra), como explicitamente escreveu, “é preciso imaginá-la”. “Isso não quer dizer que não faça tudo o que posso para estar o mais perto possível daquilo a que se pode chamar ‘a realidade’, relativamente a essa imaginária construção mental que é o nosso discurso”, declara Duby numa sua longa entrevista. “Invento”, diz ele, “mas preocupo-me em fundamentar a minha invenção nas mais firmes bases, em edificar a partir de vestígios rigorosamente criticados”. Para Duby, é obrigação do historiador “insinuar a sua invenção, a sua parte de imaginação e de criação” (DUBY; LARDREAU, 1989, p. 38).

Consideradas a admiração de Saramago ante a presença da imaginação na escrita de um historiador (Duby) e as ponderações desse historiador sobre os usos dessa imaginação na história, creio poderem elas dar a dimensão da importância do encontro desse escritor com o pensar e o fazer do historiador. Que, pelo que aqui se escreveu, não se tratou de uma questão



de temática histórica (proximidade por conta de um dado assunto), mas antes de uma questão de *ferramentas de trabalho*, de *modos de fazer* usados por Duby na sua operação de fazer história e que Saramago compreendeu como úteis na sua operação de fazer ficção. Entendo haver sido sob essa perspectiva que a trama do ficcionista tenha se cruzado com a urdidura do historiador. *Imagino que* tenha sido assim.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGUILERA, Fernando Gómez. **José Saramago**: a consistência dos sonhos – cronobiografia. Trad. António Gonçalves. Lisboa: Caminho, 2008.

CARAVELA, Célia. *José Saramago traducteur de Georges Duby: un temps d'apprentissage pour le futur romancier*. **Diacrítica**, Braga, v. 26, n. 3, p. 163-184, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672012000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 12 ago. 2018.

CASTELLO, José. *José Saramago, leitor de Georges Duby*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Caderno B, 24 abr., 1989.

CEREZALES, Diego Palacios. *Um caso de violência política: o “verão quente” de 1975*. **Análise Social**, vol. XXXVII, Lisboa, 2003, p. 1127-1157. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736470C6wLO0on6Gh04BD5.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018, p. 1127-1128.

COSTA, Horácio. **José Saramago**: o período formativo. Lisboa: Caminho, 1997.

DUBY, Georges. **A Europa na Idade Média**. Trad. Antonio de Paula Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **A história continua**. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Jorges Zahar Editor; Editora UFRJ, 1993a.

_____. **O tempo das catedrais**: a arte e a sociedade, 980-1420. Trad. José Saramago. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

DUBY, Georges; LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a Nova História**. Trad. Teresa Meneses. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

FERRAZ, Selma. **Dicionário de personagens da obra de José Saramago**. Blumenau: Edifurb, 2012.

FLORES, Fernando. **Traduções feitas por Saramago** (publicação de 1998). Disponível em: <<http://www.oocities.org/fernandoflores.geo/tsaramag.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2017.



HATHERLY, Ana, et. al. **Poética dos cinco sentidos**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979.

MENDES, Miguel Gonçalves. **José e Pilar**: conversas inéditas. Lisboa: Quetzal, 2011.

PACHECO, Luiz. *Este sol é de justiça*. **Diário Popular**, Lisboa, 10 jul. 1980.

REIS, Carlos. **História crítica da literatura portuguesa**, vol. IX (do Neo-realismo ao post-modernismo). Lisboa: Editorial Verbo, 2005.

SAMPAIO, Ernesto. **José Saramago e o Alentejo**: um livro “levantado do chão”. **Diário de Lisboa**. Lisboa, 08 mar. 1980.

SARAMAGO, José. *A história como ficção, a ficção como história*. In: SARAMAGO, José. **Cadernos de Lanzarote**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 618-628.

_____. *A história como ficção, a ficção como história*. In: **Revista de Ciências Sociais**, Florianópolis n° 27, abr. 2000.

_____. **Cadernos de Lanzarote II**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Levantado do chão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. *O ouvido*. In: HATHERLY, Ana, et. al. *Poética dos cinco sentidos*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979, p. 21-26.

_____. *Prefácio*. In SERRA, João Domingos. **Uma família do Alentejo**: mistérios da natureza e da política. Lisboa: Fundação José Saramago, 2010, p. 7-13.

SERRA, João Domingos. **Uma família do Alentejo**: mistérios da natureza e da política. Lisboa: Fundação José Saramago, 2010.

SILVA, João Céu e. **Uma longa viagem com José Saramago** [entrevista]. Porto: Porto Editora, 2009.



Os africanos que mereceram destaque na cronística da expansão portuguesa do século XV.

Paula Sposito Almeida¹⁶⁴

Recebido em: 16/01/2019

Aprovado em: 14/03/2019

RESUMO

O contato português com os mouros e outros homens de “nações variadas” nas praças marroquinas no início do século XV, ajudara a descortinar uma África até então desconhecida da Europa cristã. O Infante D. Henrique, desejoso de “saber mais e melhor” sobre as terras de Guiné, passou a enviar para lá os homens que haviam guerreado ao seu lado em Ceuta. No entanto, as notícias correram Cristandade afora: estrangeiros vinham oferecer seus serviços à coroa; curiosos se dirigiram a Lisboa para acompanhar de perto aqueles desdobramentos; e já em meados do século o cronista Gomes Eanes de Zurara compunha a primeira história dos feitos portugueses na Guiné. Nos anos seguintes foram escritos diversos relatos, diários, roteiros e crônicas sobre as viagens e os lugares alcançados; lançando luz sobre as particularidades das terras e suas gentes. À primeira vista, os povos pareciam um aglomerado sem distinção, mas com o contato recorrente e mais demorado, etnias, povoados e reinos foram sendo delineados e reconhecidos, e por fim, alguns africanos começaram a ganhar destaque nos relatos. O presente estudo percorrerá esses escritos em busca das rápidas e/ou mais circunstanciadas menções aos africanos que mereceram distinção, e que revelam, concomitantemente, as afeições dos cristãos em dizê-los.

Palavras-chave: Expansão portuguesa. Crônicas. Relatos de viagem. Africanos. Século XV.

Africans who were designated by the literature of portuguese expansion in the 15th century.

ABSTRACT

The Portuguese contact with Moors and other men from "varied nations" in Morocco in the early fifteenth century contributed to showing an unknown Africa to the Christian Europe. In order to "know more and better" about the lands of Guinea, Prince Henry would then send men who have fought by his side in Ceuta. However, the news spread throughout Europe: foreigners would offer their services to the Portuguese Court; curious people would go to Lisbon in order to follow closely the development; Gomes Eanes de Zurara composed a first history of the Portuguese feats in Guinea. In the previous years, it was written scripts and chronicles on the trips and the places reached; shedding light on the particularities of the lands and their people. At first glance, peoples looked like the same, but with a posterior contact ethnicities, settlements and kingdoms were being outlined and recognized, and finally, some Africans were appointed in reports. The present study intends to covering these short or more circumstantial reports

¹⁶⁴ Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca. Mestranda FAPESP no Programa de Pós-Graduação em História e Cultura da mesma universidade. E-mail: paulaspsto@hotmail.com. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3458031748907669>. O presente artigo é resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto Temático “Escritos sobre os novos mundos (...)”, financiado também pela FAPESP, (Processo nº 2013/14786-6).



about Africans, searching mentions to these cases which deserved distinction, and which reveal, concomitantly, the affections of Christians in writing about them.

Keywords: Portuguese expansion. Chronicles. Travel accounts. Africans. 15th Century.

1 OS EIXOS CONDUTORES E OS DESÍGNIOS DA ESCRITA DE UMA HISTÓRIA QUE SE QUERIA GRANDIOSA

Na crônica que compôs Gomes Eanes de Zurara no intuito de legar à posteridade os notáveis feitos portugueses na Guiné sob a tutela do Infante D. Henrique, o autor afirmou que entre os “cuidados” (ZURARA, 1973, p. 14) de sua obra¹⁶⁵ estava o de tratar da “divisão daquelas terras por onde as nossas gentes andaram”, para que os seus contemporâneos pudessem conhece-las, mas também tivessem “conhecimento do engano” (ZURARA, 1973, p. 321) em que viveram seus antepassados acerca das coisas de África.

De acordo com o cronista, descrever as terras implicava em dizer, do mesmo modo, sobre a “maneira de viver” (*Ibidem*, p. 333) dos povos que lá habitavam, coisa que não podia passar despercebida pela sua “ousada pena” (*Ibidem*, p. 13), dada “alta matéria” a que fora designado. Em alguns momentos, o cronista parece até mesmo deixar de lado o esforço e a tarefa quase sistemática de “ajuntar e ordenar” (*Ibidem*, p. 10) aquela história, para então se envolver diretamente nos eventos que narrava.

Bastante conhecida é a passagem na qual o autor não pôde conter as lágrimas ao narrar a chegada dos primeiros cativos em Lagos, no sul de Portugal, justificando, entretanto, este seu “padecimento” devido a sua “humana natureza” (*Ibidem*, p. 121-122). Em outros momentos, ao ver tamanho o sofrimento daquela “gente miserável” ao serem separados uns dos outros, parece questionar os propósitos do que denominou de “miserável campanha”, pois lembrava-se de que todos eram de certa forma iguais, oriundos “da geração dos filhos de Adão” (*Ibidem*, p. 122-123).

¹⁶⁵ Escrita entre os anos de 1453-1455, em sua *Crônica de Guiné* o cronista português esteve preocupado sobretudo em exaltar a “glória”, os “louvores, e a “fama” de D. Henrique, e em mostrar os seus “grandes trabalhos” em descobrir novos e proveitosos lugares para o reino; no entanto, como sublinhou diversas vezes, as “empresas” do Infante foram responsáveis também por alargar as fronteiras do mundo cristão, levando a verdadeira fé para aquelas “bárbaras nações em número quase infinito”. Por isso se fazia necessário, igualmente, exaltar os nomes dos homens ilustres que foram enviados às terras de Guiné, porque abriram os penosos primeiros caminhos: tanto os terrenos, quanto os espirituais. Cf: ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1973, pp. 11-18.



Entre o zelo de compor uma história que cumprisse com o seu elevado desígnio, e os encantos pessoais de que foi vítima, a *Crônica de Guiné* deixa entrever os elos moralizantes que inspiraram o fio de uma narrativa que se pretendia grande ao dar destaque às trajetórias dos reis, infantis e homens ilustres protagonistas daqueles eventos.

Entretanto, a obra do autor não se resguardou ao espanto diante das novidades, nem a certo envolvimento pessoal ao minudenciar determinadas histórias; e vez ou outra acabou por, igualmente, lançar certos juízos morais às condutas de uns, e aos nomes de outros. Outros viajantes contemporâneos do cronista, e que também se preocuparam em narrar estes eventos, menos encobertos estavam de semelhante desígnio, mas não totalmente isentos desses eixos morais. Estes homens que se detinham pela primeira vez em um mesmo espaço, estavam, igualmente, imbuídos dos valores morais cristãos de sua época (FOUCAULT, 2016, p. 41-42).

Os relatos de viagens e crônicas dedicados a narrar o alargamento do mundo cristão em África no irrequieto século XV, trazem preocupações em suas narrativas que acabam denunciando certos valores e formas de transmitir saberes em comum: a de ordenar um passado mais ou menos recente; a de ensinar os vindouros e a de dar a conhecer as excentricidades daquele mundo recém-descoberto a partir dos que viram e ouviram, em detrimento do que supuseram os antigos.

A experiência do ver ia ganhando o estatuto de um dizer mais verdadeiro (VEYNE, 2009, p. 19) que o dos teóricos antigos, por ensinar os homens a viverem sem engano (PEREIRA, 1988, p. 160) desde as “abusões e fábulas” que escreveram no passado sobre as terras de África. No relato da viagem que empreendeu pela costa africana no ano de 1455, o mercador estrangeiro Luís de Cadamosto,¹⁶⁶ ressaltou o seu dever moral em recontar aquela história aos que dele viessem “descender”, pois, de acordo com as suas palavras, ele havia sido o “primeiro” da “nobre cidade de Veneza” a ver “muitas coisas novas e dignas de alguma notícia” em “vários e novos lugares” (CADAMOSTRO, 1948, p. 83).

Quase cinquenta anos depois, o cosmógrafo oficial do reino português encarregado de produzir o primeiro grande roteiro circunstanciado das rotas africanas, retomava o propósito primo daquele tipo de narrativa: recontar os feitos dos “excelentes barões e muito antigos antecessores” dignos de “perpétua lembrança”, de forma que a “memória não seja reduzida”

¹⁶⁶ No original *Alvise da Ca da Mosto*, no entanto, no presente artigo utilizaremos a forma lusófona do nome empregada por outros relatos da época, e, também, pela literatura posterior.



(PEREIRA, 1988, p. 10), e que tanto mais se acrescenta à glória do reino, como sirva de ensinamento aos vindouros.

Outros relatos, ainda que indiretos ou implícitos nesses propósitos - ou porque escritos avidamente durante as viagens,¹⁶⁷ ou por terem sido transmitidos oralmente¹⁶⁸ -, não fugiam a esses lugares discursivos quase comuns do conhecer empiricamente para prevenir os erros do passado (AVELAR, 2011), bem como do dever quase moral de transmitir aos outros. Desde as primeiras viagens o cronista português já reiterava esse dever moral da transmissão do conhecimento e da experiência adquiridos nas terras de lá, no intuito primo de coloca-los ao lado das grandes histórias do passado do reino; ressaltando os feitos notáveis de seus homens, e auxiliando-os a não incorrer nos mesmos erros provenientes do engano e da ignorância dos primeiros.

2 NOVAS FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS: DAS ESTADAS BREVES ÀS MAIS DEMORADAS

Nas viagens mais longas seguidas às das incursões em Ceuta, as chegadas nas costas de Guiné haviam sido muito penosas, e por isso, eram quase sempre breves; pois o que havia sido tomado por certo a partir dos antigos, começava a ser contraposto pela experiência dos que pereciam nos mares tenebrosos do sul, ou em decorrência dos ataques dos africanos nas praias, bem como das doenças em mar e em terra (LOPES, 2009, p. 177-178). Por isso, por cerca de “15 anos” consecutivos o Infante D. Henrique “nunca pode ser certo sobre a gente desta terra” nem em que lei, ou “senhorio” viviam (ZURARA, op. cit., p. 73), pois as coisas novas e inesperadas começaram a pôr em dúvida o conhecimento que se tinha acerca da África até então.¹⁶⁹

¹⁶⁷ O relato de bordo de Álvaro Velho, acompanhante de bordo da embarcação de Vasco da Gama, quando da primeira circum-navegação de África com destino às Índias; e o relato do flamengo Eustache de La Fosse quando preso pelos portugueses por comercializar mercadorias na região do rio do Ouro sem prévia autorização. Cf.: VELHO, Álvaro. **Roteiro da Viagem de Vasco da Gama**. 2ª Ed. Cópia e correções por A. Herculano e Barão do Castello de Paiva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939; LA FOSSE, Eustache de. **Crónica de uma viagem à costa da Mina no ano de 1480**. Lisboa: Vega, 1992.

¹⁶⁸ Como foi o caso do relato da viagem de Diogo Gomes de Sintra, transmitido ao alemão Martinho da Boêmia; e do português Pedro de Sintra, narrado pela pena de Alvise Cà da Mosto.

¹⁶⁹ Dois exemplos bastante divulgados, era o de que aquelas terras seriam desabitadas devido aos calores tórridos dos trópicos; e o da existência de antípodas, homens que andavam com os pés ao contrário “dos nossos”. Mas o que os viajantes viram foi muito pelo contrário das suposições, Pacheco escreve que foi constatado uma terra muito povoada de negros de várias nações. Já no caso dos antípodas, o próprio Duarte Pacheco admitiu que ainda tinha



Os que viajaram entre aqueles anos tiveram de criar novas formas de identificação dos espaços, ou mesclar às ferramentas tradicionais (GODINHO, 1962) as práticas desenvolvidas ao longo dos percursos, se queriam chegar mais longe ou simplesmente garantir o retorno para casa. Os navegadores se detinham em alguns elementos que, à primeira vista, denunciavam as diferenças substantivas entre os povos e os lugares, como forma de conhecê-los melhor e de entender a sua terra. Daí é bastante comum encontrar nos relatos minudências sobre o clima, a vegetação, a qualidade dos rios, bem como as menções às linguagens das gentes, suas tonalidades e feições; o uso de vestimentas, adornos, ou a nudez; os instrumentos e táticas de guerra; os tipos de habitação, etc.; não só por chamarem a atenção, mas porque trazer para perto, e buscar certa sistematização dos encontros, ajudava a conhecer melhor, e assim, a prevenir os erros.

Se nas primeiras e breves viagens, mormente, em virtude dos desencontros e das escaramuças, havia sido difícil distinguir povos, línguas, ou mesmo depreender a humanidade de alguns,¹⁷⁰ tão mais difícil era traçar quem eram os principais entre aqueles: se haveria homens de sangue nobre, e se os reis, chefes ou senhores locais tinham poder e autoridade para governar os seus (NIETO SORIA, 2004). Já nas primeiras chegadas sentiu-se a necessidade de ficar mais, conhecer melhor, criar laços.

Um caso atípico para a década de 1440, o do escudeiro João Fernandes que decidiu viver entre os mouros do deserto por sete meses para melhor conhecer os seus costumes,¹⁷¹ denuncia o que já na década de 1450 se fazia urgente: fixar presença e firmar relações duradouras. Pouco tempo depois, o navegador português Diogo Gomes de Sintra se vangloriava dos avanços feitos já na região do rio Senegal: “Eu, Diogo Gomes, [...] tive uma âncora do rei dos negros que me fez presente dela. Fui eu também o primeiro cristão que firmei com eles um tratado de paz”

esperanças de localizá-los Cf.: PEREIRA, Duarte Pacheco. loc. cit. pp. 17-26; RANGLES, W.G. L. **Da terra plana ao globo terrestre** – uma mutação epistemológica rápida (1480-1520). Campinas: Papyrus, 1994, p. 14-15.

¹⁷⁰ Quem eram aqueles homens selvagens, que como sublinhou Duarte Pacheco Pereira, “tudo tem de criatura humana”, mas que no lugar de falar, gritam; se besuntam em gordura de porco, “comem carne humana”, não tem comércio e são “gente belicosa”? A alienação ao culto divino, a ausência de comércio, ou a pobreza dos modos de viver de alguns povos africanos encontrados além da costa da Mina pelos cristãos, ou seja, a não constatação de indícios de familiaridade cultural ou religiosa, foi apreendida como uma forma de bestialidade, dando início a uma grande controvérsia: a possibilidade de conversão e comércio. Cf. PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, pp. 150-153; GODINHO, Vitorino Magalhães. O encontro dos outros – da <<bestialidade>> ao humano. In.: **Mito, mercadoria, utopia e prática de navegar** – séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difusão Editorial, 1990, p. 107.

¹⁷¹ Ver: ZURARA, Gomes Eanes de. loc. cit. p. 325-326; COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo** – A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 229.



(SINTRA, 2002, p. 67). A estadia mais longa ou permanente começava a facilitar os caminhos, e certas conquistas já podiam ser celebradas; “um sacerdote de nome Polono, da vila de Lagos”, mereceu destaque na crónica da expansão por ter sido “o primeiro que celebrou os ofícios divinos na Guiné”, mais precisamente na furna de Arguim (*Ibidem*, p. 61).

Estes que ficavam por mais tempo na terra dos negros, e que estavam acostumados a recorrer ao critério da diferença ou do familiar para compreender - sujeitos, no entanto, ao que já conheciam -; podiam, a partir dessa longa estada, observar o que a eles havia sido desconhecido até então, e a despeito do espanto ou do fascínio que causava, traçar novos parâmetros de reconhecimento e de formas de ver o seu mundo alargado.

Se os parâmetros a que antes recorriam os cristãos para situar o que era de suma importância para eles já não os serviam no caso de encontrarem coisas “nunca antes vistas” ou sabidas; com os olhares mais demorados e as relações mais intrincadas, foi possível perceber as novidades que, ainda que estranhas, denunciavam os modos de vida e de organização de dada sociedade. Com isso, tornou-se possível aos que viajavam as novas sistematizações e o estabelecimento de outros padrões de identificação, pautados naquilo que foi sendo percebido ao longo do tempo e dos espaços (ZUMTHOR, 1998).

Em outras palavras e detendo-se nas especificidades das constatações, o nobre oriundo daquelas terras podia não ter sido iniciado em ordens de cavalaria, ou não ter bom conhecimento da linhagem e do sangue de sua família (MATTOSO, 1985), como se esperava que assim o fosse, mas constatou-se que, aquele que vestia melhores roupas e falava várias línguas, muito provavelmente era um fidalgo em terras africanas.

Do mesmo modo, à primeira vista, foi dito que alguns povos não tinham crença alguma, e por isso, pareciam beirar a bestialidade; com o tempo, no entanto, entre esses mesmos povos foi observado e minuciado que determinados homens, objetos ou práticas eram considerados sagrados a partir de seus próprios códigos, evidenciando, assim, a existência de crenças peculiares (MELLO E SOUZA, 2018).

A primeira diferença que, para Zurara, Cadamosto, e mais tarde, a Duarte Pacheco, pareceu clara em mostrar alguma ordem social¹⁷² daqueles povos, foi o uso de vestimentas mais

¹⁷² Na Idade Média cristã a ordem era considerada uma dádiva de Deus, e era essa dádiva divina que ditava e justificava a hierarquia dos homens no mundo terreno. Cf.: HESPANHA, António Manuel. Os juristas como couteiros – a ordem na Europa ocidental dos inícios da idade moderna. *Revista Análise Social*, v. 161, 2001, p. 1183-1208.



complexas de uns em relação a outros. Num primeiro contato, constatar que apenas alguns homens usavam camisas e ceroulas, ou alquicés, em contraste a grande maioria que usava pobremente uns panos de algodão ou que, simplesmente andavam completamente nus, dava a entender um tipo de sociedade que poderia até ser semelhante ao que os viajantes estavam habituados em suas terras. A passagem na qual o cosmógrafo descreve que alguns dos Jalofos que viviam na região do rio Senegal eram “fidalgos e homens honrados” por vestirem “camisas de pano algodão, azuis e ceroulas do mesmo pano” (PEREIRA, Duarte Pacheco. op cit. p. 97), é quase a mesma da que se utilizou o veneziano Luís de Cadamosto para descrever anos antes o “vestir dessa gente” do primeiro reino do “país dos negros”, em que quase todos andavam “nus continuamente”, mas “os senhores e aqueles que podem alguma coisa vestem camisas de pano de algodão” (CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 120). E, embora de forma mais generaliza essas descrições remetem ainda ao que escreveu o cronista português sobre os que “tem alquicés” e “vestidos bons” naquelas partes, e que por causa disso eram mais “honrados” ou “especiais” que os demais (ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 323).

Conforme os lugares alcançados iam se tornando cada vez mais longínquos, em alguns casos e em certos aspectos ainda era possível fazer aproximações ao que se conhecia, ou ao que se reputava como bom e aceitável em terras cristãs (FRANÇA, 2018).

No entanto, em certa altura, restava somente àqueles homens aceitar a distinção que os próprios povos faziam de si mesmos. Aos poucos, as particularidades das gentes foram sendo reconhecidas pelos viajantes que observavam, e se tornando menos estranhas aos que lá depois passavam. Não sem algum estranhamento inicial, Cadamosto descreve os azenegues que viviam na porção desértica da Mauritânia, como gente que tinha um “estranho costume” de trazer a “cabelereira” com “cabelos anelados pelas costas abaixo”, além de untar seus corpos todos os dias com gordura de peixe, o que os fazia cheirar “muito mal”.

Contudo, o mercador percebe que nesses usos do corpo havia uma forma de se reputar com “grande distinção” em relação aos demais (CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 105-106). A partir de uma lógica semelhante, escreveu que os canarinos costumavam, “tanto os homens, quanto as mulheres,” a “pintar o corpo com sucos de ervas verdes, vermelhas, amarelas e de cores semelhantes”, e fazendo isso, consideravam que era “uma bela divisa”. O mercador percebeu que para aquela gente aquilo era sinônimo de “gala”, intenção que não diferia daquela dos cristãos, quando utilizavam seus vestidos espalhafatosos (*Ibidem*, p. 100).



Mesmo tendo conhecido pessoalmente somente o norte da África, o cronista português pôde notar alguns dos códigos daqueles guineus a partir dos cativos que chegavam em Portugal com suas “roupas de cores variadas”, tão extravagantes por sua tamanha “louçania”; e narrou com certo divertimento que aqueles tinham o hábito de apanhar as “farpas” que os portugueses deixavam cair de seus “saíes”, e com estas “cosiam em suas roupas” como “se fosse outra coisa de maior perfeição” ((ZURARA, op. cit., p. 127).

3 OS GRANDES¹⁷³ NAS TERRAS DE LÁ

Ao longo do século XV a pretensão de unidade do mundo cristão além das fronteiras conhecidas concentrou-se nas terras de Guiné, onde as possibilidades de conversão dos gentios e de estabelecimento de laços comerciais e diplomáticos com os reinos africanos se mostravam promissoras (OLIVEIRA MARQUES; SERRÃO, 1998). Evangelização, comércio e expansão, tornavam-se os pilares que legitimavam e engrandeciam as viagens para a África, passando a conduzir e inspirar os seus protagonistas: reis, infantes e navegadores (FRANÇA, 2018). Então, conhecer melhor as terras, os povos, e saber aos poucos diferenciar os homens uns dos outros, o lugar que ocupavam em suas respectivas sociedades, e por fim, nomeá-los, tinha um sentido sobretudo moral, ligado ao plano maior da expansão da fé, mas também prático, como veremos.

Durante os primeiros anos de descoberta¹⁷⁴ e de captura de cativos, os exploradores foram percebendo que entre aqueles haviam alguns que tinham “vantagem de nobreza” sobre os outros, ou seja, eram alguma coisa próxima do que reconheciam como fidalgos em terras cristãs. Os navegadores observaram que, por isso, aqueles sabiam mais sobre outros lugares, e que falavam também outras línguas, “pois andaram por outras terras” (ZURARA, op. cit., p. 75).

Na expedição de Nuno Tristão e Antão Gonçalves na região do Porto da Galé e do rio do Ouro no início da década de 1440, na qual resultou na “presa” de dez cativos, “entre homens

¹⁷³ O termo “grandes” designava a alta nobreza, infantes, duques, condes e marqueses. Cf. Maria Ângela Beirante. **As Estruturas Sociais em Fernão Lopes**, p. 67-76; MATTOSO, José (dir. e coord.), **História de Portugal. A Monarquia Feudal**. Vol. II. Portugal: Editorial Estampa, 1997, p. 440-452.

¹⁷⁴ Descoberta no sentido de “descobrimento”, o termo foi utilizado ao largo do século XV, mormente a partir de 1470, e denota “enquerer”, “haver informação”, “saber mais” e dar a conhecer o que era somente parcialmente conhecido. Ver: THOMAZ, Luís Filipe F. R. **Le Portugal et l’Afrique au XVe siècle: les debuts de l’expansion**. Lisboa: Instituto de investigação científica tropical, 1989; WOLFZETTEL, Friedrich. *Voyage de découverte et appropriation de l’autre: le problème de l’Amérique*. In.: **Le discours du voyageur**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.



e mulheres” presos “era um grande entre aqueles que se chamava Andahu” (*Idem*, op. cit.). Foi assim reconhecido e nomeado porque queria semelhar um cavaleiro, tanto por sua compostura quanto por entender a linguagem do trugimão árabe que os portugueses haviam levado na expedição.

E muito se falou depois sobre esse nobre cavaleiro de origem africana; a ele Zurara dedicou quase um capítulo de sua crônica, e poucos anos depois o navegador português Diogo Gomes de Sintra rememorou o episódio de sua captura. Segundo aquele que primeiro narrou sua história, o cavaleiro era “docemente tratado” no cativo devido a “excelência da nobreza” que tinha, sendo “muito bem vestido de roupas” pelo Infante.

No entanto, apesar do bom tratamento que recebia, Zurara narra que aquele cavaleiro africano tentava constantemente negociar sua libertação, pois o desejo de liberdade era maior entre os de “razão” ou “nobreza” mais abastada que entre a gente comum (*Ibidem*, p. 85).

Pressupôs-se que os homens nobres, ricos ou considerados distintos por aquelas gentes, sabiam mais sobre outras terras, e por isso foram tomados por valiosos não só como cativos, mas também por aparentarem maior acesso aos mercados africanos - muito cobiçado pelos portugueses; e, por que gozavam de posição privilegiada, podiam tornar aos portugueses os encontros com os reis e chefes africanos menos dramáticos.

A descrição minuciosa do caso de Andahu, o primeiro nas terras de Guiné a ser nomeado pelos relatos, mostra, de um lado, a identificação das primeiras silhuetas africanas, já não vistas como uma massa homogênea, e do outro, os interesses por detrás em nomear alguns em detrimento de outros. Ao cavaleiro africano foi lançado muitas expectativas; sua posição apontava para a possibilidade de conhecer mais sobre aquelas terras estranhas, por isso o Infante D. Henrique manifestou seu desejo de tê-lo “em serviço”, para “não somente daquela terra” tudo saber, “mas ainda das Índias, e da terra do Preste João” (*Ibidem*, p. 86).

Foi a partir de uma aliança deste tipo que anos antes os portugueses conseguiram uma boa presa na ilha de Palma nas Canárias. Os naturais da terra que ajudaram os exploradores naquela escaramuça mereceram destaque na história de Zurara. Ao lado do nome de Álvaro Gonçalves de Ataíde, governador da casa do Infante D. Pedro, e um dos capitães da expedição, está o de Bruco e o de Piste, dois canarinos nascidos em Gomeira.

A narrativa deste episódio mostrou não somente o valor prático do trato, mas também quem merecia ser nomeado e lembrado naquela história dos feitos notáveis do reino português. O cronista quis demonstrar o caráter exemplar das “boas vontades” dos canarinos em fazer parte



daquela peleja, e em “trabalhar sobre qualquer coisa que serviço fosse do senhor Infante D. Henrique”, coisa a que “davam muitas graças a Deus” (*Ibidem*, p. 292-293).

Ainda que uns mais objetivos que outros, os relatos em suas diferentes formas sublinhavam os nomes de alguns dos que partiam de Portugal e de outros já em África, seja para dar ênfase ao caráter exemplar da conduta desses que iam e agiam em nome de Deus e do reino português, seja para dar a conhecer os que contribuíram para fixar a presença portuguesa naquelas terras.

Assim, nomeá-los servia, ao mesmo tempo, para inspirar e guiar outros que desejavam partir, e igualmente, para não deixar cair em esquecimento os responsáveis por firmar os primeiros contatos e alargar as fronteiras cristãs em terras de infiéis.¹⁷⁵ Tal finalidade consistiu em um dos eixos moralizantes que transcenderam aqueles diferentes tipos de escritos dedicados a narrar as viagens portuguesas para a África (FRANÇA, 2018), ainda que tal prática não tenha nascido propriamente com esses relatos.¹⁷⁶ O antigo costume de enfatizar a conduta de nomes exemplares do passado português, mesclou-se à novidade de dar a conhecer os nomes de alguns africanos que direta ou indiretamente participaram desse processo simultâneo de aproximação e expansão.

A despeito de sua origem estrangeira, o veneziano Luís de Cadamosto mais de uma vez enfatizou a grandeza da condição de pioneiros e de principais dos portugueses naquelas terras. Um pouco antes de encontrar o rei de Caior, na região do rio Senegâmbia, o veneziano afirmou

¹⁷⁵ Até pelo menos meados do século XV, os portugueses não sabiam ao certo até onde ia o poderio dos mouros em África, os tais adoradores da “seita de Maomé”, como bem sublinhou Zurara. Os muçulmanos eram os inimigos por excelência dos cristãos, no plano religioso e político; mas a Península Ibérica por muito tempo manteve uma relação ambígua de guerra e paz com os mouros e moçárabes fora e dentro de seu território. Cf.: GARCÍA FITZ, Francisco. La confrontación ideológica con el adversario musulmán a través de las biografías nobiliarias del Siglo XV: la percepción del <<outro>>. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.). **Cristãos contra muçulmanos na Idade Média Peninsular** – cristianos contra musulmanes en la Edad Media Peninsular. Lisboa, Madrid: Edições Colibri, Universidad Autónoma de Madrid, 2015, p. 277.

¹⁷⁶ Os panegíricos, as vidas de santos, os roteiros, ou os percursos senhoriais das famílias nobres portuguesas, estão presentes em Portugal desde pelo menos o século XII. Tais escritos, que não foram propriamente gêneros literários, mas narrativas com particularidades próprias e dedicadas a determinados fins, tinham em comum seu caráter exemplar, no sentido de dar a conhecer as vidas dos que foram exemplares, seja pela sacralidade de suas ações, ou pela nobreza de seu nome, visando inspirar, ensinar e reger as vidas cristãs, não deixando que, tanto grandes como pequenos, se privassem de conhecer excelentes e maravilhosos exemplos. Ver: BAÑOS VALLEJO, Fernando. **Las vidas de santos en la literatura medieval española**. España: Ediciones Del Laberinto, 2003, p. 46-47; LUCAS, Maria Clara de Almeida. **Hagiografia Medieval Portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Breve, 1984, p. 9-10; VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. **Os Pimentéis** – percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2011, p. 111.



que aquelas gentes nunca tinham visto navios “desde que o mundo é mundo”, ou pelo menos “desde que tiveram conhecimento dos portugueses”.¹⁷⁷

Assim como outros que escreveram antes e depois dele, o mercador rememorou em seus escritos os nomes de alguns que realizaram feitos notáveis, como o de Gil Eanes e a dobra que fez no promontório de Bojador; e Antão Gonçalves e o resgate dos primeiros cativos no rio do Ouro.

No entanto, não deixou, igualmente, de registrar os nomes dos africanos que fizeram alguma diferença em sua viagem, e que representavam, ao mesmo tempo, figuras relevantes às relações pretendidas. Especificou que “no seu tempo” o nome do rei de Senegal, o “país” denominado “Gilofos”¹⁷⁸ dos “primeiros negros”, se chamava Zucolino e tinha 22 anos (CADAMOSTO, op. cit. p. 116); no entanto, o mercador quis também mencionar aquele rei para demonstrar que em “nada” era “semelhante aos [nossos] reis da Cristandade”, isto é, não era poderoso, pois reinava sob “gente selvagem e muito pobre”, e vivia com temor “na dúvida de ser morto ou expulso” por seus adversários (*Ibidem*, p. 117).

O veneziano dá outros detalhes que se mostravam relevantes aos reis cristãos, no caso destes quererem tratar alguma aliança, ou alargar seu poderio naquelas partes. Um rei que reinava um “país” que não era “murado”, cercado apenas de “aldeias e casas de palha”, e que não tinha “rendimento certo” além do que escassamente recebia de seus próprios súditos, ou de alguns roubos que fazia (*Idem*), não poderia, de um lado, sinalizar uma aliança auspiciosa, e nem do outro, uma ameaça bélica à Cristandade.

Em contrapartida à descrição do reino de Zucolino,¹⁷⁹ o mercador veneziano que chegou até o reino de Caior onde reinava um senhor que se apresentou como Budomel,¹⁸⁰ declarou que

¹⁷⁷ É interessante destacar aqui que apesar do mercador veneziano se afirmar como o primeiro de sua cidade que pisou naquelas terras, este não se coloca como protagonista daqueles feitos, mas como parte de um projeto muito maior que se queria exclusivo dos portugueses: as descobertas engendradas pelo Infante D. Henrique. CADAMOSTO, Luís de. loc. cit. p. 123.

¹⁷⁸ Djolof, Jolof ou mencionado de ambas as formas em português, Jalofos ou Gilofos; foi um povo africano que ocupou a parte que corresponde aos atuais territórios de Senegal e Mauritânia. A partir do século XV este reino se expandiu tornando-se o Grão Jolof, e passou a reunir os pequenos estados de Baol, Cajor (Kayor ou Caior), Futa, Sinê, Salum e Ualô. Cf.: MACEDO, José Rivair. LOPES, Neil. **Dicionário de História da África – Séculos VII a XVI**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017, p. 163.

¹⁷⁹ Em sua passagem por aquelas terras, o mercador veneziano não pôde perceber a complexidade do reino africano, o alcance do seu poderio, e os reinos que eram subordinados ao Grão Jalofo.

¹⁸⁰ Luís de Cadamosto especifica que este “prônimo” era “nome de senhor” e não “nome próprio”, como “se se dissesse país de tal senhor ou conde”. Cf.: CADAMOSTO, Luís de. loc. cit. p. 124.



ali se deteve “para ter notícias desse senhor”, pois soubera por outros que aquele “era pessoa de bem e senhor no qual se podia confiar, e que pagava magnificamente” bem (*Idem*).

Nos domínios do reino de Budomel, o viajante esteve também com o sobrinho do dito senhor, um tal de Bisboror que governava uma “vilazinha” da jurisdição do tio; o qual fez a ele “sempre honra e boa companhia”. Cadamoto esteve no reino de Caior por 28 dias, e nos legou uma relação circunstanciada sobre os costumes daquelas gentes, bem como sobre os domínios, riquezas, e mercados de Budomel.

As relações do mercador ali foram tão estreitas, que em suas palavras ressaltou que acabou por tomar “grande familiaridade” por aquele senhor de Caior; e que no fim de sua estada tinha total liberdade para ir e vir pelos lugares considerados restritos à gente “miúda”.¹⁸¹

A possibilidade de uma estada mais longa, e que propiciava um contato mais demorado a partir da década de 1450, permitiu também uma abertura maior às relações interpessoais, e ao estabelecimento dos primeiros laços diplomáticos entre reinos. É verdade que as tentativas de aliança com reinos ou chefes locais já aconteciam desde as primeiras viagens, como nos narra Cadamoto sobre o trato de 10 anos que havia feito D. Henrique com os azenegues da costa para instaurar uma feitoria em Arguim, no sul da Mauritânia (CADAMOSTO, op. cit.).

O exemplo mais conhecido desde o século XIII, foi a tentativa de contato com o reino africano de Preste João. A busca deste reino cristão cercado de infiéis existiu por muito tempo no plano imaginário,¹⁸² e no plano prático se estendeu até pelo menos 1485, quando o rei D. João II enviou a embaixada de Pero da Covilhã em busca, ainda, de sua localização exata (FRAGA, 2005).

As novas relações traziam, contudo, outros cenários. Os anos de 1485 e 1491 foram marcados também pela grande excitação coletiva que suscitou as tratativas com o reino do

¹⁸¹ Cadamoto recorre ao uso do termo “gente miúda” para se referir de forma geral aos povos africanos sem distinção social. Ainda que não tenha especificado, sabemos que o termo era utilizado para se referir às massas pobres e anônimas. Vejamos a definição de D. Duarte no Livro da Ensinança: “[..] que gente meuda aja dellas tal pratica que muyto valha. Mas do exemplo dos senhores e dos principaaes, como dicto he, toda casa ou reyno filham grande exempro em semelhante.” Cf.: D. Duarte. **Livro da Ensinança de bem cavalgar toda a sela que fez El Rey D. Duarte**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986, cap. XV, p. 119; Cadamoto, Luís de. loc. cit. p. 131-132.

¹⁸² A crença num reino cristão do distante Oriente, percorria a Cristandade europeia desde pelo menos o século XII. Primeiramente situado na Abissínia, a partir do século XIV o reino de Preste João passou a ser situado na ainda imprecisa Etiópia, sobretudo por causa de um livro denominado Livro Del Conoscimiento, de autor desconhecido, que naquele século começou a circular nas ilhas atlânticas e em terras Ibéricas. Cf.: MOLLAT, Michel. **Los exploradores del siglo XIII al XVI** – primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 35-36.



Congo. O cronista régio Rui de Pina, sucessor de Zurara, escreveu com detalhes em sua *Crônica do rei D. João II* e na *Relação do Reino do Congo* as alegrias daquela aliança diplomática que foi recebida com grande festa. O rei do Congo denominado de Chrachanfusuz, e que “depois de ter tomado a água do batismo”, passou a ser chamado de João da Silva, segundo as palavras do cronista, havia se tornado “o mais feliz de todos os outros príncipes do mundo” por causa de “tanta glória e júbilo” que aquela aliança outorgou ao seu reinado (RADULET, 1992).

Outro senhor, “um certo irmão da mãe do rei do Congo”, Manisono, ao receber a mensagem do batismo de João da Silva, “tocou com as mãos a terra em sinal de honra e depois as passou na cara”, como mandava o costume de sua terra, seguindo o mesmo caminho do sobrinho no batismo na “verdadeira fé”; e passou a se chamar Manuel, “como o nome do irmão da Rainha de Portugal”, juntamente com seu filho, nomeado então de Antônio (*Ibidem*, p. 107-111).

O recém-cristianizado reino do Congo encerra a série de grandes acontecimentos daquele século. Duarte Pacheco Pereira, que empreendeu suas viagens nos últimos anos daquela centúria, embora só tenha organizado o seu roteiro entre os anos de 1505 e 1520, acrescenta poucos eventos memoráveis resultantes daquelas relações firmadas. Na verdade, o cosmógrafo português se mostrou mais cético que seus precursores nos encontros com outros reinos e reis africanos. Nos anos em que escreveu, as relações com o reino do Congo não alcançaram nem as expectativas iniciais, pois para os congoleses “lhes foi muito grave deixar de ter muitas mulheres como sempre tiveram” e outras coisas mais, e assim, também “pela pouca participação” que com aquele reino tiveram naqueles anos, “a doutrina entre eles” foi “se perdendo quanto pode” (PEREIRA, op. cit. p. 170-171).

Outros reinos e reis de grande poder que foram conhecidos e mencionados, como o prestigiado Licosaguou, rei de Benim, “senhor de muita gente” que tinha “grande poder”, e que sempre ia acompanhado de outro “grande senhor” chamado Hògané, que segundo Duarte Pacheco, era uma figura religiosa tão poderosa quanto “o Papa entre nós” (*Ibidem*. p. 149-150); e, também, outro rei de nome Jalomansa,¹⁸³ que reinava sobre os Jalungas, povos que viviam

¹⁸³ Só sabido posteriormente, o prefixo “mansa” remetia ao soberano do Mali, antigo Malinké, grande reino mandinga que englobava outros reinos menores, como o de Jalunga mencionado por Duarte Pacheco. Cf.: MACEDO, José Rivair. LOPES, Nei. **Dicionário de História da África – Séculos VII-XVI**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017, pp. 196-199.



na região do rio Grande e Serra Leoa (PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit.); tiveram suas soberanias reconhecidas pelos portugueses, mas ao que parece, mais nada além disso se passou.

4 A ASSIMILAÇÃO, A OBSTINADA DIFERENÇA E A AÇÃO REVELADORA DO OUTRO

As viagens para a África não perderam seu ímpeto inicial no despontar do século XVI, no entanto, ter chegado mais longe, ter conhecido melhor outras partes, e perceber que certos lugares não eram da forma que imaginavam,¹⁸⁴ atenuou algumas das crenças legendárias que percorreram o imaginário do homem medieval (LECOQ; CHAMBARD, 2003), e algumas das grandes expectativas de conquista que remetiam aos anos dourados de quando os Infantes e seus homens ilustres marcharam sobre Ceuta (FIGUEIREDO, 2005).

Os exploradores tiveram de se adequar às diferentes dinâmicas comerciais e de subsistência dos povos da costa ocidental africana. Estavam cercados por uma rede de sociedades complexas: de um lado, os azenegues, alarves e árabes caraverneiros - povos nômades que professavam a fé de Maomé e falavam o árabe - iam e vinham com suas cáfilas e camelos percorrendo todo o Sael,¹⁸⁵ abastecendo os mercados africanos da costa saariana com escravos, malagueta, noz-de-cola, tecidos e com o cobiçado ouro sudânes; e do outro, encontraram povos na região costeira da Guiné¹⁸⁶ que eram fundamentalmente agricultores, mormente rizicultores, e que pouco se dedicavam ao comércio de cabotagem e da pesca, não possuindo mais do que simples almadias de reduzido alcance (NAINÉ, 2011). Quanto mais longe do deserto, menos contato tinham os povos com o comércio muçulmano das rotas saarianas, e logo, com o ouro sudanês.

Os povoados eram organizados em clãs, chefiados por patriarcas de poder limitado; e os vastos reinos eram esporádicos (*Idem*, 2011). Algumas populações eram tão pobres, que suas gentes viviam sobretudo para a subsistência; habitavam em casas palhoças ou feitas de “costas

¹⁸⁴ Àquela altura, os portugueses finalmente haviam localizado o reino de Preste João na Etiópia, e descobriram que aquele reino estava muito distante de ser o Paraíso Terreal tal qual haviam outrora imaginado. Cf.: COSTA E SILVA, Alberto da. *A Manilha e o Libambo – A África e a escravidão*, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 573-574.

¹⁸⁵ Porção desértica que corresponde toda a faixa que sai do Sudão Oriental e desemboca no litoral mauritano.

¹⁸⁶ Naquele tempo toda a região que vai do rio Senegal a mais ou menos a costa da Mina, era compreendida como Guiné ou Etiópia Inferior.



de baleia cobertas com sebo”, e ali, como sublinhou Duarte Pacheco, passavam toda a “sua triste vida” (PEREIRA, op. cit. p. 174).

Para se introduzir parcialmente no comércio da região de Arguim, D. Henrique teve de fazer um contrato por 10 anos com os azenegues, como narrou Cadamosto, e mesmo assim, os portugueses acabaram por espantar os comerciantes transaarianos daquela região, e anos depois o projeto se tornaria um fiasco por diversas razões (COSTA E SILVA, 2011).

O próprio mercador veneziano esperava ter tido mais sucesso em suas trocas na costa da Guiné, lá, obteve pouco ouro, quase nada, e somente alguns poucos escravos; mas ainda assim, não há dúvidas de que seus ganhos haviam sido melhores do que costumeiramente lograva em sua própria terra (*Idem*, 2011).

O desejo de introduzir-se nos mercados de especiarias das Índias nunca deixou de figurar nos projetos e no imaginário lusitano quatrocentista, embora tenha acabado por dividir seu protagonismo com as descobertas em África ao longo daquele século. Entre os anos de 1497 e 1499 a expedição de Vasco da Gama alcançava o golfo Índico contornando a costa africana, e a partir de então um novo tempo alvorecia no reino português.

Conquanto as relações comerciais com as populações e reinos das costas de Guiné não haviam sido duradouras e nem suscitado tantos proveitos até o fim do século XV¹⁸⁷, o que havia feito e descoberto os grandes nomes portugueses daquela centúria deveria, da mesma forma, ser eternizado nas crônicas e relatos de viagens que, unanimemente, exaltaram “tamanhas coisas” da “santa e grande conquista” que fizeram naquelas partes.

Tais eventos, como ressaltou Duarte Pacheco Pereira em seu roteiro com laivos cronísticos, nunca deveriam ser esquecidos, pois os feitos portugueses haviam deixado “muito abaixo” os “famosos feitos de Alexandre Magno e dos Romanos” (COSTA E SILVA, op. cit., p. 201).

No recontar dessa história por tantas vezes e de várias formas no decorrer do século XV, e pelo menos pelos próximos dois séculos, tanto pelos portugueses quanto por estrangeiros, reconhecer os nomes de alguns reis, chefes e de também o de outras figuras africanas, havia servido, a princípio, como meio de conhecer melhor os espaços, e de sistematiza-los para

¹⁸⁷ O comércio de escravos só viria suscitar grandes rendimentos e tornar-se a atividade mais lucrativa para a coroa portuguesa a partir da metade do século XVI. Cf.: COSTA E SILVA, Alberto da. loc. cit. pp. 453-462.



melhor se situar,¹⁸⁸ e por fim, como forma de diferenciar os povos e os reinos encontrados. Certamente que tal exercício mesclou-se também a inevitável curiosidade pessoal do viajante que via aquele universo pela primeira vez e buscava traduzi-lo, nomeá-lo, e assim, encontrar nele, as semelhanças (FOUCAULT, 2000).

Por um lado, reconhecer os africanos e seus espaços nos relatos e crônicas de viagem, foi se tornando, aos poucos, uma ferramenta de identificação a auxiliar nas pretensões portuguesas de controle dos reinos e de suas jurisdições, já que, conhecer melhor facilitaria as tratativas diplomáticas e comerciais que se pretendia; mas por outro lado, tais escritos deixaram entrever a identidade das coisas e das pessoas (*Idem*, 2000), bem como a participação dos agentes africanos naquele processo simultâneo de expansão do mundo cristão e do encontro de novos mundos.

Assim como uma cortina que foi se abrindo, os escritos revelaram ao mundo cristão de Quatrocentos suas semelhanças e dissemelhanças em relação àquela África que se tornava conhecida, e a partir dos quais se começou a saber, da mesma forma, sobre as feições de algumas daquelas gentes que até então nunca foram sabidas.

¹⁸⁸ Os primeiros mapas e cartas marítimas sobre as costas de África, frutos das visitas recorrentes àquele território e das observações e descrições sistemáticas, começaram a ser produzidos já em meados do século XV. Chegou até o nosso conhecimento quatro mapas portugueses: o *Fragmento Anônimo* que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal, a *Carta Anônima de Modena*, a *Carta de Pedro Reinel* e a *Carta de Jorge Aguiar*, todos produzidos entre os anos de 1450 e 1500. No entanto, sabemos que outras iconografias sobre a África produzidas por catalães, árabes e genoveses já circulavam na Europa em larga escala. Sabemos também que o próprio Duarte Pacheco Pereira realizou alguns contornos geográficos dos espaços que percorreu, como indica em seu livro de cosmografia e marinharia, embora estas tenham se perdido. As formas de sistematização e de controle daqueles espaços se deram através de diversos meios disponíveis aos homens daquela época. Atentar para essas diferentes formas de discursos e de transmissão do conhecimento sobre a África ao longo do século XV, consiste em um exercício de suma importância para compreender a dimensão do que estava sendo conhecido, “descoberto”, e dado a conhecer; e dos motivos por que lugares, figuras e reinos específicos foram destacados em detrimento de outros. No entanto, durante a presente análise, buscamos nos deter nos discursos escritos, pois o intuito desta investigação consistiu em desdobrar a construção dos valores morais em língua portuguesa sobre outras terras e em outras terras no período da primeira expansão do Império Português; tendo em vista a língua vernacular em comum – ou a que predominava naquele contexto específico - e o vocabulário partilhado entre os viajantes, e que mais tarde foi incorporado, ressignificado e modificado – devido aos contatos, trocas e encontros - nas novas terras. E que assim, acabou por ligar o mundo europeu e cristão aos novos mundos de então. Sobre os mapas portugueses, ver: BARBOSA, Katuscia Quirino. *A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 349 f. pp. 39-40. Sobre o conceito de descoberta, ver: THOMAZ, Luís Filipe. *Le Portugal et l’Afrique au XVe siècle: les débuts de l’expansion*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989. Sobre a transmissão das boas novas portuguesas em outras terras em Quinhentos, ver: AVELAR, Ana Paula Menino. **Representações de um mundo novo no Portugal de Quinhentos**. Portugal: Edições Cosmos, 2011. Sobre as cartas marítimas de Duarte Pacheco Pereira, e as influências que recebeu, ver: CARVALHO, Joaquim Barradas de. **As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de Situ Orbis”**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Ana Paula. **Representações de um mundo novo no Portugal de Quinhentos**. Portugal: Edições Cosmos, 2011.

BAÑOS VALLEJO, Fernando. **Las vidas de santos en la literatura medieval española**. España: Ediciones Del Laberinto, 2003.

CADAMOSTO, Luis de. **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

D. Duarte. **Livro da Ensinança de bem cavalgar toda a sela que fez El Rey D. Duarte**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.

FIGUEIREDO, Albano. Viagem, cavalaria e conquista na Crônica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara. *Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **O belo perigo: conversa com Claude Bonnefoy**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FRAGA, Luís M Alves de. **A viagem de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva ou a mundividência de D. João II**. Lisboa: Apenas Livros Lda, 2005.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Palavras capitais na história dos reis, dos infantes e dos navegadores**. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, pp. 75-94, 2018.

GARCÍA FITZ, Francisco. *La confrontación ideológica con el adversario musulmán a través de las biografías nobiliarias del Siglo XV: la percepción del <<outro>>*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.). **Cristãos contra muçulmanos na Idade Média Peninsular: cristianos contra musulmanes en la Edad Media Peninsular**. Lisboa, Madrid: Edições Colibri, Universidad Autónoma de Madrid, 2015.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A economia dos descobrimentos henriquinos**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1962.

_____. **Mito e Mercadoria, Utopia e prática de Navegar**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

HESPANHA, António Manuel. *Os juristas como couteiros: a ordem na Europa ocidental dos inícios da idade moderna*. **Revista Análise Social**, v. 161, 2001, p. 1183-1208.

LA FOSSE, Eustache de. **Crónica de uma viagem à costa da Mina no ano de 1480**. Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho. Lisboa: Veja, Documenta Historica, 1992.



LECOQ, Danielle. CHAMBARD, Antoine. **Terre à découvrir, terres à parcourir:** exploration et connaissance du monde XIIe - XIXe siècles. Paris: L'Harmattan, 2003.

LOPES, Paulo. **O medo do mar nos descobrimentos:** representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

LUCAS, Maria Clara de Almeida. **Hagiografia medieval portuguesa.** Lisboa: Biblioteca Breve, 1984.

MACEDO, José Rivair. LOPES, Neil. **Dicionário de História da África:** séculos VII a XVI. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

MATTOSO, José. **Ricos-homens, Infâncias e Cavaleiros:** a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.

MELLO E SOUZA, Marina de. **Além do visível:** poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola (Séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2018.

MOLLAT, Michel. **Los Exploradores del siglo XIII ao XVI:** primeras miradas sobre nuevos mundos. Tradução por MIJANGOS, Ligia Arjona. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

NIANE, Djibril Tamsir. **História Geral da África:** África do século XII ao XVI. Vol. IV. Brasília: Cortez Editora, 2011.

NIETO SORIA, José Manuel. *Del rey oculto al rey exhibido:* un sintoma de las transformaciones políticas en la castilla bajomedieval. **Medievalismo.** Vol 2, Madrid: Universidad Complutense, 2004.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. SERRÃO, Joel. **Nova história da expansão portuguesa:** a expansão quatrocentista. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis:** introdução e anotações históricas de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988.

PINA, Rui de. *Relação do Reino do Congo.* IN: RADULET, Carmen. **O cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo” – Manuscrito inédito do Códice Riccardiano 1910.** Portugal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1992.

RANGLES, W.G. L. **Da terra plana ao globo terrestre:** uma mutação epistemológica rápida (1480-1520). Campinas: Papirus, 1994.

SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento primeiro da Guiné.** Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, 2002.



THOMAZ, Luís Filipe F. R. **Le Portugal et l'Afrique au XVe siècle**: les debuts de l'expansion. Lisboa: Instituto de investigação científica tropical, 1989.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. **Os pimentéis**: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2011.

VELHO, Álvaro. **Roteiro da viagem de Vasco da Gama**. 2ª Ed. Cópia e correções por A. Herculano e Barão do Castello de Paiva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939.

VEYNE, Paul. **Foucault**: o pensamento, a pessoa. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

WOLFZETTEL, Friedrich. *Voyage de découverte et appropriation de l'autre*: le problème de l'Amerique. In.: **Le discours du voyageur**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

ZUMTHOR, Paul. **La medida del mundo**. Espanha: Cátedra, 1998.

ZURARA, Gomes Eanes. **Crônica de Guiné**: introdução, novas anotações e glossário de José Bragança. Porto: Livraria Civilização Editorial, 1973.



A literatura como forma de representação histórica: o caso do escritor norte-americano Howard Fast.

Rafael Belló Klein¹⁸⁹

Recebido em: 31/03/2019

Aceito em: 28/05/2019

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve análise de duas obras literárias do escritor norte-americano Howard Fast, à luz dos desenvolvimentos teóricos do chamado narrativismo, particularmente dos aportes de Hayden White, e de suas consequências para o estudo da literatura. De fato, além do reconhecimento dos aspectos ficcionais da escrita historiográfica, White também chama atenção para a validade da literatura enquanto representação do passado. Considerando a obra de Fast a partir deste viés, examinarei os romances históricos *The Last Frontier* e *Freedom Road*, que abordam, respectivamente, um episódio das Guerras Indígenas no Oeste americano e o período da Reconstrução no Sul. Procurarei demonstrar como estas obras possuíam uma sólida base de pesquisa bibliográfica e documental acerca das épocas históricas em questão, na medida em que Fast – autor comprometido com os valores americanistas de liberdade e democracia e, ao mesmo tempo, com o movimento comunista e os pressupostos do materialismo marxista – procurava contar uma história verdadeira, que corrigisse as concepções distorcidas pelo racismo e conservadorismo presentes na sociedade americana. Neste sentido, ao considerarmos a literatura como uma forma legítima de representação histórica, podemos estar atentos aos modos como sentidos sobre o passado circulam, difundem-se e modificam-se em determinada sociedade.

Palavras-chave: Literatura; História dos Estados Unidos; Representação Histórica.

Literature as a form of historical representation: the case of north american writer Howard Fast.

ABSTRACT

The object of the present paper is to make a brief analysis of two literary works of North American writer Howard Fast, in light of the theoretical developments of narrativism, particularly the contributions of Hayden White, and its consequences to the study of literature. In fact, in addition to the recognition of the fictional aspects of historiographical writing, White also points out to the validity of literature as a representation of the past. Seeing Fast's works through this viewpoint, I will examine the historical romances *The Last Frontier* and *Freedom Road*, which portrait, respectively, an episode of the Indian Wars in American West and the age of Reconstruction in the South. I will try to demonstrate that these works had a solid bibliographical and documental research base about the historical periods in question, since Fast – an author committed to the Americanist values of freedom and democracy and, at the same time, with the communist movement and the concepts of Marxist materialism – sought to

¹⁸⁹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: belloklein@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7799976155967610>.



write a true story that corrected the conceptions distorted by the racism and conservatism present in American society. In this sense, considering literature as a legitimate form of historical representation, we are able to notice the ways in which meanings about the past circulate, spread and change in a society.

Keywords: Literature; American History; Historical Representation.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a defender o ponto de vista de que a literatura histórica, ou seja, aquela que toma o passado como objeto central de seu enredo, quando propriamente feita, pode ser considerada como uma forma legítima de representação histórica. Afirmações deste gênero, bem como os pressupostos teóricos dos quais derivam, foram, até bem pouco tempo, motivo de grande polêmica e controvérsia nos círculos historiográficos e, para alguns mais conservadores, talvez ainda o sejam.

De fato, a disciplina histórica se caracterizou, desde seu estabelecimento no século XIX, pela reivindicação de um lugar de cientificidade, que se definia, em boa medida, em função de sua alteridade em relação à ficção literária. O historiador Beverley Southgate (2014, p. x) sintetizou bem este posicionamento:

From the earliest times, historians have defined their subject by direct reference to its absolute distinction from fiction: history is history precisely because it is *not* fiction, but aspires rather to supplant fiction with *fact*. Writers of fiction may make use of historical backgrounds and contexts for their imaginative creations, but they remain outside the pale of proper history: a clear frontier marks them off from what, at least from the nineteenth century, has developed as an autonomous and professional *discipline*¹⁹⁰.

Neste sentido, o estabelecimento da história como uma disciplina profissional teve como característica central a demarcação de uma rígida fronteira entre o seu domínio e o da ficção literária, barreira esta que foi fervorosamente sustentada e policiada pelos historiadores na defesa da legitimidade científica de seu campo (SOUTHGATE, 2014, p. 1-2). Efetivamente, conforme afirmou Michel de Certeau, a história criou um lugar para si ao eliminar aquilo que

¹⁹⁰ “Desde os tempos mais antigos, os historiadores definiram sua matéria por referência direta à sua absoluta distinção da ficção: história é história precisamente porque *não* é ficção, mas aspira, ao contrário, a suplantá-la com o *fato*. Escritores de ficção podem fazer uso de cenários e contextos históricos para suas criações imaginativas, mas eles permanecem fora do âmbito da verdadeira história: uma clara fronteira os separa do que, pelo menos desde o século XIX, se desenvolveu como uma *disciplina* autônoma e profissional”. Tradução minha. Grifos do autor.



não se conformava à sua própria noção de cientificidade, exilando a literatura para a zona do “ficcional”, do imaginário, do trivial (CERTEAU, 2000, p. 17-26).

Estes aspectos da historiografia disciplinar já foram notadamente analisados por meio das reflexões empreendidas por autores ligados à vertente do narrativismo, particularmente a partir das ideias de Hayden White. Com efeito, um dos principais aportes teóricos desta corrente narrativista está relacionada à ideia da consideração do “texto histórico como artefato literário” (WHITE, 2014, p. 98), isto é, da recuperação do caráter fundamentalmente narrativo e ficcional da escrita histórica, não como algo que impacta negativamente na produção do conhecimento historiográfico, devendo ser restringido e tolhido, mas como algo inerente a ele.

Não pretendemos discorrer longamente aqui sobre estes desenvolvimentos teóricos, os quais já foram amplamente debatidos por diversos autores. Entretanto, quero me reportar e dar ênfase a um determinado aspecto desta linha argumentativa que não é tão frequentemente abordado. Refiro-me à noção, desenvolvida por White, de que, se por um lado o processo de escrita da história pressupõe a presença de elementos ficcionais na elaboração do seu enredo, por outro, a literatura também possui uma validade enquanto representação histórica:

Mas o escopo do escritor de um romance deve ser o mesmo que o do escritor de uma história. Ambos desejam oferecer uma imagem verbal da “realidade”. O romancista pode apresentar a sua noção desta realidade de maneira indireta, isto é, mediante técnicas figurativas, em vez de fazê-lo diretamente, ou seja, registrando uma série de proposições que supostamente devem corresponder detalhe por detalhe a algum domínio extratextual de ocorrências ou acontecimentos, como o historiador afirma fazer. Mas a imagem da realidade assim construída pelo romancista pretende corresponder, em seu esquema geral, a algum domínio da experiência humana que não é menos “real” do que o referido pelo historiador. Não se trata, pois, de um conflito entre dois tipos de verdade (que o preconceito ocidental com relação ao empirismo como única via de acesso à realidade nos impingiu), de um conflito entre a verdade da correspondência, de um lado, e a verdade da coerência, de outro. Toda história precisa submeter-se tanto a padrões de coerência quanto a padrões de correspondência se quiser ser um relato plausível do “modo como as coisas *realmente* aconteceram”. Pois o preconceito empirista é reforçado pela convicção de que a “realidade” é não só perceptível como coerente na sua estrutura. Uma simples lista de afirmações existenciais singulares, passíveis de confirmação, não indica um relato de realidade se não houver alguma coerência, lógica ou estética, que as ligue entre si. Da mesma forma, toda ficção deve passar por um teste de correspondência (deve ser “adequada” como imagem de alguma coisa que está além de si mesma), se pretender apresentar uma visão ou iluminação da experiência humana do mundo. Quer os eventos representados num discurso sejam interpretados como partes diminutas de um todo molar, quer como possíveis ocorrências dentro de uma totalidade perceptível, o discurso tomado na *sua* totalidade como imagem de alguma realidade comporta uma relação de correspondência com aquilo *de que* ele constitui uma imagem. É nesse duplo sentido que todo discurso escrito se mostra cognitivo em seus fins e mimético em seus meios. E isto vale também para o discurso mais lúdico e aparentemente mais expressivo, para a poesia tanto quanto para a prosa e até para aquelas formas de poesia que parecem querer iluminar apenas a própria “escrita”. Neste aspecto, a história não



é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica (WHITE, 2014, p. 138).

No trecho relativamente extenso acima reproduzido, White questiona justamente os pressupostos de empirismo da ciência moderna, que distingue entre uma verdade da correspondência, a da história, que buscaria elaborar uma descrição fiel aos acontecimentos passados, e uma verdade da coerência, a da literatura, que buscaria meramente produzir uma imagem plausível deles. Como vimos, para White, esta é uma postura duplamente inadequada, na medida em que tanto a historiografia não pode pretender ser uma simples relação de fatos, que se encadeariam automaticamente, visto que a história não possui um sentido previamente determinado, mas este é dado através das escolhas narrativas do historiador que lhe dotam de coerência; quanto a narrativa literária possui também um aspecto cognitivo, não somente retórico e ficcional, mas que corresponde a alguma realidade externa e ela própria. É neste sentido que podemos argumentar em favor do entendimento da literatura como uma modalidade de representação histórica.

Esta perspectiva é também apresentada por Ann Rigney (2001, p. 9) na sua análise da obra de Sir Walter Scott, o grande modelo do romancista histórico do século XIX:

(...) Scott used his freedom as a novelist to combine historical evidence with fictitious events. I argue that his deviations from evidence reflect (...) the limits of his engagement with the alterity of the past. They can also be seen as a response to the inherent difficulties involved in representing historical reality – and in particular aspects of everyday life – in the form of narrative. Representability is bought with the help of invention and hence at the cost of weakening, though not canceling, the claim to have represented the past satisfactorily. From the contemporary reactions to *Old Mortality* (1816), it is clear that Scott's readers indeed accepted in principle the novelist's freedom to invent, at the same time as they considered his novels to be representations of the collective past. This role was not reflected, however, in their granting it the status of actual "history" (an image that is taken as true)¹⁹¹.

Ao mencionar “os limites do engajamento com a alteridade do passado”, Rigney aponta para a existência de uma assimetria cognitiva (ROBINSON, 2011, p. x) entre a experiência do

¹⁹¹ “(...) Scott usou sua liberdade como romancista para combinar evidências com eventos fictícios. Eu argumento que seus desvios da evidência refletem (...) os limites de seu engajamento com a alteridade do passado. Eles também podem ser vistos como uma resposta às inerentes dificuldades envolvidas em representar a realidade histórica – e, em particular, os aspectos da vida diária – na forma da narrativa. A representabilidade é comprada com a ajuda da invenção e, portanto, ao custo de enfraquecer, mas não de cancelar, a reivindicação a ter representado o passado satisfatoriamente. Pelas reações contemporâneas a *Old Mortality* (1816), está claro que os leitores de Scott efetivamente aceitaram, em princípio, a liberdade do romancista de inventar, ao mesmo tempo em que consideravam seus romances representações do passado coletivo. Este papel não se refletiu, no entanto, em que eles os concedessem o status de “história” propriamente dita (uma imagem que é tomada como verdade)”. Tradução minha.



passado e a tentativa de produzir uma narrativa a respeito dele; há uma “diferença morfológica estrutural” entre a realidade histórica e a tentativa de sua representação: ao passo que esta é verbal e textual, aquela é não-narrativa e não verbal (KUUKANEN, 2015, p. 42). Em razão disso, existe uma dificuldade inerente em reproduzir narrativamente a realidade passada, tarefa levada a cabo por meio da inserção de elementos ficcionais, tanto na escrita histórica como na literária. A literatura, no entanto, faz uso dos recursos criativos muito mais livremente, fator que não a faz perder sua validade como representação do passado. De fato, como vimos, de acordo com Rigney, os próprios leitores de Scott viam seus romances históricos desta forma, mesmo reconhecendo que não eram obras de história propriamente ditas.

Efetivamente, a literatura tem um interessante potencial junto à esfera pública de uma sociedade. Ao serem compreendidas como narrativas que articulam representações legítimas de eventos ou épocas passadas, as obras de ficção histórica são capazes de promover uma ligação afetiva com o passado, difundir novos significados a respeito dele e agir no sentido de ampliar os horizontes históricos. Esta concepção é apresentada por Southgate (2011, p. 10), ao comentar o pensamento da própria Rigney:

(...) as Ann Rigney has written, ‘The fascinating thing about imaginative literature is that it provides a laboratory where historically variable ways of seeing the world are expressed through the prism of poetical forms in such a way that they are made uniquely observable both for contemporaries and later historians’. That is to say, novelists, unconstrained by any pressures to disciplinary consensus, might be more free than historians to look at the past in fresh ways – and so, as individual observers, catch sight of alternative people and events from alternative perspectives. Such writers can also foreground topics that have otherwise been ignored or sidelined, and so can act as catalysts in relation to other historical practice. Imaginative ‘artists’, suggests Ann Rigney, thus ‘help keep historical horizons open’.

This, then, is to turn on its head the conventional wisdom that fiction somehow contaminates history, introducing blemishes upon the pure face of factuality: it suggests, rather, that fiction can help to keep history creatively alive; not bound by the disciplinary rules of its more ‘rigorous’ partner, it can continue to extend the parameters of history’s interests and concerns, by proposing and providing fresh evidence for what the subject might consist of¹⁹².

¹⁹² “(...) como Ann Rigney escreveu, ‘O fascinante a respeito da literatura imaginativa é que ela proporciona um laboratório onde modos historicamente variáveis de ver o mundo são expressos através do prisma das formas poéticas de tal forma que elas são tornadas peculiarmente observáveis tanto para seus contemporâneos, quanto para os historiadores posteriores’. Isto é dizer, os romancistas, não constrictos por quaisquer pressões ao consenso disciplinar, podem estar mais livres do que os historiadores para olhar para o passado de novas maneiras – e então, como observadores individuais, entrever pessoas e eventos alternativos a partir de perspectivas alternativas. Tais escritores podem também colocar em primeiro plano tópicos que foram, de outra forma, ignorados ou marginalizados e, assim, podem atuar como catalisadores em relação à outra prática histórica. ‘Artistas’ imaginativos, sugere Ann Rigney, assim, ‘ajudam a manter os horizontes históricos abertos’.

Isto, então, significa inverter a sabedoria convencional de que a ficção de algum modo contamina a história, introduzindo defeitos sobre a face pura da factualidade: sugere, ao contrário, que a ficção pode ajudar a manter a história criativamente viva; não limitada pelas regras disciplinares de seu parceiro mais ‘rigoroso’, ela pode



Esta é uma perspectiva fundamental para o presente artigo, uma vez que rompe com a noção tradicional de que a literatura não deve ter participação na construção do conhecimento histórico e de que a ficção que a caracteriza é algo que contaminaria a pureza da factualidade historiográfica. Ao contrário, entendemos que, justamente por não estar constricta pelo mesmo rigor disciplinar, a literatura tem a capacidade de “manter a história criativamente viva”, olhando para o passado de diferentes maneiras e trazendo para o centro da atenção pública novos acontecimentos, sujeitos, grupos sociais e questionamentos anteriormente ignorados, marginalizados, mal abordados ou, ainda, caracterizados de maneira incorreta pela historiografia. Perceberemos a importância desta questão mais adiante, ao tratarmos do exemplo de caso que aqui nos propomos a analisar.

Por ora, cabe destacarmos ainda as ideias apresentadas por Richard Slotkin, que avançam mais um passo nesta linha de pensamento que viemos desenvolvendo. Argumentando em favor da utilização da ficção histórica em conjunção com a produção historiográfica, Slotkin (2005, p. 231) ressalta as possibilidades abertas por ela:

Precisely because the novel imaginatively recovers the *indeterminacy* of a past time, it is *not* bound simply to celebrate the mere outcome; but leaves the writer and reader free to explore those alternative possibilities for belief, action and political change, unrealized by history, which existed in the past. In doing so, the novelist may restore, as *imaginable possibilities*, the ideas, movements and values defeated or discarded in the struggle that produced the modern state – may produce a *counter-myth*, to play into and against the prevailing myths of the nation¹⁹³.

Slotkin discute esta questão em termos de uma mitologia nacional, que a escrita da história ajuda, em boa medida, a formar. Neste contexto, ele afirma que a ficção, particularmente o gênero do romance histórico, é capaz de romper com os mitos predominantes de uma sociedade, ao recuperar a “indeterminância” do tempo passado, as múltiplas possibilidades e caminhos existentes em um dado momento, e dissolvendo, assim, a ideia de que a história possui um sentido determinado. Neste sentido, ao retratar imaginativamente um

continuar a ampliar os parâmetros dos interesses e preocupações históricos, ao propor e providenciar novas evidências a respeito do que a matéria pode consistir”. Tradução minha.

¹⁹³ “Precisamente porque o romance imaginativamente recupera a *indeterminância* de um tempo passado, ele *não* se limita simplesmente a celebrar o mero resultado; mas deixa o escritor e o leitor livres para explorar aquelas possibilidades alternativas de crença, ação e mudança política, não-realizadas pela história, que existiram no passado. Ao fazer isto, o romancista pode restaurar, como *possibilidades imaginadas*, as ideias, movimentos e valores derrotados ou descartados na luta que produziu o Estado moderno – pode produzir um *contra-mito*, para contrapor com e contra os mitos prevalecentes da nação”. Tradução minha. Grifos do autor.



evento ou período histórico, a literatura resgata outras alternativas possíveis, mas não concretizadas, ao longo do processo histórico: movimentos sociais, iniciativas, aspirações ou ideais que acabaram derrotados ou rejeitados no decorrer do percurso. Dessa forma, podemos dizer que o destaque dado a estas “possibilidades imaginadas” e ao caráter de indeterminação do passado por parte da escrita literária permite a afirmação de uma postura eminentemente progressista, na medida em que não apenas as diversas alternativas políticas, sociais e culturais das épocas passadas são passíveis de serem recuperadas, mas também se abre caminho para que, de modo semelhante, se considerem novas possibilidades para o próprio tempo do escritor e do leitor.

Estes pressupostos teóricos que começamos a delinear nos servirão bem para iniciarmos a análise do estudo de caso que propomos esboçar aqui, relacionado à obra do escritor norte-americano Howard Fast.

2 HOWARD FAST: ASPECTOS BIOGRÁFICOS, LITERÁRIOS E POLÍTICOS

Embora Howard Fast (1914-2003) tenha sido um dos escritores mais produtivos dos Estados Unidos no século XX, tendo publicado mais de quarenta romances, além de contos detetivescos, obras infantis, autobiográficas e textos políticos e teóricos, em cerca de setenta anos de carreira literária¹⁹⁴, ele permanece, em grande parte, pouco conhecido do público, tanto brasileiro, quanto norte-americano. Dessa maneira, convém tecermos algumas considerações acerca de sua trajetória biográfica¹⁹⁵ e literária.

Fast nasceu em Nova York, em uma família de imigrantes de origem judaica, e teve uma infância marcada por obstáculos: a perda da mãe, as dificuldades econômicas da família, a experiência de antissemitismo nas ruas de seu bairro. Entretanto, ainda na sua juventude, ele encontrou um refúgio nos livros, que retirava da biblioteca pública mais próxima e lia com avidez. Decidindo dedicar-se a uma carreira de escritor, Fast conseguiu publicar seu primeiro romance em 1933, aos dezoito anos. Apesar de não ter sido um sucesso imediato, este foi o

¹⁹⁴ Uma relação das obras publicadas por Fast pode ser encontrada em <http://www.trussel.com/hf/novels.htm>.

¹⁹⁵ Os elementos dessa trajetória aqui apresentados foram extraídos de sua principal e mais acessível biografia: SORIN, Gerald. *Howard Fast: Life and Literature on the Left Lane*. Bloomington: University of Indiana Press, 2012.



primeiro passo no estabelecimento de um percurso literário que viria a ser longo e bem-sucedido, e cuja principal marca seria o gênero do romance histórico.

De fato, uma das características distintivas da obra de Fast é justamente o seu interesse por temas históricos, particularmente pela história dos Estados Unidos. De modo semelhante, dificilmente poderíamos falar a respeito da literatura de Fast sem mencionarmos um dos marcos fundamentais de sua trajetória: o seu envolvimento com o Partido Comunista Americano. Com efeito, tendo convivido com as contradições da sociedade americana, Fast manifestou desde muito cedo uma afinidade com os ideais de esquerda, que se aprofundaram ainda mais com seu ingresso, em 1941, no *Office of War Information* (OWI), organização do governo americano voltada para a produção de notícias e propaganda de guerra durante a Segunda Guerra Mundial. No OWI, ele conheceu diversos membros do partido engajados, como ele, no combate ao fascismo, aproximando-se ainda mais dos ideais comunistas. A partir disso, Fast acabou aderindo ao partido em 1943, permanecendo seu membro ativo por mais de uma década, até 1957.

Durante o período em que esteve ligado ao partido comunista, Fast acabou se tornando uma de suas principais faces nos Estados Unidos, chegando a concorrer, sem sucesso, a uma cadeira no Congresso Americano, em 1952, e a ganhar o Prêmio Stalin da Paz, em 1953. Por outro lado, a notoriedade de seu engajamento político fez com que ele acabasse sofrendo com a repressão governamental promovida pelo macarthismo¹⁹⁶. Efetivamente, entre o final da década de 1940 e a década de 1950, na fase inicial da Guerra Fria, os Estados Unidos viveram a emergência de uma segunda onda de *red scare*, semelhante ao que já havia ocorrido no final dos anos 1910. Neste contexto, difundiu-se a paranoia de que uma “ameaça vermelha” pairava sobre a nação, centrada na atuação do congressista anticomunista Joseph McCarthy. Sob a perseguição política do macarthismo, Fast acabou sendo chamado a depor perante o *House of Un-American Activities Committee* (HUAC), comissão do congresso para investigar o envolvimento de cidadãos com atividades subversivas ou “antiamericanas”, que foi um dos principais instrumentos repressivos macarthistas. A convocação estava relacionada à organização chamada *Joint Anti-Fascist Refugee Committee* (JAFRC), de cujo quadro de diretores Fast participava, que levantou fundos para a construção de hospitais para vítimas do combate ao franquismo na Espanha. O comitê macarthista desejava saber os nomes dos

¹⁹⁶ Estas experiências são recontadas pelo próprio Fast em sua obra memorialística FAST, Howard. *Being Red*. Armonk: M.E. Sharpe, 1994.



financiadores da JAFRC. Negando-se a delatar seus colaboradores, Fast foi preso por desacato ao Congresso, em 1950.

A partir de então, Fast foi incluído na chamada *blacklist*, relação de artistas e intelectuais suspeitos de terem ligações com o movimento comunista, os quais tinham sua produção e atuação dificultada pelo Estado. De fato, ele chegou a ser monitorado pelo FBI, teve o pedido de renovação de seu passaporte negado, teve palestras canceladas e foi barrado em alguns *campi* universitários, teve livros retirados de bibliotecas públicas e algumas editoras foram proibidas de reeditar alguns de seus livros. Além disso, Fast encontrou dificuldades para publicar obras posteriores, como no caso de sua obra mais conhecida, *Spartacus*, de 1951, que teve que ser publicado por conta própria, por meio da criação de sua própria editora, a Blue Heron Press.

Mesmo diante destas adversidades, Fast manteve-se firme como membro do partido comunista até 1957, quando sua crescente insatisfação com algumas diretrizes partidárias, particularmente no sentido de tentar interferir na sua produção literária, aliada à confirmação dos rumores da perseguição stalinista aos judeus na União Soviética, fizeram com que ele se desligasse do partido. Ainda assim, pode-se dizer que este período em que esteve vinculado ao movimento comunista teve um profundo impacto em sua escrita literária. Com efeito, podemos discernir dois momentos muito distintos na carreira literária de Fast: um primeiro período que vai da sua primeira publicação até seu desligamento do partido, quando suas obras adquirem progressivamente um tom engajado e socialmente crítico; e um segundo, a partir de sua desvinculação do movimento comunista, quando elas perdem, em boa medida, esta característica, ainda que com algumas notáveis exceções.

O recorte da pesquisa que venho desenvolvendo, da qual este artigo sintetiza alguns dos resultados, corresponde a obras situadas no primeiro estágio de sua carreira. Nesta fase, podemos identificar alguns pressupostos que compunham seu universo conceitual e influenciavam decisivamente seus escritos teóricos e literários¹⁹⁷.

Em primeiro lugar, Fast apresenta um comprometimento com elementos da teoria marxista, que se manifesta de forma crescente até culminar em sua adesão ao partido comunista, quando se converte em uma explícita afiliação ao gênero conhecido como realismo soviético.

¹⁹⁷ Uma análise dos principais pressupostos que compunham o universo conceitual de Howard Fast nesta primeira fase de sua carreira foi esboçada por mim no artigo KLEIN, Rafael Belló. “O Homem e os Livros: os Princípios Norteadores da Literatura de Howard Fast”. In: *Fenômenos Culturais no Amálgama Social – Reunião de Artigos do CIPCS*. Jaguarão: CLAEC, 2018, p. 1163-1176.



Esta vertente literária previa justamente a aplicação direta dos conceitos do materialismo dialético na composição narrativa da literatura, a fim de que ela pudesse ser verdadeiramente realista, isto é, revelasse, evidenciasse e refletisse textualmente a natureza essencial da realidade, a luta de classes. Assim, desejava-se que a literatura pudesse ser uma arma a serviço da criação de uma consciência de classe e da libertação do povo.

Neste sentido, ao examinarmos a obra de Fast podemos perceber claramente a sua identificação com os ideais marxistas, a qual se desdobra em outros dois aspectos. Primeiramente, há a defesa de uma perspectiva essencialmente humanista que deriva desta sua postura materialista. Dentro da corrente do realismo soviético, o homem deve estar no centro da narrativa, assim como aquilo que é intrinsecamente humano, sobretudo, o trabalho e a política. Em segundo lugar, como consequência do seu posicionamento marxista, Fast manifesta uma concepção de tempo baseada na ideia de continuidade. De fato, a luta pela libertação do homem e do trabalho humano configura, dentro da ótica materialista apresentada por Fast, uma luta contínua que atravessa os tempos. Dessa forma, podemos compreender a afinidade de sua obra com temáticas históricas, não apenas por uma questão de gosto pessoal, mas também no sentido de assumir a tarefa de trazer novamente à tona e chamar atenção para episódios desta grande trajetória de luta que perpassa a história da humanidade.

Além disso, Fast manifesta também uma profunda identificação com os ideais fundacionais da nação americana, particularmente com os valores de liberdade e democracia. Esta característica, que denomino de “americanismo”, era fundamental no pensamento de Fast e influenciou diretamente na sua escrita literária, tanto no sentido de sua preferência de adotar os Estados Unidos como centro de sua referência, como cenário de boa parte de seus romances, quanto no de seu objetivo de abordar narrativamente acontecimentos e períodos históricos relacionados à luta pela conquista da liberdade e democracia plenas. Esta perspectiva americanista apresentada por Fast pode, em um primeiro momento, parecer entrar em contradição com a questão de sua incorporação dos conceitos marxistas e do realismo soviético. Entretanto, ao invés disso, estes elementos complementavam-se, visto que, na ótica de Fast, o movimento comunista representava a culminação dos ideais americanos de liberdade e democracia.

Por fim, cabe ainda mencionarmos outros dois elementos que compunham este universo conceitual de Fast e que se conectam essencialmente com sua identificação com os conceitos marxistas e com os valores democráticos americanistas. O primeiro deles diz respeito ao seu



firme posicionamento antifascista, que direcionava tanto ao nazi-fascismo europeu durante a Segunda Guerra Mundial, que buscou ativamente combater por meio de seu engajamento na OWI, quanto ao macarthismo, que compreendia como o avanço das forças fascistas nos Estados Unidos. Em segundo lugar, é importante destacarmos a identidade judaica de Fast, que se articulava não tanto a partir do matiz religioso, mas sim em função de sua identificação com os valores universalistas e engajados da tradição de judaísmo secular radical. Neste sentido, podemos afirmar que tanto seu antifascismo quanto sua ligação com a herança secular judaica favoreceram o florescimento em Fast de uma empatia para com os povos explorados, marginalizados, violentados e exterminados ao longo da história e para com a sua luta por direitos, por liberdade e pela vida.

Em suma, estes elementos – a identificação com o movimento comunista, com o ideário e os conceitos marxistas, e com a corrente literária do realismo soviético, o humanismo, a concepção temporal baseada na ideia de continuidade, o americanismo que enfatizava os valores de liberdade e democracia, o antifascismo e o judaísmo secular radical – eram todos nuances fundamentais do universo conceitual de Fast. Consideramos importante expô-los, ainda que brevemente, aqui porque eles são essenciais para compreendermos seus romances históricos escritos na primeira fase de sua carreira, notadamente os que trataremos a seguir para o centro da presente análise: *The Last Frontier* e *Freedom Road*.

3 A HISTÓRIA AMERICANA EM *THE LAST FRONTIER* E *FREEDOM ROAD*

Publicados, respectivamente, em 1941 e 1944, *The Last Frontier* e *Freedom Road* são dois dos romances mais significativos de Fast no que se refere ao tratamento com a história americana. Deste modo, cabe-nos expor uma breve síntese de ambas as obras.

Em *The Last Frontier*, traduzido na edição brasileira como “Fronteira de Fogo”, Fast busca retratar literariamente um dos acontecimentos das Guerras Indígenas norte-americanas, conhecido como o “êxodo dos cheyenne”. Este episódio consistiu na fuga, em 1878, de uma tribo de índios cheyenne do norte, lideradas pelos chefes Little Wolf e Dull Knife¹⁹⁸, de uma reserva no Território Indígena do Oklahoma, onde estava confinada em precárias condições. Partindo em direção à sua terra natal, as Black Hills da Dakota do Sul, os cheyenne foram

¹⁹⁸ Little Wolf e Dull Knife foram importantes lideranças dos *cheyenne* do norte, cujos nomes significam, literalmente, Lobo Pequeno e Faca Cega.



perseguidos pelo exército ao longo do Meio-Oeste americano. A fuga teve um desfecho trágico, quando metade da tribo foi dizimada em Fort Robinson, Nebraska, após ter sido capturada, e a outra metade rendeu-se pouco tempo depois. No primeiro esboço de *The Last Frontier*, Fast tentou contar esta história do êxodo dos cheyenne sob a ótica dos próprios indígenas. No entanto, ele foi dissuadido desta ideia pelo editor Sam Sloan, que viria a publicar o romance, após o manuscrito de *The Last Frontier* ter sido rejeitado pela editora que originalmente o tinha financiado (FAST, 1994, p. 73). Em sua versão definitiva, a obra é narrada sob o ponto de vista do “homem branco”, através do olhar de oficiais do exército e membros da administração pública, personagens históricos como o General William T. Sherman, veterano da Guerra Civil, e o alemão Carl Schurz, Secretário do Interior na época, além dos lendários homens do Oeste, Wyatt Earp e Bat Masterson.

Por sua vez, *Freedom Road*, traduzido como “O Caminho da Liberdade”, aborda outro período histórico, o complexo contexto da Reconstrução (1865-1877) no Sul dos Estados Unidos. A época é retratada a partir da trajetória do protagonista Gideon Jackson, personagem fictício criado por Fast, mas que, de acordo com ele, sintetiza experiências vivenciadas por diversos atores reais daquele tempo (FAST, 1995, p. 262). No romance, Gideon é um escravo de uma grande *plantation* de algodão da Carolina do Sul, cujo antigo dono fugiu e abandonou o terreno com o início da Guerra Civil. Após o término do conflito a comunidade negra recém-liberta da escravidão que ainda habitava na antiga propriedade senhorial elege Gideon como seu representante na Convenção que iria elaborar uma nova Constituição para seu estado. Com grande dificuldade, Gideon vai para a cidade de Charleston, onde ocorre a Convenção, alfabetiza-se e participa da elaboração da Constituição, visando conquistar o direito ao voto, à educação e à posse de terras. A Constituição, que foi formulada em sua maioria por negros e brancos favoráveis ao projeto de integração promovido pela Reconstrução, foi aprovada em 1868, mesmo enfrentando a resistência e o desdém da antiga elite escravocrata. Ao voltar à sua terra, Gideon consegue unir os negros e brancos pobres que habitavam na região para comprar parte das antigas terras senhoriais e ali continuarem a viver legalmente. Formase, assim, uma espécie de núcleo democrático comunitário, que passa a sofrer ataques e intimidações por parte da Ku Klux Klan, que começava a se organizar no Sul. A narrativa de Fast avança até 1876, ano da vitória amplamente polêmica de Rutherford Hayes na eleição presidencial, a qual significou na prática um compromisso entre os partidos de acabar com a experiência da Reconstrução. De fato, muitas conquistas da Convenção Constitucional estavam



sendo deixadas de lado e o Sul presenciava a imposição das leis Jim Crow, que institucionalizavam a segregação racial, e o avanço da violência promovida pelo Klan, prenunciando o fim trágico do romance: Gideon e seus companheiros são massacrados por um imenso contingente do Klan, incitado por uma falsa acusação de estupro contra três negros membros da comunidade.

Além de terem sido grandes sucessos comerciais e de crítica na época, que por própria admissão de Fast (1994, p. 135) alavancaram sua carreira literária, ambas as obras têm em comum o fato de enfocarem episódios e períodos históricos ligados a grupos sociais marginalizados e violentados ao longo da história dos Estados Unidos. Dessa forma, elas levantam questionamentos acerca da desigualdade na aplicação dos direitos básicos da nação americana, da plena vigência dos valores de liberdade e democracia em todos os setores sociais. Além disso, outra semelhança aproxima *Freedom Road* e *The Last Frontier*: como era característico dos romances históricos de Fast, ambos possuíam uma boa base de pesquisa documental e bibliográfica, visando a escrita de uma história que retratasse o passado de maneira fiel e verdadeira.

Neste sentido, cabe retomarmos o argumento de Richard Slotkin, no artigo já aqui citado anteriormente, que reforça a validade da literatura como uma representação do passado, sobretudo aquela assentada em uma sólida pesquisa: “There is no reason why, in principle, a novel may not have a research basis as good or better than that of a scholarly history; and no reason why, in principle, a novelist’s portrayal of the past may not be truer and more accurate than that produced by a scholarly historian” (SLOTKIN, 2005, p. 222)¹⁹⁹.

Esta perspectiva é reforçada pela ideia de que a ficção histórica, se feita responsabilmente, isto é, se for comprometida com a criação de uma imagem verdadeira do passado através deste levantamento bibliográfico e documental, “(...) can be an effective instrument of popular education; or at least a means for stimulating interest in the study of history” (SLOTKIN, 2005, p. 222)²⁰⁰. Como veremos, esta era justamente a intenção de Howard

¹⁹⁹ “Não há razão por que, em princípio, um romance não possa ter uma base de pesquisa tão boa quanto, ou melhor do que a de uma história acadêmica; e não há razão por que, em princípio, o retrato do passado de um romancista não possa ser mais verdadeiro ou preciso do que aquele produzido por um historiador acadêmico”. Tradução minha.

²⁰⁰ “(...) pode ser um instrumento efetivo de educação popular; ou, ao menos, um meio para estimular o interesse no estudo da história”. Tradução minha.



Fast na escrita de *The Last Frontier* e *Freedom Road*, de modo que o processo de escrita dos dois romances compreendeu uma importante pesquisa acerca dos períodos históricos retratados.

A ideia para a escrita de *The Last Frontier*, por exemplo, surgiu justamente a partir da leitura de um livro sobre a região do Powder River, escrito por Maxwell Struthers Burt²⁰¹, que mencionava a travessia do povo cheyenne pelo deserto. Nunca tendo ouvido falar deste incidente, Fast manifestou o desejo de contar a sua história em um romance e entrou em contato com a editora Simon and Schuster, que já havia publicado uma de suas obras, conseguindo um adiantamento para que pudesse colher mais informações sobre os indígenas e o episódio histórico em questão.

Para isso, Fast entrou em contato com um professor da Universidade de Oklahoma, chamado Stanley Vestal, a quem considerava a maior autoridade no estudo dos nativo-americanos das Grandes Planícies (FAST, 1997, pos. 135):

In 1939, he wrote to Professor Stanley Vestal at the University of Oklahoma in Norman, a specialist in Indian history and lore, and in return received a five-page single-spaced letter full of information and leads about Indian anthropology, ritual, history, and language, with specific material on the Cheyenne (SORIN, 2012, p. 38)²⁰².

As anotações e indicações enviadas pelo professor Vestal a Fast certamente proporcionaram um importante substrato para o início das pesquisas para *The Last Frontier*. Entretanto, não satisfeito, Fast queria ter a sua própria experiência da fronteira, além de obter mais informações e conversar com os indígenas que ainda habitavam no Oklahoma. Dessa forma, apesar das dificuldades financeiras que ainda tinha neste início de carreira, ele e sua esposa fizeram uma viagem de carro para o Oeste, a qual relembra em sua obra memorialística *Being Red* (1994, p. 71-72):

I had read bits and pieces, never a full story, of the magnificent running battle and flight to freedom of Chief Little Wolf and his Cheyenne Indians. I wanted desperately to write about it, but the only way I could do so would be to go to Oklahoma, where the old Cheyenne reservation had been, and talk to some of the old Cheyennes still there. Also, in Norman, Oklahoma, at the university, there were Indian students and, on the faculty, a man named Stanley Vestal, who knew more about the Cheyennes than any white man in America. I told the story to Simon and Schuster and talked

²⁰¹ Provavelmente o livro em questão seja *Powder River: Let'er Buck*, de 1938, parte de uma coletânea sobre os rios dos Estados Unidos (FAST, 1997, pos. 122).

²⁰² “Em 1939, ele escreveu para o professor Stanley Vestal da Universidade de Oklahoma em Norman, um especialista em história e cultura indígena e, em resposta, recebeu uma carta de cinco páginas com espaçamento simples, cheia de informações e pistas sobre antropologia, rituais, história e linguagem indígena, com materiais específicos sobre os cheyenne.”. Tradução minha.



them into paying me \$100 a month for an entire year. We had \$200 in our bank account. Ninety dollars bought us an ancient Pontiac to replace our Ford, and with \$110 to live on, we set off for Oklahoma. It was a wonderful trip; (...) the world of the Great Plains was an incredible change for this survivor of the city streets. The country overwhelmed us, awed us. We spent a month in Norman, and then drove west to the Rockies and Arizona and New Mexico (...), and then we turned back on a new road through the White Mountains of the Southwest to the Rio Grande and into Mexico – and all with the excitement and awe of great personal discovery²⁰³.

Durante a viagem, Fast pode tomar contato pela primeira vez com a paisagem e a sentir a atmosfera do Oeste americano pessoalmente, elementos que contribuiram para a escrita do romance. Mas, mais do que isto, ele pôde também continuar a buscar mais informações e histórias a respeito do povo cheyenne:

But it was during our time at Norman that I tracked down the facts that became *The Last Frontier*. It was a wonderful adventure for two city kids, to sit through an evening with young Cheyenne and Crow students and listen to them play their ancient tribal music on wooden flutes, to talk to old, wrinkled Indians who remembered a childhood before the white man came, to watch Cheyenne athletes, tall, magnificently muscled men, playing football in their bare feet, and of course to meet Stanley Vestal. We spent hours with him, listening to his stories (...).

On our way back to New York, hoarding our last few dollars, we stopped off at the Library of Congress in Washington to go through the single English-Cheyenne dictionary that existed, compiled by a Quaker missionary. It was available only in manuscript, an enormous scholarly work of almost 100,000 words. For the first time I realized the complexity of tribal language and the difficulty of conveying facts without modern verb forms (FAST, 1994, p. 72)²⁰⁴.

²⁰³ “Eu havia lido trechos e partes, nunca uma estória completa, da magnífica batalha andante e fuga para a liberdade do chefe Lobo Pequeno e seus índios *cheyenne*. Eu queria desesperadamente escrever sobre ela, mas a única maneira de fazer isso seria ir para o Oklahoma, onde ficava a velha reserva *cheyenne*, e falar com alguns dos velhos *cheyenne* ainda lá. Além disso, em Norman, Oklahoma, na universidade, havia estudantes indígenas e, na faculdade, um homem chamado Stanley Vestal, que sabia mais sobre os *cheyenne* do que qualquer homem branco nos Estados Unidos. Eu contei a estória para a Simon and Schuster e os convenci a me pagar 100 dólares por mês durante um ano inteiro. Nós tínhamos 200 dólares em nossa conta bancária. Com noventa dólares, compramos um velho Pontiac para substituir nosso Ford, e com 110 dólares para viver, partimos para o Oklahoma. Foi uma viagem maravilhosa; (...) o mundo das Grandes Planícies era uma incrível mudança para este sobrevivente das ruas da cidade. O campo nos impressionou, nos deslumbrou. Passamos um mês em Norman, e então dirigimos para o Oeste, para as Montanhas Rochosas e o Arizona e o Novo México, (...) e então voltamos por uma nova estrada através das White Mountains do sudoeste até o Rio Grande e adentrando o México – com toda excitação e deslumbramento de uma grande descoberta pessoal”. Tradução minha.

²⁰⁴ “Mas foi durante nosso tempo em Norman que eu segui o rastro dos fatos que se tornaram *The Last Frontier*. Foi uma maravilhosa aventura para dois garotos da cidade sentar por uma noite com jovens estudantes cheyenne e crow e escutá-los tocar sua antiga música tribal em flautas de madeira, conversar com velhos, enrugados indígenas que se recordavam de uma infância anterior à chegada do homem branco, assistir atletas cheyenne, homens altos, magnificamente musculosos, jogando futebol americano de pés descalços, e, é claro, conhecer Stanley Vestal. Nós passamos horas com ele, escutando suas histórias. (...)

No nosso caminho de volta a Nova York, nos agarrando aos nossos últimos poucos dólares, nós paramos na Biblioteca do Congresso em Washington para examinar o único dicionário inglês-cheyenne que existia, compilado por um missionário quaker. Ele só era disponível em manuscrito, um enorme trabalho de erudição de quase 100.000 palavras. Pela primeira vez eu percebi a complexidade da linguagem tribal e a dificuldade de transmitir fatos sem formas verbais modernas”. Tradução minha.



Além disso, de acordo com Sorin (2012, p. 39), durante a viagem de volta Fast teria examinado vários outros documentos sobre o caso dos cheyenne no “Bureau of Indian Affairs” da Biblioteca do Congresso, em Washington, e do “State Historical Society”, de Oklahoma²⁰⁵. Todo este esforço de pesquisa, baseado em documentos oficiais, bibliografia, anotações e conversas com um eminente historiador especialista no tema, o contato com as histórias e a cultura dos próprios indígenas, acabou por se materializar na escrita de *The Last Frontier*, que se tornou o maior sucesso de Fast até então. Dentre as muitas críticas positivas da obra, é interessante destacarmos a do escritor e biógrafo americano Carl Van Doren:

The Last Frontier is an amazing restoration and recreation. The characters breathe, the landscape is solid ground and sky, and the story runs flexibly along the zigzag trail of a people driven by a deep instinct to their ancient home. I do not know of any other episode of Western history that has been so truly and subtly perpetuated as this one. A great story has been found again, and as here told promises to live for generations (FAST, 1994, p. 74)²⁰⁶.

Van Doren destaca justamente o fato de que *The Last Frontier* acabava por recuperar uma parte esquecida da história do Oeste americano e que, a partir da narrativa de Fast, que a retratava de modo “verdadeiro”, ela iria permanecer na memória do público americano. Com efeito, esta parece ter sido a intenção de Fast ao escrever o romance, isto é, trazer à tona, por meio de sua narrativa ficcional, um episódio da história nacional, em grande parte negligenciado ou distorcido pela historiografia tradicional e pelos meios culturais de sua época, e contar a verdade sobre ele, ainda que literariamente. De fato, quando da publicação de *The Last Frontier* em 1941, tanto a história acadêmica, quanto os filmes e mesmo os livros de ficção sobre o Oeste apresentavam uma postura majoritariamente racista e conservadora, que entendia as Guerras Indígenas como parte necessária da expansão do território nacional e da marcha do progresso capitalista; postura segundo a qual os índios eram os selvagens que deveriam ser civilizados, os “bandidos”, e os americanos brancos eram os “mocinhos”. O próprio Fast (1997, pos. 135) chega a manifestar seu espanto ao tomar contato com os descendentes dos indígenas e sua cultura, que na prática era muito distinta daquela retratada pelos produtos da indústria cultural americana, com os quais estava familiarizado.

²⁰⁵ Respectivamente, o “Escritório de Assuntos Indígenas” e a “Sociedade Histórica Estadual”.

²⁰⁶ “*The Last Frontier* é uma incrível restauração e recriação. Os personagens respiram, a paisagem é chão e céu sólidos, e a estória flui flexivelmente ao longo da trilha em ziguezague de um povo movido por um profundo instinto ao seu antigo lar. Eu não conheço nenhum outro episódio da história do Oeste que tenha sido tão verdadeira e sutilmente perpetuada como este. Uma grande estória foi encontrada novamente e, como contada aqui, promete viver por gerações”. Tradução minha.



De modo semelhante, também o processo de escrita de *Freedom Road* teve uma esteve ancorado na dupla matriz de pesquisa bibliográfica e experiências pessoais. A inspiração para um romance situado na época da Reconstrução surgiu para Fast em 1943, enquanto trabalhava para o OWI, ao se deparar com a questão da integração dos afro-americanos nas forças armadas (SORIN, 2012, p. 62).

During the months at the Office of War Information, I conceived the notion of a book about black Reconstruction in the South, more specifically in South Carolina. A number of things led me in this direction. While at the OWI, I set my researchers to work on the problem of the Negro (the word of the time) integration in the armed forces. Then there was the afternoon at Carl Van Doren's apartment, when Bette and I argued with Sinclair Lewis about anti-Semitism. Reports were beginning to filter out of Germany about the destruction of the Jews, and the question was sensitive indeed. After that discussion about intolerance, all the notes and thinking that I had done for a novel about Reconstruction came together – and every moment I could steal from my work at the OWI was put to writing the new book. I would call it *Freedom Road* (FAST, 1994, p. 76)²⁰⁷.

Neste trecho, Fast deixa claro o momento em que concebeu a ideia para seu livro, bem como o fato de que usou os recursos à sua disposição no OWI para pesquisar sobre a questão racial nos Estados Unidos e sobre o período da Reconstrução. Além disso, Fast menciona a conversa com o escritor Sinclair Lewis ocorrida no apartamento de Carl Van Doren – o mesmo que já havia enaltecido seu romance *The Last Frontier* – sobre a questão do antissemitismo e como ela foi determinante para a escrita de *Freedom Road*. Podemos perceber aqui como a identidade judaica de Fast se articulava com um posicionamento marcadamente antirracista, na medida em que percebia a semelhança entre o preconceito, a discriminação e a violência racial para com os negros nos Estados Unidos com o dirigido aos judeus, tema ainda mais sensível diante das atrocidades nazistas na Segunda Guerra Mundial.

Esta empatia, proporcionada pelo sua identificação com a tradição secular judaica de radicalismo político, fundamentava um dos traços fundamentais de seu posicionamento: o

²⁰⁷ “Durante os meses no *Office of War Information*, eu concebi a ideia de um livro sobre a Reconstrução negra no Sul, mais especificamente na Carolina do Sul. Uma porção de coisas me levaram nesta direção. Enquanto estava na OWI, eu coloquei meus pesquisadores a trabalhar no problema da integração do negro (a palavra da época) nas forças armadas. Então houve a tarde no apartamento de Carl Van Doren, quando Bette e eu discutimos com Sinclair Lewis sobre o antissemitismo. Relatórios estavam começando a emergir da Alemanha sobre a destruição dos judeus, e a questão era realmente sensível.

Depois daquela discussão sobre intolerância, todas as anotações e o pensamento que eu havia feito para um romance sobre a Reconstrução confluíram – e cada momento que eu podia roubar de meu trabalho no OWI foi direcionado à escrita do novo livro. Eu iria chamá-lo de *Freedom Road*”. Tradução minha.



combate ao racismo. Gerald Sorin (2012, p. 63) sintetiza bem esta relação entre judaísmo, antirracismo e comunismo na sua biografia de Fast:

Fast antiracist radicalism, to which large numbers of Jewish American were drawn, was home-grown. It grew out of the heartfelt conviction about the circumstances of racial segregation and injustice in the United States. It was not something imposed by Moscow; even if the rhetoric and behavior of American Communists flip-flopped dramatically on signals from the USSR about various other issues, changes in Soviet politics did not markedly influence the attitudes or behavior of Jewish American Communists about racial justice. (...) His Communism, however, was mediated by New York Jewish radicalism, which was profoundly committed to racial equality²⁰⁸.

Diante da percepção de Fast de que “(...) antiblack prejudice and antisemitism were cut from the same cloth”²⁰⁹ (SORIN, 2012, p. 64), seguia que o combate ao antissemitismo deveria engendrar também a rejeição e a denúncia de toda forma de preconceito, particularmente do racismo negro nos Estados Unidos, que era bastante perceptível em seu cotidiano. Assim motivado para a escrita do livro que viria a se chamar *Freedom Road*, Fast pôde visitar a Carolina do Sul e entrar em contato com estes preconceitos persistentes de modo mais explícito na região. Esta oportunidade surgiu através de Charles Duell, um dos diretores de sua nova editora, Duell, Sloan and Pearce:

At a party given by Charles Duell, one of my new publishers, I met his wife Jo, who before her marriage had been Jo Pringle-Smith. If one accepts the idea, at least in a historic sense, that there was a true antebellum aristocracy in the South, and that the high domain of it was South Carolina, then the Pringle-Smiths occupied that upper tier. At the time I write of, they still maintained their old plantation as well as their mansion on the Charleston waterfront. Jo Duell was a beautiful, delightful woman, without the slightest pretense, and when I outlined the story I intended to tell, she became very interested and told me that to do it properly, I must spend a few days with her parents in Charleston. She said she would arrange it as soon as I could go, and that while her mother and father were delightful and hospitable people – as I found them to be – they did nurse certain prejudices, and I was not to let drop that I was Jewish. I suppose that if they had asked me, I would have admitted it, but they were too well bred to ask a personal question. Their house was like a museum, and my few days with them were invaluable to me in my attempt to finish *Freedom Road*. The recognition that such gentle and kind people could harbor the prejudices they did was

²⁰⁸ “O radicalismo antirracista de Fast, para o qual um grande número de judeus americanos era atraído, era feito em casa. Ele cresceu a partir da sincera convicção a respeito das circunstâncias de segregação e injustiça racial nos Estados Unidos. Não era algo imposto por Moscou; mesmo que a retórica e o comportamento dos comunistas americanos variasse dramaticamente a partir dos sinais da União Soviética sobre várias outras questões, mudanças nas políticas soviéticas não influenciaram marcadamente as atitudes ou o comportamento dos comunistas judeus americanos sobre justiça racial. (...) Seu comunismo, entretanto, era mediado pelo radicalismo judaico novaiorquino, que era profundamente comprometido com a igualdade racial”. Tradução minha.

²⁰⁹ “(...) o preconceito contra os negros e o antissemitismo eram feitos do mesmo tecido”. Tradução minha.



another step in my understanding of class position and racism (...) (FAST, 1994, p. 76)²¹⁰.

Contudo, além deste contato em primeira mão com a questão do racismo no Sul dos Estados Unidos, a narrativa de *Freedom Road*, foi construída, também, por meio de um importante esforço de pesquisa, a exemplo do que já havia ocorrido ao longo do processo de escrita de *The Last Frontier*. De fato, o romance de Fast tinha como referência bibliográfica fundamental o clássico estudo sobre o período da Reconstrução *Black Reconstruction in America*, do intelectual afro-americano W.E.B. Du Bois (2013). Fast tomou contato com esta obra em uma viagem para Hollywood, quando tentava explorar a possibilidade de uma adaptação cinematográfica de seu livro *Citizen Tom Paine*:

On Fast's return train trip from Hollywood, in the summer of 1943, Frank Tuttle had been raving about *Black Reconstruction in America*, a book he'd just read, by the African American scholar and activist W.E.B. Du Bois (...).

When Fast got home he read Du Bois's eight-hundred-page book. "The thing burned a hole in me", he said. First published in 1935, *Black Reconstruction* completely overturned the anecdotal, racist notions that were the foundation of the "scholarship" of the Reconstruction period up to 1935. Du Bois's research completely discredited, even if it did not fully destroy, the myth that the post-emancipation South had degenerated, because of "negro incapacity", into economic and political anarchy and that it had been kept on a state of chaos by the Union forces during their military occupation (SORIN, 2012, p. 62)²¹¹.

²¹⁰ "Em uma festa dada por Charles Duell, um de meus novos editores, eu conheci sua mulher Jo, que antes de seu casamento havia sido Jo Pringle-Smith. Se se aceita a ideia, ao menos em um sentido histórico, de que havia uma verdadeira aristocracia pré-Guerra no Sul, e que seu alto domínio era a Carolina do Sul, então os Pringle-Smiths ocupavam este alto escalão. Na época sobre a qual escrevo, eles ainda mantinham sua antiga *plantation*, assim como sua mansão na beira-mar de Charleston. Jo Duell era uma linda e encantadora mulher, sem a menor pretensão, e quando eu esbocei a estória que eu pretendia contar, ela ficou muito interessada e me disse que, para escrevê-la devidamente, eu precisava passar alguns dias com seus pais em Charleston. Ela disse que o arranjaría assim que eu pudesse ir, e que, ainda que sua mãe e seu pai fossem pessoas encantadoras e hospitaleiras – como eu pude ver que eles eram – eles alimentavam certos preconceitos, e eu não deveria mencionar que eu era judeu. Eu acho que se eles tivessem me perguntado, eu o teria admitido, mas eles eram educados demais para fazerem uma pergunta pessoal. Sua casa era como um museu e meus poucos dias com eles foram inestimáveis para mim na minha tentativa de terminar *Freedom Road*. O reconhecimento de que pessoas tão gentis e amáveis pudessem nutrir os preconceitos que eles nutriam foi outro passo para minha compreensão de posição de classe e racismo (...)" Tradução minha.

²¹¹ "Na viagem de trem de Fast retornando de Hollywood, no verão de 1943, Frank Tuttle estava entusiasmado com *Black Reconstruction in America*, um livro que ele recém havia lido, escrito pelo erudito e ativista afro-americano W.E.B. Du Bois (...).

Quando Fast chegou em casa, ele leu o livro de oitocentas páginas de Du Bois. "Aquilo queimou um buraco em mim", ele disse. Publicado pela primeira vez em 1935, *Black Reconstruction* derrubou completamente as noções racistas e anedóticas que eram a fundação do "conhecimento" sobre o período da Reconstrução até 1935. A pesquisa de Du Bois desacreditou completamente, mesmo que não tenha destruído inteiramente, o mito que o Sul pós-emancipação havia degenerado, por causa da "incapacidade do negro", em uma anarquia política e econômica e que havia sido mantida em um estado de caos pelas forças da União durante sua ocupação militar". Tradução minha.



Efetivamente, a obra de Du Bois, que chegou a frequentar a casa de Fast ao longo das décadas de 1940 e 1950, foi um marco fundamental na historiografia da Reconstrução. Contando com uma ampla e profunda pesquisa documental, Du Bois destruía a mitologia racista, entranhada tanto no senso comum e quanto na história acadêmica, de que a Reconstrução havia sido um período marcado pela corrupção e pela degeneração da sociedade sulista, devido à incapacidade do negro²¹². Inversamente, *Black Reconstruction in America* demonstrava o sucesso da experiência de integração do período, no sentido da ampliação da democracia, da cooperação entre negros e brancos e extensão de direitos à população negra recém-saída da escravidão.

A leitura deste grande trabalho de pesquisa teve um grande impacto em Howard Fast e a escrita de *Freedom Road* se mostrou profundamente influenciada por suas ideias. Sorin (2012, p. 66) chega a afirmar que uma das principais virtudes do romance foi justamente a de trazer “W.E.B. Du Bois’s scholarship to a wider audience, one mostly fed on blatantly racist films and on history written by authors intent on showing that black suffrage was the greatest error of the Civil War era”²¹³.

Entretanto, *Black Reconstruction in America* não foi a única fonte utilizada por Fast para embasar os aspectos sócio-históricos de *Freedom Road*. No posfácio do próprio romance (FAST, 1995, p. 262), ele relaciona diversos outros livros e documentos que consultou:

(...) all the essentials of this story are true. There was not one Carwell²¹⁴ in the south at that period, but a thousand, both larger and smaller. All that I have told about as being done at Carwell was duplicated in many other places. White men and black men lived together, worked together, and built together, much as I have described here. In many, many places, they died together in defense of what they had built. There are enough sources for the person who cares to check on these facts. On the Ku Klux Klan Conspiracy, there is the testimony taken by the Joint Select Committee to inquire into the condition of affairs in the late insurrectionary states, thirteen volumes of incredible material. There is the report of the State Committee detailed to inquire into the Mississippi elections of 1875, two volumes. There is Carl Schurz’s report to Congress on Conditions in South Carolina, Georgia, etc. There is Hollowell’s *Negro as a Soldier in the War of Rebellion*. There is *South Carolina During Reconstruction*, by Simkins and Woody. And that is only a beginning; there are the newspapers of the time; there are Congressional debates; there are editorials, from both northern and southern

²¹² Havia inclusive toda uma escola historiográfica nos Estados Unidos baseada justamente nestas concepções racistas sobre a Reconstrução, a chamada Dunning School (SMITH, 2013).

²¹³ “o estudo de W.E.B. Du Bois para uma audiência mais ampla, uma alimentada, em sua maior parte, por filmes flagrantemente racistas e por uma história escrita por autores decididos a mostrarem que o sufrágio negro foi o maior erro da era da Guerra Civil”. Tradução minha.

²¹⁴ Em *Freedom Road*, Carwell era o nome da fictícia propriedade senhorial abandonada onde habitavam Gideon e sua comunidade.



papers, that showed complete awareness of the wholesale slaughter and destruction that was going on²¹⁵.

Neste trecho, Fast manifesta explicitamente a base de pesquisa, tanto bibliográfica quanto em fontes documentais da época, que fundamentou a escrita de *Freedom Road*. Mais do que isto, ele acreditava que este esforço de pesquisa havia possibilitado compor uma narrativa literária que era essencialmente verdadeira. O mesmo entendimento é apresentado por Sorin na citação imediatamente anterior, ao dizer que *Freedom Road* vinha corrigir a imagem distorcida pelo racismo que o público americano tinha do período da Reconstrução. Implicitamente, Sorin sugere que, ao adaptar o estudo de Du Bois para uma obra de ficção histórica, Fast ampliava sua audiência e agia no sentido de divulgar a verdade acerca daquela época da Reconstrução. O próprio Du Bois (FAST, 1994, p. 84) acabou por elogiar a fidelidade histórica apresentada pelo romance de Fast, ao afirmar que “His story is fiction, but his basic historical accuracy is undisputable (...)”²¹⁶. De fato, Fast (1995, p. 262) mesmo chegou a manifestar seu desejo de contribuir para a restauração da verdade a respeito deste período da história americana que, na sua visão, havia sido propositalmente deturpado:

When the eight-year period of Negro and white freedom and cooperation in the south was destroyed, it was destroyed completely. Not only were material things wiped out and people slain, but the very memory was expunged. Powerful forces did not hold it to be a good thing for the American people to know that once there had been such an experiment – and that the experiment had worked. That the Negro had been given the right to exist in this nation as a free man, a man who stood on equal ground with his neighbor, that he had been given the right to work out his own destiny in conjunction with the southern poor whites, and that in an eight-year period of working out that destiny he had created a fine, a just, and a truly democratic civilization²¹⁷.

²¹⁵ “(...) todos elementos essenciais desta estória são verdadeiros. Não havia uma Carwell no Sul naquele período, mas milhares, tanto maiores como menores. Tudo que eu contei como acontecendo em Carwell foi duplicado em muitos outros lugares. Homens brancos e negros viveram juntos, trabalharam juntos e construíram juntos, tanto quanto eu descrevi aqui. Em muitos, muitos lugares, eles morreram juntos em defesa do que construíram. Existem fontes suficientes para a pessoa que se importar em checar estes fatos. Sobre a conspiração do Ku Klux Klan, há o testemunho colhido pelo *Joint Select Committee* para investigar as eleições do Mississippi de 1875, dois volumes. Há o relatório de Carl Schurz ao Congresso sobre as condições na Carolina do Sul, Geórgia, etc. Há o *Negro as a Soldier in the War of Rebellion* (“O Negro como Soldado na Guerra de Rebelião”) de Hollowell. Há o *South Carolina During Reconstruction* (“Carolina do Sul durante a Reconstrução”), de Simkins e Woody. E isto é apenas um começo; há jornais da época; há debates congressionais; há editoriais, tanto de jornais do Norte como do Sul, que mostravam completa consciência da matança e destruição generalizadas que estavam ocorrendo”. Tradução minha.

²¹⁶ “Sua história é ficção, mas sua precisão histórica básica é incontestável (...)”. Tradução minha.

²¹⁷ “Quando o período de oito anos de liberdade e cooperação dos negros e brancos no Sul foi destruído, ele foi destruído completamente. Não apenas as coisas materiais foram aniquiladas e as pessoas mortas, mas a própria memória foi expurgada.

Forças poderosas não consideraram ser uma boa coisa para o povo americano saber que uma vez houve tal experimento – e que o experimento havia funcionado. Que ao negro foi dado o direito de existir nesta nação como



Em síntese, podemos perceber como, tanto em *The Last Frontier* como em *Freedom Road*, Fast empreendeu um importante esforço de pesquisa, abarcando fontes documentais, bibliografia sobre o tema, além da sua própria experiência de viagem, respectivamente para o Oeste e para o Sul dos Estados Unidos, onde pôde pessoalmente tomar contato com questões que iria trabalhar nestes romances. Ademais, podemos dizer que esta base de pesquisa que alicerçava suas obras estava relacionada ao seu objetivo de escrever uma ficção histórica que se apresentasse ao público norte-americano como uma história verdadeira e que corrigisse as distorções e equívocos das versões apresentadas pelo senso comum e por boa parte da historiografia da época, permeadas por uma ótica racista e conservadora.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, o presente artigo constitui uma tentativa de articular os desenvolvimentos teóricos relacionados à corrente do narrativismo, especificamente no sentido de considerar a literatura como uma forma legítima de representação histórica – como contraponto do reconhecimento do componente narrativo-ficcional da escrita da história – com o caso específico do escritor norte-americano Howard Fast. De fato, ao longo de minha pesquisa a respeito das obras de ficção histórica publicadas por Fast, foi possível perceber que ele empreendia uma sólida pesquisa bibliográfica a respeito da temática, questão, ou época do passado a ser retratada.

No caso específico de *The Last Frontier* e *Freedom Road*, dois dos romances de maior sucesso da primeira fase de sua carreira, Fast buscou ampliar seus conhecimentos relacionados ao episódio da diáspora do povo cheyenne pelo Meio-Oeste, bem como sobre a era da Reconstrução no Sul. Inspirado pelos ideais que influenciavam decisivamente sua produção literária – sobretudo, seu posicionamento de esquerda, sua identificação com os princípios e conceitos do materialismo marxista, sua postura humanista, sua defesa dos ideais americanistas de liberdade e democracia, seu olhar para o passado para enxergar a luta constante da humanidade para a defesa e conquista destes valores, seu antifascismo e sua identidade judaica

um homem livre, um homem que estava em pé de igualdade com seu vizinho, que a ele havia sido dado o direito de resolver seu próprio destino em conjunção com os brancos pobres do Sul, e que em um período de oito anos de resolução deste destino ele havia criado uma boa, justa e verdadeiramente democrática civilização”. Tradução minha.



que articulava uma empatia política e uma postura antirracista – Fast tinha a intenção de escrever obras de ficção histórica que contassem de forma verdadeira os eventos e os períodos retratados.

Neste sentido, Fast propunha justamente que a sua literatura servisse para resgatar, para seu público leitor, a verdade acerca de episódios da história dos Estados Unidos que haviam sido distorcidos pelo conservadorismo e racismo dos veículos culturais americanos e mesmo da própria historiografia nacional. Dessa forma, sua produção literária vem ao encontro da principal concepção defendida pelo presente artigo: o de que a literatura constitui uma representação legítima do passado, capaz de criar uma identificação do público leitor para com ele, de alimentar memórias de eventos e períodos históricos, bem como de fomentar debates e questionamentos relevantes, junto à opinião pública de uma sociedade. Como manifestaram autores como Southgate, Rigney e Slotkin, a ficção histórica imaginativa é capaz de produzir novos olhares sobre o passado, entrever novos eventos e grupos sociais ignorados pela história, recuperar “como possibilidades imaginadas” (SLOTKIN, 2005, p. 231) os movimentos e ideais descartados ao longo do desenvolvimento de uma sociedade, e, assim, ajudar a renovar a criatividade historiográfica, expandindo seus interesses e preocupações, e a “manter abertos os horizontes históricos” (SOUTHGATE, 2014, p. 10). Precisamente por causa destas características, a literatura constitui um objeto de renovado interesse para o historiador disposto a compreender o modo como imagens, concepções e sentidos a respeito do passado circulam, transformam-se e renovam-se em uma sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. **Heterologies**: discourse on the other. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **Black reconstruction in America**. Piscataway: Transaction Publishers, 2013.

FAST, Howard. **Being red**. Armonk: M.E. Sharpe, 1994.

FAST, Howard. **Freedom road**: a new edition with primary documents and introduction by Eric Foner. Armonk: M.E. Sharpe, 1995 [Ed. Kindle da Amazon].

FAST, Howard. **The last frontier**: a new edition with a special introduction by the author. Armonk: M.E. Sharpe, 1997 [Ed. Kindle da Amazon].



KLEIN, Rafael Belló. *O homem e os livros: os princípios norteadores da literatura de Howard Fast. In: Fenômenos culturais no amálgama social – Reunião de Artigos do CIPCS.* Jaguarão: CLAEC, 2018, p. 1163-1176.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. **Postnarrativist philosophy of historiography.** New York: Palgrave Macmillan, 2015.

RIGNEY, Ann. **Imperfect histories: the elusive past and the legacy of romantic historicism.** Ithaca: Cornell University Press, 2001.

ROBINSON, Alan. **Narrating the past: historiography, memory and the contemporary novel.** London: Palgrave Macmillan, 2011.

SLOTKIN, Richard. *Fiction for the purposes of history.* **Rethinking History**, Londres, vol. 9, n. 2/3, Junho/Setembro de 2005, p. 221-236.

SMITH, John David; LOWERY, J. Vincent (eds.). **The dunning school: historians, race and the meaning of reconstruction.** Lexington: The University Press of Kentucky, 2013.

SORIN, Gerald. *Howard Fast: life and literature on the left lane.* Bloomington: University of Indiana Press, 2012.

SOUTHGATE, Beverley. **History meets fiction.** New York: Routledge, 2014.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura.** São Paulo: EDUSP, 2014.



A Missão Abreviada do Padre Couto (1859) nas tramas do Juazeiro encantado.

Roberto Viana de Oliveira Filho²¹⁸

Recebido em: 27/03/2019

Aprovado em: 11/06/2019

RESUMO

O artigo tem a intenção de compartilhar uma análise sobre a circulação e as leituras da obra “Missão Abreviada” (Portugal, 1859) na cidade de Juazeiro do Norte, interior do Ceará, e refletir sobre como as interpretações feitas a partir desse breviário relacionam-se com as “tramas do sagrado” que envolvem a história desse município. Para tanto, tomamos como fonte principal as narrativas apresentadas por membros da irmandade de Penitentes Peregrinos Públicos cujo fundamento doutrinário ancora-se tanto nos ensinamentos contidos na Missão Abreviada quanto na experiência católica leiga em Juazeiro do Norte. Tencionou-se também nesse artigo evidenciar os “fragmentos de passado” que constituem uma imbricada relação entre as temporalidades de publicação da obra e os leitores que as interpretaram. A partir desse entrecruzamento de informações torna-se possível perceber como a dimensão da história do livro, dos leitores e das formas de ler e ouvir podem contribuir para uma interpretação histórica que revele as tramas cotidianas e seu envolvimento com as grandes estruturas de poder.

Palavras-chave: Missão Abreviada. Juazeiro do Norte. História do livro

The Abbreviated Mission of Father Couto (1859) in the plots of enchanted Juazeiro

ABSTRACT

The article intends to analyse of the circulation and reading of "Abbreviated Mission" (Portugal, 1859) in Juazeiro do Norte, Ceará, and reflect on how this breviary interpretations is related to the "plots of the sacred" that surround this city's history. We will take as main source, the narratives presented by the Public Pilgrims Penitents, members of a brotherhood, whose doctrinal foundation is anchored in both the Abbreviated Mission teachings as well as the lay Catholic experience in. We also intend in this article to highlight the "fragments of the past" that constitute an imbricated relation between this publication temporalities and the readers who interpreted them. From this comparison, it becomes possible to see how this book's history, the readers of it, and the listening and reading dimensions can contribute to a historical interpretation that reveals the everyday plots and their involvement in the great power structures.

Keywords: Missão Abreviada. Juazeiro do Norte. History of the book.

²¹⁸ Doutorando em História Social pelo Programa de pós-graduação em História da UFC, Mestre em Cultura, Poder e Identidade pelo PPGH, UFCG. Professor substituto da Universidade Regional do Cariri, URCA. Bolsista CAPES. E-mail: robertovianahistoria@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5746682686852335>.



1 PREÂMBULO: FRAGMENTOS DE PASSADO

Essa história começa ao rés do chão, com passos. São eles o número, mas um número que não constitui uma série. Não se pode contá-lo, porque cada uma de suas unidades é algo qualitativo: um estilo de apreensão táctil de apropriação cinésica. Sua agitação é um inumerável de singularidades. Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares (CERTEAU, 2012, p. 163).

Cada caminhante que transita pelas ruas da cidade moderna é invadido por uma rede de sensibilidades que formam os lugares, criam mundos e viajam por temporalidades. Os trajetos são complementados por cheiros, imagens e gostos, verdadeiras matérias-primas para a construção de uma prática sensível do caminhar.

Evoco esse fazer cotidiano, pois através dele tive contato com diversos “fragmentos de passado”: um prédio que lembra a infância, o cheiro de uma comida no mercado central, o calor das velas e o canto profundo em uma igreja antiga. É praticável escrever uma história a partir desses vestígios? É possível percorrer essas pegadas de sensibilidade?

A escrita que conjugo aqui, tenta examinar os “fragmentos de passado” que me foram apresentados por leitores e ouvintes de um livro: A “Missão Abreviada”; obra publicada em Portugal no ano de 1859, pelo padre Manoel José Gonçalves Couto e que ganhou uma notoriedade tanto no seu país de origem quanto “além-mar”.

A Missão Abreviada é “extraordinária ao mesmo tempo em si mesma e por seu destino” tal qual a *Legenda Áurea*²¹⁹ do medievo. Ao todo, foram publicadas dezesseis edições entre 1859 e 1904 com o acréscimo de dois *aditamentos* publicados em 1865 e 1881 respectivamente (CASTRO, 2002). Vários exemplares da Missão foram reproduzidos, inclusive no Brasil, de forma independente por fiéis ou grupos religiosos mesmo após o encerramento das publicações oficiais em Portugal.

É seguro afirmar que esse breviário circulou em vários movimentos religiosos em Portugal e no Brasil, tornando-se inclusive o “livro-guia” de muitos desses contextos na segunda metade do século XIX e século XX, a saber: as Santas Missões Populares (Portugal e Brasil), do movimento de Canudos (Antônio Conselheiro, Bahia), do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (Beato José Lourenço, Crato, Ceará), das Casas de Caridade (Padre Ibiapina, Cariri cearense) e do movimento Pau de Colher (Beato Severino Tavares, Bahia, Pernambuco).

²¹⁹ Sobre a “Lenda Dourada” de Tiago de Varazze, ver: LE GOFF, Jacques. **Em busca do tempo sagrado: Tiago de Varazze e a Lenda Dourada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.



Cada um dos movimentos citados encontrou poderosos entraves sociais, políticos, e, dentro da própria hierarquia da instituição católica para a sua continuidade no tempo. Entretanto, a *mentalidade* religiosa evocada nesses locais, ecoou de muitas formas na vivência cotidiana de católicos leigos em todo o país. Foi na tentativa de percorrer os vestígios deixados por essas pessoas e movimentos que me deparei com a Missão Abreviada em Juazeiro do Norte através das mãos dos Penitentes Peregrinos Públicos.

Em linhas gerais, esse grupo de penitentes tem como meta a redenção dos pecados e a salvação a partir da mendicância, peregrinação e privação dos bens materiais. Nas suas casas (pelo menos até o ano 2000) não existia água encanada, nem energia elétrica. Todos que adentrassem no grupo passavam por um ritual chamado de “Batismo da Cruz”, no qual eram queimados os seus documentos oficiais e “renasciam” com um novo nome para uma “nova vida”. Os homens passavam a ser conhecidos como José Aves de Jesus e as mulheres Maria Aves de Jesus. Segundo os membros dessa irmandade, todos os seus costumes e ritos foram herdados dos ensinamentos do padre Cícero Romão Batista²²⁰ e das “leis” contidas na “santa Missão Abreviada”.

Tomo como objetivo central desse texto, portanto, investigar a experiência de leitura da Missão Abreviada em Juazeiro do Norte a partir das narrativas dos Penitentes Peregrinos Públicos e a relação destes com uma *mentalidade* religiosa que parece não obedecer a dinâmica do tempo cronológico e serpenteia entre passado, presente e futuro.

É válido lembrar, portanto, que esses fragmentos de passado, essa “poeira” do tempo que se espalha sob os olhos do historiador só fazem sentido quando são traduzidos pela tinta da imaginação. É preciso uma boa dose de invenção, combinados com um rigor detetivesco, para reunir essas porções do tempo e construir uma narrativa verossímil, uma *historiografia*: “O historiador também só pode escrever conjugando, nessa prática, o ‘outro’ que o faz caminhar e o real que ele não representa senão por ficções. Ele é historiógrafo” (CERTEAU, 2015, p. 27).

2 A MISSÃO DO PADRE COUTO EM PORTUGAL E “ALÉM-MAR”

²²⁰ Cícero Romão Batista nasceu em 24 de março de 1844 na cidade do Crato, filho de Joaquina Vicência Romana e Joaquim Romão Batista ambos cratenses. Tinha duas irmãs: Maria Angélica Romana e Angélica Vicência Romana. Seu pai faleceu em 1862, vitimado pela epidemia de cólera que assolou a região em meados do século XIX. Foi estudar no Seminário da Diocese cearense aonde se formou em novembro de 1870. Voltando a sua cidade natal, assumiu em 1872 a Capela de Nossa Senhora das Dores na povoação do Juazeiro, onde mais tarde aconteceria o primeiro milagre da hóstia vertendo sangue, ao ser comungada pela beata Maria de Araújo. (Cf. NOBRE, 2012, p.241)



O ano é 1859, a freguesia de Telões, município de Vila Pouca de Aguiar, Portugal, será testemunha de um evento que transformará de forma profunda o cotidiano dos católicos neste país e “além-mar”: a publicação da primeira edição do breviário “Missão Abreviada: para despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar os fructos das Missões”. O seu autor, padre Manoel José Gonçalves Couto, concebeu uma publicação que se difundiria rapidamente entre os sacerdotes e católicos leigos do seu país, servindo como livro-guia para muitos movimentos e comunidades religiosas.

A obra foi usada especialmente nas *Missões populares*²²¹ em Portugal, onde ficou conhecida como a *bíblia das aldeias*. De forma resumida, essas Missões compunham uma “pastoral extraordinária na prática da Igreja, que se distingue da prática ordinária, a paroquial”. Eram realizadas por um período de tempo determinado, no máximo duas semanas, em que os fiéis participavam de instruções, sermões e confissões. Essas práticas visavam, desde sua formação inicial no séc. XVI, “preservar os católicos da heresia, reforçar a sua fé e renovar a sua prática cristã” (CASTRO, 2002, p. 72).

Tomando alguns indícios apontados pelo teólogo Osório de Castro (2002), a leitura da própria Missão Abreviada e as narrativas de devotos, que a usam na contemporaneidade, é possível perceber traços estruturais das leituras desse breviário em Portugal que reverberaram em suas apropriações na América.

O primeiro diz respeito à linguagem, isto é, a forma narrativa empregada pelo padre Couto. Alguns autores como o já citado Castro (2002), o também teólogo João Francisco de Marques (1999), a historiadora Edianne Nobre e o historiador Juciello Alexandre (2011) parecem concordar que a “experiência [do padre Couto] no contato real com as pessoas, vai impor-lhe uma forma de escrita simples, mas elegante, viva, direta, com exemplos de memorização fácil, com repetições” (CASTRO, 2002, p. 58).

²²¹ A literatura acadêmica sobre as Santas Missões do séc. XIX são vastas tanto em Portugal quanto no Brasil, destaco os seguintes títulos que apresentam de forma sistemática e profunda suas principais questões. **Portugal:** CHATELLIER, Louis. **A religião dos pobres:** as missões rurais na Europa e a formação do Catolicismo moderno. Lisboa: Ed. Estampa, 1995; SANTOS, Eugênio dos. *Missões do interior em Portugal na Época moderna:* agentes, métodos, resultados. In: SILVA, Lemuel Rodrigues da. **O discurso religioso no processo migratório para o caldeirão do beato José Lourenço.** 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009; HOORNAERT, Eduardo. *Antônio Conselheiro, negociador do sagrado.* In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das Religiões no Brasil.** Recife: Editora Universitária Ufpe, 2001. p. 39-77.



Essa forma de escrita reveste e impulsiona o principal desejo do autor: “emendar os pecadores”. O “espírito da conversão” é o principal guia de toda a obra. Na ocasião do lançamento da sétima edição do livro, em 1870, o padre Couto resolveu colocar na primeira página do breviário o seguinte texto dedicado “aos leitores”:

AOS LEITORES

A extracção de *cincoenta e seis mil* exemplares em tão pouco tempo; uma grande multidão de pecadores verdadeiramente convertidos e emendados; as muitas confissões geraes que se tem feito e se fazem por toda a parte, só por se ter lido ou ouvido ler este livro; tudo isso é uma prova clara e manifesta de sua utilidade para todas as pessoas. Ora como os inimigos da Religião espalham por toda a parte, e com maior atividade, os seus maus livros para assim destruírem o catholicismo, nós devemos fazer outro tanto em favor da Religião e da Igreja²²² (COUTO, 1871, p. 5).

A organização da obra é composta por um conjunto de textos divididos com os títulos de “meditações”, “instruções” e relatos sobre a “vida dos santos”, cada um contribuindo de forma direta para alertar os pecadores sobre o mal que os cerca e que, possivelmente, os preenche internamente. Não bastava apenas ler ou ouvir o texto: o leitor precisava sentir, digerir o conteúdo, palpitar o coração, “emendar” o espírito.

Os *protocolos de leitura*, enquanto um fazer do autor/editor, se relacionam com uma *leitura absoluta*, prática (mística) do consumidor (leitor) (Cf. CHARTIER, 2014; CERTEAU, 2015). Mesmo tratando de uma prática de leitura que remonta ao século XVII, Michel de Certeau parece precisar uma função do livro que reveste também a Missão Abreviada:

O livro se substitui cada vez mais às instituições, tidas como decadentes ou corrompidas, ou a seus representantes oficiais, julgados incapazes, frequentemente pelo próprio fato de seu saber, de ouvir a questão que lhes é dirigida por “espirituais”. [...] Seus livros ocupam o lugar da voz autorizada que falta. [...] O livro toma o lugar da instituição que falta ou é decadente (CERTEAU, 2016, p. 206-207).

Essa reflexão elaborada por Certeau (2016) deságua na segunda questão que, penso, faz eco tanto em Portugal quanto no Brasil: trata-se de uma reflexão sobre a função dos leigos e o poder conferido (tomado?) a estes (por estes) durante o século XIX. Não é novidade que ao longo da experiência religiosa dos cristãos católicos os leigos desempenhassem atividades que são institucionalmente conferidas aos clérigos e demais membros da ortodoxia. Essa “autorização não confessada”, atravessa o cotidiano católico pelo menos desde o medievo. Entretanto, acontece algo realmente instigante no século XIX. A Igreja tenta, através de várias

²²² A edição da Missão Abreviada que utilizo ao longo do texto é a oitava, publicada em 1871.



políticas internacionais, colocar em prática um projeto de *romanização* que, entre outras coisas, estava calcado na normatização dos “excessos” dos leigos, transferindo toda a autoridade para a mão dos clérigos.

É nesse contexto, e, para responder a esse interesse, que a Missão Abreviada foi redigida. Contudo, ao invés de legitimar esta prática romanizadora, a Missão autorizara de forma paradoxal uma atuação mais ampla dos leigos nas práticas litúrgicas e socialmente destinadas aos sacerdotes. Em uma “advertência da maior importância”, o padre Couto sugere o seguinte:

Em qualquer povoação deve haver um Missionário (deixem-me assim dizer); este deve ser um Sacerdote de bom exemplo, e na falta d’elle qualquer homem ou mulher que saiba lêr bem e de uma vida exemplar; e então com um destes livros deve fazer oração ao povo [...] (COUTO, 1871, p. 7).

Soma-se a essa “autorização não confessada” para a atuação dos leigos, a dificuldade da alocação de sacerdotes em espaços mais afastados das paróquias centrais. Essa reunião de fatores resultou em uma nova experiência de crer e ler que acabou materializando-se nas Missões em Portugal e no Brasil, reverberando e influenciando a formação de importantes tradições e movimentos religiosos. Penso, portanto, que a experiência de leitura da Missão Abreviada colaborou com a construção de novas sensibilidades religiosas entre os católicos portugueses e brasileiros no século XIX.

2.1 O “novo mundo” e a “santa Missão”

Cruzemos, finalmente, o Atlântico. É provável que os primeiros exemplares da Missão Abreviada tenham chegado ao Brasil através de duas frentes: 1) a atuação de ordens católicas nas “Santas Missões” do século XIX, em especial os Capuchinhos, e 2) através de um promissor comércio livreiro que trazia novidades das publicações portuguesas para o Brasil²²³.

Sobre a atuação das Santas Missões no Brasil, é importante destacar que elas obedeciam a mesma estrutura formadora de Portugal. Segundo o historiador Lemuel Rodrigues

²²³ Ver: ABREU, Márcia (Org). **Romances em movimento**: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2016;



da Silva²²⁴ estas “foram criadas no contexto histórico da romanização em que vivia a Igreja Católica e pretendiam, dentre os vários objetivos, transmitir a prática sacramental e fortalecer o vínculo entre os fiéis e a hierarquia eclesiástica” (SILVA, 2011, p. 41).

As tentativas de *romanização*²²⁵ das práticas católicas a partir das Santas Missões produziram aqui, um efeito ainda mais paradoxal do que aquele já apontado no contexto português. Além de promoverem uma atuação maior dos leigos, o modelo de religiosidade que foi vivido nessas experiências colaborou para a difusão de uma série de ideias que ajudariam a formar *movimentos sociorreligiosos*²²⁶, especialmente no Nordeste brasileiro:

Os movimentos sociorreligiosos do Nordeste brasileiro são as manifestações mais visíveis e impressionantes de um peculiar catolicismo popular: uma religiosidade penitencial e apocalíptica, uma “cultura do fim do mundo” difundida por predicadores errantes e praticada de forma autônoma, às vezes convivendo e às vezes conflitando com a Igreja oficial e seus ministros. Entre o início do século XIX e meados do XX essa religiosidade foi a linguagem pela qual certos grupos camponeses exprimiram sua vontade de destruir o mundo injusto e reconstruí-lo de uma outra maneira. A utopia social sertaneja projetava assim a transformação das relações de poder num futuro escatológico, mas ao mesmo tempo a efetivava na realidade cotidiana das “vilas santas”, onde a vida se definia pela fórmula do “somos todos irmãos” (POMPA, 2004, p. 71).

Considero que a leitura da Missão Abreviada foi fundante para este processo. Destaco duas interpretações que ajudam a sustentar essa hipótese. A primeira, diz respeito a questão editorial da Missão no Brasil: no final do século XIX, essa obra foi uma das mais vendidas no país. Um indício desse sucesso editorial pode ser observado no periódico “A Gazeta do Norte”, de Fortaleza, Ceará, edição de 8 de março de 1881, no qual foi publicado um levantamento da livraria “Joaquim José de Oliveira” informando os livros mais vendidos no ano anterior, 1880. A Missão Abreviada foi o segundo livro mais vendido com o total de 101 saídas.

²²⁴ Ver: SILVA, Lemuel Rodrigues da. **O discurso religioso no processo migratório para o caldeirão do beato José Lourenço**. 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

²²⁵ Para um aprofundamento sobre a noção de romanização, ver: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Uma questão de revisão de conceitos: romanização - Ultramontanismo - Reforma*. **Temporalidades: Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, Minas Gerais, v. 2, n. 2, p.24-33, agosto/setembro 2010.

²²⁶ Ver.: “Leituras do ‘Fanatismo Religioso’ no Sertão Brasileiro”. **Novos Estudos Cebrap**, v. 69. São Paulo, 2004, pp. 71-88; POMPA, Cristina. *Memórias do fim do mundo: o movimento pau de colher*. **Revista Usp**, São Paulo, v. 5, n. 82, p.69-87, jun. 2009.

Figura 1: Excetos do Jornal “A Gazeta do Norte”.

A estatística de venda que nos forneceu a casa de Joaquim José de Oliveira e Comp. ^a , gradua o gosto cearense pela leitura.	
Anno de 1880.	
Romanços de Escherich	54
" de P. du Terrail	30
" de P. de Kock	30
" de J. Verne	26
" de Zola	10
Flos sanctorum	150
Livros de braxa lorenna	2

Escudo admiravel	91
Historia de Carlos Magno	30
Bossuet	1
Balmés	1
Missão abreviada	101
Historia da Princesa Magalona, da The-raza Philosopha etc.	83
Spenser (por encomenda)	1
Livros em branco, papel, compendios, etc. completam a venda da casa.	

Fonte: Fortaleza, Ceará. Edição 08 de março de 1881 (Hemeroteca da BND).

Em um mundo, aonde/no qual o letramento oficial era raro, esses dados são realmente impressionantes. A razão de tamanha popularidade não pode ser explicada através de uma fórmula simples. Além dos elementos estruturais da obra já citados (texto, divisão, edição), considero que a *performance*²²⁷ dos leitores foi fundamental para a popularização desse breviário:

Por isso, tratando-se da presença corporal do leitor de “literatura”, interrogo-me sobre o funcionamento, as modalidades e o efeito (em nível individual) das transmissões *orais* da poesia. Considero com efeito a voz, não somente nela mesma, mas (ainda mais) em sua qualidade de emanção do corpo que, em nível sonoro, o representa plenamente (ZUMTHOR, 2000, p. 31).

As *performances* interpretativas difundidas através da voz e dos corpos desses *líderes leitores* romperam os muros das Santas Missões e reverberaram para outros movimentos. O meu foco aqui não é, necessariamente, apontar para os usos e leituras da Missão em cada uma dessas experiências históricas. É, antes disso, apontar para a construção de uma *sensibilidade religiosa* que transpõe as categorias de erudito/popular e que se relaciona de forma paradoxal com a ortodoxia cristã, jogando com as categorias analíticas de presente, passado e futuro.

²²⁷ Aproximo-me aqui da concepção de *performance* de Paul Zumthor. Para maior aprofundamento, ver: ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. 3. ed. São Paulo: Edusc, 2000.



Essa experiência de *longa duração* só se tornou perceptível para mim a partir do contato que tive com uma irmandade de penitentes em Juazeiro do Norte, interior do Ceará. Através das *performances* dos Penitentes Peregrinos Públicos pude enxergar, de forma mais precisa, as permanências e transformações dessa experiência religiosa no mundo contemporâneo. Parece-me que, sem perceber, ao tentar “emendar” o pecador, o padre Couto também emendou o tempo.

3 JUAZEIRO ENCANTADO, UMA “RAPA DO ANTIGO”

Dona Josefa: E eu conheço que não existe outra lei na face da terra a não ser essa. Nós sabemos que essa tem uma rapa do antigo! E a que tá havendo hoje é dos tempo moderno. É do moderno. Então nós não acompanha os tempo moderno.²²⁸

Desde que encontrei pela primeira vez com os Penitentes Peregrinos Públicos em 2012²²⁹, percebi algo recorrente em suas narrativas: a busca dessas pessoas em “reviver” no presente, uma “rapa do antigo”, ou seja, de fazer “renascer” através de suas práticas um modelo de religiosidade que eles acreditavam ter chegado quase ao fim, sobrevivendo apenas em alguns “fragmentos de passado”: livros, roupas, ritos, imagens e vozes que pareciam apontar para uma longa estrada que corta o tempo e se perde no espaço.

Quando Mestre José fundou essa irmandade na década de 1970, ele já havia garimpado uma série de livros antigos que, segundo ele, formariam a base ritualística desse grupo de penitentes, as chaves que abririam a porta para essa “rapa do antigo”. Entretanto, nenhum desses livros tinha maior destaque que a Missão Abreviada, este era tido como uma relíquia e só poderia ser manuseado por poucas pessoas:

A mística que envolve a *Missão Abreviada* pode ser aproximada de uma verdadeira devoção, pois envolve além do culto ao livro enquanto representação do sagrado, atitudes e ritos de veneração. Esta inter-relação promove uma negociação com o sagrado que reverte o objeto em *reliquia*, enquanto parte do sagrado. No imaginário dos Penitentes Peregrinos, encarna o próprio Deus objetivado. O livro nos foi mostrado, não sem antes termos sido advertidos que não poderíamos pegar ou tocar “na Santa Missão Abreviada”, só os devotos podem manusear o livro (CARVALHO, 2011, p. 71-72).

²²⁸ Entrevista realizada com Dona Josefa no dia 07 de julho de 2015 no bairro Tiradentes, na casa de Dona Marinete. Dona Josefa foi uma das primeiras pessoas a ingressar na irmandade recém-criada por Mestre José na década de 1970. Ela foi responsável, inclusive, por trazer boa parte de sua família em Alagoas para a irmandade.

²²⁹ Ver: OLIVEIRA FILHO, Roberto Viana de. **Passado perpétuo**: os penitentes peregrinos públicos e o catolicismo penitencial em Juazeiro do Norte, CE. (1970 – 2000). Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: UFCG, 2017.



De 1970 até o ano 2000, várias pessoas já haviam “morrido para o mundo” e ingressado na irmandade. A maioria dos membros do grupo de penitentes fixou residência na cidade de Juazeiro do Norte, em um conjunto de casas no bairro Tiradentes, um local afastado do centro da cidade e que, especialmente, na década de 1970, aproximava-se muito de uma comunidade rural.

A escolha desses locais para a construção de uma irmandade que tinha como objetivo central converter não apenas as pessoas, mas o próprio tempo, só poderia realizar-se completamente em um espaço “encantado”:

Dona Josefa: Aqui é encantado, criatura. Nós não sabe de todos os mistério daqui não. Eu mais ele ai ó, nós fomo pro Santo Sepulcro²³⁰, ai quando nós chegamo lá nós vimo a barquinha de Noé! Nós vimo! Nós vimo com esses dois olhos da gente! Quando a gente chegou lá, foi ele que me mostrou.²³¹

Juazeiro do Norte se transfigura, nas vozes dessas pessoas, em um espaço encantado capaz de abarcar as mais fantásticas manifestações divinas e, sobretudo, torna-se espaço privilegiado para a consagração de um tempo novo, sagrado. Segundo os penitentes dessa irmandade o novo tempo seria regido pelas leis da “santa Missão” e do padre Cícero Romão Batista.

Após a morte do primeiro líder da irmandade no ano 2000²³² o grupo passou por uma grande divisão: de um lado estava o penitente Manoel José Aves de Jesus, considerado por alguns como o “melhor discípulo de Mestre José”, e do outro lado estava João José Aves de Jesus, um penitente que nutria em seu interior um projeto revolucionário: reeditar, reimprimir e distribuir a Missão Abreviada para todas as pessoas objetivando que ela não ficasse apenas guardada como uma relíquia da mesma forma que acontecia no tempo de Mestre José.

Me atentarei aqui, especialmente, para as transformações operacionalizadas pelo penitente João José Aves de Jesus pois considero que sua iniciativa de reeditar, reimprimir e distribuir a Missão Abreviada na cidade de Juazeiro aponta para uma singularidade que se relaciona com a cultura do seu tempo e revela conexões com antigas mentalidades religiosas que insistem em permanecer na “cidade moderna”.

²³⁰ O Santo Sepulcro é o local onde foram enterrados alguns beatos e beatas dos tempos do padre Cícero.

²³¹ Entrevista com Dona Josefa, *idem*.

²³² Nesse ano o grupo ficou muito conhecido pois dizia-se que Mestre José havia profetizado o fim dos tempos para o ano 2000. Esse assunto é muito controverso dentro da irmandade, entretanto, ao longo do tempo criou-se um consenso de que o ano 2000 representava não o fim do mundo e da raça humana, mas o fim de uma nova era para o próprio grupo pois foi nesse ano que Mestre José faleceu.

3.1 A “nova” Missão Abreviada:

João José Aves de Jesus foi o primeiro penitente dessa irmandade com quem tive contato. Por três anos, durante o fim da graduação e início do mestrado, eu fiz visitas periódicas à casa desse senhor²³³. Na fachada de sua residência era possível ler em letras garrafais: *A casa da Missão é aqui. Faça seu pedido. Haja em cada família padres e missionários. De cidade a capital. Ide e ensinaí a todas as criaturas. Machadinha de Noé. Penitente João José ‘Alves’ de Jesus*. Além desse aviso/convite existia um símbolo logo acima da frase: várias letras cercavam um livro dentro de uma forma triangular e lá estava eu, de pé, em frente à tão enigmática entrada.

Figura 2: Fachada da “Casa da Missão”.



Fonte: acervo pessoal do autor.

As surpresas não se concentravam apenas na fachada da casa. Ao entrar na *sala do santo*²³⁴, deparei-me com antigas imagens sacras, um candeeiro suspenso por um fio quase

²³³ As narrativas de João José, como será possível perceber, são repletas de metáforas e quase todas as perguntas que fiz foram respondidas com complexas narrativas cheias de referências e enigmas, o que dificultou o levantamento de dados mais técnicos como, por exemplo, o local onde viviam os demais remanescentes do grupo. Eu só consegui essa informação aos poucos, garimpando dados com vizinhos e demais pessoas do bairro.

²³⁴ Cômmodo muito comum nas casas dos devotos em Juazeiro do Norte. É uma sala em que geralmente existe um oratório e imagens de vários santos. É nesse local onde são celebradas as *renovações do sagrado coração de Jesus* e as orações diárias. É uma espécie de espaço que instaura uma sacralidade dentro da residência.



imperceptível amarrado no telhado, bancos de madeira que lembravam assentos de uma igreja, uma escrivaninha, imagens antigas da penitência e, para minha surpresa, as imagens de D. Pedro I e D. Pedro II.

Antes que pudesse me sentar em um desses bancos, João José me recebia sempre com a saudação: “Louvado seja nosso senhor Jesus Cristo” e, a partir daquele momento, iniciávamos uma longa conversa sobre sua vida, a penitência e, especialmente, o livro “A Missão Abreviada”. Segundo o penitente, a sua casa era o último refúgio onde se podia encontrar esse livro, seja em vida ou em “espírito”:

Roberto Viana: E o senhor aqui todos os dias recebe pessoas que queiram saber da Missão? Vem muita gente saber da Missão? Como é?

João José Aves de Jesus: Se não vem em corpo, vem em espírito. Aqui o que não vier em corpo vem em espírito. Aqui o que não vier em corpo vem em espírito.

Roberto Viana: Depois que morre vem para cá?

João José Aves de Jesus: Depois que morre vem.

Roberto Viana: É? Procurar a Missão?

João José Aves de Jesus: Procurar a Missão. Ela é uma fonte de água viva.

Roberto Viana: E é aqui “A casa da Missão”? Tem outro lugar no mundo?

João José Aves de Jesus: Não. É aqui ó. (mostrando uma foto dele segurando a Missão Abreviada)²³⁵.

A “Casa da Missão” materializa, de certa forma, o desejo do penitente pela “fundação de outro mundo”: um espaço capaz de abrigar as transformações que ele estava planejando para o grupo e, sobretudo, um espaço onde a “Missão Abreviada” fosse usada como um elemento central e fundador das regras morais a serem seguidas.

A “fonte de água viva” do penitente não poderia ficar guardada e esquecida. A principal questão que inquietava João José era com relação ao antigo culto à Missão Abreviada. Como vimos anteriormente, esse livro era considerado uma *reliquia* dentro do grupo e apenas alguns eleitos poderiam manusear a obra e interpretar suas escrituras. Esta regra inquietava João José sobremaneira. O incomodava o fato de todas as pessoas não terem acesso aquele livro que “era o mais importante escrito de todos os tempos”.

²³⁵ Entrevista do dia 19 de março de 2014.



Portanto, o plano do penitente era o seguinte: renovar, reimprimir e distribuir a Missão Abreviada para qualquer pessoa que quisesse adquirir o livro. Esse plano não mudaria apenas a relação das pessoas da própria comunidade com o livro, mas mudaria o próprio sentido da penitência dentro do grupo.

Para executar tal plano, João José deveria romper com uma das principais regras da irmandade: não negociar, não pegar em dinheiro, que não fosse de esmola. Ele teria que estabelecer uma relação com gráficas, com o comércio e com o dinheiro para que seu empreendimento renovador tivesse sucesso. Essa prática era inadmissível para Mestre José, e, também causava um severo conflito interno para o penitente. Mas sua vontade de mudança era maior:

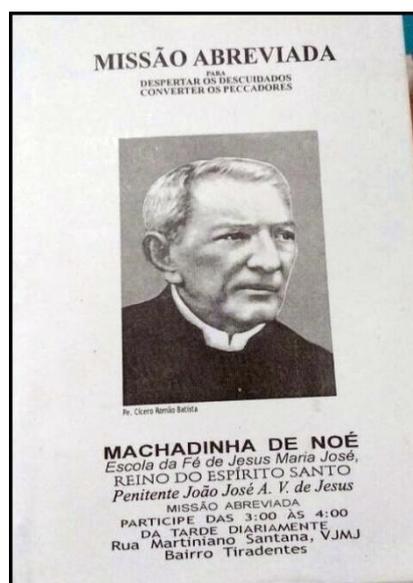
João José Aves de Jesus: Você tá pensando que esse livrinho da “Missão” que você já tem ele, você tá pensando que aquele livrinho ali foi pra qualquer pessoa pegar ele e dizer: “ai esse livro está velho e eu vou renovar ele que eu vendo ele e ganho mais alguma coisa de bem da terra”? Assim a Missão nunca pode ser renovada, mas quando for pelos interesse espiritual, uma escolha de Deus, Nossa Senhora e meu padrinho Cícero, só obra de interesse aqui da terra de nada, e não de salvar a minha alma? Eu não tenho interesse nesse real aqui não meu filho. Meu interesse aqui é que Deus salve a minha alma, que pelo amor de Deus não deixe eu me perder. E eu ainda digo: meu pai se eu merecer essa salvação, meu pai, com esse pequeno merecimento que eu tiver de alcançar minha salvação meu pai, pois meu pai pegue esse merecimento pouquinho que eu tenho, reparta meu pai para meus irmãos, aqueles que eu nem conheço, nem sei se existem na face da terra, mas vós é quem sabe, é quem entrega, é quem conserva, é quem nasce, é quem cria, quem sustenta, então meu pai, vós é quem sabe, quantos tem, quantos merecem e quantos precisam. Meu pai, se eu merecer a salvação dê a meus irmãos meu pai. Dê a meus irmãos!

A “salvação” que o penitente suplica a Deus para dividir entre seus irmãos só poderia ser alcançada se todos tivessem acesso ao livro que contém as regras para obter os “prêmios eternos”. É possível observar ainda nessa fala que a utilização do dinheiro foi de certa forma ressignificado pelo penitente. Segundo sua explicação ele não utilizava o dinheiro para o proveito próprio, mas sim para “sustentar a missão”, mas esse argumento não foi forte o suficiente para convencer os demais membros do grupo. Ele foi, pouco a pouco, afastando-se da irmandade e organizando um “rebanho próprio”.

A ação reformadora de João José não se restringiu apenas à reimpressão do livro. O penitente reelaborou signos e ritos que acompanharam o seu projeto. Um exemplo marcante dessas transformações está na compreensão de que a Missão Abreviada estava intimamente ligada ao padre Cícero. O penitente chegava a afirmar que o livro havia sido escrito pelo

sacerdote e que tinha sido através desse padre/santo/Deus que a Missão Abreviada havia surgido no Juazeiro.

Figura 3: Nova capa da “Missão Abreviada” elaborada por Joao José.



Fonte: acervo pessoal do autor.

Como é possível observar na figura acima, a nova capa da Missão Abreviada elaborada por João José tem como figura principal a imagem do padre Cícero que, além de ser o guia espiritual da comunidade, era também o autor dessa relíquia para o grupo, na interpretação de João José. Na cosmovisão do penitente, tudo o que o padre Cícero sofreu a suspensão das suas ordens sacerdotais e a perseguição religiosa que lhe foi infligida estavam intimamente ligadas ao fato do sacerdote ter colocado a Missão Abreviada como livro superior à Bíblia:

Roberto Viana: Por que Juazeiro? Por que a “Casa da Missão” é aqui em Juazeiro? O senhor me falou assim: “Se a pessoa não vier em corpo, vem em espírito depois” pra “Casa da Missão”. É só daqui que tá saindo a “Missão”, né? E por que é que é no Juazeiro? Tem alguma coisa especial?

(Durante esse “bombardeio” de perguntas o penitente respondia entre as interrogações: “É sim”, “Isso mesmo”, repetidas vezes)

João José Aves de Jesus: Você pergunta muito bem. Porque meu padrinho Cícero disse: “Quem me suspende de ordem hoje, meus amiguinhos, mais adiante vai trabalhar pela minha volta.” Entendeu? Por que suspenderam meu padrinho Cícero naquele tempo, você sabe me dizer isso?

Roberto Viana: Foi porque ele falou que o milagre da hóstia era verdade?



João José Aves de Jesus: Não. Suspenderam ele de ordem, por que eles encontraram toda a verdade de Jesus Cristo foi nele. Ai não quiseram dar o valor que ele tem e merece. E a Bíblia já vinha se aproximando para entrar dentro da Igreja pra botar a Missão pra fora! E eles queria que meu padrinho Cícero também assinasse, pra tirar a Missão de toda a Igreja e ficar só a Bíblia deles! E meu padrinho Cícero não aceitou isso ai! Ele segurou a Missão na mão à custa de penas e mortes.²³⁶

O penitente construiu uma nova versão da história do padre Cícero, na qual o sacerdote é apresentado como o grande defensor da Missão Abreviada no momento em que, segundo ele, a Bíblia começou substituir a “Missão” dentro dos cultos. A crença do penitente se transformou em discurso e elaborou uma nova concepção de verdade para ele, e, para as pessoas que enxergam nele um guia espiritual. O que nos interessa aqui é a forma como a história é reconstruída para criar um espaço de significados que sintonizam as suas ações com as ações do ser espiritual que rege a vida desses devotos.

Tal como o padre Cícero de sua narrativa, João José teve que romper com as regras e imposições que lhe foram dadas para criar algo novo, e, que estivesse em harmonia com a tradição que ele aprofundou a partir do convívio com Mestre José, mas que já era vivida por ele em sua comunidade natal.

Para que esse novo ordenamento da crença lograsse êxito, o penitente investiu também na confecção de vários materiais gráficos que incluíam o convite para conhecer a Missão Abreviada em seu mais novo lar, “A casa da Missão”, a produção de cartões de visita, cartazes, manuais para celebrar renovação, livrinhos de rezas e novenas, porta-retratos, relógios de parede, enfim, uma complexa rede de divulgação que apontava o caminho para a “fonte de água viva”, o “primeiro livro do mundo”.

A trajetória mística do penitente João José é marcada por uma escolha fundante. Ele ressignifica uma regra chave da irmandade, “não pegar em dinheiro, nem comercializar”, para que a tradição do grupo fosse inserida no contexto da modernidade característica do *tempo presente* vivido por ele. Essa sua atitude, de certa forma, popularizou e tornou acessível a doutrina do grupo a um espectro maior de pessoas, mas conferiu a ele a marca da rejeição pelos antigos seguidores da penitência: “ele deixou de ser penitente e agora foi comercializar”, como afirma Dona Virgínia.

O esfacelamento da *comunidade* em pequenos núcleos com práticas muito mais individuais que coletivas estava começando a se tornar realidade. O penitente João José deu o

²³⁶ Entrevista do dia 19 de março de 2014.



primeiro passo. A exemplo desse senhor, outros seguidores e penitentes começaram a reelaborar antigas regras da irmandade para que as “ruínas” resultantes desse esfacelamento dessem lugar a novas práticas e ritos que, mesmo ganhando uma nova forma e acabamento, ainda guardassem fragmentos agora ordenados de uma forma que fosse mais atraente para os olhos imperiosos da modernidade.

4 CONCLUSÃO - “O PRIMEIRO LIVRO DO MUNDO”

Dentre as tantas informações e novidades que me eram apresentadas pelo penitente João José, uma questão permanecia enigmática e cercada de mistério: a relação da Missão Abreviada com a Bíblia dentro do grupo de penitentes. Era visível que esse senhor nutria uma rejeição pela Bíblia e pude perceber que esse mesmo sentimento se repetia nas narrativas de outros devotos, a exemplo de Dona Virgínia:

Dona Virgínia: A Bíblia é um livro que ensina muitas coisas. Tem muita parte da Missão nela. A Bíblia é nova. De mil e quinhentos pra cá. A Bíblia é de mil e quinhentos pra cá. A Missão é antiga. É do começo do mundo. Foi de São Pedro que fez a Missão. A Missão de Jesus Cristo. Foi o primeiro livro do mundo²³⁷.

Na tentativa de coletar informações sobre esse e outros mistérios dentro do grupo, me deparei com um jovem penitente, Israel Aves de Jesus. Este penitente ingressou na irmandade aos quatorze anos quando o seu pai, Sr. Francisco, lhe apresentou ao penitente Manoel Aves de Jesus considerado por muitos como o “melhor aluno de Mestre José”, o primeiro líder.

A família do penitente Israel começou a adotar os costumes da antiga irmandade, entretanto, eles não se sentiam preparados para se consagrarem como penitentes, ou seja, “morrer completamente para o mundo” deixando o trabalho formal e todas as benesses da modernidade. Essas pessoas se autoproclamaram como *seguidores* da Missão: adotariam o rigor da vida pregada na Missão Abreviada sem, no entanto, se consagrarem penitentes. O “chamado” da penitência foi abraçado apenas pelo jovem Israel.

Após ingressar na irmandade, Israel deixou a escola e qualquer possibilidade de trabalho formal. Dedicou-se a “pedir uma esmola pelo amor de Deus” e a ler uma série de livros

²³⁷ Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2015 na calçada da casa de Dona Virgínia junto com outras seguidoras da irmandade.



de filosofia e teologia que ele considerava importantes. Também destinou muito tempo para conversar “com os antigos” e aprender os “mistérios” da irmandade.

Ao ser indagado sobre a relação do grupo com a Bíblia e a forma como ela aparece nos discursos dos penitentes mais antigos da irmandade, o penitente Israel me forneceu uma narrativa reveladora que, segundo ele, teria aprendido com os mais velhos da irmandade, especialmente com o penitente Manoel Aves de Jesus:

Israel Aves de Jesus: E ali quando Nosso Senhor entregou a Missão à São Pedro disse que ele fosse à Roma e edificasse a Santa Sé que aquele seria o trono dele na Terra. Nosso Senhor também encarregou São Pedro de escrever a Missão Abreviada. E na ocasião que São Pedro terminou a sua vida no apostolado, ele tinha terminado de escrever a primeira parte. Ai ele deixou para seu sucessor, conforme a tradução de meu padrinho Manoel e de Mestre José, que foi São Braz. Ai São Braz escreveu a segunda parte da Missão e foi e deixou para seu terceiro sucessor São Bento. Ai quando terminou-se a parte de São Bento que ele escreveu, veio Martinho Lutero que coube a ele a quarta parte da Missão pra ele escrever. Ele muito bem escreveu. Mas como ele queria que a humanidade não seguisse os caminhos de Deus, se desviasse dos caminhos de Deus, ele muito bem escreveu a Missão Abreviada, colocou em sua mão direita e disse: “Este livro que eu terminei de escrever é o complemento que me cabia que eu acabei de terminar. Esse livro leva para a direita. Para o caminho da salvação. Porém eu vou escrever outro que quando eu termina-lo vai ser o livro geral que vai ser espalhado por todo o mundo. E esse é que vai crescer e se multiplicar para cumprir a palavra que Deus disse na criação. Mas não na fé. Mas nas coisas materiais e bens desse mundo”. Ai ele escreveu a Bíblia ajudado de Zuínglio e de Melâncton. Assim conforme ainda o que eles falavam. Eu não compreendo como foi que eles encontraram esses nomes! E João Calvino também! Eles diziam que João Calvino também tinha ajudado. Pra finalizar, quando ele terminou de escrever a Bíblia, ele colocou a Bíblia na mão esquerda e disse: “esse daqui vai ser o livro que todo mundo vai aceitar. Esse aqui é o que vai crescer e multiplicar. Mas não para o Céu. Mas sim para as coisas desse mundo”. E daí daqueles tempos pra cá os penitentes dizem que a Bíblia começou a se proliferar. Ai também eles querem afirmar que a Igreja aceitou o uso da Bíblia e ficou assim, conivente, aceitando aquilo que estava lá escrito”²³⁸.

Considero essa narrativa importante para a compreensão da relação do grupo com a Bíblia e, por consequência, com a própria Igreja Católica. A história contada pelo jovem se relaciona com vários elementos das narrativas de dona Virgínia e do penitente João José. Quando dona Virgínia afirmava que “a Missão foi escrita por São Pedro” ou quando o penitente João José colocou que a “Missão foi dita por Jesus e escrita pelos apóstolos” eles estavam, possivelmente, fazendo referência a essa narrativa que os penitentes devem ter ouvido diversas vezes ser proferida pelo Mestre da irmandade.

O elemento mais instigante a ser revelado, contudo, diz respeito à escrita da “quarta parte da Missão” que teria sido encarregada, segundo a narrativa, ao “novo Papa da Igreja”,

²³⁸ Entrevista realizada no dia 08 de março de 2017.



Martinho Lutero. Essa chave narrativa explica de forma mais clara a rejeição ao uso da Bíblia, pois, segundo a história apresentada, esse livro teria sido escrito por uma tentativa de Lutero, que traiu a Igreja, de “crescer e multiplicar” uma crença que não ia levar à salvação da alma, mas apenas o crescimento dos bens materiais.

É interessante perceber também que a partir da década de 1970, segundo dados apresentados pela antropóloga Renata Marinho Paz²³⁹, existe um aumento exponencial do número de Igrejas Evangélicas a se fixarem no Brasil. Interpreto que o aumento do número dos “homens da bíblia”, como eram conhecidos os evangélicos, também contribuíram para a formação dessa narrativa que o penitente Israel apresentou. Observa-se ainda o fato dos antigos penitentes terem, segundo o penitente Israel, conhecimento de nomes como Zuínglio, Melâncton e João Calvino, três líderes da Reforma Protestante de diferentes lugares do mundo.

A memória organizada através da narrativa do penitente Israel ajuda a revelar o quão complexa é a dimensão que a Missão Abreviada ganhou na vida das pessoas dessa irmandade e da própria cidade de Juazeiro do Norte. As leituras, *performances* e tradições desenvolvidas a partir dessa obra constituem um enorme quebra-cabeça que tenho a impressão de sempre estar incompleto.

Um dos elementos mais importantes que as experiências de leitura da Missão Abreviada revelam é a possibilidade de construir uma narrativa historiográfica que não obedeça necessariamente ao tempo cronológico. As narrativas dos penitentes passeiam por passado, presente e futuro revelando o tempo da eternidade, do sagrado.

Os “fragmentos de passado” deixados pelos usos da Missão Abreviada constituem importantes pistas para o entendimento da difusão de um modo de crer que teima em sobreviver no mundo moderno se reinventando e organizando o mundo ao seu redor. Apesar do caráter fragmentário das fontes e do próprio recorte temporal e espacial, penso que os debates aqui apresentados ajudam a constituir se não um esboço, mas ao menos um convite para essa viagem de penitência, fé e encantamento.

²³⁹ Ver: PAZ, Renata Marinho; JERONIMO, Priscila Ribeiro. *Para além do catolicismo: a presença evangélica em Juazeiro do Norte. Anais dos Simpósios da ABHR*, Juiz de Fora, p.10-20, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/288>>. Acesso em: 09 mar. 2019



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia (Org). **Romances em movimento**: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

CASTRO, Alberto Osório de. **A "Missão Abreviada" do padre Manuel Couto**: um abeiramento contextualizado. Chaves, Portugal: Grupo Cultural Aquae Flaviae, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 19. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012.

_____. **A escrita da história**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015.

_____. **A fábula mística**: séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHÂTELLIER, Louis. **A religião dos pobres**: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno. Lisboa: Ed. Estampa, 1995

HOORNAERT, Eduardo. *Antônio Conselheiro, negociador do sagrado*. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das Religiões no Brasil**. Recife: Editora Universitária Ufpe, 2001. p. 39-77.

LE GOFF, Jacques. **Em busca do tempo sagrado**: Tiago de Varazze e a Lenda Dourada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NOBRE, Edianne dos Santos. *Caminhos de santidade*: as biografias espirituais das beatas de Ibiapina no jornal "A voz da Religião no Cariri" (1868 - 1870). **Revista Nures**, São Paulo, n. 19, p.15-40, set. 2011.

NOBRE, Edianne dos Santos; ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. "A missão abreviada: práticas e lugares do bem-morrer na literatura espiritual portuguesa da segunda metade do século XIX". **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011.

OLIVEIRA FILHO, Roberto Viana de. **Passado perpétuo**: os Penitentes Peregrinos Públicos e o catolicismo penitencial em Juazeiro do Norte, CE. (1970 – 2000). Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: UFCG, 2017.

PAZ, Renata Marinho; JERONIMO, Priscila Ribeiro. *Para além do catolicismo*: a presença evangélica em Juazeiro do Norte. **Anais dos Simpósios da ABHR**, Juíz de Fora, p. 10-20, mar. 2019. Disponível em:
<<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/288>>. Acesso em: 09 mar. 2019

POMPA, Cristina. "Leituras do 'Fanatismo Religioso' no Sertão Brasileiro". **Novos Estudos Cebrap**, v. 69. São Paulo, 2004, pp. 71-88.



_____. Cristina. *Memórias do fim do mundo: o movimento pau de colher*. **Revista Usp**, São Paulo, v. 5, n. 82, p. 69-87, jun. 2009.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Uma questão de revisão de conceitos: romanização - ultramontanismo - reforma*. **Temporalidades: Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, Minas Gerais, v. 2, n. 2, p.24-33, agosto/setembro 2010.

SANTOS, Eugênio dos. *Missões do interior em Portugal na Época moderna: agentes, métodos, resultados*. In: **Arquipélago**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1984.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. **O discurso religioso no processo migratório para o caldeirão do beato José Lourenço**. 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. 3. ed. São Paulo: Educ, 2000.



Forja e ficção²⁴⁰.

Rodrigo Alves Ribeiro²⁴¹

Recebido em: 29/03/2018

Aceito em: 04/05/2019

RESUMO

Dona Sinhá e o Filho Padre, com primeira edição de 1964, é objeto de análise deste artigo. Trata-se da primeira seminovela do escritor pernambucano Gilberto Freyre [1900-1987]. Apresentar, descrever e interpretar as especificidades do *Dona Sinhá e o Filho Padre* são aqui objetivos centrais. A forja da narrativa, intercalada à trama ficcional e à autocrítica literária, associa-se à estética do prazer do texto no modo Gilberto Freyre de fazer literatura. Para tanto, o escritor aborda “tópicas narrativas”, a exemplo da sexualidade e do patriarcado açucarocrático, fundantes à composição da contextura da seminovela que toma por empréstimo o Recife de fins do século XIX e inícios do XX.

Palavras-chave: Recife. Gilberto Freyre. Literatura. Seminovela. Ficção.

Forge and fiction.

ABSTRACT:

Dona Sinhá e o filho padre, with the first edition of 1964, is the subject of analysis of this article. It is the first seminovela of the Pernambuco writer Gilberto Freyre [1900-1987]. Presenting, describing and interpreting the specifics of *Dona Sinhá e o filho padre* are central objectives here. The forge of the narrative, interspersed with the fictional plot and the literary self-criticism, is associated with the aesthetics of the pleasure of the text in the Gilberto Freyre way of doing literature. For this, the writer approaches "topical narratives", such as sexuality and sugar-patriarchy, founders of the composition of the structure of the seminovela that borrows the Recife of the late nineteenth and early twentieth.

²⁴⁰ Trabalho de conclusão do meu Pós-Doutorado em Teoria da Literatura realizado no Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, sob a supervisão do Prof. Dr. Alfredo Adolfo Cordiviola e financiado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPd da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

²⁴¹ Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor no Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. As reflexões do presente artigo também resultam da minha prática docente na disciplina Historiografia Literária. E-mail: rodrigoalvesufc@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6097708393644860>.



Keywords: Recife. Gilberto Freyre. Literature. Seminovela. Fiction.

1 DONA SINHÁ E O FILHO PADRE: UMA SEMINOVELA

Dentre as possíveis leituras sobre os escritos de Gilberto Freyre [1900-1987] existe o “gênero” da [semi]novela como pauta de apreciação. Se a exemplificação dos atos da vida cotidiana esmeram a novela, cabe aqui a seguinte pergunta: o que de épico, ou de época, e de cotidianesco há no modo Gilberto Freyre de fazer literatura? E, para além deste primeiro questionamento, vale pontuar: o que é literatura para Gilberto Freyre? E mais: como a evocação de uma época permeia o arranjo de suas letras e a crença no fantástico?

Gilberto Freyre, escritor dos personagens que incitam estímulos sensoriais no leitor, faz emergir em *Dona Sinhá e o Filho Padre* o seu espectro de alquimia literária: a leitura psicológica. Comportamento e imaginário, a propósito, são vistos como instrumentos propulsores da dinâmica dos indivíduos e de suas conexões sociais.

Autor de ensaios sociológicos densos Gilberto Freyre envereda para a literatura de ficção. A novela, ou melhor, a seminovela, é a expressão narrativa de *Dona Sinhá e o Filho Padre*. Narrativa que objetiva descrever e interpretar valores e práticas sociais da cidade do Recife dos fins do século XIX e princípios dos novecentos. Dona Sinhá e seu filho, José Maria, configuram a história narrada. Trata-se de texto autobiográfico.

É autobiográfico em decorrência da condição psicológica assumida pelo tempo introspectivo e pela constância da memória [in]voluntária em Gilberto Freyre: no estrato social dos personagens Dona Sinhá é código exemplar desta afirmativa. Ela é anunciada pela atribuição distintiva que a qualifica e não pelo nome que a substantiva.

Dona Sinhá e o Filho Padre tem continuidade quando da publicação de outra seminovela: *O Outro Amor do Dr. Paulo* cuja primeira edição é de 1977. O mesmo Paulo Tavares do apego proibido de José Maria. Uma extensão dos apegos psicológicos de um escritor marcado por imposições e convenções sociais. A escrita de Gilberto Freyre é projeção de sua trajetória existencial. *Dona Sinhá e o Filho Padre* é, em resumo, estímulo ao prazer da leitura; ao galardão do eu do leitor. Um compromisso singular de Gilberto Freyre.

Marcel Proust, em texto de 1905 sobre John Ruskin, professa os contornos do deleite de uma leitura, dizendo:



Talvez não haja na nossa infância dias que tenhamos vivido tão plenamente como aqueles que pensamos ter deixado passar sem vivê-los, aqueles que passamos na companhia de um livro preferido. Era como se tudo aquilo que para os outros os transformava em dias cheios, nós desprezávamos como um obstáculo vulgar a um prazer divino: o convite de um amigo para um jogo exatamente na passagem mais interessante, a abelha ou o raio de sol que nos forçava a erguer os olhos da página ou a mudar de lugar, a merenda que nos obrigavam a levar e que deixávamos de lado intocada sobre o banco [...] (PROUST, 2011, p. 09).

Gilberto Freyre, logo na abertura de *Dona Sinhá e o Filho Padre*, incita no leitor possíveis percepções de leitura. A existência da personagem Dona Sinhá, no texto ficcional não só, aparentemente, inquieta o leitor como o próprio narrador/autor. A forma narrativa da seminovela, com primeira edição de 1964, é iniciada quando o sentido, ou o significado, de existir das coisas e dos seres é refutado.

Dona Sinhá é o parâmetro estético à percepção do leitor: o narrador/autor dialoga não apenas com o leitor comum, mas com os literatos a tempos iniciados no gênero da novela literária. É patente o intuito de Gilberto Freyre de prestidigitação. Efeito estético que prediz o autor seminovelistas e sua personagem principal, Dona Sinhá, extraída de uma quimera: do fantástico (TODOROV, 2010, p. 30).

Afinal, como fazer existir a imaginação? Ou melhor: como Dona Sinhá existira? Tzvetan Todorov, em *Introdução à Literatura Fantástica*, fala da condição de existência dos seres e das coisas pela interseção da incerteza:

Num mundo que é exatamente o nosso, aquele que conhecemos, sem diabos, sílfides nem vampiros, produz-se um acontecimento que não pode ser explicado pelas leis deste mesmo mundo familiar. aquele que o percebe deve optar por uma das duas soluções possíveis; ou se trata de uma ilusão dos sentidos, de um produto da imaginação e nesse caso as leis do mundo continuam a ser o que são; ou então o acontecimento realmente ocorreu, é parte integrante da realidade, mas nesse caso esta realidade é regida por leis desconhecidas para nós. Ou o diabo é uma ilusão, um ser imaginário; ou então existe realmente, exatamente como os outros seres vivos: com a ressalva de que raramente o encontramos. O fantástico ocorre nesta incerteza; ao escolher uma ou outra resposta, deixa-se o fantástico para se entrar num gênero vizinho, o estranho ou o maravilhoso. O fantástico é a hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, face a um acontecimento aparentemente sobrenatural. (Todorov, 2010, p. 30-31)

Gilberto Freyre, ao relatar as caracterizações de Dona Sinhá, nas primeiras páginas, descreve o lugar de fala da senhora aristocrática, criando visualidades e ambiências. O narrador/autor oferta aos leitores a sensação da sinestesia. Efeito que refina a linguagem e



fundamenta a lógica da narrativa. Simulando um *déjà vu* o nosso narrador/autor permite a transferência de um sentido para outro: do visual para o auditivo; ou do visual para o olfativo.

O jogo das sensações em Gilberto Freyre é recurso respaldado pela psicologia. É recurso condizente às dualidades da narrativa proposta pela seminovela. Portanto, o ato de descrever para Gilberto Freyre significa anunciar seus personagens, em especial a Dona Sinhá, como são e estão mediante o esteio da cultura material e das percepções/impressões que estimulam no leitor: do fato à forja ficcional.

Em meio aos ambientes externo e interno do ser e do estar de Dona Sinhá, relata o autor de *Casa-Grande & Senzala*:

[...] São José [do Ribamar] sempre me seduziu: nunca me esqueço nem de suas meninas de luto, do meu tempo de adolescente, nem das suas casas, para mim, brasileiríssimas, onde ainda até há poucos anos o mês de maio era uma liturgia, além de religiosa, social; e onde aos domingos, pela manhã, se preparavam os melhores munguzás do Recife, com um cheiro bom de milho e de canela que vinha de dentro das casas até a rua. Ainda hoje, o Largo de São José do Ribamar é, dentro de São José, o meu recanto predileto. Do bairro inteiro de São José se deve dizer que não é do Recife só um espaço à parte dos outros; é também um tempo diferente. Mas retardado, dizem os progressistas com algum desdém (FREYRE, 2000, p. 14).

E completa, o devaneio de memória, questionando o motivo pelo qual Dona Sinhá o convidara a ir à sua casa:

Que haveria de querer de mim essa senhora que me convocava num bilhete, escrito com letra de antiga aluna de colégio de freiras francesas e trazido por um muleque e seu tanto arcaico? Qual o 'interesse mútuo'? [Frase de Dona Sinhá no bilhete inesperado que o narrador/autor apresenta como questionamento]. Talvez alguma antiguidade que ela, supondo-me colecionar, desejasse vender. Algum jacarandá ou alguma prata velha que ela quisesse me oferecer. Pois tinha eu então fama de colecionador: eu que sempre detestei colecionadores, embora reconheça neles um mal dos chamados necessários. A casa era bem uma casa de São José. Modesta, é certo; mas com uma sóbria dignidade em sua mais pobreza do que riqueza. Pobre com o seu toque de nobre. O muleque, já meu conhecido, veio me abrir a porta. [...] Cadeiras antigas na sala de visitas. De vinhático ou jacarandá? Vinhático. Vinhático do bom que não é inferior a jacarandá, senão para os novos-ricos, cristãos-novos em questões de móveis antigos; e, por isto, fanáticos do jacarandá, às vezes chamado por eles 'pausanto'. Nenhum móvel extraordinário. Nem móvel nem bandeja de prata nem *biscuit* de sala de visitas convencionalmente brasileira do começo deste século [, o XX,] e do fim do XIX. Nas paredes, dois retratos a óleo, antigos, talvez de Bérard – não se via assinatura –, que concluí fossem do pai e da mãe da dona da casa. Sobre um consolo, a fotografia, já um tanto amarelecida, de um seminarista com um rosto mais de menina que de menino. E junto à fotografia, um jarro com flores entre devotas e maternais. Flores frescas (FREYRE, 2000, p. 15-16).

Os arranjos da descrição na narrativa dão a Gilberto Freyre o status de manipulador de sentidos e palavras. Manipulador no sentido mais alentado do termo: um recurso de poder de



sedução do leitor; um paramento de evocação de passados e memórias; um meio de expressar autonomia e autoridade de escrita. Uma elaboração da “literatura de testemunho”, até. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 08)

Tratar de autoria implica na “popularidade” de um tipo de escrita anunciada. Sérgio Buarque de Holanda, em exercício de crítica literária sobre as poesias de Manuel Bandeira, lembra que o reconhecimento de um autor está vinculado “a uma técnica extremamente cultivada”. (Holanda, 1996, p. 395) Transferir esta observação para *Dona Sinhá e o Filho Padre* implica, por conseguinte, na identificação de prestidigitações de uma escrita apregoada como nova em termos de apelos e atrativos para o leitor:

Se romance ou novela – ou seminovela – a que espécie de romance pertence este *Dona Sinhá e o filho padre*? Talvez a nenhuma das tradicionais, embora nele se encontrem sugestões vindas, umas, da velha novela inglesa – sobretudo de Defoe, hoje considerado atualíssimo – outras da mais nova. Talvez tenha mais da novela realista, ao mesmo tempo que romântica, de Dickens, do que de outra qualquer, pela importância que dá ao *pathos*; e também pela tendência, nesta seminovela muito moderada, para se fazer de uns personagens heróis; e se atribuir, embora de leve, vilania aos que os fizeram sofrer (FREYRE, s/d, p. 193-194).

Fica evidente que a “receita” de transfigurações seguida por Gilberto Freyre delineara a sua seminovela. Um recurso de estética autobiográfica, inclusive. Dona Sinhá, personagem de título e conteúdo, prediz asilo consagrado uma vez que o desencanto do autor com o fim de um passado sagrado é patente. Dona Sinhá é a sinonímia da pretensa perpetuidade do passado açucarocrático morto, sepultado, remexido, refundado, ficcionado. É a imagem transfigurativa da nostalgia. É exemplo da transitoriedade da vida. É fugacidade, efemeridade e efeméride, da existência. Dona Sinhá é o ressentimento e a austeridade resistente às passagens aceleradas do tempo. Gilberto Freyre, ao revelar-se herdeiro dos tempos de Dona Sinhá, expõe sua reclusão psicológica. Reclusão expressa na lembrança, na melancolia, na forja da narrativa, na compilação de fatos imaginados pelo escritor.

O modo Gilberto Freyre de fazer literatura não o permite negar-se:

A aventura em que eu estava mergulhado talvez me levasse a idéias de tal modo novas sobre as relações entre o tempo histórico e o tempo artisticamente fictício que todo esse meu pensar de agora tivesse de ser revisto. Haveria um tempo artisticamente fictício que fugisse ao domínio do histórico [,] mas fosse perseguido pelo histórico até os dois tempos se tornarem, pelo menos em alguns casos, um tempo só? Haveria uma verdade aparentemente inventada – a da ficção – parecendo independente da história, mas de fato, verdade histórica, a qual solta no ar – no ar psíquico – a sensibilidade ou a imaginação de algum novelista mais concentrado na sua procura de assunto e de personagens [...] (FREYRE, 2000, p. 31).



O estetismo literário de *Dona Sinhá e o Filho Padre* compõe uma personagem ambígua. Ambígua como o “gênero” da seminovela. Faço referência ao filho de Dona Sinhá: José Maria. Um José Maria menino-menina. Personagem de uma ficção das lembranças remotas de Gilberto Freyre. Lembranças de uma realidade externa à realidade da narrativa literária. Gilberto Freyre, na condição de narrador/autor, trata a seminovela como acontecimento da escrita literária. Define a seminovela como indicativo de distinção frente à novela: como novidade.

No entanto, para efeito de classificação nos manuais de teoria da literatura, a seminovela de Gilberto Freyre não deixa de ser novela. Afinal, para Afrânio Coutinho, o tema de uma narrativa literária é a forma por meio “da qual o autor manifesta a sua filosofia da vida, a sua atitude geral e sua visão do mundo” (COUTINHO, 2008, p. 52).

A despeito dos manuais de teoria literária, providos de função didática plausível, Gilberto Freyre traz ao círculo das discussões sobre modos de escrita da literatura a noção de tempo na qual reside a relação hierárquica entre o passado e o presente. O passado, neste esteio relacional, assume a condição de dimensão superior frente ao presente. Trata-se de um tempo proustiano: o presente como a dimensão legítima na qual o autor escreve a sua obra. *Dona Sinhá e o Filho Padre*, portanto, exemplifica, sob o efeito da trama, o fazer-se e o refazer-se das personagens na ambiência da narrativa. Para tanto, Gilberto Freyre assume a posição de narrador/autor e não a de criador de um personagem narrador. Anuncia-se nos momentos, nos intervalos da narrativa, de auto-crítica literária: nos embates entre o narrador/autor e Dona Sinhá. Uma Dona Sinhá não só fictícia.

Se a História, para afirmar-se senhora absoluta das minhas pobres letras, não me permitia traí-la de público uma só vez, devia eu ter paciência; e resignar-me. [...] A aventura em que eu estava mergulhado talvez me levasse a idéias de tal modo novas sobre as relações entre o tempo histórico e o tempo artisticamente fictício que todo esse meu pensar de agora tivesse de ser revisto. Haveria um tempo artisticamente fictício que fugisse ao domínio do histórico mas fosse perseguido pelo histórico até os dois tempos se tornarem, pelo menos em alguns casos, um tempo só? Haveria uma verdade aparentemente inventada – a da ficção – parecendo independente da histórica, mas de fato, verdade histórica, a qual solta no ar – no ar psíquico – a sensibilidade ou a imaginação de algum novelista mais concentrado na sua procura de assunto e de personagens, a apreendesse por um processo metapsíquico ainda desconhecido? (FREYRE, 2000, p. 30-31).

A seminovela, aos modos de Gilberto Freyre, caracteriza-se pela interferência do autor que escreve. O exercício da escrita projeta uma narrativa balizada pela legitimidade da autoria. A literatura é um campo de autoridade e da autoridade. As questões, com aparência de dúvidas, levantadas por Gilberto Freyre, imprimem à *Dona Sinhá e o Filho Padre* o efeito da descrição



como categoria de elo com a realidade absoluta e a realidade da narrativa ficcional; e entre os devaneios de um autor e a expectativa de seus potenciais leitores: a narrativa ficcional como recurso de prazer da leitura. A seminovela é, aos olhos de Gilberto Freyre, um gênero narrativo que associa crítica literária e invenção criativa.

As especulações acerca da definição do gênero literário de *Dona Sinhá e o Filho Padre* são recorrentes. Recursivas não no sentido de classificá-la arbitrariamente, mas na intenção de firmar-se parâmetros de apreensão da obra; e, daí, perceber-se as suas especificidades. Procedimento com fundamentação nas incursões de Tzvetan Todorov sobre as feições da produção literária contemporânea. É no livro *Introdução à Literatura Fantástica*, de 1968, que Todorov (2010, p. 12) destaca:

[...] a literatura parece abandonar hoje a divisão em gêneros. Maurice Blanchot escrevia há já dez anos: 'Só importa o livro, tal como é, longe dos gêneros, fora das rubricas, prosa, poesia, romance, testemunho, sob os quais ele se recusa a se alinhar e aos quais nega o poder de lhe fixar o lugar e determinar a forma. Um livro não pertence a um gênero, todo livro depende unicamente da literatura, como se esta detivesse por antecipação, na sua generalidade, os segredos e as fórmulas, as únicas coisas que permitem dar ao que se escreve realidade de livro'.

Garantir a estirpe de literatura de seu texto era, de fato, o propósito maior de Gilberto Freyre. Muito embora, é preciso acenar, a insistência do narrador/autor de *Dona sinhá e o Filho Padre* desprender esforços à demarcação de sua conduta literária. A seminovela é menos uma definição classificatória e mais uma noção conceptiva. Um parâmetro comparativo entre modos de escrita; um propósito de fazer literatura. Literatura como abstração, como saldo das práticas de leituras de um escritor, como elaboração do fantástico, como postura assumida diante da existência.

O narrador/autor também fora leitor. Gilberto Freyre, na seção *Conversa do autor com o leitor, em torno do modo por que foi esboçada a seminovela Dona Sinhá e o filho padre*, elenca os literatos vitorianos fundantes ao modo de escrita por ele proposto. Literatos que manipulavam a fusão do cotidiano com o fantástico. Daí, Kipling, Steveson, M. R. James, W. F. Harvey, Conan Doyle e Harvey figurarem como leituras imprescindíveis.

No entanto, cabe esclarecer, que o anúncio de formas e estilos de escrita não se resumem à identificação de supostas origens inspiradoras de uma narrativa literária. *Dona Sinhá e o Filho Padre* externa as inspirações de seu autor sem que o mesmo autor perdesse suas especificidades estilísticas e de enredo: a ação dos personagens e os efeitos da mesma ação delimitam o tempo da trama da seminovela.



Dona Sinhá e José Maria, em meio ao conflito de valores inter-geracionais, estimulam a descrição de outras questões relatadas na narrativa, formando assim a trama que a tematiza: os apegos de uma Dona Sinhá às convenções culturais de um tempo açucarocrático fragmentado.

A composição da seminovela, pautada nos literatos vitorianos, é de feição ambígua. Ambigüidade que traduz não só o tempo da narrativa, mas as mudanças e permanências aviltantes da cidade do Recife dos fins do século XIX. Cenário no qual Dona Sinhá e José Maria são inseridos. Contudo, vale salientar, que não se trata de uma composição temporal externa aos personagens: o século XIX como tempo cronológico absoluto. Gilberto Freyre, pois, elabora um tempo de memórias involuntárias ao passo que os personagens iniciam, findam e reiniciam as suas aparições na narrativa da seminovela. Um exercício Proustiano de [re]constituir o tempo: o das referências ancestrais. O passado de Gilberto Freyre é evocador. É dimensão alegórica para seus anacronismos de memória.

A literatura, em termos de tratamento metodológico, exige apurado diálogo interdisciplinar. A literatura de Gilberto Freyre é baliza desta constatação. Exige, portanto, abordagem analítica sincrônica com o fim de que esta perspectiva não reduza o estilo do autor a artifício da história literária: exercício que traça a linha entre a suposta decodificação do pensamento do autor e seu adjacente “contexto”. Ter consciência de tamanha premissa não significa a constatação de um exercício fácil de ser realizado. Afinal, identificar a dinâmica da “operação trópica” (WHITE, 1994, p. 29) na elaboração de uma narrativa implica na conseqüente fundamentação do discurso de feição historiográfica ou literária.

Em *Dona Sinhá e o Filho Padre* os recursos da linguagem, a exemplo das “figuras de linguagem”, atribuem ordem às concepções e os argumentos de seu autor. Metonímias, metáforas e neologismos avolumam a narrativa. É constante, a propósito, o uso de metonímias na descrição ou configuração dos personagens.

Simulando conversa com o irmão de Dona Sinhá, sobre os modos de menino com tendência a ser homem, o narrador/autor⁶ faz menção às expressões da oralidade sob a regência metonímica: “[...] Será que eu pequei aos olhos de Deus, enchendo as terras de Olindeta de mulatos sadios e de sararás escovados? Acho que não. Pecar quem pecou, deixando de dar ao Brasil mulatos fortes [...] foi o tal do Nabuco.⁷” (Freyre, 2000, p. 80)

Os recursos da linguagem destituem dos acontecimentos descritos na narrativa a estirpe da exatidão. A narrativa literária é, portanto, um expediente interpretativo. É instrumento de



simulação de realidades e de projeção de experiências; ou desejos. Esferas nas quais Gilberto Freyre transitara com desenvoltura. Para identificar, contudo, sob os domínios da história, os meandros de uma escrita literária, é fundamental compreender que

o estudo da literatura [...] preenche-se de significados muito peculiares. Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o prosclênio dos desajustados, mais do que testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos (SEVCENKO, 1999, p. 20).

A articulação entre os personagens, com destaque para Dona Sinhá, externa valores que exprimem sentimentos dos falidos do patriarcado açucarocrático. Gilberto Freyre apresenta uma Dona Sinhá imersa em desalento, amargura e ressentimentos. Dona Sinhá, considerando os textos de Gilberto Freyre relatando fases transitórias do patriarcado, é a transfiguração dos resultados do regime político-econômico sobre a cultura do açúcar. *Ordem e Progresso*, com primeira edição de 1954, faz menção aos discursos de extremos, à “tensão dos aflitos” (SEVCENKO, 1999, p. 20).

Freyre (2000, p. 41), ao escrever literatura, dedicou-se a estudar as permanências. Tratou do que havia de

menos precível, isto é, [de] suas formas e seus processos; suas constâncias; suas resistências a progressos por vezes mais aparentes do que reais, embora alguns tenham sido reais e tenham tornado arcaicas situações que pareciam estáveis ou duradoras.

Dona Sinhá e o Filho Padre, portanto, traz a público passados que “tocam em nervos” (FREYRE, 2001, p. 49). Traz a público referências do “animismo”. Trata de atribuir função, em termos narrativos, às expressões da linguagem e do subjetivo de nosso narrador/autor. As passagens descritas da seminovela, as relatadas nos ambientes internos e externos, que dão sentido e dinâmica aos personagens, configuram a existência do animismo: instrumento de composição das imagens, das translações metafóricas e sinestésicas; indicativos “[...] do caráter vivo daquelas coisas que nos parecem ser objetos inanimados” (FREUD, 1996, p. 87).

2 CONTEXTURA DA NARRATIVA: FORJA E FICÇÃO

A literatura [...] fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos. (SEVCENKO, 1999, p. 21)



Na trama da narrativa de *Dona Sinhá e o Filho Padre* os interesses, perspectivas e propósitos dos personagens são fundantes à interpretação da obra. A trama, portanto, compõe-se pela interseção dos afãs e dinâmica dos personagens ao longo das descrições empreendidas pelo autor. Uma Dona Sinhá crente na ordenação do filho, José Maria, ao sacerdócio impõe ao mesmo filho limitações à sua individualidade. Por outro lado, Inácia, negra mucama, vê-se socialmente revelada pelos cuidados desprendidos às ordens da Dona Sinhá e aos tratos para com José Maria. Este, por sua vez, entre os valores morais de Dona Sinhá e as perturbações psíquicas. Entre o voto perpétuo e o desejo abstruso pelo jovem afrancesado de nome Paulo Tavares.

José Maria, menino cândido e filiforme, é objeto de promessa e posse. Dona Sinhá, amante absoluta do filho, vê-se na iminência de perdê-lo para as incontínuas intestinais. Sôfrego e debilitado José Maria é prometido à vida religiosa caso fosse salvo por um milagre. Curado pela interseção de Nossa Senhora das Dores, santa evocada pela mãe exemplar, o menino põe-se em conflitos. Salvo do primeiro assédio da morte, José Maria morre. Morre após o retorno das diarréias e febres tísicas.

O personagem José Maria é, para Gilberto Freyre, sem a menor impertinência da refutação, um lastro de fuga. A fuga do eu. José Maria é a transfiguração das imposições, ou repressões, do real. Gilberto Freyre delibera à literatura o patamar de campo possível às realizações ansiadas pelo eu. A literatura é, com efeito, a condição castiça de transpor, de “superar a própria situação particular” (HOLANDA, 1996, p. 402). Mas a morte do personagem José Maria, a propósito, não marcaria o depauperamento dos anseios existenciais de Gilberto Freyre? Alguns deles, provavelmente.

De todo modo, o filho padre morrera sem a realização dos desejos do eu e do corpo: algo que indica que não há realização humana absoluta; morrera sem desfrutar das brincadeiras que o tempo de ser menino propunha. Fora alfabetizado a partir dos seis anos de idade. Preferia pintar e desenhar às letras. Mas, por outro lado, a distinção exigida por Dona Sinhá ao filho frente aos ensinamentos cotidianos da negra Inácia iam-no aproximando dos dogmas da religião católica e da disciplina do latim. Menino de educação rígida que o tio materno, João Gaspar, não admitia ser “conhecido por Sinhazinha” (FREYRE, 2000, p. 61).

Gilberto Freyre faz-se imagem de José Maria. Um José Maria como ponto de fuga para o seminovelista. Um José Maria introspectivo, imaginativo e misantropo. Um Gilberto Freyre iniciado no latim, mais afável aos desenhos e menos adepto ao exercício da escrita quando



menino de igual idade à de seu personagem. Um Gilberto Freyre, assim como José Maria, que em idade escolar participava de diálogos literários em meio aos meninos mais velhos. Em meio aos jovens do tipo Paulo Tavares:

Esta tem sido a história de muito menino brasileiro de quem, em quatro séculos de vida do Brasil, a mãe ou avó tem feito padre. Um psicanalista não consideraria senão com desdém o aspecto que aqui se sugere do problema. Mas nem tudo em psicologia pode ser esclarecido pela psicanálise. Se há razões que a razão não compreende, como dizia o francês, também há na psicologia dos adolescentes criados, como no Brasil, durante séculos, em ambiente Católico-patriarcal, aspectos que nenhum das psicanálises parece conhecer: nem a de Freud nem as de subfreuds (FREYRE, 2000, p. 66).

Se as tentativas de explicações, por ventura psicanalistas, não decodificam o comportamento dos meninos-meninas do patriarcado brasileiro, Gilberto Freyre percebe que José Maria é um estado de condições inexatas. Para o autor de *Dona Sinhá e o Filho Padre* não apenas a condição do indivíduo o ponto de partida à interpretação do “Sinhazinha”, mas a psicologia social como referencial possível de desvendar os valores e sentidos de um tempo perdido do Brasil do açúcar: temporalidade “capturada” pela narrativa da seminovela. Gilberto Freyre ansiava manipular o tempo. Esteve convicto de tamanha empresa. Fez da narrativa literária o meio para atingir-se o fim. Freyre é metuculoso. Usa as palavras certas que irão conferir efeito e status ao texto. Na condição de narrador/autor incita o leitor a refletir sobre suas inquietações: sejam de ordem estética ou de forma. Estímulos à constituição da trama, do enredo.

Os intervalos da/na narrativa ajudam à decodificação das ambigüidades da seminovela:

Mas não estarei de novo deixando de contar uma história para divagar em torno dela? Ao leitor de um livro como este não interessam tais divagações: só o que aconteceu com os personagens que, neste caso, já são seus conhecidos, de um romance em que amor e amizade e até religião e sexo se confundem do começo ao fim. Várias espécies de amor a se misturarem a várias espécies de amizades, umas alterando as outras, sem nenhuma se apresentar pura ou inconfundivelmente isto ou aquilo (FREYRE, 2000, p. 66).

Freyre não simula modéstias. Ele é a definição de si mesmo. Os intervalos na narrativa em *Dona Sinhá e o Filho Padre* afirmam a posição de escritor ao elencar tanto aspectos do conteúdo quanto da forma da narrativa. E da acepção do gênero da seminovela: um apontamento de análise sincrônica. Dos elos e das continuidades. Ao passo que Freyre (2000, p. 13) executa a auto-crítica literária procura referendar as inconstâncias de Dona Sinhá: uma



Wanderley como “todos os Wanderleys autênticos”. Mãe controladora sem de todo conseguir cercear os impulsos do filho.

É pertinente afirmar que o afeto de José Maria a Paulo Tavares era recíproco. E recorrente é a menção de Gilberto Freyre aos literatos vitorianos – aos “amigos compreensivos, afins, fraternos” de Oxford (PALLARES-BURKE, 2005, p. 121). Referendar os sentimentos “pueris” entre meninos faz Gilberto Freyre acenar para a Inglaterra de sua juventude; dos inícios da década de 1920:

Emocionalmente, o jovem Freyre se completava com a confraternização dos jovens, belos e sofisticados rapazes, tão própria da vida oxfordiana. Nesse aspecto, ao menos, Oxford deve tê-lo surpreendido e cativado. Ele, que uma vez se descrevera como ‘um faminto de ternura’, se viu seduzido de imediato pelos rapazes ‘encantadores’ desse centro de saber. [...] O aconchego que tivera nos Estados Unidos – especialmente com as manifestações de amizade de Armstrong e de Oliveira Lima – iria também se repetir ali, mas ganhando uma nova dimensão. Diferentemente desses seus amigos, superiores em idade e em conhecimento, os de agora em Oxford eram seus iguais. [...] Jovens do mesmo sexo, estudantes, afastados da família, a maioria coabitando em moradias estudantis e confinados ao ambiente essencialmente masculino das *public schools* desde os 10 anos de idade, as condições de vida dos jovens de Oxford eram favoráveis ao desenvolvimento de relacionamentos profundos e às vezes homoeróticos (PALLARES-BURKE, 2005, p. 121).

Gilberto Freyre elabora um José Maria aos modos oxfordianos. Percebe no filho padre um referencial às expectativas e experiências dos “grandes afetos”. Paulo Tavares, portanto, o marco central das ternuras senis. Mas, o mesmo Gilberto Freyre, no desdobramento da narrativa, expõe-se, na qualidade de narrador/autor, reticente quanto ao afeto cuidado por José Maria e Paulo Tavares. A prática sexual entre ambos, pois, os distanciariam da homossexualidade.

Um parecer aquartelado pelo tabu – inviolável e inocentador – velado pelo narrador/autor da seminovela. Um assunto para ser tratado à sombra da surdina. A aparente solução de Gilberto Freyre (2000, p. 68) para o enredo da amizade forte e intensa foi a de quase realizar a promessa de Dona Sinhá de formar o seu filho padre e a efetivação da partida de Paulo para a Bélgica e, depois, à França para estudar medicina: “coincidência significativa”. Daí, Gilberto Freyre instituir a morte simbólica de José Maria quando da partida do amado, assim como a morte biológica do “sinhazinha” quando acometido novamente pelos desarranjos intestinais.

Uma relação, na acepção dos estudantes da Inglaterra vitoriana, de tom “platônico”.



Até onde terão ido as relações de protetor com protegido, de Paulo com José Maria, nos dias em que a amizade entre os dois se confundiu com atração sexual de um pelo outro? [...] Pelo que sei dos dois, de Paulo e de José Maria, os agarrados não tenham ido nunca a extremos de relação sexual: só a antecipações de atos irrealizados. Apenas esboçados. [...] O que [...] tornou as relações entre os dois as de uma intensa e até lírica amizade animada, mas não dominada, pela atração sexual de um pelo outro. Por isso mesmo, difícil – mas possível, dizem os sexologistas – de ser mantida sem degradação (FREYRE, 2000, p. 67-68).

As vicissitudes dos personagens de Gilberto Freyre não os destituiu da condição humana. Freyre os trata como categorias do social, como referências da psicologia do comportamento, como estratos do vivido. Personagens narrados em tramas. Narrados como heróis do extra-literário, como legitimidades ao prazer da leitura, como indicativos à empatia do leitor, como fruição estético-sensitiva. Em resumo: primazias da narrativa de *Dona Sinhá e o Filho Padre* condizentes com a premissa de Roland Barthes, por exemplo, acerca da obra do Marques de Sade; acerca da *histoire intime* de Jules Michelet e os irmãos Eduard e Jules de Goncourt. Insígnias das práticas de leitura de nosso narrador/autor:

[...] o prazer da leitura provém evidentemente de certas rupturas (ou de certas colisões): códigos antipáticos (o nobre e o trivial, por exemplo) entram em contacto; são criados neologismos pomposos e irrisórios; mensagens pornográficas vêm encaixar-se em frases tão puras que poderiam ser tomadas por exemplos de gramática (BARTHES, 2001, p. 39-40).

Em Gilberto Freyre, a condição do estímulo ao prazer da leitura é primaz. Há, em *Dona Sinhá e o Filho Padre*, a estética das sensações. Involuntárias, até, de acordo com Proust. Freyre é o autor consciente dos recursos voluptuosos da narrativa. Os devaneios e culpas do eu de José Maria, personagem de “colisões”, atribuem à trama da narrativa o impacto entre a moral e a brandura do encanto varonil. Na transgressão incontinente de José Maria reside o pudico e o lascivo do leitor. Reside a psicologia Freudiana: as mãos e seus apegos de impulso; e o claustro de misantropo.

[José Maria.] Mas estaria livre de pecado? Seria ele um anjo que ainda não pecasse? Dona Sinhá seria capaz de jurar que sim. Ele [...] começara já a sentir-se pecador. Talvez até merecedor de umas surras de cordões de frade da Penha. Pois a verdade é que já há algum tempo quando sozinho, no banho morno, ele dera para brincar com a piroca, amolegando-a como se fosse um passarinho, apertando-a como se fosse um dos peixinhos do seu aquário; e desse amolegar e desses apertos lhe vinham uns gostos de que ele não se animara a falar com a Mãe nem à Inácia nem a ninguém. Era um segredo seu. [...] E as carícias que vinha fazendo à piroca, a ponto de virem as pontas dos seus dedos ardendo do desejo de tocarem na ‘tetéia’, como chamava Inácia, à sua piroca? Eram desejos que almentavam logo depois que a Mãe o deixava à noite na sua cama, depois de rezarem juntos. Era como se a piroquinha ardesse da vontade de ser



tocada pelos seus dedos de pequeno demônio. [...] Pecado cometido com as mãos. Na solidão. No escuro. Em segredo (FREYRE, 2000, p. 50-53).

O modo de fazer sociologia de Gilberto Freyre passara pela forma do ensaio. Metodologicamente, descrevera em sua trilogia – *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso* – práticas do oral com o fim de “revelar” as permanências do patriarcado. Na “Nota Metodológica” 4 de *Ordem e Progresso*, especificamente, pontua os documentos e a utilização

de depoimentos de pessoas limpidamente idôneas, desprezando aqueles que [...] parecessem prejudicados, não por simples paixões ou exaltações ideológicas [...], mas por interesse [...] em desvirtuar acontecimentos ou desfigurar fatos; ou em mistificar o pobre do pesquisador, passando-lhe gato por lebre” (FREYRE, 2000, p. 46)

Gilberto Freyre, atento aos meandros da pesquisa pautada no oral e no escrito, atribui à narrativa de *Dona Sinhá e o Filho Padre* o cuidado com a sonoridade da fala, com o sentido e a ordem que o oral aplica à descrição de seus personagens. A antipatia de Dona Sinhá diante do modo plástico de sua criada falar, a negra Inácia, indica a disciplina dos valores do letramento da senhora do açúcar. Senhora educada sob a regência das freiras marianas do Colégio São José do Recife. Senhora desprovida de posses, mas fiel às origens nobiliárquicas. Logo, o tempo presente de Dona Sinhá, aquele narrado por Gilberto Freyre na seminovela, a inquieta. Logo, o presente não é a superação do passado, mas uma predominância do segundo sobre o primeiro. É um dos princípios da feição autobiográfica de Gilberto Freyre ao tentar superar-se a si mesmo.

O autor de *Dona Sinhá e o Filho Padre*, na dedicatória da primeira edição, oferta a Otávio de Faria, a Jorge Amado e a Guimarães Rosa um novo modo de escrever literatura: a seminovela. A posição de Gilberto Freyre, na enunciação da dedicatória, é a de escritor renomado pouco destro no gênero da [semi]novela. Dedicar aos pares o resultado de um esforço e obter de pronto a legitimidade, não garantem a Gilberto Freyre o resultado aspirado. Algo, vale afirmar, que não cabe ser apurado aqui. De todo modo, passagens de *Dona Sinhá e o Filho Padre*, dedicadas a anunciar o modo “já fora de tempo [...] [de] ser romancista” (Freyre, 2000, p. 13) de seu autor, são passíveis de verificação.

As pausas as quais o narrador/autor dedica a temas, à primeira vista considerados ornamentais, são significativos ao processo de composição da escrita narrativa e da legitimidade do discurso que a acompanha. Michel Foucault (2009, p. 07), em *A ordem do discurso*, alerta: “O discurso está na ordem das leis; que a muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi



preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”.

De acordo com César Leal, crítico literário, o modo Gilberto Freyre de fazer literatura deve-se à “imaginação visual” (LEAL, 2000, p. 08-09): estímulo à recordação de experiências. No entanto, é plausível considerar também a imaginação auditiva de nosso seminovelistas. Um articulador de sonoridades das palavras. Em passagem dedicada a relatar o medo de Dona Sinhá diante do fascínio de José Maria pelo mar o narrador/autor, no uso de verbos no pretérito imperfeito, articula movimento e sonoridade ao que relata. A flexão dos verbos, no pretérito imperfeito, no Recife, é considerada referência social costumeira.

Daí a menção do narrador/autor ao tema:

Dona Sinhá só confiava em pescador, para levar o filho além dos arrecifes, que fosse da Irmandade; que só se largasse para o mar, fazendo o Pelo-Sinal; que soubesse cantar a Ave-Maria e rezar o Creio-em-Deus-Padre, no caso de qualquer Iemanjá repontar do verde das águas para seduzir cristão e desencabeçar homem de bem (FREYRE, 2000, p. 91).

Dedicar *Dona Sinhá e o Filho Padre* a três interlocutores traduz-se na tentativa de Gilberto Freyre de reparar excessos em um tipo de escrita por ele debutada: “A Otávio de Faria, Jorge Amado, Guimarães Rosa, novelistas esplendidamente completos, cada um a seu modo, a admiração de um incompleto, quando muito, seminovelistas” (FREYRE, 2000, p. 11).

A seminovela, para Gilberto Freyre, implica na elaboração e no conseqüente refinamento de experiências de escrita, de memórias e de experiências de vida. Escrever obra de ficção não o destitui da condição de refrator de sua ascendência. Aspecto do qual Otávio de Faria, Jorge Amado e Guimarães Rosa demonstraram ir além. Freyre ler o passado. Distrai-se com a película amarelada de um tempo amaciado pelo saudosismo. Neste particular Gilberto Freyre não é crônico de seu tempo: o presente. Na seção intitulada, da edição do *Círculo do Livro*, de “Conversa do autor com o leitor em torno do modo porque foi esboçada a seminovela *Dona Sinhá e o Filho Padre*, lê-se:

Este semi-romance – ou seminovela? – ninguém pense que seja, mesmo remotamente, autobiografia disfarçada; ou biografia romanceada; ou história sob a forma de ficção. Terá num ou noutro trecho um pouco de biografia não de indivíduo só mas de vários, considerados na pessoa imaginária de um tipo como que socialmente ideal; e um tanto, também, de história: história de uma época de transição na vida brasileira e que foi a dos avós, já adultos, e a dos pais, ainda crianças, do autor (FREYRE, s/d, p. 192-193).



Se para Gilberto Freyre toda obra de ficção tem seus referenciais que ultrapassam o ficcional as aparentes coincidências atribuem à obra literária olhar perscrutador frente às coisas e os seres que a inspiram. O literato, escorregadio aos olhos de seu leitor, manipula modos de escrever blindados e até indecifráveis. O enigma da narrativa Freyriana, em *Dona Sinhá e o Filho Padre*, parece revelável. A franqueza do autor é ilusória. De aparente generosidade à Rainha Margot da França:

Entre mim e a dona Sinhá de São José do Ribamar aconteceu talvez – penso eu – qualquer coisa de semelhante a um desses fenômenos de telepatia, de que estão cheios certos livros em língua inglesa. Tanto livros de ciência como de ficção. Telepatia, sim. Pois, as ‘meras coincidências’ são, em alguns desses casos, excessivas, para serem tranqüila e simplesmente ‘meras coincidências’ (FREYRE, s/d, p. 192).

Revelar-se não seria, de pronto, o predicado de Gilberto Freyre; escritor da sedução. A sutileza das vírgulas, dos travessões e do efeito ambíguo das aspas “definem” o modo Gilberto Freyre de fazer literatura: entre os apelos autobiográficos e as inquietações, ou melhor seria dizer lamentos, psicológicas. As normas ortográficas não são regras pré-estabelecidas em *Dona Sinhá e o Filho Padre*. Há muito mais desejo de captura de tempos idos do que de significados objetivos de duas vírgulas indicando apostos, de travessões destacando ressalvas ou das aspas sublinhando sentidos velados.

Hei de criar um estilo. E dentro deste estilo, desde que me repugna inventar, como nas novelas e nos dramas, que escreverei? Talvez a continuação dos meus primeiros esforços de ressurreição de um passado brasileiro mais íntimo até esse passado tornar-se carne (FREYRE, 2000, p. 85)

A narrativa ficcional é uma projeção. Premissa da qual Gilberto Freyre não fugiu. A seminovela por ele construída exemplifica suas intenções ideais e sentimentos em relação à vida. Projeção que, distante das conceituações racionalistas, institui realidades. A ficção, portanto, esboça a visão do ficcionista que, para dialogar e confortar os anseios do leitor, precisa narrar mediante uma forma. A forma legitima o tema. O tema, por sua vez, a forma. O tempo da narrativa de *Dona Sinhá e o Filho Padre*, ou melhor, a realidade projetada pela seminovela, obedece às seguintes observações: o que acontece? Quem – participa – motiva os acontecimentos? Em que circunstâncias e espaços os acontecimentos adquirem sentidos?

As condições e circunstâncias de existência ficcional de Dona Sinhá e de seu filho, José Maria, impõem-se diante do narrador/autor como se este também fosse personagem da seminovela. Gilberto Freyre, na categoria de narrador, manipula a existência das personagens



ao situá-las no drama existencial – psicológico – de José Maria e das condições materiais de Dona Sinhá: recifenses do bairro de São José do Ribamar.

É perceptível que uma das características da narrativa de *Dona sinhá e o Filho Padre* é a de levantar discussões acerca da crítica literária, do papel do narrador na ficção, da ambigüidade dos seres humanos, da busca por definição dos gêneros literários. Gilberto Freyre elabora uma literatura de crises: tanto as do próprio narrador quanto as do “conflito da personalidade humana enfrentando meio social hostil à realização de seus objetivos existenciais” (COUTINHO, 1983, p. 29).

Dona Sinhá e o Filho Padre é uma obra perturbadora pelo estilo e forma apresentados; é perturbadora pelo embate entre o desejo humano pelo fantástico e o pretense equilíbrio emocional/racional. A ambigüidade de José Maria, por exemplo, um misto de tabus e impulsos da sexualidade, indica chamamentos do narrador, Gilberto Freyre, ao drama psicológico dos desejos reprimidos.

É certo que eu vinha imaginando fazer de uma Dona Sinhá, [...] personagem de uma espécie de romance em que ela aparecesse ao lado do filho padre. Agora, para meu assombro, essa figura fictícia me declarava que não era fictícia: que existia. Existia à minha espera, já que eu a adivinhara, ao tentar compreender tempos inatuais perdidos no meio dos atuais. (Freyre, 2000, p. 17-18)

A impertinência da classificação dos gêneros literários implica na arrumação das aspirações de um autor após a feitura e publicação de seu texto. A classificação é o crivo do olhar externo. Olhar de quem analisa para definir. Gilberto Freyre procura antecipar-se à crítica literária quando afirma que *Dona Sinhá e o Filho Padre* não é uma novela e sim, a seu modo, uma seminovela. Uma quase novela? Ou digamos que uma seminovela seja a fusão entre os gêneros romance e novela? Por mais inquietante que seja aos olhos do leitor acadêmico sobre o texto de Gilberto Freyre, o pendor inclassificável de sua obra levanta, indubitavelmente, questões como as que acabo de mencionar. Questões que possibilitam ao leitor um trânsito menos desnorteador sobre o terreno pantanoso das incursões literárias do escritor pernambucano.

A condição de narrador é assumida por Gilberto Freyre. Um narrador que descreve cenas com apurado lastro de alguém que testemunhara algo vivido. *Dona Sinhá e o Filho Padre* tem suas personagens e caracterizações envoltas à fala de um narrador preocupado em aludir memórias, devaneios fantásticos e vínculos com o passado. Há, nos inícios do texto, um embate entre o narrador e a sua interlocutora ancestral: uma Sinhá urbana de aparente origem familiar



da Zona da Mata açucareira de Pernambuco que reclamava a inserção de sua trajetória e valores nas páginas literárias. Dona Sinhá inquietava-se por entender que a sua biografia era descortinada, desvendada. Uma Dona Sinhá vinculada ao passado, de ares de receptáculo humano, de anedota fabulosa, de substantivo sobrenatural, de abstrações psíquicas.

Elaborar uma seminovela, pondera o escritor, implica na seguinte compreensão do ofício:

O saber literário é o diabo: raramente deixa o indivíduo um tanto lido, em estado natural, diante do que lhe acontece – mesmo que seja um acontecimento esquisito. Pertencço ao número daqueles que em circunstâncias a mais íntimas do cotidiano se lembram do que, nas mesmas circunstâncias, certos personagens literários têm acrescentado de literatura à vida; ou de vida à literatura (FREYRE, s/d, p. 191).

Gilberto Freyre, na qualidade de narrador, impõe-nos a crença na existência de Dona Sinhá para além da realidade ficcional. Aspecto de valor singular uma vez que lampejos autobiográficos são por ele manipulados na elaboração da seminovela. Instituído o gênero literário por ele mesmo anunciado, o da seminovela, fica claro aos olhos do leitor que a dimensão na qual as personagens, as paisagens e os objetos são ambientados conceitua o modo Freyriano de fazer literatura.

A seminovela, tanto quanto a novela, é a descrição alternada entre cenas passadas em espaços “ao ar livre” e em “recinto fechado”. Perspectiva focada por Gilberto Freyre, em 1921, quando da análise do livro de Mário Sette, *Senhora do Engenho* e, no ano de 1918, quando escreve texto de crítica literária, para o *Diario de Pernambuco*, sobre o livro *Urupês* de Monteiro Lobato.

As funções e qualidades assumidas por Gilberto Freyre – a de narrador e a de autor ao mesmo tempo – estilizam a sua prática de escrita. *Dona Sinhá e o Filho Padre*, um exercício de plausibilidade e verossimilhança estética, expressa os elos do escritor com o vivido e com o desejo de ter vivido. Anseios aplanados no tempo anacrônico de *déjà vu*.

No decurso de *Dona Sinhá e o Filho Padre* passagens que demonstram a tentativa do escritor de situar, iniciar, seus leitores no gênero literário da seminovela. “[...] Não nasci para romancista inovador de casos e de personagens; e sim para outro gênero de bisbilhoteiro das intimidades da natureza humana: a bisbilhotice do real ou do mais real que o real [...]” (FREYRE, 2000, p. 18).

E mais:



[...] Diante do que me contou, certo dia, em São José de Ribamar, a meio fictícia, meio real dona Sinhá, base da personagem desta seminovela, ao pretender que eu renunciasse à ideia de escrever a história da sua vida, não foi nenhum herói literário, nem do cotidiano, nem de aventuras de risco físico, que primeiro me veio à memória, surgindo das reminiscências de leituras – leituras de Kipling, de Stevenson, de M. R. James, de W. F. Harvey, de Conan Doyle; e sim a figura de certo desenhista, criada já não me lembro por que escritor de língua inglesa – Harvey? Talvez – especializado, como tantos escritores da mesma língua, em juntar ao cotidiano o fantástico (FREYRE, s/d, p. 191).

Dona Sinhá e o Filho Padre é um campo de debates. As tentativas de situar a seminovela na oficialidade literária imprime a Gilberto Freyre a necessidade de ampliar seu diálogo para além da horizontalidade do texto. Freyre demonstra preocupação frente aos seus pares ao lançar-se “oficialmente” literatura do quase romance, da quase novela. Diz o escritor que a novela adquire tamanho sentido quando da articulação de ideias no formato de trama. “Uma novela quase sem enredo [, sem trama]. [É uma] seminovela” (FREYRE, 2000, p. 87).

O trocadilho de distinção entre a novela e a seminovela não obriga o autor de *Dona Sinhá e o Filho Padre* a voltar suas atenções a objetiva diferenciação entre história e ficção. O lampejo ficcional do modo Gilberto Freyre de fazer literatura não procura distinguir, ou dissociar, a história da ficção. Um exercício, de fato, não empreendido pelo cultor da açucarcocracia. Roger Chartier, a propósito, alude sobre o perigo que o apartamento entre a história e a ficção revela se tratarmos a dinâmica da escrita como objeto reducionista dos manuais de literatura. Estes compartimentam, classificam (CHARTIER, 2010, p. 24).

Se a definição ligeira do conceito de ficção resume a própria ficção ao papel de mera informante do real objetivo, a seminovela Freyriana confere à estética ficcional o patamar de real supremo quando a memória é instituída como referência importante à interpretação de escritos literários. Logo, cabe aos historiadores não esquecer que

hoje em dia [...] muitas razões ofuscam essa distinção tão clara. A primeira é a evidenciação da força das representações do passado propostas pela literatura. A noção de ‘energia’, que tem um papel essencial na perspectiva analítica do *New Historicism*, pode ajudar a compreender como algumas obras literárias moldam, mais poderosamente que os escritos dos historiadores, as representações coletivas do passado [...]. Uma segunda razão que faz vacilar a distinção entre história e ficção reside no fato de que a literatura se apodera não só do passado, mas também dos documentos e das técnicas encarregados de manifestar a condição de conhecimento da disciplina histórica. Entre os dispositivos da ficção que minam a intenção ou a pretensão de verdade da história, capturando suas técnicas de prova, deve-se colocar o ‘efeito de realidade’ definido por Roland Barthes [...] como uma das principais modalidades da ‘ilusão referencial’ (CHARTIER, 2010, p. 25-27).



Dona Sinhá e o Filho Padre não resulta de formalismos terminológicos. A escrita de Gilberto Freyre, portanto, projeta expressões da dinâmica oral como valores reconhecidos pelo rigor da escrita. Freyre delinea sua forma de fazer existir fatos passados sem que os mesmos sejam anunciados como verdades objetivas e absolutas. Freyre articula verossimilhanças. Elabora uma forma de escrita cuja linguagem atribui afirmação de existência aos fatos descritos na seminovela. É um exemplo palatável de narrativa como existência, como realidade (WHITE, 1994, p. 43).

Os dois pontos de análise mencionados acima, por Roger Chartier, destituem a narrativa de *Dona Sinhá e o Filho Padre* de obrigações para com as normas da história literária. Logo, o uso do contexto como plano de sustentação e pretensa via de explicação da narrativa da seminovela, não condiz com a interpretação aqui proposta. Afinal, a distinção combativa entre história e ficção ou entre história e literatura não garante amplitude de visão para o pesquisador interessado nas peculiaridades literárias.

Gilberto Freyre, dentre os constantes intervalos explicativos, não se distancia de questões de ordem conceitual. Entre um diálogo e outro dos personagens e destes com o narrador/autor é de apreensível detecção as reafirmações autorais e da estética literária freyriana. Em *Dona Sinhá e o Filho Padre*, porém, os diálogos entre personagens não formulam a trama da narrativa, mas são as trajetórias interpessoais – sob a especulação psicológica do narrador – que acabam por articular a trama da seminovela. Num jogo de mea-culpa Gilberto Freyre justifica-se para o leitor ao passo que tópicos narrativas são retomadas: a exemplos da tentativa de definição do gênero seminovela e da combativa distinção entre história e literatura.

Hayden White, acerca do embate entre a suposta objetividade da história e a subjetividade da literatura, alerta-nos para o processo de escrita da história como gênero narrativo. Afirmativa relevante à reflexão em torno da apropriação da literatura pela história. Apesar de ambas as disciplinas apresentarem seus limites com relativa distinção não há como negar que

O discurso literário pode diferir do discurso histórico devido a seus referentes básicos, concebidos mais como eventos ‘imaginários’ do que ‘reais’, mas os dois tipos de discurso são mais parecidos do que diferentes em virtude do fato de que ambos operam a linguagem de tal maneira que qualquer distinção clara entre sua forma discursiva e seu conteúdo interpretativo permanece impossível (WHITE, 1994, p. 27).

O tempo presente como inquietude existencial de Dona Sinhá, o apego sentimental entre José Maria e Paulo Tavares ou as lembranças da ancestralidade de Gilberto Freyre são, na



ocorrência da escrita, limites ou recursos retóricos de elevação das intempéries humanas, da instância histórica dos conflitos dos indivíduos em sociedade. A literatura para Gilberto Freyre, portanto, é o plano de apreensão das contradições humanas. Inventar personagens e torná-los inteligíveis na narrativa ficcional é um exercício de projeção dos discursos e seus meios de convencimento do real.

As apropriações feitas por Gilberto Freyre – de expressões do oral, dos anedotários proverbiais e de explicações escatológicas, por exemplo –, para a elaboração de sua seminovela, instituíram personagens de referência às distintas situações apresentadas pela evocação da narrativa (BURKE; PORTER, 1996, p. 48). João Gaspar, irmão de Dona Sinhá, interlocutor do narrador/autor na trama, faz referência à crença popular acerca da possessividade dos santos. Para o tio de José Maria a santa da devoção de Dona sinhá, Nossa Senhora das Dores, tanto fez que levou o menino para o convívio dos anjos.

Sobre a feição social de João Gaspar, descreve o narrador/autor:

[...] Nunca me deixei impressionar de todo pelos argumentos de João Gaspar da Rocha Wanderley contra a irmã e contra os padres, que, segundo ele, teriam feito do sobrinho sacerdote, deformando-o, desde criança, com esse fim. Fosse qual fosse a criação de José Maria não creio que ele tivesse se tornado substituto, senão manco, do tio, na direção da casa e do engenho de Olindeta; ou que, como o tio, desse para reparigueiro; como o tio, desse para conhecedor de cavalos. Não me parece certo o ditado segundo o qual quem é bom já nasce feito; ou o outro que diz de quem nasce torto, não endireita nunca; mas tampouco me parecem certos aqueles ambientistas para quem o ambiente determina sozinho o caráter, o futuro, as virtudes de um indivíduo. João Gaspar argumentava com exemplos, alguns terríveis, de deformações de filhos pelos pais e pelas mães aos santos e à Virgem. E pretendia incluir a própria irmã entre os deformadores dessa espécie (FREYRE, 2000, p. 104-105)

Em *Dona Sinhá e o Filho Padre* José Maria é dissociado das práticas profanas. E mesmo que a descoberta da “piroquinha” pelo Menino-Deus tornara-se mácula de sua biografia a aura de ser fabuloso não o deixara. Gilberto Freyre soube como manipular e reorientar valores dos tempos de Dona Sinhá. A fábula, portanto, servira de referência para tamanho esforço. Algo condizente com a proposição de Giorgio Agamben (2005, p. 154):

[...] Na fábula tudo é gesticulação ambígua do direito e da magia, que condena ou absolve, proíbe ou permite, enfeitiça ou desencanta, ou então sombria estatura enigmática de decanos e figuras astrológicas, que sanciona o vínculo fatídico que cinge toda criatura (ainda que sobre tudo isso a fábula estenda o véu esmaecido do encanto) [...].

A revisão nos cânones da história sugerida por Hayden White não é para Gilberto Freyre um problema abrasivo. Aliás, não é de fato um problema por ele especulado. Muito embora, contudo, é evidente a diferenciação entre os pólos do real e do ficcional quando afirma com



ares de distinção na nota de advertência, ou “Aviso ao Leitor”, do *Dona Sinhá e o Filho Padre* prediz: “O itálico não aparece no texto desta seminovela para dar ênfase a palavras[,] porém simplesmente a fim de distinguir o histórico do fictício” (FREYRE, 2000, p. 09). E das diferenças entre o que é imaginado e o que é resultado da inspiração. Inspiração, cabe esclarecer aqui, destituída do sentido de concepção do acaso. Sobre esta questão, conclui Maurice Blanchot: “a obra atrai aquele que se consagra para o ponto onde ela é à prova da impossibilidade” (BLANCHOT, 2011, p. 177).

E cabe ser aqui destacado a seguinte proposição: se o real e o fictício para o escritor pernambucano, na estruturação do texto, são anunciados pela inscrição do itálico para demarcar o histórico, é porque o mesmo itálico serve de legitimação para os relatos da ancestralidade do próprio Gilberto Freyre contidas na seminovela. Sobre o primeiro contato do narrador/autor como o personagem João Gaspar, irmão de Dona Sinhá, fica aparente o significado do itálico na expressividade da narrativa:

Não me surpreendeu que se chamasse Gaspar: João Gaspar. Há séculos que o nome Gaspar se perpetua no culto familiar dos Wanderleys brasileiros à memória do fundador holandês do clã: Gaspar. (Não tenho eu uma irmã Gasparina?) E com o nome, se vêm conservando certos característicos nórdicos que nos Wanderleys mais endogâmicos resistem, ainda hoje, de modo surpreendente, ao trópico e ao tempo que se separa da Europa. (Não pensou um jornalista carioca a primeira vez que chegou à nossa casa e apareceu o velho Freyre, meu Pai, trata-se de um inglês?) (FREYRE, 2000, p. 75).

Gilberto Freyre tem plena consciência de sua postura de autor. É pleno de autoridade. Sabe do quanto é larga a seara da literatura, mas também sabe dos limites que ela impõe. Atribuir existência à Dona Sinhá e a seu filho, José Maria, exigira do criador das criaturas o compromisso para com as “narrativas que competem”; para com os fazedores e legitimadores da escrita literária. Trata-se de um voto inviolável firmado com os pares; e com a vigilância dos leitores. Para tanto, assinala Gilberto Freyre (2000, p. 71-72):

[...] Mais uma vez correndo o risco de turvar o que, nesta seminovela, é narrativa, juntando-lhe alguma coisa de ensaio metodológico, devo repetir que, tendo principiado por conceber certas figuras novelescas, pela pura imaginação, pelo menos uma delas surgiu de repente diante de mim, dizendo-se real e exigindo de mim que a respeitasse como pessoa existente. No que se enganava; mas não de todo. Ela existia fora de mim; mas, principalmente, dentro de mim. Onde, de certa altura em diante, ter eu passado a escrever a história dela e do seu filho seguindo um método até certo ponto naturalista; mas acrescentando-lhe alguma coisa de imaginoso que tanto terá, dentro das suas fraquezas, do imaginário dos poetas como do imaginário dos cientistas. Inclusive o imaginoso dos detetives de que se vêm servindo autores recentes de obras chamadas de ficção, para darem novo caráter, mais científico e, principalmente, mais psicológico, até a biografia de santos.



E completa:

Que sustenta um desses autores? Que para a descoberta e a verificação de uma verdade humana o detetive está melhor armado do que o naturalista, pois é mais livre e mais preparado para o desconhecido, seja este qual for. Mais: que para o naturalista trata-se menos de descobrir a verdade do que de verificar leis; enquanto o detetive sabe que também o excepcional existe e que o humano é sempre particular. E nada de mais proveitoso ao biográfico desse novo tipo do que seguir aqueles manuais da *art of detection* que ensinam não existirem minúcias desprezíveis. Pois o menor objeto ou gesto ou lapso de linguagem pode ser a chave de uma descoberta: o indício capaz de tornar-se revelação (FREYRE, 2000, p. 72)

Gilberto Freyre, em linhas gerais, aponta para a relevância do efeito da descrição diante do real. A finalidade da descrição, portanto, é executar a negação de receitas destinadas a impor um traço de escrita. Freyre procura, a seu modo, disciplinar sua escrita de “ensaio metodológico”. Estilo por ele refinado quando da publicação de *Casa-Grande & Senzala* em 1933. Proposta narrativa vigente em *Dona Sinhá e o Filho Padre*. O “ensaio metodológico” em Gilberto Freyre é configurado pela análise sociológica prevista na seminovela: as práticas cotidianas como verificação da existência do patriarcado do açúcar. Práticas, muitas delas, resultantes do mais desprendido pudor na forja da narrativa.

Dona Sinhá e o Filho Padre, um “gênero” literário, tem a escrita descritiva e associada aos intervalos de auto-crítica literária, o padrão da forma narrativa. Gilberto Freyre, ciente do apelo das temáticas abordadas, constitui as ligações entre os personagens. A seminovela, em suma, angariara leitores mediante o senso de especulação do narrador/autor. Tornou-se acontecimento da escrita da literatura, muito embora não fugira da classificação prevista: a de novela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Fábula e história: considerações sobre o presépio*. In: **Infância e História**: destruição da experiência e origem da história. Trad.: Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BAPTISTA, Abel Barros. **A formação do nome**: duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas: UNICAMP, 2003.

BURKE, Peter e PORTER, Roy (orgs.). **Linguagem, indivíduo e sociedade**. Trad.: Álvaro Luiz Hattnher. São Paulo: UNESP, 1991.



_____. (orgs.). **História social da linguagem**. Trad.: Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Unesp; Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BOSI, Alfredo. *O tempo e os tempos*. In: **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COUTINHO, Edilberto. **A imaginação do real: uma leitura da ficção de Gilberto Freyre**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/Pró-Memória/Instituto Nacional do Livro, 1983.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DARBO-PESCHANSKI, Catherine. *Os tempos da história*. In: **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DEL PRIORI, Mary. *Prefácio*. In: **Assombrações do Recife Velho: algumas notas históricas e outras tantas folclóricas em torno do sobrenatural no passado recifense**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

DIMAS, Antonio. *Gilberto Freyre e a Crítica Literária*. In: **O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho/UniverCidade/Colégio do Brasil/Topbooks, 2001.

_____. *Barco de proa dupla: Gilberto Freyre e Mário de Andrade*. In: **Casa-Grande & Senzala – Edição Crítica**. Madri; Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX/Fundação Vitae, 2002, p. 849-869.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914)**. Trad.: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIII, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Dona Sinhá e o filho padre**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

_____. **Dona Sinhá e o filho fadre**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, s/d.

_____. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Ordem e progresso**. Rio de Janeiro: Record, 2000.



_____. **Seleta para jovens**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1980.

_____. **Diário de Pernambuco**. '*Acerca de Senhora do Engenho de Mário Sette*', outubro, 1921, p. 03-10.

_____. **Diário de Pernambuco**. '*Urupês*', dezembro, 1918, p. 07-12.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Poesia e prosa*. In: **Livro dos prefácios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEAL, César. *A imagem visual e outros temas na expressão literária de Gilberto Freyre*. In: **Arrecifes**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Conselho Municipal de Cultura, nº especial, jun./2000, p. 06-22.

MALAMOUD, Charles. *Narrativa silenciosa*. In: **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

NOVAES, Adauto. *Sobre tempo e história*. In: **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: UNESP, 2005.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido: no caminho de Swann**. Trad.: Mario Quintana. São Paulo: Globo, v. I, 2006.

_____. **O fim do ciúme e outros contos**. Trad.: Dorothee de Bruchard. São Paulo: Hedra: 2008.

_____. **Sobre a leitura**. Trad.: Carlos Vogt. Campinas: Pontes, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura: testemunho da Era das Catástrofes**. Campinas: UNICAMP, 2003.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. *Cultura Escrita e Oralidade*. Trad.: Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WHITE, Hayden. *Teoria Literária e escrita da história*. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 07, nº 13, 1994, jan./jun., p. 21-48.



“Os mortos não querem volta”: sentidos e usos do passado escrito na obra de Airton Maranhão.

Ruan Carlos Mendes²⁴²

Recebido em: 18/03/2019

Aceito em: 22/04/2019

RESUMO

Os mortos não querem volta (1999), foi o terceiro livro do escritor e advogado Airton Maranhão (1950-2015), porém toda sua obra apresenta esse desejo em mexer no passado, no morto e com os mortos. Não tomaremos nesse artigo Maranhão como um objeto de estudo, mas sim vamos perseguir a sua escrita como construtora de memórias a quem e ao que não é devidamente lembrado, constituindo-se assim numa escrita formuladora de sentidos para o passado. O objetivo é analisar a concepção de passado, suas utilidades e suas problemáticas na escrita de Airton Maranhão. Busca-se assim perceber como o autor construiu novos “túmulos” escriturários para os *mortos que não querem volta*, mas que precisam ter suas ausências inscritas no tempo dos vivos.

Palavras-chave: Tempo. Literatura. História

**“The dead do not want back”:
senses and uses of the past written in the work of Airton
Maranhão.**

ABSTRACT

Os mortos não querem volta (1999), was the third book of the writer and lawyer Airton Maranhão (1950-2015), but all his work presents this desire to stir the past, the dead and the dead. We will not take in this article Maranhão as an object of study, but rather we will pursue its writing as a constructor of memories to whom and to which it is not properly remembered, constituting itself in a writing formulating of senses for the past. The objective is to analyze the conception of the past, its utilities and its problems in the writing of Airton Maranhão. It seeks to understand how the author built new clerical "tombs" for the *dead who do not want to return*, but who must have their absences inscribed in the time of the living.

Keywords: Time. Literature. History.

²⁴² Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará/FAFIDAM. Mestre Interdisciplinar em História e Letras (2018) - MILH- UECE/FECLESC. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0627947482271690>. E-mail: ruan.carlos.mendes@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO

Um olhar “antiquário” (NIETZSCHE, 2013) para o passado é facilmente identificado na escrita de Airton Maranhão, seja nos romances, poemas ou crônicas. Em um “incansável ajuntamento de tudo o que um dia existiu”, Maranhão procurou reunir em seus escritos nomes, personagens e fatos russanos em narrativas que, não obstante seu núcleo factual, foram tecidas com fios de ficção. Ao que tudo indica, Maranhão concebia que, “no final das contas, a ficção faz parte da realidade”, era sabedor de que “há sempre algo de fabuloso em um fato, assim como há sempre algo de factual em uma fábula” (RAMOS, 2012, p. 117). Há sempre algo de “estranho” na normalidade do real, o que é já um germen do ficcional. Desse modo, esse artigo pretende analisar como se estrutura essa *mania antiquária* na obra de Maranhão e perceber como esse autor escreve/sente o tempo (seu gastar-se).

Desse modo, a proposta desse artigo é uma abordagem que não pretende “qualificar” literariamente a escrita, mas sim investigar a delimitação do passado a partir desse olhar antiquário que fez Maranhão ter uma sede insaciável por essa dimensão do tempo (NIETZSCHE, 2013). Um tempo que sua escrita, ao se fazer, corta em presente/passado e, assim procedendo, faz sentir o tempo como “histórico”, sendo esse seu fazer literário ele mesmo inscrito na “perspectiva temporal”, no “seu tempo específico” (BARROS, 2013, p. 19). A escrita de Maranhão se faz buscando operar a configuração de um sentido histórico ao tempo passado de seu lugar. Se os mortos não querem volta, Maranhão, todavia não os quer apagados da escrita que o presente tem a ler.

2 A CIDADE DE RUSSAS E A OBRA LITERÁRIA DE AIRTON MARANHÃO

José Airton Maranhão Ribeiro da Silva, nascido no dia 09/09/1950, originário de Russas- CE, falecido em 2015, morou seus últimos anos na capital cearense. Formado em Direito pela Universidade de Fortaleza- UNIFOR, Maranhão dividia-se entre a atuação como advogado criminalista militante na comarca de Fortaleza e a escrita de sua obra literária. Em Russas foi membro fundador da ARCA- Academia Russana de Arte e Cultura e colunista de jornais locais- *Tv Russas e Correio de Russas*.



Indivíduos como Maranhão, comumente entendem carregar uma espécie de “fardo”, o “fardo do homem letrado”, perante “sua gente”. Um fardo que é o de escrever a história dessa gente, “salvá-la” do esquecimento. Nesse sentido, e pensando no seu campo de formação (o Direito), poderíamos metaforicamente dizer que Maranhão percebia-se como um “procurador dos mortos” no tribunal do tempo. Essa problemática do dever da memória frente ao esquecimento pode ser percebida em *Os mortos não querem volta*:

Buema prometeu tirar sua gente do corte de olho. Tinha que apressar a construção da igreja. Sete Pedras ainda era pagã. Modestos, aqueles que ali nasceram não tinham nomes de batismo, nem de nascimento, nem de casamento. Somente tinham um nome, não tinham sobrenome. Era Buema, Apolônio, Arsênia etc. Até os mortos que ali jaziam na elevação das macegas nasceram com um só apelido e morreram sem um só batismo. Que horror! Que maldição! Que desumanidade! Um ser humano por toda a vida ter somente um apelido, um só nome e nunca trazer em seu nome os sobrenomes dos seus pais e dos avós! Seria esse o pensamento profundo do padre Vitorino. A última morada daquelas pessoas não era um cemitério. Era um pequeno campo de arbusto rasteiro, sem flores, sem cruzeiros, sem inscrição, assim como um cemitério de brincadeira, ou nem mesmo um cemitério. Santo Deus! Somente o repouso do sepulcro, guarda os mistérios da vida nos disfarces de sua obra-prima (MARANHÃO, 199, p. 25-26).

Inferimos que Sete Pedras faz referência às pedras de cor ruça, uma possível origem do nome da cidade de Russas. Assim, em seu romance, Maranhão descreve esse povoado sem memória, sem história, sem referências de seus antepassados, tendo sua escrita esse dever de dotar esse povoado de memórias, de referências, ou seja, de “origens”.

Assim como Sete Pedras, com a escrita de Maranhão Russas ganharia “um cemitério de memórias”, ganharia “inscrição”, o passado poderia assim ser “lido” pelo futuro, pois toda a obra desse autor é dedicada a “ressuscitar” escriturariamente e “cuidar” dos “mortos” russanos. Desse modo, assim como o personagem Buema, vemos que Maranhão se propõe a ser também um “coveiro”²⁴³, ou seja, com a sua escrita “arrumar” e achar lugares para esses mortos. Não é nenhum acaso o “Eterno” com que Maranhão batiza seu coveiro. No entanto, ao mexer nesses “túmulos” do passado, Maranhão, de alguma forma, é desejoso que esses mortos queiram

²⁴³ A figura do coveiro aparece outras vezes na obra de Maranhão: “E, para o espanto de todos, apareceu o esquisito coveiro Chico Eterno. Que fez lembrar do plantio de melancia, melão, feijão e milho nas catacumbas do cemitério. Motivo de muita reclamação, por partes dos parentes e familiares dos mortos. Ainda mais por irritação ao Capitão Terciano que, de súbito, perdeu a mulher Gregória. Que tomando ciência do ato criminoso, o delegado mandou os dois soldados buscar Chico Eterno” MARANHÃO, Airton. *As Pétalas da Pacarrete*. Fortaleza: Premius, 2014, p. 59.



voltar, ou que ao menos não fiquem no total esquecimento. Não seria essa uma das “funções” da escrita? Encontrar “túmulos para o passado”?

Dessa maneira, mesmo sem ser historiador, sem ter uma metodologia, mas sempre afirmando que seus personagens e romances eram frutos de pesquisas, Maranhão dedicou-se à missão de retirar os mortos do olvido: “ressuscitar os mortos significa tirá-los da generalidade pelo poder da imagem discursiva” (RAMOS, 2014, p. 145). Vejamos o que disse o autor em entrevista no ano de 2014:

Eu escrevo e sou muito cuidadoso com o que eu escrevo, certo? Se eu for escrever uma história e ainda mais com um crime desse, ainda mais eu sendo um advogado criminalista, eu não poderia fugir da verdade, porque isso vai ficar para a história, vai ficar para o resto da vida, nós vamos morrer e nossos netos, nossos filho tudo, e isso vai ficar como ficou esse crime, certo? Até hoje, 121 anos, então quer dizer, isso vai ficar, então eu não iria escrever uma coisa que não tivesse verdade” (referindo-se a crônica: Crime e milagres de Maria das Quengas)²⁴⁴.

Mesmo não fazendo a História científica, Maranhão sabia que seus escritos ficariam para a posterioridade, como afirmou na entrevista realizada em 2014, que alunos da academia já estavam interessados nos seus livros²⁴⁵, assim como disponibilizou recortes de jornais, com matérias sobre seus livros, que vinha colecionando, ou seja, Maranhão é criador de sua obra, mas se coloca como criatura dela, tentando também o seu lugar na história da literatura. Ele não queria ser um morto sem “inscrição” legível no futuro. Não sendo historiador de formação, Maranhão, todavia, tinha convicção de sua importância e buscava construir um lugar para si na história e na intelectualidade russana.

Podemos ter algo dessa percepção nas palavras do poeta (também ele russo) Francisco Carvalho no prefácio ao livro *Admirável povo de São Bernardo das Éguas Ruças*, onde escreveu que “a preocupação do autor com a fidelidade dos fatos torna seu livro forte e indispensável aos futuros cronistas da urbe jaguaribana”, acrescentando que Maranhão “não pretendeu fazer história do ponto de vista rigorosamente científico. Coloca, todavia, à disposição dos especialistas na matéria, prodigo manancial de fatos que aconteceram em

²⁴⁴ MARANHÃO, Airton. Entrevista concedida a Ruan Carlos Mendes (José Airton Maranhão Ribeiro da Silva, 64 anos, entrevista realizada no dia 17/03/2014, em seu escritório de advocacia no centro de Fortaleza-CE.).

²⁴⁵ “Os mortos não querem volta é esse livro aqui, é esse livro que aqui que lancei e foi estudo da Universidade, da UECE, por muito tempo e esgotou-se de tal forma que eu tenho acho que dois só, vou lhe dar um como lhe prometi” MARANHÃO, Airton. Entrevista concedida a Ruan Carlos Mendes (José Airton Maranhão Ribeiro da Silva, 64 anos, entrevista realizada no dia 17/03/2014, em seu escritório de advocacia no centro de Fortaleza-CE.).



momentos recentes da vida da cidade e do povo de Russas”, constituindo-se assim num “precioso legado” para estudos futuros (MARANHÃO, 2005, p. 10).

Para mostrar que não estava sozinho nessa missão de “ressuscitar” os mortos e na “compilação de fatos” sobre Russas, à maneira do historiador antiquário, Maranhão cita logo nos primeiros versos de *Admirável povo de São Bernardo das Éguas Ruças*, o também escritor Limério Moreira da Rocha²⁴⁶, esse mais “dado” aos arquivos e a uma escrita técnica, mostrando datas, fatos e personagens: “Da beleza das éguas ruças/ Pela realeza que levo a sério/ Respeito o que diz sobre a lenda/ O nosso historiador Limério/ Mas as nossas bestas russas/ Existiram sem nenhum mistério” (MARANHÃO, 2005, p. 17). Aqui Maranhão faz referência ao debate sobre a origem do nome de Russas: se advindo da cor de certas pedras, ou se da cor de algumas bestas. Desse modo, Maranhão contesta Limério e prefere o mistério- uma ficção misteriosa-, possivelmente porque seria mais literária, do que a história factual (pelo menos a que foi escrita por Limério).

Assim, a busca por citar Limério Rocha, escritor já consagrado nesse campo da escrita memorialística de Russas, revela que Maranhão quer dotar seu texto de certa credibilidade que o nome desse seu “par” (no campo da intelectualidade local) possa oferecer. No entanto, Maranhão também quer mostrar que vai além, pois a sua escrita da “história” se utiliza de imagens literárias, poéticas e também do exercício de cronista. Ao que tudo indica, Maranhão deseja ser autor de um texto que é, num só corpo, pesquisa e arte.

Algo disto pode ser lido em *As pétalas da Pacarrete*, último romance publicado. Nesse romance, narra-se a trajetória de uma bailarina clássica, de nome Pacarrete, que rompeu as barreiras de Russas, tornando-se famosa na capital cearense, mas que no final da vida, voltou a Russas e viveu as “ruínas” de seu passado, sendo considerada louca e sem reconhecimento no final da vida: “o destino desafiava a sua felicidade. E o que estava fazendo com o cinzel do amor não era devassidão, era a dádiva abençoada pela recompensa do passado maldito, que viveu na infância e na adolescência” (MARANHÃO, 2014, p. 104). Pacarrete viveu quase todo o século XX e o autor utilizou essa personagem para “costurar” a história da cidade.

Era a vida sem progresso e sem novidade, de um povo pacato. Mas acima de tudo, religioso, ignorante e respeitador. Que poucos do lugar se alfabetizavam ou procuravam outras terras. Por que eram terras virgens, de onde brotavam imensos laranjais. E aquele que procurasse sozinho, às ocultas, se alfabetizar, era castigado,

²⁴⁶ Dos livros publicados por Limério, destacamos: “Russas: sua origem, sua gente e sua história” publicado em 1976 e “Russas: 200 anos de emancipação política” publicado em 2001.



com trabalho de penitência jocosa. Porque aquele indomável pretendia abandonar o país. No intuito de partir para o Sul do país. Para nunca mais voltar. E se voltasse, não era o mesmo nordestino trabalhador. [...] E Pacarrete vivia naquela época, que se podia acordar tranquilo com os cantos dos pássaros. Sentir o cheiro gostoso do café de com mangerioba. Andar com alpargatas de rabicho nas festas das igrejas. Dormir no alpendre da casa, com o vento a balançar a rede. Mas não podia ser diferente como Pacarrete, que dotada de intuição, explodiu na euforia do tengo-lengo, do simples triângulo, a irromper a estranha dança do balé, esquisito, desconhecido e desapropriado no momento, para aquela gente de rudeza, ignorância e arcaica. O fenômeno da dança de um balé imoral, com aquele instrumento, que usado numa combinação de sons harmônicos, para alertar a freguesia do vendedor de chegadinha, ocorreu em Russas, no ano de 1919, sete anos após o nascimento da genial Maria Araújo Lima, cognominada Pacarrete, que veio ao mundo no dia 25 de março de 1912 (MARANHÃO, 2014, p. 66-67).

Interessante notarmos também que Maranhão se alinha a Pacarrete nessa direção do sujeito que rompeu com as amarras de sua cidade, tornando-se um escritor e sempre buscando o reconhecimento. Outro elemento importante de percebemos na citação anterior, é que Maranhão buscou construir um “tempo da saudade”, ou seja, uma “Russas” que não existe mais, mas que apesar de ser descrita como sem “progresso” e sem “alfabetização”, logo em seguida é romantizada com o cotidiano vivido por Pacarrete, como sendo uma época idílica, saudosa.

Desse modo, a *ideia de tempo* construída na escrita de Maranhão, é a de um tempo que deveria ser como antes e de um passado que será sempre melhor que o presente. Porque o presente é visto como vazio de memória: “Por isso precisamos relembrar/ Nossa gente com um laurel/ Do bandido mais perigoso/ Ao cavalinho de carrossel/ Conclamando com orgulho/ Do berço a além do mausoléu (MARANHÃO, 2005, p. 20).

Além desses versos nos quais o autor explicitou sua vontade de “ressuscitar” com “glória” a cidade do passado, ao longo do livro de poemas, por dezenas de vezes as estrofes são iniciadas com os seguintes versos: “Em Russas quem não lembra”, “Quem esquece...”, “Quem merece uma estátua/ De bronze para ser lembrado” (*Idem*, p. 38).

Maranhão trabalhou em sua escrita, sobretudo, com ausências, ausentes que se tornavam presentes em suas narrativas e ganhavam um contorno de passado: “Para muita gente em Russas/ Que sem história se encerra/ Sem sequer ser louvada/ Nem na morte ou na guerra/ Os mortos serão lembrados/ Como os vivos em nossa terra// Se dos vivos aos nossos mortos/ Reverencio com mui adoração/ Com um respeito comunal/ De irmão para cada irmão/ Recebam aqui suas honrarias/ Sem zombarias e sem exaltação” (*Ibidem*, p. 43).



Já no seu romance intitulado *A dança da Caipora*, escrevendo sobre a morte, Maranhão nos deixa ler algo que podemos pensar em relação a sua “missão” de dizer do passado ao presente:

Isso não faz sentido- disse João. –A morte não renasce, ela morre eternamente sem nenhum valor. A morte só vive na morte, por ser uma estrada sem muro, sem volta. Morrer é apodrecer no abandono sem mais vida num eterno desamparo. A morte não tem amparo e nem desamparo. A tumba acalenta o morto no silêncio da podridão... Só o morto (MARANHÃO, 1994, p. 71).

Como bem sabe Maranhão, o que “acalenta” os vivos é o contar sobre os mortos. E, em certa medida, sua escrita buscou também esse acalantar aos ausentes.

Outra questão que deve ser levantada na obra de Maranhão é a concepção de verdade, pois como escritor, seu compromisso com a “verdade” poderia obedecer outros limites. No entanto, ao longo da obra, Maranhão vai pincelando o entendimento de “verdade” presente em sua escrita: “Quer saber a verdade? Escave os porões do Sobrado Azul, e reveja o passado da história do bangalô Azul” (MARANHÃO, 2014, p. 127).

Na passagem retirada de seu romance *As pétalas de Pacarrete*, Maranhão refere-se ao antigo sobrado azul que serve de ambiente para boa parte do romance e “guarda” entre suas “camadas” de terra e tempo os segredos mais misteriosos dos personagens da trama. Assim, podemos entender metaforicamente que para a escrita de Maranhão, a história tem um passado e é lá que a “verdade” está e por isso precisa ser escavado.

Também na escrita de suas crônicas Maranhão lidava com essa relação entre o “fato e a fábula”, afinal, mesmo sendo “literatura”, a crônica carrega uma obrigação de lidar com a “realidade”. Como nos lembra Ramos (2012, p. 53), “sem imaginação, nada poderia ser escrito. Mas, sem pesquisa, tudo seria falso. A verdade da ficção, no final das contas, vinha da imagem pesquisada no tempo”.

Na série de crônicas, assim como nos romances, Maranhão buscou personagens considerados exóticos ou peculiares, mas sempre afirmando o compromisso da “verdade” cobrado na escrita desse gênero, pois como se sabe “as crônicas são construções e interpretações do real; são diferentes formas pelas quais cada autor se sensibiliza e se comporta diante de um mesmo cenário, traduzindo suas experiências em linguagem literária” (DIOGO, 2005, p. 462). Nessa perspectiva, a crônica, por suas características, permitiria a Maranhão dotar a ordinaryidade do cotidiano de uma *fabulação* de elementos só possíveis pelo trabalho ficcionista do escritor.



Dessa maneira, logo na primeira crônica publicada na *TV Russas*, Maranhão demonstrou esse zelo pelo “real”. “A verdadeira história do bandido Fernando da Gata”, foi esse seu título. A palavra verdade foi perseguida e colocada nas crônicas por diversas vezes, mas o emprego da “verdade” proposta por Maranhão não tem o crivo e a metodologia da escrita da História enquanto conhecimento acadêmico. Compreendemos que essa “verdade” proposta por Maranhão, é muito mais um “pacto” com seu leitor e um intento de construção de memórias. Noutra crônica, ele escreveu:

Essa história verídica da mendiga Maria das Quengas, que existiu em Russas, na segunda metade do século XIX, vem sendo contada de geração a geração, de utensílios bento a segredo dos sacrários e hóstias sagrada, de como a mendiga subiu ao céu para obrar milagres como as santas (MARANHÃO, 2018, s/p).

Ao referir-se a Maria das Quengas, Maranhão traz a sua escrita um conhecido *fato fabulado* no imaginário da cidade. Trata-se da história de uma pedinte, uma “moça velha” moradora de Russas, que após ser violentamente assassinada, no ano de 1893, teve o lugar de sua morte marcado por uma cruz e iniciou-se um processo de “santificação popular” que é vivo até os dias atuais.

Como se lê, mesmo procurando contar “histórias verídicas”, Maranhão, não se deteve em suas crônicas a narrar impressões sobre o cotidiano presente, mas sim, deu continuidade ao trabalho que já vinha fazendo nos livros: sua sede *antiquária* pelo passado, que o fazia perseguir e dotar de imagem literária os sujeitos mais exóticos e misteriosos²⁴⁷, mortos que, por sua escrita, ele quis trazer de volta (inscrevendo-os, por sua escritura, na legibilidade do tempo presente).

3 CONCEPÇÃO DE PASSADO E AS AUSÊNCIAS INSCRITAS NO TEMPO DOS VIVOS

O diálogo entre Literatura e História tem cada vez mais ganhado reconhecimento na academia, não no sentido de dicotomizá-las, mas sim na análise do “intercambio” entre essas

²⁴⁷ Airton Maranhão publicou no *site* da TV Russas de 2011 até 2015, formando um total de umas 100 crônicas publicadas. As crônicas sempre abordavam personagens russanos, sejam eles místicos, misteriosos, lendários ou influentes na cidade. Vejamos alguns títulos das crônicas: “O mendigo bunda-de-couro”, “A reza velha Rosa do Rosário”, “O relojoeiro Juju”, “As velas de Zé Maria do Zé Ramalho”, “Padre Valério e o santo caçote”, “O bar das almas do Valderir”, “A verdadeira história do bandido Fernando da gata”, “Pacarrete a bailarina clássica”, “Não existem mais lobisomem em Russas”, “O enigma do mendigo Zé Coió”.



duas disciplinas, no sentido do que Jacques Derrida (2014) chamou de “solidariedade histórica” entre literatura e história: “Clio se aproxima de Calíope, sem com ela se confundir. História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço” (PESAVENTO, 2006, p. 2).

Assim, a busca deve ser pela *experiência da escrita*, uma vez que o “escritor não pode deixar de estar envolvido, interessado, inquieto com relação ao passado, seja o da literatura, da história ou da filosofia, da cultura em geral”. A busca é, enfim, pela “historicidade” dessa experiência, pois que ela pode ser “mais significativa” do que certas práticas profissionais sobejamente preocupadas em “objetivar o conteúdo de uma ciência” (DERRIDA, 2014, p. 83-84).

Desse modo, mesmo sem o crivo da História dita ciência, Maranhão estava sempre em contato com o que compreendia como história, formulando significados a partir de sua escrita literária. Fazendo cortes no tempo para “dotar” Russas de um passado significativo e deixar de ser “uma púrpura égua-ruça que pasta despercebida do tempo...” (MARANHÃO, 1994, p. 6). Ou então para desvendar o mistério de “Sete Pedras”, localizada na região do Baixo Jaguaribe, num nebuloso século XVII, sem “inscrições no tempo” que a dessem a ler ao futuro: “Qual seria o mistério de Sete Pedras? Uma povoação com um campo santo sem flores e sem sepulturas? Freguesia profana e religiosa repovoada de sacrifícios e presságio de pecadores que esperam o caminho do céu (MARANHÃO, 199, p. 27).

Mesmo ser ter como foco a biografia pormenorizada do autor, mas sim sua experiência de escrita e sua obra, faz-se necessário pincelar essa figura, pois “a história de sua cidade transforma-se, para ele, na história de si mesmo [...] como um diário ilustrado de sua juventude [no qual] reencontra a si mesmo” (NIETZSCHE, 2003, p. 25-26). A missão de construir esse “diário ilustrado” de sua cidade e de si mesmo tem uma dupla função: uma certidão de “nascimento” para a cidade e um lugar de intelectual para o escritor. Por isso a necessidade da participação em associações, agremiações e academias que forneçam esse status social.

O fato desses indivíduos não se colocarem como historiadores não é uma simples modéstia, mas possivelmente o afastamento da necessidade de apresentar “métodos rigorosos” sobre o passado tratado em seus livros (MELO, 2013). Assim como também o grande recuo no tempo, em alguns livros, pode se configurar como uma estratégia para evitar possíveis acusações de anacronismos, esse que é tido, para o historiador, como “o pecado dos pecados, o pecado entre todos irremissível”, nos termos já clássicos escritos por Lucien Febvre. Embora,



A bem da verdade, a escrita da história não pode escapar dos anacronismos porque a História em si mesma é anacronia, no sentido de que não existe período temporalmente homogêneo. São desiguais os ritmos e as durações das variadas conjunturas e estruturas - políticas, econômicas, sociais, culturais, religiosas, psicológicas - que compõem uma sociedade. O ato aparentemente simples de escolher o período a ser estudado significa superpor camadas temporais diferentes. Um recorte estreito, um ano, uma década ou mesmo uma geração, pode ocultar temporalidades mais lentas, caso de certos comportamentos demográficos, religiosos ou culturais (FRANCO JUNIOR, 2009, p. 13).

Num certo sentido, escritas como a de Maranhão – que vão beber na fonte da fábula, do maravilhoso, etc. – buscam “aprisionar” os muitos *estratos de tempo* existentes nessas temporalidades mais lentas que o imaginário guarda (KOSELLECK, 2014). Ou melhor: mais que “aprisionar” (uma impossibilidade em si), escritas como a de Maranhão buscam manipular esses *estratos de tempo* na feitura de sua arte literária. Como bem nos lembra Jacques Le Goff (1984, p. 296), “a distinção entre passado/presente (futuro) é maleável e está sujeita a múltiplas manipulações”.

O tempo pode ser percebido nas marcas e sinais que ficam gravados: “sem as marcas dos acontecimentos, o tempo não é legível, mesmo o que vive na nossa carne, nos nossos desejos, nas nossas crenças, nas nossas ideias e ideais” (COELHO, 1996, p. 13). Assim, o tempo vai deixando sinais em outros sinais, como se fosse uma “poeira” que vai se acumulando com o passar dos “tempos”, sendo essa, aliás, uma imagem diletta de Maranhão: “Nem desenterrar ossadas da poeira dos tempos, a caça desaparecendo, o jeito é enfrentar esse monstro, nem que eu, Pedro Damião, por isso pague todos meus pecados do mundo” (MARANHÃO, 1994, p. 40).

Em sua escrita, os sinais do tempo se inscrevem uns nos outros, formando essa “poeira dos tempos”:

Poeira — matéria não muito bem definida que tanto pode se acumular sobre a pedra como, também, ser o resultado da pedra desgastada. De um jeito ou de outro, a poeira adquire forma de vestígio na medida em que passa a ser observada na qualidade de indicadora do tempo decorrido (RAMOS, 2014, p. 332).

Escrevendo, dando significância à poeira e a tudo aquilo sobre que ela se deposita, Maranhão faz justamente *sacudir* essa poeira dos tempos, buscando tornar novamente legível a escrita que ela havia encoberto. Essa metáfora da poeira dos tempos, de que faz uso Maranhão, nos lembra de que “os ‘estratos do tempo’ também remetem a diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente”



(KOSELLECK, 2014, p. 9). Num mesmo pedaço de tempo, muitos outros tempos estão incrustados.

Na obra de Maranhão o tempo é um grande personagem, sendo utilizado de diversas formas em suas narrativas e até mesmo sendo paralisado. Desse modo, fica evidente, através de metáforas, ou seja, de construções literárias, o domínio que Maranhão tem para manipular o tempo em sua escrita. Em *Os mortos não querem volta*, no dia da tão esperada primeira eucaristia no povoado de Sete Pedras, o personagem Ananias (Serpente), com um prego, “paralisou” todos os outros personagens e seres vivos da trama:

Mortas? Não! Anatomicamente não. Como que as funções vitais da morte dos organismos e dos aparelhos não acontecera. As estátuas estavam vivas num estado sonambúlico. As contrações cardíacas, imperceptíveis, tinham força suficiente para piscar os olhos, vibrar os círios e até fazer crescer os pêlos. Muito longe de morte histológica, os tecidos e as células não fenecem lentamente. Eles permanecem no estado latente. Não diluem nem envelhecem. Quanto à morte real não acontecera. A estátua em vez de atingir o pergaminhamento da pele; manchar o verde abdominal, ter a parada completa e prolongada da circulação, não demonstrava tais indícios. Sinais do fim da vida, como qualificam os estudiosos do ofício. As estátuas humanas não aparentavam nenhum vestígio da morte que causasse qualquer suspeita. Estavam vivas, sonambúlicas, sem perder inteiramente os sentidos. Ouvindo e enxergando ao redor. Mudas, sem dizer nenhuma palavra. Emitir qualquer gesto ou agitação do corpo. Apenas a não ser as variações dos olhos e das pálpebras (MARANHÃO, 1999, p. 136).

O personagem Ananias/Serpente “picou” o povoado inteiro com o “prego caibral mágico” que causava a paralisação, porque queria receber a primeira eucaristia. Dessa forma, somente o Padre e o Serpente permaneceram em movimento: “depois das paralizações em Sete Pedras, restaram somente o padre e o homenzinho. Serpente ao pressentir que o sacerdote fugiria da aldeia ao anoitecer, paralisou o matungo do abade. Os jumentos e as potrancas de Buema” (MARANHÃO, 1999, p. 37). Todos os seres vivos foram paralisados (homens e animais), apenas os dois personagens imortais da trama continuaram a se mover.

É pertinente destacarmos que essa temática do imortal perpassa por toda a obra de Maranhão, por exemplo: o coveiro Chico Eterno e o título do livro de poemas *O Hóspede das Eras* (MARANHÃO, 2006) - livro dedicado ao poeta e crítico literário, também cearense, Dimas Macedo.

Na escrita de Maranhão, temos então um passado que nunca passa por completo, pois deixa seus vestígios na memória: “não poderíamos imaginar um presente puro; ele seria nulo. O presente sempre tem uma partícula de passado, uma partícula de futuro. E parece que isso é necessário ao tempo” (BORGES, 1979, p. 77). O tempo precisa de conectores; sem eles,



sem a possibilidade de se fazer relações, não existiria tempo, ao menos a ideia de tempo histórico.

O passado é um elemento de inquietação no presente e em nossas vidas, diz a escrita de Maranhão (1999, p. 161): “chegou a hora da abominação dos mortos povoando o coração dos vivos”. Nessa perspectiva, o passado é constantemente significado ou resignificado, ou seja, é interpretado, ganhando assim sentido nas experiências do presente. Assim, “os mortos, na verdade, não estão mortos. Os mortos são, antes, parte da nossa própria vida” (SALOMON, 2011, p. 283). Os mortos, quando escriturados, tornam-se, pois, *conectores* do tempo e, portanto, propiciadores da existência da história enquanto narrativa.

Mas a escrita de Maranhão também aponta para o futuro, onde ele quer ter lugar. Um lugar lhe dado pela literatura. Maranhão é sabedor de que o lugar do morto no tempo é marcado pela inscrição e sem a inscrição não existe legibilidade do passado no futuro. Maranhão deseja, por sua escrita, legar uma inscrição de si no tempo. Não almeja ser um memorialista, mas um literato, um escritor de ficção. Um “lapidário” no “campo santo” da arte. São percepções que sua obra nos coloca:

- O que há de extraordinário nas sepulturas?
- A inscrição dos mortos na lápide sepulcral.
- Aqui jaz?
- Diabo! Onde se viu sepultura sem inscrição? Existe algum lapidário neste povoado?
- Oh! –exclamou o padre- Não.
- Maldita necrópole sem coveiro e sem lapidário! (MARANHÃO, 1999, p. 81).

Daí, por exemplo, que ele não queria “competir” com Limério Moreira Rocha (ou outros) que escreveram sobre o passado de Russas. Ele queria mais. É interessante pensarmos na ambiguidade que é: Maranhão (ao que tudo indica) deseja ser uma voz que fala “em nome” de um lugar (Russas), é o seu “fardo”; mas, ao mesmo tempo ele não quer ter apenas as pequenas glórias que esse lugar pode lhe oferecer, ele quer glórias maiores (vindas da “pátria” da Literatura). Maranhão queria jogar uma âncora no futuro; ou seja, no tempo e não apenas na geografia do seu lugar (Russas).

Concordamos com Antoine Prost (2012) no entendimento de que o tempo na história não é tão somente uma forma de dimensionamento ou comparação, mas sim faz parte da sua própria substância. O tempo da história perpassa pelos documentos, pelos fatos e pelas questões que são formuladas.



Na construção da história, vê-se a importância decisiva do trabalho sobre o tempo. Além de uma colocação em ordem, de uma classificação cronológica e de uma estruturação em períodos, trata-se de uma hierarquização dos fenômenos em função do ritmo da mudança de cada um deles. O tempo da história não é uma reta, nem mesmo um plano: as linhas entrecruzadas por ele compõe um relevo. Ele tem espessura e profundidade (PROUST, 2012, p. 114).

Assim, escritas como a de Maranhão, trabalham com o tempo constantemente, buscando uma narrativa como forma de “moldura” ou “túmulos” para os ausentes que não passam totalmente, pois “o presente nunca é apenas presente, um estado temporal fechado em si mesmo, mas que ele é de uma natureza flexível e não cessa de solicitar o passado e o porvir” (LORINGA, 2011, p. 137). O passado escrito por Maranhão buscava preencher os vazios (mas cheios de significados), com “os vestígios de um passado controlado pelas exigências da lembrança que se quer ter no presente, e que se deseja projetar para o futuro” (GUIMARÃES, 2007, p. 16).

Toda a escrita de Maranhão é permeada por essa solicitação do passado, inclusive na escrita das crônicas, espaço que ele poderia se dedicar mais a discutir suas impressões sobre o cotidiano. Nelas, Maranhão estabelece diálogo com seu leitor, indo do convencimento, passando pela imaginação e chegando a uma reflexão. Uma faceta sua que só apareceu nos últimos anos da produção do autor (ressaltamos que Maranhão morreu precocemente, aos 65 anos). Assim, é válido lembramos um personagem da Gabriel García Márquez, maior nome da literatura fantástica, segmento literário que Maranhão se inseriu. O personagem é o velho cronista de *Memórias de minhas putas tristes*:

Lá estavam minhas crônicas dominicais, como uma relíquia arqueológica entre os escombros do passado, e se deram conta de que elas não eram só para velhos mas para jovens que não tiveram medo de envelhecer. A crônica voltou então à seção editorial e, em ocasiões especiais, à primeira página (MÁRQUEZ, 2010, p. 45).

Assim como o personagem de Márquez, Maranhão se redescobriu na escrita das crônicas e trouxe muitos dos seus personagens dos romances para o universo da crônica publicada virtualmente, com horizonte de possibilidades de ser lido bastante ampliado. Como se pode perceber, transitando por diversos gêneros, Maranhão, através da literatura, buscou inscrever os personagens russanos e a si mesmo no tempo.



4 CONCLUSÃO

Como se pode ler no que aqui ficou apontado, na obra de Maranhão (2005) é marcante a presença de um elemento que passa por todos os seus escritos, o desejo de “acumular” personagens compreendidos como históricos ou importantes para a história de Russas, inclusive os que habitam “à porta dos mistérios e do incognoscível”. Dessa forma, o autor tentou escrever ou delimitar um “passado” para sua cidade natal. Um exercício feito partindo do olhar antiquário (como pensado por Nietzsche); não no sentido de acumulação de uma cultura material, ou seja, colecionar objetos antigos, mas sim na “acumulação de personagens”, na inscrição dos russanos na literatura e, talvez na compreensão de Maranhão, na própria História.

Maranhão utilizou para costurar sua obra literária um “fio temporal” que perpassa seus personagens russanos, esses que, para não morrerem, foram “salvos” pela literatura. Personagens que se repetem na obra de Maranhão, sujeitos que não têm mais lugar no presente, mas que o autor deseja dar-lhes escrita e inscrição no tempo.

Lidando com as gentes ausentes de seu lugar (Russas), Maranhão buscou torná-las legíveis no presente por obra de sua escrita, e, por ela, buscou também inscrever-se a si: seja na memória de seu lugar natal, seja na escrita da história da “pátria” Literatura, esse lugar em que desejou habitar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D’assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BORGES, Jorge Luis. **Borges oral e sete noites**. Companhia das Letras: 1979.

COELHO, António Borges. **O tempo e os homens: questionar a história III**. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DIOGO, Marcia Cezar. *O moderno em revista na cidade do Rio de Janeiro*. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2005.



FRANCO JUNIOR, Hilário. *Apresentação*. In: FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. Trad. Maria Lúcia Machado e José Eduardo dos Santos Lohner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [pp. 9-14].

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. *Vendo o passado: representação e escrita da história*. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 15. n.2. p. 11-30. Jul-dez. 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudo sobre história**. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

Le GOFF, Jacques. *Passado/presente*. Trad. Irene Ferreira. In: **ENCICLOPÉDIA EINAUDI** – vol. 1 - *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LORINGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à história**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MARANHÃO, Airton. **Deusurubu**. Fortaleza: Editora Verdes Mares, 1977.

_____. **A dança da caipora**. Fortaleza: Esitora Print & Paper, 1994.

_____. **Os mortos não querem volta**. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1999.

_____. **Admirável povo de São Bernardo das Éguas Ruças**. Fortaleza: Premium, 2005.

_____. **O hóspede das eras**. Fortaleza: Editora Aceite, 2006.

_____. **As pétalas da Pacarrete**. Fortaleza: Premium, 2014.

_____. **Entrevista concedida a Ruan Carlos Mendes** (José Airton Maranhão Ribeiro da Silva, 64 anos, entrevista realizada no dia 17/03/2014, em seu escritório de advocacia no centro de Fortaleza-CE.).

_____. *Crime e milagres de Maria das Quengas*. **Tv Russas**. Disponível em: <<http://tvrussas.com.br/artigo/205/crime-e-milagres-de-maria-das-quengas/>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Memórias de minhas putas tristes**. Trad. Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MELO, Francisco Dênis. **Os intelectuais da academia sobrelense de estudos e letras – ASEL- e a invenção da cidade letrada (1943-1973)**. (Tese de doutorado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.



PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. In. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Débats, 2006. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2 ed. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A poeira do passado: tempo, saudade e cultura material**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

SALOMON, Marlon (Org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó-SC: Argos – Ed. Unochapecó, 2011.



Cuba e Estados Unidos: crises migratórias.

Uelma Alves da Silva²⁴⁸

Recebido em: 10/03/2019
Aprovado em: 24/04/2019

RESUMO

O objetivo deste artigo é abordar as crises migratórias entre Cuba e Estados Unidos após a Revolução Cubana que forçaram os dois países a manterem um diálogo ao longo dos anos e mostrar a análise de Fidel Castro sobre esses períodos. No início dos anos 2000, ele concedeu uma entrevista para Ignácio Ramonet, a qual foi publicada no livro *Fidel Castro: biografia a duas vozes* (2016) o resultado de 300 horas de diálogo entre os dois. Dentre os muitos assuntos de que trataram, as migrações pela qual passou Cuba foi um dos discutidos por eles. As três crises migratórias que marcaram a história cubana são: Camarioca (1965), Porto de Mariel (1980) e a Crise dos Balseiros (1994). Fidel Castro discute também A Lei do Ajuste Cubano de 1966, que garantiu a entrada legal de povos cubanos aos Estados Unidos, tendo se tornado uma lei de incentivo para a emigração de cubanos para os Estados Unidos.

Palavras-chave: Crise migratória. Cuba. Estados Unidos. Fidel Castro.

Cuba and United States of America: migratory crises

ABSTRACT

The aim of this article is the migratory crises between Cuba e United States of America after the Cuban Revolution that forces both countries to maintain dialogue across the years and show the point of view of Fidel Castro about this process. In the early century, he made an interview to Ignacio Ramonet that was published in his own book called *Fidel Castro: My Life: A Spoken Autobiography* (2016) the result of 300 hours of this chat. Among the subjects that were discussed the migratory crises from Cuba to the United States of America was a topic discussed by them. The three migratory crises that marked the Cuban history are Camarioca (1965), Port of Mariel (1980) and the *Balseros* Crises (1994). Fidel Castro also discusses The Cuban Adjustment Act of 1966, which guaranteed the legal entry of Cuban people to the United States, an act of encouragement for the emigration of Cubans to the United States.

Keywords: Migratory crises. Cuba. The United States of America. Fidel Castro.

²⁴⁸ Mestranda em História pela Universidade de Brasília e graduada pela mesma instituição. Bolsista CAPES no Programa de História Política (PPG-HIS-UNB). Link Currículo Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K8130120U7>>. E-mail para contato: uelma.as@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

Em meio a Guerra Fria, disputa de proporções globais entre Estados Unidos defendendo o sistema capitalista e a União Soviética defendendo o comunismo, uma revolução acontecia na América Latina. Fidel Castro e seus aliados passaram a tomar conta de Cuba a partir de janeiro de 1959 e uma das primeiras medidas foi nacionalizar as empresas dos Estados Unidos que exerciam atividade econômica na ilha, tornando a relação ainda mais problemática com o vizinho do norte, que aguardava o rumo do novo governo com desconfiança (GOTT, 2006, p. 213).

O projeto revolucionário de Fidel Castro começou a tomar forma com os passar dos anos. Inicialmente sem definir um tipo de regime, Cuba se distanciava dos Estados Unidos à medida que a URSS oferecia seu apoio. Depois que o cubano finalmente tomou partido anunciando o caráter marxista-leninista da Revolução em 1962, a União Soviética passou a ser o principal parceiro da ilha. No continente a relação não era favorável pois após Cuba ser expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) no referido ano, devido a adesão ao comunismo, e muitos países romperem suas relações diplomáticas, o país ficou cada vez mais isolado.

O ponto alto dessa tensão entre os dois países foi a crise dos mísseis. A URSS secretamente instalou em Cuba 42 mísseis soviéticos apontados para território estadunidense— uma ação resultante de um acordo de ajuda militar ao governo socialista cubano. Após especulações de uma terceira guerra mundial, EUA e URSS firmaram um acordo em relação ao uso de armas nucleares. Cuba ficou com a má fama de inimiga americana à qual ninguém queria (BEZERRA, 2012, p. 179).

Os cubanos que saíram de Havana após a revolução eram uma maioria de classe média e rica e acabaram deixando suas propriedades para trás, que foram concedidas aos que viviam em regiões mais pobres, como as populações negras e estudantes que passaram a ocupar essas residências. Por outro lado, os que fugiram eram os opositores do regime fazendo com que à medida que eles iam embora a oposição também desaparecesse— hipótese essa sustentada por historiadores que chegam a atribuir essa falta de oposição política como uma das causas da longevidade da revolução cubana (GOTT, 2006, p. 242).

Com o passar dos anos muitas eram as pessoas que deixavam a ilha com os Estados Unidos como principal destino, onde já se estabelecia cada vez mais uma comunidade cubana,



embora muitos tivessem a esperança de poderem retornar quando Castro já estivesse fora do poder. É interessante notar a fala de Fidel Castro sobre a migração aos EUA, esclarecendo que elas sempre ocorreram ao longo da relação entre os dois países:

Sempre houve gente – era tradição- que queria ir para lá; idealizavam esse país, por causa dos filmes, depois também por causa da Guerra Mundial. Em 1958, a população cubana registrada oficialmente nos Estados Unidos chegava já a 125 mil, incluindo os descendentes. Isso foi antes de 1959, não fazia tanto tempo que terminara a guerra, o fascismo, o Holocausto e todas essas coisas... Eles concediam cerca de 2 ou 3 mil vistos, talvez, por ano. O poder, as riquezas, muita gente de Cuba educada numa idealização dos Estados Unidos e, sobretudo, a idealização – lembre-se de que é importante – do automóvel, dos recursos, dos salários, em uma população que não tinha acesso à educação e onde havia 30 por cento de analfabetos e semianalfabetos. Esse país exercia uma enorme atração. E, a partir do triunfo da Revolução, o tema migratório, em especial para os Estados Unidos, recebeu um impacto fenomenal. Com esse país foram estabelecidas, então, a respeito desse tema, novas e conflituosas relações. Estima-se que, entre 1959 e 1962, foram para os Estados Unidos mais de 270 mil pessoas, entre elas milhares de médicos, engenheiros, professores, quadros técnicos... E uma parte dos primeiros 70 mil que foram não cumpriu os trâmites migratórios (RAMONET, 2016, p. 307).

A atração que Fidel Castro destaca é ignorada por aqueles que fazem dessas migrações uma questão apenas de oposição ao governo cubano. Antes que as ondas migratórias tomassem forma com milhares de pessoas querendo deixar Cuba, uma ação estadunidense mudou o rumo da vida de muitos cubanos. A operação organizada através da Agência de Inteligência (CIA em sua sigla em inglês) junto do arcebispo norte-americano Coleman Carroll fez com que crianças cubanas fossem levadas para os EUA com a ajuda da Igreja Católica de Cuba. Essa que ficou conhecida como Operação *Peter Pan* foi o resultado principalmente da falsificação de um documento fraudado pela CIA no qual o governo cubano supostamente teria determinado:

Artigo 3 — [...] A partir da vigência da presente lei, o pátrio poder das pessoas menores de vinte anos de idade será exercido pelo Estado.

Artigo 4 — [...] os menores permanecerão sob os cuidados de seus pais até a idade de cinco anos, a partir da qual sua educação física, mental e cívica será confiada à Organização de Círculos Infantis, os quais serão responsáveis pela guarda e pelo pátrio poder dos referidos menores.

Artigo 5 — [...] tendo em vista sua educação cultural e capacitação cívica, a partir dos dez anos de idade qualquer menor poderá ser trasladado para o lugar mais apropriado para a consecução de tais objetivos, sempre tendo em conta os mais altos interesses da nação.

Parágrafo 1º — A partir da publicação desta lei, fica proibida a saída do território nacional de todas as pessoas menores de idade.

Parágrafo 2º — O descumprimento dos preceitos compreendidos na presente lei será considerado delito contrarrevolucionário, sancionável com pena de prisão de dois a quinze anos, conforme a gravidade do delito (MORAIS, 2011, p. 33).



O escolhido para executar o plano pela arquidiocese foi Bryan Walsh, que entrou em Cuba com menos de 500 vistos a ser concedido para as fugas, mas logo percebeu que não seriam suficientes devido ao sucesso da ação. O resultado foi a fuga de 14.048 crianças, segundo a Organização Não Governamental *Pedro Pan Group*, entre meninos e meninas que foram instalados em orfanatos católicos e instituições de caridade, muitos abandonando para sempre seus pais (MORAIS, 2011, p. 34).

A operação acirrou ainda mais a tensão já existente com os Estados Unidos que estavam dispostos a não deixar o comunismo se alastrar na região. Após esse período, três importantes crises migratórias foram responsáveis para que se aprimorassem as leis migratórias entre Cuba e Estados Unidos²⁴⁹: Camarioca (1965), Porto de Mariel (1985), Crise dos balseiros (1994).

2 CRISES MIGRATÓRIAS: DIÁLOGOS ENTRE CUBA E ESTADOS UNIDOS

2.1 Camarioca

Após a crise dos mísseis²⁵⁰ os voos entre EUA e Cuba foram interrompidos totalmente. Fidel Castro anunciou que a participação na revolução era voluntária levando muitos a migrarem. O cubano comentou o ocorrido com Ignácio Ramonet:

Foi primeiro em Camarioca, foi em outubro de 1965, como estou dizendo, que cortaram as viagens, não deixavam entrar nos Estados Unidos. Então começaram as saídas ilegais e os problemas e a propaganda. Os que estavam ali – já havia ido para lá um bom grupo, como lhe disse – tinham recursos, porque os primeiros que foram eram os chefes com dinheiro; os mais pobres ainda não conheciam o caminho; foram embora, como já disse, profissionais, médicos, operários qualificados, professores etc. E nós resistindo aqui. Mas cortaram a possibilidade de viajar no momento da Crise de Outubro, e começam a acontecer todos esses problemas da separação, e as saídas ilegais, com vários riscos, os acidentes... Então dissemos: “Não, não é necessário correrem riscos, venham buscá-los”. E habilitamos um pequeno porto, Camarioca, perto de Varadero. Vieram até mil barcos, porque confiaram totalmente no que dissemos: “Podem vir buscá-los, podem ir embora”. Entre outubro e novembro de 1965, por Camarioca, saíram, livremente, umas 300 mil pessoas (RAMONET, 2016, p. 310).

²⁴⁹ A classificação aqui apresentada está de acordo com a obra: GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. O leitor poderá encontrar outras classificações em outras obras e trabalhos.

²⁵⁰ Crise que quase levou o mundo a uma Terceira Guerra Mundial, os soviéticos instalaram mísseis em Cuba o que significou uma ameaça de ataque aos Estados Unidos, que solicitou a retirada dos mísseis da ilha. Após tensas negociações a União Soviética retirou o armamento deixando Cuba em uma situação mais complicada com os Estados Unidos.



Logo após essa onda foi criada a Lei de Ajuste Cubano assinada por Lyndon Johnson em 03 de outubro de 1966. A lei era aplicada a cubanos que após 1959, mesmo que de forma ilegal, entrassem no país, os quais receberiam asilo político e documentação de residente permanente que dava "autorização para trabalhar e inscrever-se no serviço social, direitos que se estendiam ao cônjuge e aos filhos menores de 21 anos. Era o oposto do tratamento destinado às hordas de latinos que tentavam entrar nos Estados Unidos" (MORAIS, 2011, p. 34). Nos quatro anos após a lei foi transportada de Varadeiro a Miami mais de 270 mil cubanos. Essa lei incentivou muitos cubanos a emigrarem de forma ilegal para os EUA. Sobre o assunto Fidel Castro chama atenção para o fato de estes que emigram sempre serem considerados exilados.

[...] todos que saem de Cuba são "exilados". Há mais de quarenta anos, todos os que saem daqui são "exilados", "inimigos do regime socialista"... E acontece que os cubanos têm os níveis mais altos de educação entre os latinos, e, portanto, nos Estados Unidos, têm os mais altos salários entre os latinos, porque muitos dos que chegam de outros lugares aos Estados Unidos são analfabetos, semianalfabetos, gente que não tem uma profissão, e só vão para colher tomates, vegetais, uma força de trabalho mais barata. Na realidade, se houvesse uma Lei de Ajuste para a América Latina, acho que mais da metade dos residentes nos Estados Unidos seriam latino-americanos. Agora, imagine uma Lei de Ajuste para a China, para os países da Ásia, até mesmo da Europa... Nem dá para imaginar quanta gente das regiões pobres da Europa ou desempregados emigrariam para os Estados Unidos (RAMONET, 2016, p. 318).

É interessante observar a visão dele sobre a Lei de Ajuste, pois Cuba ainda é tratado como o país vilão e inimigo dos Estados Unidos, onde seus habitantes tentam escapar do regime socialista, uma visão ainda pautada nos tempos da Guerra Fria, apesar dessa ter acabado com o fim da União Soviética.

2.1.1 Porto de Mariel (1980)

Na tarde de 1º de abril de 1980 seis cubanos invadiram com um caminhão a embaixada do Peru no distrito de Miramar em Havana matando um guarda cubano. O embaixador recusou-se a entregar os refugiados que ali permaneceram, uma exigência do governo cubano, pois devido ao ocorrido eles passaram a ser considerados criminosos comuns. A decisão foi do chefe do governo peruano Morales Bermúdez, que decidiu oferecer asilo político aos cubanos. Caso o governo autorizasse a saída dos seis cubanos estaria dando suporte para a fuga através de ações como esta. Caso negasse, transformava-os em mártires reforçando a recorrente acusação de violação dos direitos humanos na ilha. A saída encontrada veio em uma pequena nota:



Diante da negativa do governo peruano de entregar os delinquentes que provocaram a morte do soldado Pedro Ortiz Cabrera, o governo cubano se reserva o direito de retirar a guarda de proteção da embaixada. A referida sede, portanto, fica aberta a todo aquele que quiser sair do país (MORAIS, 2011, p. 35).

O resultado foi 10 mil pessoas querendo se instalar na sede da embaixada do Peru que se viu em meio a um problema com a grande quantidade de cubanos. Apesar disso, afirmou que podia abrigar 1000 mil pessoas recebendo ajuda do Canadá que garantiu 600 abrigos, assim como a Costa Rica que ofereceu 300 abrigos. O presidente dos Estados Unidos, James Earl Carter Jr., quis participar no que ficou conhecido como *Política dos Braços e Corações Abertos*, ressuscitando a Lei do Ajuste. O governo cubano acatando a decisão de Carter, abriu o Porto de Mariel para qualquer cubano que quisesse sair de Cuba. O resultado foi a chegada de 100 mil cubanos, correspondente a 1% da população de Cuba, em Miami (MORAIS, 2011, p. 36).

O presidente Carter decidiu por abrigar os 20 mil cubanos, dos quais 6 mil faziam parte do grupo dos chamados excluíveis, presos e doentes mentais, no estado de Arkansas- governado na época por Bill Clinton. Perto da cidade ficava um acampamento militar que não funcionava desde a Segunda Guerra Mundial chamado *Fort Chaffe* onde seriam abrigados os cubanos. Era ano de eleição e Clinton se preocupava com o impacto de tal ação frente à população de 60 mil habitantes, às quais 50 mil eram brancos e protestantes. Apesar dos protestos do governador sobre tal decisão desembarcaram na cidade cerca de 25.390 imigrantes e pouco depois da chegada cerca de 200 fizeram *quebra-quebra* nos comércios mobilizando a Guarda Nacional. O fato obrigou Clinton a pedir ajuda de tropas federais considerando possíveis ataques por parte da população local devido ao aumento do número de compra de armas na região onde estavam os cubanos. Apesar de tentar contornar a situação visando à continuação do cargo, Clinton perdeu as eleições seguintes (MORAIS, 2011, p. 36-38).

O mesmo aconteceu com Carter, substituído por Ronald Reagan que surgiu com um novo acordo de normalização das relações migratórias tentando solucionar a questão Mariel. A chegada de cubanos deu a população de Miami uma nova face, pois em 1960 a população era formada por 80% de brancos, já em 1990 eram representados por 12% apenas, 24% de população negra e 62% de hispânicos, adquirindo cada vez mais força política no estado (MORAIS, 2011, p. 37-38). Fidel Castro comenta detalhes da negociação com Reagan:

[...] Com Ronald Reagan fizemos o primeiro acordo, assinado em dezembro de 1984. E ele foi flexível, porque tinha interesse em devolver os “excluíveis”. Reagan estava interessado em um acordo sobre os chamados “excluíveis”, gente que entrara pelo



porto de Mariel em 1980 e que eles queriam nos devolver, uma lista dos que haviam cometido crimes e estavam detidos ali. Então aceitamos, e lhes dissemos: “Façam a lista dos excluíveis”. Havíamos feito um acordo, na verdade, para esse problema. Um número de “excluíveis”, com nome e sobrenome, 2 mil e tantos, e então concederíamos até 20 mil vistos por ano, como um elemento de troca.

Chegamos a um acordo, e aceitamos receber os “excluíveis”. Alguns ainda estão vindo, daquela lista; eram 2 mil e tantos. Depois de cumprirem pena lá, são logo enviados para cá.

Depois daqueles acordos, formou-se uma situação tensa que os paralisou por um tempo, entre 1986 e 1987. Isso coincidiu com uma iniciativa, a criação da Rádio Martí. Foram muito poucas as vezes em que eles agiram de boa-fé. Depois voltaram a retomar os acordos; foi preciso porque o problema continuava, e era necessário encontrar um meio para evitar as saídas ilegais.

O acordo não era ruim, mas eles não o cumpriram, e, na verdade, ainda naquele período ninguém havia se dado conta do papel nefasto daquela Lei de Ajuste, que foi sendo interpretada, interpretada e interpretada, para que lhe acrescentarem coisas (RAMONET, 2016, p. 308).

Fidel Castro não esconde seu descontentamento por uma falta de rigor no cumprimento dos acordos por parte dos EUA. É importante lembrar que os cubanos de Mariel eram compostos por uma maioria da população negra e vinham das classes mais baixas de Cuba que tinham esperança de uma vida melhor nos Estados Unidos, mas se confrontaram com uma vida sem alguns serviços gratuitos como saúde, educação e instalações esportivas no novo país. A repercussão dessa onda foi maior do que as anteriores, pois a ilha recebeu muitos repórteres querendo noticiar aquelas histórias que levaram milhares a saírem de seu país natal (GOTT, 2006, p. 302).

2.1.1.1 A crise dos balseiros (1994)

Após a queda do muro de Berlim (1989) muitos cubanos que viviam nos Estados Unidos tiveram esperança que o comunismo ruísse também em Cuba. Fidel Castro pediu aos cubanos mais sacrifícios no que ficou conhecido como *Período Especial em Tempos de Paz*. Neste período, Cuba abriu-se para o turismo ainda mais e permitiu a circulação de dólares estadunidenses e o funcionamento de restaurantes abertos na casa do proprietário, os chamados *paladares*, prestadores de serviços só aos estrangeiros. Apesar dessa busca para manter a Revolução, não foi possível evitar uma nova crise de emigração em agosto de 1994 quando uma multidão enraivecida se reuniu no Malecón depois que um grupo tentou sequestrar um barco no porto causando confronto com a polícia (GOTT, 2006, p. 325)

Castro foi obrigado a intervir e amenizou temporariamente a situação ao ir pessoalmente conversar com essas pessoas que desejavam deixar a ilha. Mas isso não impediu



que muitos corressem riscos em jangadas, balsas ou mesmo em pequenos botes para chegar aos Estados Unidos. Como acontecia frequentemente a maioria conseguia chegar, mas muitos ficavam no meio do caminho. Sobre o período Fidel Castro afirma:

Então, foi naquele período que a Lei de Ajuste se transformou num instrumento para se transladar para os Estados Unidos, e, além disso, num instrumento de propaganda poderosíssimo. Em 1994, no “período especial”, eram menos de mil os que saíam legalmente com vistos, e uns 5 ou 6 mil que se trasladavam ilegalmente para se beneficiar da Lei de Ajuste. Como eles não cumpriram o acordo de 1984, o caminho para quem queria emigrar para os Estados Unidos era a Lei de Ajuste. Mas quem recorria a essa lei, como sempre, não era um professor, um trabalhador, ou alguém sem antecedentes criminais... As pessoas com essas características não eram as que costumavam ir de forma ilegal, roubando barcos e lanchas. Os que faziam isso eram elementos de outro tipo: lúmpen, gente fora da lei, essa categoria. Foram estes os que provocaram aquele distúrbio em Havana em agosto de 1994 (RAMONET, 2016, p. 312).

O governo Clinton concedeu ainda o que ficou conhecida como a *política dos pés secos, pés molhados*, que regia aqueles que tocassem o solo dos Estados Unidos receberiam abrigo e todos os benefícios garantidos pela Lei do Ajuste. Por outro lado, caso fossem pegos no mar ou mesmo perto da costa ainda com os pés molhados seriam devolvidos a Cuba. Quando Ignácio Ramonet (2016, p.315) questiona Fidel Castro sobre os motivos dessa emigração ele atribui razões econômicas, segundo ele “emigraram porque queriam um automóvel; porque queriam viver em uma sociedade de consumo, muito divulgada” ele enfatiza mais uma vez o caráter sedutor que exerce os EUA sobre os cubanos, especialmente no aspecto econômico.

A Lei da Democracia Cubana ou a chamada *Lei Torricelli* foi lançada no ano de 1992 patrocinada pelo democrata Robert Torricelli de Nova Jersey. O objetivo era prejudicar o comércio de Cuba agravando mais as já existentes sanções. O historiador Richard Gott (2006, p.340) nos apresenta algumas delas: "empresas subsidiárias de companhias norte-americanas seriam proibidas de comercializar com Cuba, e navios estrangeiros que entrassem em portos cubanos seriam proibidos de carregar ou descarregar em portos norte-americanos por um período de seis meses". A lei foi aprovada no governo do presidente George H.W.Bush.

A situação se agravou quando o grupo *Irmãos para o Resgate*, que eram portadores de aviões e resgatavam balseiros cubanos que desejavam ir para os EUA, em uma dessas viagens invadiram o espaço aéreo cubano aproveitando para espalhar panfletos contra a revolução irritando o governo que derrubou dois aviões do grupo, causando a morte de quatro homens. Cuba não se responsabilizou pelo ocorrido e a comoção da opinião pública obrigou Clinton a assinar a *Lei Helms-Burton*. O primeiro que dava nome a lei era o senador Jesse Helms,



republicano da Carolina do Norte, o segundo Dan Burton, congressista republicano de Indiana, juntamente com o apoio da Fundação Nacional Cubana Americana (FNCA) e do grupo Rum Bacardi– que tentava recuperar suas propriedades de açúcar expropriadas por Castro desde a década de 1960 (FERREIRA, 2015, p. 212).

Na *Lei Helms-Burton* imperava a imposição da democracia em Cuba pelos EUA, além do afastamento completo e total de Fidel Castro e seu irmão que deveriam ser banidos da vida política na ilha. O novo governo seria reconhecido mediante pagamento de indenização aos norte-americanos e cubano-norte-americanos cujas propriedades tivessem sido expropriadas. O poder em relação às decisões tomadas em Cuba foi tirado das mãos do presidente e dado ao congresso, tornando difícil que o embargo econômico fosse facilmente revogado, tendo em vista a influência dos cubano-americanos na política (FERREIRA, 2015, p. 212-213).

O fato é que a comunidade cubana se tornou importante para as eleições dos EUA. Essa crise migratória atingiu a opinião pública internacional no ano de 1999 no caso de Elián González, único sobrevivente de uma tragédia ao mar que matou sua mãe e os demais passageiros durante a travessia. Os tios nos Estados Unidos disputaram a guarda da criança com o pai que vivia em Cuba. Os cubano-americanos queriam que o menino permanecesse com os tios, mas nas ruas as opiniões dos norte-americanos eram favoráveis que o menino ficasse com o pai. A disputa durou mais de seis meses até que o pai ganhou a causa (GOTT, 2006, p. 348-349).

3 AS MIGRAÇÕES NO SÉCULO XXI: NOVOS DIÁLOGOS

As emigrações continuaram sob novas rotas nesse início de século. O México se tornou posto de entrada de muitos cubanos que trocavam os perigos do mar pela escala até chegar aos Estados Unidos. A chamada política dos *pés secos, pés molhados* garante os mesmos direitos aos cubanos que chegam por terra. Estima-se que entre outubro de 2006 e setembro de 2008 quase 12.000 cubanos entraram no México antes de chegar aos EUA (GONZÁLEZ, 2011, p. 12-14). Como mostra Moniz Bandeira (2009, p. 678):

O tráfico humano de Cuba para o sul da Flórida nunca cessara. Contudo, as autoridades americanas alarmaram-se em 2001 por causa do crescimento inusitado do fluxo ilegal de imigrantes cubanos para os Estados Unidos, cujo número alcançou o montante de 2.290, a maior cifra desde a crise dos balseiros de 1994, superando as



cifras de 1999 (2.254) e de 2000 (1.820) [...] Até setembro de 2002, a Border Patrol registrou a chegada aos Estados Unidos, ilegalmente, de 1.335 cubanos.

Em 2006, Fidel Castro publicamente admitiu que por motivos de saúde seu irmão Raul Castro assumiria o principal lugar do governo cubano, o qual passou a ocupar o cargo de forma definitiva a partir de 2008. A partir de 2009, o democrata Barack Obama abriu um novo capítulo nas relações entre Estados Unidos e Cuba, como prometido em sua campanha. Ainda neste ano, Cuba foi convidada a voltar para a Organização dos Estados Americanos, revogando assim a decisão que o expulsou em 1962, mas o país recusou a oferta, embora a situação esteja em aberto até os dias atuais. Um importante avanço em Cuba ocorreu com a mudança da lei sobre imigração datada de 1976, em 2012. De acordo com a nova lei não seria mais necessário pagar 150 pesos cubanos pela *tarjeta blanca* ou cartão branco que era uma permissão para saída entregue pelas autoridades assim como não havia mais a necessidade de uma carta convite de algum estrangeiro para deixar Cuba.

Durante a reaproximação entre Cuba e Estados Unidos os números migratórios aumentaram: em 2015 era de 43.159 e em 2016 passou a 63.000, cubanos que entraram principalmente pela fronteira do México²⁵¹. Esse aumento do número revelou um temor de perda dos direitos que os EUA ofereciam aos cubanos tornando a situação contraditória, pois quanto mais a possibilidade de retomada das relações aumentava, maior era o número de cubanos que deixavam a ilha para chegar aos EUA e usufruir dos direitos historicamente conquistados.

Quando parecia que Cuba e Estados Unidos caminhavam para um acerto histórico, o mandato de Barack Obama anunciava seu término, mas antes ele pôs fim a política dos *pés secos, pés molhados* atendendo a um pedido do governo cubano que sempre considerou tal política como uma iniciativa a saída da sua população²⁵², porém ainda está em voga a *Lei de Ajuste Cubano* e seus benefícios aos cubanos que chegarem aos Estados Unidos. Apesar dos avanços entre os países, com o fim do governo Obama as incertezas sobre o andamento dessas políticas migratórias são sentidas pela comunidade cubana, que ainda encontram nos Estados Unidos uma forma de abrigo.

²⁵¹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/12/internacional/1484257647_081706.html>. Acesso em 09/12/2017.

²⁵² *Ibidem*.



4 CONCLUSÃO

Podemos concluir que ao longo da história cubana a política e as condições sociais foram fatores que levaram à emigração. Assim como se conheceu a opinião crítica de Castro sobre tais eventos. Percebeu-se que antes mesmo da Revolução, havia essa saída de cubanos para os EUA motivados pelo sonho de conhecer a América e depois da Revolução somou-se o desejo por uma vida melhor, ou ao menos, diferente da que se encontrava em Cuba. É interessante notar que apesar das muitas divergências entre os dois países, esses processos levaram a um diálogo entre os dois países resultando em acordos entre eles ao longo de uma história conflituosa.

O objetivo deste artigo não é esgotar o assunto e sim oferecer uma rápida leitura sobre os processos migratórios cubanos para os Estados Unidos que criaram leis da parte estadunidense e forçaram os dois países a manterem um diálogo ao longo das décadas. O assunto das migrações é um assunto de especial destaque nos dias atuais e aqui busco aliar a história a alguns destes processos que ocorrem na América Latina.

As falas de Fidel Castro apresentadas aqui buscam mostrar um pouco do lado cubano durante as crises. O cubano mostrou opiniões críticas em relação ao assunto principalmente sobre a forma diferenciada com que os cubanos são tratados em relação a *Lei do Ajuste Cubano*. Com a fala do cubano podemos ter em primeira mão posicionamento que ajuda a compreender este período.

As migrações de Camarioca carregam as decepções com o rumo da administração de Fidel Castro. Após ele caracterizar a revolução como marxista-leninista em 1962, os cubanos que não admitiam o comunismo foram parte dos que emigraram para os EUA e lá esperaram o fim do governo Castro, esperança depositada no *drink* Cuba – Livre, uma mistura de Rum e Coca-Cola, importantes bebidas da cultura cubana e Estado-unidense. Os que emigraram nessa data são o grupo que mais apresentam opiniões contrárias de qualquer abertura quanto a ilha, principalmente em relação ao fim do embargo. Esse grupo adquiriu grande poder político no congresso perpetuando seu poder e posicionamento em relação a política dos EUA para a ilha.

A crise do Porto de Mariel foi originada de um conflito na embaixada do Peru em Cuba que acabou reverberando nos EUA onde o então presidente Carter ofereceu abrigo. Dentre razões que levaram esse processo está a econômica, principalmente por parte da população pobre de Cuba que buscava nos EUA novas oportunidades de ascensão. Com o fim da URSS a



crise econômica atingiu a ilha de forma brutal no que ficou conhecido como *Período Especial em Tempo de Paz*, onde a falta de alimentos e serviços como a falta de eletricidade levaram muitos a se arriscarem em balsas para chegarem aos EUA levando o governo Clinton a decretar a política dos *pés secos, pés molhados* que garantia abrigo aos cubanos que pisassem em solo estado-unidense. Ao final da década o caso Elian González dividiu a opinião internacional de muitos que acompanharam a disputa entre o pai em Cuba e os parentes nos EUA. Depois de grande repercussão o garoto retornou a Cuba para viver com seu pai.

Com a situação crítica entre Cuba e EUA durante o governo Bush, foi no governo de Barack Obama que mudanças significativas foram feitas. As embaixadas foram reabertas em cada país e significativas mudanças ocorreram mas, infelizmente, com o fim do governo Obama, que decretou o fim da política dos *pés secos, pés molhados*, o que, de certa forma, corroborou o fato do aumento do número de imigrações ter aumentado durante o período de restabelecimento das relações diplomáticas entre os países. Com os novos governos, tanto em Cuba com Miguel Díaz-Canel, como nos EUA com Donald Trump, novos capítulos ainda estão para ser escritos na história das duas nações.

Espero que o leitor tenha compreendido meu objetivo e que tenha sido motivado a buscar mais informações sobre os tópicos que despertaram maior interesse e, quem sabe, desperte o interesse de escrever algo para contribuir com tal temática, pois se tem algo que sabemos, é que os pontos finais da história não são definitivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Gustavo. **Da revolução ao reatamento**: a política externa brasileira e a questão cubana (1959-1986). Brasília: FUNAG, 2012.

DÍAZ, Antonio Aja. **La Emigracion cubana hacia Estados Unidos a la luz de su política inmigratoria**. Havana: CLACSO, 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Cuba/cemi-uh/20120821035541/laemig.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

GOTT, Richard. **Cuba**: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FELLET, João. **Em reunião histórica, Obama e Raul Castro trocam afagos**. BBC Brasil, Panamá. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150411_reuniao_obama_raul_pai_jf>. Acesso em: 27 jan. 2018.



FERNÁNDEZ, Ileana. **Las encuestas sobre la inmigración cubana em el Sur de la Florida**: discurso político y conformación de la opinión pública. Havana. CLACSO, 2009.

Disponível

em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Cuba/cemiuh/20110902023608/ANUARIO09.pdf>>.

Acesso em: 23 fev. 2017.

FERREIRA, Marcos Alan S.V. Tensões em um passado não tão distante: as relações entre Cuba e Estados Unidos nos Governos Bill Clinton e George W. Bush. **MONÇÕES**,

Dourados, v.4, n°7 jan-jun. 2015. Disponível em:

<https://www.academia.edu/15576095/Tens%C3%B5es_em_um_Passado_n%C3%A3o_t%C3%A3o_distante_As_Relac%C3%A7%C3%B5es_entre_Cuba_e_Estados_Unidos_nos_Governos_Bill_Clinton_e_George_W._Bush_Tensions_in_a_near_past_CubaU.S._Relations_in_Bill_Clinton_and_George_W._Bush_administrations_>. Acesso em: 13 dez. 2017.

GONZÁLEZ, Andrés. **La Salida irregular del territorio nacional y el tráfico ilegal migratorio de personas como delito conexo**. Cuba: Matanzas, 2011. Disponível em:

<<http://monografias.umcc.cu/monos/2011/FUM%20JAGUEY%20GRANDE/mo11jg12.pdf>>.

Acesso em: 23 fev. 2017

MORAIS, Fernando. **Os últimos soldados da Guerra Fria**. São Paulo: Companhia das letras, 2011. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/download-os-ultimos-soldados-da-guerra-fria-fernando-morais-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel**: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MORRONE, Priscila. **A Fundação Nacional Cubano-Americana (FNCA) na Política Externa dos Estados Unidos para Cuba**. 2008. 135p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96285/morrone_p_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 07 abr. 2019.

RAMONET, Ignácio. **Fidel Castro**: biografia a duas vozes. São Paulo: Boitempo, 2016.

RODRIGUEZ MARTÍNEZ, Miriam. **Las relaciones Cuba-Estados Unidos**: migración y conflicto. Havana: CLACSO, 2003. Disponível em:

<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Cuba/cemi-uh/20120821040845/cubaeuu.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

VIGLUCCI, ANDRES. Fidel Castro: Unwitting father of modern Miami. **The Miami Herald**, Estados Unidos, 2016. Disponível em:

<<http://www.miamiherald.com/news/local/community/miami-dade/article118269088.html>>.

Acesso em: 14 jan. 2018.



Os desafios de demarcar um campo: história e historiografia da saúde no Brasil.

Luiz Alves Araújo Neto²⁵³

Recebido em: 31/03/2019

Aceito em: 20/05/2019

TEIXEIRA, Luiz; PIMENTA, Tânia; HOCHMAN, Gilberto (org.). **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018.

Quais questões, abordagens e conceitos mobilizam o campo da história da saúde no Brasil? Quais temas já foram abordados e quais as possibilidades de expansão nesse campo de pesquisas? O que pode ser considerada uma historiografia da saúde? Como diferenciar história da medicina, história da saúde, história das doenças e história das ciências? Esses questionamentos estão na essência da coletânea “História da Saúde no Brasil”, organizada pelos pesquisadores Luiz Teixeira, Tânia Pimenta e Gilberto Hochman, todos da Fundação Oswaldo Cruz. O livro, que reúne uma visão geral sobre os diferentes trabalhos desenvolvidos na instituição em termos de pesquisa histórica, a um só tempo materializa uma visão sobre o passado da saúde no país e uma rede de pesquisadores que têm se dedicado a temas nesse espectro nos últimos trinta anos. Compreender e discutir não somente o conteúdo do livro, mas também o projeto institucional que representa, é fundamental.

Um ponto de partida importante consiste exatamente na definição de campo. Na literatura anglo-saxônica e francesa, a distinção entre história da saúde, da medicina, das doenças e das ciências gera amplos debates que vão além da nomenclatura, envolvendo aspectos metodológico do fazer história (HUISMAN; WARNER, 2006). Os organizadores, na introdução da coletânea, comentam que a história da saúde está consolidada como um campo que reúne diferentes abordagens e perspectivas no Brasil, e que “a elasticidade conceitual e política desse campo permite compreendê-lo, na sua gênese e consolidação, a partir de inúmeras facetas” (HOCHMAN; TEIXEIRA; PIMENTA, 2018, p. 11). Embora a noção de um campo consolidado eclipse as claras diferenças metodológicas e teóricas existentes no cerne da história

²⁵³ Observatório História e Saúde (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz). Doutor em História das Ciências e da Saúde (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz). Email: luizalvesan@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1620593926536388>



da saúde no Brasil, é necessário reconhecer que a abrangência da definição permite uma reunião de trabalhos com vieses variados em um mesmo volume, o que torna viável o objetivo do livro em “oferecer a um amplo público, acadêmico e profissional, o estado da arte e as perspectivas de pesquisa sobre os diversos temas de estudos acerca da história da saúde com foco nos aspectos nacionais” (Ibid., p. 19).

Posto isso, um aspecto geral do livro consiste em seu caráter de apresentação de um estado da arte da historiografia da saúde no Brasil, sem oferecer novos argumentos ou interpretações em relação à trajetória de publicações dos autores convidados. Essa característica é fator a ser levado em conta pelo leitor, pois aquele que buscar uma discussão mais aprofundada sobre algum tópico ou um debate renovado sobre temas já clássicos na historiografia não encontrará o que procura. Porém, se o interesse da leitura for o mapeamento mais geral de trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas e mesmo uma introdução ao campo, a coletânea trará contribuições interessantes.

Embora sigam uma razoável sequência cronológica, os capítulos entrelaçam bem as tais diferentes perspectivas que o termo história da saúde eclipsa. Os textos com maiores recortes temporais, como o capítulo sobre saúde e doença no Brasil Colonial ou outro sobre a educação médica, adotam o tom de grande narrativa, apontando principais pontos de inflexão nos objetos selecionados e buscando destacar uma dimensão processual dos temas tratados. Por sua vez, capítulos que adotaram uma perspectiva mais historiográfica, como os dedicados à eugenia e à psiquiatria, fugiram um pouco do caráter de grande narrativa e se concentraram mais nos diversos autores e abordagens. Há, ainda, capítulos que lidam com objetos mais circunscritos, especificamente os de autoria de Jaime Benchimol, sobre a revolução pasteuriana, e de Cristina Fonseca, fazendo um balanço das políticas de saúde na Primeira República e na Era Vargas.

Os dois primeiros capítulos da coletânea abordam a saúde e as doenças no Brasil Colonial e no século XX. Articulando vasta literatura recente produzida sobre esses períodos, os textos mostram a multiplicidade de práticas e saberes relacionados às doenças no território brasileiro, explorando tanto as tradições jesuíticas e da medicina oficial europeia quanto as de origem africana e indígena. No capítulo dedicado às doenças do Brasil escravista, Pimenta, Gomes e Kodama detalham as tensões envolvidas entre as diferentes práticas (e praticantes) de cura, mostrando que “terapeutas populares não constituíam um grupo homogêneo que poderia ser tão somente classificado como charlatão, categoria construída historicamente no contexto



de luta dos médicos pelo monopólio das artes de curar” (PIMENTA; GOMES; KODAMA, 2018, p. 85).

O terceiro capítulo, assinado por Flávio Edler e Fernando Pires-Alves traça um amplo panorama da educação médica, desde o período colonial até os debates contemporâneos. Entrelaçando aspectos mais específicos de uma história da medicina (bases conceituais e ideológicas da formação profissional, história institucional do ensino médico, especialização) a outros de uma história da saúde pública (relação entre currículo e os sistemas de saúde; cooperações internacionais para a formação de recursos humanos em saúde etc.), os autores apresentam um mosaico de questões que envolvem a compreensão da medicina como profissão e como área do saber no país.

Os capítulos quatro, com autoria de Gisele Sanglard e Luiz Otávio Ferreira, e cinco, escrito por Ana Paula Vosne Martins e Martha de Luna Freire, abordam a história do cuidado à saúde, especificamente quanto à atuação da filantropia e da caridade na organização de redes de assistência e no desenvolvimento de ações para o cuidado com a saúde da mulher e da criança. Um aspecto comum aos dois capítulos repousa na importância da mobilização das elites em torno da saúde, elegendo determinados problemas como objetos de ação das classes dominantes. Como demonstram os autores, a filantropia teve um papel decisivo na estruturação de hospitais e outras instituições e serviços de cuidado à saúde no Brasil, sendo relevante discutir a ação filantrópica e a articulação entre as elites, a saúde e a ciência.

Os capítulos seis, escrito por Jaime Benchimol, e sete, assinado por Anny Jackeline Silveira e Dilene do Nascimento, discutem a partir de diferentes perspectivas a história de três epidemias importantes da história brasileira: febre amarela, na virada do século XIX para o XX, gripe espanhola, no início do século XX, e aids, no final do século XX. A partir da febre amarela, Benchimol explora a trajetória das pesquisas em bacteriologia e de sua articulação à agenda da saúde pública no período, o que envolve a história do Instituto Oswaldo Cruz. Silveira e Nascimento, por sua vez, analisam em diferentes contextos do século XX os impactos sociais de epidemias com grave repercussão no cotidiano. As autoras demonstram como as epidemias evidenciam as negociações da sociedade em torno da medicina e das doenças em um determinado período; no caso específico da influenza e da aids, “elas se tornam um bom termômetro para pensarmos as mudanças de paradigmas da medicina e do controle médico sobre essas ameaças” (SILVEIRA; NASCIMENTO, 2018, p. 323).



Nos capítulos oito e nove, Vanderlei Sebastião de Souza, Robert Wegner, Cristiana Facchinetti e Ana Venancio realizam balanços historiográficos sobre dois subcampos específicos abertos na história da saúde: os estudos acerca da eugenia e a história dos saberes e instituições psi. Em ambos os textos, os autores optaram por mostrar as tendências historiográficas que se estabeleceram na literatura nacional e realizar uma breve história da historiografia sobre os objetos selecionados. É interessante observar que, no complexo mosaico que forma o guarda-chuva da “história da saúde”, eugenia e saberes psi galgaram um espaço próprio, transformando objetos em subcampo, com discussões próprias às redes que se dedicam aos temas.

Finalmente, os dois últimos capítulos, assinados por Cristina Fonseca, Luiz Antonio Teixeira e Carlos Henrique Paiva, abordam uma história da saúde pública no Brasil, especificamente os dois processos mais estudados pela historiografia: a estruturação do aparato público entre a Primeira República e a Era Vargas e o movimento pela reforma sanitária que resultou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). É necessário observar que esses capítulos abordam um conjunto de questões e conceitos mais próximos da ciência política e da saúde pública, pensando como a construção do setor saúde é intrínseca à história política do país e às ideologias que mobilizam atores e instituições. No caso discutido por Fonseca, a estruturação da saúde passava diretamente pela noção de construção do Estado Nacional, fosse na contradição republicana, fosse no autoritarismo varguista. Na análise de Teixeira e Paiva, por sua vez, a formulação do novo sistema de saúde era parte de um processo mais amplo de redemocratização do Brasil e de tentativa de reorientação do campo da saúde.

De modo geral, *História da Saúde no Brasil* apresenta uma visão historiográfica sobre o passado e o presente da saúde no país, demarcando temas, perspectivas e métodos recorrentes na historiografia nacional. É importante, entretanto, ressaltar que, apesar da abrangência temporal e temática, a coletânea se concentra em temas e objetos circunscritos às redes das quais os autores fazem parte, havendo muitas pautas e abordagens a serem aprofundadas no campo da história da saúde. Retomando a observação de Michel de Certeau (2011, p. 54) de que “a representação disfarça a práxis que a organiza”, é válido reconhecer a publicação como parte de um projeto institucional traduzido em campo historiográfico. Relevante obra de síntese, a coletânea serve de introdução à história da saúde e levanta questões e inquietações para novos pesquisadores e pesquisadoras.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

HUISSMAN, Frank; WARNER, John. **Locating medical history: the stories and their meanings**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2006.

HOCHMAN, Gilberto; TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tania Salgado. *História da saúde no Brasil: uma breve história*”. In: Teixeira, Luiz; Pimenta, Tânia; Hochman, Gilberto (org.). **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 9-26.

PIMENTA, Tania; GOMES, Flávio; KODAMA, Kaori. *Das enfermidades cativas: para uma história da saúde e das doenças do Brasil escravista*”. In: Teixeira, Luiz; Pimenta, Tânia; Hochman, Gilberto (org.). **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 67-100.

SILVEIRA, Anny J. T.; NASCIMENTO, Dilene R. do. *Epidemias do século XX: gripe espanhola e aids*. In: Teixeira, Luiz; Pimenta, Tânia; Hochman, Gilberto (org.). **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 284-327.



“O Brasil e a experiência da história brasileira”: uma entrevista com o Prof. Dr. Jerry Dávila.

Entrevista realizada por Jailson Pereira da Silva²⁵⁴



Informações Gerais

Jerry Dávila é titular da cadeira Jorge Paulo Lemann em História do Brasil na Universidade de Illinois. Atualmente, ele atua como diretor executivo do Illinois Global Institute, criado em 2019 para promover o trabalho da UIUC com centros de estudos internacionais e temas globais. Suas pesquisas centram-se na influência do pensamento racial nas políticas públicas no Brasil, bem como nos movimentos estaduais e sociais do século XX.

Local: International Studies Building, Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign (UIUC)

Data: 24 de maio de 2019

Entrevistado: Professor Jerry Dávila (Universidade de Illinois, UIUC)

Entrevistador: Professor Jailson Pereira da Silva (Universidade Federal do Ceará- UFC)

²⁵⁴ Possui graduação em história pela Universidade Federal de Pernambuco (1997), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Atualmente é professor efetivo da Universidade Federal do Ceará, onde foi tutor do PET-História (2013-2015) e coordenador do curso de História (2015-2017). Pesquisa, principalmente, os seguintes temas: fontes históricas, história, história do Brasil república, cinema-história e história e cidade. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1313713301411205>. Endereço eletrônico: jailsonsilva@ufc.br.



PARTE1:

Jailson Pereira da Silva: *Bom dia, hoje é quinta-feira, 24 de maio, nós estamos aqui na Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign, eu estou aqui na presença do professor Jerry Dávila, que gentilmente concordou em falar conosco, conceder uma entrevista para a revista “Em Perspectiva”, da Universidade Federal do Ceará. Eu sou Jailson Pereira da Silva, departamento de História da Universidade. Professor Jerry, antes de tudo, eu agradeço ao Senhor por ter nos recebido aqui, durante a nossa estada junto à Universidade, ter aberto as portas da Universidade de Illinois, e à gentileza complementar de ter aceitado conversar conosco e ainda dar essa entrevista em português. Antes de tudo, gostaria que o senhor se apresentasse, que falasse um pouco de sua carreira, suas relações acadêmicas mais marcantes. O senhor sinta-se à vontade pra se apresentar, se introduzir.*

Jerry Dávila: Bom, primeiro muito obrigado pela oportunidade para conversar e também por sua presença aqui que, esses diálogos que a gente vai levando à frente tem sido bastante interessantes e muito ricos. E espero que seja o começo de uma longa interlocução.

Jailson Pereira da Silva: *Obrigado.*

Jerry Dávila: Bom, você perguntou sobre o contexto do trabalho que eu faço. Eu trabalho com temas de História do Brasil, especialmente questões ligadas ao pensamento racial e como esse pensamento racial se projeta em áreas de políticas públicas, e cada vez mais em percepções e reações populares a essas políticas. E esse é um tema que me anima porque é um tema que é muito vivo para o Brasil, mas não apenas para o Brasil. Aqui nos Estados Unidos nós enfrentamos o mesmo conjunto de desafios. Porque são histórias, não diria que são histórias que dão para se comparar, mas são histórias que acontecem simultaneamente, fazem parte de uma mesma experiência, dentro da diáspora africana, que se expressam de formas diferentes, em cada quadro nacional, mas também dentro dos países, que são países muito complexos, muito grandes, tem variação cultural, variação regional, de classe... que, de gênero, que criam em contextos específicos, e até únicos dentro dessa gama de relações sociais. Mas eu acho que há uma, um retorno em tomarmos essas experiências juntas, que é a capacidade de aprender da experiência do outro, nesse contexto.

No percurso da minha carreira, tenho a oportunidade aqui de ensinar História do Brasil, tenho tido algumas experiências no Brasil de ensinar História dos Estados Unidos, história brasileira,



História das Américas, no contexto da diáspora africana. E são pra mim sempre experiências superinteressantes porque quando um aluno está fazendo um curso sobre o Brasil aqui nos Estados Unidos, as perguntas que traz para esse curso são perguntas sobre sua sociedade. E o estudo da sociedade e da cultura brasileira é um espaço onde é possível processar ou dialogar sobre coisas que talvez seriam difíceis para dar voz em outros contextos. Citarei um exemplo: eu ensinei por dez anos numa Universidade Pública no sul, no estado de Carolina do Norte. E nessa Universidade, o curso que eu dava sobre História do Brasil tinha uma grande proporção de alunos brancos e uma grande proporção de alunos negros. Para os quais era possível esses alunos dialogarem sobre as relações num outro país, se entendendo de uma forma que seria difícil, fosse o contexto a História da Carolina do Norte ou a História dos Estados Unidos. Essas experiências eu acho que... a capacidade de abrir esses espaços para debate e possibilidade de novas perspectivas é o que anima a possibilidade do Ensino de História do Brasil aqui nos Estados Unidos.

Jailson Pereira da Silva: *Quer dizer, olhar pro outro também nos interessa na medida em que nos ajuda a nos entendermos.*

Jerry Dávila: Exatamente. O Brasil e a experiência da história brasileira são relevantes para a história e a experiência americana.

Jailson Pereira da Silva: *O senhor falou agora pouco que existem algumas políticas públicas, com suas variações regionais, com suas variações culturais... e que compará-las seria complicado. Ainda assim, é possível citar ou exemplificar uma política pública aqui nos Estados Unidos? Por exemplo, no caso do Brasil, o senhor conhece, nós temos um debate que está, inclusive, posto na atualidade que é em torno das questões das cotas raciais. Temos algo parecido aqui? Não exatamente cotas, mas uma política pública que ...?*

Jerry Dávila: Tem. E aí eu diria que a área de pesquisa onde estou envolvido atualmente é sobre casos que pessoas levam à Justiça, contra atos de preconceito e discriminação no Brasil, a partir da lei de 1951, em que proíbe a discriminação em lugares públicos. E quando esses casos vão para a Justiça, muitas vezes o caso fracassa porque o juiz, ou o promotor determina que o preconceito racial é algo que existe nos Estados Unidos, não existe no Brasil. Ou seja, essa comparação, em qualquer caso na justiça, o momento no Brasil em que alguém fala nos Estados Unidos é o momento em que você sabe que esse caso não vai ter sucesso.



Então, esses Estados Unidos, nesse contexto desse momento de um caso no Brasil é, na verdade, um Estados Unidos que não existe, é um imaginário, uma mitologia: Os Estados Unidos como um símbolo de uma espécie de racismo, que seria fundamentado em separação por lei, superioridade branca e a violência que protege esse sistema. Com certeza isso existiu e predominou em regiões dos Estados Unidos por décadas. Não vem de sempre. É principalmente um produto da reorganização do poder Branco no Sul dos Estados Unidos, depois da Guerra Civil. Mas é uma experiência de Racismo que serve como símbolo do que seria o racismo. Mas é uma forma de racismo que não tem muita sutileza. Em outras regiões do país, dos Estados Unidos, existem e tem existido práticas de discriminação que foram mais sutis, embora muito mais extensas e impactos maciço sobre as pessoas e sobre as comunidades, através de décadas. Segregação informal de moradia, segregação informal de escola. Atitudes, culturas, que menosprezam pessoas serem de origem africana, origem asiática, origem latinoamericana, que permanecem nos Estados Unidos. Mas se seu índice do que é o racismo é aquela mitologia do Sul, da década de 40, então você perde a capacidade de perceber essas outras áreas onde se processam essas experiências. O mesmo problema existe aqui, no Estado de Illinois, que fica no Norte, é o Estado de Lincoln, o presidente que desmontou o sistema de escravidão dentro da Guerra Civil...

Jailson Pereira da Silva: *Eu vi alguma coisa sobre, nas placas dos carros “the state of Lincoln”...*

Jerry Dávila: Land of Lincoln.

Jailson Pereira da Silva: *Land of Lincoln, Yeah.*

Jerry Dávila: Aqui é também bem fácil achar que o racismo era aquela coisa do Mississippi, do Klã, embora a cidade de Chicago é uma das cidades mais segregadas racialmente nos Estados Unidos, embora você veja bandeiras Confederadas, com suas conotações de supremacismo branco, nas regiões rurais do Estado. Ou seja, essas atitudes...

Jailson Pereira da Silva: *Aqui em Illinois?*

Jailson Pereira da Silva: Aqui em Illinois. Ou seja, atitudes e práticas preconceituosas e discriminatórias não conhecem fronteiras estatais ou divisões regionais. Mas variam dentro de seu contexto. Agora, se sua definição do racismo é aquele da coisa da segregação legalizada,



então você perde a capacidade crítica de visualizar as outras formas de preconceito e discriminação e de definir medidas para lutar contra elas ou para diminuir seu impacto.

Aqui nos Estados Unidos, os projetos de ação afirmativa foram resultado dos movimentos sociais reivindicando direitos, o chamado momento dos direitos civis, que não é um movimento da década de 60, é um movimento que vem desde a origem da República, mas que tem o momento de sucesso, de conscientização, de politização e de resultados, de mudança legal e jurídica nos Estados Unidos, na década de 60, início da década de 70. E dentro desse contexto, são criadas as políticas de ação afirmativa para alunos de descendência africana, alunos de descendência latinoamericana e para mulheres, que também precisamos lembrar eram marginalizadas, especialmente no ensino superior, nos Estados Unidos, até a década de 70.

Jailson Pereira da Silva: *Essas três cotas, então, elas... não são cotas, mas são políticas afirmativas...*

Jerry Dávila: Desculpe, também para descendentes indígenas.

Jailson Pereira da Silva: *... indígenas. Quer dizer, então nós temos aí um ... esse espectro que foi atingido, mulheres, descendentes indígenas, afrodescendentes e latinos, há aí um corte, da condição social, clara? Porque nós também podemos ter brancos pobres nos Estados Unidos, e temos. No Brasil, recentemente, isso foi também reestabelecido para um corte social e não apenas para um corte racial. Nós não temos esse corte de gênero, por exemplo. Nós não temos, tratando especificamente da questão da inserção numa Universidade, como exemplo, nós não temos um corte de gênero. Nós temos uma discussão muito grande do papel da mulher na sociedade brasileira. Inclusive, na atualidade, nós estamos tendo novamente o retorno de problemas que, ao menos do ponto de vista da montagem de um aparelho de Estado, pareciam estar sendo superadas. Na medida em que você tinha ministérios pra isso. Hoje eles estão, digamos assim, sendo engolidos por uma nova maquinaria pública que está sendo montada e atuante. Enfim, dá pra ver também uma dimensão social, nisso, não é? Como é que um branco, vamos pensar, já que entramos nesse tema mais específico, como é que um branco, por exemplo, pobre, que tem uma condição de luta cotidiana também, como é que ele viu isso. Tem algum registro? Isso não acabou empurrando ele pra um tanto mais de aversão ou, ao contrário, de identificação com essas pautas?*



Jerry Dávila: Essa é uma pergunta excelente. Existiu nos Estados Unidos, nessa mesma época, a criação de um projeto político, por parte do Partido Republicano, que foi muito bem sucedido, de criar uma separação de identidade entre a noção de grupos minoritários favorecidos por ações do Estado e grupos brancos, também em situações socioeconomicamente precárias, que seriam prejudicados por essa mobilização. Essa foi uma estratégia eleitoral que criou, muito cuidadosamente, uma percepção de que quando alguém, que seria de uma origem minoritária, se essa pessoa ganha uma vaga na universidade, uma pessoa branca, que teria o mérito para essa vaga, está perdendo essa vaga. Agora essa... essa troca não existe. É também uma ficção. Mas uma ficção muito poderosa. O que importa nesse contexto é o investimento, ou a falta de investimento na educação pública, na expansão de oportunidades de uma forma que alcance a todos. Ou seja, o papel da ação afirmativa não é de tirar benefícios de um grupo e dar para outro. É reconhecer e ultrapassar uma série de barreiras que, mesmo com condições iguais, excluem ou marginalizam pessoas por motivos tanto históricos, quanto contemporâneos. Agora se você junta uma política de ação afirmativa com uma política de cortes de investimentos na educação pública, o resultado vai ser uma ruptura entre pessoas que são defensores de políticas que os beneficiam e pessoas que são opositores de uma política que eles pensam que, eles acham, que existe só nas costas deles.

Jailson Pereira da Silva: *Em certo sentido, então, podemos dizer que o papel das políticas afirmativas, antes de ser solucionar os problemas, quer exatamente equacioná-los, não mais escondê-los...*

Jerry Dávila: Exatamente.

Jailson Pereira da Silva: *...não mais deixá-los à revelia. Há uma prática quase de não enfrentamento, porque a gente vai dizendo que eles não existem.*

Deixe-me voltar um pouco. Como é que surgiu esse interesse pela História do Brasil?

Jerry Dávila: Ah, isso... Eu sou originalmente de Porto Rico. E vim, quando comecei o colégio, para os Estados Unidos. Em Porto Rico, uma coisa que só comecei a perceber mais tarde, existia o equivalente da mitologia da democracia racial no Brasil. O imaginário dentro do qual eu fui criado era de que, no Brasil, desculpe, em Porto Rico não é como os Estados Unidos. Se você vai à praia, você vê brancos e negros juntos. Os Estados Unidos, é o lugar onde existe um racismo. E são coisas sinônimas. Mas aqui em Porto Rico, isso não acontece. Indo para uma



escola secundária pública no Estado de Virgínia, como um dos poucos alunos latinos daquela escola, comecei a enfrentar logo uma outra perspectiva sobre o funcionamento das instituições. Os organizadores da escola não achavam que um aluno portorriquenho pudesse ter o currículo que eu tinha (risos), por exemplo. E me colocaram só em cursos que não estavam encaminhados para a possibilidade de ingresso na Universidade. Eu tive sorte no meu colégio porque tinha também um projeto por um grupo de professores de um currículo alternativo. E era optativo. Então você podia entrar nessas matérias que eram multidisciplinares, sem a questão do nivelamento que era feito pela escola, que foi também onde eu peguei o gosto pela História. Mas quando comecei a pós-graduação em História, eu não tinha, pra ser sincero eu era muito ingênuo, e não sabia que existia campo de estudo sobre História da América Latina, que seria onde eu me identificaria intelectualmente, porque ainda estava muito vinculado a minha experiência em Porto Rico. Então entrei para fazer História dos Estados Unidos. Mas, chegando, eu vi a oportunidade, tinha uma matéria que estava sendo oferecida naquele semestre, sobre História do Brasil, que o professor era o Thomas Skidmore. E só por interesse peguei essa matéria. Coincidiu com o impeachment do Collor. E esse curso foi o que me empolgou. Ele era um professor fantástico e o interesse dele, que ele tinha, sobre temas brasileiros, o jeito dele de desenvolver, as perguntas que ele conseguia levantar eram coisas que me fascinavam. Eu durei na pós-graduação acho que um mês como historiador dos Estados Unidos, fui pra sala dele, perguntei sobre a opção de mudar de tema. E, indo ao Brasil esse primeiro ano pra começar a aprender português, a coisa que me chamou a atenção era que me lembrava muito Porto Rico e me lembrava muito dos Estados Unidos, ao mesmo tempo. Culturalmente, muito parecido com Porto Rico. Mas, na sua dinâmica de um país continental, muito complexo, com suas correntes de imigração, industrialização etc também muito em diálogo com a experiência dos Estados Unidos. Então comecei a fazer perguntas dentro do contexto de história brasileira e uma coisa que a História do Brasil tem é uma complexidade, uma densidade que você nunca vai chegar ao fim desse caminho.

Jailson Pereira da Silva: *E aí foi pra História do Brasil...?*

Jerry Dávila: Fui pra História do Brasil.

Jailson Pereira da Silva: *Há uma questão que tem ficado na minha cabeça, graças ao encontro com um pesquisador norte-americano, que está no Brasil, acabou firmando residência lá*



porque casou, que é o Ian Merkel. O Ian é um jovem, não é? E eu acabei o conhecendo. Ele foi dar uma palestra na Universidade Federal do Ceará, eu acabei conversando com ele rapidamente. E de certa forma, conversamos sobre o trabalho dele. Ele, inclusive é importante para que eu tenha vindo para Illinois porque foi ele que me colocou em contato com o James (Woodard)...

Jerry Dávila: Ah, sim!

Jailson Pereira da Silva S: ...E o James disse “vá falar com o Jerry”. E eu conversava com o Ian, como eu disse, Ian, acho que completou 30 anos agora. É muito jovem o Ian, muito talentoso. E ele... eu fiz a pergunta que sempre faço, e acabei de lhe fazer: como é que uma pessoa que está nos Estados Unidos de repente se interessa em estudar o Brasil? E aí, eu fiz essa pergunta, me lembrando muito que há uma tradição, que o senhor acabou de citar aqui, o Skidmore, Eisenberg (Peter), aí vem a sua geração, professor Jerry, vem a geração do Ian... e como é que o senhor sente isso? O que muda nessas gerações? E como é que o senhor sente, olhando pro futuro, na sua experiência como professor aqui em Illinois, o que é que os alunos pensam falam? Algum mostra interesse em estudar América Latina e o Brasil, especificamente?

Jerry Dávila: Bom, em primeiro lugar eu diria que a área de pesquisa de qualquer historiador é sempre muito pessoal, de formas às vezes muito claras, às vezes menos óbvias, porque o trabalho que nós fazemos é um trabalho onde o esforço é muito demorado, com retornos que são muito esporádicos

Então esse tipo de percurso é só porque você se identifica de uma forma muito básica com que o que você está fazendo. Então, Aqui nos Estados Unidos, Nós que trabalhamos principalmente com História do Brasil, somos você pode imaginar uma pequena minoria...

Jailson Pereira da Silva: Há uma disciplina de História do Brasil no Curso?

Jerry Dávila: Temos.

Jailson Pereira da Silva: Ou História da América Latina?

Jerry Dávila: Os dois. Aqui eu ministro cursos sobre História da América Latina, cursos que são temáticos: Raça e cidade no contexto latino-americano, escravidão e liberdades, ditaduras e revoluções. Então são áreas que atravessam fronteiras e lidam com temas de História, mas também temos áreas específicas no contexto de história nacional. Então eu também ministro



um curso de História do Brasil desde 1808, que na verdade eu furo a chegada do Imperador e faço desse os inícios do contato, caso contrário não sei como fazer... construir o contexto interpretativo. Mas aqui nos Estados Unidos, eu diria, não tem como negar que nosso campo da História está em crise, está em crise no país inteiro. O número de alunos que está entrando em cursos de História tem caído por mais da metade, nos últimos 10 anos, ou seja, é uma queda brusca em muito pouco tempo. Isso cria uma série de crises para a disciplina e para professores universitários. Para um departamento como o meu, significa que temos menos apoio para alunos da pós-graduação, menos capacidade contratação de novos professores e uma dificuldade que o departamento enfrenta em lidar com questões muito duras que são a exigência, da impossibilidade de crescer; ou seja, mesmo que pensamos que seria muito interessante contratar alguém numa área, não temos esse recurso; ou seja, a capacidade de definir um trajeto para a nossa disciplina em nossa universidade, no momento, é uma coisa muito restrita. Dentro desse campo, uma coisa que é uma questão muito importante é: o que significa a entrada de um aluno de aluno na pós-graduação dentro desse cenário?, porque é um cenário onde o mercado de trabalho acadêmico vai ser muito difícil. Não tem nenhuma garantia que a pessoa vai conseguir um cargo empregado como professor de uma universidade nos Estados Unidos. Muito pelo contrário, é uma opção muito arriscada. Isso não significa que é uma má opção. Só que a pessoa tem que realmente ter um objeto para os estudos onde essa incerteza seja compensada. Porém, nossos alunos, ainda assim, estão tendo sucesso. Esse sucesso está no desenvolvimento do seu trabalho, em seu desenvolvimento profissional; e acho que se deve a uma coisa que parte do futuro de nosso campo aqui nos Estados Unidos depende de nossa capacidade, como historiadores, de reconhecer essa história de exclusão e trazer para dentro da História perspectivas que tenham sido historicamente mal representadas ou menos representadas, seja dentro do contexto da História dos Estados Unidos, quanto à atenção devida à áreas fora dos Estados Unidos, que não tem sido objetos de estudos prioritários dentro das universidades americanas.

Jailson Pereira da Silva: Quais seriam hoje, numa visada, numa olhada mais rápida, quais seriam esses temas que ainda... não só os temas clássicos, mas se há temas novos que o senhor consegue identificar, que têm sido enfrentados, que tem chamado a atenção dos alunos, tanto no que diz respeito aos estudos internacionais, quanto ao que diz respeito mesmo à História dos Estados Unidos. Há uma transformação nesse campo?



Jerry Dávila: Há. Eu apontaria para duas áreas. Uma delas é o desenvolvimento da área de estudos sobre a diáspora africana, como um conceito que organiza a interpretação de uma série de experiências. Essa área da diáspora africana, ela é uma inovação em relação ao que existia antes, que era estudos comparados das relações raciais ou estudos comparados da escravidão. Esses estudos comparativos, a dificuldade que eles enfrentam, é dupla. Por um lado, você tem... você valoriza o contexto nacional e perde um pouco do enfoque em experiências que ultrapassam fronteiras. Segundo, esse projeto comparativo ele se alimenta, especialmente, da interpretação dos regimes e menos das experiências. Agora, o estudo da diáspora africana faz exatamente o inverso. É um jeito de organizar questões e estudos que coloca o enfoque sobre a experiência das pessoas que estão em movimento dentro dessa história. E essa experiência das pessoas na Jamaica, em Cuba, no México, no Brasil, no Chile, em todos os países das Américas, é uma série de experiências que são diferentes onde esse contexto nacional, ou regional, influi nessa experiência. Também são experiências que não são únicas. Você tem pessoas que enfrentam mobilidade, que seria uma exceção, outras pessoas que experimentam marginalização ou violência que vai além do comum. Há pessoas que navegam em contextos sociais e culturais, econômicos e políticos diferentes, de formas também comuns, ou às vezes únicas. Mas se você essas experiências em diálogo, dentro desse contexto das Américas, acho que estamos ainda no início das possibilidades que essa abordagem traz. E ela se junta a outra abordagem, mais generalizada, que é uma perspectiva de “História vista a partir de baixo”; ou seja, a construção de interpretações históricas através da experiência de pessoas que fazem parte dessas experiências. Citaria aqui um exemplo: existe essa famosa interpretação de Gilberto Freyre, sobre marinheiros que saem dos navios *Minas Gerais* e *São Paulo*, em Nova Iorque, quando ele estudou lá, que faz parte do prefácio de *Casa Grande & Senzala*, e, para ele, esses marinheiros fazem parte de uma virada de pensamento dele. Eles são objetos da transição que ele faz intelectualmente, entre pensar que eles são racialmente degenerados para uma interpretação em que eles estão em uma situação de degeneração por causa de saúde, etc. Mas, e a história dessas pessoas? Esses marinheiros se pensam degenerados? Por ou outro dos motivos que Gilberto Freyre aponta? Qual é a história desses marinheiros? Como é que eles se veem dentro dos desafios, das oportunidades, dos contextos que eles tem? E, no caso justamente desses marinheiros, do navio *São Paulo* e do navio *Minas Gerais*, esses são os dois navios que participam, junto o *Bahia*, na Revolta da Chibata; ou seja, um dos episódios mais marcantes, da época da pós-abolição, de reivindicação de direitos sobre o corpo físico da pessoa, contra a



punição corporal, acontece nesses navios, dez anos antes do episódio que Gilberto Freyre narra. Ou seja, ali você tem duas narrativas totalmente diferentes. Uma que é construída sobre essas pessoas e a outra que seria a narrativa das experiências dessas pessoas.

Jailson Pereira da Silva: *A partir da prática dessas pessoas. Não é?*

Jerry Dávila: Exatamente

Jailson Pereira da Silva: *Da experiência que eles nos legam. Deixe eu tentar puxar a conversa em direção a essa dimensão dos novos documentos que emergiram no Brasil, no final dos anos 1990. Dos anos 90 pra cá, nós começamos a ter acesso, com idas e vindas, com essa coisa de novos documentos. Graças à legislação brasileira que equacionava os documentos entre sigilosos, secretos, interditados e... não sei exatamente qual era a terminologia que se usava, mas nem todos estavam acessíveis. É claro para o historiador brasileiro que a partir dos anos 2000 eles começam a ficar cada vez mais acessíveis. Alguns estão no Arquivo Nacional, em Brasília. Brasília criou uma Coordenadoria Regional para cuidar dos arquivos, sobretudo os referentes ao período ditatorial. E... já está começando a chegar aqui esse material? Quer dizer, passados mais ou menos duas décadas, já dá pra perceber que estamos tendo pesquisa nessa direção? O senhor organizou um livro sobre ditaduras, não é? Já aparece ali alguma coisa de referência a essas discussões desses novos documentos?*

Jerry Dávila: Existe. E a disponibilidade pra pesquisa desses outros documentos é um passo importantíssimo para a sociedade brasileira. Num momento onde é possível alguém publicamente negar a existência de uma ditadura e de uma história de repressão, existe um registro feito por parte das pessoas responsáveis por esses atos; que mostra, na densidade, a construção de um regime autoritário que age sobre a pessoa, sobre movimentos, sobre grupos, de forma arbitrária e muitas vezes de forma violenta. Existe, dentro desses recursos, menos representação do impacto, do peso, do custo sobre essas pessoas dessa repressão direta ou indiretamente, ou seja, essa é uma questão de História que precisamos ir além dessas fontes para recuperar. Mas mesmo com o farto material que está sendo disponibilizado agora, o que fica cada vez mais claro é como esse arquivo é incompleto. Nos recursos que estão no Arquivo Nacional, nos documentos que estão nos arquivos estaduais, vindos do DOPS e de outras agências de inteligência, percebemos lacunas enormes. Quanto mais incompleta essa documentação, quanto mais ela mostra como é incompleta a transição democrática no Brasil;



ou seja, se não é possível ter um registro pleno do que aconteceu, é impossível ter discussões sobre como ultrapassar essa experiência. É uma forma de dizer que um país que nega sua história não é capaz de ultrapassá-la.

Jailson Pereira da Silva: *É. não se olha de frente, não é? É uma estratégia que tem funcionado, infelizmente. Vamos parar um pouco?*

Jerry Dávila: Tá

Jailson Pereira da Silva: *Vamos parar. A gente volta ainda?*

Jerry Dávila: Se quiser, a gente pode voltar sim. Pode ser ao meio dia?

Jailson Pereira da Silva: *Pode ser.*

----- **FIM DA PARTE 1** -----

PARTE 2

Jailson Pereira da Silva: *Nós vamos retomar a conversa agora com professor Jerry. Professor Jerry, eu estava refletindo sobre a sua relação com o professor Thomas Skidmore e o senhor falava, com bastante propriedade, sobre a importância dele, não apenas no seu caso particular, mas a importância dele como uma grande referência, inclusive para nós brasileiros, alguns dos livros do Thomas Skidmore se tornaram referência constante na nossa bibliografia. Já se estabeleceram como clássicos dessa historiografia. A minha pergunta exatamente complementa essa. Em relação a autores brasileiros, o senhor teria algum, também, que cumpre um papel de inaugurar a sua discussão ou de alguma medida está presente nos seus debates, seja para criticar seja para entender, desses intérpretes clássicos do Brasil?*

Jerry Dávila: Dos intérpretes clássicos, a pessoa que venho lendo com cada vez mais interesse é Florestan Fernandes. Inclusive porque hoje em dia o acervo de materiais de pesquisa dele estão na Universidade Federal de São Carlos, na biblioteca, estão disponíveis para pesquisa. Então é possível, hoje em dia, ver a ligação entre dados, métodos e teoria do jeito dele trabalhar questões, que mesmo em áreas onde há mais controvérsias e, ou seja, que não há uma concordância total com as conclusões dele, por bons motivos, mas mesmo as áreas que geram mais a crítica são áreas onde você vê o esforço de vincular a sua abordagem teórica com os



dados que ele vem colhendo, mesmo que o resultado não seja um que perdure dentro dos debates da área. Então, acho que tem uma capacidade de interpretação por parte dele, que eu acho, acho superinteressante acompanhar.

Jailson Pereira da Silva: *Florestan ele consegue juntar coisas que nem todo intelectual consegue né?!, que além da sua pujança teórica, além da sua preocupação social, a sua prática como sujeito é sempre muito lembrada pelos pesquisadores brasileiros. Se nós puxássemos, agora, para uma relação mais específica entre a Universidade de Illinois e o Brasil, eu tenho observado a força, digamos assim, que essa Universidade ou que esse Estado tem de atrair pesquisadores brasileiros. Dá para entender porquê? Dá pra pensar um pouco por que Illinois...?*

Jerry Dávila: Dá. É uma história bem interessante, que remete para a história da Universidade de Illinois como uma universidade pública, numa região rural, desenvolver a ciência agrária, na virada do século XX, dentro do contexto da formação da universidade americana. Ou seja, foi um dos lugares onde a abordagem de pesquisa, sobre a pesquisa agropecuária começa a ganhar espaço dentro da universidade. E esse vínculo ele acontece aqui mais ou menos contemporaneamente com esforço que aconteceu no Brasil, principalmente em São Paulo, de criar escolas de agricultura, a ESALQ²⁵⁵ e a Pirassununga²⁵⁶. Na ESALQ houve uma colaboração, nos inícios da criação da escola da agricultura, por parte de Eugene Davenport, que virou decano da faculdade de agricultura aqui. E essa troca na área de pesquisa agrária é uma coisa que continua até hoje. Tem sido uma vertente continuamente renovada entre pesquisadores dessa universidade e pesquisadores em universidades brasileiras e na Embrapa. Tem uma forte relação ainda com a ESALQ, mas também Viçosa, Pirassununga, Lavras, e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, ou seja, dentro dessa área há uma série de questões que são importantes, para questões agricultura brasileira e norte-americana, onde esse diálogo fortalece os esforços dos dois lados. E essa conexão é uma que deu um resultado inesperado, que foi que, depois da Segunda Guerra Mundial, o equivalente nosso da Biblioteca Nacional, que é a Biblioteca do Congresso, desenvolveu uma nova política de procurar desenvolver coleções sobre e vindo de países fora dos Estados Unidos. Por ser uma prática de criação de coleção que ia além da capacidade da biblioteca, entrou em parceria com bibliotecas

²⁵⁵ Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

²⁵⁶ Escola Prática de Agricultura de Pirassununga.



universitárias de diversos Estados, principalmente de universidades públicas, para colaborar no desenvolvimento de recursos bibliográficos conectados com as literaturas de outros lugares do mundo. Por exemplo, a universidade do Texas, que fica na fronteira com o México, a biblioteca da universidade tem a principal coleção de estudos mexicanos dos Estados Unidos, como parte dessa parceria. Aqui em Illinois, por causa dessas conexões na área das ciências agrárias, nossa biblioteca virou a biblioteca investida no desenvolvimento de coleções relacionadas ao Brasil e em segundo plano sobre América Latina, em geral. O que cria um contexto único, dentro dos Estados Unidos, pesquisas em várias disciplinas sobre estudos brasileiros. Então isso cria a capacidade institucional de sustentar o diálogo com pesquisadores brasileiros. Que, o que é normal nos Estados Unidos é que seria um professor que tem interesse, alguma conexão, uma colaboração com alguém ou com alguns parceiros em uma área. Mas quando essa pessoa sai ou por aposentadoria ou que vai para outro cargo, outra universidade, então esses vínculos não sobrevivem a saída dessa pessoa. Aqui, pelo contrário, existe uma coisa que é super rara nos Estados Unidos, que é um grau de institucionalização dessas parcerias e dessa circulação e, também, da temática dos estudos brasileiros. Um dos resultados foi a criação do Instituto Lemann de Estudos brasileiros, em 2009, que agora completa 10 anos. Que serve como um núcleo que recebe pesquisadores brasileiros, incentiva a pesquisa e ensino conectado com Brasil, aqui na universidade. E que dentro do contexto da universidade pública americana que enfrenta uma série de crises, semelhantes as crises financeiras que abalam as universidades brasileiras, mantêm o enfoque e a coerência dessas conexões com o Brasil, mesmo durante momentos difíceis da Universidade.

Jailson Pereira da Silva: *O Instituto tem 10 anos?*

Jerry Dávila: Tem 10 anos

Jailson Pereira da Silva: *Dez anos, né? Como é que se deu esse aporte? A gente pode retomar essa História?*

Jerry Dávila: Aqui na Universidade, por quase 50 anos, contávamos com a atuação de um economista muito renomado no Brasil, chamado Werner Baer, que trabalhava com questões de desenvolvimento no contexto brasileiro. E ele teve uma longa carreira de orientação de alunos de pós-graduação dentro das quais figuram muitas pessoas ativas no campo da economia no Brasil hoje em dia. E até hoje continua, especialmente com a Universidade Federal de



Pernambuco a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e de outras regiões do país, forte vínculo na área de economia com nossa universidade. Werner Baer tinha uma longa amizade com o Jorge Paulo Lemann, empresário brasileiro que fez uma doação que a universidade que aplicação desta doação gera o orçamento anual do Instituto.

Jailson Pereira da Silva: *Um fundo?*

Jerry Dávila: Um fundo, exatamente! Um fundo anual que sustenta as atividades do Instituto de Estudos Brasileiros. E essa questão parece bem interessante, porque as Universidades Americanas funcionam muito nesse modelo, de parte das atividades da universidade vem sendo apoiadas pelas taxas de matrícula dos alunos; mesmo as Universidades públicas são pagas e as vezes são, também, bastante caras, para os alunos. Parte da verba da universidade vem do repasse do Estado, por ser uma universidade pública estadual. E parte vem em forma de doações particulares, muitas vezes partem dos alunos, outras vezes por pessoas que tem outros tipos de conexões com a universidade, como é o caso do Jorge Paulo Lemann. Esse tipo de doação é aplicado com a intenção de não ser uma coisa que desse resultado só por três, quatros ou cinco anos, durante o período que a verba está disponível. Pelo contrário constitui fundo permanente da universidade que gera recursos. Então o que para nós é especialmente interessante é que a base do fundo não é uma coisa que faz parte dos nossos programas, mas os fundos que criaram por ano cria uma capacidade de dar continuidade aos esforços da área de estudos brasileiros aqui. Ou seja, é uma verdadeira institucionalização do campo, na Universidade.

Jailson Pereira da Silva: *Os estudos brasileiros já existiam e, de certa forma, o aporte mantém, digamos assim, os esforços dos estudos e das pesquisas.*

Jerry Dávila: Exatamente, transferem dos esforços individuais de professores e de alunos para a capacidade da instituição de dar continuidade a esses esforços.

Jailson Pereira da Silva: *Esse aporte, não é nem aporte, eu quero me referi mais a essa política de tração a qual o senhor se referia, citando Texas no caso do México, Illinois no caso do Brasil, dá para citar outros casos como esse, por exemplo, se isso aconteceu com outros países da América Latina, onde estão localizados esses acervos mais pujantes, de memória da presença de algum?*



Jerry Dávila: Parte dessa história também é uma história da Guerra Fria depois da Revolução Cubana houve nos Estados Unidos uma preocupação por parte dos governantes em desenvolver áreas de estudo sobre outras regiões do mundo, que prepararia quadros especialistas que ajudariam a interpretar as diversas realidades de um mundo que estava dentro desse contexto de concorrência entre os Estados Unidos e a União Soviética. Criou-se uma espécie de financiamento público do governo federal numa coisa chamada *area studies*, estudos de área. Essas áreas seriam definidas mais ou menos geograficamente: área da América Latina e o Caribe, leste e sudeste asiático, nessa época área de conflito, apesar do envolvimento dos Estados Unidos, Sul asiático, África, Meio Oriente. E esse financiamento é uma coisa que continua o mesmo depois da Guerra Fria, por motivos que eu acho muito interessantes. Uma universidade como a nossa, a universidade de Indiana, Michigan, Wisconsin, universidades aqui do meio oeste, mesmo que sejam universidades do interior, em meios às vezes muito rurais, como você tem visto aqui em Illinois, por causa desse financiamento, tem um forte desenvolvimento de programas de estudo nessas áreas. Para a coleção sobre a União Soviética era aqui, no estado vizinho de Indiana, a universidade de Indiana que tem essa coleção. Essa política de apoio, para campos de estudo de áreas, passou por uma crise depois do final da Guerra Fria. Será que é necessário sem a União Soviética como ameaça continuar a fazer esses esforços de investimentos nessas áreas de estudos? E houve também uma queda de apoio, mas o apoio por parte do Governo Federal para esses campos de estudo ainda existe e vira uma parte importante da capacidade de se sustentar numa universidade como a nossa e também entre universidades particulares, a capacidade de ensino, de estudo e pesquisa. Especialmente em que regiões do mundo que historicamente são mal representadas em universidades americanas, que tem uma forte vertente de estudos dentro do contexto nacional continua a ter um peso histórico igual a universidades do Brasil e os países das América que foram fundadas a partir do período colonial de países europeus e o engajamento com temas relacionados com a Europa. Mas outras áreas do mundo não são áreas que sustentam historicamente uma densidade de recursos sem esse financiamento público. Então se você tem algum aluno que entra na universidade, no nível de pós-graduação, com interesse em pesquisa sobre um tema relacionado com o Oriente Médio. É bem provável, mesmo que esse aluno seja descendente de migrantes do Oriente Médio, que essa pessoa não seja alguém que domina o árabe ou outras línguas relacionadas a sua área. Esse financiamento dá a capacidade desse aluno estudar a língua, com programa de bolsas, mas, ao mesmo tempo, sustenta a capacidade de ensinar a língua dentro da universidade; porque línguas



que não são de origem europeia não são línguas que nas universidades americanas que tenham níveis de matrícula muito altas. Então sem aquele apoio do governo federal, seria muito difícil uma universidade sustentar o número de línguas.

Jailson Pereira da Silva: *Essa dinâmica dos chamados estudos de área e aí uma pergunta, uma reflexão, não é uma assertiva. Essa dinâmica dos estudos de área também, em alguma medida, mostra a importância que tem o conhecimento das chamadas Ciências Humanas, não é? Para ações políticas para ganhos econômicos, né. Como é que está hoje? quer dizer, a gente estava falando de Guerra Fria, mas hoje isso tá muito claro, por exemplo, com que a gente tem de política e aí eu falo de política institucional mesmo. Trump, o governo Trump, tem essa clareza hoje da importância das ciências humanas, digamos assim, no jogo das forças do mundo? E por que faço essa pergunta, só para esclarecer, especificamente do caso brasileiro, nós estamos vivendo um ataque muito grande, nós eu falo cientistas que trabalham com ciências humanas, de modo geral, história, geografia e sociologia. Estamos vivendo um ataque muito grande, nesse momento, cuja a premissa é a ideia de que não há nenhuma serventia para esse tipo de conhecimento que é produzido. E a minha pergunta é nesse sentido, né. Acha que ainda há um interesse de estudar as grandes instâncias políticas, ainda tem essa percepção de que é importante saber das coisas?*

Jerry Dávila: Existe. Acho que, nós passamos aqui, sem dúvida, num momento de crise para as ciências humanas e ciências sociais de um modo geral, que dentro de um contexto neoliberal, a tendência entre alunos que vão para as universidades é procurar áreas de estudo que se vinculem estritamente com áreas de emprego e, é essa é uma tendência que é muito intensificada pelo crescimento das taxas de matrícula mesmo nas Universidades públicas. Então, o aluno e a família do aluno veem a universidade como um investimento muito caro e pensam nesse investimento com algo que tem que dar resultados concretos. Agora, as ciências humanas não funcionam nessa métrica de resultados concretos. As ciências humanas funcionam para ajudar pessoas a desenvolver uma série de ferramentas que podem ser usadas em muitas áreas. Um aluno que estuda a História, por exemplo, alguém que pode ler e analisar textos, entender a diferença entre textos para determinar a diferença entre a notícia e a Fake News, uma capacidade de escrever, de organizar seu jeito de pensar, de fazer um argumento, de usar metodologias através da interpretação de dados que tem uma utilidade em muitos sentidos da vida dessa pessoa. Alguns tem a ver com sua carreira, mas também ser ver um propósito do



democrático de criar uma pessoa que tem uma capacidade crítica e de raciocínio; essa pessoa é capaz de gerar e alimentar através das ferramentas que estão ao seu alcance. Mas também é uma coisa uma funcionar na sua área de carreira, porque aqui nos Estados Unidos, alguém que tem formação superior geralmente vai passar em média entre 4 e 5 diversas áreas de trabalho através de sua carreira. Então entrar primeiro é uma opção que custa no momento em que essa pessoa faz uma transição de uma nova área de trabalho. Mas para nós que trabalhamos nas Ciências Humanas no momento existencial onde a queda de número de alunos cria uma crise de sustentabilidade nas nossas áreas da Universidade. Essa é uma questão, que para nós, é preeminente. Estamos muito conscientes; não é apenas que nós achamos isso interessante ou para mim o estudo desse tema é importante. Qual é o valor social e o valor para essa pessoa de estudo nessa nossa disciplina? Então, acho esse processo é um processo que foi imposto sobre nossa área pelo mercado. Porém, cria uma série de reflexões sobre as finalidades do que nós fazemos, que eu acho que a longo prazo é uma coisa muito saudável.

Jailson Pereira da Silva: *Eu penso aqui. Há uma, talvez eu esteja enganado, mas há tradição americana, norte-americana. Eu estou aqui procurando a palavra, agora... é... advisors ... conselheiros? Isso conselheiros, eles tinham... o governo americano sempre foi muito afeito a esses grandes especialistas, e historicamente, alguns destes, ... praticamente todos eles eram especialistas em áreas que vão desde a segurança mas que também trabalham com história dessas áreas onde os Estados Unidos vão atuar com a sociologia do lugar, com a cultura do lugar, não sei, posso estar enganado, mais o exemplo da Guerra do Vietnã parece que também ensinou muito isso, entrar num lugar onde se conhecia tão pouco. E a minha pergunta é essa, quer dizer, ainda há esse espaço? O governo ainda está atento ao que os especialistas dizem a eles? Por que eu faço essa pergunta? Porque, a gente tem um presidente aqui que, em público, Ele parece desconsiderar esses discursos. A minha pergunta é: O Senhor acredita se em privado Ele escuta esses conselheiros?*

Jerry Dávila: Duvido.

(Risos)

Jailson Pereira da Silva: *Duvida?!*



Jerry Dávila: Eu não vejo nenhuma prova de que isso aconteça. Mas acho que esse é um grande desafio do mundo acadêmico dos Estados Unidos. Que é bem diferente do Brasil. No Brasil, existe um espaço de debate e de engajamento com políticas públicas que vem do meio acadêmico que é muito desenvolvido. O número de pessoas que vai de cargos universitários para cargos públicos na sua área, especialização e depois voltam para a sua universidade é significativo. Também nos jornais, o espaço dedicado o diálogo e debate público de questões de interesse social, em que intelectuais e professores universitários são participantes nesses debates, é uma coisa muito importante, que vem da especificidade da história brasileira, com a marginalização de vozes dissonantes. Então, no processo de transição, essas vozes tomam um papel muito importante em abrir questões que antigamente estariam, pela natureza do regime, fechadas. Aqui, a história é outra. Então, como diria? O papel dos, a percepção do papel dos professores é vista como algo que deveria ser só dentro da universidade, o papel público do professor é uma coisa que tem ficado muito atenuado nos Estados Unidos. E, acho que esse é um problema que nos custa muito caro em muitos sentidos. Por um lado, isola a universidade e diminui a percepção dos recursos e do papel da universidade, da capacidade das pessoas que são engajadas dentro da universidade a contribuir para questões que são importantes na sociedade. Talvez, uma das áreas mais chamativas dessa área seria o aquecimento global: dentro das universidades, a intensidade de conhecimento, tanto para diagnosticar o problema quanto para entender seus diversos impactos, e uma coisa muito densa. Mas a capacidade dessa produção científica influir nos debates públicos sobre aquecimento global, num contexto em que o próprio presidente nega a existência do fenômeno, sem fundamento empírico para a posição dele, isso tem custos altíssimos para todos. Então, a questão é: Como quebrar essa separação e fortalecer o espaço público para esse diálogo? É um desafio que até agora não tem sido solucionado.

Jailson Pereira da Silva: *Quer dizer então que hoje o Trump já não escuta mais nem esses conselheiros?*

Jerry Dávila: Não vejo indicação disso.

Jailson Pereira da Silva: *Ou então ele se cercou de conselheiros que concordam com o que ele publica.*



Jerry Dávila: Bom acho que eu diria o seguinte: Acho que o Trump não tem programa de governo, ele tem um projeto político. E para projeto político você não precisa de fatos, você precisa de factoides, você precisa do Twitter. Mas se o projeto é de governar, de governabilidade, aí você não vai longe sem esse projeto ter algum fundamento e algumas substâncias. E não é o que eu tenho visto.

Jailson Pereira da Silva: *Estamos iguais nesse aspecto, né, infelizmente.*

Jerry Dávila: Sim, com um custo muito alto.

Jailson Pereira da Silva: *Sim, e cujo o preço não é imediato. Essa é uma característica muito clara. As ações tem um impacto imediato, mas o preço não é imediato. Apenas para efeito de...*

Jerry Dávila: E preço não é cobrado igualmente a todos.

Jailson Pereira da Silva: *Não, e essa é outra dimensão muito clara para gente, né. Agora a gente tá vivendo um momento de muita pressão sobre a universidade. A Universidade Brasileira se estrutura no modelo diferente, o Senhor conhece. mas a pressão que tem acontecido sobre a universidade grande é um ataque que diz a respeito a um questionamento do papel da universidade. E toda vez que você questiona a universidade, se questiona um dos pilares de sustentação da própria ideia de democracia. Por que o espírito universitário ele pede sim um espírito democrático. E a gente está vivendo isso muito claramente. Quer dizer o questionamento da universidade tem vindo de várias frentes, várias frentes. Isso causa um impacto imediato, que é o corte das verbas, mas o preço não é esse. O preço é a desvalorização de uma instancia fundamental para o próprio funcionamento e ordenamento da sociedade.*

Queria fazer talvez uma última pergunta para o senhor que diz respeito às suas pesquisas atuais, os seus trabalhos que estão sendo desenvolvidos agora.

Jerry Dávila: Bom, estou trabalhando agora com uma série de fontes de fontes do século 20, do período de 1950 mais ou menos até 1989, o período onde a primeira lei contra a discriminação racial no Brasil estava em vigência, que comumente é chamada de Lei Afonso Arinos, que em 1989, dentro do contexto da nova Constituição foi superada pela lei Caó e depois de uma série de medidas federais para reprimir e prevenir atos de preconceito e discriminação. Essa primeira lei ela não foi escrita para ser recurso ou remédio para quem sofre preconceito. Um dos efeitos da lei é que ela obrigava a pessoa que se queixava de uma



experiência de preconceito ou discriminação mostrar que a intenção era racista. O que é um patamar de prova muito além de qualquer ato que você pode botar na justiça e basta a pessoa dizer que era apenas um mal-entendido. Então, os caras que praticavam a discriminação racial que usavam da palavra “mal atendido” era uma coisa quase universal e a pessoa consegue escapar de qualquer sanção simplesmente dizendo que era um mal entendimento. Mas o meu interesse... tenho conseguido achar alguns casos que foram para a justiça, o material inteiro do processo. O que serve como uma micro história de como alguém que, na imensa maioria dos casos, não são pessoas, pelo que parece, que tem alguma atuação política ou militante, intelectual não estão trabalhando com uma questão de relações sociais no país, mas enfrentam um incidente onde não conseguem emprego, são humilhados na porta da boate, uma série de experiências. E que nesse momento, nesses casos, a pessoa resolve recorrer. Então, a percepção dessa pessoa da experiência do preconceito que sofreu ou do impacto da discriminação sobre essa pessoa é refletida na ação que essa pessoa faz. Também como essa pessoa está definindo o que é o preconceito, o que é a discriminação qual é o impacto sobre ela ou sobre ele desse ato. E até o processo, o trabalho que essa pessoa faz para costurar as provas que esse foi um ato racista. Todo esse esforço é minuciosamente detalhado nesses casos. Então dá para interpretar maneiras em que pessoas dentro do seu cotidiano processam essa questão de enfrentar o preconceito, enfrentar a discriminação. E são fascinantes os métodos que as pessoas usam para costurar o conjunto que eles acham que seria necessário das provas para comprovar que o ato é um ato racista. Quando você junta esses casos e depois começa a juntar outros registros criados de discriminação usando esse período como área de enfoque. Estou usando os arquivos que existem na Universidade Federal da Bahia, no Centro de Estudos Afro-orientais, que tem uma coleção de recortes de jornais que vem da década de 1960 que são milhares e milhares de recortes, também do Centro de Estudos afro-asiáticos da universidade Cândido Mendes, no Rio, que a partir da década de 1970 teve a mesma política de recortes de jornal com temáticas afro-brasileiras, que começa a gerar a possibilidade de agregar denúncias sobre atos racistas. E quando você junta esses dados eles começam a mostrar como funcionava o sistema de segregação racial no contexto brasileiro. Segregação não é uma palavra comumente usada para descrever a história das relações raciais no Brasil, essa palavra é reservada para os Estados Unidos.



Jailson Pereira da Silva: *Exatamente, é uma palavra muito... a gente pensa muito as questões raciais nos Estados Unidos a partir dessa palavra. E hoje a gente tá aqui discutindo mostrando que ela tem seus limites.*

Jerry Dávila: Mas se pensarmos na segregação, não apenas da segregação fundamentada em lei, como existia nos Estados Unidos, mas a segregação fundamentada em práticas e atitudes como existia em outras partes dos Estados Unidos, como existia em Cuba, no Brasil, no México. O mapa que podemos desenhar passa pelo clube social, pela Boate, pelo elevador social...

Jailson Pereira da Silva: *Passa pelo elevador social...*

Jerry Dávila: (...) passa pelo emprego no banco, ou seja, pode traçar um perfil muito claro de áreas onde essa segregação era uma coisa coerente e sistemática.

Jailson Pereira da Silva: *Há uma microgeografia dessa segregação mesmo...*

Jerry Dávila: Exatamente

Jailson Pereira da Silva: *Com um pouquinho de atenção a gente já observa muito claramente.*

Jerry Dávila: E não diria que é informal.

Jailson Pereira da Silva: *De forma alguma!*

Jerry Dávila: Porque para quem enfrenta essa barreira, essa barreira é bastante formal para essa pessoa. Mas é uma barreira inconsistente e nem sempre explicitamente racista. E tem alguns que por causa da sua situação não são atingidos. Mas o que vejo nesses casos, a coisa mais comum que enfrentam, são questões de alunos universitários, especialmente na década de 1970, que estão em situação de mobilidade social, e no seu conjunto social, inclui amigos brancos que convidam eles para espaços que nesses momentos que essa pessoa não faz parte da casa, esses conceitos paternalistas que perduram, enfrenta a barreira, visitando um amigo em casa, no condomínio também. Então, estou dentro dessa pesquisa tentando de ver como podemos analisar essas experiências com preconceito e discriminação, com a capacidade desses do arquivo desses processos para aprofundar micro histórias e, ao mesmo tempo, colocar essas experiências dentro de um contexto maior, dentro do qual podemos perceber as linhas de segregação. E, também tem um outro lado que faz parte desse contexto que eu chamaria de segregacionista. Que você vê nessas diversas instâncias: na porta do clube, por exemplo.



Através de várias décadas, através de várias regiões do país são as mesmas frases que são usadas. Ou seja, há uma generalização de uma linguagem da exclusão e, essa generalização que não depende da pessoa que tem uma atitude particular, mas que pessoas que não se conhecem, que são peças separadas por décadas e por estados usam a mesma linguagem aponta para o poder da linguagem como uma ferramenta que faz parte de uma prática que vai além dessa instância, que passa a ser uma coisa absoluta e não generalizada.

Jailson Pereira da Silva: *É só um comentário sobre o uso da linguagem. Lembro que quando eu era bem jovem, era comum que os anúncios de emprego, por exemplo, trouxessem as suas indicações curriculares, naquela época, a gente chamava de segundo grau, que seria o High School. Tem que ter o ensino médio, como se chama hoje, o High School, você tem que ter tais e tais competências e lá embaixo aparecia uma frase que se repetia em quase todas: boa aparência. E boa aparência é uma forma sub-reptícia de dizer que tem que ser branco.*

Jerry Dávila: Que tem um impacto também de criar, de desincentivar uma pessoa de concorrer, sabendo que vai ser depois excluído.

Jailson Pereira da Silva: *De quando é sua, a primeira edição do “Diploma de brancura”?*

Jerry Dávila: É 2003.

Jailson Pereira da Silva: *Aqui é em inglês?*

Jerry Dávila: Em inglês. 2006, no Brasil.

Jailson Pereira da Silva: *2006 no Brasil... Ali alguma relação entre educação, legislação e racismo. Como é que o senhor pensa? Que atualidade tem aquilo ou como é que o senhor descobriu aquilo?*

Jerry Dávila: Bom, hoje em dia...Pode repetir a pergunta?

Jailson Pereira da Silva: *Essa ideia aqui que o senhor aponta, no livro, de uma relação entre a legislação Educacional e as questões do racismo no Brasil?*

Jerry Dávila: Quando comecei a pesquisar para esse livro que era no contexto da minha tese de doutorado, comecei a pesquisa sem essa atenção nas questões raciais. Essas questões vieram depois. Era um projeto que olhava para a experiência educacional na Era Vargas, com a intenção



originalmente pensando o nacionalismo daquela época. Mas quanto mais material eu lia, quanto mais me chamava atenção coisas que eu estava curioso que depois aprendi que faziam parte do pensamento eugênico. Foi por acaso, durante a pesquisa no Brasil, houve o falecimento do meu avô e eu consegui ir ao enterro. E aproveitei a minha volta para visitar o Thomas Skidmore, meu orientador, e comentei com ele que estava achando. E ele me levou à biblioteca que tinha no subsolo de sua casa e pegou na estante uma cópia do livro do Nancy Stepan “A Hora da eugenia” e, no voo de volta para o Brasil, abri o livro e chegando no Brasil já sabia do que se tratava a minha tese, e comecei a organizar e interpretar esse material. A interpretação que esse material sustenta era que essa atitude, perante a sociedade, que eram atitudes em que pessoas brancas em situações de poder menosprezavam partes do público que não tinham alcance a escola, estavam em pobreza, em grande parte dos casos era afrodescendente. Que faziam leituras cada vez mais científicas organizando a hierarquia social, que colocava essas pessoas num grau inferior. E não era necessariamente a causa de uma definição de desigualdade racial, não era explicitamente racismo, as vezes era. Mas era a maneira em que esse pensamento inigualitário se processava dentro das Ciências Sociais, das Ciências humanas, das práticas de medicina, das práticas sanitaristas. E no livro o que acabo vendo é a maneira em que essas percepções se transformam na medida em que a escola se universaliza e crianças que vem de meios pobres, crianças de descendência africana, de descendência indígena começam sistematicamente a fazer parte dos alunos que vão para a escola, como as políticas que criam esse sistema educacional refletem esse pensamento e esse olhar sobre essas pessoas. Criando práticas que reproduzem, dentro da escola, essa desigualdade.

Recentemente, com o meu interesse mais voltado, hoje em dia, para os movimentos sociais, estou vendo essa questão por um outro olhar; que é a questão do alto nível de analfabetismo no Brasil, uma coisa que está fora da gama de qualquer outro país da América Latina e, que tem uma utilidade política no Brasil muito poderosa. Já que não é, até a década de 1980, que alguém que não sabe ler e escrever tem o direito ao voto. Então, num país onde a maioria da população é excluída da capacidade de ler e escrever isso tem um impacto, uma repercussão política. Você exclui a maioria das pessoas adultas do poder decisório sobre as direções do país, sobre a distribuição de recursos etc. Isso acontece dentro do contexto de um país que no século XX tem cinco constituições, que tem uma série de interrupções do processo político em momentos autoritários ou de golpismos. E dentro desse contexto, os ganhos que são feitos pelo movimento negro são ainda mais impressionantes porque trabalham com um



fundamento de exclusão de uma imensa parcela da população de participação política ativa e uma área de atuação de no cenário político que é frequentemente interrompido e, dentro dessas interrupções, a mobilização negra é sempre uma das áreas mais reprimidas. Então, com essa história, chegando na década de 1990, a primeira década da história do país onde todo adulto tem direito ao voto, e por isso a questão política pela primeira vez é uma questão nacional, não é surpresa que o Brasil começa a inovar em políticas sociais que não tem antecedentes na história do país. Num país onde esse direito ao voto, quando foi aprovado, 1 em cada 4 adultos ainda estava em situação de não alfabetização.

***Jailson Pereira da Silva:** Muito difícil. É um país que tem uma história política, o Zé Murilo diz isso, que inverteu, digamos assim, uma ordem de direitos civis, políticos. Primeiro, a gente acabou tendo direitos políticos, tardiamente, mas ainda assim acho que os direitos civis ficaram muito sufocados. Professor eu vou encerrar essa conversa, lhe agradeço muito atenção, a gentileza. Vou enviar para o pessoal da revista, já enviei a primeira parte, e vou enviar agora a segunda. Muito agradecido, espero que você tenha também...*

***Jerry Dávila:** O prazer é todo meu, obrigado pelas perguntas. Foi uma conversa que valeu.*

***Jailson Pereira da Silva:** Obrigado ao senhor.*

